

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Fundado em 1.º de Novembro de 1894

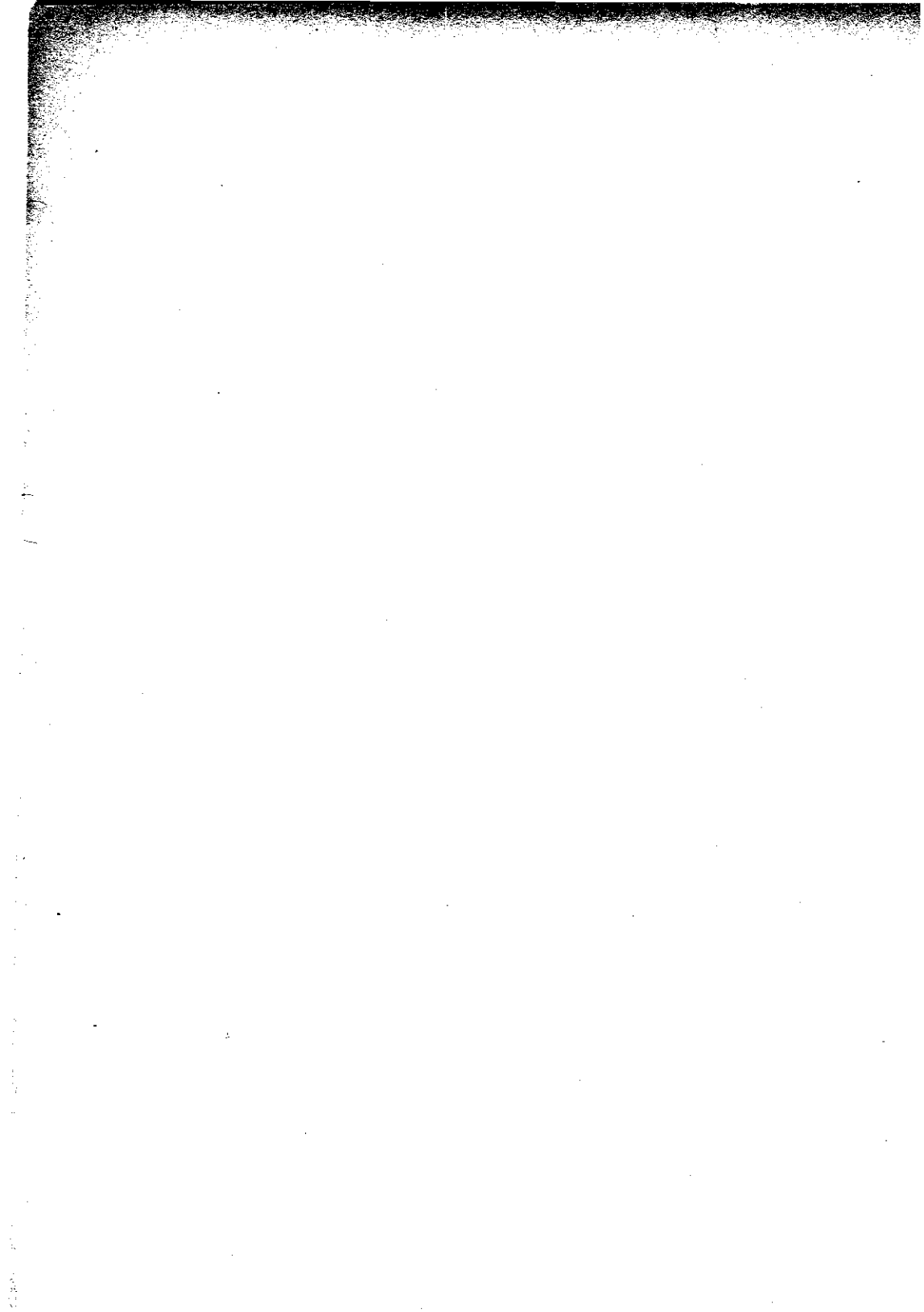
COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:

*AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO
NICOLAU DUARTE SILVA*

VOLUME L



EDIÇÃO SUBVENCIONADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

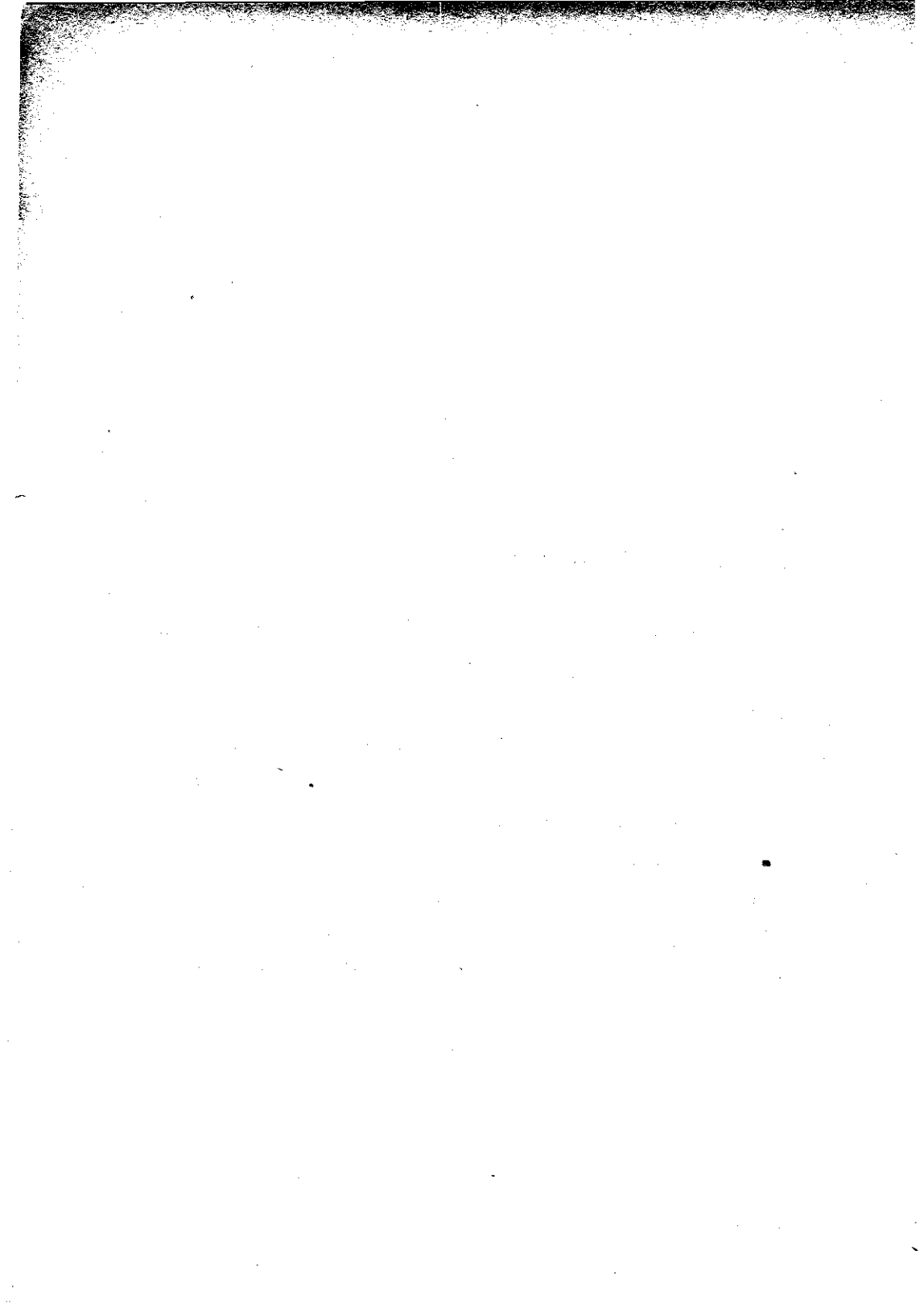


INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

(Triênio 1951-1953)

Presidente Honorário ..	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente	Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos
1.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
2.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura
3.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Carlos da Silveira
1.º Secretário	Coronel Luís Tenório de Brito
2.º Secretário	Prof. Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães
3.º Secretário	Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretário	Prof. Alfredo Gomes
1.º Orador Oficial	Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador Oficial	Dr. Aureliano Leite
1.º Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
2.º Tesoureiro	Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa



COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio de 1951-1953)

- COMISSÃO DE SINDICANCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS — Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, Profa. Dra. Alice Piffer Canabrava e Sr. Amador Bueno Machado Florence.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA “REVISTA” — Prof. Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Professôra Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. José Ribeiro Araujo Filho e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuinglio Marcondes Homem de Melo, J. Antero Pereira Junior e Dr. Alvaro da Veiga Coimbra.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Prof. Alfredo Gomes, Major Arrison de Sousa Ferraz e Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brotero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Ayrosa e Prof. Dr. Jorge Bertolaso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Enzo Silveira, Major Henrique Oscar Wiederspahn e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pereira e Cel. Luís Tenório de Brito.
- COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga.
- COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Prof. Celestino Fazzio e Dr. Cândido de Sousa Campos.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA OBRA — “SÃO PAULO EM QUATRO SÉCULOS” — Prof. Tito Lívio Ferreira, Prof. Dr. Afonso de Escrag-nolle Taunay, Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, Prof. Dr. Aroldo Azevedo e Prof. Dr. Américo Brasileiro A. de Moura.
- COMISSÃO DE MOVIMENTO FINANCEIRO — Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Cel. Luís Tenório de Brito.

Onde Palram os Restos Mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva?

J. P. Leite Cordeiro

A glória da fundação de S. Paulo cabe, indiscutivelmente, ao Padre Manuel da Nóbrega. Secundaram-no José de Anchieta, o Cacique Tibiriçá, e o padre Manuel de Paiva, além dos jesuítas que assistiram à missa celebrada no altiplano, em 25 de janeiro de 1554.

Em trabalho apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo aos 25 de janeiro de 1950, respondendo a uma "enquete" organizada pelo ilustre historiador Tito Lívio Ferreira, tivemos a oportunidade de assim nos manifestarmos sobre a fundação cujos méritos eram disputados entre Nóbrega e Anchieta:

— "Nóbrega idealizou e fundou o Colégio de Piratininga, José de Anchieta consolidou aquêlê ideal e aquela fundação, secundado pelos doze jesuítas que assistiram à primeira missa, pela fidelidade dos índios de Tibiriçá e pelo auxílio efetivo de João Ramalho. Em resumo, sem nos esquecermos de Manuel de Paiva, o primeiro celebrante, dos jesuítas que o acompanhavam, de Ramalho e de Tibiriçá, podemos dizer a respeito da fundação de São Paulo, que Nóbrega foi o fundador e Anchieta o consolidador".

Esta a nossa opinião sobre a histórica e patriótica disputa entre Nóbrega e Anchieta: um foi fundador. O outro, consolidador. A Manuel de Paiva, primeiro superior da Casa Jesuítica de serra-acima, e a quem padre Serafim Leite chamou "inaugurador" da casa planaltina, podemos dar o título de oficializador pois foi quem celebrou o santo sacrifício da missa.

Altamente louvável e patriótico é o projeto do nobre e ilustre vereador Professor Mário Otobrine Costa, dando providências para a transladação dos restos mortais daqueles três jesuítas para a mesma terra que serviu de berço à cidade por êles fundada. Dois pro-

blemas, porém, se nos apresentam para essa realização: localizarmos as relíquias dos três jesuítas e autenticarmo-las. Indicar o local onde hoje deveriam ser encontradas, é tarefa penosa. Mais árduo encontrá-las. A dificuldade crescerá quando chegarmos ao momento de autenticá-las. Esses óbices não devem, porém, constituir argumentos para desistirmos da empresa que tentaremos levar a bom termo, embora certos desde já que não poderemos efetivá-la na sua totalidade.

Analiseemos, em primeiro lugar, o paradeiro das relíquias de Nóbrega, recorrendo ao Padre Serafim Leite que vem de terminar a monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil", editada em dez alentados e documentadíssimos volumes, o acervo mais completo, perfeito e atual da história dos inacinos na Terra de Santa Cruz. Sobre os restos mortais de Nóbrega, assim se pronuncia o insigne historiógrafo e historiador: "Devem-se ter perdido os despojos do grande jesuíta. Sendo sepultado na Igreja do Rio de Janeiro, algumas relíquias suas se teriam distribuído pelas casas e colégios. A Igreja do Rio está hoje demolida. Quanto a relíquias, fala-se de uma cadeira que ele teria usado em São Vicente (Cunha Barbosa, *Notícia Histórica e Artística da Cidade de S. Vicente no Estado de S. Paulo*, in *Rev. Inst. Hist. Brasil*, 64, 2a. parte (1901), 137); e consta que em 1876 ainda se conservava na sacristia da Igreja dos Jesuítas, na Capital do Espírito Santo, "uma caixa de prata com uma canela de Nóbrega e outra, também de prata, com uma pequena parte, também, da canela de Anchieta" (J. A. Teixeira de Melo, *Joseph d'Anchieta*, em *Anais*, II (1876-1877), 126). *Em 1934 visitamos a Igreja do Espírito Santo, transformada em tipografia. Ninguém nos soube dar informação desses assuntos, a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil*" ("História da Companhia de Jesus no Brasil", Padre Serafim Leite, vol. II, pag. 470, nota 2).

Após essa desconsoladora asserção do insigne mestre que é Padre Serafim Leite, asserção exarada no tomo II da História da Companhia de Jesus no Brasil, editado em 1938, recorremos, por correspondência, mais uma vez, às suas luzes, em dezembro de 1949. Data do dia 21, chegou-nos a carta-resposta: — "Quanto a Nóbrega, não creio, a não ser os seus autógrafos, que seja possível achar nenhuma relíquia. Mas aí tem uma, admirável, e não no mundo dos possíveis. Porque a grande e eterna relíquia de Nóbrega — é São Paulo".

Aliás, devemos assinalar que o ilustre intelectual Xavier Marques já se interessara em tempos passados pelos restos mortais dos jesuítas beneméritos cujos corpos haviam sido sepultados na capela de S. Tiago em Vitória ou cujas relíquias ali permanecessem. De suas pesquisas deu notícia em dois artigos insertos nos volumes 39

(pág. 101) e 40 (pág. 3) da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Interessado pelo assunto, especialmente no que dizia respeito a José de Anchieta, recebeu êle, em agosto de 1913, uma carta do Dr. João Lordelo dos Santos Sousa, na qual vinha assinalado estar sendo demolida, naquela ocasião, a capela de S. Tiago para que em seu lugar se elevasse um museu estadual. Lordelo dos Santos Sousa apenas encontrou uma lápide cujos dizeres indicavam ter ali jazido — “HIC IACVIT” eram os dizeres — o venerável Padre José de Anchieta. Por trás da lápide, encontrou Lordelo dos Santos Sousa algumas falsas costelas e algumas vértebras impossíveis, porém, de serem atribuídas ao corpo do Apóstolo do Brasil. Tudo isso foi constatado em 1913. Padre Serafim Leite, em visita ao Espírito Santo no ano de 1934, viu confirmadas as desalentadoras afirmações de Lordelo dos Santos a Xavier Marques, não só no referente a José de Anchieta mas também a outros jesuítas que ali tinham sido sepultados e a relíquias que para lá tivessem sido transportadas.

Diante do exposto chegamos à primeira das nossas conclusões: no momento atual, com os dados e documentos históricos que possuímos, não podemos, infelizmente, localizar os restos mortais ou as relíquias do Padre Manuel da Nóbrega.

* * *

Passemos ao estudo das relíquias e dos restos mortais do Padre José de Anchieta, falecido aos 9 de junho de 1597, na aldeia de Reritgá donde foi levado para Vitória, ali tendo sido inumado na Igreja dos Jesuítas. Assunto apaixonante e de relêvo histórico, possui farta bibliografia. Dêle cuidaram vários estudiosos: — Padre Quirício Caxa (Breve Relação...), Padre Simão de Vasconcelos (Anchieta...), Eduardo de Castro Almeida (Invent. Docs. relativos ao Brasil — Bahia — Anais Bibl. Nac., vol. XXXI); Teixeira de Melo (José de Anchieta, Anais Bibl. Nac., vol. II), Xavier Marques (Relíquias do Padre Anchieta, Rev. Inst. Geog. e Hist. da Bahia, n.os 39 e 40); Celso Vieira (Anchieta), Serafim Leite (Páginas de História do Brasil, História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II). Interessaram-se também pelo assunto o Padre Antônio Franco, Ramiz Galvão, Sá e Benevides, Pereira de Vasconcelos, Lordelo dos Santos Sousa, além de muitos outros.

Do estudo dessas fontes, podemos, em síntese, assim acompanhar o destino dos restos mortais e das relíquias de Anchieta: — em 1609, parte, transportada para a Bahia, foi depositada ao lado do altar-mor da Igreja do Colégio, onde os fiéis e romeiros a veneraram, situação que durou até 1625 quando, em virtude do breve *Non Cultu*, do Papa

Urbano VIII, que vedava o culto aos não-beatificados e não-canonicizados, foram as relíquias enviadas a várias casas e colégios jesuíticos. Uma delas foi para Roma, segundo relata Simão de Vasconcelos em biografia sobre o Apóstolo do Brasil.

Algo, porém, devia ter permanecido, senão no Espírito Santo onde, pasmem todos, até o século passado eram distribuídos fragmentos de relíquias anchietanas certamente falsos, pelo menos em Salvador na Bahia, mas, em 12 de abril de 1760, o Chanceler da Relação da Bahia, Tomás Ruby, enviara para D. José I, rei de Portugal, o que até então ali permanecera. É esta a referência de Tomás Ruby: — “E acompanha a dita remessa num cofre de jacarandá e sua ferragem de prata, em que vão as estimáveis relíquias do Venerável Padre Anchieta e constam de 4 ossos das canelas e 2 túnicas: o que tudo entregará o Capitão de Mar e Guerra, Antônio de Brito Freire, a quem V.M. determinar” (Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo II, pág. 483). Esse Antônio de Brito Freire comandava uma das naus que levaram a Lisboa os jesuítas deportados da Bahia na época de Pombal. O relato de Tomás Ruby foi publicado no volume XXX, págs. 387-388, dos Anais da Biblioteca Nacional.

Do exposto, conclui-se: — nada mais existe, na Bahia, das relíquias anchietanas que estão ou em Lisboa, enviadas no ano de 1760, ou em Roma, para lá transportadas em 1625 segundo relato de Simão de Vasconcelos. No Brasil, poderia restar quanto ao Espírito Santo uma esperança já desfeita, porém, por Lordelo dos Santos, Xavier Marques, Teixeira de Melo, Padre Serafim Leite e Celso Vieira. Este último, em biografia sobre o Apóstolo do Brasil, apensou notas intituladas: — “Relíquias de Anchieta”, assim se manifestando à pág. 341 da citada obra: — “Das que permaneceram no Espírito Santo, já não existem documentos comprobatórios nem sequer vestígios”.

É tão elucidativa a adenda feita por Teixeira de Melo à biografia de José Anchieta por ele publicada no primeiro fascículo (págs. 44 a 75) dos Anais da Biblioteca Nacional, que não nos furtamos à sua transcrição acentuadamente informativa para esta nossa investigação pois esclarece até a verdadeira grafia da inscrição tumular: — “HIC IACVIT” e não “HIC IACET”. Assim acentuava Teixeira de Melo: — “Duas palavras ainda sobre este apóstolo do Brasil”.

“Joseph Marcelino Pereira de Vasconcelos, no seu “Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito-Santo”, publicado na cidade de Vitória em 1858, diz à pág. 207:

“Na lousa sepulcral, em que se acham os restos de Anchieta, lê-se a seguinte inscrição”: — Hic jacet venerab. P. Josephus de An-

chieta/soc. Brasiliæ Apost. et novi orb. Novus/Thaumaturg. obiit
Reritibæ die/IX Jun. ann./MDXCVII —”

Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, continua o mesmo autor, celebrada em 17 de agosto de 1855, foi apresentada pelos snrs. Pereira Pinto e Norberto uma proposta para que se solicitasse do govêrno a entrega de um fragmento dos despojos mortais do missionário Anchieta, que se conserva em uma caixa com lavor de prata no tesouro público da Côrte ou da Província do Espírito Santo. A proposta foi aprovada, depois de algumas reflexões dos snrs. José (aliás Joaquim) Norberto, Pereira Pinto, e Pôrto Alegre, devendo o Instituto tomar as medidas necessárias para que seja êle depositado em lugar mais apropriado”.

“O tesouro público de que fala dubitativamente Vasconcelos, seria de certo o da capital da Província do Espírito Santo, se não se soubesse que se trata aqui da igreja dos Jesuítas na capital daquela província, onde se acha vazia a lousa tumular do santo varão apostólico, de cujos restos mortais alguns presidentes da Província, com mais cortesia para com os vivos do que veneração para com os mortos, têm lançado mão para obsequiar a amigos ou a altos personagens, que visitaram a igreja em que êles jaziam”.

“Não se podia, entretanto, conciliar a existência dos ossos de Anchieta naquela localidade, afirmada pelo *Hic Jacet* do epitáfio, com a asseveração do snr. Cons.^o Pereira da Silva, fundado nos biógrafos que consultou do insigne catequista, e assim a de outros escritores modernos, de que — o seu corpo, a princípio depositado na capela de S. Tiago na igreja dos Jesuítas da cidade de Vitória, foi depois trasladado em parte para o colégio da Companhia de Jesus na Bahia, tendo o Geral da Ordem, Cláudio Aquaviva, mandado uma relíquia dêle para Roma, a fim de se encetar o processo da sua canonização”.

“A lousa que se vê ao lado da de Anchieta, digamo-lo de passagem, é provavelmente de seu amigo e confrade Gregório Serrão, a darmos crédito, como devemos, ao que nos diz Simão de Vasconcelos no livro 5.^o, cap. XV, § 7 — da sua Vida de Anchieta”.

“Graças às informações que temos à vista, recentemente ministradas ao snr. dr. Ramiz Galvão pelo seu parente e amigo, o exmo. snr. dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, atual presidente da província do Maranhão, temos alguma cousa mais de positivo a acrescentar ao que sabíamos a respeito dos ossos do venerável pastor d'almas José de Anchieta”.

“Ao passar pela Vitória, em viagem para a província que foi administrar, o snr. dr. F. Benevides teve ocasião de observar que no *letreiro da campa* de Anchieta não se lê *jacet*, como nos diz Pereira de Vasconcelos, mas sim *jacuit*, o que certamente indica que já deixa-

ram de fazer ali os seus ossos. Com a devida vênia transcrevemos o que a esse respeito comunicou ao sr. dr. R. Galvão o digno presidente do Maranhão, em carta particular datada da cidade de S. Luís a 20 de dezembro do ano próximo passado:

“Agora, diz S. Exa., a 1.^a parte do meu compromisso:

“Eis o que se lê no túmulo de Anchieta, na igreja dos Jesuítas, ao lado do palácio do Govêrno da Vitória, sito no antigo convento:

HIC IACVIT VENERAB P. IOSEPHVS
DE ANCHIETA SOC. BRASILIAE APOST. ET NOVI
ORB — NOVUS THAVMATVRG ORBII RIRITI
BAE DIE IX IVN. ANN MDXCVII

“Eis tudo o que há; sendo as pequenas figuras que vão além da palavra Josephus e no final do dístico, simples desenho (parece). A pedra já tem fendas e os ossos já foram tirados, havendo na sacristia uma caixa de prata com uma canela de Nóbrega, e uma outra, também de prata, com uma pequena parte também da canela de Anchieta. Supõe-se que foram os ossos transportados de Benevente e Nova Almeida, antiga vila dos Reis Magos, onde havia um convento de Jesuítas”.

“Assim, pois, os despojos mortais do infatigável missionário, cuja vida foi uma longa romaria, seguiram o mesmo destino, e peregrinam ainda pelo mundo. Convém ao menos que aquêles a quem isso compete, tomem as medidas necessárias para que não se suma esse precioso fragmento, de cuja existência nos dá notícia o ilustre sr. dr. Benevides, de acôrdo com o que nos deixou dito o cronista da província do Espírito Santo, José Marcelino Pereira de Vasconcelos; para que não desapareça de todo da superfície da terra o último vestígio material, além da história dos seus grandes serviços, que subexistiu e nos recorda a lembrança de um varão a quem tanto deve a civilização da nossa pátria. Que escape pelo menos esse fragmento precioso da viagem que tem absorvido o mais que dêle nos restava. Paguemos com isso a dívida de gratidão que temos em aberto para com êle”. (Anais Bibl. Nac., tomo II, págs. 126-127).

Voltando a Celso Vieira, devemos assinalar que êle ainda anotou: — “O sr. Sá e Benevides, em 20 de dezembro de 1876, informava ainda ao sr. Ramiz Galvão (membro do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro) que existiam, na sacristia da igreja dos Jesuítas ao lado do Palácio do Govêrno, de Vitória, duas caixas de prata, contendo a primeira uma canela de Nóbrega e a segunda um fragmento da canela de Anchieta” (Obra citada, pág. 341).

Exarando, finalmente, o seu parecer sôbre tão palpitante questão, dizia o mesmo Celso Vieira em 1930, ano da edição de seu livro, apresentado em 1949 em reedição pela Companhia Editôra Nacional, o que não veio, porém, modificar o juízo emitido em 1930: "Em suma as reliquias do Santo espalharam-se pelas capitâneas do Brasil onde se alardeava o seu poder curativo", frase que nos desilude inteiramente sôbre a existência, no Espírito Santo, de reliquias anchietanas, conceito e certeza que têm a sua plena e cabal corroboração no valioso afirmar do Pe. Serafim Leite já transcrito linhas atrás: "*Em 1934, visitamos a Igreja do Espírito Santo, transformada em tipografia. Ninguém nos soube dar informação desses assuntos, a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil*" (Hist. da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 47). A estas, podemos acrescentar outra frase que se encontra a pág. 483 do mesmo tomo: "Ignora-se o paradeiro das reliquias de Anchieta".

Ficam-nos duas possibilidades: encontrarmos algo em Roma (1625), segundo o relato de Simão de Vasconcelos) ou em Lisboa (1760, segundo a asseveração do Chanceler Tomás Ruby).

O assunto estava, ao que parece, quasi encerrado, pois remotas eram as possibilidades de pesquisa em Portugal e na Itália, quando em 1949, o "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, publicou uma nota, intitulada "Relicário Histórico", assinada por L. G., e na qual era dada ao público brasileiro, através da correspondência transmitida de Portugal para um matutino carioca, a auspiciosa notícia de ter sido encontrado no mês de abril de 1949, em uma das dependências da Faculdade de Ciências de Lisboa, entre outras antiquilhas ali depositadas desde longuíssimos anos, um cofre de madeira com a seguinte inscrição: "Jaqueta do V.P. José de Anchieta". Ansiosos por ver solucionada uma questão de tanto interesse para os próximos festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, escrevemos ao Dr. Antônio Pereira Forjaz, diretor da Faculdade de Ciências de Lisboa, que, gentilmente, nos respondeu:

"Lisboa: R. do Vale (a' Jesus), 6, 1.º t. 23472

29-XII-49.

"Exmo. Snr. Dr. J. P. Leite Cordeiro:

"Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 de dezembro, relativa ao Rev. Pe. José de Anchieta".

"O cofre de veludo lilás, fechado, contém a jaqueta, intacta, do reverendo missionário, de tão gloriosa memória: pode ela ser vista por uma janela, lateral, transparente. A minha célebre Faculdade foi antecedida pela Escola Politécnica, antecedida, por sua vez, pelo Co-

légio dos Nobres, de Pombal, o qual sucedeu à Escola do Noviciado da Companhia de Jesus, a qual, certamente, foi a detentora do relicário histórico, talvez a única lembrança que nos resta da Escola que foi nossa tetra-avó. Embora o Conselho Escolar muito queira a preciosa relíquia supponho que anuiria a cedê-la, condignamente, à nobre cidade de São Paulo, desde que o pedido fôsse feito pelo Governo Brasileiro ao Governo Português e desde que tal fato constitua um forte elo futuro entre as duas pátrias irmãs — a juntar a tantos outros”.

“Que esta oportunidade sirva para aproximar a minha escola da laboriosa urbe de São Paulo são os votos, muito sinceros, de quem é, de V. Exa., adm.º

a) Prof. Antônio Pereira Forjaz”.

Resta-nos apenas aceitar como autêntica essa relíquia e providenciar para que Portugal, a nossa tão querida nação irmã, nos envie a santificante jaqueta do Apóstolo do Brasil.

No afã de elucidarmos a questão, havíamos recorrido não só ao prof. Pereira Forjaz mas também ao Padre Serafim Leite que na mesma carta de 21 de dezembro passado, citada linhas atrás, assim se pronunciou a respeito, sem ter ainda conhecimento dos dados fornecidos tão amavelmente pelo Dr. Antônio Pereira Forjaz: “E’ possível que a “jaqueta” de que me fala, seja uma das duas túnicas contidas no cofre enviado para Lisboa em 1760. É igualmente possível que seja outra. É ainda possível que seja autêntica. Como também é possível que ainda apareça o referido cofre, por não se conhecer documento que ateste a sua destruição. Tentei descobri-lo em 1934, no centenário de Anchieta, que era o momento próprio. Não apareceu e talvez nunca apareça e já não exista ou ande confundido com outros depósitos de relíquias antigas. Em compensação, achei e publiquei a primeira biografia inédita do Venerável Padre, uma carta sua, e a certidão de Batismo que pessoalmente mandei vir de Laguna, contribuição esta positiva que algum tanto me consolou”.

Na mesma carta, Padre Serafim Leite respondeu à inquirição que se poderia fazer a respeito das relíquias anchietanas enviadas para Roma: — “Sobre as relíquias de Nóbrega e de Anchieta, deixei o que averigui, na História, II, 470, 483. Não creio que já hoje se possa falar em reunir os restos mortais dos dois grandes Jesuítas, desde que se repartiram e dispersaram antigamente. O que se pode achar é algum pequeno osso de Anchieta, e temos aqui um em Casa, que me dizem veio de Roma e talvez fôsse o que para lá foi outrora. Coisa pouca, mas ainda assim estimável, supondo a sua autenticidade”.

Do exposto, conclui-se pela existência de duas possíveis relíquias anchietanas: uma no Colégio Sto. Inácio, no Rio de Janeiro, e outra na Faculdade de Ciências, em Lisboa, dependendo apenas da sua autenticidade as providências a fim de que sejam trasladadas para o solo paulista. Diante dessa dependência, expus o assunto em duas sessões do nosso venerando e tradicional Instituto Histórico e Geográfico que tomou a seguinte deliberação: — nomear uma comissão composta pelo Padre Serafim Leite, pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares e pelo Dr. José Pedro Leite Cordeiro, obscuro autor dêste parecer, para que opine sobre a autenticidade das relíquias acima indicadas.

Ao que parece, fomos bem mais felizes com as buscas das relíquias anchietanas do que com as de Nóbrega, pois perspectivas bem mais promissoras se nos apresentam a respeito de Anchieta.

Concluindo, somos de opinião que a douta Comissão encarregada dos Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, antes de determinar providências para a translação aguarde o parecer da comissão nomeada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que já deu providências para ser investigada a autenticidade das relíquias do Apóstolo do Brasil.

* * *

Finalmente, tentaremos localizar os restos mortais do Padre Manuel de Paiva, falecido em Vitória, no Espírito Santo, aos 21 de dezembro de 1584 e, na expressão do Padre Serafim Leite, “o inaugurador” do Colégio de Piratininga.

José de Anchieta, nos “Fragmentos Históricos”, assim descreveu os últimos dias do Padre Manuel de Paiva: — “Depois de muitos anos de serviço de Nosso Senhor, estando na Capitania do Espírito Santo, enfermou de uma doença prolongada, sem dar com ela trabalho a ninguém, e mandando-o a obediência que se fôsse à casa de um homem muito nosso devoto a outra vila para ver se se achava melhor, êle, com a saudade da conversação dos Irmãos e desejo de outro recolhimento maior e mais necessário para tal tempo, não pôde lá aturar senão dois dias e se veio para casa, e carregando a enfermidade em que teve grandíssimo trabalho e paciência, se foi para o Senhor, dia de S. Tomé Apóstolo, no ano de 1584, e jaz sepultado na nossa igreja” (Cartas Jesuíticas, vol. III, edição da Acad. Brasil. de Letras, 1933, pág. 487).

Não há dúvida, portanto, ter sido Manuel de Paiva sepultado na Igreja de S. Tiago, em Vitória, no Espírito Santo. Padre Serafim Leite visitou-a, em 1934, já transformada em tipografia, e nada mais

lá encontrou dos restos mortais de Nóbrega e Anchieta, conforme relata na História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 471, nota ao pé da página.

O insigne historiador não se refere expressamente às relíquias do Padre Manuel de Paiva mas, ao cuidar d'este jesuíta, no mesmo tomo atrás citado e em outras de suas obras, não menciona a existência das aludidas relíquias. Ora, tendo sido Manuel de Paiva sepultado na igreja visitada por Serafim Leite em 1934, se lá existisse algo certamente o historiador dos jesuítas no Brasil tê-lo-ia encontrado e a isso não deixaria de se referir. Pelo contrário, ao tratar das relíquias de Nóbrega e de Anchieta, afirmou a respeito de sua visita ao Espírito Santo: "Ninguém nos soube dar informação *dêsses assuntos* a que anda ligada uma das maiores recordações históricas do Brasil" (Hist. Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 471, nota ao pé da página).

Somos de opinião que, baseados na documentação histórica atualmente conhecida, é impossível localizarmos as relíquias do Padre Manuel de Paiva.

* * *

Em suma, podemos assim resumir o nosso parecer ao projeto do nobre vereador Mário Otobriní Costa:

a) Relíquias do Padre Manuel da Nóbrega: — são, infelizmente, de impossível localização.

b) Relíquias do Padre José de Anchieta: — duas promissoras possibilidades: 1) o cofre com a jaqueta do Apóstolo do Brasil encontrado em 1949 em uma das dependências da Faculdade de Ciências de Lisboa. 2) Relíquia óssea, vinda de Roma, e existente no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro.

Resta-nos, porém, averiguar a sua autenticidade e, portanto, opinamos que a Comissão dos Festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, antes de tomar providências para a transladação, aguarde o parecer da comissão nomeada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que, dentro de pouco tempo, deverá manifestar-se sobre a autenticidade das referidas relíquias.

c) Relíquias do Padre Manuel de Paiva: — são, infelizmente, de impossível localização.

Centenário Natalício do Padre Júlio Maria

Monsenhor Paulo F. Silveira Camargo

Júlio César de Morais Carneiro nasceu em Angra dos Reis a 20 de agosto de 1850. Seus pais Firmino Júlio de Morais Carneiro e Dona Maria Angélica de Morais Carneiro, eram respeitados pela honestidade de vida, tão apreciada pelos nossos antepassados.

E' de crer fizesse seus primeiros estudos em sua terra natal, porém, o curso de humanidades fizera-o em Niterói (1).

Qual seria o seu *modus vivendi*, nessa época? Não contam os seus biógrafos, mas, é fácil formular conclusão, visto como a educação antiga tinha sempre o mesmo padrão de severidade.

Não era, contudo, de temperamento muito submisso. A obediência impunha-lhe o seu domínio quando a inteligência se convencida da justeza do preceituado. Verdade é que só aos poucos foram seus pais percebendo esta particularidade de seu subconsciente, nas pequeninas explosões de certas revoltas infantis.

A sua mocidade, também, nada apresenta de especial relêvo. Matriculou-se, contudo, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1870. Tinha vinte anos de idade e manifestava inteligência superior e de grande alcance, mais a memória retentiva das lições de seus Mestres e dos autores que lia continuamente.

Nesse tempo o patriotismo tomara impulso muito caloroso, de modo especial nos estudantes, pois, terminara a guerra do Paraguai, com a vitória de nosso exército, comandado pelo grande Caxias.

Júlio César, todavia, não se enfileirou nos partidos que surgiram, nessa ocasião: republicano e abolicionista (2). Tinha idéias próprias

(1) Jônatas Serrano — **Júlio Maria** — Livraria da Boa Imprensa — 2.^a ed. p.p. 37 e 38.

(2) Almeida Nogueira — **Academia de S. Paulo — Tradições e Reminiscências** — p.p. 332 a 333.

neste assunto, visto como chegou, depois, a manifestar seu pensamento.

O Conselheiro Padre Dr. Vicente Pires da Mota era o Diretor da Faculdade de Direito, quando Júlio César de Moraes Carneiro ali se matriculara.

O Clero, havia anos tinha seus representantes nos mais elevados postos da administração governamental dos Paulistas. O mesmo acontecia nas outras Províncias. Testemunha ocular destes fatos esquecera-se, Júlio César, mais tarde, da projeção sacerdotal, até na alta cultura dos brasileiros, como veremos, refutando-lhe as errôneas afirmações.

Conta Eugênio Egas que ficou célebre, em São Paulo, o discurso proferido pelo Coronel Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, primeiro barão de São João do Rio Claro, no banquete oferecido a D. Sebastião Pinto do Rêgo, na sua entrada na diocese, em 1863:

“Feliz a província como esta, que conta sacerdotes na alta administração política e social: — o exmo. sr. presidente da Província é padre, o exmo. sr. diretor da academia é padre, o exmo. sr. bispo é padre...” Presidia a província o padre Vicente Pires da Mota, dirigia a Academia o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e era bispo o padre Sebastião...” (3).

Em 1870, como vimos, era Diretor da Faculdade de Direito o Padre Pires da Mota. Além de presidente da Província, tinha sido Vigário Capitular do Bispado. Vê-se que aliava aos dotes de erudito eclesiástico, tino administrativo, aproveitado em várias províncias do Império.

A tese apresentada na colação de grau por Júlio César fora sobre direito mercantil e, tratando do “fundo e forma de uma obrigação cambial”, tomara rumo *socialista* e causou escândalo (4).

“Ao sair da Academia era Júlio César um rapaz moreno, de olhar inteligente e expressivo, e que, sendo de altura inferior à mediana, possuía agradável timbre de voz e dotes oratórios já patentes” (5).

A explicação porque não era republicano, nem abolicionista veio em sua frase citada por seu biógrafo: “Aprendamos no livro da natureza que todas as metamorfoses são lentas, todas as evoluções graduais” (6).

(3) Eugênio Egas — *O Grito do Ipiranga* — 3.^a ed. p.p. 5 e 6.

(4) Jônatas Serrano — *O. C.* p.p. 41 a 42.

(5) *ib.* p. 42.

(6) *ib.* p. 43.

Queria a emancipação servil, gradativamente, pela substituição dos escravos pelos trabalhadores livres e imigrantes contratados em países amigos.

Aceitando o sistema constitucional representativo ligou-se aos liberais. Achava, porém, mais liberalismo nos conservadores, desde que perdeu a eleição para deputado geral, apresentado por dois municípios mineiros. Datam dessa época os seus escritos nos jornais (1879-1881) que depois reuniu em volume: "Questões Políticas".

Desiludido da luta inglória, abandonou a política e ingressou na magistratura: "Promotor público em Mar de Espanha, aí casou Júlio César com D. Ana Clementina Rothier Duarte em 1877.

"Dêsse consórcio, logo desfeito ao cabo de um ano, pela morte da espôsa, nasceu Iramira, (depois) Irmã Maria Ana de Jesus, religiosa do Bom Pastor, na casa de Buenos Aires.

"Ainda em Mar de Espanha, casou Júlio César segunda vez, e na mesma família, pois sua segunda espôsa, D. Joana Batista de Menezes Carneiro, era prima da primeira, e, na frase de testemunha ocular "senhora distintíssima, sempre cercada da maior estima e consideração".

Em 1884, animado pelos conservadores, transferiu-se Júlio César para Rio Novo, onde estabeleceu banca de advogado" (7).

Teve os seguintes filhos do segundo matrimônio: Cláudio José, Evangelina e Maria das Dores.

Quando ficou viúvo pela segunda vez, em 1889, resolveu entrar no Seminário de Mariana, decidido a ser sacerdote. Terminou os estudos de Teologia e conseguiu a dispensa do impedimento que aos viúvos, em segundas núpcias, costuma advir às ordens sacras. Recebeu a ordenação sacerdotal, conferida por D. Silvério Gomes Pimentá, a 29 de novembro de 1891.

Diz, com razão, o seu biógrafo: "Júlio César morrera. Sepultara-se em vida. Redivivo da graça, ia ser agora, transposto o Rubicon da vocação, em marcha para novos triunfos — apenas Júlio Maria" (8).

Do seu apostolado sacerdotal ficou ressaltado o munus de orador apreciadíssimo.

Percorreu quasi todo o Brasil, não atingindo tão somente Goiás e Mato Grosso. Foi êle quem insistiu com os párocos para deixar a sacristia. Confessou, entretanto, que o Cura d'Arts operou prodígios, atendendo 300 ou mais pessoas por dia, sem abandonar a sua Igreja. E' que o centro do apostolado paroquial só pode ser abando-

(7) ib. p. 47.

(8) ib. p. 48.

nado, momentâneamente, quando o exigir o bem dos fiéis, que constituem, em conjunto, a Igreja Universal, ou dos que se presume queiram pertencer à mesma Igreja.

Foi, todavia, providencial a missão evangélica do Padre Júlio Maria.

O seu tempo foi o da transição do Império à República, ou seja da união da Igreja com o Estado e da completa separação no regime republicano.

O Positivismo de Augusto Comte e Littré parecia ter-se transferido, doutrinariamente, ao Brasil; tal a impetuosidade da sua propaganda que os republicanos quiseram fixá-la na própria bandeira nacional: "Ordem e Progresso". Padre Júlio Maria foi o principal adversário da doutrina e a combateu, inteligentemente, em muitos discursos e artigos de jornais, refutando tôdas as objeções dos seus antagonistas. Sem embargo, aconselhava a cooperação dos católicos ao govêrno republicano, pois, êste lhes dava liberdade.

Dizem que na parte social chegou a prègar extremismos exaltados e fôra denunciado a Roma. A enciclica "Rerum Novarum" de 1891, fornecia-lhe argumentos seguros. Parece, portanto, haver exagero na afirmação, ou pelo menos Roma não deu importância, porque enviando-lhe o título de "Missionário Apostólico", em 1895, a Santa Sé reconheceu a sua ortodoxia doutrinária.

Nem vem ao caso o paralelo imaginado por Tristão de Ataíde: "Se hoje passados meio século e os acontecimentos sociais que conhecemos, somos chamados "criptocomunistas", ou "partidários da mão estendida" quando proclamamos de novo essas evidências, imaginem o escândalo que não provocaram no seu tempo quando ainda se julgava que uma vez abatido o trono, o altar não poderia, por muito tempo, se manter de pé" (9).

E' preciso notar que o suposto escândalo, se existiu, foi menor do que o entusiasmo popular:

"Numa das suas prédicas de 94, em São Paulo, ao tratar do *Socialismo*, tal foi a emoção do auditório que, finda a conferência, a multidão levou o orador entre gritos de aclamação até o Mosteiro de S. Bento onde estava hospedado" (10).

O que se condenava e ainda hoje se condena, e bem sabe Tristão de Ataíde, é a linguagem que, dizendo interpretar as encíclicas papais, usa de terminologia e de conceitos definidamente comunistas e aceita

(9) Tristão de Ataíde — Fôlha da Manhã — Letras e Problemas Universais — 22 agosto 1950.

(10) Jônatas Serrano — O. C. — p. 54.

o apêto de mão, na condescendência total, e não como quem conduz ao redil da Igreja: ceder tudo ao adversário, não será jamais desejar a sua conversão...

Não era esta a atitude do Padre Júlio Maria; queria êle trazer todos ao rebanho de Cristo, a fim de haver um só rebanho e um só Pastor. Todos os seus livros e discursos tinham essa finalidade.

Para se dedicar ainda mais a êste ideal sublime, ingressou, em 1904, na Congregação Redentorista. Fêz seu noviciado em Juiz de Fora.

A profissão religiosa fôra a 21 de dezembro de 1905, na Igreja da Glória.

O Superior, Padre Augusto Benkers, soube contornar certas dificuldades ao novo redentorista, compreendendo a passagem de sacerdote secular à vida de religioso congregado. Não é, segundo pensam alguns comentadores, que impusesse o novel redentorista restrições às Regras de Santo Afonso a seu respeito. A perspicácia dos Superiores fôra, prudentemente, inculcando-lhe o espírito de maior humildade, de obediência completa, embora racional, que a pobreza e castidade eram virtudes notórias no Padre Julio Maria.

Era continuação de apostólico missionário.

Iniciou as suas célebres quaresmas quando, em 1907, fôra fixada sua residência no Rio de Janeiro. A Catedral fluminense ficava regorgitando de ouvintes, das mais elevadas posições sociais, para ouvir-lhe as magnificas conferências.

Sócio do Instituto Histórico Brasileiro, desde 1899 (11), foi proposto para êste nosso Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em quinta sessão ordinária de 4 de abril de 1908, quando o Presidente snr. Conselheiro Duarte de Azevedo "apresenta proposta e pede dispensa de interstício para que se confira o grau de sócio honorário ao grande orador sagrado dr. Júlio Maria. E' aceito e aclamado" (12).

Historiador respeitado bem lhe valeram os dois títulos nos respectivos Institutos.

Seu trabalho nesse sentido, no 1.º volume do *Livro do Centenário* (1900): "*A Religião — Ordens religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil*", elogia o Clero na primeira fase e não posteriormente. Jônatas Serrano tece os maiores elogios e resume o final conteúdo: "pelo *regalismo*, pelo enfraquecimento das ordens re-

(11) Revista do Instituto Histórico Brasileiro — v. LXII — 2.ª parte — p.p. 334 a 339.

(12) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. v. XIII — p. 448.

ligiosas, pelo desprestígio do clero, pelo efêmero da reação católica na questão religiosa, e finalmente pelo racionalismo e cepticismo das classes dirigentes — (o império foi) o período da *decadência* da religião católica no Brasil” (13).

Há, no entanto, forte contradita ao pessimismo histórico de Júlio Maria.

Fazemos nossas, neste ponto, as sensatas afirmações do P. Heliodoro Pires:

“Digno de atenção aqui é o testemunho do magistrado que se fez redentorista, Júlio Maria; estudando a Religião no período colonial, asseverou: “o clero regular e secular teve e não repudiou, uma missão gloriosa em mais de dois séculos de nossa existência política... geração clerical brilhante, intrépida nos combates da inteligência, como nas batalhas da vida pública.

Foi operoso e constante o clero de outrora, observa Raimundo Trindade; de suas faltas o redimiu totalmente a grande fé que o animava.

“Escreveu Júlio Maria que na monarquia, o clero se desprestigiou e durante 67 anos se manteve mudo, resignado, impassível diante dos golpes repetidos e dos atentados contra a Santa Igreja. Manda a justiça que se diga que há engano e erro gravíssimo nesta recriminação do conferencista ilustre. Observemos, de comêço, que a luta dos bispos não foi apenas questão de um instante. Foi uma batalha cheia de lances dolorosos e cargas marciais impressionantes; abraçou larguíssimos e dilatados meses assinalando agudamente uma fase da história do império. O clero não se calou”.

Depois de passar em revista os mais importantes acontecimentos e de mostrar a atuação do Clero no seu contínuo protesto e reação, concluiu: “O clero brasileiro dos tempos do primeiro e do segundo império jamais fechou os lábios diante dos desatinos dos filisteus. Um clero que protesta não é um clero sem prestígio. Júlio Maria está errado” (14).

Imbuído no subconsciente de preconceitos antimonárquicos, que faziam reverter aleives contra o clero, Júlio Maria esquecera-se que embora o *regalismo* quisesse abafar a autonomia hierárquica e proibisse noviciados para enfraquecer as Ordens Religiosas, o Clero Secular e Regular cumpriu sua missão, embora com dificuldade notória. O desprestígio aludido fôra desmentido pelos próprios educadores, presidentes de províncias, deputados, senadores, oradores, escritores

(13) Jônatas Serrano — O. C. — pp. 203 a 205.

(14) P. Heliodoro Pires — **Temas de História Eclesiástica do Brasil** — S. Paulo 1946. — pp. 436 a 448.

e professôres, na maioria ou com representantes no Clero. Basta ler as efemérides relativas à questão religiosa para se notar a reação quase geral. Hoje com documentos publicados é mais fácil averiguar a atitude clerical, retratada, em parte, por D. Duarte Leopoldo e Silva: "O Clero e a Independência" e pelos autores que atingem, com imparcialidade, as diversas épocas da História do Brasil.

Foi, realmente, bem diferente o quadro, carregado de tintas escuras, que o nosso homenageado tentou bosquejar.

Nem por isso iremos deixá-lo nesta penumbra inglória. Este passo de historiador menos precavido não poderá anular as glórias do primoroso escritor, do advogado exímio e culto, do sacerdote modelar, do orador consumado e apostólico missionário que foi o Padre Júlio Maria. Estas glórias refulgem cintilantes no seu centenário natalício, com proveito para todos nós.

* * *

Foi no dia 2 de abril de 1916 que a sua enfermidade, tumor canceroso no estômago, o prostrou sem vida. Antes, porém, como piedoso sacerdote, recebera os últimos sacramentos e, pouco antes de meia-noite, voou para o céu.

Vida útil a si mesma e dedicada ao bem do próximo pelo amor de Deus, só poderia ter como recompensa esse mesmo Deus a quem êle gozará e glorificará por todos os séculos dos séculos.

PUBLICAÇÕES DE JÚLIO CÉSAR CITADAS POR SEU BIÓGRAFO JONATAS SERRANO

Pensamentos e Reflexões de Júlio César de Moraes Carneiro, doutor em direito — Rio de Janeiro, Tip. Central, de Evaristo R. da Costa — 1822 (só se publicou o 1.º vol. 108 págs.).

Questões Políticas, por Júlio César de Moraes Carneiro, doutor em direito — Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1883 — (128 págs. — Biblioteca Nacional: III, 305, 2, 26 — 2).

Carta-Prólogo in Segredos d'alma, poesias de J. J. do Carmo Gama — Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1886.

PUBLICAÇÕES DO P. JÚLIO MARIA

O Deus Desprezado — Estudo sôbre o Santíssimo Sacramento, o culto, o ensino e o estado das Paróquias — 1895. Tip. Americana — Juiz de Fora 184 págs.

A Paixão — Prédicas na Igreja Matriz de Ouro Preto, durante a Quaresma de 1895 — Estenografadas por Salomão Vasconcelos e revistas pelo Autor — 1895, Tip. Americana. Juiz de Fora — 136 págs.

A Caridade — Conferência realizada na Santa Casa, em 5 de Janeiro de 1896 — e Apelos publicados no "Farol" — 1896, Tip. Americana, Juiz de Fora — 42 págs.

A Graça — Prédicas na Capela de S. Sebastião da Cidade de Juiz de Fora — Extraídas pelo Dr. José Mariano Pinto Monteiro e revistas pelo Autor. — 2.^a ed., aumentada com mais 9 prédicas — 1897. Tip. Americana, Juiz de Fora — 232 págs.

Apóstrofes — 1898. Niterói — Escola Tipográfica Salesiana. — 164 págs.

Conferências da Assunção — 4 séries realizadas no Rio de Janeiro.

1.^a série: 1897 — Preliminares — 12 confer.;

2.^a série: 1898 — O Dogma — 12 confer.;

3.^a série: 1889 — A Moral — 8 confer.;

4.^a série: 1900 — O Culto — 8 confer.

A Devoção do Santíssimo Sacramento é a Primeira das Devoções — Visita aos Asilos no Ipiranga. 1899. Tip. Paupério & Cia. S. Paulo — 36 págs.

Sete Discursos — I. O Cristianismo e o Comércio. II A Formação das Cidades. III A mendicidade. IV A Caridade (tirado em avulso; v. supra). V. D. Bosco e o Pobre. VI. A vocação dos Povos e o 4.^o Centenário do Brasil. VII. Discurso de recepção no Instituto Histórico (a 8 de Dezembro de 1899) — 1900. Tip. Tôrres. Juiz de Fora — 70 págs.

A Igreja e o Povo — (artigos publicados na "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro). — 1900. Tip. Tôrres. Juiz de Fora — 44 págs.

A Religião — Ordens religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil. Memória pelo Pe. Júlio Maria, Doutor em Direito, Missionário Apostólico e Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil — no 1.^o volume do "Livro do Centenário" — 1900. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. — 134 — págs. in 8.

O Santíssimo Sacramento — Conferências promovidas pela Irmandade do SS. Sacramento da Catedral de S. Paulo em homenagem a Jesus Cristo Redentor, na passagem do século XIX para o século XX — 1900 — 1901. Tip. Paupério & Cia. S. Paulo. (10 conf. cerca de 160 págs.).

O Decálogo — Conferências na Catedral do Rio de Janeiro, em 1907. Com o retrato do Autor. — Editor: Padre Mário Matos, vigário de S. João Nepomuceno, Minas. — Tip. S. Sebastião, cidade do Pomba, Minas — 82 págs.

Os Pecados — Conferência na Catedral do Rio de Janeiro, em 1908 — Publicadas no "Jornal do Comércio", Março-Abril de 1908.

Discurso — pronunciado por ocasião das exéquias solenes de D. Carlos I e D. Luís Felipe, promovidas pela Colônia Portuguesa em Belo Horizonte a 27 de Fev. de 1908 — Papelaria Mineira, Belo Horizonte — 14 págs.

A Paixão — Pregação durante a Quaresma de 1911, na Catedral de São Paulo — Publicadas no "Jornal do Comércio" do Rio, Março-Abril de 1911 — Dos resumos publicados no "Correio Paulistano" e revistos pelo Autor, há boa reprodução na revista salesiana "Santa Cruz" (de S. Paulo), ano XI, fascículo IX, de Junho de 1911.

A Segunda Vinda de Jesus Cristo — Prédicas na Matriz da Glória, no Rio de Janeiro, em Maio e Junho de 1912 — 1913. Tip. Cruzeiro. Rio de Janeiro. 182 págs.

O Credo — Conferências na Catedral do Rio de Janeiro. — 2 séries: 1914 e 1915 — Publicadas no "Jornal do Comércio" e também revistas pelo Autor, nos volumes 6, 7 e 8 da "Revista Social" do Rio de Janeiro.

Conversas sobre a Vida Cristã — Palestras realizadas na União Católica do Rio, e publicadas nos volumes 6, 7 e 8 da "Revista Social".

Vários trabalhos em jornais de Minas, S. Paulo e Rio, dentre os quais convêm citar:

A Cidade, discurso na missa campal de 20 de Janeiro de 1910, no "País", de 24 do mesmo mês;

A Paixão, artigo no "País", de 25 de Março de 1910;

Elogio Fúnebre de Joaquim Nabuco, lido em 11 de Abril de 1910 na Catedral do Rio e publicado no "País", de 15 do mesmo mês;

Três Vitórias do Cristo, artigo no "País", de 14 de Abril de 1911;

O Divórcio, discurso proferido no Círculo Católico, a 24 de Outubro de 1912 e publicado, com retrato do orador, no "País", de 4 de Maio de 1913;

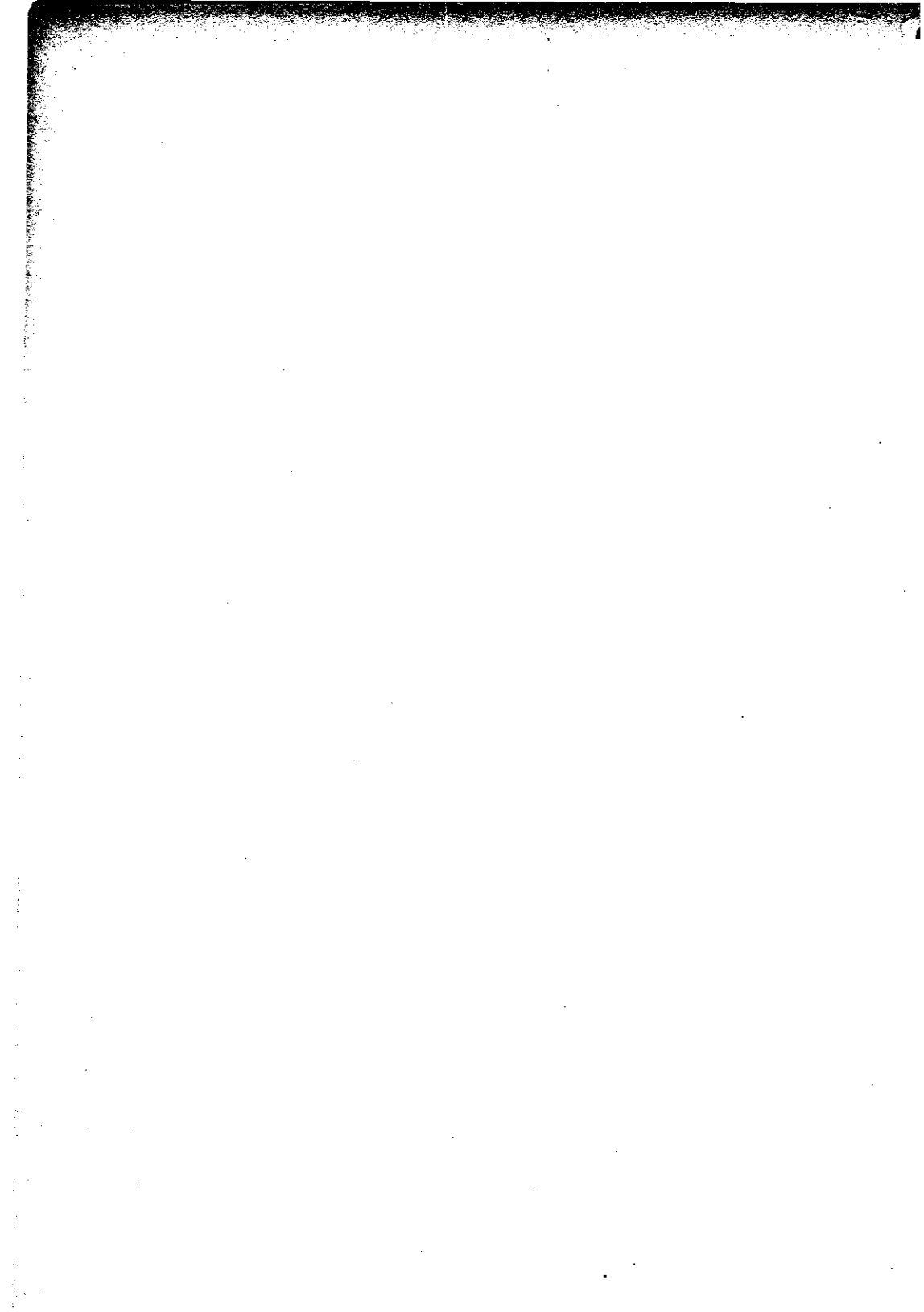
O Catolicismo Progride no Brasil? — resposta ao inquérito da "Imprensa", do Rio, e nela publicada a 10 de Novembro de 1912;

O Catolicismo-Social no Brasil, publicado na União, do Rio de Janeiro, em 1.º de Fevereiro de 1914.

* * *

Dêsde estudande de preparatórios, Júlio César escreveu em jornais de Angra dos Reis. Durante o período acadêmico colaborou no "Correio Fluminense", jornal do Dr. Ramos Figueira, com artigos ora assinados, ora com os pseudônimos **Juvenal** e **Etelvino**. Em S. Paulo foi colaborador e folhetinista da "Imprensa Acadêmica"; de 70 a 74 publicou artigos, versos e folhetins. Em 1873 fundou o "Tribuno", na capital paulista. Em 1875 publicou: **Teses para o grau de doutor, — Dissertação sobre a letra de câmbio e Discurso de doutoramento**. Depois de 75 colaborou na "Provincia de Minas" e no "Baependiano". Fundou e redigiu em Mar de Espanha a "Nova Fase".

Ap. Coleção Boa Imprensa. Jônatas Serrano. **Júlio Maria**. pp. 9 a 12.



Registro Literário

Joaquim Thomaz

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 15 de agosto de 1951)

Tomando posse a 4 do corrente mês da nossa cadeira no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tivemos ensejo, agradecendo as boas vindas que nos deu o seu brilhante orador oficial, sr. dr. Leite Cordeiro, e as palavras gentis que nos endereçou o seu eminente presidente o erudito sr. dr. Ernesto de Sousa Campos, ex-titular do Ministério da Educação e orgulho legítimo do professorado universitário de São Paulo, de pronunciar as seguintes despretensiosas palavras de agradecimento:

"Sr. Presidente, srs. consocios, minhas senhoras, meus senhores:

Houtra sobremodo insigne foi para mim a de ser recebido neste augusto cenáculo do pensamento bandeirante, senão mesmo do pensamento do Brasil! E' que aqui se acha, Sr. Presidente, como tão bem sabe Vossa Excelencia, um dos pontos altos da intelectualidade brasileira, um dos cumes da cultura pátria, um dos bastiões do nosso engenho mental, e tão destra e tão eximamente se tem havido o nosso caro e venerando Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no zêlo pela tradição, no amor pelo estudo, no carinho e na preservação dos mais nobres ideais da comunidade patrícia, que não erro ao dizer "augusto cenáculo do pensamento brasileiro", porque não vejo desprimor, diminuição ou prejuízo algum para as demais unidades federadas desta grande e laboriosa Nação ao chamar a São Paulo uma como síntese da nossa própria maioridade intelectual!

Daqui partiram de certo as flâmulas bandeirantes e aqui se firmaram nos passos ainda indecisos da Colônia nascente os primeiros educadores que tivemos: os Jesuítas! Os bandeirantes levavam com eles o descortino e o progresso, a audácia e a temeridade, o heroísmo e a estoicidade, a ação e a vontade para a conquista das riquezas imagi-

nárias, o destemor para o desbravamento da floresta virgem, em cujo seio fresco e misterioso traçavam os caminhos mais audazes para buscar o além do seu sonho e da sua aventura. Os Jesuítas, à sua vez, alteavam à sombra luminosa da Cruz de Cristo não só o Evangelho para colhêr as almas, mas ainda a Cartilha para atrair os espíritos — semente abençoada cuja eclosão havia de rebentar em flôres e estas flôres em outros tantos frutos, opimos e doces frutos, que amadureceram na generosa sação radiosa dos autênticos valores mentais que têm engrandecido através dos tempos a nossa inteligência em todos os setores da vida humana, desde o domínio das ciências propriamente ditas até à singeleza dos misteres comuns tão úteis e tão nobres como as primeiras.

Embora o litoral, notadamente a Bahia — a nossa mãe Bahia, genetriz da Nacionalidade, em cujos seios fartos beberam e se engrandeceram os primeiros brasileiros — e Pernambuco — o invicto guerreiro das emboscadas contra o invasor, o temerário de tôdas as horas, o invencível de todos os momentos — sofresse mais decisivamente as influências da Metrópole lusa no que toca à nossa formação mental, foi de certo em São Paulo que o Brasil esplendeu na grandeza formidanda do seu destino de crescer para os lados e para cima. Foi aqui que se plânearam alguns dos mais belos e audaciosos movimentos cívicos de que nos orgulhamos e à frente dêles vemos as figuras mais altas que se destacam no cenário da nossa História nos três regimes da nossa vida política.

Na Colônia, no Império, na República, São Paulo reponta sempre, não só no plano material, mas também e ainda no plano cultural, como braço da mais bela refulgência.

Vemo-lo insubmisso aos desmandos do Reino nos dias longínquos da Colônia, sem se deixar abater em certos momentos em que a régia mão dos potentados de além-mar ou a prosápia arrogante e inquisidora de sua famulagem procuraram amesquinhá-lo ou corrê-lo dos alcantis de sua altivez ou dos cômoros da sua valentia. Aqui mesmo vai um dêstes lances de rebeldia e atrevimento da alma inquieta e insatisfeita de São Paulo sob a Colônia. É o trecho de uma carta datada de 13 de janeiro de 1606 e enviada ao donatário da Capitania e na qual se dizia: "... estão as coisas da terra de candeia na mão e cedo se despovoará, porque assim os capitães e ouvidores que Vossamercê manda, como os que cada 15 dias nos metem os governadores-gerais em outra coisa não entendem, nem estudam senão como nos hão de esfolar, destruir e afrontar..."

Eis o topete! Eis altanaria de um povo que não tinha nascido para viver sujeito!

Os Andradas são depois o santelmo de perene rastro fulgente que coroou a noite de nossa escravidão política! Com êles a aurora foi mais próxima, mais fácil o caminho, mais retumbante o triunfo. O príncipe regente não escolheu outro cenário senão o do céu de São Paulo para viver a hora olímpica, a hora gloriosa, a hora de ouro, a hora mais que sonora, a hora sôbre tôdas inesquecível da nossa emancipação, da nossa liberdade, da nossa definitiva independência como nação soberana e digna de viver com os seus próprios filhos e sôbre os seus próprios alicerces de honra, de sobranceria, de trabalho proficuo e jocundo.

Rotos ficaram os liames que nos prendiam aos remansos ancestrais do Tejo quase milenário e tudo quanto havia sido sonho, loucura, arrebatamento, fantasia libertária em muitos lugares, nas várias das Capitánias, tornou-se fulgente realidade na terra de São Paulo, sem derramamento de sangue, sem martírios inúteis, sem esquartejamentos hediondos, sem fôrças ignominiosas, sem degredos mesquinhos, sem aviltamento de nomes que a posteridade sagraria depois com o seu julgamento infável e sereno!

De certo que o Brasil mental deve sobremodo aos nortistas boa porção de seu ouro. Façamos aqui um "alto" para irmos ao encontro dos jesuítas em Vila Velha, aí pelo ano de 1549 e antes que êles se acolham à morada definitiva do Terreiro de Jesus. Vemo-los a todos aí em azáfama ao lado do próprio governador Tomé de Sousa a levantar as primeiras casas de táipa que tivemos. Em meio delas, varando o céu translúcido e joeirado de sol, a flecha de uma cruz encimando a pequena ermida de Nossa Senhora da Ajuda, canonicamente a primeira igreja que tivemos. Antes dela duas outras capelas ungeram o seio moreno da terra baiana: a de Nossa Senhora das Graças, levantada por Catarina Paraguaçu, pelo regresso de seu espôso Caramuru, são e salvo de perigosa emprêsa; e a de Nossa Senhora das Vitórias, pelo triunfo das armas lusas contra os índios. Os nossos visitantes se chamam Manuel da Nóbrega, Antônio Pires, Leonardo Nunes, João Navarro, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, os dois últimos só ordenados mais tarde.

O primeiro mestre-escola que tivemos chamou-se Vicente Rodrigues e o primeiro brasileiro que aprendeu a ler neste país foi um índio que depois do batismo se chamou Pedro, e que, em dois dias, apenas, aprendeu todo o alfabeto, pasmando o seu próprio professor e os demais que com êle assistiam. A catequese se inicia, então. Um pouco mais e nova leva de padres desembarca na enseada de Todos os Santos. São êles: Manuel de Paiva, Afonso Brás, Francisco Pires e Salvador Rodrigues. Nesta segunda expedição jesuítica se incorporam sete meninos órfãos trazidos de Lisboa para ajudar na ca-

tequese. Falando dêles o padre Manuel da Nóbrega escreveria: "Os meninos órfãos que nos mandaram de Lisboa com os seus cantares atraem os filhos do gentio e edificam muito os cristãos". A êles juntou o superior dos Jesuítas "outros órfãos da terra que havia muitos perdidos e faltos de criação e doutrina...". Em 1551 novos órfãos chegaram de Portugal e com êles nasceu o então Colégio dos Meninos de Jesus que perderia dito nome em 1556 para ser simplesmente Colégio de Jesus. Pouco depois da fundação do Colégio dos Meninos de Jesus aporta na Bahia a terceira expedição dos padres de Santo Inácio. Nela avulta-se o futuro padre José de Anchieta, então irmão leigo, que trazia, sem o saber, escondida na mão a semente de onde germinaria São Paulo, ideado por êle e seu companheiro, Padre Manuel de Paiva, sob a complacência paternal de Nóbrega que tão bem sabia confiar no tino e na prudência dos seus irmãos de hábito. O primeiro sôpro é o Colégio aberto a 25 de janeiro de 1554, sob a invocação do Apóstolo das Gentes. Casa tósca, feita de taipas como o Colégio da Bahia, e coberta de fôlhas de palmeira. O Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente — cópia fiel do da Bahia — se trasladava para o planalto de "melhores ares, em terra desafogada, mais perto dos índios acessíveis à doutrina cristã". Nóbrega que o dirigia foi, pouco a pouco, fazendo-o extinguir-se nas altas quebradas de Piratininga — agora já com o nome de Colégio dos Trabalhos Apostólicos — onde vieram ter Manuel de Paiva, Afonso Brás, Vicente Rodrigues, todos clérigos, e mais os leigos José de Anchieta e Gregório Serrão. Os catequistas Pedro Corrêa, João de Sousa e o leigo Fabiano são traiçoeiramente mortos pelos Carijós ao se dirigirem a São Paulo.

De certo que ao lembrar aqui a obra civilizadora dos jesuítas — muitos dos quais nos vieram do norte, depois de lá trabalharem — é bem que relembremos igualmente os primeiros exploradores — sem esquecer aquêle grande Antônio Dias Adórno que navegou pela primeira vez o Rio das Contas em uma piroga com mais três intrépidos companheiros — relembremos os primeiros exploradores do deserto nordestino que entraram o vale adormecido de São Francisco atrás de lendárias riquezas que iriam imaginariamente opulentar as arcas da coroa portuguesa. Chamam-se êles João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco que foram explorar as jazidas de ouro da serra de Picaraça, Belchior Dias, o caçador da prata de Monomotaba, seu pai, Roberio Dias, e tantos outros pioneiros, que da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe, atearam a chama da cobiça do ouro, da prata e das pedras preciosas, por todo o sul do Brasil, inspirando então as famosas "bandeiras" e levantando homens do porte dos sertanistas Nicolau Barreto, Pedro Vaz de Barros, Garcia Rodrigues Velho, João

Pedroso de Morais, o conhecido "terror dos índios", e mais os inquebrantáveis Antônio Raposo Tavares, Manuel Preto, Sebastião Preto, Manuel Pires, Francisco Bueno, Jerônimo Pedroso de Barros, pressurosos todos em dilatar o âmbito do seu prestígio e o vácuo de suas bôlsas. Todos êstes nomes, no entanto, empaleceram. Os do norte, os do sul. Só e só restou entre tantos o de Fernão Dias Pais Leme, o simbólico caçador das Esmeraldas, morto nas cercanias de Sumidouro, aos setenta e três anos, sem alcançar, senão em sonho e febre, as pedras verdes de Sabarabuçu.

Voltando a falar do norte, do seu desenvolvimento intelectual, do seu progresso espiritual, na Colônia e no Império e ainda na República, é bem que notemos ser em nada subestimável a sua importância e valia. A Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, criada contemporaneamente com a do Rio de Janeiro, por D. João, ainda quando Príncipe Regente, deu, momentaneamente, importância desusada à antiga capitania onde fundearam as naus de Tomé de Sousa e que servira longo tempo de sede do governo-geral. Poucos anos depois a criação simultânea dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda dava a esta metrópole paulistana o galardão de estar ombro a ombro com as mais importantes cidades do Brasil em matéria de ensino superior. A celebrizada Escola de Recife de certo que agremiou algumas das mais belas culturas que temos tido. Mencioná-la equivale o mesmo que a reevocação de um largo e áureo período de nossa formação espiritual.

Os filósofos, os poetas, os eruditos nos vieram de lá. De lá nos vieram o gênio do Verso e o gênio do Verbo. Daqui lhe mandamos nós, entretanto, as figuras mestras do Estado, os plasmadores e consolidadores da República, os gigantes da arte política, os grão-duques da Economia, os titãs do Café e da Indústria. O Norte, a Estática. São Paulo, ou por outra, o Sul, a Dinâmica, a força avassaladora, a criação de maravilhas, não em sete dias como foi feito o mundo pela mão toda poderosa de Jeová, mas em sete horas como o exigiam a pressa, a aptidão, a resolução, o entusiasmo, o vigor pioneiro do Paulista!

Por que lembrar nomes daqui e de lá? Por que falar do papel de cada um desses patrícios que enobreceram em seu tempo a vida política, jurídica e literária do Brasil? Convém só atinar que muitos dos nortistas que subiram na admiração e no aprêço dos pósteros e na gratidão comovida da pátria viveram sob as arcadas da Faculdade do Largo de São Francisco e suas sombras ainda se projetam ao calor do nosso sol meridiano. Todos ou quase todos os grandes nortistas tiveram contato com a terra-mãe da liberdade brasileira, sentiram do seu calor, comeram do seu pão, provaram do seu afeto, un-

giram-se do óleo santo de sua ternura hospitaleira, do carinho de suas mãos afáveis e afeitas a tôdas as delícias do amor perfeito e constante.

A Abolição e a República nasceram do ideal comum de todos os brasileiros que não desejavam para nossa pátria mesmo o cetro mais fúlgido ou a coroa mais luzente. A campanha pela redenção do cativo e a propaganda republicana se entrelaçam no desejo de libertar os homens de côr e alforriar os homens brancos. Aos primeiros das geenas da escravidão; aos segundos das mesuras do Paço, do protocolo do Trono, da vontade soberana de um só homem com direitos e privilégios de sangue e a suposta imunidade do direito divino.

Quem superará, entretanto, a São Paulo, nestas duas grandes pelepas, nestes dois entreveros famosos que são os que quebraram as correntes aos escravos e os que abriram caminho para a prática de um regime mais consentâneo com o sentimento, a índole e a unidade do povo brasileiro desejoso de viver sem tutelas perenes, cioso por caminhar livre como o próprio vento que sacudia as florestas ou galopava infrene no dorso das tempestades?

Ninguém, por certo!

Aqui se forjaram alguns dos apóstolos destas duas nobres cruzadas. O Navio Negroiro sibilou como um raio dentro da noite do cativoiro. Já em 1810 o magistrado Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira impetrara ao príncipe D. João liberdade para os filhos de mães escravas. A Lei Áurea encontra Antônio Prado e Rodrigo Silva no poder. Luís Gama é o José do Patrocínio de São Paulo. A República, como a Abolição, encontra aqui um ninho de legionários. Glicério, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Júlio Ribeiro, Campos Sales, Silva Jardim, Saldanha Marinho e quantos mais para solapar pelo verbo ou pelas armas, se preciso, o trono decadente.

Como vêdes, meus caros consócios, é um esplendente caminho de glórias a história de São Paulo de Piratininga desde a sua origem até a esta hora em que vos falo cheio de ufania por me encontrar entre vós. Aqui no seio ubertoso da terra fecunda pelas águas do Tamandatué e do Anhangabaú se imprimiu a mais bela página de heroísmo civilizador, de intrepidez cristã, de sabedoria política, de que temos notícia ao longo dêsse grande in-folio que são os quatro séculos de vida do Brasil. Aqui se plasmaram sonhos e aqui desabrocharam realidades visíveis e palpáveis da nossa grandeza, do nosso esforço, do nosso progresso. Em vão não dormem nestes campos abençoados — onde ainda se ouvem rufos de caixa surda e o faiscar de espadas nuas lampejando ao cálido beijo da luz tropical — os pioneiros. Os que trouxeram a Cruz ou os que levaram as Bandeiras para conquistar o ouro, a terra e o gentio. Em vão não dormem sob a nossa

guarda porque todos os dias os evocamos pondo os seus nomes nos lábios como uma prece que nos vem do mais fundo do coração, do mais recôndito de nossas almas reconhecidas.

Muito falaria eu ainda, sr. Presidente, se quisesse abusar da magnanimidade da atenção de Vossa Excelência e da atenção magnânima dos nossos caros companheiros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Por hoje o que quero dizer a êsse ilustre plenário que me recebe com o calor de sua simpatia e o generoso aprazimento do seu convívio tão honroso é da minha vaidade, do meu orgulho imenso, em pertencer a uma Casa como esta, guardiã das tradições mais carás ao povo paulistano.

Prometo tudo fazer, ilustres consócios meus, para merecer a investidura com que generosamente iluminais um largo trecho do meu obscuro caminho de escritor e de homem de letras. E no afã de servir ao Brasil servindo a São Paulo aqui me achareis sempre para cooperar convosco na obra do engrandecimento cultural do nosso país.

Não tenho de meu grande cabedal, como sabeis, mas confio em Deus Uno e Trino, no Seu Santo Espírito Paráclito e na constante ajuda vossa, de que não periclitarei na minha jornada; no propósito que tenho de ser útil a todos vós.

Embora não seja eu paulista de nascimento, sou-o pelo coração; sou-o pela convivência; sou-o pelas raízes de afeto que me prendem irremissivelmente ao sagrado solo paulistano; e sob o dossel estrelado do vosso céu sempre lindo, do fulgor sempre novo do vosso sol sempre belo, vive na terra que é vossa minha Mãe — motivo para o qual se voltam todos os alvoroços do meu coração!

Parodiando o meu grande amigo e inesquecível conterrâneo vosso, Martins Fontes — tuba de alto clangor — eu poderia repetir-vos com orgulho:

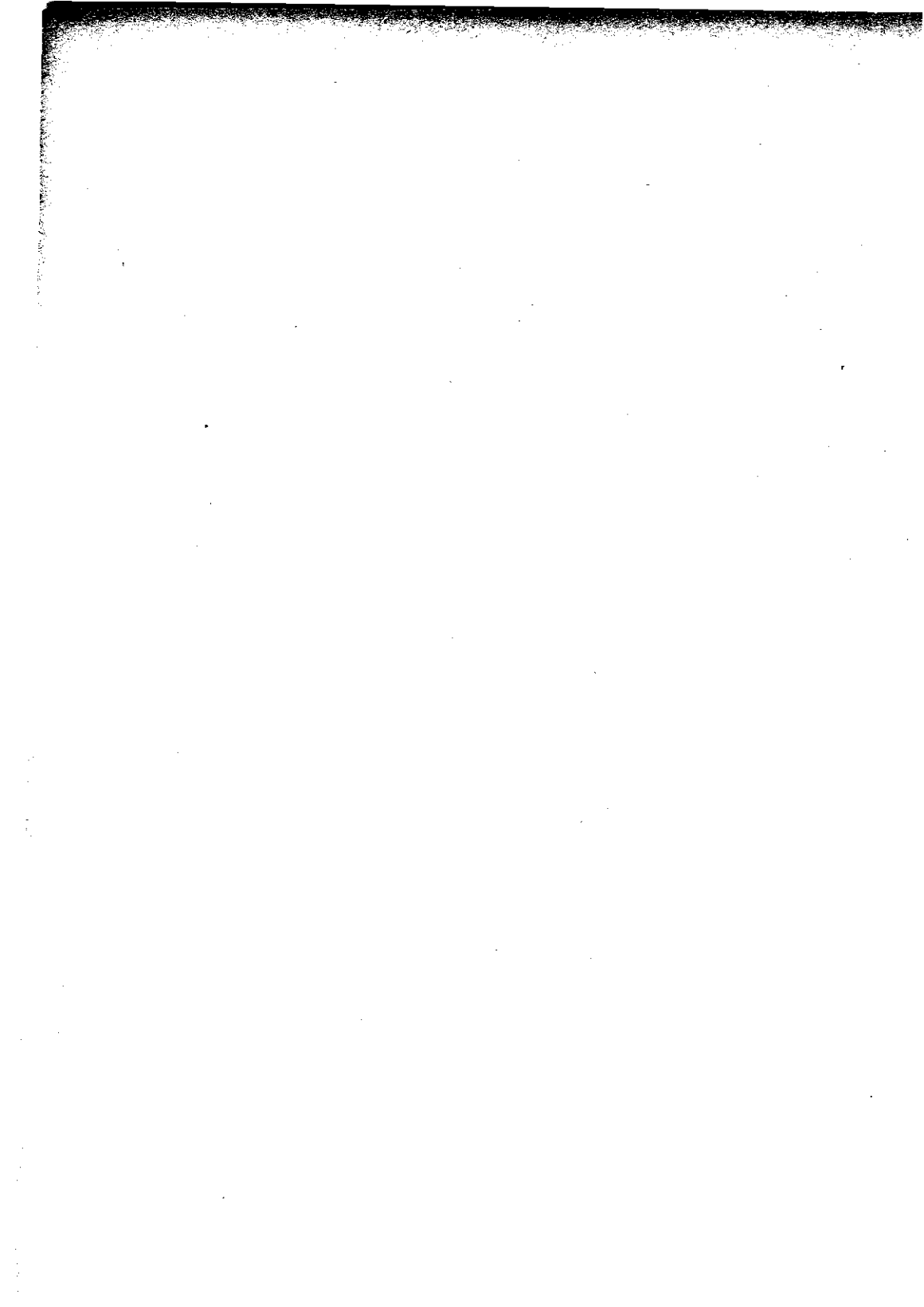
*“De minha terra, para a minha terra
Tenho vivido. Meu amor encerra
A adoração de tudo quanto é nosso*

*Por ela sonho num perpétuo enlévo,
E incapaz de servi-la o quanto devo,
Quero ao menos amá-la o quanto posso”.*

Servir a São Paulo, ao seu, ao nosso, Instituto Histórico e Geográfico? Prometo-o com tôda a minha fé, com tôda a minha vontade, com tôda a minha galhardia e com o entusiasmo de que sou capaz!

— Amá-lo?

— Impossível, mais!”



Subsídio para a História de Itu e Sorocaba

Prof. Ernesto de Sousa Campos

Examinando manuscritos na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em busca de elementos inéditos sobre a história de São Paulo, deparamos com um documento muito interessante e autêntico por ser da época. Trata-se de uma consulta endereçada à Metrópole portuguesa pelo governador de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta. Refere-se ao período de organização das casas de Misericórdia de Itu e de Sorocaba.

Já havíamos encontrado notícias sobre o caso no relatório que esse governador elaborou para orientação do Marquês de Alegrete, seu sucessor. Demos conta dessa circunstância no trabalho "Santa Casa de Misericórdia de São Paulo" contido no volume 44 — 2.^a parte — da nossa Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

Escrevemos, então, que no parecer de Franca e Horta as Misericórdias (e segundo suas próprias palavras) "são os estabelecimentos mais importantes de um Estado, pelos socorros que prestam às misérias da humanidade".

Empregou, por isso, "zêlo incansável e a mais particular atenção" em favor destas instituições. Realmente, dissemos, "Franca e Horta deu mão forte às Misericórdias da Capitania, intervindo em benefício das casas de São Paulo, de Santos, de Itu e auxiliando a organização da irmandade congênere de Sorocaba".

Ora, Franca e Horta, empossado a 10 de dezembro de 1802, foi substituído no cargo a' 31 de outubro de 1811. Assim a Santa Casa de Itu, como a de Sorocaba existiram naquela época, entre 1802-1811.

A questão fica perfeitamente esclarecida pela transcrição, na íntegra, do documento a que nos referimos.

F. Nardy Filho, conceituado historiador que tão grandes serviços tem prestado à elucidação da nossa história, pelos seus trabalhos

e pesquisas, publicou, em 1940, um livro sobre "A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu".

Nesse trabalho, o autor assevera e documenta que a atual Irmandade da Misericórdia de Itu foi criada em virtude de uma indicação do vereador Salvador Nardy de Vasconcelos, apresentada em sessão da Câmara Municipal daquela cidade, em 13 de julho de 1837. Acrescenta ter sido esta indicação "a primeira idéia da fundação de uma irmandade da Misericórdia em Itu".

Em seguida, Nardy Filho comenta a declaração de um dos mesários, por ocasião de se reunir pela vez primeira a Mesa Administrativa de 1840. Lembrou o irmão, Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca, que havia existido "uma antiga Irmandade da Misericórdia desta vila ao tempo do General Orta".

Supôs o historiador mencionado ter havido "engano da parte desse distinto ituano". Procura interpretar dizendo que antes da congregação de 1837-1840 "nenhuma outra existiu nessa cidade". Sustenta novamente este parecer, dizendo: "o que houve em Itu, como nas outras vilas de então, foram esmoleres da Misericórdia, nomeados pelo capitão general governador, para angariar auxílios e donativos, para a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, daí o equívoco do Sr. Pacheco da Fonseca". O documento que iremos transcrever demonstra que o mesário Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca estava com a razão ao fazer aquela afirmativa. Verificamos que antes de 1806, ao tempo de Franca e Horta, já o Conselho Ultramarino havia tratado do *Compromisso da Santa Casa de Itu*. Eis o trecho do que, a seguir, reproduziremos por completo:

"ordenando o Conselho que a Secretaria satisfizesse o requerido pelo Procurador da Fazenda, se juntaram aos papéis duas Consultas resolutas por Vossa Alteza Real, uma sobre o *Compromisso da Irmandade da Misericórdia da vila de Itu* da mesma Capitania" (São Paulo)

O documento tem a data de 18 de julho de 1807. Não há pois a menor dúvida. Assim, a Santa Casa de 1840 é, na realidade, uma restauração da primeira, anterior a 1806.

A Santa Casa de Itu é, portanto, mais antiga. Recua, nas suas origens, de quase três décadas. É preciso acentuar que estas organizações de caridade por vezes sofreram interrupções. A falta de recursos as forçava a tal decisão. Tais fatos ocorreram mesmo com as de São Paulo e de Santos. Reorganizavam-se depois, obedecendo às mesmas regras gerais, apesar de serem diferentes os irmãos.

Vejamos agora o documento em sua íntegra.

"Arquivo do Conselho Ultramarino. Consultas das Capitânicas de Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso.

Volume correspondente aos anos de 1754 a 1807 — Pág. 558.

Satisfaz-se ao que Sua Alteza Real Ordena sobre o Officio do Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo em que Supplica alem de outras cousas de que trata a confirmação do Compromisso da Irmandade da Misericórdia da Villa de Sorocaba na dita Capitania.

Senhor — Em aviso do Visconde de Anadia, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e *Dominios Ultramarinos* de quinze de Julho do anno passado (1806) foi Vossa Alteza Real servido mandar remetter a este Conselho Um Officio do Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo Antonio José da Franca e Horta, datado de primeiro de Março do mesmo anno, com dois compromissos inclusos e mais papeis ao dito officio juntos; para que se consultasse a vista de tudo o que parecesse.

O sobredito Officio sobe por copia com os papeis que vinham inclusos, e igualmente o Compromisso feito pela Mesa da Irmandade da Misericórdia da Villa de Sorocaba e nelle implora a Vossa Magestade Real o sobredito Governador graça de confirmar o dito compromisso por ser de utilissimas consequencias para aquelles povos.

E sendo ouvido, o Desembargador Procurador da Fazenda respondeu que tinha lembranças que já no Conselho se tratou sobre a confirmação do contracto com a Misericórdia de Santos que o Governador referia no Officio, converia juntar-se o que houvesse informar-se do que foi decidido, e depois diria.

Ordenando o Conselho que a Secretaria satisfizesse o requerido pelo Procurador da Fazenda se juntaram aos papeis dusa Consultas resolutas por Vossa Alteza Real, uma sobre a **Confirmação do compromisso da Irmandade da Misericórdia da Villa de Itú da mesma Capitania**; e a outra sobre a confirmação da convenção que a Irmandade da Misericórdia da Villa de Santos celebrara com os Mestres das embarcações que entram n'aquelle porto; e tornando a ser ouvido respondeu: que seria conveniente; e de conhecida harmonia no governo das Corporações pias estabelecidas neste Reino e seus Dominios, debaixo do nome de Casa de Misericórdia, regerem-se todas por um mesmo Estatuto, que deveria ser o da Capital, com tudo se parecesse que a localidade e particulares circunstancias do Brasil não admittisse esta uniformidade; **nas da Villa de Itú** era necessario reduzir a qualificação das pessoas, que se propunham a entrar nesta corporação, aos termos das Leis do Reino a distincção e nota de Judaismo restringindo-se assim como a qualidade antechristan da descendencia de Mouro, aos Religiosos e pios caracteres de ser o pretendente Christão Baptisado, e sem infamia, defeito, ou direito; emendando-se o capitulo primeiro que adopta os prejudicados principios oppostos à Lei.

Ainda que nestas Associações convencionais, com intuito de piedade, se possa estabelecer a expulsão de qualquer bem como nas outras sociedades de toda a descripção e nome; releva conheça os Socios, que nesta mesma hypothese podem ocorrer ao abuso da Convenção social, pelo meio ordinario da appellação, permittido na Ordenação Livro terceiro, Titulo setenta e oito, e que será util adicionar-se ao Capitulo deseseis dos mesmos Estatutos.

No capitulo vinte em que se trata dos meninos desamparados, que parecem ser os expostos, ou os que não tem Paes, é necessario que os Santos fins deste Instituto não vão derrogar a intervenção do Magistrado a quem (picado de traça) confia o cuidado dos meninos e o ensino.

Segundo a melhor disciplina da Igreja, quasi geralmente adoptado, não merecem o melhor conceito os disciplinantes em espectáculo popular; seria bem tirado o logar que se lhe dá no Capitulo vinte e um; não tinha duvida no mais que se propunha.

Os Estatutos de Sorocaba tinham o mesmo prejuizo na qualificação das pessoas: demandava o capitulo primeiro.

No Capitulo terceiro se devia declarar aos expulsos o recurso que lhes competia contra qualquer abuso e violencia.

O Capitulo vinte devia combinar-se de forma a que não aspire a Irmandade ao direito de fazer inventarios e leilões que se competiam á jurisdicção ordinaria; e no resto se fizesse justiça.

E o Desembargador Procurador da Coroa disse que já o alvará de dezoito de outubro de mil oitocentos e seis determinou que as Casas de Misericordia dos Dominios destes Reinos se regulassem pelo Compromisso de Lisboa no que for accomodado ao estado das suas rendas, natureza da applicação dos seus bens, e mais circumstancias dignas da attenção; mandando examinar os Compromissos diversos que tivessem.

As Misericordias de Sorocaba e Itú eram novamente erectas e apresentavam agora os seus Compromissos, para se confirmarem sem assignatura algũa, e com os defeitos apontados no Officio antecedente. Cumpria mandar observar nellas o dito Compromisso de Lisboa na forma do mesmo Alvará, e havendo circumstancia que façam indispensavel algũa alteração ou accrescentamento, cada uma das Irmandades formasse, de accordo entre si, aquelles artigos que lhe parecessem necessarios para o seu bom regulamento e o fizesse presente ao Conselho para as consultar, depois de fazer os devidos exames.

A Vista das expendidas respostas dos Regios Procuradores, mandou o Conselho juntar o Compromisso já correcto pelo Tribunal, pertencente à **Irmandade da Misericordia da Villa da Nossa Senhora da Candelaria da Villa de Itú**, da sobredita Capitania, sobre a qual este Conselho tinha feito a Consulta já nessa mencionada e voltasse à Meza.

E sendo tudo visto parece ao Conselho, que tratando-se presentemente nestes papeis só da confirmação do Compromisso da Irmandade da Misericordia da Villa de Sorocaba (por se achar já regulada por Vossa Alteza Real e outros da **Villa de Itú**) deve proceder-se para a confirmação do da referida Villa de Sorocaba, em tudo conforme com a resposta do Desembargador, dos Procuradores da Coroa.

Vossa Alteza Real porem resolverá o que for servido.

Lisboa 18 de Julho de mil oitocentos e sete.

Lazaro da Silva Ferreira, Antonio Raymundo de Pina Coutinho.

Foram votos os Conselheiros Visconde da Lapa — Barão de Manique do Intendente — Luiz Beltrão de Gouveia de Almeida — Nicolau de Miranda Silva de Alarcão.

Resolução

Como parece ao Conselho

Palacio de Mafra, quatro de Agosto de mil oitocentos e sete.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

O Primeiro Século de Jaú

Palestra proferida pelo dr. Hilário Freire, em 8 de junho de 1951, na Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", de Jaú, Estado de S. Paulo, nas comemorações do centenário natalício de seu fundador, que foi também um dos fundadores e povoadores daquele município.

FATORES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE JAÚ

As festividades nesta data, promovidas, com patriotismo civil e clarividência educativa, pela Diretoria da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", propiciam-nos oportunidade para que mestres e alunos desta instituição benfazeja rememorem uns e a conheçam outros, a vida admirável de seu fundador. Não estamos aqui ocupando vossa atenção, senão para, mercê do nosso conhecimento íntimo sôbre sua impressionante biografia, narrar-vos o quase um século de fecunda existência dêsse varão tão austero e tão assinalado, no seu meio e no seu tempo, e demonstrar-vos como, por isso, vos sobejam motivos para honrar-vos de sua memória e orgulhar-vos de seu nome benemérito, nume tutelar, insculpido nos frontais desta casa, fadada a fecundos destinos.

Veio para estas plagas, infante ainda em 1851. Jaú nasce, como entidade cidadina sômente dois anos depois, no berço daquela histórica reunião de moradores dêstes sertões, celebrada na tósca habitação de Lúcio de Arruda Leme, quando os primitivos e destemerosos aposeadores destas brenhas deliberaram a criação dêste arraial. Ao morrer, em 1941, era mais velho que esta cidade. Viveu, pouco menos que um século, o primeiro século de Jaú. Por via disso, o centenário de sua existência, de tal sorte se entrelaça com a centúria jauense, que um e outra são quase a mesma coisa, na evolução de seus destinos, a princípio modestos, mais tarde ilustres. Joaquim Ferreira do Amaral não é um homem, nesse panorama. É um símbolo. Representa a geração varonil dos plantadores desta cidade. Esta homena-

gem, assim, não se lhe rende só a êle. Rendêmo-la a tôdas as progênies desses pioneiros intrépidos que domaram e civilizaram a terra virgem, onde se expandiram os florões d'este município e as louçanias desta cidade fortunosa e florescente.

Com efeito, Jaú resulta da obra de conjunto de todos os penetradores de sua floresta bravia, oriundos da estirpe daqueles bandeirantes do Sul, que, como observa Oliveira Viana (1), se exibem "na história com as melhores qualidades de robustez moral: a têmpera fragueira das aventuras, a resistência às intempéries do deserto, a capacidade das expectativas remotas, a obstinação saxônia dos propósitos, o amor do isolamento e da autonomia, o destemor da solidão e do desconhecido".

Erro correntio é o de cantar-se a grandeza de nossa terra, e o deprimir-se a valia de nossos homens. Ainda bem, contudo, que, de há muito, Pires do Rio, êsse tão notável economista, estadista e engenheiro, que há pouco nos abriu o vácuo impreenchível de sua morte, sustentou e documentou, na sua obra monumental sôbre "O Combustível na História Universal", que, no Brasil, o homem não é de menor grandeza que a terra.

Sem carvão de pedra, sem petróleo, — (porque petróleo não são as gôtas homeopáticas que recentemente estão fluindo dos poços da Bahia) —, nenhum povo faria mais, nem melhor que os criadores de nossa pátria. "Considerados, — escreve aquêlê eminente cientista, — com justiça e verdade, os nossos antecedentes históricos, conhecido, na realidade, o valor das nossas naturais *possibilidades econômicas*, poderíamos conscientemente proclamar que no Brasil temos feito, acompanhando a marcha dos outros povos, tanto quanto faria outro povo de quaisquer outras raças".

Com seu ânimo resoluto, com sua vontade poderosa, com seu senso objetivo, com suas aptidões práticas, com sua resistência ao rude e ao agreste da natureza, — nossos dirigentes coloniais e nossos desbravadores de antanho, souberam extrair de nosso solo o máximo de seu poder e de suas riquezas.

Dessa varonilidade, dêsse vigor de edificadores econômicos de nossa civilização, dêsse arrôjo no enfrentar e vingar as hostilidades de nosso meio geográfico agressivo, e, sobretudo, o flagelo da distância nas imensidões de nosso território, são exemplos empolgantes os fundadores e primeiros povoadores de Jaú.

Os Gomes Botão, os Navarros, os Oliveira Matosinhos, os Ribeiro de Camargo, os Lopes, os Ferreira Campanhã, os Pereira de Carvalho, os Ferreira do Amaral, os Gonçalves de Oliveira, os Pe-

(1) Oliveira Viana — "Pequenos Estudos de Psicologia Social".

reira de Toledo, os Almeida Prado, os Almeida Bueno, os Ribeiro de Barros, os Ferraz do Amaral, e todos os outros troncos genealógicos das grandes famílias antigas, da primeira fase do povoamento jauense, aqui arranchados com a diferença de breves anos uns de outros, trouxeram todos, no seu arsenal de sertanistas, as mesmas armas morais, as mesmas ambições nobres, as mesmas virtudes heróicas, a mesma vitalidade orgânica, que enobrecem o caráter superior e a capacidade realizadora de seus antepassados.

Todos esses poderosos grêmios familiares projetam, nos seus anais, o registro de seus altos feitos na formação jauense. Por isso mesmo, o centenário do fundador desta Escola facultamos focalizar, ao lado dos demais vanguardeiros, o concurso simultâneo dos venerandos troncos entreligados dos Campanhãs e dos Carvalhos, na constituição da história territorial, rural, econômica, social e urbana de Jaú, com sua contribuição paralela à colaboração militante, notável e decisiva de seus contemporâneos.

Na verdade, não poderia erguer-se esta escola se não precedera aqui um meio social que comportasse sua existência. Ela é o fruto que amadureceu na árvore de um passado de sacrifícios comuns. A grande visão de Joaquim Ferreira do Amaral consiste, assim, em presentir as novas necessidades que esse passado preparou, e em acertar no caminho de satisfazê-las no presente e no futuro, de acordo com a expansão coletiva.

Chegou naturalmente a esta concepção, porque sua vida inteira outra coisa não foi que uma verdadeira e efetiva escola profissional, um autêntico liceu de artes e ofícios, na compreensão e na relatividade de seus mais amplos horizontes. Como no seu mundo agrário exercesse todos os misteres, compatíveis com as atividades da cultura e da exploração da terra e do benefício de seus produtos, fazendo de todos os seus dias uma oficina ininterrupta dos mais variados afazeres, êle concluiu logicamente a vida: transformou o exemplo, de sua escola profissional de homem, na obra perene da escola profissional de sua cidade. Esta nasceu, pois, não de um impulso individual, mas de fatores e de razões históricas, presos às origens remotas da terra, do meio e desse homem extraordinário, que compreendeu o seu meio e compreendeu sua terra e compreendeu seu tempo.

O ESTOICISMO DO SERTÃO

A fundação de Jaú ocorreu na fase de sedentarização das nossas populações, outrora homogêneas e formadas pelo caldeamento do lusitano, do negro e do índio, que enchem os três primeiros séculos de nomadismo de nossas bandeiras. Depois daqueles três séculos de

caça ao índio e de descoberta e exploração das minas, os bandeirantes entram a estabilizar-se. A princípio iniciam o povoamento de outras regiões do Brasil, onde semearam, aí além, na sua vastidão, os currais, os arraiais e as vilas. Só na época da mineração é que entreparam, para habitar a própria gleba e para erigir as próprias cidades. Os bandeirantes, constituídos por paulistas, fluminenses e mineiros, primeiro movimentaram-se, em sucessivas deslocações, dentro de seus mesmos territórios de São Paulo, do Rio e de Minas, ao sabor das conquistas e da sedução das riquezas mais fáceis e mais próximas. Houve nesses ecúmenos retribuição histórica nas suas migrações. Todavia, por esse processo volante, paulistas, fluminenses e mineiros são sempre do mesmo sangue e da mesma gente, que reciprocamente se emprestavam e permutavam as moradias eventuais dos respectivos solos.

Quando principiaram a estabilizar-se, na quadra dos emboabas, registrou-se um grande e maior afluxo de agricultores lusitanos, também atraídos pelo diamante, pelo ouro e pelas pedras preciosas das gerais, em regra provindos do Norte de Portugal, que traziam para o Brasil o patriciado de seus braços ou o tirocínio secular de suas lavouras. Quando extinta a faina efêmera e deslumbrante da mineração e fatigadas as terras agrárias mineiras, êsses pastôres e lavradores, mais remota, ou mais recentemente emergentes de troncos portugueses, voltaram-se nos umbrais de nosso quarto século, para as zonas virgens das províncias do Rio e de São Paulo, em cujos horizontes, em seguimento ao fumo, à cana, ao açúcar e aos cereais, abotoava o sonho de ouro do café, aurificando a perspectiva de mais pronta fortuna. Coube, então, ao café o papel principal de fixador, à própria gleba, das velhas cêpas bandeirantes, encerrando-lhes a dispersão das centúrias errantes. No fenômeno dessa conquista das selvas paulistas, não havia deslocamentos isolados e individuais. As migrações operavam-se sempre, em nossa história, por famílias inteiras, que portavam, assim, consigo mesmos, a estrutura da sociedade sertaneja. Que é o povoamento de Jaú senão uma aglutinação de poderosos grupos familiares? E com esse mesmo regime, no seio da brenha, a família constitui o primeiro núcleo social do homem cercado pela solidão. Dentro do plasma desse núcleo, ao lado do *pater-famílias* se esculpturam as personalidades dessas matronas austeras e imperiais, aprimoradas e destemerosas, na alteza desse heroísmo e desse sacrifício desconhecidos, com que afrontam, ao lado de seus maridos e de seus filhos, dentro das arranchações, desconfortáveis e rústicas, com a noção varonil de seus deveres, todos os riscos do ambiente selvático e bravo, formando nos seus lares uma escola de diamantina educação física e moral de suas progênes, enfiçadas ao con-

tacto da natureza e da adversidade. E tôdas elas, sem deslustrar suas linhagens, são exímias no fiar e no tecer, em algodão e em lã, na arte dos bilros para rendas, no maneiio da cozinha, no fabrico de açúcar e de doces, na ordenha do leite, no govêrno da horta, do pomar e dos engenhos primitivos.

Foi entre estirpes dêsse porte que se distribuiu o território de Jaú. Partilharam entre si seus diversos bairros rurais, pelo critério da contiguidade territorial da parentela, sob o comando e a direção dos respectivos maiores que precediam cada *clã*.

Sem dúvida, a vida, nestas páragens, exigia-lhes o estoicismo do isolamento. Quase não havia caminhos. Os grandes centros de exportação de seus produtos e de abastecimento de suas necessidades, distavam dezenas e centenas de léguas. Como meios de transportes, outros não existiam que o burro de carga, o carro de boi e o cavalo. Obtinha-se a iluminação doméstica com lamparinas de azeite. As velas, fabricavam-nas as donas de casa, com torcidas de fios de algodão, embebidas em cêra de abelhas silvestres, que suas mãos derretiam. Também ainda não havia os ultiores fósforos de cêra e de segurança. Conservava-se o fogo, à noite, enterrando-se nas cinzas os tições maiores. Se acaso se apagavam, recorria-se pela manhã ao fogo do vizinho, ou então acendiam-se, com fagulhas dos isqueiros, os paus piúcas, mais fácilmente combustíveis. Encontra-se, então, no vicinato, um elo primitivo de solidariedade social do sertão. No primeiro meio século de Jaú sua civilização mantém-se restritamente rural. O centro urbano não pássava de uma modesta vila.

Só no segundo meio século é que, com a expansão da era da máquina, da tração e da energia mecânica, se sucederam vertiginosamente, na esfera dos transportes, a estrada de ferro, o automóvel e o avião, e, no setor da iluminação, o querosene, o gás, a lâmpada elétrica, o bico Auer, o gás Neon, tudo que é a trivialidade de hoje, mas que seria, para a imaginação dos primeiros varadores da mataria, um conto de fadas inacreditável, na ilusão das miragens distantes. Para bem estimar, portanto, nesta hora de facilidade de comunicações, de força, de luz e de calor, a estatura hercúlea de nossos maiores, cumpre trazer aos olhos comparativos do presente a penúria dos recursos rudimentares, com que houveram de facear a luta aspérrima contra os obstáculos geográficos, sobretudo contra o flagelo das distâncias. Na verdade, o território imenso tem sido e ainda é o terrível fardo que o destino do Brasil carrega nos ombros, que lhe divide a família, que lhe separa os filhos, que lhe dificulta a gerência dos bens, que lhe embaraça a manutenção do patrimônio, que lhe atormenta a responsabilidade da defesa contra os piratas de outrora e os piratas de agora, na cobiça do mundo. No fundo de todos os nossos problemas, da ins-

trução, da educação, da higiene, da distribuição da justiça, da organização administrativa, da produção, circulação, partilha e consumo das riquezas e das instituições militares, persiste sempre, em todos os ciclos de nossa história, o problema angustioso da distância.

Mercê de Deus, porém, se nossa terra tem sido rude, nosso homem tem sido forte. Nesse balanço de fatores complexos, há, entretanto, uma circunstância digna de realce nos anais de Jaú: êsses tipos robustos, que romperam seus matarrões, traziam de seus maiores a experiência da agricultura portuguesa, vieram como verdadeiros mestres no trato da terra, no cultivo dos cereais, dos fumais, dos canaviais, dos algodoais, e logo mestres se tornaram no cultivo do café, com eficiência de processos que ainda hoje remanesçam os mesmos, salvo as adaptações defluentes da mecanização agrícola, subsecutiva aos utensílios antigos.

Já agora, destarte bosquejado, em largos traços, o panorama imposto ao trabalho humano pelas inclemências da solidão, podemos mais concretamente apreciar, na magnitude e no estoicismo daquela gente, todo o estoicismo e tôda beleza moral do fundador desta escola.

OS CAMPANHÃS

Em precioso estudo, que há dias submeteu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sôbre os "Fundadores e Povoadores de Jaú", — o douto professor e historiógrafo, dr. Tito Lívio Ferreira, descreve como em meados do século passado, pelos fins de 1849 ou começos de 1850, os Campanhãs, grande família, disseminada na zona mineira de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde, hoje apenas Campanha, emigraram para os sertões de Brotas e se estabeleceram nas regiões em breve constitutivas do Jaú, a essa época ainda maciçamente florestais.

Vieram com as legiões, descidas das minas e catas empobrecidas, que desmatam a floresta paulista, onde abrem clareiras formidáveis nas bacias do Pardo, do Mogi, do Tietê, do Paranapanema, invadindo-as senhorialmente, como as invadiam outrora, "armados já agora, não de arcos, espadas e mosquetes, mas de instrumentos e utensílios, aptos para o desbaste, a monda, as carpagens" (2). Eram os Campanhãs originários da vila Campanhã, situada nas circundâncias da cidade lusitana do Pôrto. A essa árvore genealógica pertenciam, como ramos, os Ferreira do Amaral e Pereira de Carvalho. Escolhe-

(2) Oliveira Viana: "O povo brasileiro e a sua evolução".

ram para seu apossamento o bairro do Pouso Alegre, em gleba adquirida do Tenente Botão por Vicente Ferreira Campanhã e Manuel Ferreira Campanhã e depois fragmentada entre os parentes, no regime de vendas e das partilhas hereditárias.

Com seu pai Nuno Ferreira do Amaral, e sua mãe D. Ana Ferreira Campanhã, vinha nos braços, com seis meses de idade, o fundador Joaquim Ferreira do Amaral, apelidado Joaquim Nunes, Nunes, filho de Nuno.

Logo após, na mesma rota, para aqui se transferiu o casal Domingos Pereira de Carvalho. Domingos era casado com d. Ana Marcelina de Carvalho, filha de Manuel Ferreira Campanhã. Domingos Pereira de Carvalho veio a ser depois o Major, por fim, o coronel Domingos, ou, mais popularmente, o Venerando Domingos Campanhã. Esse casal, de invejável longevidade, pois os cônjuges faleceram com mais de noventa anos de idade, teve numerosa descendência, havendo dez filhos, cinco homens e cinco mulheres, e deixando, ao morrer, 39 netos, 113 bisnetos, 20 tataranetos.

Uma de suas filhas, Belisária, casou-se com Joaquim Ferreira do Amaral, e este cresceu e viveu como vizinho de seus sogros, ombro a ombro, no trabalho, na prosperidade e no alto conceito de seus contemporâneos.

Esses dois pro-homens, Domingos Campanhã e Joaquim Ferreira do Amaral, com suas virtudes de sóbria e digna poupança e de constante e honrado trabalho, abençoados pela Providência Divina, conseguiram a prosperidade terrena, no fomento de seu considerável patrimônio. Desses patrimônios, como testemunho de gratidão à terra maternal e boa, deixaram essas duas instituições modelares de que Jaú se envaidece: uma, a Maternidade de Jaú, por doação inicial feita em 25 de dezembro de 1915 e cujo patrimônio vale hoje três milhões de cruzeiros, constituindo um caso ímpar, entre nós, da iniciativa privada, arrojada na sua estrutura, providente na sua assistência social, monumento alicerçado na argamassa do sacrifício, sob a inspiração e a direção desse abnegado dr. Amaral Carvalho, alçapremado padrão da gente jauense, que fez do seu sacerdócio de clínico e de médico-operador um leito de pérolas da caridade, de sua propriedade agrícola um paradigma de organização e que tão alto subiu, com brilho, aos postos mais representativos da vida pública de sua terra. Outra, a instituição da Escola Industrial, hoje tôda engrinaldada em festas, para reverenciar a memória e a benemerência de seu fundador. Passaram desta vida aquêles dois patriarcas, mas suas obras não passaram, e aí estão de pé na insignitude d'esses dois institutos monumentais.

DOMINGOS CAMPANHÃ

Domingos Pereira de Carvalho foi uma das pontas de lança da coorte dos Campanhãs na sua transplantação das lindes sul-mineiras para as terras altas do Pouso Alegre, buscadas para fugir às margens baixas e geentas do lendário Tietê. Aqui chegou já homem feito, com sua família constituída, trazendo com dois anos e quatro meses seu primeiro filho José Lúcio, o depois saudoso coronel José Lúcio de Carvalho, mais tarde chefe de numerosa família e cidadão prestante no desempenho de honrosos cargos administrativos no govêrno do município e da cidade.

O então moço mineiro apeou em 7 de setembro de 1857 na clareira já aberta por Vicente Ferreira Campanhã e se instalou na encosta dêsse Córrego do Pouso Alegre, com a primeira moradia da Fazenda Ribeirão Bonito, onde lhe nasceram os demais filhos. Mal entredivisaria, então, que, na seqüência de seus esforços, e na expansão das fôrças naturais do país, se haveria de fazer-se o detentor de uma invejável fortuna rural e o centro patriarcal de um núcleo de energias humanas e, de quem se poderia repetir o salmo de Salomão:

“Bem-aventurados os que têm numerosa descendência, porque contra êles não hão de prevalecer nem as portas do inferno, nem os juizos dos homens”.

Era tropeiro. Derrubou as matas. Com as roças engordava os porcos. Com o toicinho carregava a tropa de muares. Com a tropa partia para Rio Claro, Campinas, Jundiaí, São Paulo e Santos. Dos extremos da jornada trazia principalmente o sal. Com o sal abastecia a cozinha, e engordava o gado. Com as sobras do sal especulava em revendas lucrativas. Vendia-se a cobre para receber em prata. Emprestava-se em moeda de prata para pagamento em moeda de ouro.

A tropa do mineiro Campanhã era luzida e forte. Cada animal levava de sobrecarga o milho a racionar-se nos dois meses da viagem. E o rijo tropeiro, seu proprietário, era honrado, infatigável e incorruptível na conquista do dia de amanhã. Anos após, com os proventos da engorda suína, criou-se o mecanismo rudimentar da cana. Além do chiqueiro, o canavial. Os primeiros canaviais tiveram a moagem da engenhoca de bois, denominada bugio. Essa engenhoca produzia a aguardente e o açúcar. Como não havia mercados locais para êsses produtos, a mesma tropa, bem nutrida e brilhante, ia buscar mercados, na periferia da província paulista. A tropa baixava a Serra do Mar. Vingava os atoleiros terríveis do Zanzalá, onde tantos animais se perdiam. Alcançava o mar baixo. Repetia-se o costumado roteiro. E a tropa voltava. Rendia as serras. Portava a carga. Conduzia a árdua fortuna.

A primeira engenhoca, rodada a bois, foi substituída pela primeira roda d'água, que, além de esmoer a cana, e triturar o milho depois moveu a primeira máquina rudimentar de benefício do café. E, assim, de tropeiro a criador, depois a canavieiro, depois a fazendeiro de café, o heróico mineiro revelou-se um arquétipo extraordinário de energia rural, da tenacidade rural, do triunfo rural, da conquista rural, do desenvolvimento, seguro e surpreendente, de uma nobre ambição de lavrador modesto, que, com o tempo, se converte em cabo supremo de uma família poderosa e digna, que, com suas diligentes iniciativas, engrandece a economia coletiva, pelo labor indefesso, pela elevação de sentimentos, pela nobreza de caráter, pelo amor à terra mater e pela nobilitação das virtudes de suas lareiras.

Era, nesses primórdios, tão virgem a mata que os animais não temiam os homens. Quando se lançava alimento aos porcos, vinham os veados competir com eles. As onças rondavam à noite as casas barreadas das moradias, à cata de galinhas. Abundava a caça de pêlo, com as antas, as queixadas, os porcos do mato, as pacas e outras espécies, e a caça de pena, com os macucos, os jacus, os urus, os patos e as pombas selvagens.

No mato, sem pragas, os frutos das laranjeiras, não colhidos, tornavam a reverdecer no pé, conservadas para o ano seguinte. As jabuticabeiras do mato, grandes, redondas, negras, succulentas, de troncos elevados e perpendiculares, eram o néctar da floresta, a que ninguém resistia. Mandavam os molecotes trepar às árvores lisas para apanhá-las e encher com cuidado as cestas, esperadas em baixo. E para que os espertos colhedores não se esquecessem de sua tarefa e dos que aguardavam as frutas em baixo, tinham ordem de fazer o serviço assobiando. E, se acaso silenciavam, entretidos a chupá-las, partia para o alto a ordem draconiana:

— Assobia, moleque!

Tais as compensações físicas da rudeza física da selva: a alimentação sadia, o ar puro, a água nascente, o cheiro da terra, o rumor da floresta, as vozes da criação, o orvalho das madrugadas, a calma do meio-dia, a placidez das tardes, a tranqüilidade das noites, a magia do luar, o encanto de todos os sentidos, as fontes vitais da saúde, robustecendo o corpo com um sangue novo todos os dias para nutrir a faina penosa dessa transformação da virgindade do solo em maternidade fecunda das lavouras copiosas.

JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL: O HOMEM

Não destoou Joaquim Ferreira do Amaral do padrão varonil de seu sogro e seu vizinho. Alto, forte, saudável, de porte vertical, mús-

culos rijos, fisionomia romana, denotava a vontade poderosa e a energia moral, que se estampam no bronze de seu medalhão. Nunca se desgastou em abusos de qualquer natureza. Era o critério, a proporção, o equilíbrio personificados, impondo naturalmente o respeito pela sua presença, onde quer que estivesse, com a influência de sua autoridade inata, o apurmo de sua pessoa, a modéstia de suas maneiras, o vigor de sua personalidade, rica de personalidades interiores, amável e serena, patricia e inconfundível.

Pouco falava. Era caladão e metido consigo. Não desperdiçava tempo em conversações inúteis. Mas nas suas expansões muito íntimas, tinha uma sedução invulgar em suas palestras, em suas recordações, em seus juízos sôbre os homens. Nunca difamou ninguém. Quando divergia de seus semelhantes, ponderava comedidamente: Foi um erro, nunca deveria ter feito o que fez, tudo sem um doesto, uma contumélia, um insulto, uma exaltação, um excesso qualquer de expressões.

Suas resoluções tomava-as com firmeza e sem a mínima vacilação. Sabia pedir, ouvir e dar conselhos. Em seus negócios nunca dispensou previamente um advogado, pois preferia pagá-los, *a priori*, para evitar demandas, do que fazê-lo, *a posteriori*, para propô-las e sustentá-las, observando a sabedoria da máxima de que melhor é prevenir que remediar. Sábio autoconselho êsse, em uma época de cadastro territorial tão informe, que em uma das ações divisórias da comarca o título de origem rezava assim: começa a divisa no pau onde assentou o jacu...

Em todos os meios recebiam-no com simpatia e boa vontade. Jamais quis ser senão lavrador. Recusou sempre cargos públicos, julgando-se modestamente sem aptidões para exercê-los, mas apoiou sistematicamente tôdas as iniciativas de interesse público, com sua imediata contribuição a todos os melhoramentos de vantagem geral, como a instalação de colégios, a construção da Matriz, a organização de bancos, e a manutenção de institutos de caridade. Refere-nos o atual prefeito municipal sr. Osório de Barros Neves, um dos dirigentes da Conferência de S. Vicente de Paulo, que a êle recorreu, amiudadamente, em prementes ocasiões de socorro dos pobres, sempre atendido com avultados donativos, mas com expressa condição de absoluto segrêdo de suas dádivas, sob pena de, no caso de quebra do sigilo, nunca mais as fazer. Essa a autêntica caridade do Evangelho, oculta, anônima, desconhecida, com o preceito de que a generosidade de uma deve ser ignorada da outra mão.

O LAVRADOR

Venceu. Mas quanto lhe custou a vitória! Os primeiros cafés que plantou foram por três vezes destruídos pela geada. Mais forte que a geada era, porém, a sua tenacidade. Dêle se pode dizer, como no provérbio do País de Gales, que os malogros foram as colunas do bom êxito.

Certa vez o Cardeal Manning, aludindo aos riscos pendentes sobre a Inglaterra, proclamou que, contra êsses perigos não depositava sua fé nos quatro mares inglêses, com sua precinta de prata: confiava, porém, nas quatro virtudes nacionais: a prudência, que torna perfeito o intellecto; a justiça, que faz perfeita a vontade; a temperança, que ensina os homens a se governarem nas atrações do prazer; e a fortaleza, que os torna valentes no sofrimento e nas dificuldades.

Foram essas as mesmas quatro virtudes que forraram, com sua essência, a grandeza da vida de Joaquim Ferreira do Amaral.

Muitas vezes admirei comovido o seu trabalho silencioso na sua fazenda do "Barreiro". Era uma sombra que deslisava muda e ágil por tôda parte: no terreiro, na máquina, nas cocheiras, nos depósitos, nas tulhas, nos cafezais. Presente em tudo, com tudo, e por tudo, no domínio dos maquinários, dos acessórios, dos correiaes, das canalizações, da casa grande, da colônia, da horta, e do pomar, com a variedade de seus arvoredos.

Perdera uma das vistas, em doloroso acidente, no antigo tratamento empírico, de uma oftalmia violenta, que o acometeu em menino; mas, repetia o seu sogro, o velho e sagaz Campanhã, que êle, com uma só vista, enxergava mais que os outros com dois olhos.

Incansável trabalhador, madrugava diariamente. Outrora, em seus primórdios, nas madrugadas frias das geadas, aproveitava o luar de leite, na quebra dos milharais maduros, regelando as mãos na colheita das espigas.

Mais tarde, na varanda da fazenda de café, envolvido no seu capote, muito cedo fiscalizava o início da azáfama cotidiana: a partida dos colonos e trabalhadores para a roça, a saída dos carroceiros, a ordenha do leite, a lida do terreiro e da máquina, fôsse o verão, fôsse o inverno, fôsse a época das chuvas.

Já contamos que as geadas requeimaram seus primeiros cafezais. Não lhe foram êsses os únicos espinhos. Na exploração da cana, certa feita houve uma baixa arrasadora do açúcar. Teve que transformar o açúcar, em gordura dos porcos, que com êle se alimentaram, para depois tanger as varas dos capados, penosamente, até o mercado de Rio Claro, por precários caminhos. Outras vezes, a baixa crítica do café em Santos não lhe cobria o custo da safra. Sofreu todos ês-

ses contratempos naturais e inevitáveis de força maior, com as intempéries, as pragas, as crises de preços, a fatalidade dos fatores externos, nada, porém, imputável a qualquer imprudência, ou imprevidência de sua parte. Nada lhe alterava a serenidade e a fortaleza, ao mesmo tempo soldado e general de tôdas as campanhas da exploração rural.

Artesão enciclopédico da gleba, amanhou-a e fecundou-a com o suor de seu rosto, manejando a enxada nas carpas, o machado nas derrubadas, a foice nas roçadas, a serra para desmanchar as toras, as ferramentas de carpinteiro, o arriamento das tropas, o carro de boi, a carroça, plantando o fumo, a cana, o algodão e o café, construindo com as próprias mãos as primeiras moradias barreadas, fazendo cêrcas, hortas e pomares, lidando com os maquinários de benefício, com o rôdo, com os vagonetes, com os animais de tiro, manobrador de todos os apetrechos, executor de todos os serviços, mestre, para seus camaradas e colonos, de tôdas as atividades rurais. Tipo de lavrador perfeito, na sua propriedade nada faltava e nada era demais. Teve intuições do gênio agrário. Sua máquina de benefício cafeeiro foi das primeiras e poucas do bairro. Recebia cafés de seus vizinhos só a trôco da palha, a que ninguém ainda dava valor, e com ela se antecipava a todos na adubação do solo, mantendo a uniformidade da produção de seus cafezais.

Nunca quis escravos a seu serviço. Certa ocasião, um devedor mandou-lhe da zona Sorocabana dois cativos, em pagamento de uma dívida. Não os aceitou. Devolveu-lhe os negros, preferindo perder a dívida a ficar com os escravos. Como é belo êsse traço de sensibilidade humana nesse administrador sábio, cauto, organizado, providente, que se dignificava no trato dignificante da lavoura! Seus teres aumentaram gradativamente, à medida da poupança de seus recursos, sem jamais entrar em aventuras duvidosas. Via tudo, provia a tudo, resolvia tudo. Conhecia o tempo no céu e atendia ao tempo na terra. Telescópio e microscópio, percebia o grande e o pequeno, o muito e o pouco, o essencial e o acessório, uma personalidade admirável e integral, de senso e de oportunidade, de conta e de pêso, de medida e de precisão, utilizando tôdas as horas do dia e todos os dias do ano, para alcançar com o trabalho constante, seguro, exato, o máximo de rendimento de suas possibilidades.

Êsse, minhas senhoras e meus senhores, o obreiro incomparável, o filho e o pai do trabalho, artífice de todos os ofícios, cujas benemerências são título de todos os orgulhos, para os mestres e para os alunos desta escola, enobrecida pelo seu nome imaculado.

O CHEFE DE FAMÍLIA

Há, na biografia do fundador desta Escola Industrial, um prisma particularmente cintilante, próprio a ser rememorado nos dias que correm, em que assistimos a um lento e progressivo arrefecimento dos laços de família. Foi êle um arquétipo completo do *pater familias* com absorção integral no cumprimento de seus deveres, com tamanho timbre de respeitabilidade que, em sua presença, pela ação catalítica de sua influência moral, ninguém se permitia liberdade alguma.

Ao seu tempo, o instituto da família, com sua formação coesiva, atingiu o apogeu das virtudes larárias. Fazer dos filhos — homens de fibra e incorruptíveis, e das filhas — matronas severas e modestas, tal o sêlo dos ideais antigos. Mau grado nosso, tais moldes de outrora se vão fundindo na condescendência, na tolerância e nas facilidades dos costumes contemporâneos, dia a dia cada vez mais dominados pelas frivolidades efêmeras e pela cata dos prazeres mundânos, que corroem, progressivamente, em sua substância, no coração dos homens, o culto sagrado do lar, com isso enfraquecendo a têmpera das novas gerações. Vai-se assim, em crescente escala, substituindo o homem forte pelo homem efeminado e a mulher varonil por essas bonecas de *rouge*, de *baton* e das cigarrilhas na bôca, esquecendo o santuário dos ideais supremos e dissipando seus encantos em vulgaridades mundanas.

Vêde agora como procedeu Joaquim Ferreira do Amaral. Cedo faltou-lhe o pai. Coube-lhe, então, e a seus dignos e nobres irmãos José, logo falecido solteiro e Luís Ferreira do Amaral, em primeiro lugar solver os compromissos patrimoniais da herança paterna, e também a educação, o sustento e o casamento de suas cinco irmãs mais moças. Só depois que as encaminharam na vida é que cuidaram de constituir família própria e de adquirir o próprio patrimônio através das maiores vicissitudes e sacrifícios.

Joaquim Nunes escolheu para companheira de existência d. Belisária Augusta de Carvalho, filha de Domingos Pereira de Carvalho, uma jovem blindada pela fortaleza e pelos atributos de uma rara capacidade na governança do lar. Foi ela uma figura admirável de zêlo, dedicação, ordem, método, abnegação e renúncia, compartilhando com seu marido o pão do sacrifício, nas horas pesadas da adversidade, e dividindo com êle as legítimas alegrias das horas da boa fortuna. Completavam-se tanto, e tão bem se entendiam, que as suas forças se multiplicavam na perseverança comum, e de tal sorte, que o êxito alcançado pelo insigne patriarca êle o sabia que o deveu, por metade, aos méritos de sua espôsa providente e privilegiada.

Souberam educar as filhas e o filho do casal no mais alto nível pessoal, moral e social, com o exemplo que lhes deram da encarnação do dever. Logo que, vingada a dureza dos primeiros tempos, seus recursos lhes permitiram, saíam nas férias rurais, todos os anos, para o repouso das estações de águas, integrando assim a família no convívio da sociedade. Tão unidos, pois, nos dias bons e nos dias maus, e sendo Joaquim Ferreira do Amaral, por baixo do frio domínio de si mesmo, de uma afetividade inigualável, haveria de ser, como foi, verdadeiramente emocionante o quadro de sua despedida, por ocasião da morte de sua inesquecível companheira, que se partiu de sua comunhão terrena, trinta anos antes dêle. Ajoelhado, diante do leito de morte daquela heroína, pela primeira vez eu o vi chorar, pedindo-lhe humildemente perdão das faltas que acaso houvera cometido. Seu pranto homérico comovia pelo assomo da sinceridade. No homem forte quebrava-se a fortaleza, para permitir que as lágrimas se lhe rebentassem diante da inexorabilidade da morte, que rompia pelo meio a unidade de seu lar abençoado e feliz. Nessa cena humana, no instante da separação terrena de afeições tão grandes, havia um toque de sobre-humano na criatura engrandecida pela fraqueza de sua dor.

Premiou-lhe a Providência Divina essa sua dedicação pela família, permitindo-lhe ter tóda a sua descendência de filhos e netos, em seu derredor, nos festivais de seus noventa anos, a 8 de junho de 1941, com a presença ainda de seus amigos mais queridos, na residência que construíra nesta cidade, depois que se afastara da lida fazendeira, e em cujo quintal plantara um pequeno bosque de jabuticabeiras sabarás, que lhe eram predileto encanto, recordando-lhe as jabuticabeiras do mato, de sua quadra de menino. Seis meses depois, dali mesmo se passava para o campo da eternidade. Em tórno de seu leito, chorava sua descendência. Recebera piedosamente os sacramentos da Igreja.

Fora, como ordenanças vegetais, eretas, aprumadas, em posição de sentido, cobertas de frutos que amadureciam, prestavam-lhe continência, com a barretina de suas ramagens, as jabuticabeiras amigas, que lhe retribuíam, em silêncio, suas visitas cotidianas, quando, de seu terraço contíguo, em tódas as manhãs dava a essas belas árvores o seu bom dia, pelo dia que despontava, e, em todos os escureceres, o seu boa noite, pela noite que subia, como sua alma estava subindo agora, ao céu vergado de estrélas.

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL

Nesta altura, bem compreendereis o porquê Joaquim Ferreira do Amaral volveu suas preferências pela fundação desta Escola, agora

que lhe conheceis a existência longa e fecunda, na plenitude de sua nobreza e de sua integridade, de varão assinalado e justo, que foi, sobretudo, um grande trabalhador de todos os trabalhos.

Os Campanhãs se identificaram com a vida de Jaú, desde quando, em 1853, lhes tocou e aos Paixões, seus parentes, descendentes dos Gonçalves Preto, de Minas Gerais, para a abertura do arraial novo, a derrubada e a roçada da primeira clareira, destinada ao primeiro cemitério, na quadra onde se ergue o Grupo Escolar Major Prado. Foram contemporâneos da primeira missa, aqui celebrada em 1853 e da criação da capela curada, com o primeiro cura, em 1856, bem como da criação do distrito de paz, em 1858, da vila e município em 1866, do termo judiciário em 1868 e da comarca em 1877.

Joaquim Ferreira do Amaral viu Jaú evoluir até a formação de seu urbanismo, dotado dos melhoramentos essenciais a uma cidade adiantada. E como a Jaú tudo devia, quis testemunhar-lhe o seu reconhecimento, com uma doação que concorresse para o preenchimento do que lhe pareceu uma necessidade indispensável: a instalação de um estabelecimento técnico adequado, em que, pela aprendizagem de artes e ofícios, reclamados pela vida local, os filhos de seus moradores aqui mesmo se adestrassem em suas profissões, evitando o seu êxodo para os grandes centros.

Para êsse fim seria o primeiro passo a doação de um terreno, aos poderes públicos, com quem procurou os necessários entendimentos, obtendo dêles apoio e anuência.

Foi a doação oficializada por escritura pública de 27 de setembro de 1928, lavrada nas notas do 8.º tabelião da Capital, comparecendo como outorgante doador Joaquim Ferreira do Amaral, e como outorgada donatária a Fazenda do Estado, representada pelo subprocurador dr. Raul Vicente de Azevedo, compreendendo um quarteirão situado entre as ruas Paisandu, Humaitá, Bento Manuel e Floriano Peixoto, com todo o terreno, respectivos muros e uma casa de morada, com a área de 8.627 m²; com o valor estipulado de duzentos contos de réis, terrenos já entregues anteriormente ao Governo, que os recebeu por intermédio do Secretário do Interior, dr. Fábio Barreto, que resolveu denominar a mesma escola "Joaquim Ferreira do Amaral", na solenidade do lançamento de sua pedra fundamental, em 22 do mesmo mês e ano.

O quarteirão ficou localizado em um dos principais pontos da cidade, junto às quadras dos prédios e dependências da Santa Casa e da Cadeia Pública.

Organizado o orçamento do edifício e suas dependências, estimado na época em 400 contos, o Congresso do Estado votara em 1930

uma verba inicial de 150 contos para sua execução. Mas o flagelo, que desabou sobre São Paulo, com a revolução de 1930, suspendeu e interrompeu o ritmo administrativo do Estado e, como consequência, a construção da Escola.

Sòmente em 8-2-1939, quando Interventor Federal o dr. Ademar de Barros, por decreto n.º 9.988 dessa data, referendado pelo Secretário do Interior o saudoso Álvaro Guião, que tràgicamente veio a perecer em um desastre de aviação, foi que se prosseguiu na realização do instituto, com a criação da "Escola Profissional Secundária Mista Joaquim Ferreira do Amaral", com a mesma organização dos estabelecimentos congêneres estaduais, incumbindo à municipalidade local fornecer as verbas necessárias para a instalação das oficinas do primeiro ano.

O primitivo projeto de construção passou por uma reorganização, sob a direção do Secretário da Viação e Obras Públicas, dr. Guilherme Winter, em colaboração com a Superintendência do Ensino Profissional do Estado, a cargo do notável professor e especialista Horácio Silveira.

Em 22 de outubro do mesmo ano de 1939, em sua visita oficial a Jaú, aquêlê Interventor inaugurou as obras de construção da Escola com a presença de todos os Secretários de Estado, drs. Álvaro Figueiredo Guião, Guilherme Winter, Sales Júnior, Moura Rezende, e Major Levi Sobrinho, e bem assim de S. Excelência o Bispo da Diocese, D. Gastão Liberal Pinto, professor Horácio Silveira, Superintendente do Ensino Profissional, do juiz de Direito dr. Alfredo Lima Camargo, do prefeito municipal dr. Antônio Neves de Almeida Prado, do vigário da Paróquia Padre Francisco Serra, de grande concurso da população e do doador Joaquim Ferreira do Amaral, a êsse tempo o mais antigo morador de Jaú. Da solene cerimônia lavram-se quatro atas, uma para o Interventor Federal, outra para a Prefeitura de Jaú, outra para o Departamento do Arquivo do Estado e o respectivo original, devidamente assinado, para ser encerrada na urna da inauguração das obras, juntamente com o "Diário Oficial", que publicou o decreto 9.988 de 9-2 do mesmo ano, jornais, documentos e mais objetos da cerimônia.

Abriu-se, porém, nova etapa da *via-crucis* desta Escola. Uma coisa é lançar uma construção, outra coisa é conduzi-la a têrmo. Começou, de fato, em seguida uma campanha longa, árdua, periódica, fragmentária, com a batalha subterrânea das verbas orçamentárias destinadas à edificação. Os orçamentos, no regime discricionário, elaborados desconexamente, sofriam nos seus reajustamentos finais e anuais, cortes imprevistos. Havia choques, conflitos, incertezas, ou

mutilações de verbas, entre os orçamentos do Interior e da Viação, no que tange às construções do ensino. Rubricas essenciais submergiam a um simples traço de lápis, a esmo e *ad-libitum*, para contas de chegar. Dotações previstas para a continuação deste edifício, suprimiam-se de surpresa. Houve, porém, para preservar os destinos desta instituição uma personalidade tutelar. Foi a dêsse grande e abnegado servidor e organizador do ensino profissional paulista, o professor Horácio da Silveira, opondo aos desnorteantes caprichos do Acaso o gênio subterrâneo da vigilância e da providência. Guarda providencial, para a ereção de suas novas escolas profissionais, reservava, disfarçava, englobava verbas, redistribuía maquinários, evitando-se-lhes qualquer colapso.

A êle, mais tarde, quando da federalização do ensino profissional no país, devemos o decreto federal n.º II.305, de 13 de janeiro de 1943, que concedeu a equiparação desta antiga Escola Profissional Mista com a denominação de Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", em relação aos cursos de fundição, de mecânica, de máquinas, de marcenaria e de corte e de costura, e, por essa forma, consolidou definitivamente os seus destinos.

Seja como fôr, com raro tato, na sua tôrre silenciosa de comando, desvelou-se aquêle extraordinário superintendente em constante apoio, estímulo, assistência e dedicação, para o seguimento e êxito da construção e funcionamento, através de contratempos e vicissitudes, que se tiveram de vencer até o triunfo final. Para proteger suas escolas, dir-se-ia um destro prestidigitador *sui generis*, aparelhado de uma cartola maravilhosa, cujo fundo ocultava recursos desconhecidos e de onde, entre seus dedos abençoados, surgiam de seus esconderijos as necessárias dotações, em passes dessa magia patriótica, operada por quem sempre soube colocar, acima dos deveres e das funções comuns da burocracia, os interêsses superiores do ensino profissional de sua terra e de sua gente.

Sobrepairam, assim, a tôda esta casa e suas dependências, às suas pedras basilares, às suas paredes, ao seu teto, aos seus pavilhões, ao seu equipamento, à sua estrutura, o espírito e o gênio realizador de Horácio da Silveira, oculta a sua marca invisível à nossa retina, mas imprecível à nossa justiça.

Por isso mesmo, se vivo fôra e assistira a esta solenidade, o venerando fundador Joaquim Ferreira do Amaral, que tanta vez lhe agradeceu a dedicação sem par, e se aqui vira, entre nós presente, o grande educador, cortaria o espaço, que acaso os separasse neste recinto, com aquêle seu andar firme e enérgico, seguro e resoluto, para

com suas ambas as mãos, fortes e honradas, apertar a dêle, declarando-lhe comovidamente e sinceramente:

— “Mais uma vez, muito obrigado. Muito obrigado, professor Horácio!...”

Aí está como, na frontaria de um pavilhão desta Escola, merece ser insculpido o nome tutelar do professor Horácio da Silveira.

A AÇÃO PESSOAL DO FUNDADOR

Esse o histórico administrativo desta Escola. Há, entretanto, nos seus bastidores, outra narrativa emocionante: a da ação perseverante e infatigável do seu fundador, junto dos poderes públicos, em um período de tumultos e de soluções de continuidade, buscando salvar a sua iniciativa nesse oceano de incertezas dos acontecimentos. Bate às portas de todos os secretariados transitórios. Reclama a atenção de todos os governos efêmeros.

Gérson de Mendonça, em comovedora alocução proferida à borda de seu jazigo, no primeiro aniversário de sua morte, recorda a epopéia dessa vigilante tenacidade com estas expressões felizes:

“Havia, porém, nesses momentos difíceis, um homem, que não desanimava e que trabalhava todos os dias com o mesmo esforço, e com a mesma dedicação e que vencia, pouco a pouco, todos os óbices; que, não tendo projeção de ordem política, não obstante procurava as autoridades públicas, conferenciava com elas, insistia pela Escola, descortinava o seu programa e pedia para Jaú aquilo que representava sua necessidade principal e em cuja efetivação estava empenhada a própria palavra do govêrno. E êsse homem era um velhinho de noventa anos de idade.

... “Rendo minhas maiores homenagens à memória dêsse varão respeitável, quando contemplo a enormidade do esforço e do trabalho, que êle empreendeu, viajando tôdas as semanas e entendendo-se com os homens que detinham o govêrno, removendo e aplainando as dúvidas e as dificuldades, empregando tôda a energia capaz à sua idade, para que a Escola viesse, como veio, a ser uma realidade esplendente”.

E a êsse testemunho, há que acrescer o de todos os habitantes jauenses, que viam o venerando ancião, dia a dia, tôdas as manhãs, quando avançavam as obras, visitá-las, animar os pedreiros e outros operários, vê-las crescerem com o olhar paternal de um pai sôbre as louçanias e as galas da filha querida, que hoje ostenta, nas suas linhas arquitetônicas e na amplitude de seu corpo, a imponência vitoriosa dêste monumento.

A POSTERIDADE

Bem haja a sábia Diretoria dêste educandário pelo bem que está fazendo a seus alunos, com o ensinamento educacional que lhes professa, nestas justas comemorações da centúria natalícia de seu nobre fundador. Convinha mesmo que a legião dêstes jovens, que com as esperanças de seus cursos preparam as benfazejas realidades de seu futuro, conhecesse mais de perto a lição de quanto pode alcançar, na rota da vida, um homem que ama, verdadeiramente, tanto os maiores, como os mais recatados ramos do trabalho e que os exercita com perseverança e com integridade absoluta.

Folheai tôdas as páginas do livro maravilhoso de sua existência. Não há nelas um só dia perdido na inutilidade das coisas vãs. Cumpriu, fecunda e irreprezivelmente, seu dever, protótipo da respeitabilidade, que se alteou nas fileiras dessa patrulha de brasiliadas homéricos, criadores imortais da grandeza da gleba jauense.

Vêde agora o êrro funesto dêsse arrivismo, impante de pretensões descomedidas, ávido das fáceis conquistas materiais, que menospreza o tesouro do passado, pretendendo varrer da história suas façanhas memoráveis, qual se varre o picumã de uma tapera abandonada. Como se acaso, entre nós, ao nascerem êsses iconoclastas, que movem guerra aos que envelheceram ao serviço da Pátria, êste nosso São Paulo já não fôra São Paulo, no esplendor e na opulência de sua civilização, e êste nosso Brasil já não fôra o Brasil, no pôsto glorioso que ocupa, no cenário das nações mais cultas!! Subindo aos ombros de seus predecessores e de seus maiores é que as novas gerações desvendam mais dilatados horizontes no seu itinerário, tal como os vian-dantes, postados na altura das cordilheiras desfrutam, diante de seu olhar, de uma visão mais longínqua do que aquêles que começaram o caminho da ascensão, na raiz agreste das serranias. Que traziam, nos seus alforges, êsses intimatoros sertanistas, fundadores e povoadores de Jau? O que traziam era a alma de seus avoengos, temperados na forja das bandeiras, contra as inclêmências do sertão.

Joaquim Ferreira do Amaral cumpriu esplêndidamente sua tarefa, dentro da patrulha histórica dêsses mateiros jauenses, continuadores dos fastos da ancestralidade. Não foi grande pelo saber, nem pelas magnificências exteriores, nem por sumos postos a que porventura se houvera guindado; mas o foi pelo caráter, pela incorruptibilidade moral, pela paixão do trabalho, pela integração nos deveres da família, pela compreensão das necessidades de seu meio, e pelo seu espírito de justiça, que, tendo sido tão justo para com os homens, exige da justiça dos homens o ser também justa para com a soberania de sua memória.

Tomai o seu modelo. Imitai as suas obras. Mas, sobretudo, pautai-vos pela elevação de seus ideais e pela sua ombridade de consciência.

Principiou de tão pouco, e chegou a tanto muito, com a charrua dos mais modestos ofícios de seu cosmos rural, lançando nos seus sulcos um exemplário imperecível.

Se lhe tivéssemos de levantar uma estátua, o escopro do artista haveria que lhe traçar as linhas estruturais e clássicas do sementeiro.

Aqui está esta Escola. Em 1928, era um gesto. Em 1951, é um monumento.

Fala-nos o Evangelho do grão de mostarda, que sendo a mínima das sementes, depois de crescida, se torna uma árvore, que as aves do céu vêm habitar em seus ramos.

Há qualquer coisa do grão de mostarda no destino desta instituição fecunda, ontem gérmen pequenino, na mente profética de seu fundador, mas que depressa desabrochou tanto e tanto, que, agora, em sua ramagem, estão cantando, e sempre hão de cantar, através das sucessivas gerações de seus professores e de seus discípulos, as aves do céu da posteridade.

John Casper Branner

José Antero Pereira Júnior

Caberia mais a um geólogo, ou a um geógrafo talvez, tratar agora, no centenário do nascimento de John Casper Branner, da sua personalidade científica. Todavia, dada a procedência do convite para que nos encarregássemos dessa missão, foi com certo júbilo que o aceitamos, mesmo porque êsse norte-americano ilustre, além de ter cuidado também na nossa arqueologia, foi, tal como Hartt, um dos nossos mestres de estante.

Exigem, porém, o vulto e a importância da sua contribuição científica sobre a nossa geologia e sobre a nossa geografia que, em primeiro lugar, digamos algo a respeito.

Ao que nos foi dado verificar, entretanto, o pendor de Branner pela geografia se manifestou, quando em 1907, impressionado pelo flagelo da seca, em companhia de Alfredo de Carvalho (1), realizou pelos sertões baianos uma longa excursão com a finalidade de estudar o fenómeno "in loco", e bem assim os problemas sociais e econômicos a êle relacionados (2). Os resultados dessas pesquisas foram publicados num dos boletins do Ministério da Viação e Obras Públicas, e teve por título: O Problema das Secas no Norte do Brasil (3).

Há poucos anos, aliás, a "Revista Brasileira de Geografia" (4), numa das suas homenagens aos grandes vultos dessa ciência, no Bra-

-
- (1) Rodolfo García escreve que essa excursão foi feita em companhia de Alfredo de Carvalho. Rodolfo García, História Geral das Explorações científicas, in "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil". 1.º v. Rio de Janeiro, 1922, p. 903.
 - (2) Revista Brasileira de Geografia, ano III, N.º 1, p. 113.
 - (3) Minist. da Via. O. Públicas, Boletim, T. 1, pp. 83-110, ilust. map. Rio de Janeiro.
 - (4) Número cit., p. cit.

sil, tece sobre Branner considerações as mais justas, após esboçar o panorama dos estudos geológicos e geográficos em época anterior ao ano de 1865. De fato, vemos ali que a geologia e a geografia do Brasil tinham entrado numa nova fase de pesquisas a partir daquela data, quando Agassiz nos visitou com a expedição Thayer, da qual, como geólogo, fazia parte Charles Frederic Hartt. Este cientista revelando-se desde logo um pesquisador incansável, haveria de imprimir ao estudo da geografia brasileira um caráter verdadeiramente científico, afora sistematizar e impulsionar o estudo da geologia (5). E essa semente lançada por Hartt teria de germinar, pois os seus discípulos haveriam de ser os continuadores da sua obra valiosa. Entre esses jovens cientistas que a convite de Hartt tinham vindo prestar seus serviços à "Comissão Geológica do Império", então recentemente criada, estava, e em elevado plano, John Casper Branner.

Branner, como já fizemos notar, deixou produção copiosa. Segundo relação publicada pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, ascende a 61 o número dos seus trabalhos sobre assuntos geológicos e geográficos (6). São destacados, porém, na "Revista de Geografia" mencionada, os seguintes números: "A suposta glaciação do Brasil" (1896); "Terremotos no Brasil" (1910); "Geografia do nordeste da Bahia" (1911); "Exploração geográfica e geológica no Brasil" (1886); "Geologia da costa nordeste do Brasil" (1901); "A pororoca do Amazonas" (1890); "Geologia Elementar" (1905); "Mapa Geológico do Brasil", acompanhado de um "Resumo", texto explicativo, com ilustrações e cortes; "Decomposição das rochas no Brasil" (1896).

Cumpre-nos ressaltar, contudo, que o aludido mapa até há pouco serviu de base para o estudo da nossa geologia (7), e que a "Decomposição das rochas do Brasil" foi reproduzida recentemente no "Boletim Geográfico" do "Conselho Nacional de Geografia" (8).

Dessa contribuição de Branner sobre a decomposição das rochas, vamos transcrever certos trechos, visto alguns aspectos do fenômeno estudado, de muito perto interessarem à pesquisa num setor da nossa arqueologia, que é o das inscrições rupestres. Eis os tópicos em apreço: "A desintegração das rochas no Brasil é tão profunda quan-

(5) Ibidem.

(6) Dolores Iglesias — Bibliografia e Índice da Geologia do Brasil. Divisão de Geologia e Mineralogia, Ministério da Agricultura, Boletim 111, Rio de Janeiro, 1943.

(7) Revista Brasileira de Geografia, número cit., p. cit.

(8) Vide números 58 e 59, janeiro e fevereiro de 1948.

to disseminada. O levantamento da estrutura geológica sobre áreas limitadas torna-se muitas vezes completamente impossível pela destruição da estrutura e pela mistura dos produtos da decomposição em deslizamentos pelo "creeping" do solo, enquanto a desagregação das rochas cristalinas torna freqüentemente a determinação de seus minerais componentes difícil ou completamente impossível".

"Esta decomposição profunda não se restringe a nenhuma região do país em particular, mas é uma feição soberba e constante da geologia do equador, até a parte mais meridional do Rio Grande do Sul. A desagregação não está confinada à superfície imediata, mas penetra as rochas sólidas, até onde são atingidas pelas variações de temperatura ou pelas fendas, ainda que obscuras, por onde a água pode penetrar. As rochas necessariamente variam em sua resistência, mas todas elas são mais ou menos afetadas".

"As rochas são atacadas de três maneiras: 1.º — por desintegração superficial; 2.º — por esfoliação; 3.º — por desagregação profunda "in loco" (9)".

Isto pôsto, seria ocioso recordar que somente interessa o estudo das inscrições rupestres, os dois primeiros casos.

Queremos lembrar agora que um dos mais ilustres geólogos patrióticos, o Dr. Sílvio Fróes de Abreu, num comentário sobre a contribuição norte-americana para o conhecimento do solo do Brasil (10), escreve que, naquela plêiade, corrente de cientistas, Branner foi um elo precioso.

Referindo-se a êsse livro notável que é a "Geologia Elementar", e que foi escrita "com referência especial aos estudantes brasileiros", escreve Fróes de Abreu que o seu autor, lançando mão de exemplos do que ocorre no nosso País, aumentou o interêsse pela matéria, visto outros compêndios da época, então acessíveis, só conterem referências a terras estrangeiras. E entre outras considerações, diz mais Fróes de Abreu: "êsse pormenor da atividade de Branner merece destaque especial porque estamos certos de que êsse livro causou a muitos outros estudantes brasileiros a mesma impressão magnífica que causou ao autor destas linhas, quando, numa manhã de fevereiro de 1919, o adquiriu na livraria Francisco Alves e passou o resto do dia a absorvê-lo com entusiasmo".

(9) Boletim n.º 58, p. 1103.

(10) Sílvio Fróes de Abreu — Contribuições de americanos para o conhecimento do solo do Brasil. Boletim Geográfico, ano V, n.º 51, 1947, p. 256.

John Casper Branner nasceu em Tennessee em 1850, e faleceu em 1922 na Califórnia exercendo as funções de presidente da Universidade de Stanford.

Graduado em Cornell, tal como Derby, foi, como dissemos, discípulo de Hartt, não se estabelecendo, porém, definitivamente no Brasil, como o seu mestre e o seu companheiro o fizeram. Em compensação, como observa Fróes de Abreu, êle criou nos Estados Unidos um centro de estudos sôbre o Brasil, organizando ainda uma biblioteca, a melhor então existente no estrangeiro sôbre assuntos do nosso País. Dessa biblioteca, aliás, o próprio Branner faz menção no seu discurso de posse pronunciado no "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (11).

Tendo vindo pois para o Brasil, em 1875 (12), para servir na "Comissão Geológica do Império", com o falecimento de Hartt, em 1878, assumiu a direção daquele serviço, no desempenho do qual e em obediência a um plano de estudos, fez muitas excursões e visitou por várias vêzes a região do Nordeste e alguns Estados.

Tornando ao seu País, Branner teve função pública como geólogo da "Inspecção de Terras de Pensilvânia" e como professor de geologia da Universidade de Indiana (13). Mais tarde, quando da fundação da Universidade de Stanford, em 1891, foi designado para ali reger aquela cadeira. Seja lembrado, porém, que mesmo na regência da cátedra de Geologia, tornou êle ao Brasil em missão de estudo. Em 1899, com Alexander Agassiz e outros, organiza a expedição que teria a seu cargo estudar os recifes de pedra e os bancos de coral da costa Norte.

Mais importante do que a missão de 1899, foi, todavia, a "Stanford Expedition", que Branner dirigiu em 1911, e da qual fizeram parte Fred Baker, malacólogo; Harold Heath, zoólogo; Edwin C. Starks, ictiólogo; William M. Mann, entomólogo; Olav P. Jenkins, Ear Leib e George C. Branner, geólogos.

A missão aludida deixou New York a 18 de abril daquele ano, chegando a Fortaleza por Barbados e Pará, em 6 de maio. Dali seguiu para Natal, visitando, no intervalo, Quixadá, no Rio Grande do Norte, e fazendo excursões à Lagoa de Papari, a Estremoz e a Ceará-Mirim.

Os resultados desses estudos foram primeiramente publicados em revistas científicas norte-americanas, sendo mais tarde reunidos em

(11) Revista, Tomo LXXVI, Vol. 128, p. 509. Rio de Janeiro 1914.

(12) Rodolfo Garcia, op. cit., p. cit.,

(13) Ibidem.

volume sob o título "The Papers of Stanford Expedition to Brazil in 1911" (14).

Ao que sabemos, findos os trabalhos da expedição, Baker e Mann aproveitaram a oportunidade para visitar os estados do Maranhão, Pará e Amazonas, excursão que foi estendida ao rio Madeira e ao longo da "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré", então em construção.

Referindo-se, contudo, aos dilatados conhecimentos de Branner, que, como sabemos, abrangem vários aspectos da geologia e da geografia física, especialmente da região compreendida da Bahia ao Ceará, frisa Fróes de Abreu (15), que tão influente quanto à sua obra escrita deve ter sido a sua palavra na cátedra de geologia da Universidade de Stanford, ao comunicar aos seus alunos as observações que fizera a respeito da terra brasileira.

Tratando da ocorrência de restos de mamíferos fósseis no interior dos estados de Pernambuco e de Alagoas (16), Branner nos legou indicações interessantes, dentre as quais destacaremos umas tantas. E entre estas, notaremos que algumas dizem respeito a preciosidades e informações de alto interesse científico para sempre perdidas por carência de observação oportuna, como no caso do encontro daquela "mão de pilão" em sítio onde jaziam ossos fósseis, como veremos a seu tempo.

Escreve Branner que a "oito léguas a leste de Águas Belas, numa fazenda de gado chamada "Lagoa da Lájca", foi deparada no ano de 1873 considerável quantidade de ossos fósseis, quando da remoção da terra e dos seixos rolados para a feitura de um reservatório de água, ou melhor, o aproveitamento para tal fim de uma daquelas grandes concavidades formadas na rocha pela ação de fatores naturais" (17).

Esse "tanque" tinha cerca de 30 metros de comprimento, por 20 de largura e mais de um metro de profundidade. Segundo cálculo aproximado feito por Branner, à vista das informações da pessoa que executara as escavações e dos fragmentos que ainda restavam nas imediações, dali teria sido extraída uma tonelada de ossos e de dentes fósseis, aproximadamente.

Os espécimes melhor conservados e mais curiosos, segundo averiguou Branner, "foram logo carregados pelos vizinhos e visitantes", enquanto muitas vértebras e outros ossos maiores tinham sido utili-

(14) Rodolfo Garcia, op. cit. p. 904.

(15) Sílvia Fróes de Abreu, op. cit.

(16) Boletim Geográfico, ano VI, n.º 68, 1948, pp. 940, 941 e 942.

(17) John Casper Branner, ibidem.

zados, juntamente com pedras, na construção de um muro em redor do "tanque". Todavia, fragmentos menores desse material fóssil jaziam por ali por perto, e aos montões.

Dêstes montões, informa-nos Branner ter recolhido "espécimes suficientes para carregar três cavalos, material na ocasião enviado à "Comissão Geológica", no Rio de Janeiro, e que era integrado por "dois pares de pêsas, diversas vértebras e vários dentes fraturados de mastodonte".

Muitos, mas não todos, êstes ossos estavam mais ou menos gastos como se houvessem sido calcados sob os pés de grandes animais, dano êste que Branner verificou ter ocorrido antes da exumação, visto em alguns casos, os ossos gastos e quebrados "acharem-se embutidos num conglomerado de areia e cascalho", que permaneceram, aliás, como "massas duras e sólidos mesmo depois de anos de exposição ao tempo". E linhas adiante, lemos ainda nestas informações de Branner: "A região em que êstes grandes fósseis ocorrem em tal abundância, é atualmente sujeita a prolongadas sêcas e sou inclinado a supor que as circunstâncias nas quais êstes fósseis são encontrados sugerem, pelo menos, que os animais morreram de sede".

Isto pôsto, pedimos vênia para recordar aqui uma observação que fizemos num dos nossos trabalhos (18), e que, embora de outro âmbito, parece também se prender ao fenômeno da sêca, isso em tempo muito menos afastado, naturalmente. E' que na rocha do fundo do rio Ingá, no Estado da Paraíba, em era que, contudo, supomos pré-colombiana, foram insculpidas muitas sinalações, hoje em grande parte quase desaparecidas por fôrça dos agentes naturais e mecânicos. E a feitura de tais figuras, pela sua extensão e profundidade, na nossa opinião, só poderia ter tido lugar em período de sêca prolongada.

Tornando, entretanto, à questão dos "tanques" ou reservatórios para água obtidos pela retirada de certo material, depositado em depressões decorrentes da decomposição da rocha, diremos que aquêles serviços, por infelicidade nossa, nunca tiveram assistência de quem pudesse observar no interesse da ciência. Por isso, além da informação colhida por Joffily a respeito do encontro de fragmentos de "louça" em situação inferior a ossadas fósseis (19), temos o depoimento de Branner afirmando, indiretamente, que determinados índices de informação passaram despercebidos, como veremos: "Dentre o en-

(18) José Antero Pereira Júnior — Algumas Itacoatiaras Paraibanas, in "Revista do Arquivo Municipal", São Paulo, N.º CIII, p. 143.

(19) I. Joffily — Notas sôbre a Paraíba, Rio de Janeiro, 1892, p. 76.

tulho retirado da cavidade se achou uma tósca mão de pilão de pedra lascada, feita de mármore de grão fino das imediações; tinha cêrca de 18 centímetros de comprimento e nove ou dez de diâmetro; é impossível afirmar se esta mão de pilão ou malho esteve misturado com os ossos ou se proveio da camada de terra que os cobria; a pessoa que fez a escavação não se recordava da situação precisa em que fôra encontrado, podendo apenas garantir ter sido extraído, junto com os ossos e demais entulhos, da cavidade”.

E' possível, na hipótese de Branner ter continuado as escavações, que outros espécimes fósseis viessem à luz, assim como novos resquícios de indústria humana, e neste caso observados quanto à sua colocação exata, mas a exiguidade do tempo, a falta de trabalhadores, e o emprêgo de ferramentas inadequadas, não permitiram maiores explorações.

Contudo, por esta breve notícia, pode ser aquilatado o valor dessa contribuição de Branner. De outra parte, devemos lembrar que os recifes da costa, a decomposição das rochas cristaleiras, a geologia da Bahia e Sergipe, as formações diamantíferas da Bahia e a ocorrência dos mamíferos fósseis, como frisa Fróes de Abreu, foram, aliás, os temas preferidos pelo grande cientista norte-americano (20).

Mas, do seu constante interêsse pelas coisas do Brasil, temos exemplo bastante quando ao próprio Rodolfo Garcia presta uma informação bibliográfica, como veremos. Tendo Garcia publicado certo trabalho lexicográfico e nêle alegando não ter maior conhecimento da obra “Gíria Brasileira”, que vagamente sabia impressa na Bahia, recebeu de Branner uma carta, na qual, entre outras indicações, informava que o livro em questão era de autoria do Dr. João Nepomuceno Tôrres, antigo secretário do Instituto Histórico da Bahia, e então falecido há poucos anos (21).

Ao tomar posse como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 9 de junho de 1913, êsse nosso grande amigo norte-americano declarou que lhe seria mais fácil tratar de assunto da sua especialidade, mas que resolvera cuidar de questões de maior interêsse geral. E foi então que afirmando ser grande amigo do Brasil, contou que o conhecia quase todo, tendo entrado em contato com brasileiros de tôdas as classes, e que em tôda parte tinha sido recebido com a hospitalidade tão própria da nossa gente.

(20) Silvio Fróes de Abreu, op. cit.

(21) Rodolfo Garcia, op. cit. p. 904.

Conheço o Brasil, diz êle, de Mato Grosso ao Rio Grande do Norte, e é por isso que sou seu amigo. E por essa razão desejava mais que os seus compatriotas também o conhecessem melhor para um estreitamento de relações de amizade.

Para isso, é certo, Branner já trabalhara bastante, pois não só promovera uma série de conferências sôbre história do Brasil, a cargo do Dr. Oliveira Lima, como pusera à disposição dos interessados a sua biblioteca, cujos volumes, cêrca de 7.000, deveriam ser doados à Universidade de Stanford.

Ainda nessa oração, Branner, fazendo apologia do nosso idioma, comunica ter também publicado uma gramática portugueza. Eis porém o que neste particular êle escreve textualmente: "Tenho feito também uma propaganda a favor da vossa bela língua. De minha gramática portugueza já saíram duas edições, e estou agora preparando a terceira. A publicação daquele pequeno livro, e o fato que agora, pela primeira vez, instrução na língua portugueza está sendo oferecida em algumas das nossas universidades, nos levam a ter a viva esperança de ver o dia em que no meu país, ninguém há de imaginar, como agora quase todo o mundo imagina, que a língua do Brasil é uma espécie de espanhol muito ruim".

Ajunta Branner, todavia, que a tais coisas fazia menção para mostrar alguns dos seus esforços no decorrer dos últimos 39 anos, e o que restava ainda a fazer, com a finalidade de tornar o Brasil melhor conhecido e apreciado na América do Norte.

Neste esboço da personalidade de John Casper Branner fica evidenciado, portanto, que a par da sua valiosíssima contribuição científica sôbre a nossa geologia e a nossa geografia, êle, na medida das suas possibilidades, procurou tornar melhor conhecidas na sua terra natal, coisas da nossa gente e da nossa cultura, como melhor o comprova a formação daquela biblioteca sôbre assuntos brasileiros.

Mas, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo também pode orgulhar-se de ter inserido nos seus quadros, na qualidade de sócio honorário, o nome de John Casper Branner. A sua eleição teve lugar a 20 de outubro de 1899, por proposta de outro norte-americano ilustre, igualmente nosso amigo, Orville A. Derby (22).

Branner, nos seus últimos tempos, como consta da relação das suas obras, escreveu algumas biografias de geógrafos de renome, entre os quais alguns patrícios nossos, trabalhos que foram publicados pela "Revista do Brasil" (23).

(22) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. IV, p. 339.

(23) Vide vv. XX e XXI.

Notemos, porém, que uma das suas derradeiras contribuições científicas, talvez a última, diz ainda respeito a coisas nossas, pois versa sobre as possibilidades do óleo mineral no Brasil (24).

Como já dissemos, Branner tratou também de assunto da nossa arqueologia, com fundamento em observações de campo, e isso o fez de maneira honesta e cientificamente orientada.

Isto pôsto, cabe-nos lembrar também que no trabalho que publicou sobre esse assunto, declara que o seu objetivo era o de continuar a obra começada pelo seu amigo e mestre, Carlos F. Hartt (25). De fato, Branner a integra de certo modo, pois, ao se referir, por exemplo, a determinadas figurações então existentes em rochas de Pernambuco e de Alagoas, êle nos presta informações a respeito dos danos por elas sofridos, concluindo pelo desaparecimento provável de outras daquelas ocorrências. Essas observações de Branner, façamos notar, são particularmente valiosas, visto terem sido feitas por um geólogo em plena atividade naquele setor da nossa arqueologia.

Foi de fato, devemos dizer, com base nas suas lições, que por nossa vez conseguimos levar a bom têrmo algumas das nossas pesquisas naquele campo.

Alfredo de Carvalho frisa, é certo, que Branner, em data posterior, se mostrou descrente da valia simbólica das gravuras e pinturas rupestres (26). Quanto a êste pormenor, cumpre-nos ponderar, que tal maneira de ver posteriormente adotada pelo grande geólogo, de forma alguma pode diminuir a importância da sua contribuição sobre inscrições rupestres, uma vez que o valor dêsse trabalho reside na coleta do material, e na justeza das observações a respeito dos agentes naturais que concorreram para a danificação e mesmo para o desaparecimento de muitas daquelas ocorrências.

Quisemos ressaltar, também, neste trabalho, o valor e a oportunidade da contribuição de Branner no terreno da arqueologia. Isso porque, se êle é em verdade um dos vultos maiores entre os geólogos estrangeiros que estiveram no Brasil, de outra parte, as suas observa-

-
- (24) Oil possibilities in Brazil — Amer. Inst. Min. Metal. Eng. Transactions, v. LXVIII, p. 1057-1060. New York, 1923. — Nat. Petroleum News, v. 9, pp. 481-485, Cleveland Ohio, 1932. (Conforme Dolores Iglesias, in op. cit.).
- (25) John Casper Branner — Rock inscriptions in Brazil. American Naturalist. Vol. XVIII. Philadelphia, 1184. Vide mais tradução de J. B. Regueira da Costa, in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Vol. XI, Recife, 1904.
- (26) Alfredo de Carvalho — Pré-história Sul-Americana, Recife, 1910, pp. 115-116.

ções de índole arqueológica se evidenciam no seu alto valor, uma vez considerados o setor e as proporções dos estudos anteriores aqui realizados, dentro do método científico.

Mas, se a sua obra é vasta e valiosa, a sua dedicação e a sua amizade à nossa terra foram também muito grandes. E a esse respeito ocorre-nos ainda um outro exemplo. De fato, no prefácio do seu "Resumo de Geologia", num gesto de afetuosa deferência, êle deixou escritas estas palavras: "Os dados representados no mapa e expostos no texto são agora publicados pela *Sociedade Geológica da América*, principalmente como uma contribuição para o conhecimento da Geologia da América; mas, por minha parte, o faço na intenção de servir ao povo brasileiro com o qual tenho convivido tantos anos, com o qual tanto simpatizo, e pelo bem estar do qual me acho profundamente interessado. Constitui um dos maiores prazeres da minha vida o haver podido contribuir desta maneira para o conhecimento da geologia do país onde principiei minha carreira profissional" (27).

E assim, pela conduta de John Casper Branner acêrca das nossas coisas e da nossa gente, pelos serviços todos que nos prestou, pela extensão e profundidade do seu saber, o seu nome deve ser sempre lembrado por nós brasileiros, com gratidão, admiração, e profunda simpatia, tal como agora o fazemos.

(27) O prof. Melo Leitão também reproduz êste trecho na sua "História das expedições científicas no Brasil". Ed. da Companhia Editôra Nacional, 1941, p. 179.

Fundadores e Povoadores do Jaú

Tito Lívio Ferreira

Há século e meio, em começos de mil e oitocentos, a margem direita do velho Tietê, o rio das bandeiras e monções, ainda estava povoada pelos indígenas da foz do Piracicaba para baixo. Espiavam, desconfiados e inquietos, a descida ou a subida periódicas de amplos canoões pilotados pelos proeiros, gente caraíba diferente da sua tribo. E quando algum desses intrusos se aventurava a deixar as margens do rio, curioso por devassar o mistério da floresta secular, uma flechada sibilante e certa prostrava-o agonizante sôbre as raízes das figueiras ou dos pau-dalhos frondosos.

Através de itaipavas e corredeiras seguiam as flotilhas das navegações cuiabanas. Haviam partido, pelas manhãs ainda brancas das neblinas, de Araritaguaba, hoje Pôrto Feliz, com a carga de pólvora, sal e fazenda grossa. Abicavam no estirão do Potunduva, onde jogavam as poitas. Nessas margens descansavam proeiros, remeiros, varejeiros, mestres das monções reiunas e viajantes. Viviam, os moradores do lugar, do tráfego monçoeiro. E êsses mamelucos, afeitos à carreira mercante do Cuiabá, haviam estabelecido nesse ponto uma espécie de escola fluvial de proeiros, gente de beira-rio fascinada pela inquietude permanente das estradas líquidas e andejantes.

Já no segundo decênio do século passado, êsses caboclos rudes tinham desertado essas paragens. Haviam cessado as expedições do Iguatemi; as monções de Cuiabá foram interrompidas, e os assaltos constantes dos indígenas determinaram o recuo dos colonos para as povoações rio acima. Refluem para não mais voltarem às barrancas sêcas do Potunduva. E há um século ainda ali aproavam, nas margens desertas, ximbós e perovas, isto é, as canoas de povoadores das colônias de Avanhandava e Itapura, sentinelas remotas da civilização paulista perdidas nas solidões fronteiriças de Mato Grosso.

Já em meados do segundo quartel da centúria passada, os primeiros devassadores da região partem da Capela das Brotas, o mais avançado núcleo humano, para além de Rio Claro. Chegam os primeiros posseiros atraídos pelas terras novas. Surgem, no horizonte distante, os pioneiros da mata virgem. Desde 1837 assinala-se a presença na zona do tenente Manuel Joaquim Lopes. Quatro anos mais tarde, em 1842, aparece Francisco Gomes Botão e toma posse de cerca de quatro mil alqueires de terra. Joaquim de Oliveira Matozinhos e Bento Manuel de Moraes Navarro se apossam de extensos latifúndios. Negociara Oliveira Matozinhos as suas terras pela quantia de duzentos e quatro mil réis. Essa importância devia ser paga da seguinte forma: duzentos mil réis em animais e quatro mil réis em dinheiro. Se o gado lhe era fácil, pois a criação prosperava nas invernadas, já o dinheiro, naquela época e naqueles sertões, escasseava. O comprador de fazendas tinha, de suas economias em metal sonante e pagante, apenas duas patacas. Para completar os quatro mil réis, foi-lhe forçoso pedir emprestado aos vizinhos, quatro vinténs a este, meia pataca a outro, doze vinténs àquele, até reunir a importância necessária. E meio século mais tarde esse homem se tornou um dos maiores capitalistas da comarca.

Movimentavam-se, então, em meados do século passado, pelos fins de 1849 ou começos de 1850, os Campanhãs, grande família radicada em Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde, hoje apenas Campanha, em Minas Gerais, rumo aos sertões de Brotas, para se situarem nas terras roxas, onde mais tarde se ergueriam, em colunas cerradas, os cafeeiros dadivosos e magníficos. E para chegarem às terras de sua propriedade mergulharam nas frondosas e fechadas matarias da região ainda selvagem e deserta.

O apelido Campanhã assinalava-lhes a terra de origem, de onde vieram os troncos da família, a vila de Campanhã, situada entre a cidade do Pôrto e Leixões, em Portugal. Chefes da família mineira, em demanda da terra roxa, começam a abrir fazenda na margem esquerda do Rio Jaú, os irmãos Vicente Ferreira Campanhã, que lá morre ainda solteiro e Manuel Ferreira Campanhã, casado em primeiras núpcias com dona Maria Teresa do Amaral e em segundas com dona Francisca Pereira de Carvalho, irmã do Coronel Domingos Pereira de Carvalho e de sua esposa dona Ana Marcelina Campanhã. Estes chegariam a Jaú em 1856. E entre seus filhos conta-se o ilustre e benemérito cirurgião jauense, antigo deputado federal e senador estadual, Dr. Antônio Pereira do Amaral Carvalho.

Vieram ainda, para Jaú, ainda quando se formava o povoado, entre 1851, 52, ou pouco depois, os irmãos de Manuel Ferreira Campanhã, José Ferreira Campanhã, Francisca Ferreira Campanhã, Cãn-

dido Ferreira Campanhã, Joaquim Ferreira Campanhã, Luís Ferreira Campanhã, Maria e Sebastião Campanhã.

Em dezembro de 1851 chega às terras de Manuel Ferreira Campanhã, vindo da Campanha, o filho de José Ferreira do Amaral e de dona Tomásia de Jesus, cidadãos campanhenses, Nuno Ferreira do Amaral e Ana Ferreira do Amaral. Traziam, com eles, os filhos: José Ferreira do Amaral, que faleceria ainda moço e solteiro; Joaquim Ferreira do Amaral, com apenas seis meses, pois nascera em 8 de junho de 1851 e viria a casar-se com dona Belisária Carvalho do Amaral; Luís Ferreira do Amaral, casado com dona Mariana Carvalho do Amaral; dona Luisa de Jesus, casada com Luís Antônio da Silva Fonseca; dona Maria Teresa do Espírito Santo, casada com José Antônio da Silva Fonseca; dona Tomásia de Jesus, casada com José Marcelino de Oliveira Pinto e dona Ana Ferreira do Amaral, casada em primeiras núpcias com Maximiano Antônio da Silva Fonseca, meus avós maternos.

Meus bisavós Nuno Ferreira do Amaral e Ana Ferreira do Amaral jornadaaram a cavalo, de Minas para São Paulo, há um século, quando as comunicações eram difíceis e raras e os transportes ainda rústicos e primitivos. O carro de boi e os cargueiros representavam papel importante nas migrações terrestres. As rédes, liteiras, ou cadeirinhas, empregadas pelos senhores comodistas ou pelas senhoras, não atravessavam as terras cobertas pelas florestas imensas, ou os sertões mal conhecidos. E daí serem meios de transporte próprios para as cidades, vilas, povoados e seus arredores.

Assim, até à Capela das Brotas, os caminhos eram mais ou menos batidos. Mais para diante, sertão adentro, as árvores frondosas debruçavam a espessa ramaria por cima dos trilhos, sombreando-os. E para lá de Jaú, tempo adiante, meus bisavós maternos, Antônio da Silva Fonseca e dona Maria de Jesus, romperam o mato virgem a foice e facão, rumo às barrancas do Tietê, em cujas terras marginais fundaram a povoação de Bica de Pedra, hoje a cidade de Itapuí.

Os indígenas da região já haviam transposto o Tietê e estabelecido o seu domínio na margem esquerda, para evitar contatos com os caraíbas, isto é, os brancos devassadores dos horizontes perdidos nas perspectivas dos campos de Araraquara, já mencionados em documentos do século dezoito, e estendidos pela vastidão territorial aberta entre os rios Piracicaba, Tietê, Paraná, Grande e Mogi-Guaçu. E dentro dos limites desses rios surgiriam, no primeiro quartel do século passado, as vilas de Araraquara, Brotas, Jabuticabal, e Jaú, onde os primeiros núcleos humanos se foram nucleando.

Para se juntarem nessas pontas de lança atiradas em pleno sertão, os desbravadores furavam o mato virgem através de picadões;

rásavam clareiras nas margens dos rios e ribeirões; derrubavam os troncos anosos; faziam aceiros; acendiam a queimada, cujas labaredas vivas e latas estralejavam dias e noites; erguiam ranchos de pau a pique, cobertos de sapé e depois barreiros a sopapo; destocavam a terra roxa; abriam roças e, no tempo das águas, plantavam milho e mandioca. Dentro em pouco o algodoeiro ia desabotoar os capulhos, enquanto os canaviais rumorejavam ao vento, no aro verde-escuro dos capoeirões vizinhos.

Ficavam ali essas criaturas humanas, anos a fio, na solidão, no silêncio e no isolamento, cercadas pela floresta presente, na luta incessante entre os homens e a natureza. Por essa forma, os sertanistas abriam fazendas nas terras abandonadas pelos selvícolas. E daí homens, mulheres, crianças e escravos se localizarem nessas paragens desertas e incultas, para iniciarem a grande batalha da economia paulista, mais tarde convertida em economia nacional.

Traziam os Campanhãs, os Ferreira do Amaral e os Pereira de Carvalho, para as terras roxas, a experiência das zonas velhas, das terras mineiras, onde seus antepassados cultivaram o algodão, a cana de açúcar, o fumo, e da criação de gado. Iriam, tempo adiante, cuidar de outra cultura, própria das terras roxas, a lavoura do café, plantada em larga escala pelos Almeida Prado, gente paulista, originária de Itu, Pôrto Feliz e Piracicaba.

Lutaram os fundadores e povoadores do Jaú em benefício de outras gerações que recolheram os frutos dos trabalhos realizados por homens e mulheres selecionados na tarefa mais pesada e mais árdua de subjugar as terras selvagens, cultivando-as. E assim, no alvorecer do Jaú, nesse remoto ano de 1853, os Campanhãs e Paixões abateram árvores seculares, roçaram o mato e abriram para o primeiro cemitério, onde hoje se ergue, no centro de Jaú, o grupo Escolar "Major Prado".

Mas os grupos sociais vão aumentando. Forma-se ali, aos poucos, uma sociedade agrária, onde os primeiros conflitos surgem. E então reúnem-se os fundadores e povoadores por volta de 1853, quando escolhem a padroeira da vila nascente, fazem a primeira festa, levantam o mastro dos santos populares, todo enfeitado de flôres silvestres.

Sobre a data da fundação da cidade, Sebastião Teixeira, seu primeiro memorialista, autor de "O Jaú em 1900", recolhe a tradição seguinte: Em 1853 Francisco Gomes Botão, Manuel Joaquim Lopes, Joaquim de Oliveira Matosinhos e outros reúnem-se em casa de Lúcio de Arruda Leme, para tratarem da criação da vila. Nessa ocasião, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Cigar celebra a missa à padroeira na capelinha rústica. Nesse mesmo local, meio século mais

tarde seria erguido o templo atual, belo e imponente. Demarçam os limites do patrimônio e procedem ao arruamento do povoado, o referido sacerdote e Joaquim Ribeiro de Camargo, tronco da família Ribeiro de Barros, cuja travessia atlântica, da Itália a São Paulo, o sagrou pioneiro da aviação brasileira. José Ribeiro de Camargo leva para Jaú, da velha Itu, a imagem de Nossa Senhora do Patrocínio. E o transporte da Santa foi feito de bangüê, aos ombros de homens piedosos e rudes.

Assim, se em 1853 se processa o alinhamento das ruas do povoado, é porque a sua fundação teria sido antes. Nesse caso, o "Almanaque da Província de São Paulo", para 1887, fundado e organizado por Jorge Seckler registra (pág. 400): "A vila de Jaú... teve sua origem em 1848, sendo fundadores da povoação os prestantes cidadãos já falecidos, tenente Manuel Joaquim Lopes e Francisco Gomes Botão, que fizeram doação de quarenta alqueires de terras para seu estabelecimento".

Em documento oficial apresentado ao Presidente da Província de São Paulo, no ano de 1888, a parte referente à História de Jaú consigna: "A povoação teve seu começo em 1848, pela aglomeração de lavradores atraídos pela uberdade do solo, sendo seus fundadores Manuel Joaquim Lopes e Francisco Gomes Botão, que doaram quarenta alqueires de terras para o patrimônio; e ainda que só o primeiro passasse a escritura da doação, a que foi feita pelo segundo foi confirmada pelos seus herdeiros". E Alfredo Moreira Pinto em sua obra "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil" (2.º vol. pág. 266 — 1894) escreve: "A povoação (de Jaú) teve começo em 1848..."

Assim, embora só em 1853 os fundadores se houvessem reunido para tratar da criação da vila, a povoação já existia desde 1848. Já a fama das boas terras de cultura existentes nos sertões do Jaú atravessara as fronteiras paulistas. Daí, no ano seguinte, 1849, lá se fixaram, derrubaram mato, plantaram roças, abriram fazendas, Vicente Ferreira Campanhã e seus irmãos. E dois anos mais tarde, em fins de 1851, também aí se estabeleceram Nuno Ferreira do Amáral, esposa e filhos, entre os quais, Joaquim Ferreira do Amáral com apenas seis meses de idade.

De Campanhã viriam, poucos anos depois, os Pereira de Carvalho. Belisário Pereira de Carvalho e dona Inês Batista de Carvalho, por volta de 1853 já haviam estacionado para além de Araraquara. Em 1856 o coronel Domingos Pereira de Carvalho e dona Ana Marcelina de Carvalho, filha de Manuel Ferreira Campanhã, também alcançariam os sertões jauenses, onde abririam fazenda e seriam o tronco de numerosa descendência.

Por essa mesma época aportariam à mesma zona, o Major Francisco de Paula Almeida Prado, os Ribeiro de Barros, os Pereira de Toledo e José Ferraz do Amaral Gurgel. Os Campanhãs já estavam localizados entre Jaú e Bocaina, ao lado dos Ferreira do Amaral e Pereira de Carvalho. Para Bariri rumaria Antônio José de Carvalho. E rumo às barrancas do Tietê onde meus tios-avós fundariam Bica de Pedra, hoje Itapuí, seguiram os Silva Fonseca e Ferreira do Amaral.

Assim, os povoadores dos sertões de Brotas alcançaram as margens do rio Jaú e rumaram na direção do Tietê, em cuja margem direita abriram fazendas. Para lá foram através das escassas vias de comunicação da época. Ao partirem de Campanha se orientaram na direção noroeste. Venceram distâncias enormes e dificuldades imensas. Caminharam centenas e centenas de léguas a cavalo e carros de bois, por estradas e caminhos abertos na mata fechada, renteantes a abismos e precipícios. Nesses movimentos humanos improvisava-se o arrieiro, como se diz em Minas Gerais, ou arrieador, em São Paulo. Enquanto os tocadores de animais vão a pé, aquele vai montado. Chegavam até Rio Claro as grandes tropas e tropeiros. Iam carregados de mercadorias. E de lá regressavam com os produtos da terra.

Nas chamadas estradas reais, que ligavam entre si as vilas e as cidades mais importantes da província, havia de longe em longe os ranchos de pouso. Nesses telheiros de beira de estrada repousavam os viajantes. E retiradas as cargas das cangalhas, os animais eram derreitados e soltos para descansarem durante a noite.

Os caminhos percorridos há um século pelos Campanhãs e Ferreras do Amaral para chegarem aos sertões jauenses, onde abriram fazendas de cultura, nem sempre ofereciam êsses abrigos providenciais, já assinalados nos mais remotos dias da colônia e tão nossos conhecidos pelas descrições dos viajantes do tempo do rei, ou do primeiro reinado.

Os comboios saíam de Campanha. Seguiam os homens a cavalo, à frente, à ilharga, ou no coice dos carros de bois, onde viajam as mulheres, as crianças e os velhos. Faziam alto à beira de límpidos córregos, à sombra de árvores copadas. Descarregavam a tralha da cozinha. Aceso o fogo, preparava-se o virado de feijão com farinha de milho, torresmos, carne de porco salgada, cambuquira e abobrinha se havia nas proximidades. No pouso, o couro, que servia para abrigar as pessoas que viajavam no carro, era estendido sobre as barracas armadas em tempo de chuva. E a marcha prosseguia aos gritos dos carreiros, às vozes dos candieiros, aos berros dos arrieiros, ao tropear dos animais, ao canto alto e sereno dos carros de eixo fixo.

Assim, em dezembro de 1851, chegam aos sertões do Jaú, em cujas vertentes o povoado madrugava, meus bisavós maternos, Nuno Ferreira do Amaral e dona Ana Ferreira Campanhã. Joaquim Ferreira do Amaral, meu tio-avô, com apenas seis meses de idade crescerá nas terras roxas da fazenda paterna. Adolescente e moço seleciona as suas energias nos trabalhos rudes e pesados, nas lides penosas da lavoura, nas tarefas pacientes com as boiadas, nos movimentos ligeiros das tropas. Ingressa nos quadros da nobreza rural da época, apenas com os pergaminhos conferidos pela experiência do trabalho, no exercício de todos os ofícios, de todos os misteres praticados para se tornar, como se tornou, o lavrador completo, isto é, o fazendeiro conhecedor de tôdas as artes da rotina rural, de todos os labôres do cultivo da terra, de todos os processos tradicionais usados na cultura da cana de açúcar, ou na cultura do café, que requer, exige e impõe outros cuidados, técnica outra e trabalhos mais numerosos.

Sente os efeitos desastrosos das grandes geadas, ou das sêcas duradouras arrazar-lhe anos de lutas e sacrifícios. Nem por isso desanima, ou se mostra abatido. Enfrenta o presente e confia no futuro, com a serenidade, a energia e a firmeza dos homens de ação reflexiva e consciente. De trato lhano e afável, traía na voz e no gesto, a emotividade sincera e discreta. O caráter íntegro e a bondade cordial se refletem na sua vida exemplar e na elegância discreta de seu comportamento social. Moreno pálido, rosto fino, barba andó sempre bem cuidada, estatura média, porte ereto, expressão inteligente no rosto simpático e acolhedor, onde a falta de uma vista não era defeito. Tinha a fala pausada e a voz suave, a revelarem a educação antiga dos mineiros já apaulistados. Dispensava aos camaradas, empregados, colonos, ou às pessoas de seu meio social, o mesmo trato humano, simples e fidalgo. E nêle transpareciam as qualidades e as virtudes de um varão de Plutarco.

Assim Joaquim Ferreira do Amaral, um dos fundadores e povoadores do Jaú, assiste ao nascer, ao crescer, ao desabotoar da vila e depois cidade, na florada promissora de sua riqueza, de seu progresso e de sua cultura; acompanha-lhe, passo a passo, o processo histórico de sua evolução econômica e social ao longo de cêrca de noventa anos de labor fecundo, honesto e intenso. Fôra, nesses tempos heróicos, o símbolo de uma época. Antes de falecer, funda a Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral" onde se concretiza, em bases perenes, a sua existência afeita aos misteres da lavoura, às labutas anônimas da roça. Por isso mesmo, sua vida, consagrada inteiramente à família e à gente de sua gente, foi uma escola viva de trabalho, de respeito e de liberdade. Daí ter dado aos adolescentes da

zona, uma escola de amor à terra, de amor ao trabalho, e de amor à liberdade. E que essa escola fôsse, na sucessão dos dias, para os moços da terra roxa, a terra que êle tanto amou e tanto serviu, não apenas criadora da cultura do espírito, mas também da cultura do trabalho, porque o trabalho eleva, dignifica e enobrece a pessoa humana.

O Cardeal Arcoverde

Paulo Eleutério Filho

A Igreja Católica Apostólica Romana comemorou, a 17 de janeiro de 1950, o primeiro centenário de nascimento de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, pernambucano ilustre que alcançou o chapéu vermelho pela primeira vez na América Latina, dando um singular relêvo e brilho à posição do Brasil entre as nações católicas.

Filho do senhor de engenho Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti, o "Budá", e de sua mulher, d. Maria Dorotéia Pacheco do Couto, nasceu Joaquim na fazenda Fundão, de propriedade de sua família, no distrito de Cimbres, comarca de Pesqueira, fazenda próxima à atual cidade de Arcoverde, em Pernambuco. No dizer de Humberto de Campos, o senhor de engenho Antônio Francisco "guardava na linha, nas maneiras, na distinção e na gravidade das atitudes, o cunho gravado pela vida aristocrática dos seus maiores, que haviam sido os primeiros donatários da Capitania".

Entre nove irmãos, Joaquim e Antônio, os mais velhos, foram destinados à carreira eclesiástica. O futuro Cardeal fez seus primeiros estudos no colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras (Paraíba), tendo depois viajado para Roma, onde se bacharelou em letras no Colégio Pio Latino Americano. Frequentou então a Universidade Gregoriana, onde obteve as laureas em filosofia e teologia. A 4 de abril de 1874 foi ordenado presbítero pelo Cardeal Constantino Patrizzi, na Basílica de São João de Latrão. Após sua ordenação sacerdotal, seguiu para Paris, fazendo na Sorbonne o curso de ciências naturais. Em 1876, assumiu a reitoria do Seminário Diocesano de Olinda, por nomeação do Bispo Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Exerceu depois os paróquias de Boa Vista, Corpo Santo e Cimbres, tudo em Pernambuco. Exercitou o magistério como professor de Física e de Francês do Ginásio Pernambucano, do qual também foi diretor.

O Santo Padre Leão XIII, por breve de 27 de maio de 1884, distinguiu o padre pernambucano com o título de Prelado Doméstico. Apresentado para Bispo Coadjutor do Arcebispo da Bahia, Dom Luís Antônio dos Santos, por decreto de 9 de maio de 1888, renunciou a essa nomeação, sendo então escolhido Bispo de Goiás a 20 de junho de 1890, e sagrado na capela do Colégio Pio Latino Americano a 26 de outubro do mesmo ano, pelo Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, servindo como assistentes D. Antônio de Macedo Costa, arcebispo da Bahia, e Dom Domingos Ferrata, arcebispo de Tessalônica, mais tarde Cardeal.

Resignando em Roma o bispado de Goiás, sem tomar posse, regressou ao Brasil, recolhendo-se como professor ao Colégio São Luís, na cidade de Itu, em São Paulo, onde lecionou cêrca de dois anos. Por decreto de 26 de agosto de 1892, Sua Santidade o nomeou Bispo Titular de Argos e coadjutor de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, com direito de sucessão, tomando posse da coadjutoria em 11 de fevereiro de 1893. Achando-se em Paris, por ocasião do falecimento de Dom Lino, regressou imediatamente a São Paulo, fazendo sua entrada solene na Catedral a 30 de setembro de 1894.

Após três anos como Bispo de São Paulo, onde realizou fecundo episcopado, foi eleito Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, como sucessor de D. João Esberard, por Breve Apostólico de 31 de agosto de 1897.

Mais alta distinção estava reservada a êsse eminente prelado: o Consistório secreto de 11 de dezembro de 1905, reunido pelo Papa Pio X, elevou-o à purpura cardinalícia, impondo-lhe a murça e o barrete de Cardeal a 13 do mesmo mês. A 14 de janeiro de 1906 tomou posse do seu título presbiterial da Igreja de São Bonifácio e Santo Aleixo, no Aventino, em Roma.

Depois de muito trabalhar em prol da Igreja e de seu prestígio no Brasil, Sua Eminência veio a falecer na sexta-feira da Paixão, 18 de abril de 1930, no seu Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro. Jaz o seu corpo na Catedral Metropolitana, no Rio de Janeiro, exatamente no túmulo que Sua Majestade o Imperador Pedro I mandara construir para si próprio, e que nunca utilizou.

* * *

Humberto de Campos assim retratou, no livro "Perfis", o homem e o sacerdote:

"Descendendo de uma família fidalga, enraizada na velha nobreza italiana da Idade Média, por intermédio de Guido Cavalcanti, amigo de Dante e por êle celebrado na "Divina Comédia"; na melhor no-

breza português por Duarte Coelho (aliás por Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário de Pernambuco); e no melhor sangue americano pelo chefe Arcoverde, Dom Joaquim tem impresso na fisionomia um traço de orgulho, de altivez e de energia tão pronunciados, que chegam a fazer tremer, de respeito, e, quiçá, de temor, a quem dêle se aproxima. O seu olhar penetrante, firme, alto, recorda o dos cardeais inquisidores, que iam procurar os segredos do réu no fundo escuro do coração. O rosto erguido, a imponência do porte, a gravidade imperiosa da figura, transportam-nós à vida medieval, quando a Igreja, soberana das almas e dos corpos, se impunha mais do que seduzia. E no entanto, por baixo dessa aparência, quanta simplicidade!... quanta candura!... quanta humildade cristã!...

Falando à imprensa pernambucana sobre as comemorações do centenário do Cardeal Arcoverde, Dom Adelmo Cavalcanti Machado, Bispo de Pesqueira, que está construindo um grande edifício para o "Ginásio Diocesano Cardeal Arcoverde", declarou: "Mais do que o bronze de uma estátua, um estabelecimento de ensino falará à alma de gerações sucessivas de jovens brasileiros do sertão pernambucano, dizendo-lhes a grandeza moral de D. Joaquim Arcoverde que, pelo prestígio de suas qualidades, pela inteligência e cultura de seu espírito, governou, numa época difícilíssima da História Eclesiástica do Brasil, a arquidiocese do Rio de Janeiro, com proveitosa influência sobre o povo e autoridades e notáveis realizações de ordem espiritual e material".

Efetivamente, Dom Joaquim Arcoverde era, sobretudo, o professor, o mestre. Diversas vezes recusou altos postos na Igreja para poder continuar no exercício modesto do magistério, no seminário de Olinda, no Ginásio Pernambucano ou no Colégio São Luís de Itu. Sua vocação era o ensino, era o preparo das novas gerações dentro do espírito da civilização cristã. Tendo ocupado a direção da nossa Igreja em momento crítico, quando havíamos passado do Império, ao qual era unida, para a República, nascida sob o signo positivista, o Cardeal Arcoverde conseguiu firmar o clero e a Religião de maneira definitiva, dentro do novo regime, mantendo bem alto o prestígio de suas decisões.

A Igreja permaneceu, nessa fase de transição política e social, dos primeiros anos de República, em situação delicada, que cumpria solucionar com habilidade. O Cardeal consolidou-a eternamente, guardando independência e autonomia, porém ligando-a ao processo histórico de nossa evolução nacional.

Governando a arquidiocese do Rio de Janeiro por mais de trinta anos, após proveitosa gestão em São Paulo, Dom Joaquim demons-

trou, através dos ensinamentos de sua administração, ser realmente um dos grandes homens do Brasil.

Sua tendência para a Igreja, — seguida pelo seu irmão Antônio Arcoverde, bacharel em letras pelo Colégio Pio Latino Americano e doutor em direito canônico pela Universidade Gregoriana de Roma, que faleceu em 1937, Cônego da Sé de Olinda, e pelo seu sobrinho Dom André Arcoverde (filho de seu irmão Jerônimo), Bispo de Limne, atualmente no Convento da Ajuda, — tinha velhas raízes na família. Sua ascendência brasileira é pontilhada de ramos onde espontam sacerdotes de diversas ordens e em diferentes épocas.

Recuando para a Itália, terra originária dos Cavalcanti e residência do Papa, vale assinalar os prelados Aldobrandino Cavalcanti, que foi Bispo de Orvieto e Arcebispo de Pisa no século XIII, Luís e Benedito Cavalcanti, Bispos de Nápoles, e Roberto Cavalcanti, Bispo de Volterra, que está enterrado na igreja de São Silvestre, em Roma, reproduzido em efígie na pedra tumular. Na igreja de Santa Maria Novella, em Florença, pode-se ver a estátua jacente do Bispo Aldobrandino Cavalcanti, aos pés da Virgem, obra de um escultor desconhecido do século XIII.

Pertencendo a uma Casa tradicionalmente católica, Dom Joaquim Arcoverde deu-lhe maior brilho e esplendor, adornando-a com o chapéu vermelho e a púrpura dos herdeiros do Papa.

* * *

Tracemos, em síntese, a árvore genealógica do Cardeal Arcoverde, a partir do tronco europeu que se enraizou no Brasil.

E' bastante conhecida a aventura do moço Jerônimo de Albuquerque, fidalgo português que acompanhou seu cunhado Duarte Coelho à conquista de Pernambuco, aqui chegando a 9 de março de 1535. Em luta com os índios tabajaras, Jerônimo caiu prisioneiro do chefe Muyrá-Ubi (Arcoverde), logrando conquistar as graças de sua filha querida, o que o salvou da morte. Era o sangue lusitano que se ia juntar ao sangue brasileiro puro, formando a primeira família nacional do Norte. Unindo-se a D. Maria do Espírito Santo Arcoverde, que assim se chamou no batismo a princesa indígena, Jerônimo de Albuquerque lançou os fundamentos da miscogenação racial brasileira à procura de um produto humano ambientado e resistente ao clima e à natureza bravia. Entre os filhos havidos dessa união, todos legitimados por alvará del-rei D. Sebastião de Portugal, conta-se D. Catarina de Albuquerque, linda mameluca por quem se apaixonou o emigrado Felipe Cavalcanti, natural de Florença, nobre de alto coturno, parente dos Médicis, dando lugar à família Cavalcanti de Albuquerque hoje tão disseminada em nosso país.

Vamos referir a ligação de Felipe Cavalcanti com o seu longínquo descendente Cardeal Joaquim Arcoverde, por via de um só dos muitos ramos pelo qual a ilustre Eminência se filia àquelas personagens fundadoras de sua família.

I — FELIPE CAVALCANTI, filho de Giovanni Cavalcanti e de Genebra Manelli. Casou com Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque e Maria do Espírito Santo Arcoverde. Pais de:

II — Antônio Cavalcanti de Albuquerque, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Casou com Isabel de Góis, filha de Arnau de Holanda, natural de Utrecht, e de Brites Mendes de Vasconcelos. Pais de:

III — ISABEL CAVALCANTI, que casou com Manuel Gonçalves Cerqueira, cavaleiro da ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício. Pais de:

IV — ANTÔNIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, o da Guerra, fidalgo da Casa Real, figura de relêvo na Guerra de Restauração de Pernambuco. Casou com Margarida de Sousa, filha de Antônio de Oliveira e de Leonarda de Sousa Velho. Pais de:

V — LEONARDA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, casou com Cosme Bezerra Monteiro, filho do fidalgo Domingos Bezerra Felpa de Barbuda e de Antônio Rodrigues Delgado. Pais de:

VI — BRAZIA CAVALCANTI BEZERRA, casada com o Capitão Manuel de Araujo Pereira, filho de Bernardino de Araujo Pereira e de Úrsula Cavalcanti de Albuquerque. Pais de:

VII — MARIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, casou com Manuel Leite da Silva, filho de Bento Leite de Oliveira e de Inocência da Silva Cavalcanti. Pais de:

VIII — LUÍS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, capitão comandante e juiz ordinário de Ararobá. Proprietário da Fazenda Campo Limpo, em Cimbres. Casou com Maria Teresa da Soledade Ferreira. Pais de:

IX — ÚRSULA JERÔNIMA CAVALCANTI, nascida em Garanhuns, casou com o capitão André Cavalcanti de Albuquerque Arcoverde, natural de Igarapu, filho do Tenente-General Simeão Correia Lima e de Vitória de Moura Bezerra Cavalcanti. Pais de:

X — JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE ARCOVERDE CAMARÃO, coronel, proprietário da Fazenda Fundão. Casou com Teresa de Siqueira Cavalcanti, filha do capitão Joaquim Inácio de Siqueira e de Maria José de Jesus Cavalcanti. Pais de:

XI — ANTÔNIO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, o Budá, capitão, sucessor de seu pai na Fazenda Fundão e senhor do engenho Leão. Casou com Maria' Dorotéia Pacheco do Couto, filha de Leonardo Pacheco do Couto e Ana Cordeiro do Rêgo. Pais de:

XII — DOM JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, Cardeal dos Títulos Aleixo e Bonifácio.

Parte da genealogia da família Cavalcanti de Albuquerque pode-se ler na "Nobiliarquia Pernambucana", de Borges da Fonseca, e no "Catálogo Genealógico", de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.

Por êsses estudos verifica-se que D. Joaquim Arcoverde é descendente dos florentinos Cavalcanti, dos bávaros Linz, dos flamengos Holanda, dos escoceses Drummond, dos portugueses Albuquerque, dos tabajaras Arcoverde. Temos de concluir com o sociólogo Oliveira Viana, em seu livro "Evolução do Povo Brasileiro", — quando aponta os Cavalcanti como uma das famílias mais dotadas de eugenia no Brasil, pois tem dado uma verdadeira linhagem de grandes homens à nossa Pátria, conservando seus valores raciais em meio a uma tremenda miscegenação, há mais de trezentos anos.

* * *

Segundo esclarece Monsenhor Antônio Pais Cintra em seu estudo "Armorial Eclesiástico Brasileiro", o braço de armas começou a ser usado na Igreja em principios do século XIV. Antes dessa época, os selos episcopais apresentavam composições das mais variadas formas. Também o formato dos escudos eclesiásticos é bastante discutido entre os autores. A forma primitiva parece ter sido a oval ou elíptica. Hoje, entretanto, usa-se o escudo sanitico ou francês nas armas eclesiásticas, ao lado do oval ou elíptico.

O cardeal tem direito, como Príncipe da Igreja, ao uso de braço de sua livre escolha. Em geral, os prelados usam as armas de suas famílias (quando fidalgos de geração), com atributos religiosos ou eclesiásticos. A própria Santa Sé determinou, recentemente, que os Bispos usem as armas de família, de preferência as armas simbólicas. Nessa determinação recomendou não sejam mais usados o báculo e a mitra, como era costume fazerem.

Dom Joaquim Arcoverde criou braço para si, aproveitando símbolos das armas dos Cavalcanti de Albuquerque, conforme veremos a seguir.

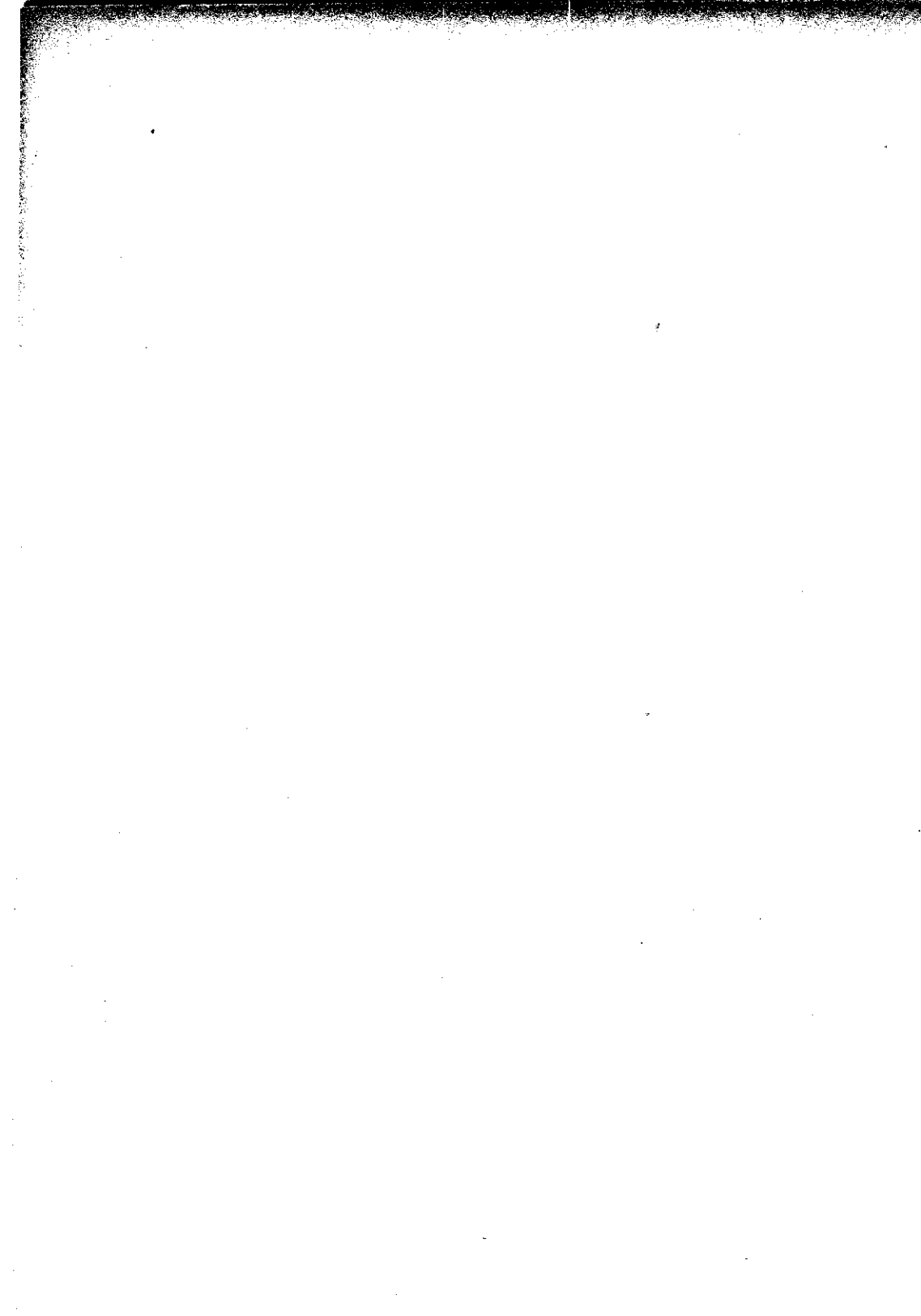
A família do Cardeal sempre usou as seguintes armas, registradas no Brasil e em Portugal: Escudo partido. Na primeira pala, as armas dos Albuquerque — esquartelado; no 1.º quartel, as armas

inteiras de Portugal; no 2.^o quartel, em campo vermelho, cinco flôres de lis de ouro em aspa; e assim os quartéis contrários. Na segunda pala, as armas dos Cavalcanti — campos de vermelho e prata divididos por uma asna azul coticada de negro; de prata a parte de baixo e de vermelho a de cima, semeada de flôres de prata de quatro fôlhas.

E' preciso notar que os antigos Cavalcanti de Florença usavam as seguintes armas: campo de prata semeado de cruzinhas de vermelho, em quincôncio.

O braço do Cardeal assim está composto: Escudo sanítico esquartelado. No 1.^o quartel, em campo azul, uma torre negra assente em penhascos dessa cor; sobre a torre, um resplendor de ouro com as letras "INS"; no 2.^o e 3.^o quartéis, cinco flôres de lis de ouro em campo verde (e não vermelho, como Albuquerque); no último quartel, as armas dos Cavalcanti do Brasil. Encimando o escudo, ladeando uma cruz patriarcal, a mitra e o báculo. Cobrindo o todo, o chapéu vermelho cardinalício e as quinze borlas pendentes, vermelhas, ladeando o escudo. Divisa: "Domini Fortitudo Nostra".

Esse braço se ostenta na torre da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, em côres, e em outros templos da capital brasileira, como homenagem à grande figura da Igreja que hoje reverenciamos.



Saudação aos Professores da Universidade de Coimbra

Proferida na sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo Professor *Tito Livio Ferreira*.

Honrou-me sobremodo o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, quando fez a indicação de meu nome, ao digno presidente, professor Ernesto de Sousa Campos, para dirigir, nesta sessão extraordinária, aos novos sócios deste sodalício, Dr. Maximino Correia, magnífico reitor da Universidade de Coimbra, Dr. Manuel Lopes de Almeida, diretor da Faculdade de Letras, Dr. João Pereira Dias, Diretor da Faculdade de Ciências e Dr. Eduardo Correia, catedrático da Faculdade de Direito, professores daquele tradicional estabelecimento de ensino e integrantes da embaixada cultural ora em visita a São Paulo, estas palavras de saudação e cordialidade.

Agradeço profundamente comovido a distinção que me foi conferida, e, no desempenho deste mandato, procurarei, na medida de minhas forças, corresponder à confiança em mim depositada.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo expressa o seu regozijo, mais vivo, mais intenso e mais sincero, ao recepcionar os novos membros deste sodalício, mestres que são dos mais ilustres da veneranda Universidade de Coimbra.

Dessa Universidade que disseminou a cultura da Renascença do alto das cátedras das Universidades de Saragoça, de Sevilha, de Lérida, de Valladolid e de Ossuna, na Espanha; de Bolonha, de Ferrara, de Turim, de Roma, de Pádua, na Itália; de Poitou, de Avinhão, de Bordéus, de Tolosa, de Montpellier, na França; de Lovaina, na Bélgica e na de Paris, onde além de professores portugueses reitores portugueses a dirigiram. Dentre eles se destacam Diogo de Gouveia,

tio de André, Marçal e Antônio de Gouveia. E acima de todos, êsse André de Gouveia, mestre de Michel de Montaigne, de quem o autor dos ENSAIOS diz: "En cela Andreas de Goveanus, nôtre principal, comme en toutes autres parties de sa charge, fut sans comparaison le plus grand principal de France". Dessa Universidade fui, na minha primeira mocidade, o aluno ideal, porque em espírito a frequentei através das páginas esfusiantes das MEMÓRIAS DO MATA CAROCHAS, do Dr. Antão de Vasconcelos, carioca da gema, mas conimbricense de coração; das humoradas lembranças do Dr. Alberto Costa, ex-pad-Zé, autor do Livro do Dr. Assis e das páginas imortais de IN ILLO TEMPORE, de Trindade Coelho, para servir de compêndio de uma cadeira de COIMBRALOGIA, indispensável nos liceus, conforme o pensamento do malogrado escritor de MEUS AMÔRES. Informa Trindade Coelho das peripécias descritas no PALITO MÉTRICO, em latim macarrônico, para transcrever o "argumentam": "Describitur *jornata* *cujusdam* Calouri *venientis* ad Coimbram, et inde regressus ad suum casalem". Foi êsse o meu companheiro e guia pelas ruas, praças e terreiros da Lusa-Atenas. Com êle andei pela Feira dos Estudantes, pelo Choupal, pelo Penedo da Saudade, por Santo Antônio dos Olivais; com êle ouvi a CABRA, o velho sino cuja voz se perdia no silêncio luminoso das tardes compridas a chamar pelos diletíssimos filhos — *dilectissimi filii* — da Universidade; com êle atravessei a Porta Férrea, andei pela Via Latina, pelos corredores e pelas salas; sentei-me a uma bancada, que nós aqui chamamos de carteira; ouvi a voz pachorrenta do velho Dr. Nunes, que nunca se aborrecia com a rapaziada, e reconstitui a aula em que o lente sussurrava ensinamentos, por bela tarde ensolarada e quente, quando lá fora as fôlhas cabeceavam na ponta dos ramos e no interior da aula os alunos cochilavam. De repente os estudantes, para afugentar o sono, puseram-se a recitar a ladainha. O venerando mestre deixa-os ir até ao fim dos "ora pro nobis". E quando terminaram, êle se levanta e diz: — No fim do ano os srs. dirão "Misere-re nobis"!

Com Trindade Coelho fui à sala dos Capelos, à biblioteca, à Capela. E depois ouvi, ou creio ter escutado, as primeiras estrofes da CANÇÃO DA DESPEDIDA:

"As nossas capas, rotas, velhinhas,
Tôdas de negro tremem no ar...
São andorinhas, são andorinhas,
Que se preparam para emigrar."

Assim a paisagem coimbrã ficou na minha lembrança, envolta nas recordações de meu pai, português de nascimento, natural do distrito de Coimbra, duma aldeia pequenina na serra do Caramulo entre Soure e Figueira da Foz, à beira do Mondego. E da sua terra meu pai via, dizia êle, nos dias cheios de luz a crista alvacentas das ondas marítimas, plenas de sortilégios e de mistérios envolventes.

Mas se tôdas estas coincidências não bastassem, para nos identificarmos, motivos outros existem, além dos de ordem sentimental e são os de ordem histórica.

Representais vós, a pátria de minha pátria. Portugal, pelos seus estadistas coloniais modelou o Brasil à sua imagem e semelhança. Tomé de Sousa estrutura a nossa organização administrativa; João Ramalho, o Patriarca dos Bandeirantes, funda o primeiro município no planalto e Padre Manuel da Nóbrega, estadista número um da colônia, formado pela Universidade de Coimbra, pastor de almas e o mais brasileiro dos portugueses de seu tempo, abre escolas, irradia a luz do Cristianismo e funda São Paulo, esta São Paulo orgulho da nossa terra e nossa gente. Para lembrar êsse acontecimento ímpar na história dos povos, coloquei-o nestes versos, que peço permissão para dizer:

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

(25 de janeiro de 1554)

Padre Manuel da Nóbrega entrepara
um momento no alto da colina;
alonga o olhar pela paisagem clara
e a sua alma tôda se ilumina.

Padre Manuel de Paiva entre a coivara,
na humilde capela pequenina,
a missa padroeira celebrara,
enquanto Anchieta os corumins ensina.

O Pátio do Colégio é o verde engaste,
onde a estrêla dos filhos de Loiola
fulge acesa no tôpo da restinga.

E assim Manuel da Nóbrega fundaste,
sob o sinal de Cristo e numa Escola
esta São Paulo de Piratininga.

Por isso nós estudamos a História de São Paulo dentro da História do Brasil e a História do Brasil, através de três séculos, dentro da História de Portugal. De Portugal que foi, na Renascença, na era dos descobrimentos, o porta-bandeira da civilização cristã européia, durante mais de um século; de Portugal que é, nos dias de hoje, o mesmo Portugal de Nuno Álvares Pereira e do Infante Dom Henrique, porque é o Portugal do Dr. Antônio de Oliveira Salazar, estadista lusiada em cujo espírito vive, estremece e palpita o gênio da Universidade de Coimbra; de Portugal que há de ser, em dias não remotos, o Condestável da Civilização Cristocêntrica, a síntese da Civilização e da Cultura da Humanidade.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo manifesta, pela minha palavra descolorida e pobre, a alegria de vos receber, neste sodalício, senhores professôres da Universidade de Coimbra.

José Ferraz de Almeida Júnior

Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comemorando o primeiro centenário de seu nascimento.
1850-1899

Prof. Ernesto de Sousa Campos

Com a transferência da sede da monarquia portuguêsã para o Brasil, foram rápidos e vultosos os benefícios colhidos pela Colônia, súbitamente transformada em Metrópole.

Três homens de Estado impuseram-se, pelo seu excepcional valor e ação objetiva, nesse período formativo em que se cravaram as estacas sôbre as quais se assentaram os alicerces da futura nação. Foram Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, Antônio Araujo de Azevedo, o Conde da Barca e Tomás Antônio Vila Nova Portugal. Começou o Brasil a ter vida própria libertando-se da tutoria da mãe pátria.

Coube o primado das iniciativas no campo das artes plásticas ao Conde da Barca, que foi também o inspirador da carta de lei de 1815, elevando o Brasil à categoria de Reino, com suas armas figurando ao lado das de Portugal e dos Algarves, em um só escudo. Amigo das terras novas da América, dedicou ao novo Reino o último período de sua carreira vitoriosa e produtiva. Para exemplificar basta a sua confissão contida nas memórias de Neukomm: "temos esperança de fundar um novo império nesta América". E morreu pobre, como aconteceu também com Tomás Antônio, depois de longo tirocínio em postos de comando na administração pública. A rica coleção de livros e quadros, enlêvo de sua vida, foi vendida para satisfazer credores.

Devotado aos problemas do espírito, fortalecido por estrutura integralmente intelectual, não poderia conformar-se com o ambiente

quase unicamente de ordem material, que vigorava, no sul da colônia, em consequência do impulso das bandeiras que não facultavam condições para requintes de natureza cultural.

Ao norte já se havia infiltrado o lavor das ciências e das artes sob o patrocínio de Maurício de Nassau, reunindo-se, em tórno do seu govêrno, Marcgrave, Guilherme Piso, Herchsman, Eckout e os famosos irmãos Post, um arquiteto e o outro pintor.

E no sul, em 1817, ocorreu outra investida dêsse gênero nos rumos que nortearam a viagem de estudos e pesquisas de grandes homens de ciência, motivados pelo casamento da culta arquiduquesa d'Áustria Maria Leopoldina com o príncipe D. Pedro. Vieram, então, ao Brasil, Pohl, Redi, Spix e Martius enriquecendo-se as páginas da História Natural com notáveis e inéditas contribuições, principalmente no que se refere à flora brasileira, cientificamente desvendada por Martius.

Aliás os jesuítas realizaram obra ciclópica no sentido educativo, se considerarmos os poucos recursos financeiros de que dispunham. Não puderam, entretanto, desenvolver o gôsto pelas artes plásticas, diante da imensa obra que lhes coube realizar, nos primeiros movimentos que marcaram a aurora da civilização na terra da Santa Cruz.

Assim, o Conde da Barca, promovendo, em 1815, a vinda ao Brasil da missão francesa de arte e de artes plásticas, lançou, sem dúvida, na capital do reino unido, as sementes primeiras da pintura, da escultura, da arquitetura, da gravura, nos moldes acadêmicos, contribuindo, ainda, pelos técnicos que importou, para implantação das artes e ofícios orientados por mestres proficientes.

A queda de Napoleão facilitou o empreendimento.

Joaquim Lebreton, partidário do curso, desejou ausentar-se da pátria, após a catástrofe napoleônica. E o Marquês de Marialva, encarregado de contratar na França artistas de mérito, teve seu trabalho simplificado, por indicação de Humboldt, pela cooperação de Lebreton, ocupante da alta dignidade de secretário perpétuo do Instituto da França. A colaboração de tão alta personalidade, que assumiu logo as responsabilidades de chefia, propiciou a incorporação, ao conjunto, de grandes artistas e técnicos como os Taunay, Debret, Grandjean de Montegny, Pradier, os irmãos Ferrez, Ovide.

É preciso ponderar, também, que os Braganças eram amigos da arte. Dom João VI recebeu por isso o título significativo de "Rex fidelissimus artium amantissimus". Conta-se, por exemplo, que o príncipe regente assistindo missa na igreja de Santo Inácio, na antiga fazenda dos jesuítas, em Santa Cruz, arrabalde do Rio de Janeiro, surpreendeu-se com a boa música instrumental e vocal que ali ouviu. Resolveu, por isso, criar, naquele local, uma escola de composição de

música e canto. E todo mundo conhece a atenção especial de Pedro II, pelos artistas e cientistas, durante seu longo reinado.

Chegada a missão francesa criou-se, por decreto de 12 de agosto de 1816, a "Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios" modificada, a seguir, para a "Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura", logo sintetizada sob o nome de "Academia de Artes"; hoje evoluída para a "Academia Nacional de Belas Artes", componente da Universidade do Brasil.

Estas considerações preliminares, em tórno de fatos bem conhecidos, objetivam acentuar as razões por que o Brasil assumiu posição de vanguarda entre os povos que conquistaram e civilizaram as duas Américas, em se tratando de artes plásticas.

Taine, em sua "Filosofia da Arte", chama especialmente a atenção para o fator estímulo, na orientação que podem tomar as diversas modalidades de cultura entre os povos civilizados.

Aqui em São Paulo, podemos registrar o caso Chiafarelli. Pela sua atuação, em nosso meio, despertou altas vocações de pianistas que têm ilustrado o cenário musical de nossa terra.

Aquêle núcleo de eminentes artistas franceses, situado em cidade pequena, quase primitiva, estruturada em moldes sociais acanhados, deveria ter, como teve, enorme repercussão. Não valeram, para apagar a sua obra, os infortúnios decorrentes da morte do protetor Conde da Barca, nem a nomeação infeliz de um homem de fracos méritos e perseguidor, para a direção da novel casa de ensino.

A luz que ali surgiu intensificou-se ante o espetáculo grandioso da paisagem brasileira e do atrativo especial dos usos e costumes esposados pelos coloniais, além da riqueza de motivos proporcionados pelo gentio. E a escola frutificou apesar dos percalços que, em certas fases, a obrigou a se tornar livre para evitar os estreitos limites oficiais. E venceu. Bela demonstração objetiva pode ser observada na sala dedicada à Missão Artística Francesa, no Museu Nacional de Belas Artes, onde se encontram magníficos originais de Nicolas Antoine Taunay, Felix Emile Taunay, Jean Baptiste Debret e Zepherin Ferrez.

Da Escola de Belas Artes, sob as várias denominações que tem tido, começaram a sair grandes mestres. Manuel de Araújo Pôrto Alegre, discípulo de Debret e seu sucessor na cátedra de pintura histórica, foi pintor, poeta, orador e arquiteto. Chaves Pinheiro, escultor e discípulo de Marc Ferrez, também substituiu o mestre no magistério da escola matriz.

E foram se formando os grandes nomes da pintura americana, ou melhor, internacional, como José Correia Lima, discípulo de Debret, Vítor Meireles, Zeferino da Costa, Pedro Américo, Aurélio Fi-

gueiredo, Décio Vilares, Pedro Peres, Rodolfo Amoedo, Caron, Castagnetto, João Batista da Costa, Visconti, Pedro Bruno, Jorge Mendonça, Pedro Alexandrino, Bernardelli, Antônio Parreiras, Timóteo da Costa, para citar apenas alguns dos grandes mestres falecidos.

É verdade que todos estes artistas estudaram também nos grandes centros do velho mundo, ao calor de mestres consagrados, mas o despertar de suas ambições e os primeiros estudos ocorreram em nosso país em derredor da Academia fundada pelo Conde da Barca e sublimada pela influência da escola francesa.

José Ferraz de Almeida Júnior foi um fruto dêsse meio. Foi discípulo de Vítor Meireles e de Le Chevreil na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, embora, mais tarde, prosseguisse seus estudos, em Paris, sob a orientação de Cabanel.

Pessoalmente, considero José Ferraz de Almeida Júnior o maior pintor brasileiro. Certamente é bem difícil a classificação, atendendo-se à variedade das especialidades na arte pictorial, tais como: a paisagem, figuras, natureza morta, etc.

Pedro Américo, por exemplo, é inexcedível em composição de atos guerreiros. Suas telas dêsse gênero alcançaram consagração universal.

Antônio Parreiras, grande paisagista, perdeu o sabor da terra, depois de seus estudos no estrangeiro. Cresceu no lavor da figura, mas reduziu a segurança de um estilo próprio e impressionante, na paisagem. O verde escuro da mata brasileira do seu "Tronco de Ipê" ou a poesia maravilhosa e emotiva das "Sertanejas" não os encontramos nas admiráveis expressões técnicas do seu segundo período, matizado pela visão de outras terras.

Almeida Júnior foi um gênio. A centelha que iluminou sua vida e sua arte veio do berço, na pequenina cidade de Itu. A primeira explosão da sua arte sintetizou uma homenagem à província querida. O Apóstolo São Paulo serviu de tema ao primeiro quadro. Reafirmou-se êsse amor, como fruto sazonado na "A Partida da Monção".

Almeida Júnior, matuto e enraizado, passou mais de um quinquênio na França. E voltou ainda mais paulista, mais natural, mais espontâneo.

Um crítico de arte individualiza, na produção artística do ituano, três fases distintas: anterior, durante e posterior à sua estada no velho mundo. E tem razão, pelo menos quanto ao período europeu.

Todavia, o que exalta a figura de Almeida Júnior é a circunstância de não ter sofrido o pintor paulista influência estranha, a não ser passageira, em suas concepções artísticas, apesar de longa estada em Paris, sob o domínio do pincel de Cabanel. Aprendeu muito, sem dúvida, no tocante ao desenho, composição geral, tratamento das cô-

res e das tintas. Conservou, entretanto, intato seu pendor para os motivos puramente brasileiros que traduziu, não somente na caracterização da figura e atitudes, mas também na própria apresentação do ambiente inclusive quanto ao aspecto paisagístico. E sua pintura não é estática. Indica movimento, o que a aproxima das composições de batalhas da lavra de Vítor Meireles e Pedro Américo.

Sob influência européia, Almeida Júnior produziu a "Fuga para o Egito", o "Remorso de Judas", o "Derrubador brasileiro" e a famosa tela "Pendant le repos", entre outros quadros.

Cabanel entusiasmou-se com o discípulo, sempre admitido no "Salon" de Paris, durante sua permanência na França, desde 1879 até 1882, época em que regressou ao seu país de origem. Figuraram naquele grande certame o "Remorso de Judas", a "Fuga para o Egito" e por último o "Descanso do Modelo", obra que causou sensação na mostra d'arte realizada ao chegar o artista ao nosso país. Antes de seguir para a Europa, havia apresentado o "Apóstolo São Paulo", que ainda hoje se acha na Matriz de Itu; a "Ressurreição", o "Belisário", "Cupido", entre outros trabalhos preliminares, alguns com retratos de personagens de São Paulo.

O "Descanso do Modelo" como a "Leitura" e o "Importuno", por exemplo, não diferem, em última análise, como demonstração de arte, das obras congêneres de grandes artistas mundiais.

São obras primorosas. Não apresentam, todavia, originalidade de imaginação na escolha do motivo ou no preparo da pose. A palheta obedece ao comando do artista. Age, porém, plácidamente, sem sobressaltos, sem emoções. Concentra-se o conjunto na correção do desenho, na maciez do colorido, na perfeita combinação das tonalidades, na feliz disposição da perspectiva, correta e agradável, na conveniente colocação dos planos, na equilibrada proporção dos elementos principais e acessórios, no vigor e propriedade da técnica.

Tudo isso é admirável no "Descanso do modelo" ou na "Fuga para o Egito", onde surpreende o contraste entre os anseios dos fugitivos e aquela parada tranqüila, em meio de uma paisagem quase nua, onde a alimária sacia plácidamente a sede em regato de águas frescas e límpidas. Os motivos bíblicos são assaz explorados. Elevam o artista quando proficientemente tratados, mas não o conduzem além das fronteiras demarcadas, até hoje, pelos grandes mestres pintores da antiguidade. E não lhes conferem feição específica.

Evidenciando suas tendências para os temas nacionais, como ocorreu com Carlos Gomes na música, Almeida Júnior compôs, ainda na Europa, o "Derrubador brasileiro". É obra perficiente. Figura na página de honra do recente guia do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Tal fato indica, sem dúvida, honrosa prefe-

rência, entre tantos quadros nacionais e estrangeiros que compõem aquela notável galeria.

Mas, esta obra não se traduz pela aceleração do ritmo cardíaco do brasileiro que a contempla. Faltou ao artista, contato e ambiente ao elaborar êsse trabalho, no estrangeiro. O tipo do caboclo ali apresentado, sua robustez e sua atitude, não se condicionam ao dos sertanejos do nosso "hinterland".

Bastas vêzes, em nossas visitas dominicais ao Museu Nacional, nos colocamos em frente a êsses dois quadros, buscando inútilmente a emoção que se manifesta, entretanto, tão viva, diante das outras telas dêsse nosso pintor predileto, concebidas e realizadas em nosso meio, ao calor e colorido da nossa natureza tropical, sedutora e inebriante.

Almeida Júnior, segundo nosso juízo, atingiu a culminância da sua arte, quando regressou a São Paulo, ao convívio da sua gente, de linguajar cantado e arrastado de que nunca se desfez; ao conforto do vestuário simples e desajeitado; ao sabor das nossas iguarias; ao contato das nossas matas, dos nossos rios; do sol luminoso e ardente, das noites quentes e silenciosas, das nossas choupanas, das nossas modinhas, das nossas estradas e dos lances de gostosas pescarias e caçadas.

Sairam, então, da sua palheta adestrada e emotiva, instantâneos espontâneos da nossa vida rural: a "Pescaria", "Casinha Caipira", "Amolação Interrompida", "Caipira Picando Fumo", "Caipira Negaceando", "Cabeça de Caipira", "Nhá Chica", "Violeiro", "Apertando o Lombligo", os saltos de Itu, de Piracicaba, de Votorantim, etc. São composições simples e por isso mesmo belas, emocionais, evocativas, que nos transportam espiritualmente para o cenário vivido pelo autor.

"Apertando o Lombligo" é uma tela encantadora. A mata, ao fundo, vigorosa e sadia, contrasta com a incrível desordem que o caipira criou na pequenina gleba onde assentou seu lar. Ao lado da choça esburacada corre a cêrca, grotesca, feita à "la diable", limitando o terreiro, onde um tronco grosseiro e escavado, jogado a um canto, serve de côcho. O caboclo, de cócoras, aperta o lombligo, junto do matungo, enquanto a mulher, molemente, o observa, sentada na soleira da porta, o pito entre as mãos. É um exato instantâneo do que estamos habituados a ver ao longo das estradas. Neste quadro, no "Caipira Negaceando", na "Paisagem do Sítio do Rio das Pedras", na "Paisagem Fluvial", Almeida Júnior demonstra ser tão bom paisagista, como figurista e pintor de costumes e de história.

O "Caipira Picando Fumo" é maravilha de expressão, de atitude, de ambiente.

A "Amolação Interrompida" representa um primor de expressão e movimento. A "Nhá Chica" figura um tipo habitual na vida rural brasileira. O traje, o gesto são característicos, como o olhar distante, mas que não enxerga além dos limites da cozinha que é o seu reino.

O "Caipira Negaceando" é a obra mais admirável de Almeida Júnior. O interior da mata desperta imediatas recordações. A posição dos caçadores, a malícia da espera, os olhares de anseio e de antegozo, o cuidado em evitar ruídos que afugentem a caça, a indumentária, todo o conjunto fixa um aspecto, que só um caçador e artista seria capaz de compor.

A "Partida da Monção" é obra sensacional e maravilhosa. Mas não tem a espontaneidade poética que emana do "Caipira Negaceando", a cândura do "Violeiro", negligente, recostado no peitoril, acertando as cordas, no acompanhamento da modinha que a sua cabocla vai desfiando lentamente...

Dois anos de estudos empregou Almeida Júnior na execução dessa obra, sugerida pelo eminente educador Cesário Mota Júnior. Focalizou a descida dos homens de São Paulo, rio abaixo, partindo de Pôrto Feliz, rumo a Cuiabá.

A tela "conscienciosa e bem tratada", é bela, é magnífica, é evocativa. Representa o momento em que os sertanistas, "depois da missa na Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, acompanhados do padre, capitão-mor e povo, embarcavam no Pôrto Geral, recebendo na ocasião a solene bênção da partida". Esta breve descrição é da lavra do autor daquela peça histórica.

Obra encomendada e longamente arquitetada não tem, por isso mesmo, a frescura, a espontaneidade que guia a mão do artista, nos debuchos, nas manchas que depois se refinam, nos pormenores, no colorido, nos efeitos diversos, que espelham a impressão, recolhida pela alma eufórica, vibrátil ou angustiada do artista.

Examinando as obras do mestre, admiramos concepções fortes como o "Batismo de Jesus", o "Cristo Crucificado", o "Mosqueteiro", etc., que mostram facetas diversas do talentoso artista. Predominam, entretanto, a nosso ver, como as mais altas expressões de sua alma, os motivos sertanejos.

Não vimos o quadro "Saudades" que Miranda Azevedo descreve com tanto entusiasmo, manifestando a melancolia que dêle se apoderou ao observá-lo. E conclui: "Há vida e alma nessa tela, que impressiona tanto como a "Pietà", do grande mestre italiano". Não conhecemos, também, a "Mendiga", o "Sonho", a "Assunção da Virgem", o "Cristo no Horto", o "Batismo de Jesus", a "Ponte de Tabatingüera", a "Pintura" (fantasia), senão através de fotografias, ou reproduções em opúsculos.

Sôbre a "Mendiga", diz Miranda Azevedo: "Se Almeida Júnior fôsse francês, êste quadro figuraria no museu de Luxemburgo ao lado do "L'Homme à la Casquette de Gaillard", sem sofrer eclipse e despertando igual admiração.

Esta sensibilidade confortante, espiritual, de alma plena, ainda não brotou da palheta deformante de alguns modernos, empenhados na tentativa de reproduzir a genialidade de Miguel Ângelo, impressa no forte simbolismo da Capela Sistina. Mas, Miguel Ângelo, é bom relembrar, foi o autor de Davi.

O retorno de Almeida Junior ao naturalismo e espontaneidade dos primeiros tempos, explica o seu instintivo receio quando lhe sorria o prêmio de viagem no concurso em que se inscrevera.

Não havia obtido a grande medalha de ouro ao terminar os seus três anos de Academia?

Parece que o artista, talvez sem o saber, desejaria preservar intata a sua imensa reserva de sentimento nativista e puro. Interpelado por Pedro II, não soube explicar porque deixou a côrte nas vésperas de um triunfo certo.

Quanto perdeu São Paulo, no dia fatídico de 13 de novembro de 1889!

NOTAS BIOGRÁFICAS

E' desnecessário fazer a biografia de José Ferraz de Almeida Jr. Já tem sido muito divulgada. Acentuaremos, portanto, apenas alguns pontos acrescidos das notas genealógicas que terminam êste estudo.

Nasceu o artista em Itu. O tronco da família, no Brasil, originou-se em São Vicente. Passando algum tempo ali e em Parnaíba (onde hoje existem as usinas da Light), deslocou-se para Itu, irradiando-se, a seguir, para as proximidades (Capivari, Tietê, Botucatu, etc.) e para Campinas. Localizaram-se alguns ramos, ao final, na metrópole paulistana. Nasceu na tradicional cidade, aos 8 de maio de 1850. Revelada a vocação, ainda na fase infantil, empenharam-se seus pais em aproveitar tão raros dotes, não obstante os fracos recursos financeiros de que dispunham. Terminados os estudos colegiais, seguiu o futuroso jovem para a capital do país, financiado por amigos da antiga e ilustre família. Tinha, então, 19 anos. Matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes, onde teve como professores Vítor Meireles em pintura, e Chevrel, em desenho.

Como aluno obteve vários premios. Chevrel apresentou-o a Pedro II como o seu melhor aluno. Concluído o curso, inscreveu-se no concurso ao prêmio de viagem à Europa. Abandonou o certame por

motivos pecuniários. Regressou a São Paulo. Pedro II, ao inaugurar a Estrada de Ferro Mogiana, viu um retrato do Comendador Antônio de Queirós Teles. Lembrando-se da apresentação e do concurso, interpelou o artista sobre a sua desistência. Informado das razões, determinou, imediatamente, que recebesse das mãos da princesa o custo da passagem e a quantia de 300 francos mensais.

Em outubro de 1876, seguiu o artista para Paris. Regressou ao nosso país em 1882, falecendo aos 13 de novembro de 1889. Não havia chegado aos 40 anos. Poderia ilustrar a arte brasileira por muito tempo ainda, como Euclides da Cunha o poderia ter feito, sob o ângulo da literatura.

DADOS GENEALÓGICOS

José Ferraz de Almeida Júnior pertenceu a uma das mais antigas famílias de São Paulo. As raízes brasileiras dos seus ascendentes encontram-se entre os primeiros povoadores vicentinos vindos na frota colonizadora de Martim Afonso de Sousa.

Jorge Pires, cavaleiro fidalgo e João Pires vieram nessa primeira investida, este último acompanhado por seu filho Salvador, de menor idade.

Casou-se Salvador Pires com Maria Rodrigues, filha de Garcia Rodrigues e Isabel Velho. Garcia, chegado depois aqui, aportou com onze filhos, um dos quais o Padre Garcia Rodrigues Velho conseguiu, por sua influência e prestígio, casamentos para suas irmãs, com pessoas de primeira categoria, entre as que constituíam o núcleo primacial de civilização da terra nova.

Do consórcio Pires-Rodrigues nasceu o segundo Salvador Pires, que contraiu núpcias com N. de Britto, de descendência lusitana e depois com Maria Fernandes, neta de Piquerobi.

Beatriz Pires originou-se do enlace com a primeira esposa. Seu filho Manuel Pires casou-se com Maria Bicudo, filha de Antônio Bicudo Carneiro e Isabel Rodrigues, esta, por sua vez, também filha de Garcia Rodrigues e Isabel Velho.

Do enlace Manuel Pires-Maria Bicudo originou-se Margarida Pires Bicudo, que se casou, em 1643, com Felipe de Campos van der Borg, nascido em Portugal, educado em Coimbra e filho do embaixador Francisco van der Borg, de Flandres e Antónia de Campos, natural da corte de Lisboa.

Dêsse notável matrimônio, disse Washington Luís ("Capitania de São Paulo"): "Felipe de Campos propagou prole numerosa que se illustrou nos anais da Capitania. De seus filhos, alguns preferiram

o recolhimento dos claustros, outros lançaram-se à vida aventureira dos sertões. Em outro meio, em Portugal, por seus feitos heróicos e por suas letras, seriam generais e bispos; no Brasil ficaram chefes de bandeiras e simples religiosos.”

O sétimo filho de Felipe e Margarida chamou-se Nuno — Nuno de Campos Bicudo. Casou-se em Itu, no ano de 1693, com Margarida Pires da Silva, filha de Antônio Pedroso de Barros e Maria Leite Proença. Dos oito filhos do casal, todos oriundos de Itu, o segundo — Felipe de Campos Leite — casou-se, em 1739, com Jacinta de Arruda, filha de Manuel Sampaio Pacheco e Verônica Dias Leite. Dos três filhos, o segundo — Manuel Leite Sampaio — casou-se quatro vêzes. Da primeira mulher houve 3 filhos. O primogênito — Felipe de Campos Néri — casou-se, em Itu, no ano de 1797, com Francisca Ferraz de Almeida, filha de Inácio Pais de Almeida e Ana Ferraz de Campos. O único filho dêste último enlace matrimonial chamou-se José Ferraz de Almeida — o Jugica. Casou-se êste com Ana Amaral de Sousa, havendo o casal dois filhos, Maria Amália e o nosso biografado José Ferraz de Almeida Júnior.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo deixa aqui consignadas suas homenagens a êste grande vulto da nacionalidade.

Proposição Sôbre a Conjuntura Histórico-Social Brasileira

Conferência pronunciada no dia 2 de setembro de 1950 pelo Prof. *José Ferreira Carrato*.

Nos momentos de crise, há, como uma de suas decorrências naturais, a desorientação dos espíritos e das atitudes. Corroídos ou arruinados os valores em que se escudavam os esteios da velha ordem estabelecida, os homens se deixam tanger, em confusão de rebanho assustado, em demanda das coisas, das doutrinas e dos acontecimentos que vão ocorrendo, no seu mundo desvairado. E é freqüente ver-se, então, a sociedade dos homens tudo aceitando ou tudo negando, como não acreditando em nada ou em tudo se fiando, numa espécie de autodefesa instintiva, prevenindo a expectativa de um futuro mais seguro, vislumbrado, para alguns, nos arrebóis do ideal, e para tantos no largo e enganoso horizonte do oportunismo. Esta é a mentalidade típica de uma civilização em mudança, muito próxima da de nossos dias: dias pávidos e inquietos que parece aproximarem-se, amedrontados e hesitantes, da encruzilhada fatal do seu destino.

O mundo dêste nosso século está quase assim, à mercê dessa disponibilidade completa de almas e de corações. Estamos nos acercando, indecisos, do centro aparentemente neutro de um ciclone social, em tórno do qual rugem tôdas as tempestades desencadeadas das paixões dos homens. Como que sentimos a tremenda impressão de uma ameaçadora cintura de catástrofe pairando em tórno de nós, através da qual nem de longe conseguimos lobrigar as rotas que nos conduziram até às alturas a que chegamos; umas, de imprecisas, perderam-se nas névoas já ultrapassadas, e outras, por impraticáveis, fi-

caram abandonadas na marcha, quando não infelicitaram definitivamente aquêles loucos que as ousaram perfilhar.

Mas urge uma escolha. Escolha que, no dizer de FRANKLIN D. ROOSEVELT, "não é somente uma escolha entre o govêrno pelo povo e a ditadura, não é somente uma escolha entre a liberdade e a escravidão, não é somente decidir entre avançar ou retroceder: são tôdas estas escolhas reunidas em uma só. É a continuação da verdadeira civilização contra a destruição final de tudo o que preciosamente temos conseguido. É a religião contra o ateísmo; o ideal de justiça contra a prática da fôrça; a decência moral contra o pelotão de fuzilamento; a coragem de falar e agir abertamente contra o falso acalanto do apaziguamento". Esta é uma das grandes escolhas da história.

O panorama do mundo contemporâneo deixa muito longe aquela "douceur de vivre", muito do agrado da geração passada, que se usufruiu regaladamente até quando ecoaram os tiros assassinos de 28 de junho de 1914, que um estudante de Serajevo desfechou contra o casal Habsburgo. Efetivamente, até à Primeira Grande Guerra Mundial, o mundo ocidental jamais se julgara mais feliz e nunca estivera mais contente consigo mesmo; aquêlo otimismo róseo da era vitoriana já durava três gerações e prometia — segundo acreditavam os herdeiros do Dr. Pangloss — perdurar indefinidamente. JEAN JACQUES ROUSSEAU, na esteira direta do Renascimento e do Enciclopedismo, descobrira a bondade natural do homem e incendiara as jornadas febricitantes dos "sans-culottes" de 1789, que haviam visado o mundo ideal da liberdade, da igualdade e da fraternidade. A Revolução Francesa impusera os mandamentos de uma igualdade jurídica absoluta, segundo os quais todos eram considerados iguais. Todos cidadãos, diante da lei, sem os privilégios de berço e de altar. Os anos se passaram e os homens foram descobrindo, pouco a pouco, que houvera nascido, à sombra do barrete frígio tricolor, um novo valor social, que substituíra o antigo "jus sanguinis", a burguesia apoiada no poder crescente do dinheiro, que fôra se impondo paulatinamente, apeando a aristocracia e subindo empós dela.

Nos meados do século XVIII, FRANÇOIS DE QUESNAY, médico da côrte de Luís XV, publicara o seu livro "Tableau Économique", em que se expunham, com muita inteligência e sedução, idéias engenhosas sôbre a necessidade da coibição das leis impeditivas que os homens vinham fazendo até então, que estariam dificultando a produção, a distribuição e o consumo da riqueza; e Quesnay preconizava o exemplo das leis da natureza que antes acoroçoavam e estimulavam a produção e a circulação dos bens da terra. O livro repercutiu muito bem na côrte de Versalhes e logo um grupo solícito

de discípulos acorreu para junto do esculápio-economista, formando com êle a escola dos "Fisiocratas", dos partidários do "governo da natureza". Encorajado pelo êxito do primeiro livro, Quesnay lançou, em 1768, o seu novo compêndio "Fisiocracia", em que investia contra os "mercantilistas", que propugnavam a ingerência dos poderes públicos na atividade econômica, advogando, por seu lado, a livre concorrência e a liberdade completa para a indústria e o comércio, cujas leis o seu discípulo ADAM SMITH haveria de formular, oito anos depois, em seu tratado sôbre a riqueza das nações. Era a consagração definitiva do princípio da livre iniciativa individual, que GOURNAY identificaria com o lema ocasional do "laissez faire, laissez passer". Nasceria o liberalismo econômico, essa nova caixa de Pandora, cujos inúmeros males a cobiça dos homens abriu para o mundo.

Guindada a uma posição de verdadeiro fastígio social, depois da Revolução de 1789, a burguesia pretendia-se apta e amadurecida para assumir a responsabilidade da economia de então. A época facilitava extraordinariamente a tarefa, pois a máquina já fôra posta a serviço da humanidade. Em 1767, JAMES WATT houvera descoberto sua máquina a vapor; em Paris, em 1801, apesar das chácotas dos seus inimigos, JACQUARD tecia algodão com o tear mecânico de sua invenção; e ROBERT FULTON subia o rio Hudson, em 1807, em seu barco a vapor. Êstes acontecimentos constituem, sem dúvida, o marco inicial da Era da Máquina, base do surto industrialista do século XIX, que se expandiu no capitalismo contemporâneo.

Infelizmente, o controle da máquina jamais esteve nas mãos de todos, oferecendo a todos os homens os benefícios incalculáveis do progresso e do conforto. Então, o homem seria o senhor e ela o servo. Mas, entregue a grupos reduzidos de indivíduos, freqüentemente sem escrúpulos, muito logo a máquina se transformou num instrumento de opressão e de miséria. "É escandaloso — proclamava há pouco o CARDEAL SALIÈGE — que a abundância tenha produzido a miséria e que a técnica, ao invés de livrar o trabalho, o escravizasse. A máquina foi um progresso. Ela livrou o homem de duros encargos; mas o homem serviu-se dela para o lucro, para o dinheiro, para a produção e não para o próprio homem". Dessarte, a máquina ficou, praticamente, a dona do homem, fatora do seu dinheiro e do seu destino na terra. Com o advento da máquina, operou-se uma verdadeira transmutação social no mundo ocidental. Domesticada pelo homem a energia do vapor, estabeleceram-se desde logo as grandes indústrias manufatureiras, em cidades que nasciam quase da noite para o dia. Essas indústrias foram se aperfeiçoando, com a introdução da energia elétrica e de maquinismos cada vez mais

aperfeiçoados e complexos. Entretanto, essas máquinas custosas careciam de homens, que a servissem e a assistissem, a fim de que dessem dinheiro e mais dinheiro aos seus felizes e raros possuidores. Estes homens eram o proletariado, a nova classe social que o século XIX, para vergonha sua, criou no mundo, reeditando o velho exemplo romano.

Na Antiguidade Clássica, em Roma, o proletário era o homem cuja única razão de ser era "produzir" outros homens. O proletário não passava, pois, de um bom reprodutor; fornecia à República Romana o "material humano" necessário à vida econômica. Na era moderna, o proletário passou a ser o homem-produtor, o "man-power", como dizem os anglo-saxões. O homem transformou-se em força de trabalho, em mão-de-obra, e se passou a ver nele uma boa máquina de fazer dinheiro, graças à sua constituição muscular, à sua saúde e energia própria. Historicamente, o proletariado moderno nasceu da era industrialista. Tangido pela necessidade, o antigo artesão, que vivia em sua terra natal, dispondo de poucos recursos para o sustento de sua família grande habitual, apesar de ser patrão de si mesmo, viu-se obrigado a procurar trabalho na indústria da cidade, nas mãos do burguês dono do capital e da máquina.

E foi assim que cresceram, no século passado, as grandes aglomerações obreiras, quase sempre na periferia das cidades industriais. Tornaram-se miserandas concentrações de uma gente de aluvião, sem fixação, sem fartura e sem repouso. As exigências de uma economia brutal e desumana não ofereceriam a essa gente — simples potência de trabalho — quaisquer garantias de vida decente, de estabilidade, de segurança social. Os proletários do século XIX, ao contrário dos escravos antigos e dos servos medievais, nem mesmo gozariam de uma condição segura como dantes, na propriedade patricia ou nas imediações do castelo feudal; ficariam à mercê da máquina e do capital. Toda vez que aquela dispensasse os seus serviços ou este periclitasse, o proletariado era tangido a recomeçar de novo a vida, nos agros do desemprego. Do desemprego à miséria não vai mais que um passo. O industrialismo capitalista, no afã dos lucros sempre redobrados, não cuidou absolutamente do respeito humano e cristão que se deve ao trabalho racional. Daí as explorações desapiedadas que praticou sistematicamente, em escala cada vez maior provocando as primeiras reações dos trabalhadores, fermento e semente das agitações operárias da primeira metade do século XIX, que, partindo da ética reivindicadora de SAINT-SIMON, culminaram nas barricadas sangrentas de 1848, o mesmo ano em que KARL MARX lançava o seu célebre Manifesto. Os salários de fome, as horas incontáveis de trabalho, a labuta indiscriminada para homens, mulheres e crianças,

as duras obrigações domiciliares, tudo isso poderia talvez justificar o cínico conceito de MANDEVILLE, um dos corifeus do liberalismo econômico: "As riquezas necessitam de uma multidão de pobres que trabalhem"...

A proletarização gradativa de grandes tratos de população, segundo observa o sociólogo belga R. KOTHEN, vem se caracterizando pelos seguintes fenômenos: 1.º — *O proletário não tem um domicílio* — com efeito, vai e vem continuamente, atendendo às exigências da máquina econômica. Na Bélgica, cada ano, 10% da população do país, isto é, 800.000 pessoas mudam de residência. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, e mesmo antes de 1940, milhares e milhares de trabalhadores de várias nações (Polônia, Itália, Romênia, Marrocos, etc.) viviam em procura de tarefas nas usinas e nas minas da França, da Bélgica e da Alemanha. Já no curso da Guerra de 1914-1918 tonquineses asseguravam os serviços de descarga dos navios nas bases navais inglesas estabelecidas em França; e operários cabilas se encarregavam em Paris dos serviços de utilidade pública. Os deslocamentos maciços de trabalhadores para o trabalho escravo na Alemanha nazista e na Rússia Soviética têm sido apenas um episódio mais flagrante do grave problema do desajustamento social da instabilidade de situação e de domicílio, que o capitalismo já havia de há muito instaurado em outras partes. Nessas condições, o proletário foi reduzindo suas obrigações "familiares" à sua mais simples expressão. Se o regime econômico reclama do trabalhador sua capacidade de trabalho, sua competência profissional, apenas, sem cuidar mais de nada, ele acudirá, mau grado seu, a esses reclamos da máquina, esteja ela onde estiver. Assim, sua família, sua terra e sua pátria deixam de ser para ele realidades vivas: a sua única realidade é o seu interesse, o lugar onde reside a máquina que lhe dá o salário. E como são versáteis — santo Deus! — essas máquinas e esses salários! 2.º — *O proletário não tem a garantia do seu trabalho* — Há, no regime capitalista, o que se chama "contrato individual de salário". Nada, porém, mais aleatório e inseguro do que um desses contratos. Hoje, a mão-de-obra é particularmente instável: o operário exerce os misteres mais variados num grande número de empresas diferentes. O operário ficou um homem sem profissão, incapaz de especializar-se em qualquer tarefa. 3.º — *O proletário não goza dos bens materiais* — O capitalismo encarou o trabalho humano como uma mercadoria, pela qual paga o salário, uma soma fixa correspondente a um certo tempo de trabalho fornecido. E como freqüentemente esse salário não atende ao mínimo vital indispensável, sobrevêm à família do obreiro a indigência e a privação das coisas primárias da vida. Além do custo de vida se sobrepor aos salários,

como acontece amiúde, muito raramente pode o proletário reservar algo para constituir um patrimônio seu, que o possa e aos seus acobertar dos riscos futuros da vida. Há para êle um estado permanente de insegurança: não sabe o que lhe poderá acontecer amanhã, se a empresa onde trabalha fechar as portas. Doença, miséria, morte, são perspectivas que lhe estão mais próximas do que as de uma vida melhor e mais digna, como acharia que merece. 4.^o — *O proletário está distante da cultura* — Se a civilização contemporânea permitiu que se desse ao proletariado uma instrução primária, fê-lo quase em função da necessidade de um mínimo de conhecimentos aos que iam tornar-se a força produtora do regime capitalista; porque assim, recebendo a primeira instrução, os filhos dos trabalhadores manuais estariam mais aptos a “produzir” mais e melhor. Entretanto, a verdadeira cultura jamais lhes foi dada. Foi reservada para os filhos dos burgueses. Aos proletários ficou a situação precária e instável de nunca poderem, pela educação e pela cultura, sair do seu estado e formar uma vida de horizontes mais amplos e suaves.

Desde os meados do século passado vem crescendo a onda da proletarização da sociedade ocidental. Ela existe hoje coletivamente e afeta massas inteiras de povos. Os países da Europa Ocidental, os Estados Unidos, a Rússia, as regiões circunvizinhas de Changai, Tóquio, Calcutá, Sydney, e das grandes cidades africanas e sul-americanas, estão “proletarizados”. Talvez o foco principal da infecção do organismo social moderno esteja aí. Desde muitos decênios, há já um século, vêm aumentando as multidões que trabalham, enquanto as riquezas nascidas desse árduo trabalho vêm passando impunemente para as mãos de um reduzido grupo de pessoas. O que se viu, no auge da expansão do regime capitalista, foi uma curiosa sociedade dividida irremediavelmente em dois campos distintos: o dos ricos, pouco numerosos, no gozo de tôdas as vantagens oferecidas pelo requinte da técnica e do progresso moderno; e o da inumerável massa dos pobres, reduzida a uma miséria indizível, lutando em vão para sair das estreitezas da vida, sem nem os simples meios de uma existência sóbria e condigna.

Não tem sido e não é justo êsse estado de coisas. Os homens desajudados das fábricas e dos latifúndios que vêm passear diante de seus olhos a procissão inconsciente dos afortunados, que lhes empalmaram os frutos do labor pesado e honesto, impacientam-se já, cheios de razão, uns encaminhando uma renovação da sociedade em bases de um Cristianismo puro e sem ambages, e outros, infelizmente desviados nos ramais tangenciais do extremismo, urdindo a trama da vindita e do ódio social.

A estrutura capitalista vem, por outro lado, apresentando ataques periódicos de depressão, que têm agravado, senão precipitado, o ritmo descendente do seu ciclo social. Esses ataques originam-se geralmente das crises econômicas, que provocam colapsos nas economias dos vários países, praticamente de dez em dez anos. Um excesso de produtos armazenados ou produzidos, uma paralização geral das indústrias, a conseqüente paralização do trabalho entre os operários, eis desencadeada uma grave crise econômica. A verdadeira causa de tudo isso é a desigualdade entre a produção e a procura: a produção desordenada congestiona a armazenagem, até atingir a super-saturação; aí, sobrevém a paralização forçada de tudo e os negócios caem, periclitam os valores, ruem as bolsas, quebram os bancos e sobrepaíra, solene, a crise assoberbadora...

Não há mister destacar os efeitos desastrosos dessas crises econômicas decenais. Sobre serem o caldo ideal para a proliferação de tôdas as culturas sociais deletérias dos nossos dias, vêm propiciando-las o amadurecimento dos últimos conflitos armados nacionais e internacionais. Núncias infalíveis da guerra, têm antecedido tôdas as perturbações da paz do mundo ocidental desde o Congresso de Viena, em 1815. Prepararam as barricadas de 1830, quando o autócrata Carlos X desceu do seu trono; coroaram, em 1847, as reivindicações socialistas de Louis Blanc e seus partidários, pondo em terra a Casa de Orléans, na jornada de 1848; plantaram, em 1866, as sementes da Guerra Franco-Prussiana de 70, assim como abriram, em 1913, as comportas da deflagração universal de uma guerra, declarada, antes de tudo, mais por motivos econômicos do que propriamente políticos.

Hoje, já quase remontamos uma geração depois de 1914. E já vimos de assistir a mais uma hecatombe mundial, incomparavelmente mais bestial e mais destruidora do que a anterior. É que aquela explosão infernal de Hirochima iluminou o primeiro instante da nova Era Atômica. O mundo do liberalismo capitalista estertora.

Será que o Ocidente está mesmo marchando para aquela decadência implacável que vaticinara SPENGLER? Talvez nos careçamos ainda nestes dias as perspectivas para que possamos ajuizar mais concretamente sobre a decadência do mundo ocidental. E depois, não queremos confundir a queda do capitalismo com a crise do Ocidente: aquela pode explicar uma parte desta somente. E só, graças a Deus. Há, porém, irretorquível, uma grave crise do nosso mundo contemporâneo, uma crise que os mais pessimistas consideram indício seguro de fim de uma civilização. Não vamos a tanto. Nossas conclusões não são tão sombrias. Como vimos, muitas das vias que nos trouxeram à civilização atual estão cortadas, principalmente as do liberalismo econômico, que levaram a humanidade aos desvios do capita-

lismo, de um lado, e aos descaminhos do comunismo, por outro. Todavia, se os homens quiserem, poderão ainda vislumbrar o único caminho viável para se superar a atual conjuntura: o do Cristianismo Social, significado principalmente nas Encíclicas dos Pontífices Romanos, a partir da "Rerum Novarum" até nossos dias, quando recebermos a mensagem definitiva do Cristianismo, como itinerário para a restauração da ordem social combatida, de conformidade com os preceitos evangélicos. Esta mensagem foi a Encíclica "Quadragesimo Anno", de PIO XI, promulgada em 15 de maio de 1931. Secundada nestes últimos anos pela doutrinação e pela atividade de grupos cada vez mais numerosos de cristãos-sociais que, na vida pública e particular, articulam o grande movimento da reforma da estrutura social moderna, ela encoraja uma esquematização ampla e integral dos problemas sociais-econômicos do nosso tempo, visando à efetivação dos postulados cristãos. Mas essa esquematização, inspirada na matriz credenciada de sadia doutrina e de experiência milenar que é o Cristianismo, deverá servir imediatamente à ação. Não se pode mais esperar. Uma ação pronta e eficaz acenará cálidas esperanças de um caminho seguro e aberto para que a humanidade assustada e sem norte de hoje ultrapasse a crise e logre obter o seu melhor destino.

Se, como assevera HENRY WALLACE, em momento de lucidez, "êste século pertencerá ao homem comum", e se o homem comum representa, qualitativa e quantitativamente, já agora, a verdadeira face da sociedade contemporânea, será nêle, para êle e por êle, que se iniciará o reajustamento social.

Desgraçadamente, o regime econômico capitalista transformou — como vimos — o homem comum de tôdas as nações civilizadas em proletariado. Ora, o proletariado é um grave mal social, tão grave que responde pelo maior número das razões da crise social contemporânea. Urge, pois, elevar o homem comum, tirando-o de sua condição proletária, reabilitando-o para uma vida mais humana, mais condigna e mais feliz.

A primeira etapa dessa recondução do homem que trabalha deverá ser o *acesso aos direitos integrais de cidadania*. Até agora, o homem do trabalho não tem tido verdadeiramente uma sua pátria e um lar seu. Ele participa da vida social e econômica do seu meio apenas como uma entidade sem voz e sem força. Sua condição proletária lhe dificulta o direito de pensar e de resolver livremente sobre os destinos de sua coletividade e de sua nação. O passo inicial para os direitos de cidadania do homem comum será a outorga do *sufrágio universal*, simples ponto de partida para a participação no sistema de uma democracia orgânica e efetiva, que repousa nestes princípios:

a) — na descentralização política, permitindo a todos os cidadãos fruir de responsabilidades reais, proporcionando a aprendizagem e o exercício da vida pública, e ensejando a todos a ocasião de se dedicar a qualquer trabalho em favor da comunidade; b) — na educação política, graças à qual todos hajam de compreender que pertencem a uma unidade nacional, a uma entidade pátria, a uma comunhão político-social, com tudo o que isso signifique, no que se refira à consciência dos deveres para com a sociedade, que eles se habituarão a exercer; c) — numa série de instituições democráticas, que permitam ao maior número possível de cidadãos tomar parte ativa na gestão da coisa pública. Não resta dúvida que a forma democrática de governo se apresenta como um postulado natural imposto pela própria razão. Entretanto, a exigência de “mais democracia e uma melhor democracia”, proscreve, como antiquilhas, os velhos partidos burgueses, jungidos a grupelhos fechados de políticos profissionais e discricionários, para preconizar o direito a qualquer cidadão de emitir a sua opinião pessoal, de a defender e de a fazer valer, conforme as oportunidades do bem coletivo.

Entretanto, para que o homem comum possa entrar no gozo efetivo do seu “jus civitatis”, é-lhe indispensável o *acesso à propriedade*. É axiomático que todo ente humano deseje possuir algo de seu, que lhe assegure estabilidade, liberdade e conforto. Ora, o único meio ordinário que permite ao homem o gozo desses benefícios é a posse dos bens materiais. Quando, à custa do seu trabalho, alguém puder ir juntando, pelo salário justo e pela participação nos lucros, uma reserva segura para os dias incertos do futuro, garantindo-se mesmo um capital razoável, não haverá mais miséria involuntária nesta terra. Nesse intento, a promulgação de leis de seguros sociais asseguraria aos homens de trabalho uma existência segura e confortável, ao abrigo dos percalços da fortuna. Por outro lado, desde que o trabalhador pudesse dispor, livre de ônus, de sua casa própria, de seus instrumentos de trabalho e de uma certa soma de bens, estaria apto a uma vida independente, em que poderia assistir à manutenção condigna dos seus, prover às suas necessidades, educar a sua prole e participar da vida social. Aliás, o saudoso G. K. CHESTERTON concluiu ser “a liberdade de cada um uma função da propriedade de cada um”. O fruto natural do trabalho é a propriedade, pois se o homem se empenha, na intensa atividade de todos os dias, com vontade firme e ânimo sereno, é porque visa a garantia de uma vida melhor para si e para os seus, assegurando-se uma justa liberdade de vida, não somente econômica, mas também política, cultural e moral.

Quase uma consequência do direito da propriedade seria o *acesso à responsabilidade social*. Os trabalhadores querem ter parte na eco-

nomia de que participam com o seu trabalho. A democracia tem sido até agora apenas política; no campo da economia estranhar-se-ia hoje a aplicação dos "slogans" comuns da democracia política, visando os fins tradicionais desta. Contudo, já é tempo de levar-se à democracia verdadeira a atividade econômica, quando então as possibilidades cívicas seriam as mesmas para patrões e para operários. Um primeiro passo neste sentido já foi dado pelos sindicatos, que permitiram aos trabalhadores a aquisição de uma certa personalidade profissional, que muito os tem ajudado e elevado. O sindicalismo intensificou a solidariedade operária, concorreu para a melhoria das condições materiais dos obreiros e organizou as forças da classe trabalhadora. Inspirando o aparecimento de verdadeiros condutores operários, integrados em seus problemas e aspirações, vêm os sindicatos abrindo caminho promissor em demanda de um melhor destino social e político para os trabalhadores. Além da sindicalização, há a necessidade da adoção de outros meios que realmente integrem o trabalhador no conjunto da vida econômica. Um dos mais eficazes é a generalização do "contrato de sociedade", ardentemente preconizado pelos mais esclarecidos líderes sociais cristãos, em substituição gradativa aos "contratos de trabalho". Para as grandes empresas, não haverá nenhum inconveniente em que se adotem os contratos de sociedade, abrindo aos empregados a sociedade, em certa medida, na propriedade e em seus lucros, bem como a sua participação na gerência da empresa. Quanto à pequena e média propriedade agrícola, artesanal e profissional, comercial e industrial, desde que esteja em boa situação financeira, deverá proporcionar a lavratura dos contratos de sociedade também. A instituição do contrato de sociedade cria uma comunidade de sentimentos e de interesse entre todos os que, patrões e operários, trabalham na mesma empresa; essa comunidade de sentimentos e interesses enseja as oportunidades de um ajustamento social e econômico extremamente interessante para a recuperação da paz e da colaboração decente entre os homens. Elemento primordial no desarmamento da ameaça social será o *acesso do obreiro à cultura*. Ainda não bastou a instrução obrigatória nos países mais adiantados do hemisfério ocidental. Ela era limitada ao campo da formação primária. Há necessidade de se oferecer às massas uma educação real, que lhes sirva de meio de elevação espiritual, e mesmo econômica. O povo tem sede do saber e se sente amadurecido e preparado para exercer o seu papel decisivo neste século, seja na sociedade, seja na política, seja na economia. Para esse alevantado mister, carece de líderes esclarecidos e bem formados mental e moralmente. Deverão ser criadas escolas para o povo que trabalha, não escolas de aprendizagem industrial somente, mas institutos de en-

sino médio, superior e especializado, aonde possam ir os filhos dos trabalhadores de mãos calejadas, para se preparar para a sua grande missão histórica. As escolas de educação popular haverão de formar os plasmadores do mundo melhor, onde não ecoarão mais a blasfêmia e o ranger de dentes dos precitos da miséria social contemporânea.

Eis a esquematização geral de um plano social cristão para a salvação do que ainda está de pé neste pobre e atormentado mundo de hoje. Que as ruínas das instituições caducas do naturalismo econômico, pai do capitalismo egoísta e do comunismo simplista e desesperado, não impeçam ou dificultem o alvorecer de uma nova estrutura de vida pelos homens que ainda acalentam no coração as virtudes evangélicas da paz, da resolução e da boa vontade.

O Brasil, nação e povo, que pertence à órbita político-social do Ocidente, reflete, em suas condições peculiares, a angústia crítica contemporânea que vimos de estudar. Um poeta norte-americano repetia freqüentemente que não há maior ilusão do que esta, de nos considerarmos, os americanos, raças novas e novas civilizações, quando, na verdade, somos apenas o envelhecimento transatlântico do Velho Mundo... Muito pessimista, sem dúvida, o yate americano, mas é certo que os ecos da vida européia repercutem em nós com uma fidelidade tão sintônica que muitas vezes não atinamos sobre se vieram de além-mar ou se se externaram de nós próprios. Tais os liames que ainda nos enlaçam à velha Europa.

O Brasil foi durante mais de três séculos uma colônia lusitana. Advinda sua vida de nação independente, erigiu-se em um império, cujo trono foi ocupado por uma dinastia européia, cuja estrutura política foi copiada da Europa e cuja economia foi inspirada na da Europa. Quando a Propaganda republicana amadureceu inesperadamente naquela tarde paradoxal de 15 de Novembro de 1889, a República nasceu: e era uma instituição moldada nos princípios demo-liberais da Revolução Francesa. Formando o seu povo à base da colonização portuguesa, o Brasil assistiu desde logo à preeminência da raça mais civilizada e mais lastreada de tradição e de força que, além de iniciar a assimilação das gentes primitivas da América e da África, fêz criar e prosseguir na rude terra nova, submetida e conquistada pelo seu braço, aquela mesma vida, aquela mesma civilização e aquela mesma fé que houvera recebido dos seus maiores, herdeiros naturais da Hélade, do Lácio e do Cristianismo.

Nos primeiros séculos da vida colonial, criara-se e desenvolvera-se o patriarcado rural. Era um quase patriciado feudal, ancho de suas casas-grandes e de suas senzalas, dos seus títulos e privilégios da Ordem de Cristo, de capitão e sargento-mor, à sombra de cuja

grandeza vinham acolher-se, humildemente, os semoventes humanos da escravaria. A terra, áspera e bravía, fôra sendo paulatinamente domesticada pelos rudes e heróicos colonizadores. João Ramalho, Martim Afonso, Vasco Fernandes Coutinho, Duarte Coelho Pereira, os Jesuítas, e depois os Governadores Gerais, haviam lançado as primeiras feitorias, os aldeamentos iniciais dos selvícolas, os primeiros engenhos, as primeiras fazendas. Enquanto a Côrte considerara o Brasil uma feitoria de pau-de-tinta, a colonização caminhará lentamente, a terra deslemburada pelas miragens das riquezas das Índias e, pois, vítima das invasões e das piratarías; mas, após a desilusão do Oriente, as atenções se voltaram para cá, os recursos naturais foram explorados, a colonização se rearticulou, e a riqueza da terra brasileira em menos de um século pejava as arcas do Reino muito mais que a expectativa gorada das pedrarias lendárias que nunca chegaram do Hindostão.

Depois do ciclo do pau-de-tinta, sobreviera o da cana de açúcar. E com êste adveio aquela nobreza rural a que aludimos. A cana de açúcar deu motivo igualmente à invasão holandesa do século XVII. A presença dos flamengos no Brasil representa a primeira diferenciação de classes entre nós: aquela grande cidade de Maurício de Nassau, em que foi transformado o miserável povoado dos pescadores do "Recife" — que GILBERTO FREYRE acredita ter sido a maior cidade americana de então — representa a primeira repercussão da burguesia européia no Brasil. Apesar de não quebrar a homogeneidade social dos colonos, que então já tinham desenvolvido uma nítida "consciência de espécie", sob a égide da fé e da moral católicas, a aventura batava abriu caminho para os conflitos aparentemente políticos, mas na realidade sociais-econômicos, da Guerra dos Mascates, entre a Olinda aristocrata dos senhores de engenho contra a Recife dos burgueses de sobrado; da Guerra dos Emboabas, travada entre os reinóis e os paulistas, e motivada pelos interesses sociais e econômicos em choque entre os audazes Bandeirantes e os transmarinos tradicionais.

A colonização paulista em Minas Gerais, na idade do ouro, caracteriza igualmente uma fase aguda de diferenciação social, observada principalmente na formação das cidades. "Atraindo fornecedores de gêneros, intermediários de negócios, técnicos de manipulação de pedras preciosas e do fabrico de moedas falsas, mecânicos, artesãos, — provavelmente judeus muitos deles — essas cidades parecem ter-se dividido, nos momentos dramáticos, pelo menos, em metades antagônicas" (GILBERTO FREYRE). Mas acabaram por dominarem-nas os magnatas das minas. O exemplo de Manuel Nunes Viana pode ilustrar muito bem a afirmação.

A partir da última metade do século XVIII, sobrepujado o ciclo da mineração, de par com o recrudescimento do nativismo político, de que a Inconfidência Mineira foi tão romântica expressão, surgiu o fenômeno novo de uma classe social recente, ávida de posição, ansiosa por forçar o círculo fechado das famílias privilegiadas, amparada que já se achava no poder do dinheiro e da riqueza. Era a burguesia cabocla que se consolidava. Quando o Príncipe D. João, Regente do Reino, e sua Côrte, chegaram ao Rio de Janeiro, essa evolução social estava em curso: a nova condição da vida política brasileira levou-a a tais têrmos que a fisionomia da sociedade colonial se transmudou completamente. E a da vida nacional também.

Ainda na Bahia, a instância do Visconde de Cairu, D. João abriu os portos do Brasil às nações amigas. OLIVEIRA LIMA assevera ter sido êsse ato do Príncipe Regente a realização da Independência do Brasil, pois a partir de 1808, a verdadeira Metrópole econômica — já que a sede da Côrte residia aqui — era a Inglaterra. Nos anos seguintes a importação britânica já sobrepujava a portuguesa, as praças de Londres e Liverpool recebiam mais mercadorias brasileiras que as portuguesas e, enquanto o velho Portugal estagnava, o Brasil modificava a feição antiga de suas cidades, outras nasciam, a riqueza se afirmava e a sua burguesia, a exemplo da européia, se educava, se engrandecia e tomava em suas mãos, mais e mais, as rédeas da situação social e política. O governo do Príncipe Regente acompanhava inteligentemente o surto novo da vida nacional, sob os auspícios da influência inglesa. Entre 1808 e 1816, foram criados vários órgãos do Estado, como a Imprensa Régia, o Supremo Tribunal de Justiça, a Academia de Marinha, a Escola de Medicina e Cirurgia, a Escola de Belas Artes e Bibliotecas, arsenais, o Jardim Botânico, o Museu Nacional, enquanto se instalavam, nas serras do interior do Rio de Janeiro e nas matas do Espírito Santo diversas colônias agrícolas. Nasceram as primeiras fábricas, vencida a etapa inacreditável da luta anti-industrialista mantida pelos Vice-Reis contra a Colônia; contudo, segundo CALÓGERAS, a 1.º de novembro de 1818 “pela primeira vez no Brasil sangrava-se o cadinho e obtinha-se corrida de fonte, de modo industrial”. Era o feito memorável de Francisco Luís Guilherme de Varnhagen, pai do nosso historiador da “História Geral do Brasil”, na usina do morro do Ipanema, nas vizinhanças de Sorocaba. Abriram-se, nas principais cidades, os escritórios do comércio inglês para a compra e a venda de algodão, açúcar, fumo, couros, etc. E, a par dessa expansão econômica, surgiu o Banco do Brasil, com o capital inicial de 1.200 contos, assistindo ao aumento das receitas públicas e ensejando um período de franca prosperidade, apenas interrompido pela superveniência de fatores políti-

cos inevitáveis, como a Revolução liberal de 1820, em Portugal, e a conseqüente retirada de D. João VI do Brasil, em 1821, que precipitou a proclamação da independência política do país.

Ou porque não dispúnhamos de um lastro cultural e político suficiente ou porque nos preocupávamos demasiadamente com as correntes da moda do tempo — males de que continuamos a padecer ainda hoje, e agudamente — a implantação do Império, no que se atinha à organização política do regime, à orientação econômica da riqueza nacional, à realidade político-social da nação, não correspondeu às verdadeiras condições do país. Um dos mais expressivos exemplos desse desajuste entre as instituições imperiais e as realidades brasileiras foi a promulgação da Constituição de 25 de março de 1824, elaborada às pressas pelo Conselho de Estado, que D. Pedro I substituíra à Assembléia Constituinte, dissolvida em novembro de 1823; seu principal redator foi o Marquês de Caravelas, ardente admirador do regime constitucionalista francês. PEDRO CALMON comenta que “a Constituição de 25 de março de 1824, que o Imperador outorgou, belo documento de liberalismo do tipo francês, inspirado por Benjamin Constant, cujo quarto poder — o moderador — exercido pelo soberano, foi o Brasil o primeiro Estado a adotar, não refletira o meio nem as tendências da evolução nacional. Estabeleceu uma nação unitária, quando ela se manifestara descentralizada em todo o seu desenvolvimento. Pouco sentimento econômico, daltonismo político, mimetismo e preocupação de conceitos “da moda”, literários, inquinaram a Constituição da monarquia de uma imperfeição fundamental, corrigida no correr do tempo pela revisão de 1834, e pelas leis ordinárias, como as de 1832, 1841, 1847, 1880 e 1888”. Parece ser um destino nosso, e o das outras nações latino-americanas, êsse, da irrealidade de nossas Cartas Magnas que, no juízo exato de ALBERTO TÔRRES, se transformam em simples coleções de preceitos jurídicos sem assento na vida real, deixando de receber o influxo de um pensamento político dominante, que pudesse dar às instituições o fluido inspirador e a idéia motora de um objetivo superior e prático, e bem assim os métodos e os critérios de orientação que enfeixassem seu conjunto num corpo homogêneo e animado.

A Carta Magna de 1824 tentou dar ao Brasil uma feição que o país absolutamente não tinha. Era decididamente centralista, de forte substrato unitário, responsabilizando demasiadamente os poderes mestres do Império, que absorviam mais do que era recomendável às várias manifestações da vida pública nacional. Ora, a vastidão do território, o pouco número das aglomerações perdidas no sertão, a impotência até física dos governos no acudir às necessidades do povo

e da terra — pela distância, pelas exíguas vias de comunicação, pela aspereza do clima, pelas doenças e perigos da selva — tudo isso animara, desde os primeiros tempos da colonização, uma acentuada vocação brasileira para a descentralização, para uma como que republicanização, significada na auto-suficiência de governo, de recursos, de defesa, de tudo: o nosso povo, “sozinho e Deus”, foi aprendendo a espantar bugres, a derrubar mato, a organizar suas administrações locais, a expulsar piratas e holandeses e até a fazer reis... Os nossos senhores de engenho, os nossos Bandeirantes, os nossos mineiros das Gerais viviam como queriam, desobedeciam o Rei, tornavam caducas suas cartas régias, tangiam a toque de caixa representantes de Sua Majestade Fidelíssima, acendendo ainda na época colonial as alvoradas da vida brasileira independente.

Não conheceu a Constituição imperial essa tendência descentralizadora de nossa índole político-social. O município, por exemplo, *fôra reconhecido como a base natural da estrutura do Império*; era uma resultante das velhas Ordenações lusitanas e das condições sociais-geográficas do Brasil. Pois a Carta de 1824 outorgou-lhe uma autonomia muito mais aparente do que real. Declarando competir, segundo os termos de seu artigo 167, às câmaras “os governos econômico e municipal das mesmas cidades e vilas”, adiou para mais tarde a sua organização e a definição de suas atribuições, o que se deu com a Lei de 1 de outubro de 1828; esta lei regeu o governo dos municípios, no Brasil, até a proclamação da República. Organizadas à guisa de corporações meramente administrativas, as câmaras municipais não eram “senão administradoras colegiais dos negócios do município, adstritos às normas que lhes impunham os poderes gerais e provinciais que, em última análise, deliberavam e resolviam sôbre os interesses peculiares ao município. Não lhes cabia, em uma palavra, o governo do município; executavam tão-somente o que por elas resolviam os poderes gerais e provinciais, embora sob proposta delas”. “A Lei de 1828 — prossegue CARVALHO MOURÃO, de quem transcrevemos a opinião anterior entre aspas — inspirando-se na desconfiança contra as franquias e liberdades locais, que mais procurou sofismar do que organizar, só conferiu às câmaras os poderes que de costume se conferem aos procuradores de cuja fidelidade se suspeita; em vez de lhes reconhecer o direito, que têm os povos dos municípios, de reger, como bem lhes parecer, os negócios que a êles peculiarmente interessam.” “E’ forçoso reconhecer — arremata o mesmo autor — que, com tal organização, as câmaras eram administradoras de simples divisões administrativas das Províncias (e ainda assim quase sem iniciativa), e não governos de municípios autônomos.” Sem o gôzo das prerrogativas do *self-government*; sem

poder legislar sobre os interesses próprios do município nem sobre suas rendas; apenas deliberando sobre as posturas do interesse dos moradores; sem poder proceder à venda, ao aforamento ou à troca dos bens municipais; sem mesmo poder lavrar contratos de simples arrendamentos de bens municipais; tendo regateadas as verbas mesmas necessárias aos serviços públicos de sua instância, como os da assistência pública aos enfermos e aos expostos, a construção e conservação das cadeias, etc.; o município do Brasil-Império foi apenas um arremêdo da instituição municipal, durante toda a vigência do regime imperial.

Os males advindos daí foram muito grandes. Cerceando-se a vida do município, negando-se-lhe o direito de elaborar suas próprias leis, de providenciar sobre a consecução dos recursos e meios indispensáveis para manter os seus compromissos peculiares, provocou-se o mal da instabilidade das circunscrições municipais, pois, adstritas rigidamente ao talante das assembleias provinciais, principiaram elas a sofrer as contingências todas resultantes desse estado de coisas: um poder distante, quase sempre desinteressado e desatento, incumbido de resolver os problemas peculiares de uma comunidade municipal igualmente distante. E resolvendo-se por despachos, burocraticamente, no papel, quando não soprassem os ventos inconseqüentes da política partidária sobre a pobre comunidade... Ora, o município é uma unidade quase humana. Reflete muito o destino social do homem, como sua expressão política e administrativa. A história ensina que ele é a madre fecunda das nações, quando livre e autônomo, a serviço da associação voluntária de populações agrupadas em torno de uma vila ou cidade, com o seu acervo de interesses políticos, sociais, econômicos e culturais. Carece, pois, viver num clima de segurança e de continuidade tais que ultrapassem as veleidades dos legisladores de cadeira.

Como vimos, o município foi, em nossa Pátria, desde os tempos coloniais, um ativo elemento de dinâmica social. O burgo do flamengo, a vila do bandeirante, o colégio do jesuíta, a feitoria do luso, representaram com fidelidade o seu papel de catalisadores da alma e da civilização de um povo que nascia para um destino histórico condigno. A limitação ao seu desenvolvimento natural, pela usurpação dos seus foros de autonomia, foi um dos maiores erros do império. Foi mesmo uma das causas da frustração de tantos ideais levantados que sonharam os grandes homens da monarquia, porque jamais puderam eles pousar no terreno sólido da realidade, da verdadeira realidade brasileira, que existia, só e evidente, na fisionomia objetiva dos municípios. Mas, os municípios, esses tinham um véu cobrindo a sua face. A República deu-lhes a autonomia. Contudo, a

outorga dessa autonomia não foi completa, porque ela foi jurídica apenas. No esquema de uma verdadeira democracia brasileira, o município deverá gozar de uma autonomia integral, corolário natural que deve ser da liberdade de cada um, numa coletividade municipal.

Nação nova, com um potencial de riqueza praticamente inesgotável, o Brasil, apesar das freqüentes inadequações de suas realidades e de seus programas, tem podido acompanhar o ritmo da civilização ocidental de uma maneira razoável. Nossa economia, no século passado, integrou-se definitivamente no sistema liberal-capitalista, quando o Visconde de Cairu, discípulo fiel de ADAM SMITH, obteve a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

Uma das fontes de riqueza nacional que logo passou a reger-se pelo novo sistema foi a agricultura. Desde o Brasil-Colônia o regime tradicional de nossa agricultura foi a monocultura e o latifúndio; e até a Abolição, se incluía a escravatura. Primeiro, o pau-de-tinta, e ulteriormente, a cana de açúcar, haviam feito a fortuna da Colônia. Nos primeiros anos da estada de D. João, graças às exportações de matéria-prima (açúcar, algodão e fumo), o Governô Real quase nadava em ouro: "A Bahia, maior exportadora desses produtos, chegara a remeter, em 1817, 1.200.000 arrobas de açúcar e 40.000 fardos de algodão para a Europa. Quase tudo para a Inglaterra. Aconteceu, entretanto, nas primeiras décadas do século passado, uma coisa verdadeiramente revolucionária: a cultura do café. O café fez a fortuna do Império, como a do açúcar fôra a causa da prosperidade da Colônia. Aquela árvorezinha que o viajante Palheta trouxera das Guianas aparecera no Rio de Janeiro em 1770, com muito pouca popularidade; de balde os entendidos aconselhavam sua cultura, como uma lavoura rendosa e fixadora. Sômente em 1817 se fundou em Campinas uma boa fazenda de café. Mas já despertava tanto interesse, a partir de 1822, que um ramo da rubiácea se entrelaçava com um outro de fumo, na bandeira imperial, significando a vida agrícola do país, no sul e no norte. Os anos que se seguiram presenciaram a ascensão da riqueza agrícola cafeeira dos fazendeiros fluminenses do Vale do Paraíba, enquanto que famílias vindas das montanhas de Minas Gerais, na província de São Paulo, subiam o Paraíba, a partir de 1830, com as lavouras de café. A partir de 1870, elas atingiam e se espraiavam pela bacia do rio Tietê, época em que atingiam o seu fastígio. De um momento para outro, territórios há pouco cobertos de florestas virgens, inçados de índios e de animais bravios, transformaram-se em culturas cafeeiras. O café ia ao encontro das tendências de monocultura latifundiária brasileira e assim se expandia extraordinariamente. Entre 1861 e 1889, a exportação do café brasi-

leiro já representava 53,8% da massa exportada. Isso significava, não somente o deslocamento da liderança política do norte para o sul — porquanto a exportação do açúcar nordestino cedera em volume e em valor à da rubiácea — mas também a regularização sólida de nosso câmbio e a garantia do financiamento dos serviços públicos nacionais. Por outro lado, êsse maravilhoso surto agrícola ensejava uma nova situação do trabalho rural, que, a partir de 13 de maio de 1888, começou a ser feito também pelos imigrantes europeus que haviam começado a chegar a São Paulo, desde 1880. Nasceria o nosso proletariado rural.

O fenômeno econômico da evolução do açúcar para o café representou, pois, uma imediata repercussão social e política: além de deslocar o centro político do norte em favor do sul, criou escalão de uma classe social nova que, antes, fôra ocupado pelo elemento servil. O homem da gleba passou a ocupar o pôsto do escravo libertado. Mas essa brusca transição econômica é uma das características mais marcantes de nossa economia. É o que o ensaísta norte-americano J. F. NORMANNO classifica de "the perpetual change in the leading products". A variação de predomínio entre as nossas principais produções agrícolas — açúcar, café, algodão, cacau e borracha — é, para aquêle economista, o tema principal da economia brasileira: "A história da economia brasileira — diz êle — é uma série de recordes sensacionais com sensíveis flutuações". É a história do aparecimento e do desaparecimento de riquezas inteiras. Esta instabilidade sempre dificultará para o Brasil uma economia autônoma, pois que o caráter mono-produtivo de nossa agricultura nos põe em posição ingrata diante dos mercados mundiais: êles nos impõem os seus preços. E como essa dependência dos preços dos nossos compradores faz também instável todo o nosso complexo econômico agrícola, fechamos sobre nós um incômodo círculo vicioso. Como a economia brasileira está ainda na fase da repercussão e da passividade, ficamos praticamente inermes diante das crises periódicas que ocorrem na vida econômica de outros países, sofrendo mais que êles a pressão da falta de dinheiro e de carência de outros elementos de troca internacional, que poderiam suavizar nossa situação. Suprindo o mundo só em momentos de emergência, e também com produtos quase de emergência — pois ainda hoje são êles produtos de "sobremesa" — jamais poderemos acudir à procura dos mercados mundiais com a imposição de nossos produtos indispensáveis, de cujos preços seríamos ditadores.

A cultura monocultora do café inspira estas reflexões. Hoje, felizmente, as duras experiências dessa monocultura abrem outras perspectivas para a economia rural brasileira. Não se mantém mais as

grandes fazendas mono-produtivas; variam as suas culturas de café, de algodão, de cereais, de florestas artificiais, enquanto que a pecuária retoma o lugar de destaque que lhe está reservado, num país em que as grandes amplidões de terras, nem sempre ideais para uma lavoura reprodutiva, oferecem invernadas para os maiores rebanhos do mundo. Sòmente a policultura poderá resolver o problema de nossa precária economia agrícola. Se a agricultura é o fulcro de tóda a economia nacional, havemos de adotar uma atitude resoluta e resolver uma ação imediata: *o caminho é uma planificação de nossa vida econômica, à base do estabelecimento da união econômica nacional, consequente à federação política que já foi conseguida. Do contrário, continuará nossa agricultura a viver aventurosamente os seus dias, com os percalços e os caprichos que lhe armarem os poderosos mercados de além-mar.*

A agricultura carece, antes de tudo, de meios financeiros e de assistência técnica para poder prosseguir. Sentindo o estímulo dos poderes públicos e das instituições privadas, ambos mantendo uma efetividade de assistência econômica à lavoura e à pecuária, retomará o seu verdadeiro caminho. Assistidas por bancos idôneos, que lhes facilitem crédito, um crédito elástico a juros baixos e lhes garantam seguros rurais; podendo contar com recursos suficientes para tornar a vida do campo mais agradável, pela construção de casas decentes, pelo passadio mais razoável de vida, pela assistência médica, farmacêutica e hospitalar; dispondo de meios necessários para oferecer ao homem rural uma educação moral e cívica à altura da dignidade humana, tudo isso representa o que há de essencial para que se possa atacar de frente o problema rural brasileiro.

Se o Visconde de Cairu foi o instaurador do liberalismo econômico no Brasil, Irineu Evângelista de Sousa, o Barão de Mauá, seria o seu consolidador. E também o maior homem de negócios que já tivemos. Iniciando grandes empreendimentos públicos e privados, levando-os a térmo, projetando emprêsas e realizando-as, fundando bancos e casas de crédito e sendo êle próprio um grande banqueiro, animando de tódas as maneiras o progresso material e econômico de sua pátria, Mauá foi o verdadeiro criador do comércio e da indústria brasileira. Imbuído dos dogmas econômicos então vigentes, acreditava, exageradamente como êle próprio viu depois, no que chamava de "espírito de associação": — "O espírito de associação, senhores — discursava MAUÁ em 1851, inaugurando o Banco do Comércio e Indústria do Brasil — é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país. É, por assim dizer, a alma do progresso". Esta expressão mágica empolgou o Brasil de então e facilitou a ex-

pansão do comércio e da indústria nacional, principalmente esta, que se acentua cada vez mais, até os dias posteriores à Guerra de 1914, já na República e nos nossos dias.

Depois da imigração européia, que ganhara os Estados do Sul, de preferência São Paulo, atraída pela variedade das promessas de riqueza e de uma vida melhor, constituída de povos em que madrugara a vocação industrial, recrudesciu o progresso industrial, notadamente a partir de 1917, quando a Nação entrou na conflagração. A falta dos produtos industriais importados, foram eles sendo paulatinamente fabricados aqui; primeiro assistido pela técnica e pela experiência de especialistas estrangeiros, e depois já podendo dispor de seus próprios recursos humanos e técnicos, o Brasil foi incorporando uma expansão industrial verdadeiramente auspiciosa. Durante as comemorações do I Centenário da Independência, em 1922, o país podia comprovar os resultados de sua novel experiência fabril, abrindo aos povos amigos a sua Exposição Internacional em que, a par da apresentação das riquezas de sua produção agrícola, podia ostentar com orgulho os primeiros frutos de sua industrialização efetiva, que o Barão de Mauá instalara setenta anos atrás. As estatísticas da expansão industrial foram, ano a ano, apresentando índices cada vez mais elevados, e hoje, ela interessa a milhões de brasileiros, com um potencial econômico extremamente ponderável. Se já éramos, principalmente São Paulo, o maior centro industrial da América Latina, pela multiplicidade das instalações industriais e pela polivalência dos produtos fabricados, agora, depois da criação da indústria pesada de Volta Redonda e da exploração dos minérios de Minas Gerais e do carvão de Santa Catarina, enquanto cresce a certeza da próxima produção do petróleo nacional, estaremos enveredando, sem dúvida, para uma situação industrial que terá imediata repercussão mundial.

Porque é ainda muito nova, a indústria não tem os graves problemas que afligem a agricultura pátria. Parece ser a falta de capitais a necessidade mais premente no momento, a fim de que se estabeleça um parque industrial à altura dos recursos naturais de que dispomos. Carecem-nos ainda uma técnica e uma especialização mais perfeita, que estão exigindo, de um lado, o reaparelhamento da maquinaria em função do desgaste e da inovação, e de outro, a aprendizagem mais e mais aperfeiçoada dos operários. Deveremos todos, sem preconceitos xenófobos, abrir as nossas portas ao capital estrangeiro, sempre que ele advier em benefício de nosso povo, com os estímulos de um investimento integralmente compensador e com o amparo das leis e dos poderes constituídos do país.

Porém, não poderíamos subestimar a situação do elemento humano brasileiro, o verdadeiro artífice da felicidade e da riqueza nacional, que colaboraria na construção de uma verdadeira democracia cristã entre nós. A simples exposição da vida brasileira revela que já nos atingiram as injustiças e os males sociais que provocaram o mal-estar universal de nossos dias. A nós, povo jovem, apesar de contagiados por êsses males, restam melhores perspectivas para que consigamos estruturar e ultimar uma civilização brasileira típica. A luz das tradições cristãs que constituíram o nosso melhor patrimônio cultural, moral e espiritual, coadjuvados pelos bens inúmeros da terra e da natureza, vivendo uma das experiências mais humanas e mais satisfatórias do convívio racial que se conhece nos dias contemporâneos, estaremos aptos para corresponder à missão de conjurar, dentro de nossas largas fronteiras, os efeitos da crise que avassala o mundo que nos rodeia. Basta que nos proponhamos um conceito brasileiro de vida, que abranja todos os ângulos de nosso problema crítico. Os homens não vivem sós, nem individual nem coletivamente falando. São partes de um todo social e participam daquela inevitável comunicabilidade que é tão inerente à natureza do *animal sociale*. Sejamos um continente, um império, uma raça, uma nação, uma província, uma associação, um indivíduo, há a unir-nos a vocação comunitária da espécie, a solidariedade dos problemas e dos ideais mútuos, a inter-relação dos fenômenos que nos constroem a concepção, a ação e a realização de nossas vidas. O mundo é um corpo social único, cujos membros são os povos e as nações: um bem que se fizer aqui repercutirá nos nossos antípodas.

Entretanto, cada membro dêsse imenso organismo tem a sua função definida. O Brasil participa do todo social contemporâneo. E lhe está também sofrendo as horas atuais de crise e de inquietação. Contudo, pode muito bem formular a mensagem de uma ordem social e política tipicamente brasileira baseada nas realidades nacionais.

Se a crise contemporânea e sua repercussão brasileira estão baseadas na questão social — na irrealização, pois, de uma democracia realista e efetiva — todo e qualquer esforço de renovação democrática deverá ser amparado na instauração de uma verdadeira justiça social. É justiça social cristã. Segundo os princípios cristãos, nenhuma civilização digna dêsse nome pode ser fundada sem o respeito à pessoa humana e aos seus valores espirituais e morais. A personalidade *prima* sobre a massa e guia qualquer itinerário de reforma, pois são os direitos e os deveres individuais bem dosados que garantem a sanidade e a inteireza de qualquer organismo social. Não haverá interesse coletivo bem orientado se não se respeitarem antes os interesses mais altos da pessoa humana. É um axioma de direito

natural que os nossos atuais regimes de vida social e pública amiúde desconhecem. A civilização moderna, capitalista ou anti-capitalista, se tem fundado no dogma econômico da produção indefinida. Considera-se seguro indício de progresso e de cultura a produção em massa. Daí a concepção muito encontradiça do homem como fator de produção, como máquina de produção e de consumo...

O homem, entretanto, deverá ser uma integralidade. É alma e corpo. Espírito e matéria. Paira sobre a sua vida a destinação de um fim último, que ultrapassa as fronteiras deste mundo. Por outro lado, vivendo em uma sociedade terrena, em demanda de uma existência condigna e nobre, merecerá todos os meios necessários para poder conduzi-la. Para tanto, é-lhe assegurado o direito natural da posse dos bens da terra: o *direito da propriedade*. Contudo, o direito da propriedade não será aquêlo domínio abusivo das riquezas, propugnado pelo liberalismo econômico, alicerçado nas práticas do direito romano. Será, antes, uma obrigação social, subordinada ao fim natural dos bens materiais, que é concorrer para o bem comum e a prosperidade de todos. Êsses bens deverão ser suficientemente abundantes, para todos e cada um, a fim de que lhes sejam as necessidades e as honestas comodidades oferecidas pelo conforto e pela técnica moderna, visando à elevação do padrão de vida do povo, em etapas sempre ascendentes.

No gozo do direito da propriedade, o homem pode dispor dos bens que lhe são estritamente necessários à sua vida de todos os dias e daqueles que, por mediatos, poderão ser tidos como supérfluos. Na asseguaração da posse do seu lar, do seu passado condigno, da manutenção e educação de sua família, do dinheiro suficiente para reproduzir os empreendimentos de sua estabilidade econômica, estão os bens necessários. Aquêles que ultrapassem um padrão razoável de vida e de possibilidades econômicas são os supérfluos. No Brasil, os bens supérfluos seriam os dos ricos, os daqueles cujas posses se avantajam às da classe média. Se os bens necessários pertencem inteiramente ao bem-estar familiar e individual dos seus possuidores, os bens supérfluos se justificam em função de sua eventual reprodutividade, oferecendo oportunidades a muitos outros elementos sociais, interessando a grupos de trabalhadores que, mediante a sua circulação, poderão achar ocasião para adquirir uma participação justa e compensadora em seus resultados. Se o conforto e a prosperidade da vida social dos abastados, em nossa terra, como em tôdas as outras, se devem a um resultado da labuta de muitos — a que se deram mãos o capital e o trabalho — será um corolário lógico que a superabundância dos bens dessa abastança assumam um caráter social evi-

dente, que não pertence apenas ao uso e ao abuso do privilégio, mas ao uso lícito de todos os que contribuíram para que ela se realizasse.

Haveria no Brasil exemplos de bens supérfluos, sonogados à sua função de alimentadores do bem comum? Talvez poderiam ser incluídos neste rol os latifúndios agrícolas, as grandes fortunas estagnadas nas arcas da capitalização e os cartéis industriais. Os latifúndios sofrem, entre nós, o imperativo de nossas peculiaridades geo-econômicas, como um fenômeno quase indispensável de nossa paisagem físico-social. Não condenamos, pois, uma contingência social-econômica que nos é imposta pela própria imensidão da terra brasileira. O que diferenciamos é o latifúndio aproveitado e o latifúndio inaproveitado. Todo grande trato de terra, nas mãos de um só proprietário, desde que dê interesse, pelo seu aproveitamento integral, a patrão e trabalhadores, assegurando àquele a recompensa de seu capital empastado, e a êstes os meios necessários para um padrão razoável de vida, pelo salário justo e pela participação nos resultados do seu trabalho, deixa de ser um latifúndio, uma unidade econômica onerosa à coletividade. Ao invés dessas condições, o latifúndio improdutivo, desde que aproveitável, deverá merecer da parte do poder público uma tal tributação, que desencoraje o seu proprietário a outra atitude senão a de resolver o seu loteamento ou seu aproveitamento. Dado êste, todos os que auxiliarem os trabalhos da exploração da gleba, além de seu justo salário, haverão de participar nos resultados do seu rendimento. Uma democracia orgânica, realista, de caráter cristão-social, terá o direito de intervir nos grandes latifúndios inaproveitados por êsse Brasil afora, cujos pretensos proprietários vivem nas grandes cidades, "fazendeiros do asfalto", urdindo intrigas nas antessalas dos benefícios pessoais e das sinecuras rendosas, arquitetando conchavos contra os que trabalham e fazem a grandeza da pátria. Uma sã política de reforma nacional permitiria que os poderes públicos até desapropriassem os latifúndios agrícolas ou obrigassem sua venda ou arrendamento aos que efetivamente nêles trabalhassem.

Felizmente, já está muito em voga entre nós o regime do arrendamento de terras. A par de algumas poucas desvantagens, o arrendamento apresenta muitas e inúmeras vantagens. Primeiro, é o sistema ideal da verdadeira participação do trabalhador nos frutos e bens da terra e do seu trabalho. Ao depois, fixa muito bem a população rural, estimula o trabalho dos lavradores laboriosos, acenando-lhes um futuro de melhores possibilidades. E pode-se mesmo admitir a existência de uma corrente demográfica perfeitamente perceptível, partindo da cidade para o campo. A desvantagem do arrendamento reside principalmente no fato de, freqüentemente, o arrendatário interessar-se apenas em tirar da terra o máximo proveito, com

o mínimo gasto de dinheiro e trabalho. O resultado, então, no que tange à conservação do solo, é desastroso. Os nossos homens do campo criaram o preconceito, não sabemos se justificado ou não, de que as terras cultivadas por certos arrendatários, nipônicos por exemplo, ficam, após o término do contrato de arrendamento, tão estéreis que não dão mais nem capim...

O ideal, pois, será a pequena propriedade, difundida intensiva e extensivamente. Uma pequena propriedade que possuísse títulos seguros; que permitisse a exploração rendosa da terra e a sua recuperação conseqüente; que oferecesse ao homem da roça uma garantia de que seu trabalho na gleba teria recompensa; que lhe propiciasse, e aos seus, aquela estabilidade de vida que somente permitem as atividades remuneradoras. Mas, para isso, além do trabalho e da dedicação do nosso lavrador, deveria concorrer a presença do poder público, a partir do município, com financiamento e assistência técnica, com impostos razoáveis, com a garantia do escoamento da produção, através da manutenção de mercados sãos e de vias de comunicação.

Entretanto, uma política rural deverá tender a criar, na agricultura brasileira, uma situação muito mais condigna de vida ao heróico trabalhador da gleba. O nosso homem do campo carece achar um caminho seguro de redenção material e espiritual, pela reabilitação integral de suas condições de vida. Essa reabilitação partirá da solução dos problemas de cultura, de demografia, de previdência social, de trabalho e de saúde, que afligem os nossos lavradores. A instrução primária e profissional obrigatória e acessível; a assistência à nupcialidade, à maternidade, à infância, à imigração idônea; a ampliação e objetivação das obras assistenciais dos Institutos de previdência, dos seguros sociais, acesso menos burocrático às reservas de previdência; o amparo ao trabalhador, a garantia dos seus direitos e deveres, a providência no desemprego, a racionalização e a modernização dos meios de cultura da terra; as obras sanitárias, o saneamento, a assistência médica, farmacêutica, dentária, os dispensários e os hospitais; são outras tantas questões que, atacadas com decisão e resolvidas, proporcionarão ao homem do campo brasileiro o ensejo de poder trilhar o caminho de sua libertação econômica e cultural.

Agora, os problemas da indústria e do comércio citadinos. Como vimos, a nação brasileira, herdeira das tradições do capitalismo europeu, viu florescer, a partir do século XIX, a semente do industrialismo e do comércio, que o Barão de Mauá houvera plantado, em continuação ao surto comercial inaugurado nos primeiros decênios da centúria. Depois da I Guerra Mundial, a expansão industrial passou a acompanhar a dos grandes países, que já dominavam, mais de um século, a máquina. Uma vez que o sistema econômico que estrutu-

rava a nossa indústria e nosso comércio era o mesmo que vigorava na Europa e nos Estados Unidos, passamos logo a defrontar-nos com os mesmos males que, há muito tempo, minavam a organização social européia. De par com o aumento das riquezas trazidas pela máquina e pelo câmbio de mercadorias, despontara também o problema agudo dos desníveis sociais, com todo o seu cortejo de injustiças, de misérias e de ódios a custo represados. Um hiato se abria, mais e mais, entre os capitalistas donos dos bens da terra e os trabalhadores assalariados. O homem de trabalho brasileiro, que na opinião de L.-J. LEBRET, o fundador do movimento "Économie et Humanisme", integra uma das corporações humanas mais decentes do mundo, trilhou com paciência tôdas as estações inglórias da via-crucis reservada à sua classe pela condição social vigente. Trabalhada pela propaganda insidiosa do comunismo — cérbero fiel de todos os antros onde pompeia a miséria e, portanto, quase ubíquo potencialmente num país onde o pauperismo é instituição — uma ala mais extremada dos trabalhadores patrícios alistou-se à sombra inquieta da bandeira rubra da foice e do martelo, enquanto que a outra ala, ainda desesperançada do ideal democrático, se acolhia, esparsa, ao abrigo interesseiro dos partidos burgueses. Enquanto isso, uma legislação trabalhista deveras avançada, mas posta ao serviço da demagogia, se deixava neutralizar pela mistificação dos dirigentes e dos responsáveis pela sua aplicação, com a pantomima grotesca dos Institutos de aposentadorias e pensões e com a filáucia manhosa dos Serviços Sociais oficiais, protelando para as calendas gregas a efetivação de uma justiça social no Brasil, semeando os ódios e os ressentimentos de uma classe sacrificada, que principia a cansar-se de uma longa e inútil espera.

É um imperativo moral, senão político e social, a solução do problema do operariado nacional, pela intervenção social cristã. Antes de tudo, repudiaremos o conceito comuno-capitalista de que o homem é uma máquina de produção. "A produção é feita para o homem e não o homem para a produção", asseverava já na Idade Média Santo Antônio de Florença. Como em outros países, urge desproletarizar aqui, no Brasil, o homem comum. Porque aqui, tanto ou mais que em outros países, a proletarização trouxe o pauperismo e uma das misérias maiores de todo o mundo. A luta pela desproletarização visará reconduzir à sua posição verdadeira a pessoa humana. Visará o estabelecimento de uma democracia realista e cristã, em que a todos seja dado o exercício da maioridade civil, econômica e cultural.

O capitalismo brasileiro, da Segunda Guerra Mundial para cá, enriqueceu-se catastróficamente: foi a época dos lucros extraordinários. Nesse ínterim, a miséria das grandes massas da população nacional assumiu, igualmente, características de catástrofe. Nunca,

neste país, foram tão ricos os poucos ricos e jamais foram tão pobres os inumeráveis pobres. Nunca, portanto, sobraram tanto no Brasil os bens supérfluos, alvitando o dever aos seus detentores de os destinarem à sua função social, no benefício coletivo, para que deles participassem, pelo trabalho e pela reprodução de seus valores, os que os ajudaram a reunir-se.

Felizmente, a Constituição de Setembro de 1946 consagrou a participação dos assalariados nos lucros de suas empresas. Foi uma nítida vitória da tese social cristã. O princípio da participação nos lucros das empresas poderá começar a ser aplicado desde os "contratos de sociedade", que os trabalhadores poderão assinar com os seus patrões das organizações industriais. Nesses contratos se estipulará a aplicação do direito constitucional que foi outorgado à classe trabalhadora.

É um ponto de partida para a erradicação da proletarização nacional, no caminho da democratização integral da propriedade. Somos um povo pobre na atualidade, mas o potencial de nossa riqueza futura nos ilumina com a esperança de melhores dias. Aquêles dias em que, dominados os estremecimentos do desajustamento social, todos possamos ter do nosso. Nosso país, nossa democracia, nosso lar, nosso pão e nossa alma. Será a verdadeira era do homem comum. Tudo nos igualará, na abundância, na liberdade e em Deus.

O que se disse até aqui não passa de uma modesta proposição sobre a conjuntura histórico-social do nosso Brasil. O que se expôs não pretende ser uma plataforma de governo. É apenas uma esquematização de problemas. Uma declaração de princípios. Uma sugestão de itinerário, assim como uma indicação e um roteiro. Porque a realização integral de uma democracia realista e cristã somente começará quando cada um de nós, dentro de nosso coração, ativar a resolução de praticá-las e vivê-las: aí estaremos aptos para renovar a face do nosso mundo.

Recepção de Sua Eminência Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

J. P. Leite Cordeiro

Eminentíssimo Senhor Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota!

O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo atavia-se com o que possui de mais expressivo nas suas tradições e nas suas glórias, a fim de receber-vos como sócio de honra. O vosso nome torna mais enaltecido o sodalício entre as instituições cujas atividades se resumem em guardar e aumentar, através do tempo, o patrimônio cultural do Brasil.

Ao nosso Instituto cabe, é sabido, zelar pelo patrimônio histórico brasileiro e principalmente paulista. Temo-lo feito árdua mas prazeirosamente, levados pelo ideal patriótico de bem servir ao Brasil e a São Paulo. Cumprindo nossa tarefa, temo-nos empenhado com ardor no culto ao passado, na veneração de nossos maiores, e na conservação de nossas tradições impregnadas na história da nacionalidade, alicerçada, entre outras bases, na fé cristã nunca desmentida pelo Brasil.

A vossa posse neste Ano Santo de 1950, ano de jubileu e ano de graça, desvenda-nos singularidades nas quais nitidamente divisamos as forças da Divina Providência. Recebemo-vos em um Ano Santo unguído pelas graças que o Senhor vem derramando sobre a terra e com uma das quais felicitou a nossa Instituição: — a graça de receber-vos, o que tem um significado todo especial para nós, pois a História nos mostra ter nascido o Brasil sob o signo da cruz, emblema que as naus lusitanas espalharam por mares e oceanos, no afã de vidas humanas norteadas pelo serviço de Deus e d'El-Rei, pela propagação de Fé e engrandecimento da Pátria.

O Brasil foi descoberto no Ano Santo de 1500. As primeiras dioceses brasileiras foram tôdas criadas em Anos Jubilares. A nossa

terra surgiu ante o mundo civilizado tendo como protetora a cruz de Cristo. Foi Terra da Vera Cruz, Ilha' da Cruz e Terra da Santa Cruz antes de ser Brasil, e, sob êste nome, cresceu e se agigantou constantemente protegida pelo santo lenho. Ao ser levantado o véu de mistérios que cobria os oceanos temidos e os mares tenebrosos, surge no início do século XVI o primeiro quadro da história do Brasil: — Frei Henrique Soares, de Coimbra, abençoando a terra descoberta por Pedro Alvares Cabral. Dos nossos primórdios avulta a dedicação dos jesuítas, de franciscanos, beneditinos, carmelitas, e de tôda série de ordens religiosas que, através dos séculos, trouxeram valiosíssima cooperação para o desenvolvimento do País e para a formação espiritual e cultural do povo brasileiro.

História do Brasil e História da Igreja Católica no Brasil entrelaçaram-se no perpassar dos anos. Nóbrega, Anchieta, D. Pero Fernandes Sardinha, Antônio Vieira, D. Marcos Teixeira, Bartolomeu de Gusmão, Frei Caneca, Padre Feijó, Padre Caldas, Cônego Januário Barbosa, Frei Sampaio, além de tantos outros vultos eclesiásticos, ajudaram a fundar e a orientar, a administrar e a construir o Brasil, muitas vêzes imolando as próprias vidas no altar do patriotismo.

De tôdas as benemerências ofertadas pelos homens da Igreja à nossa Pátria, salienta-se, para nós paulistas, em plano altamente diferenciado, a fundação da nossa urbe, a heróica Piratininga do século XVI, berço das bandeiras, terra de gigantes, ufania do Brasil, que teve a acalentá-la na era primeva de sua existência, a inteligência de Manuel da Nóbrega e o amor de José de Anchieta.

A Casa Jesuítica de Piratininga, instalada em rústica choupana, constituiu-se, no passado, em origem espiritual de todos nós, e dela, ainda no presente, emanam os ensinamentos do Divino Mestre. Escola e Igreja, de início, ainda hoje conserva essas características, ainda nos ensina e doutrina, congregando-nos moralmente, ditando as regras e os princípios da vida cristã que nos levam ao caminho da verdade e da salvação.

O espírito e os ideais do catolicismo, acrisolados pelos jesuítas no templo alcandorado entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, agasalham-se hoje na majestosa Catedral paulopolitana, e sois vós, Senhor Cardeal, o digno sucessor de Manuel de Paiva, celebrante da primeira missa em Piratininga, sois vós quem, por mercê de Deus, abençoa as mesmas plagas, as nossas queridas plagas piratininganas, abençoadas primitivamente pelos apóstolos da América do Sul.

Hoje, Senhor Cardeal, sois vós o evangelizador. É nas vossas virtudes, espelhadas nas virtúdes sacramentais da Igreja, que nos unimos sob as abóbadas sagradas do templo paulista, a fim de nos retemperarmos na fé, nos enchermos de esperança, de incentivo, de fôr-

ças, a fim de não vermos naufragados na era atual os anseios e as aspirações dos fundadores desta cidade.

Em pleno século XX, quando o Universo se vê envolvido e avassalado pelas forças do mal, que procuram atingir o íntimo das almas destruindo a personalidade e a sentimentalidade humanas, procurando desfazer o que há de mais puro e nobre no homem, ainda hoje a vida brasileira, tanto como no seu evoluir, prende-se intimamente aos ideais e forças do catolicismo, pois somos a maior nação católica dê-se mundo que, agitado e violentado, paira na encruzilhada decisiva do seu destino.

Nessa época amoral de falsos existencialismos deturpadores da verdadeira finalidade humana, só um prevalece pelos seus méritos na orientação dos nossos destinos: o existencialismo cristão, o humanismo personalista. Só êle, respeitando a grandeza do homem, feito à imagem e semelhança de Deus, reconhecendo a nossa participação na natureza angélica, através de um todo intelectual e sensível que nos eleva e aproxima de Deus, pode servir de paradigma às nossas atitudes e ao nosso comportamento, deve padronizar uma séria e honesta concepção de vida. Só através dêle o homem terá presença na própria vida, relacionada com a do próximo, harmônicamente disposta, na realização integral dos fins materiais e espirituais para que foi criado. A fim de se humanizar, é necessário ao homem cuidar da matéria, não se desleixando, porém, de sua natureza espiritual, não pretendendo separar êsses dois fatores de vida, de cuja união êle nasceu graças ao sopro divino. Bem cabem aqui as palavras de D. Joaquim Arcoverde ao se dirigir, pela primeira vez, como Bispo de S. Paulo, aos diocesanos: "A alma para êles não difere da matéria, a razão é um produto somático; para êles tudo se termina com a morte, por conseguinte, nada mais os preocupa senão o gôzo da vida presente, os bens efêmeros da terra, os prazeres e as glórias do século. Como lhes está bem aquêle versículo do Salmo: — o homem altamente dignificado por Deus não soube apreciar êsses benefícios; equiparou-se à alimária insipiente e a ela assimilou-se. Afinal campeia de calo alto a anarquia intelectual, moral e política, porque o homem se acha deslocado do seu centro e com êle a sociedade, desde que o separaram de Deus, princípio de tôda verdade, de tôda ordem, de tôda justiça, e da Igreja intérprete e guarda dessa mesma verdade, dessa mesma ordem e dessa mesma justiça". Os conceitos do sábio e santo varão, cujo centenário hoje festejamos com a palavra erudita de Vossa Eminência, possuem uma inalterada atualidade e bem se aplicam ao tempo em que vivemos.

O cristianismo é uma doutrina pura, de um humanismo puro. Nêle se concretiza a perfeição do amor e da paz, tendo como base a medida divina que é Cristo. O humanismo cristão é a medida justa

do homem integral, corpo e espírito postos ambos no mais alto plano da dignidade. Apenas o homem dignamente humano consegue levar a cabo sua missão humanizadora, inspirado pelo cristianismo em cujo seio a humanidade se unifica pelas forças do amor, daquele mesmo amor tão maravilhosamente compreendido e pregado por Jesus e seus Apóstolos.

O existencialismo cristão é a seta indicadora da estrada que devemos trilhar nessa perigosa encruzilhada do século XX, pois nêle encontraremos o verdadeiro sentido, a real significação de nossa existência, significação e sentido tão errôneamente buscados nos últimos tempos, pelas sendas e veredas da incompreensão e da ignorância, que procuram divinizar o homem e destruir Deus.

Não foi sem razão que, na mensagem do último Natal, o Santo Padre assim se pronunciou: — “Parece-nos que o Ano Santo de 1950 exercerá, nesse sentido, papel marcante principalmente pela tão desejada renovação religiosa do mundo moderno, vindo resolver a crise espiritual que oprime os homens do nosso tempo. A desejada harmonia dos valores celestes e terrenos, divinos e humanos, obrigação e dever da nossa geração, se realizará ou ao menos se apressará, se os cristãos permanecerem firmes em seus propósitos, se tenazmente levarem avante as obras começadas e se não se deixarem seduzir por vãs utopias, nem desviar por interesses e egoísmos pessoais”.

“Esperamos outrossim que exerça êste ano papel determinante com relação ao futuro da Igreja, empenhada em tornar mais pura e mais difundida por entre o povo, a santidade dos seus membros e fora de si procurando transfundir e expandir seu espírito de justiça e de amor até no seio das instituições civis”.

Alertado e alentado pelas palavras do Santo Padre, o Brasil, nesta hora angustiante pela qual passa o mundo e nas horas decisivas que já se mostram no horizonte do porvir, não está desmerecendo e não desmerecerá da sua história, das suas tradições e da sua protetora: — a Cruz de Cristo.

Vêde pois, Eminência, a singularidade da vossa recepção em nosso Instituto, guardião de uma história em que tomaram papel saliente tantos representantes da Igreja, recepção que ocorre no momento histórico pelo qual passamos e que se constitui em marco decisivo na História da Humanidade.

Não bastasse o vosso ingresso para o sodalício no momento histórico presente, outras singularidades poderíamos apontar na vossa posse. Vindes celebrar conosco e com todo S. Paulo o centenário de nascimento de Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti, Bispo de São Paulo de 1894 a 1897, antístite que se desvelou em carinhos, se expandiu em amor e devotamento ao rebanho confiado ao seu báculo

de bom pastor, após ter formado, espiritual e culturalmente, uma legião de paulistas, quando professava magistrais lições de educador no famoso Colégio de Itu.

* * *

Assinalais o início da vossa trajetória nesta Casa, prestando-lhe um serviço, trazendo-lhe o prestígio da vossa púrpura e impregnando-a com as luzes da vossa cultura.

Sois o primeiro cardeal da terra piratiningana, e D. Joaquim Arcoverde foi o primeiro cardeal do Brasil. O sodalício recebe o primeiro cardeal de S. Paulo justamente ao festejar o centenário do primeiro cardeal brasileiro.

Tínhamos plena razão quando divisamos na vossa posse a sabedoria da Divina Providência que não se limitou ao que já apontamos. Outra afinidade, outro elo poderoso, une-vos a este templo da história. Estais ligado pelo sangue aos fastos paulistas, à epopéia dos sertões, à demarcação das fronteiras nacionais, enfim, ao que há de mais ufano na história de São Paulo. Pelas veias e pelas artérias, pelo vosso cerne e pela vossa origem, sois também um bandeirante. Gozáis, como nós outros, os mesmos privilégios do orgulho e da satisfação de termos nascido em terra paulista. Essa característica da vossa personalidade expandistes na pastoral dirigida aos arqui-diocesanos de São Paulo, em 24 de outubro de 1944: — “Nós também nos ufanamos de dizer-vos: sois brasileiros, também nós; sois paulistas, nós também. Paulistas somos não pelo nascimento, sim pela natureza, pelo coração, pela graça. Em nossas veias corre sangue bandeirante, herdado tanto do lado paterno quanto do materno. Paulista pelo coração, pois que neste sempre ardeu o amor à gleba e à gente de São Paulo. E, agora, paulista por graça especial de Deus que nos prepôs ao govêrno espiritual desta grande e próspera Diocese”.

Senhor Cardeal, nós, paulistas, nos orgulhamos da vossa origem e do vosso amor à gleba e à gente de São Paulo. Podeis estar certo de que este sentimento de ufania envolve o nosso amor e a nossa gratidão por Vossa Eminência.

* * *

Não é nosso intento salienta'r desta tribuna a vossa passagem pelo Seminário de Mariana, a vossa vida exemplar de sacerdote, a direção do Asilo da Piedade e das várias paróquias mineiras, a Reitoria do Seminário de Belo Horizonte, as vossas assinaladas passagens pelas Arquidioceses de Diamantina e de S. Luís do Maranhão, nem tampouco o bem que já fizestes como pastor das ovelhas de Piratininga.

Desejamos, porém, afirmar que, quando chegastes à terra paulista, não sentimos nem divisamos em vossa pessoa um "Flexível caniço, falto de virtude", — eram palavras vossas — que nos obrigava imperiosamente ao exercício da caridade e da paciência, virtudes cristãs exigidas, conforme também vossos próprios dizeres, pela vossa presença. Não, Senhor Cardeal. Quando aqui vos recebemos, já sabíamos dos vossos méritos, do vosso passado e das vossas virtudes.

A dignidade do sacerdócio católico promana da sublimidade do seu exercício e das funções em que são investidos os que o exercem. Depende, pois, não só da incumbência divina, mas também do modo pelo qual é desempenhada a santa investidura. A cidade de Padre Manuel da Nóbrega não poderia desejar mais ínclito varão, mais diligente e ponderado sacerdote, para doutriná-la, para continuar a lhe trazer cotidianamente a palavra divina tal qual tem sido feito desde a gloriosa manhã de 25 de janeiro de 1554.

* * *

A história desta Casa conserva grata e reverentemente a memória de sacerdotes como Dom João Batista Correia Néri e Dom Gastão Liberal Pinto, Dom Duarte Leopoldo e Silva e Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, os dois últimos antecessores de Vossa Eminência no mesmo sólio que tanto honrais e engrandeceis.

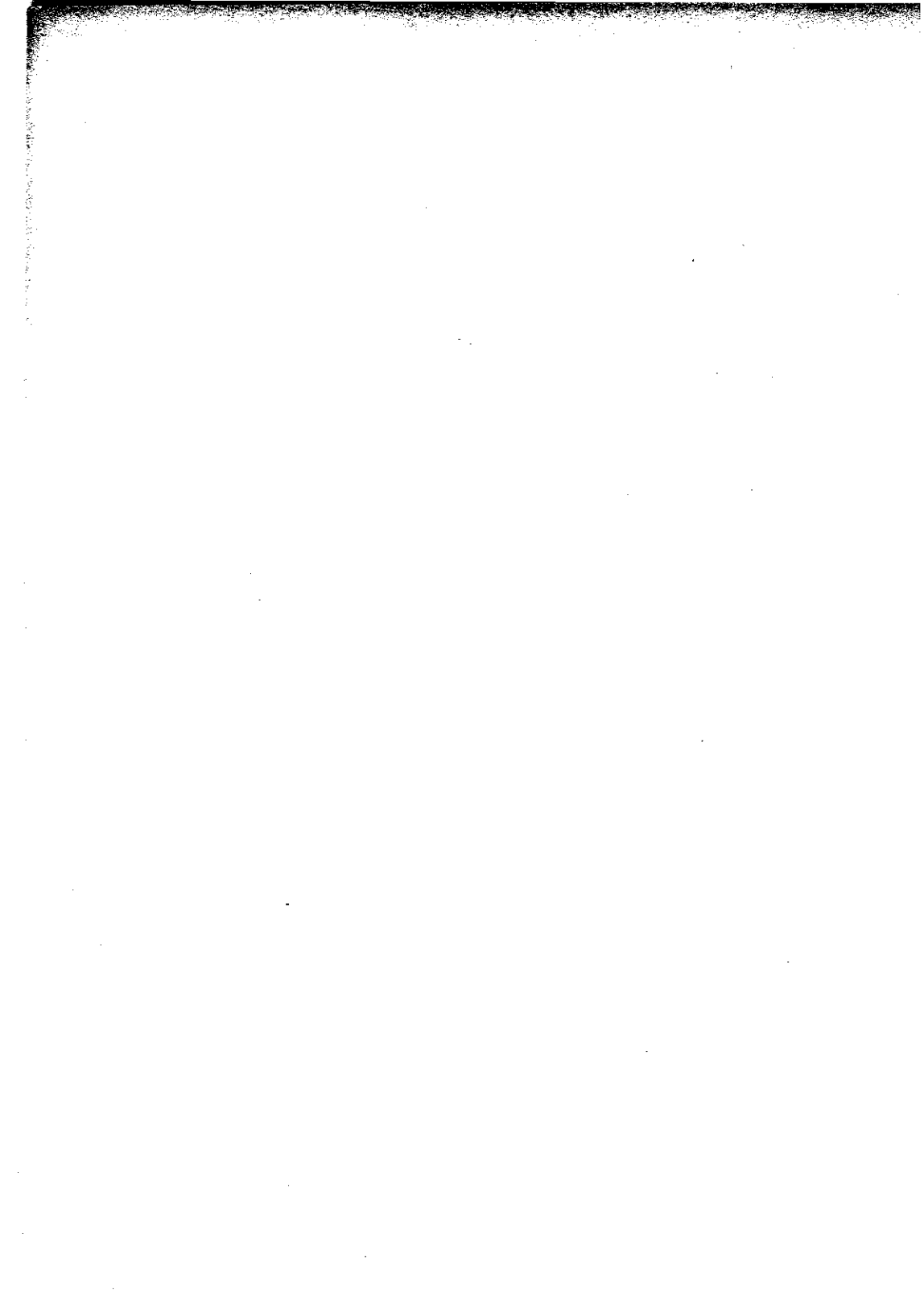
Dom Duarte, além de emérito e consagrado historiador, amou sobremaneira o Instituto, a êle se dedicando até no exercício de funções administrativas, já que foi dos nossos mais operosos e distinguidos vice-presidentes. Frequentava as sessões, tomava parte nos debates, fazia comunicações na esfera intelectual, prestigiou a instituição, não só com a sua santa investidura, mas também com os seus dotes de acurado pesquisador do passado.

O mesmo se deu com Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, sucessor de Dom Duarte na direção da Arquidiocese Paulista e também na vice-presidência dos trabalhos desta Casa. Não bastassem a Dom José os dotes de cultura, de inteligência, de amor à História e a êste Cenáculo, a sua memória seria entre nós gratíssima. Foi, como Dom Duarte, o enviado de Deus para apascentar o rebanho piratiningano e deixou o nome imperecivelmente ligado à História paulista e brasileira com a realização do IV Congresso Eucarístico Nacional, um dos marcos luminosos na vida e na crônica paulistanas.

Vêde, pois, Senhor Cardeal, mais dois elos que vos prendem a esta Mansão, onde hoje vos integrais. Todos nós que vos recebemos, sentimo-nos jubilosos com a vossa presença, certos de vossa colaboração, exultantes porque nos dias festivos compartilharemos con-

vosco, porque nos dias infaustos desfrutaremos o vosso reconfortante convívio. Essa compreensão mútua, que nos congrega pelos laços da amizade, que nos une com os liames de um objetivo comum altamente cultural e patriótico, faz parte da nossa tradição, incorporou-se ao nosso patrimônio espiritual desde os velhos tempos em que Dom Duarte iluminava, purificava e santificava o nosso ambiente. Portanto, Eminência, a cadeira em que vos sentareis, de hoje em diante, neste augusto sodalício, e em que se sentaram o saudoso Dom José e o inesquecível Dom Duarte, é uma poltrona predestinada aos antístites de São Paulo. Mas ela, vos pertence também, de pleno direito, por vossas excelsas qualidades morais e intelectuais. Ao vos dar as boas vindas, nós nos congratulamos não só pela valiosa aquisição, mas também porque o Instituto ganhou o jubileu do Ano Santo pela vossa presença, o que vem aumentar as glórias desta Mansão e fazer com que as graças do Senhor continuem a nos abençoar.

Sêde, portanto, benvindo nesta Casa da História, Senhor Cardeal Arcebispo de São Paulo.



No Centenário de Ezequiel Freire

J. P. Leite Cordeiro

Quando, em abril do ano passado, terminava eu de assinalar, desta mesma tribuna, o centenário de nascimento de Ezequiel Freire, fui esclarecido pelos ilustres filhos do insigne poeta, os Srs. Mário Freire e Alfredo Freire, de que cometera um engano: — o centenário de nascimento do famoso vate de Rezende não ocorria em 1949 mas sim neste ano santo de 1950.

Razões tivera para me equivocar. Sacramento Blacke, no seu dicionário, que tão relevantes serviços presta à cultura e às letras nacionais, indica o ano de 1949. O próprio "Jornal do Brasil" assinalou várias vezes aquêl milênio para marcar a efeméride, até que Alfredo Freire, em uma de suas muitas expansões, tão justas e ternas, de devotamento filial, veio provar, através de documento constante do Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, onde o poeta fez os estudos acadêmicos, que Ezequiel nascera em 10 de abril de 1850.

Na tarde de hoje, ao recordar, novamente, a figura sugestiva do bardo, não venho penitenciar-me do erro pois não vejo penitência na satisfação e no enlêvo de, mais uma vez, recordar convosco, embora em breves momentos, a vida e a obra de Ezequiel Freire, obra que, embora algo esquecida em nossos dias, ainda perdura no panorama da literatura brasileira, enchendo-a com a inspiração que abrasou a alma do poeta das flôres.

Profundamente individual, a personalidade de Ezequiel conservou-se alheia às influências das escolas que estipulavam padrões para essa quase divina manifestação da sentimentalidade e do pensamento humanos: — a poesia. Aliás, pronunciou-se a respeito do parnasianismo quando este já sufocava muitas inspirações no Brasil. Dizia então: — "Hoje quase só se evangeliza a religião da forma; mas eu sou talvez dos poucos adeptos do antigo culto e a essência do sentimento ainda é para mim a própria essência da poesia e a alma viva da eterna inspiração". Atraído e impressionado pela esplendorosa

natureza de nossa pátria, extravasou os acordes do coração, através de um lirismo todo particular que, tal qual o estilo, como que individualiza as suas produções, eivadas na fidelidade à *alma viva da eterna Inspiração e à própria essência da Poesia*.

Dos seus méritos salientamos ter sido o cantor da natureza do Brasil, e também daquilo que o homem faz nascer em meio à natureza: a casa do caboclo, o monjolo, a sitioca, os mastros elevados no terreiro em honra dos santos nas festas de junho, manifestação da tradição católica luso-brasileira.

No ano retrasado, assinalamos o centenário de nascimento de Martins Pena, teatrólogo eminente, em cujas glórias contava-se a de ter levado para o palco a vida simples de nosso interior, a sociologia de nossas pequenas cidades, de nossos povoados, de nossos distritos de paz, as características do que se chama *vida na roça*, e sob cuja evocação todo e qualquer brasileiro se emociona porque nela sente bem vivas as raízes da pátria vinculada ao próprio solo em que ela se formou.

Tão acendrado o amor de Ezequiel pela terra brasileira na sua época sustentáculo único da economia do país, que afirmou cheio de entusiasmo e de verdade: — “A roça é o teatro mais verdadeiro da nossa vida nacional nas províncias fluminense e paulista, e a Fazenda a sua expressão mais familiar”.

“O contato íntimo entre os povoados e as fazendas torna indistintas a vida social e a vida agrícola no interior”.

“Quem quiser estudar e descrever a vida brasileira nestas duas províncias, há de ir surpreendê-la em flagrante — na roça, nas íntimas e cotidianas relações entre o caipira, o fazendeiro, o negro e o colono, comerciante ou trabalhador rural”. Bom conselho para sociólogos e historiadores dispostos à pesquisa, e, por falarmos em historiadores, devemos lembrar uma série de artigos publicados no “Correio Paulistano” e transcritos no “Cruzeiro do Sul”, órgão da imprensa de Sorocaba. Nêles, o poeta revela-se um cronista admirável, ao fixar momentos da história sorocabana. Demonstrando conhecimentos sobre o passado da cidade, debuxou com segurança e com espírito de observador atilado, o desenvolvimento da urbe, a sua economia, os seus costumes, a evolução da indústria e do comércio, e as características da sua sociedade. Merecem destaque especial as observações sobre a velha Araçoiaba e sobre a fábrica de Ferro do Ipanema cujo nome se liga tão intimamente ao Visconde de Porto Seguro de quem dizia Ezequiel: — “Morreu longe da pátria, ausente dela durante quase toda a vida mas “estremecendo-a” desde criança, honrando-a com seu trabalho e com sua inteligência; e, até a hora derradeira, lembrando-se dêsse recanto do mundo onde nascera para

pedir que aí perpetuasse o testemunho do seu patriotismo numa legenda que deixou ao morrer”.

A respeito do Ipanema, Ezequiel elaborou acurado relatório em que se encontra perfeitamente delineada a história da famosa Fábrica de Ferro, e em que também é dado o merecido relêvo à atuação ali desempenhada pelo Coronel Frederico Guilherme de Varnhagen, pai do futuro historiador ao qual então rendeu Ezequiel as devidas homenagens, fazendo-lhe em largos traços a biografia e descrevendo o monumento elevado em sua memória na cidade de origem.

Mostrando-se conhecedor da obra literário-científica do autor da “História Geral do Brasil”, analisou-a e defendeu-a dos ataques surgidos em periódico do Rio de Janeiro e que chegaram ao cúmulo de colocar em dúvida a probidade científica de Varnhagen.

Foi um gesto patriótico do autor de “Flôres do Campo”, que, posteriormente, dando vazão aos sentimentos arraigados na alma de apaixonado pela Pátria, viria a redigir uma das mais belas confissões de amor à terra brasileira: —

“— Mas se eu não escrever da minha terra, e do seu coração que é a roça;

se, nascido no seio da natureza, no casarão brasileiro de uma velha fazenda fluminense, eu não souber amar os lugares onde brinquei na infância;

se, do largo terreiro povoado de criação doméstica: — o bando estrídulo das galinhas, os arrufados perus, vermelhos, pretos, cinzentos; os velhos paqueiros napevas, tão amigos do mato, que era a gente tomar de uma espingarda e ei-los a' ganir de contentes, saltando-nos ao busto em nervosos afagos;

se eu não tiver saudades do Paraíba encachoeirado, sôbre cujas águas mansas ou bravas tantas vezes deixei resvalar a minha leve canoa de tapinhoã, descendo pelos meandros da correnteza na cachoeira espumante e rumorosa, ou boiando quieto no rebôlo dos remansos;

se do capitival das ilhas rasas, onde eu ia armar o covão para caçar a lontra, não me vier pelas horas íntimas um cicío saudoso nas auras que sopram logares do meu berço;

se, adolescendo entre os pretos e os camaradas, acompanhando-os ao eito, ouvindo-lhes nos serões das senzalas as maravilhosas histórias de zumbis e assombrações;

se, finalmente, de todo êsse mundozinho — a casaria da Fazenda, o largo terreiro, o cafezal reluzente, a mata sombria e temerosa, os negros do trabalho e a criação do serviço: — se a tudo isso que me fala ao espírito nostálgico, eu não souber amar, e não procurar reviver na teia literária, com alma de artista, que mau renegado serei!”

Ezequiel mostrava assim a formação pura e exclusivamente brasileira de sua personalidade. Nêle palpitava o espírito da terra, o

próprio espírito do Brasil encarnado na exuberância daquela prodigiosa sentimentalidade que lhe possibilitou conservar, existência a dentro, os vincos simples mas poderosos que na meninice e na adolescência influenciam a formação espiritual prendendo-a, irremovivelmente, ao torrão em que se nasce e vive. Ezequiel Freire foi um brasileiro que soube sentir o Brasil.

Tinha razão Machado de Assis quando assim se manifestou: — “Notam-se no livro do Sr. Ezequiel Freire outros quadros da roça: *Na roça* é o próprio título de uma das páginas mais interessantes; é uma descrição da casa do poeta à beira do terreiro, entre moitas de pita, com o seu teto de sapé; fora, o tico-tico remexe no farelo, e o gurundi salta na grufnixama; nada falta, nem o mugir do gado, nem os jogos dos moleques.

“O gado muge no curral extenso;
Um grupo de moleques d’outra banda,
Brinca o *tempo-será*; vêm vindo as aves
Do parapeito rente da varanda.

Do corredor de além que atalha a mata
Ouvem-se notas de canção magoada.
Ai! sorrisos do céu — das roceirinhas!
Ai! cantigas de amor — do camarada!”

“Nada falta; ou só falta uma coisa, que é tudo; falta certa moça que um dia se foi para a Côrte. Essa ausência completa tão bem o quadro que mais parece inventado para o efeito poético. E creio que sim. Não se combinam tão tristes saudades com o pico final...

“Não sei se escreveu mais versos o Sr. Ezequiel Freire; é de supor que sim, e é de lastimar que não”. Este foi o conceito do grande Machado de Assis sobre a poesia de Ezequiel Freire, conceito suficiente para lhe consagrar a obra.

* * *

Filho de Dona Maria Crispiniana Barbosa Freire e do capitão Antônio Diogo Barbosa Lima, nasceu Ezequiel na Fazenda Boa Vista, distrito de Santana dos Tocos, hoje Pirangaí. Embora fluminense, possuía sangue paulista a correr em suas veias, já que se radicava genealôgicamente aos velhos troncos ituanos e piracicabanos.

Parte da meninice e da juventude, passou-a na propriedade agrícola do genitor e, pelas ensolaradas manhãs do amanhecer da vida, gozou as exuberâncias enternecedoras da natureza. Muitas vezes, viu o sol surgir na fímbria do horizonte, dourando pouco a pouco a

mata que, acordada pelos fulgores do astro rei, expandia uma vitalidade áacre na sonora harmonia do canto dos pássaros que abrigara durante a noite.

Dia alto, embrenhava-se na floresta, buscando-lhe os segredos; extasiava-se com as flôres silvestres e provava os frutos das árvores brasileiras, sentindo a pujança da terra; embevecia-se junto a uma cascata; sonhava reconstado em algum tronco tombado à sombra de frondoso arvoredor; perdia-se em cismares ao contemplar a água corrente de um riacho. Acordava-o desses doces devaneios e sonhos de criança e adolescente, o mugir do gado ou a cantiga do caboclo já quase ao entardecer. Como devia então perceber um doce mas forte alvoroço na alma sensível de poeta a receber tão fortes estímulos, tão repetidos convites para o estro. Daí ter definido a inspiração como "A integração da alma do Poeta com a Natureza".

"Flôres do Campo", título do livro em que enfeixou parte de sua obra poética, bem diz dos motivos que o inspiraram. Foi a bela e majestosa força da natureza que ele sentiu através de uma acuidade toda especial. Ao seu temperamento emotivo impressionavam a voz do sabiá, o sussurro do vento, o azul do céu, o negrume ou as estrêlas de uma noite, o sol ou a chuva, o botão ou a flor, a crista da montanha, o murmúrio de um regato, a enchente do rio, a queimada, a seca, as árvores no outono, as flôres na primavera, ou qualquer outro motivo que falasse ou revelasse ao seu coração, algo da natureza.

Narcisa Amália, celebrada poetisa, analisou a forte atração exercida sobre Ezequiel pela natureza: "A montanha, esse livro opulento de páginas eternas, desvendou-lhe então os segredos e maravilhas que encerra; as selvas desertas acolheram-no em seus recessos misteriosos; e em face das magnificências da flora americana, sua alma abriu-se de novo às doces inspirações da poesia..." "Foi pois no seio da natureza virgem que se librou a fantasia de Ezequiel Freire: foi sobre a selva úmida das campinas, cercado de cantos e de murmúrios, que o jovem neófito se familiarizou com os bardos nacionais e folheou as melhores concepções dos gênios modernos". Realmente, o convívio com os mestres e com a natureza ajudou-lhe a formar o espírito. Preferia Fagundes Varela, Joaquim Serra, Gonçalves Dias, criador do indianismo no Brasil, e Victor Hugo, outro ardoroso amante da mestra suprema: — a natureza.

Na obra de Ezequiel, nós, os historiadores, encontramos as marcas do passado brasileiro através das descrições de costumes campestres onde se encontram vivamente fixadas as cenas mais sentimentais e emocionantes, os traços psicológicos da nossa vida rural. Página digna de uma antologia e que mereceria as atenções de Bernardino José de Sousa, autor do "Ciclo do Carro de Boi no Brasil", é a que não vos furtarei à delícia de ouvir: — "Pausadamente, entra pelo ter-

reiro a longa fila de bois, cangados aos pares, parelhos no pêlo e no porte. Os da guia, retacos, dorso recurvo, pescoço alongado, focinho abeirando a terra, esticam as tiradeiras, vergando os canzis, ao esforço da tração. Corpulentos, possantes, pampas de amarelo e branco, cabeça ao ar, entrechocando as grandes armações luzidias, marcham pesadamente os do couce, em passo processional e atitude de resistência, escorando, no cangote pelado pelo diuturno atrito da canga, o pêso enorme da carrada”.

“De pé sôbre o cabeçalho, seguro por uma das mãos a um fueiro, com a outra brande o carreiro alentado e retinto uma comprida aguilhada, em cuja extremidade chocalha entre argolas a roseta de ferro, de puas mais temíveis ao couro bovino do que o ferrão da motuca”.

— “Eia, Lavrado! Fasta, Barrozo! Carrega, Dâmasco!”

“E, obediente ao comando, a destra boiada contorneia a linha das senzalas, marcando o lento passo ao monótono chinar do carro”.

Na obra de Ezequiel, também não falta a fixação de aspectos sociológicos. Vejamos como êle descreveu o casamento entre os negros escravos no Brasil: — “Vergonhosamente, nesta pátria aviltada, a promiscuidade é a lei capital que regula as relações do amor entre a escravatura. Raro fazendeiro — ainda hoje! — permite o casamento religioso aos seus negros. Como em certas hipóteses o moderno direito pátrio concede vantagens manumissórias aos cônjuges escravos, o fazendeiro, receoso dos efeitos, obsta à aparição da causa impedindo o sacramento, que — demais — êle considera como um luxo de dignidade supérfluo para a honra do preto”.

“Todavia, pois que é conveniente no próprio interêsse da disciplina das senzalas, aparentar alguma moralidade, os nossos grandes proprietários rurais, alguns dêles portadores de títulos de nobreza, consentem (quando pessoalmente não promovem) o concubinato entre a escravatura”.

“Alguns levam a solicitude ao excesso de êles próprios designarem os nubentes e sacramentarem o conúbio, com a tranqüila consciência de quem exerce dentro do seu latifúndio uma legítima função senhorial; outros deixam aos próprios interessados os cuidados da eleição”.

“Êstes curiosos casamentos, nota simultâneamente cômica e torpe dos nossos costumes agrícolas, dão-se com a maior freqüência na época da colheita do café; e são, principalmente com referência às mulheres, determinados mais por um cálculo interesseiro do trabalho do que pelo intuito genésico ou pelos impulsos naturais da simpatia”.

“O que importa para o interêsse da Fazenda é “aparelhar-se a gente”, formando de um negro diligente e destro com uma crioula morosa e inábil — uma entidade mista, espécie de trabalhador andró-

gino cujos constituintes perfeitamente se equilibrem para o exercício desta' suprema função agrícola — dar a tarefa marcada”.

Tanto a miséria física e o aviltamento moral a que era sujeita a raça negra quanto os seus rasgos de bondade, de humildade, de energia e de heroísmo, foram assinalados por Ezequiel. A atitude do escravo Pedro Gobá, cravando a faca libertadora no coração de Tecla, a mulher amada e também escrava, para que ela não fôsse maculada pelo açoitado de odiento feitor, termina um dos seus contos cuja técnica de elaboração alteia-se a dos mais célebres contistas do mundo.

* * *

Por vêzes, o poeta desejou isolár-se dos homens, evitar o ruído das cidades. Não sabemos se o conseguiu efetivamente. Podemos assegurar, porém, que, pelo menos em seus versos, alcançou êsse desejado isolamento: junto à deusa dos seus sonhos, aquela que lhe inspirava os versos: —

“Nesta encantada estância,
Que o mundo não conhece
Onde o rumor não desce,
Senão amortecido,
Tênuê, sutil, trazido
No revoar do zéfiro...”

.....
.....
“Em tardes melancólicas
Sòzinho, aqui sentado,
Revolvo na memória
A pequenina história
Do nosso amor”.

Como se vê, não lhe faltou o amor que a mulher desperta no homem. Antônio Simões dos Reis, em recente estudo sôbre Narcisa Amália, célebre poetisa de Rezende, embora nascida em S. João da Barra, deixou em suspenso o capítulo dos amôres de Ezequiel pela festejada autora de “Nebulosas”. Venceslau de Queiroz afirmou o afeto de Ezequiel pela poetisa a quem assim dedicara o livro “Flôres do Campo”, surgido em 1874: —

“Flôres do campo — nascidas
Nos carrascais do sertão,
— rosas dest'alma — pendidas,
Flôres do meu coração...”

“Flôres... aceita-as: porventura dizem-te
Do livro d'alma a tradução completa;
Vão borrifadas dum orvalho — as lágrimas,
— São as primícias do jardim do poeta”.

A penúltima estrofe encerra uma verdadeira declaração de amor:

“Si crês sincero o bem-querer do poeta
Si o crês tão nobre, t'o darei então”.

Vinha o livro prefaciado pela própria Narcisa Amália que, fazendo encômios especiais à poesia “Escravos no eito”, emitiu juízo acertado sobre o vate, de cuja lavra dizia: “ Quem abre o livro, atraído pela singeleza do título, não sofre uma desilusão: há, com efeito, nas composições que o formam, a graça nativa, o luxo de tintas e as emanações acres das flôres indígenas”.

Pensava Ezequiel em Narcisa Amália quando assim poetava:

“Da lagoa à superfície
Boia indolente a canoa;
Queres cismar? — Embarquemo-nos...
Ao largo! Ao longe! À lagoa!
Desfralda as velas — argêntas
Como as virgíneas anáguas —
Somos nós dous e o silêncio...
Vamos cismar sobre as águas”.

Amor que permaneceu no campo da espiritualidade, arrancou do poeta os versos de “Página Íntima”:

“Se porventura em horas de tristeza
No coração do infeliz fulgia
O rútilo sutil de uma esperança
— era a grata lembrança
da tua imagem linda”.

.....
“Do jardim de minh'alma
Dou-te as flôres primeiras,
Sangram meu peito os ásperos espinhos
Destas pobres roseiras...
— Falta-lhe rocío, prantos que são bálsamos
E valem de carinhos
Se vem do coração aos olhos — lágrimas...
Vicejaram um dia
No canteiro das puras amizades,

Depois a ventania
Do desamor e a ingratidão, mataram
Aquelas pobres flôres;
De tantas e tão lindas! Só ficaram
As pálidas saudades...”.

Data de 7 de setembro de 1886, o soneto “Porque sou forte”, que Narcisa Amália dedicou a Ezequiel:

“Dirás que é falso. Não. É certo. Desço
Ao fundo d’alma tôda a vez que hesito...
Cada vez que uma lágrima ou que um grito
Trai-me a angústia — ao sentir que desfaleço.”

“E tôda! assombro, tôda amor, confesso,
O limiar dêsse país bendito
Cruzo: — aguardam-me as festas do infinito!
O horror da vida, deslumbrada, esqueço!”

“É que há lá dentro vales, céus, alturas,
Que o olhar do mundo não macula, a terna
Lua, flôres, queridas criaturas”,

“E soa em cada mouta, em cada gruta,
A sinfonia da paixão eterna!...
— E eis-me de novo forte para a luta”.

Em maio de 1886, quatro meses antes de o “Diário Mercantil”, de S. Paulo, publicar o soneto “Porque sou forte”, dedicado a Ezequiel, escrevera êste, no mesmo periódico, um longo artigo sôbre Narcisa Amália, assim iniciado: — “Há doze anos, quando pela primeira vez no mundo literário ressoou docemente êste nome, surpresa a mocidade entusiasta e pensante de então pôs-se a murmurá-lo como estríbilho de um cântico entoado em homenagem à inteligência da mulher”.

“E êsse nome tinha a suavidade dulcíssima de uma cantilena sertaneja... Era como um “eco de murmúrio” de tôdas as vozes melódicas da natureza agreste da pátria — o alegre marulhar dos córregos, o gorjeio amoroso d’ave, o sussurro triste do vento: todos os misteriosos sons que vagamente à tarde rumorejam sob a obscura ramaria da floresta virgem...”

— “Narcisa Amália!...”

“Depois, assim como o som de uma cantiga, que pouco a pouco de nós se distancia, e, de gradação em gradação, se esvaece, lento e lento, para de todo apagar-se numa volta longínqua da estrada; assim

também o tempo foi insensivelmente esfumando nas memórias o nome harmonioso da poetisa rezendense”.

“Hoje êle apenas está na pertinaz reminiscência de uns poucos levitas que permaneceram fiéis ao culto da antiga Musa e à religião da Poesia d’outrora”.

“Eu sou um dêsses”.

A linda poetisa correspondera ao amor do inspirado poeta. Uma das mais positivas referências, encontramos em “Violeta Morta”, soneto que Narcisa dedicou a Raimundo Correia:

“Vejo-te sempre, ó pálida violeta
Entre flôres do campo sepultada,
Como entre rosas, lívida, gelada,
A legendária e doce Julieta!”

— Jaz morto o imorredouro amor do poeta...

— Lenta, ao longe, extinguiu-se a voz amada...

Na primeira estrofe, é nítida a referência: tal qual a *legendária e doce Julieta* jazia *lívida e gelada entre rosas*, estava também a *violeta sepultada entre Flôres do Campo*, as mesmas flôres da poesia de Ezequiel inspirada por Narcisa Amália e a ela dedicada. Vêm em seguida as referências ao desaparecimento do imorredouro amor do poeta e à extinção da voz amada. O soneto data de 1886 e Ezequiel casara-se em 1875, enlevado por novo, profundo e sincero amor. Daí a expressão de Narcisa: “Lenta, ao longe, extinguiu-se a voz amada”. No final, mostrou o que o romance da mocidade representava para ela, sendo já decorrida mais de uma década:

“Ês a sombra, flor morta e sem beleza
Da dor que encarcerou-me a mocidade”...

Aliás, a violeta deve ter sido uma das flôres prediletas dos dois enamorados, pois Ezequiel assim dela falou na poesia em que dedicou o livro “Flôres do Campo” a Narcisa Amália:

“As violetas vegetavam lânguidas
A sombra amiga da folhagem densa,
Guardei bem longe dos mundanos pântanos
Seu doce aroma que desta alma é crença”.

O amor de Ezequiel por Narcisa permaneceu na esfera da espiritualidade e dos sentimentos elevados. Não se manchou com as côres negras do pecado, embora a situação em que ela se encontrava, infeliz e separada do espôso, tudo permitisse e facilitasse. Há uma sé-

rie de documentos que provam a afirmativa, e, para a ela chegarmos, bastaria analisar os termos e as expressões das poesias de "Flôres do Campo", se esta análise já não tivesse sido elaborada por quem foi confidente do poeta, e de cuja interpretação honesta e criteriosa não podemos duvidar: — o irmão mais moço de Ezequiel, Dr. Antônio Crispiniano Barbosa Freire, juiz em Piedade, S. Roque e Pirassununga, espírito íntegro de magistrado exemplar com a sua personalidade e as luzes da sua inteligência sempre voltadas para a justiça e para a verdade.

Companheiro de Ezequiel, tendo com êste passado a meninice e parte da mocidade, Antônio Crispiniano acompanhou-lhe o romance, consolou-o nas aflições de enamorado e por vêzes, afetuosamente, amparou nos ombros amigos, a cabeça do poeta de cujos olhos vertiam lágrimas roubadas pelo amor.

Em 1909, quando juiz de Direito em S. Roque, o Dr. Antônio Crispiniano fez 109 anotações à primeira edição de "Flôres do Campo", anotações que, por motivos superiores, não puderam, infelizmente, ser impressas na 2.^a edição, vinda à luz recentemente, por obra do nosso caro amigo e prezado além de ilustre consócio Nuto Sant'Ana. Dessas notas, que podemos compulsar, graças à gentileza dos Drs. Alfredo e Mário Freire, filhos de Ezequiel, bastam quatro para provar a nossa asserção. Na poesia "Lelia", o vate considerou o seu romance de amor *um sonho evaécido, uma promessa ingrata, um desprazer que mata*:

— Porque te vi, querida?
— Porque te amei, senhora?"

"E o que resta-me agora
De tantos sonhos flóreos?
— O horrível desmentido
Duma promessa ingrata,
E o desprazer que mata".

"Meu ser — todo ternuras!
Minh'alma — tôda anelos!
Tu? — fria como os gelos
Das siderais alturas!"

Em "A Estância", dizia o poeta:

"Um riso,
Um casto olhar bem terno,
Frases onde o perfume
Das almas se derrama

Íntimo e quasi a mêdo,
Eis em quanto consiste
E a página resume
Daquele estranho drama
Cujo singelo enrêdo
Revolvo na memória”.

Um dos gestos mais audaciosos do bardo encontra-se no final da mesma poesia, em que êle insinuava à poetisa acompanhá-lo na estrada do amor:

“Eu — a encher de flôres
Cheirosas — teu regaço;
Um beijo, um ai...
Depois...
Se tu quiseras, linda...”.

Não se afastaram ambos dos ditames da moral como bem aponta o Dr. Antônio Crispiniano em suas anotações. O êxtase desejado permaneceu no campo da espiritualidade. Senão vejamos:

— “Assim tu és, querida,
— Flor que o pampeiro machucou tão cedo,
— Nívea açucena nos paúes perdida,
— Rosa de afetos, que minh'alma adora,
Sobressaltada e a mêdo
No êxtase casto de um amor puríssimo...”

Encerrando esta breve mas positiva análise dos amôres entre Ezequiel e Narcisa Amália, análise que, desenvolvida, permitiria a elaboração de alentada conferência e mesmo de um volume, podemos esmagar a maledicência e esclarecer incógnitas, contra as quais o próprio poeta, em nossa opinião, já se manifestara enêrgicamente durante a sua vida, ao repetirmos apenas um trecho da carta tão cheia de afeto, de amor, de sinceridade, e de explicação — o que vem levantar definitivamente o véu do mistério — carta lida pelo Dr. Hilário Freire em sua recente conferência, e na qual Ezequiel solicitava o consentimento da futura espôsa para lhe pedir a mão. Afirmava êle, desassombradamente, àquela que seria sua noiva, espôsa e adorada companheira: “Como garantia do meu caráter, ofereço a minha mocidade sem uma única mancha”. Sincero como foi, Ezequiel expressava um passado de moço, raro entre os homens, exemplar na conduta da juventude ante os problemas e os ímpetos trazidos pelo amor.

Desfeitas nas brumas do esquecimento e nas névoas do passado, as lembranças dos primeiros amôres da mocidade, continuam os homens a buscar um ideal que lhes traga a plena realização dos seus anseios de felicidade. Assim aconteceu com Ezequiel Freire. Enquanto Narcisa Amália, pelas contingências do destino, continuou a sua existência, Ezequiel encontrou na estrada da vida a concretização dos sonhos de poeta, o ideal que vinha procurando impulsionado pelas fôrças afetivas da sua personalidade. Encontrou-os em dona Maria Adelaide de Araújo Freire, de quem foi espôso amantíssimo e a quem dedicou os versos:

“Anjo bom do meu lar,
O’ compassiva espôsa,
Teu dulcíssimo olhar
Meigo, consolador,
Sôbre minh’alma pouosa
Como sôbre uma flor
Um raio de luar...”

“A quietação alentadora do espírito” encontrou Ezequiel no ambiente feliz do lar, como êle mesmo dizia: “É assim nos lares felizes... a alma agitada e ferida vem aqui buscar a quietude na doce paz das afeições suaves”.

“À porta, raivosamente uivando, assanha-se o cortejo de desgostos, a multidão dos pesares que nos assaltam por vêzes nas emboscadas da malevolência”.

“Oh! lar, quietação alentadora do espírito! A santidade do teu recinto afugenta a matilha dos ódios! Em teu silêncio amigo mal soa o ganido dos maledicentes anônimos que nos salteiam na vida...”

“Entra pela janela, mansamente,
A doce luz suave do luar,
Como a bênção de Deus
Ao sossegado abrigo do meu lar...”

* * *

O poeta sempre conservou acendrado culto pelas flôres, no seu dizer “Jóias fragrantas que a Natureza coloriu para encanto dos olhos e perfumou para delícia da alma”. Nos devaneios de enamorado, que transpôs para as estrofes, constantemente surgem as flôres.

A prosa de Ezequiel Freire não é menos atraente do que a sua poesia e com ela também cultuou as flôres: — “O vivo escarlate da begônia-excelsa; as fúcias rubras com âmagô roxo. Entre as rosas umas de alegre enxôfre, outras com láivos de sangue, brutalmente

desvirginadas, disséreis, pela mamangava lasciva de asas de fogo, que ao lusco-fusco desta fria madrugada veio aninhar-se-lhes nas corolas entreabertas, sedenta de amor e de mel, e lhes magoou os pistilos, e lhes amachucou as pétalas, que agora estão, como um lençol de noivado, sangrentas e amarrotadas...

“Na penumbra dos recantos, as odres pacíficas, que adormentam os olhos e fazem-nos cismar saudades de afetos: — o esmaiado azul das hortênsias; outras lavradas numa aguadilha côr de rosa; o veludo arrufado das silaginellas; e esta bordadura de piretrum acairelando de verde-gaio a linha sinuosa dos canteiros... tantas côres mansas, que nos afagam a pupila e nos levam até o fundo da alma o sentimento mimoso que também há na alma das coisas...”

Eis outra passagem, esta sôbre a música, e que tão bem prova as suas qualidades de prosador: — “Tôda a música tem som, côr, forma e cheiro. Um toque de alvorada é côr de prata transparente, com laivos auri-rosados e algum anil nos contornos. Cheira a searas florescidas. Das Marchas-Fúnebres exala-se um forte cheiro de igreja e de panos mortuários. São da côr de faces cadavéricas. Há Noturnos que dão a sensação tátil do veludo e têm a côr e o perfume dos pêssegos maduros. Outros são da côr de águas dormentes e cheiram a flôres de mato virgem... E quando, por um entardecer de outono quente e luminoso, na frescura embalsamada do jardim, cantarola-vos ao ouvido, em toada dolente, a doce voz cheirosa da mulher que amais, não vos parece estar ouvindo marulhar um córrego bordado de espinheiros florescidos?”

É delicioso e encantador acompanharmos Ezequiel a nos falar de música ou de flôres, da mulher ou de escravos, da roça ou de amôres, ou ainda de Leonardo da Vinci, Ticiano, Delacroix, Rúbens e Rembrandt, de Eurípidés, Shakespeare, Racine e Victor Hugo, de Goethe e de Corneille, de Molière e de Zola, demonstrando sempre, além de profunda sensibilidade, uma larga erudição. Em suas crônicas, não raro são apreciadas, comparadas e analisadas as obras de arte, surgem constantemente as personagens e os engenhos criados pelo gênio humano, fazendo emergir também a vasta cultura de que era possuidor.

Os autores e artistas nacionais mereciam-lhe atenção e carinho. Sômente o “Livro Póstumo” registra, entre muitas outras, as impressões e críticas sôbre José Bonifácio, o moço, Luís Murat, Raimundo Correia, Fagundes Varela, Olavo Bilac, Venceslau de Queirós e Almeida Júnior cujo centenário de nascimento vamos comemorar no mês vindouro. Não será demasia cultuarmos Almeida Júnior nesta homenagem a Ezequiel Freire que analisou parte da obra do infeliz ituano, trágicamente desaparecido e cuja memória veneramos nesta Casa não só pelo padrão da sua arte que honra a inspiração e o es-

pírito artístico do Brasil, mas também porque foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. É um ensejo feliz para rendermos tributo a dois astros da inteligência brasileira, e cujas almas se tocaram tão intimamente encontrando ambas nos motivos nacionais a mesma força inspiradora que fez um grande na poesia e o outro grande na pintura. O que Ezequiel cantou, Almeida Júnior passou para a tela, fixando ambos, no reino maravilhoso e supremo da arte, a beleza deslumbrante encerrada em nossa vida rural, emoldurada pela simplicidade rústica do caboclo e pela majestade da natureza pátria.

Vejamos como Ezequiel viu e sentiu Almeida Júnior: —

“Étnica e psiquicamente é um genuíno paulista, ituano sem jaça”.

“Retraído do bulício cismador, contemplativo, ama os sítios silvestres, os vagos rumores da mata solitária; praz-se na doce penumbra das clareiras, na contemplação dos aspectos idílicos ou grandiosos da natureza: — é a rediviva alma do bandeirante, cambiada a rude ambição das riquezas pela delicada aspiração do gôzo estético”.

“Feições acentuadas, a que a extrema e enérgica mobilidade dos músculos dá uma original expressão inteligente; negros cabelos untuosos e corredios; olhos pardos brilhantes; pele morena, firme, lucente; barba escassa, estatura meã, atitudes curvilíneas, marcha ondulante e ritmada: — na simpática figura de Almeida Júnior parecem fundidos em natural harmonia e definitivo equilíbrio os múltiplos elementos étnicos, que concorreram para a constituição da nossa raça”.

“Tendo vivido em Paris, na íntima e longa convivência da boêmia artística a flor da sua mocidade, entretanto, voltou como fôra — simples rapaz ituano. Nem o diuturno atrito dos *rapins*, nem as sugestões de *atelier* lhe temperaram o indolente sangue creoulo com o vivo cruor gaulês estimulado a flôres de mostarda, espuma de champagne e teorias de estética revolucionária”.

“A voz cantada, melodiosa e dolente tão característica na população do interior paulista; a sua prosódia ingênuamente incorreta; a frase elíptica, de estrutura primitiva, espontânea, sem nenhuma arte, fortemente ilustrada pelo gesto copioso, franco e expressivo: tal é Almeida Júnior, debuxadas a largos traços as linhas gerais do seu temperamento creoulo surpreendido em flagrante nas intimidades do *atelier*, muitas vêzes durante a hora da inspiração: quando, vindo-lhe a alma à flor dos olhos, todo nêle se anima de cativante expressão o pitoresco tipo da bela raça paulista”.

“Tal constituição fisio-psíquica robustecida pela educação técnica, devia naturalmente fazer de Almeida Júnior o criador da pintura nacional, e fê-lo, porventura”.

“A inspiração artística brasileira não está, pelo menos não a sinto eu, nem na Batalha dos Guararapes, nem na Batalha de Campo Grande, nem na Primeira Missa, nem em nenhuma das telas que ornaram as galerias da nossa Academia de Belas Artes, tão pouco transparece na grande tela de Pedro Américo — O Grito do Ipiranga, a julgar pela mediocre idéia que da pintura dão as fotografias que a reproduziram”.

“A Batalha dos Guararapes não tem côr local, tem côr de tijolo; a Batalha de Campo Grande é um quadro áulico, parecendo haver sido principalmente feito para pôr em evidência a figura do príncipe-comandante”.

“Os quadros de batalhas são em geral incaracterísticos, e para o sentimento estético de um povo pacato e bucólico como o nosso, absolutamente inexpressivos”.

“Quanto ao indianismo, quer na pintura, quer na literatura só excepcionalmente pode ser fonte inspiradora a que vá beber a Arte nacional: é um grande elemento de pitoresco, nada mais. O bugre puro, seja Peri ou Iracema, Y-Juca Pirama ou Moema, está completamente fora da vida nacional: o brasileiro é o caipira, e o gaúcho, ao sul, o tapuia, o caburé, ao norte, por tôda a parte o mulato, com variadíssima dosagem de sangue africano; e também o branco oriundo de lusos, mas abraçileirado por múltiplas influências mesológicas, no transcurso do sangue europeu através de três ou quatro gerações”.

“Desprezar êstes elementos étnicos, sair do meio em que êles proliferam, agindo e reagindo reciprocamente uns sôbre os outros para a definitiva constituição da raça brasileira, será fazer arte cosmopolita, mas é também desertar do dever que a todo o artista impõe o sentimento da nacionalidade; de uma nacionalidade, máxime, como a nossa, ainda na elaboração da sua autonomia mental, vivendo do parasitismo literário e do parasitismo artístico, pelo desamor dos seus homens de talento”.

“Que significa, por exemplo, o Cristo e a Adúltera, de Bernardelli?”

“Que temos nós com isso, para que o primeiro dos nossos escultores que pudera petrificar naquele bloco de mármore um momento da vida brasileira, retroverta o seu espírito a dezenove séculos atrás, para eternizar na obra-prima do seu escopro uma falsa tese de moral sentimental, repugnante *quand même* à consciência moderna, apesar da santidade de Jesus e do talento de Dumas Filho?!”

“É a salutar reação contra a arte de arremêdo estrangeiro que eu principalmente vejo, amo e proclamo na grande tela de Almeida Júnior — os CAIPIRAS NEGACEANDO”.

“É a aurora da sinceridade na pintura brasileira; uma insurreição contra o velho potro da Renascença sôbre o qual a obsoleta estê-

tica de Platão martirizou por tanto tempo o talento, sopitando na alma do artista a *vis* criadora da espontaneidade, infligindo-lhe a atrofiante disciplina da imitação clássica, acenando-lhe para além de toda a realidade o fantasma intangível do “*Belo*” ideal.

* * *

“Nunca tão verdadeiro me pareceu, como perante o novo quadro de Almeida Júnior, êste aforismo da estética contemporânea: “O gênio artístico é uma alegria admirativa”.

“Original de concepção, magistralmente executado, admiro naquele painel o extraordinário poder de talento, a soma enorme de trabalho consciencioso, pertinaz, paciente, que êle representa”.

“Se toda a obra de arte tem por fim transvazar da alma do artista para a do seu semelhante uma emoção, e se a emoção comunicada dá a medida do valor da obra d’arte; eu posso então dizer, com a alma comovida e vibrante: Eis-ali o verdadeiro artista! Ali está uma obra-prima!”

“Conheço-a desde quando na tela virginal ainda se esboçavam em traços indecisos os contornos daqueles dois caipiras, e os lineamentos gerais do treço de mato em que êles estão. Acompanhei-lhe curiosamente a delicada gênese: vi surgirem do nada, pela onipotência criadora do pintor, os vultos dos caçadores, pouco a pouco; a princípio mostrengos amorfos, depois, fazendo-se a luz à voz do artista, iam-se-lhes delineando os membros, salientando-se as feições, brilhando os olhos, falando os traços, até a extraordinária expressão de vida nêles agora patente com tal relêvo que cada vez mais me admiro e me comovo ao contemplá-los”.

“Agora, era a vegetação que brotava pujante do humus, a peroba que se erigia e avultava no fundo do quadro, os cipós a se estortegarem enlaçando as árvores; depois o lenho morto sôbre que verdecia a bromélia; eram os líquens e os musgos de um verde tenro e úmido, toda a miúda vegetação parasitária que aveluda as nossas matas”.

“Por último, o ar que se animava e se movia, a luz do alto céu que permeava a ramagem, iluminando a clareira, luz doce e irisada de um dia primaveril: — era a vida, enfim, que enchia a tela inteira transformada pela ilusão da perspectiva num recanto de mato-virgem, tão fielmente representado que chega a dar-nos a flagrante impressão da realidade”.

“O que principalmente impressiona nos *Caipiras negaceando* é a revelação de uma índole artística até agora a meio sopitada pelas tradições acadêmicas, mas que súbito se afirma de um modo definitivo e magistral numa obra de larga inspiração e largo fôlego; quebrando todos os liames que lhe impediam a livre expansão da originalidade,

desoprimindo-se de todos os constrangimentos do tradicionalismo de escolas”.

“Atribuo êste fato ao isolamento artístico em que Almeida Júnior tem vivido nestes últimos seis anos”.

“Durante êsse período, em freqüentes incursões pelo interior, no contato íntimo da Terra, sob os sombrios matos, caçando; ora mergulhado na vasta luz da campina, olhando ao longe, embebendo na retina a deslumbrante claridade dos descampados, ao sol; ora extático ante uma maravilha da terra — o Salto de Itu ou de Piracicaba; — sentindo a comoção imediata da Natureza; retemperando as fôrças ingênicas d’alma; suscitada a inspiração por todos êstes poderosos estímulos; — eis como Almeida Júnior, discípulo de Vitor Meireles e de Cabanel, pôde, apesar dêles, conceber e executar essa obra-prima tôda palpitante da originalidade do seu talento — os CAIPIRAS NEGACEANDO”.

Ezequiel sentira na tela de Almeida Júnior aquilo que êle mais amava: a terra e a gente brasileira.

* * *

A vida do admirável poeta e prosador não foi apenas fazer versos ou cantar a terra e a gente do Brasil. Atraído inicialmente pela carreira das armas e pela engenharia, ingressara na Escola Militar do Rio de Janeiro logo abandonada pela Escola Politécnica, onde não pôde também permanecer àquela alma irrequieta, prêsã das musas, ansiosa por expandir a inspiração que de modo algum se enquadrava na disciplina do soldado nem tampouco na objetividade matemática dos problemas aritméticos, das fórmulas algébricas ou dos teoremas geométricos. Um ambiente mais subjetivo, mais apto para o desenvolvimento e a aplicação das suas fôrças temperamentais, mais acolhedor e propício para os seus ideais literários e para os seus anseios criadores, veio encontrar na Academia de Direito de S. Paulo onde ingressou em 1876, dois anos após o aparecimento do volume “Flôres do Campo”.

Companheiro de Lúcio de Mendonça, repartiu com êste as delícias e a boêmia de uma república de estudantes, localizada no Largo da Glória, e sôbre a qual deixou preciosa nota: — Uma respeitável república, morigerada, quieta, notável pela circunspecção dos seus habitantes. Apenas, entre sete que compúnhamos a população total daquela plácida Andorra acadêmica, o Lúcio e eu matinávamos um pouco, poetando alto, declamando trechos de boa prosa. Já nesse tempo éramos amantíssimos de Ramalho e de Eça, e líamos com desmarcada voracidade os primeiros capítulos do “Crime do Padre Amaro”, que então se reproduziam na excelente revista — “República das Letras”.

Estas palavras testemunham o inclinado pendor para as atividades intelectuais, que desde a mocidade assoberbou o espírito de Ezequiel. Dos seus outros companheiros, destacavam-se Valentim de Magalhães, Raul Pompéia, Afonso Celso Júnior, Eduardo Prado, Assis Brasil, nomes que, no futuro, marcariam papel saliente na história cultural do país.

Adentrando pela vida, continuou o culto das letras. Colaborou no "Correio Paulistano", encarregando-se da secção de crônicas, sob a égide: *De Omnibus Rebus*; colaborou também na "Província de S. Paulo", na "Tribuna Liberal", na "Gazeta do Povo" e na "Gazeta de Notícias", esta do Rio de Janeiro. Várias revistas nacionais ostentaram seus artigos e crônicas. Iniciara-se no jornalismo quando ainda acadêmico, no jornal "A Consciência" onde teve por companheiro Fernandes da Cunha, além de Afonso Celso Júnior. Como homem de imprensa, escreveu contos, fêz críticas e também versos, enriquecendo a nossa literatura.

Dentro da advocacia, exerceu atividades mas, ao que parece, era um descrente de si mesmo nesta profissão, pois afirmou algures: "Eu errei a vocação; daria tudo e não cheguei a ser um advogado. Isto é uma profissão ingrata; vive-se de todos os desgostos alheios: do cliente, da parte contrária, do advogado contrário, das testemunhas". Exerceu, pelo espaço de seis meses, o cargo de juiz municipal em Araras, e, durante um ano, a cátedra de Retórica no Curso Anexo à Faculdade de Direito, cadeira que obteve em concurso disputado com João de Araújo.

A vida literária de Ezequiel Freire dividiu-se em dois períodos: o do poeta e o do prosador. Marcou o último uma forte característica: — a transformação de um poeta em um prosador que nunca, porém, deixou de ser poeta. Daí encontrarmos na produção literária da segunda fase, isto é, na sua prosa, a mesma imaginação, a mesma emoção diante da natureza, do belo e da arte, sensibilidade já revelada na poesia. A isto acrescia não só a simplicidade do estilo mas ainda a solidez e o critério dos conceitos, estaqueados na própria experiência da vida, na observação dos homens e dos fatos, e na cultura que, paulatinamente, foi acumulando no convívio diário com os livros. Interessava-se por tudo, particularmente pela arte, pelas flôres e pelo Brasil. Sua residência, conta Venceslau de Queirós, era adornada de quadros, pratos artísticos, preciosas gravuras, louças da China, objetos todos que davam ao ambiente os atributos do encantamento e da harmonia. Esteta, na acepção lata da palavra, notava-se a alma do artista em tudo que lhe dissesse respeito "Tanto na fatura do verso como no laço da gravata ou no adorno do lar", conforme palavras de Artur de Almeida Tôres, um dos seus biógrafos.

Se como poeta, foi Ezequiel Freire consagrado pela opinião de Machado de Assis, como prosador mereceu a crítica favorável de um dos lumináres da língua portugêsa, Ramalho Ortigão, companheiro de Eça de Queirós, e celebrado autor de "Holanda", que opinou em carta ao próprio Ezequiel Freire: "Sòmente ontem aqui no Rio, li o conto encantador que me dedicou na "Província de S. Paulo". Esta página é uma obra-prima. Pela intensidade do colorido e pela vibração do sentimento local, recorda-me alguns trechos da vida rústica da Rússia, narrados por Tourgueneff ou por Tolstoi. Além disso, para o encanto do meu ouvido, você tem o vocábulo o mais preciso, o mais nítido e o mais forte. A sua bela prosa neste precioso conto soa como um punhado de moedas de ouro saídas da cunhagem áspera das serrilhas — frescas, reluzentes e sonoras de têmpera e liga".

Ramalho Ortigão referia-se ao conto intitulado Pedro Gobá já por nós citado e no qual Ezequiel pintou ao vivo uma passagem da escravidão negra no Brasil, de mistura com episódios da vida em uma fazenda cafeeira. Na dedicatória ao companheiro de Eça de Queirós, revelou o íntimo de abolicionista, dizendo: — "Felizmente para vós, grande alma de artista, e felizmente para nós brasileiros, viestes à nossa pátria, que vos honra e vos ama, já quase a findar-se a tragédia negra em que temos representado o vergonhoso papel de verdugo de uma raça bruta e mísera".

"Justo que sois, que confessastes a proveniência histórica desta herança de sangue e lama; e atribuindo à vossa pátria metade do crime, atenuastes de metade a responsabilidade da minha pátria".

"Que os vossos olhos encontrem no seio desta Natureza americana belezas em que agradavelmente pousem para que não os atraia, magoando-vos a sensibilidade de artista e revoltando-vos a consciência do filósofo e do crítico, esta mancha da nossa pátria — o negro".

Da poesia "Escravos no Eito", tão justamente encomiada por Narcisa Amália, há duas estrofes de profundo efeito sentimental que o poeta arrancou da cruel realidade apresentada pela escravidão:

"Ei-lo o cativo, o mísero
condenado ao sacrifício
de um execrando flagício,
de um horrível cativoiro:
no vasto mundo — sem pátria,
no chão da pátria — sem teto,
no exílio — sem um afeto,
sem lar no universo inteiro!"

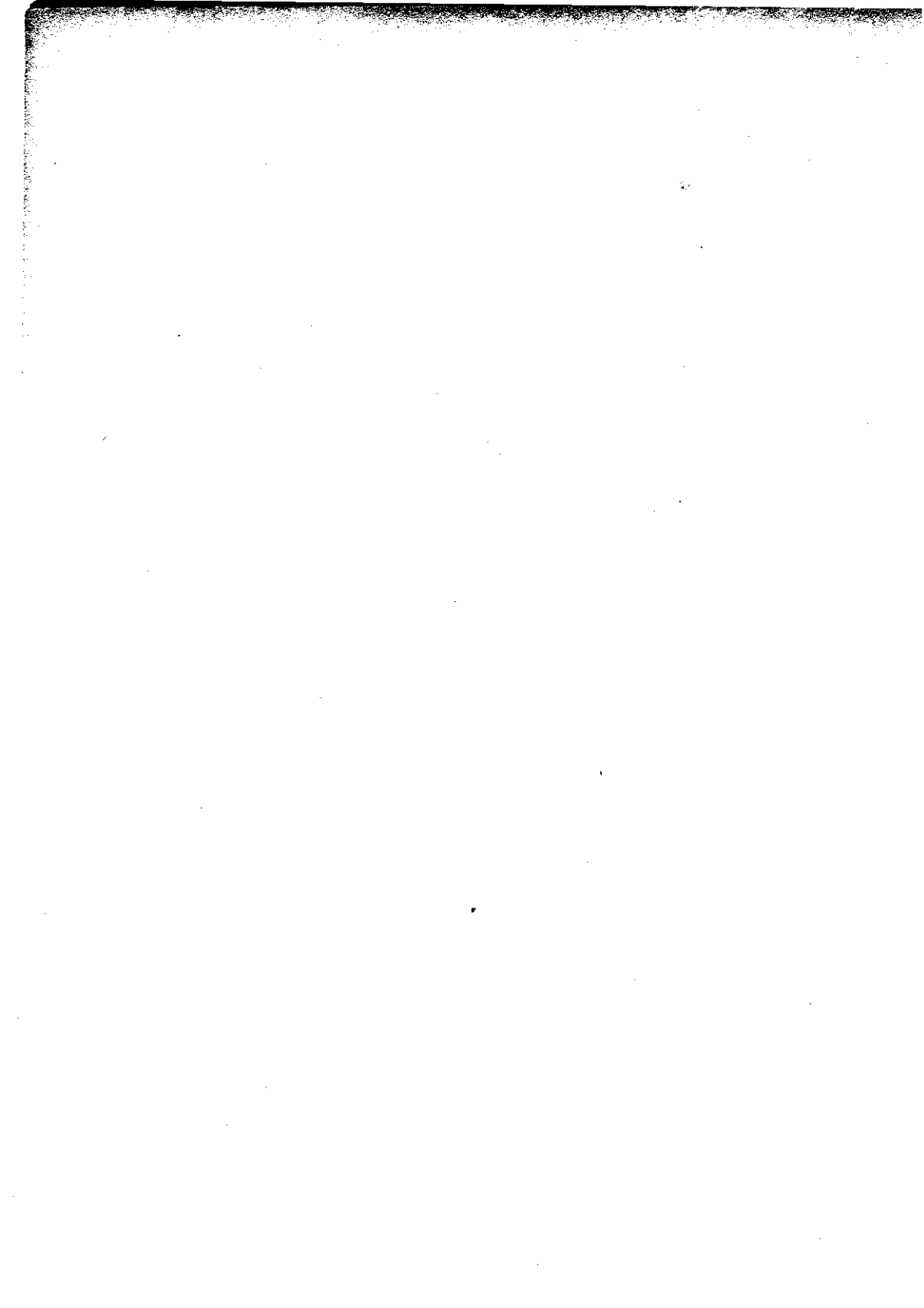
"Nas multidões, sem família;
não tem sorriso — nas salas,
ar — nas imundas senzalas,
singela cova entre os seus!
Calcado aos pés — pela América,
proscrito — do Mundo Velho,
mártir — sem luz do Evangelho,
Filho de Cristo — sem Deus!

* * *

O destino não permitiu a Ezequiel Freire uma longa existência. Nascido em Rezende aos 10 de abril de 1850, faleceu em Caçapava com pouco mais de quarenta anos. Curta, porém fecunda existência tão bem utilizada para semear idéias e sentimentos, para cantar a natureza brasileira, para fremir ante as belezas da nossa vida de campo, para aspirar o perfume das nossas flôres, para ouvir o canto de nossos pássaros, o murmúrio dos nossos rios e das nossas cascatas, para sentir, enfim, vibrando em tôda sua pujança, a alma da terra brasileira.

Na lápide marmórea que lhe recobre o túmulo em Caçapava, existe uma gôta de água perene que o povo não sabe de onde vem, que resiste ao calor dos raios solares e que o nosso emérito Francisco Pati atribuiu, firmado na voz popular, à santidade de todos os poetas.

O povo de Caçapava está enganado, não atinou ainda com a causa daquela milagrosa gôta de água, pois ela é, na realidade, a lágrima perenemente renovada que a Pátria derrama sobre o túmulo de quem tanto a quis no amor à sua gente e à sua terra.



Parecer da Comissão Nomeada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para Examinar, no Arquivo do Convento do Carmo de Santos, um Documento Sobre a Fundação de São Paulo

*Américo de Moura, Relator.
Tomás O. Marcondes de Sousa
José Pedro Leite Cordeiro*

Com o louvável desejo de contribuir para o conhecimento da verdade histórica a respeito da fundação da vila de São Paulo de Piratininga, que supõe deturpada pela tradição e pelos estudos até agora feitos, e sem o propósito de impor as conclusões a que chegou, dando-nos salutar exemplo de espírito crítico a animar a pesquisa científica no campo da História, o nosso ilustre consócio Frei Timóteo van den Broek veio a público em 26 de março de 1952, pelas colunas de "O Diário", de Santos, comentando em entrevista que concedeu a esse jornal um documento, de que apresentou reprodução fotostática, no qual entendia ver — ou a declaração de que em 24 de janeiro de 1550 já existia a vila de São Paulo, ou a de que precisamente nessa data foi a sua ereção determinada por el-rei de Portugal. E solicitou a quantos pudessem fazê-lo o estudo desse problema, que mais do que qualquer outro se enquadra no estrito campo das atividades do nosso sodalício.

Para o estudo que se antolhava difícil do caso, imediatamente, um dos signatários deste parecer, como não temos no Brasil os necessários recursos, pediu a colaboração de autoridades portuguesas na matéria, mas, embora tenha encontrado tôda a boa vontade da parte dos nossos consócios dalém mar, dêles não obteve ainda contribuição suficiente para uma cabal solução do problema. Tal o motivo por que mais cedo não foi êle aventado no Instituto.

Em 22 de agosto, porém, a "Fôlha da Noite", desta capital, reproduziu, em artigo de um dos seus colaboradores, com o mesmo re-

tumbante título — “NEM ANCHIETA NEM NÓBREGA!” — a entrevista de Frei Timóteo. Já não poderia o Instituto silenciar ante essa bomba atômica. Deliberou estudar a questão levantada, incluindo-a desde logo na pauta dos seus trabalhos. Daí ter-nos distinguido o nosso eminente Presidente Perpétuo, Sr. Dr. José Tôrres de Oliveira, para constituir a comissão especial encarregada do exame do documento em que se estribou Frei Timóteo na sua argumentação.

No desempenho de tão honroso cargo, dirigimo-nos a Santos, ao tradicional Convento do Carmo, onde gentilmente nos acolheu Frei Timóteo, facultando-nos o exame do documento, dando-nos as informações de que necessitávamos e fornecendo-nos a fotocópia que a êste se junta.

Embora não seja perfeitamente legível o nome do escrivão que o produziu, é o documento, evidentemente, uma peça oficial, em mau estado de conservação, escrita em 18 de fevereiro de 1550, em Lisboa, em duas fôlhas de papel, da primeira das quais ocupa inteiramente as duas laudas, e da segunda apenas uma. Nêle se reproduz, em traslado, um alvará dirigido por el-rei a Tomé de Sousa, em 24 de janeiro do mesmo ano, alvará que não transitou pela chancelaria e que estava em poder de João Pires Cubas.

Sem dúvida pertenceu ao arquivo de Brás Cubas, tendo sido pessoalmente obtido em Lisboa pelo pai dêste, o referido João Pires Cubas, e por um ou outro trazido para o Brasil no ano seguinte. Como os demais papéis dêsse arquivo, por morte de Brás Cubas passou ao de seu filho Pedro Cubas, e por morte dêste para o do Convento do Carmo de Santos. Neste entrou, conseguintemente, há mais de 300 anos.

E sem dúvida estava êle em boas condições de legibilidade, quando Frei Gaspar empreendeu suas pacientes e cuidadosas pesquisas no arquivo do Convento, no século XVIII. Se o grande beneditino dêle nenhuma notícia nos deu, é naturalmente porque nêle não viu o que pretende ter visto Frei Timóteo. Seria possível escapar à sua argúcia fato de tanta importância histórica?

Do arquivo do Convento do Carmo de Santos, saíu há anos êsse documento, em companhia de outros, quais os que foram divulgados no vol. VI de nossa “Revista”, trazido a São Paulo pelo cônego Luís Alves e confiado ao Dr. Manuel Pereira Guimarães, do Instituto, para o estudo dos direitos que a Ordem entendia ter a terrenos situados em São Paulo, como sucessora de Brás Cubas. Também êsse saudável membro do nosso sodalício, no estudo que então fez e publicou, aproveitando o precioso material daquele arquivo, nada nos diz dêle. Como explicar o silêncio até do historiador que foi advogado dos carmelitas? Se os papéis que lhe foram confiados já tinham sido selecionados entre os demais do arquivo, e se entre êles achou o Dr.

Guimarães matéria de valor histórico, por que teria desprezado o documento em questão? Se o conseguiu ler, evidentemente não encontrou nele o que agora se pretende.

Depois disso, piorou muito o estado de conservação do documento. Como os demais, foi êle devolvido, em São Paulo, a Frei Antônio Moniz, último prior brasileiro da Ordem, e pôsto num saco, mal guardado em baixo de uma escada do Convento de São Paulo. Ai o encontrou Frei Maurício Lanns, depois da reorganização da Ordem, tendo êsse saco de papéis velhos por cima, como nos informou Frei Timóteo, outro com batatas em decomposição...

Frei Maurício, finalmente, restituiu o documento ao arquivo de Santos, classificando-o como ilegível, na gaveta 53-A do mesmo arquivo.

* * *

Nos têrmos em que Frei Timóteo colocou a questão, admitindo-se, para argumentar, como certa a sua leitura ou tradução do documento, não se poderá admitir que o alvará régio de 24 de janeiro tenha tido por objeto a criação da vila de São Paulo, de modo a ser por esta data, com o prazo de 24 horas para publicação do ato, explicado o nome que teve a vila, conforme essa opinião, quatro anos antes da fundação do Colégio dos jesuítas no campo. Ao primeiro exame, sem necessidade de maior reflexão e novas diligências, cai uma das alternativas a que chegou Frei Timóteo no seu comentário. Muito diferente seria a forma de um ato de criação de vila. Não precisamos de insistir em matéria rudimentar de direito administrativo.

Ficará de pé a outra, isto é, a de que já estava então criada a referida vila? Teria sido a sua criação anterior à vinda do primeiro governador geral para o Brasil?

Nesse caso, quando e por quem teria sido criada a vila de São Paulo?

Aventou o nosso eminente consócio a "hipótese", ou as "hipóteses" de ter sido a criação feita ou por João Pires Cubas ou por seu filho Brás Cubas, como senhor, êste, de vastíssima sesmaria, em que entende estavam compreendidas as terras de Piratininga. Assim, teria ocorrido o notabilíssimo fato entre os anos de 1540 e 1550.

Mas os donos de sesmarias, por maiores que fôsem estas, nunca tiveram a atribuição legal de criar vilas em suas terras. Tinham-na os donatários das capitâneas, e, por êstes, os seus loco-tenentes. Foi com êste poder, não com o de proprietário de terras no Enguaguaçu, que se admite ter sido Brás Cubas quem deu foro de vila a Santos. Poderia, portanto, êle, como governador da capitania, ter feito o mesmo em relação a São Paulo. Não há dúvida. Mas semelhante ato não deixaria de ter especial registro, e, perdido que êste fôsse, como aconteceu com o outro, não deixaria de ter imediatas e sucessivas

conseqüências, que bastariam para atestá-lo. E nada, absolutamente nada, na história da capitania, serve de apóio a essa hipótese, que também cai como a outra.

Se, pois, "argumentandi causa" e tão somente assim, admitirmos que o documento declara a existência em 1550 da vila de São Paulo, o que se sabe da história vicentina apenas deixa uma saída lógica para a incerteza em que ficamos. É a de uma outra hipótese, que o nosso distinto consócio, Carvalho Franco, enunciou no "Diário da Noite" de 4 de setembro, logo depois da segunda publicação da entrevista de Frei Timóteo e pouco antes da nossa diligência em Santos: A vila de São Paulo, que existia em 1550, era a que em 1532 Martim Afonso criou em Piratininga... Mas o que, salvo essa opinião singular, consideramos certo é que a suposta "vila" de 1532 não chegou a ter existência real ou a teve efêmera; é em suma que, tendo esfriado o entusiasmo com que tão cedo se tentou a colonização do campo, neste só permaneceu, durante muitos anos, um português, o pré-afonsino João Ramalho, o afinal fundador, não da vila, mas da povoação de Santo André, onde se lhe juntaram alguns outros destemidos colonos, em vida que somente de 1553 em diante começou a tornar-se civilizada.

Não se pode, pois, sustentar nenhuma das alternativas a que chegou Frei Timóteo, mesmo admitindo, como experimentámos fazer, que a sua leitura do documento fôsse em linhas gerais aceitável. E isto, em verdade, conscienciosamente, não podemos admitir.

* * *

O exame do documento a cada passo faz-nos lembrar o às vêzes ingênuo comentário de leitores medievais de manuscritos antigos: — "Graecum est; non legitur". Foi o que pensou Frei Maurício. E o próprio Frei Timóteo, em sua transcrição, viu-se obrigado a encher linhas e linhas de reticências, que ostensivamente desafiam a perspicácia dos paleógrafos, e perfeitamente equivalem àquele conceito simplista. E consagrou êle meses e anos ao estudo do texto, que já o seu confrade considerara ilegível.

A leitura é realmente difícil. Muito mais do que Frei Timóteo, nela teremos de recorrer a reticências, não só pelo mau estado do documento, como por natural deficiência nossa.

Não o analisaremos, pois, integralmente, como é de desejar. Nem é isso essencialmente necessário, para um trabalho preliminar, como o a que aqui nos propomos, certos de que assim daremos conta sofrível da missão que nos foi confiada, dispondo os primeiros elementos que se têm para a solução do problema.

É na primeira página do documento que Frei Timóteo supõe haver expressa referência ao fato de haver sido João Pires Cubas en-

carregado de fazer um rol dos moradores da vila de São Paulo. Limitar-nos-emos, pois, ao exame dessa página, que procuraremos reproduzir com o auxílio que nos deu o próprio Frei Timóteo e com o de tôdas as luzes a que pudemos recorrer para suprir falhas das nossas.

O que nessa página conseguimos ler é o seguinte:

- 1 — Saibam quantos este pubrico estr.^o dalvará virem
- 2 — e o conhecimento dele em dr.^o pertencer que no anno do
- 3 — nacimiento de nosso S.^{or} Jh. X.^{to} de myl e quynhentos
- 4 — e cyncoenta annos aos xviiij dias do mes de fevereiro
- 5 — en esta cid.^e de lixboa
- 6 — e Juiz do cível
- 7 — ... en a dita cid.^e e termos..... e perante dito juiz
- 8 — pareceu hũ omê chamavam Joham
- 9 — Piz, cubas o ql. apresentou ao dito Juiz hum al-
- 10 — vará de El rey nosso senhor cujo trelado se sege-
- 11 — Eu el rey faço saber a vos Tomé de Sousa fidalguo
- 12 — da mynha casa Capitão da bahia de todos os santos
- 13 —
- 14 —
- 15 — capyta-
- 16 — niya de sam vy cemte q. he de martim a.^o de Sousa do
- 17 — meu conselho tenha gastadô algum dr.^o dos
- 18 — dir.^{toa} que pertencem a mynha fazenda
- 19 —
- 20 —
- 21 —
- 22 — hum rol dos
- 23 — assinado por vos ou pelo pro-
- 24 — vedor mor da mynha fazenda nas ditas partes
- 25 — o ql. rol será enviado ao L.^{do} brnardino miz.
- 26 — do meu desembarguo e Juiz dos feitos da mynha
- 27 — fazenda e negocio da Índia p.^a com seu pincer
- 28 — o que for justiça

No princípio da página 2 termina o traslado dêste alvará em poucas linhas, tendo antes da data e das assinaturas a declaração da sua validade embora não passasse pela chancelaria.

* * *

Na transcrição que acabamos de fazer nada se encontra que diga respeito ao campo de Piratininga. Ao contrário, como adiante demonstraremos, o texto que tão incompletamente apurámos se ajusta a uma situação de fato em que, naquela ocasião, se encontravam pe-

rante a fazenda real os moradores das duas vilas do litoral. Estamos convencidos de que os que melhor do que nós conheçam os mistérios da escrita quinhentista, e mais felizes do que nós consigam superar as dificuldades acrescidas pelo tempo, com os seus estragos, à leitura do documento, preenchendo as lacunas que deixamos, não alterarão substancialmente o que nos atrevemos a traduzir.

Mas, como atrás se disse, aí supôs Frei Timóteo haver referência expressa à vila de São Paulo, e temos de mostrar porque divergimos da sua leitura nesse ponto capital.

Segundo o nosso ilustre consócio e infatigável pesquisador, no fim da linha 22 e comêço da linha 23, se encontra a frase — “Hum rol dos de vila (?) de S. Paulo”. Nenhuma dúvida tivemos em concordar com a sua leitura do princípio dessa frase — “hum rol”. Es-tacamos, porém, na interpretação das palavras que exprimem o deter-minante gramatical do “rol”. Achamos impossível que ali se leia “vila”, e mais ainda “S. Paulo”. Se algo significa' o ponto de interrogação que na transcrição de Frei Timóteo vem em seguida à pala-vra “vila”, isso quer dizer que foi êle mesmo quem pôs em dúvida a sua leitura, e não devemos ser mais realistas que o rei. Aliás, com essa palavra, foi infeliz o nosso digno consócio, pois linhas atrás, no princípio da linha 16, a leu no final da palavra “capitania”. — Acresce que não teria propriedade, em documento como êsse, a construção “os da vila”, para significar “os moradores da vila”, como pretende Frei Timóteo, sem devido esclarecimento dos antecedentes lógicos desse sentido, e que, no curto espaço de dois centímetros, ocupado no fim da linha 22 pela pretendida expressão “da vila”, nada mais foi escrito antes das letras que Frei Timóteo assim interpretou. — Mas basta a dúvida em que êle mesmo deixou aí a sua decifração do texto para justificar a que exprimimos pelas nossas reticências. — “Graecum est”...

Não teve Frei Timóteo a mesma dúvida ao ler como “S. Paulo” a primeira palavra escrita na linha 23, palavra evidentemente iniciada pelo grupo de consoantes “sp”. As autoridades em paleografia que nos foi possível consultar repeliram essa leitura, e não foram acordes na que preferiam, salvo no fato de aí sòmente acharem uma palavra. Para uma delas, nesse passo teríamos o verbo “spreveu” — escreveu. Depende naturalmente do contexto ver-se se fica bem uma interpretação como essa ou outra como “sprivão” — escrivão. — A essa razão para não aceitarmos a interpretação de Frei Timóteo juntamos outra: Se o escrivão pretendesse designar pelo suposto nome a suposta vila, não o teria assim abreviado, grafaria “Sam Paulo”, como atrás grafou “Sam Vicente”. Ficam assim justificadas as nossas reticências também neste passo.

Se tentássemos, em trabalho apressado, apresentar neste relatório uma tradução integral do alvará de 1550, naturalmente incidiríamos em erros maiores do que os que atribuímos à tradução de Frei Timóteo, que nêles descobriu uma referência à vila de São Paulo, cousa que passou despercebida a Frei Gaspar, ao Dr. Pereira Guimarães, a nós e aos entendidos que consultámos para bem cumprir o nosso dever.

Mas, aproveitando os esparsos elementos positivos que, repetimos, com o auxílio, de valor inestimável, do próprio Frei Timóteo, conseguimos apurar na transcrição acima apresentada, encadeando-os com os dados que temos a respeito das relações entre os moradores das vilas do litoral e os oficiais da fazenda real no referido ano, algo podemos conjecturar sôbre a natureza do documento em discussão.

Sabe-se que Brás Cubas foi governador da capitania de 1545 a 1549, e que nesse período foi Antônio Tinoco o provedor da fazenda real na mesma capitania. E outros oficiais então houve na governança' do nosso litoral, a quem incumbia zelar pelos interesses do fisco.

Estabelecido o govêrno geral, criado o cargo de provedor-mor na Bahia, para o qual foi nomeado Antônio Cardoso de Barros, em 17 de dezembro de 1548 se baixou o Regimento dessa autoridade, de que constam as seguintes prescrições:

“Em cada uma das ditas capitánias, tanto a que a elas fordes, fareis vir perante vós O PROVIDOR, ALMOXARIFE E OFICIAIS DE MINHA FAZENDA que nelas houver, e sendo presente o escrivão do vosso cargo, vos informareis dos ditos oficiais QUE DIREITOS TENHO E ME PERTENÇAM na tal capitania e COMO SE ARRECADARAM até então, e se foram arrendados ou arrecadados para mim, e SE FOI TUDO CARREGADO EM RECEITA, e PER QUE PESSOAS E SOBRE QUE OFICIAIS E EM QUE SE DISPENDEU O DITO RENDIMENTO, e pera' isso tomareis contas às ditas pessoas e o que achardes que dispenderam lhe levareis em conta, e o que ficarem devendo fareis arrecadar dêles aos, tempos e pela maneira que mais meu serviço vos parecer, e o trelado das arrecadações das contas que se tomarem enviareis aos meus contos do reino”.

(“Hist. da Col. Port. do Br.”, III, 351).

Embora nos falte documentação, nenhuma dúvida se poderá ter sôbre os fatos que assim enunciamos: Em 1549 o provedor-mor chamou a' contas Antônio Tinoco e outros oficiais vicentinos e remeteu a Lisboa o traslado dessas contas, para ulterior procedimento.

Nada disso ficou registrado no primeiro livro da provedoria, precioso códice conservado na Biblioteca Nacional (I, 19, 7, 2) e já publicado. Nos assentamentos desse livro encontramos apenas três referências ao provedor Antônio Tinoco, a saber:

1) Em 17 de junho de 1550 foi designado para também ter jurisdição na capitania de Santo Amaro (B. 24).

2) Em 23 do mesmo mês e ano foi encarregado de obrigar os senhores de engenhos das duas capitanias a fazê-los funcionar, para o bem da fazenda (B. 28).

3) Em data incerta, tinha embargado o desembarque de peças de Francisco de Barros de Azevedo, ato que foi anulado em 10 de fevereiro de 1552, quando Antônio Cubas já era o seu sucessor na provedoria (B. 40).

Outro documento nos fala de Antônio Tinoco, como provedor até 1550.

Com pequena incongruência de data, que se pode atribuir a leve erro de leitura de algum dos originais, vemos que em 10 de junho de 1550 o provedor-mor nomeou Antônio Cubas para substituir na provedoria a Antônio Tinoco, "que ia para o reino" (Leite Cordeiro, "Brás Cubas", p. 133 do texto datilografado).

Não será demasiado supor que essa viagem, em 1550, e a não recondução de Antônio Tinoco ao cargo, tenham alguma conexão com a sua anterior prestação de contas, que tinha processo em andamento, em Lisboa, nos contos da real fazenda, e, provavelmente, no foro comum, para cobrança do que se considerasse a ela devido. E de tal processo naturalmente constaria mais de um rol — o das despesas em que o dinheiro do fisco fôra empregado, e o dos oficiais e moradores "do litoral" pelo mesmo ou por outros títulos considerados em débito. Nesse processo poderia intervir João Pires Cubas, em defesa dos interesses de Antônio Tinoco, ou dos seus próprios, ou dos de Brás Cubas, ou dos de outros moradores de São Vicente e Santos.

Cremos que as contas desse provedor foram afinal aprovadas, sem desdouro para êle, pois em 1551 *el-rei tomou em consideração* um atestado por êle dado a Brás Cubas, de despesas feitas por êste, de sua fazenda, na defesa da capitania, quando capitão-mor ("Rev. Inst. Hist. S. Paulo, XLIV, p. 310), e neste mesmo ano outro alvará régio aponta como responsáveis pelos gastos indevidos dos dinheiros de el-rei na capitania de São Vicente não êste ou aquêle indivíduo, mas os moradores... Dêsse outro documento passamos a tratar.

Em 25 de junho de 1551, el-rei baixou o seguinte alvará, que vem reproduzido na citada obra de Leite Cordeiro, de cópia feita por D. Adelina Morosini:

“Eu El Rei faço saber a vós Tomé de Sousa do meu Conselho, capitão da cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos e Governador das terras do Brasil e ao Provedor de minha fazenda em elas que os MEUS OFICIAIS E MORADORES DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, de que Martim Afonso de Sousa do meu Conselho é capitão me enviaram dizer que pelas guerras que na dita Capitania de São Vicente sucederam até fim do ano de 549 lhes foi necessário fazer muitas despesas de sua fazenda E DA MINHA, e que nisso tinham despendido despesas MIL E OITOCENTOS CRUZADOS DE MINHAS RENDAS com que a dita capitania se susteve até vossa ida, pedindo-me por mercê de lhes quitar os ditos mil e oitocentos cruzados, e de os mandar levar em conta AOS OFICIAIS QUE OS DESPENDERAM e havendo respeito ao que assim pedem, e o serviço que a Deus e a mim fizeram em sustentar a dita capitania, o que boamente não poderá ser sem se fazerem as ditas despesas hei por bem e me praz QUE NÃO SEJAM CONSTRANGIDOS A PAGAR OS ditos mil e oitocentos cruzados, e que por êste se levem em conta AOS DITOS OFICIAIS QUE OS DESPENDERAM e porém os governadores (ou moradores ?) de dita capitania sejam obrigados de dar todo serviço necessário para as obras da fortaleza que a seu requerimento ora mando fazer na dita Capitania, até de todo ser acabada, posto que monte mais ou menos no dito serviço que os ditos mil oitocentos cruzados. Notificava-o assim e ao dito provedor de minha fazenda na dita Capitania de São Vicente, a que por êste modo que dando os ditos moradores tôda ajuda e serviço, que de sua parte fôr necessário para a dita obra além do que nela mando despender de minhas rendas e das do dito Martim Afonso, NÃO OBRIGUEM OS DITOS MORADORES A PAGAR A dita quantia, nem parte alguma dela E PASSE CERTIDÃO AOS OFICIAIS QUE A DESPENDERAM PERA LHES SER LEVADA EM CONTA e sendo caso que os ditos moradores tenham dúvida a dar todo serviço para as obras da dita fortaleza e conforme a traça que de cá vai E QUERENDO ANTES PAGAR OS DITOS MIL E OITOCENTOS CRUZADOS, os fará CARREGAR EM RECEITA sôbre o almoxarife da dita obra PARA OS DÉLES ARRECADAR e despender nelas da maneira que há de ser o mais dinheiro que para isso lhe há de ser entregue, porque COM ESTA CONDIÇÃO E DECLARAÇÃO LHES QUITO OS DITOS MIL E OITOCENTOS CRUZADOS e êste se cumprirá inteiramente, como nêle se contém, pôsto que não passe pela chancelaria sem embargo da or-

denação em contrário. Adrião Lúcio o fez em Almeirim a 25 de junho de 1551. André Soares a fez escrever". (Arq. Inst. Hist. e Geogr. Bras., Est. 1, 2, 16, Cons. Ultram., vol. II, pág. 79v a 81. Reg. ant., fls. 320).

Dêste diploma o que se apura é que na prestação de contas de 1549, Antônio Tinoco ficara responsabilizado pela despesa de 1.800 cruzados da fazenda real, e que no processo de 1550, corrido em Lisboa, livrou-se dessa responsabilidade, que passou a ser dos moradores da capitania, isto é, dos moradores de São Vicente e Santos, únicas vilas nela existentes. E a estes, em 1551, NÃO lhes quitou el-rei a dívida: obrigou-os a pagá-la, em dinheiro ou em serviços pre-estabelecidos.

Isso foi o que Antônio Tinoco em 1550 ou 1551 conseguiu em Lisboa. E como um dos participantes dêsse processo é que, antes da ida de Antônio Tinoco para o reino, lá promovia diligências João Pires Cubas — as de que é atestado o documento em discussão.

* * *

Claro fica neste parecer que nêle não temos a pretensão de dizer a última palavra sôbre a leitura completa do documento, limitando-nos a contestar que nêle se encontre a indicação da existência da vila de São Paulo em 1550. Apressámo-nos na sua elaboração com o desinteressado intuito de facilitar aos nossos consócios e a quaisquer outros estudiosos da nossa História, o estudo do problema suscitado. Paleógrafos competentes, com maior ou menor esforço, poderão melhor do que nós decifrar o texto do documento de que se conserva o original no arquivo do Convento do Carmo de Santos e de que aqui se junta a fotocópia. E, seja qual fôr o resultado a que nesse estudo se chegue, bem empregado consideraremos o tempo que nêle gastámos e o trabalho que nêle tivemos.

São Paulo, 30 de setembro de 1950

- aa) *Américo B. A. de Moura*, Relator.
Tomás Oscar Marcondes de Sousa.
José Pedro Leite Cordeiro.

José Carlos Tôrres de Oliveira

J. P. Leite Cordeiro

Envoltas em crepe abrem-se, hoje, as portas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a fim de cultuarmos a memória de José Carlos Tôrres de Oliveira que, pelo espaço de quarenta e sete anos, tanto quanto uma existência, serviu devotadamente aos altos e nobres ideais desta Casa. A sua personalidade de homem honesto, digno, culto, e bom, contribuiu para mais elevar o nome da Instituição, e, houve época em que as suas energias, a sua força moral e a dedicação ao sodalício, impediram que o Instituto descambasse, irremediavelmente, para um mau caminho em cujo percurso seriam desvirtuadas as finalidades dêste tradicional e glorioso reduto da cultura brasileira.

Ingressando para o quadro social aos 20 de julho de 1903, proposto por Manuel Pereira Guimarães, Francisco de Campos Andrade, Augusto César de Miranda Azevedo, Domingos Jaguaribe, e trazendo as credenciais de homem de letras e advogado ilustre, desde então se tornou figura constante e saliente nas realizações associativas, transformando-se pouco a pouco em elemento imprescindível para se tornar, após algum tempo, membro integrante da Diretoria, e, numa bela trajetória administrativa, ser guindado ao alto pôsto de Presidente.

A orientação de Tôrres de Oliveira na suprema direção de nossos trabalhos mostrou-se tão acentuadamente benéfica, revelando-se êle o mais valente lidador para o bem da nossa coletividade, que terminou por ostentar o honroso título de Presidente Perpétuo, único até então concedido aos nossos presidentes. A disposição estatutária que conferia tal título, assim se justificava em proposta aceita na sessão de 6 de maio de 1932: "O Sr. José Tôrres de Oliveira conduziu-se de tal maneira que elevou sobremodo o nome desta instituição. Por êsses e muitos outros trabalhos que demonstram o seu desejo de colocar o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo no

lugar que de direito lhe pertence no nosso meio intelectual, êle é digno de tôda a nossa admiração e do nosso reconhecimento”.

Realmente, integrara-se êle de tal modo às atividades do Instituto que Afonso José de Carvalho, ao homenageá-lo, não trepidou em apontar na associação a “perpétua namorada” de Tôrres de Oliveira. Daí a explicação da sua perpetuidade nos supremos destinos do Instituto, efetivando-se oficialmente aquela correspondência amorosa sob a proteção e o amparo de todos os integrantes do quadro social.

Desde a sua entrada para o Instituto, mostrou-se Tôrres de Oliveira um temperamento combativo, qualidade de que deu, através do tempo, sobejas provas. Devemos, porém, notar que a sua combatividade sempre se impulsionava pelo bem, pelo amor, e para a maior glória desta Mansão.

De suplente de segundo secretário, cargo para o qual elegeram-no em 1908, passou, no mesmo ano, a segundo secretário e, em 1913, a primeiro secretário, permanecendo em atividade até 1916. Para a boa marcha das instituições associativas, todos nós sabemos qual a importância da secretaria e do valor de quem nesse cargo é investido. Em regra é o secretário quem coordena as funções da entidade, entrosando não só os membros da diretoria mas também a produção dos vários setores em que se dividem as atividades da instituição, descansando o presidente, preservando-o, poupando-o a fim de que possa êle, livre e desembaraçadamente, cuidar, no conjunto, dos destinos da instituição. O secretário é o cooperador direto, o executor da presidência. Tivemos exemplo disso naquele saudoso Max Fleiuss que, durante tantos anos, sãbiamente coordenou as realizações do Instituto Histórico Brasileiro, em íntima, harmônica e esclarecida cooperação com Presidentes da envergadura de Afonso Celso e de José Carlos de Macedo Soares. No Instituto de São Paulo, Tôrres de Oliveira compreendeu perfeitamente a função de secretário, cumprindo-a de tal modo que mais renome nos trouxe.

Não se cansara de nos servir na Secretaria, quando dali o tiraram para outro cargo de suma importância, o de Tesoureiro, ocupado até 1922, ano em que de tal porte era a fôlha de serviços por êle apresentada que não seria possível deixar de promovê-lo a Vice-Presidente. Havia já dezenove anos que se mostrara, como bem o disse Afonso José de Carvalho, o mais assíduo de todos os consócios. Já não mais sentíamos apenas o reflexo de um simples namôro com a Instituição. Tratava-se positivamente de desesperada paixão, satisfeita em 1930 quando se tornou Presidente do Instituto em sucessão a Afonso Antônio de Freitas.

As suas atividades não se resumiram, porém, aos cargos que vinha ocupando. Estenderam-se também às chamadas comissões téc-

nicas. Honrou com o seu nome, a comissão de admissão de sócios em 1907, a de ciências, numismática e arqueologia em 1916, a de redação da revista em 1917 e em 1929, e a de Geografia em 1922.

Empossado que fôra na Presidência em 1930, conferiram-lhe os estatutos, dois anos mais tarde, o título de Presidente Perpétuo, tão ufanamente por êle ostentado até os derradeiros dias da existência. Possuía razões para isso e nas esferas da vida íntima, no seio dos amigos que não pertenciam ao Instituto, no aconchego do lar, por vêzes deixava transparecer o orgulho em ser o nosso Presidente, atitude que tanto orgulhava também ao Instituto.

A Presidência Perpétua de Tôrres de Oliveira, se a alguns desconsolava, se a outros indispunha e rebelava, se a muitos invejava, teve o dom, a virtude de salvaguardar o Instituto contra os ataques da ambição, da cobiça torpe de quantos esbarraram na couraça de integridade moral que revestia o homem em posse do título de nosso Presidente Perpétuo. E durante a sua gestão quanto não realizou o Instituto? Atestam-no as páginas da revista, os nomes que se acolheram sob o nosso teto agasalhador, as celebrações dos quadricentenários vicentino e anchietano, dos tricentenários da aclamação de Amador Bueno e de Ubatuba, do primeiro Congresso de Numismática Nacional, as comemorações da criação do Bispado de S. Paulo, quando tivemos a presença de Sua Excia. Reverendíssima o Arcebispo Paulopolitano acompanhado de outros quatro bispos paulistas, o centenário de Antônio Prado, que nos trouxe a fina flor da sociedade paulistana e o que havia de mais representativo no mundo oficial e intelectual. Poderíamos ainda citar outros sucessos como as homenagens a Prudente de Moraes, Visconde de Taunay, Álvares Machado, Rio Branco, Roberto Southey, Francisco Glicério, Joaquim Nabuco e tantos outros vultos que se fizeram dignos das homenagens nacionais. No ano passado, realizamos, durante dois meses, uma série de conferências sobre Rui Barbosa, tendo cabido a esta tribuna a honra e a glória de iniciar, no Estado de São Paulo, a série daquelas homenagens. Com que brilho nos houvermos nos festejos da Princesa Isabel. Inauguramos duas placas, uma no saguão dêste edificio, outra em praça pública, e, graças aos esforços de consócios nossos, o Teatro Municipal ostentou a mais bela, original e sugestiva exposição feita na época em todo o Brasil.

A outros Estados, estendeu-se a nossa influência: no Paraná, ao ser comemorado o Cêrco da Lapa, em Minas Gerais no congresso sobre a História da Revolução Federalista, e no próprio Distrito Federal por ocasião do IV Congresso de História Nacional. Presidida a nossa representação pela figura formosa de homem de espírito e de inteligência que é o Prof. Ernesto de Sousa Campos, pudemos, em conclave de tal relevância, manter as tradições da cultura histó-

rica paulista e, com enorme júbilo, constatamos que, excluído o Distrito Federal, foi São Paulo a região do Brasil que maior número de teses enviou, contribuindo sobremaneira para abrilhantar os trabalhos do congresso. Estes e outros lauréis que seria mui longo aqui enumerar, colhemos sob a direção de Tôrres de Oliveira que no título de perpétuo, como que fazia perpetuar-se a marcha gloriosa da entidade.

Não foi, porém, sem lutas, muitas delas memoráveis, sem esforços ingentes, sem dificuldades, sem encontrar escolhos e espinhos, que Tôrres de Oliveira pôde conduzir-nos na boa rota, ao pôrto da segurança, da tranqüilidade, do prestígio e das realizações, fazendo assim cumprir-se o ideal dos fundadores. Na frase justa do magistral Afonso de E. Taunay, é "Tôrres de Oliveira credor de extraordinários serviços à nossa querida instituição".

Alma pura e coração magnânimo a que aliava raros dotes de energia, constituiu-se em sábio e atilado condutor. Por vêzes tomava atitudes, necessárias, porém, na defesa do bom nome do Instituto; cerceava excessos; contornava situações; desviava golpes; impulsionava as boas sugestões, tendo sempre em mira a conservação e o aumento do nosso prestígio. E para tanto não media sacrifícios. Era elemento para tôdas as ocasiões. Quantas vêzes não supriu as falhas, a indolência e muitas vêzes os desmandos dos próprios companheiros. Célebre tornou-se a passagem em que um orador oficial do Instituto avisou na véspera, não poder realizar o necrológio dos sócios falecidos cujas famílias, além do mundo oficial de S. Paulo, já haviam sido convidados para a sessão solene do dia imediato. Tôrres de Oliveira não titubeou. Chamou a si a missão e cumpriu-a admiravelmente, pronunciando de improviso memorável peça oratória. Aliás, são bem conhecidos de todos os que lhe gozaram o convívio, os seus dotes de orador elegante, claro, sintético a se impor na tribuna, desde o porte de belo e avantajado físico, até a sobriedade dos gestos e a pureza do vernáculo. Ainda recentemente, embora lhe pesassem os oitenta anos, arrebatou o auditório reunido neste mesmo salão, ao discursar sobre Rui Barbosa, incorporando-se pessoalmente aos tributos de glória prestados ao grande brasileiro. Afirmaram os que o conheceram nos entusiasmos e arroubos da mocidade que, naquela tarde, revivera o insigne orador de outros tempos. Quisera, talvez, mostrar aos moços de hoje, o que êle fôra e provar aos velhos que ainda possuía as energias da mocidade. Através dos anos, conservou até o fim a lucidez de um espírito brilhante, de uma bela inteligência a que se juntava a experiência que o tornava um sábio a desconcertar, por vêzes, nós, os moços, que desejávamos colhêr diferentemente a solução para alguns de nossos problemas.

A tribuna oficial do Instituto, esta mesma que hoje tanto me honra e ilustra, foi honrada e ilustrada por Tôrres de Oliveira, sucedendo a Teodoro Sampaio a quem precederam João Monteiro e Eduardo Prado. Eram três nomes de alta projeção no cenário das letras nacionais. Todos êles se impunham, entre outras virtudes, pelo alto padrão de sua oratória. Pois Tôrres dêles não desmereceu. Apenas continuou-os e, num mesmo diapasão, conservou, durante a investidura, as tradições da tribuna oficial. Coube-lhe na sessão magna de 1906 fazer o elogio de Olegário Herculano de Aquino e Castro, Antônio de Toledo Piza, Peixoto Gomide, Martinho da Silva Prado, Martin Jules, Henrique Raffard, Nina Rodrigues, Moura Escobar e Pereira da Rocha, nomes que se aureolavam com a coroa das glórias conquistadas não só em âmbito nacional mas também internacional. E o discurso de Tôrres de Oliveira foi digno das alturas em que pairava a memória daqueles consócios. A sua estréia não poderia ter sido mais feliz e propícia. A peça entremeia-se de conceitos serenos na elaboração das várias biografias e de risços de eloquência demonstrativos da vasta cultura do orador. As citações de La Bruyere e de Manzoni, associadas às próprias idéias do tribuno, patenteiam o valor de quem tão dignamente sucedera a Teodoro Sampaio.

Em 1925, embora ocupasse a vice-presidência, viu-se na contingência de pronunciar o discurso de encerramento. Fê-lo também magistralmente, emitindo, no período final, belo pensamento que pode figurar em qualquer antologia: "Só a harmonia é fecunda, só a concórdia é criadora, sem jamais nos esquecermos de que "a suprema lei da vida é a lei do amor: *suprema lex est dilectio*". A suprema lei da vida de Tôrres de Oliveira foi a lei do amor pelo Instituto.

Em 1938, já então Presidente Perpétuo, pela terceira vez tocou-lhe pronunciar o elogio dos companheiros falecidos durante o ano social. Novamente se lhe apresentaram figuras de realce extraordinário para biografar: Ramiz Galvão, Afonso Celso, Roca Dordal, Júlio Conceição, Barão de Studart e Evaristo Bacelar, mas o orador continuava, como sempre, digno das elevadas figuras que devia evocar num solene momento de saudade e gratidão.

Deixemos a oratória de Tôrres de Oliveira e analisemos a faceta do historiador. Para termos uma visão dos seus méritos naquele campo da atividade intelectual, será suficiente nos debruçarmos sobre as primeiras páginas do volume 41 de nossa revista onde vem estampada a sua conferência sobre Martim Afonso e a fundação de São Vicente. Quantos ensinamentos não vamos ali haurir? Não só a indicação bibliográfica das principais fontes sobre o assunto mas também a clareza da exposição, a ordenação perfeita da seqüência histó-

rica, a formosura das imagens, a crítica dos documentos, a sua interpretação, a nos mostrarem como elaborar uma conferência para difundir a verdade histórica, e a nos patentear as duas qualidades precípuas do expositor de História: o rigorismo científico que se prende às peças documentais e a maneira agradável em que deve ser exposta a matéria, justamente os fatores que fazem da História ciência e arte ao mesmo tempo. Esses dois predicados juntavam-se na personalidade do Tôrres de Oliveira historiador.

Muito lhe devem os estudos históricos em nosso país, protegendo-os, incentivando-os e ilustrando-os, ao dirigir tão eficientemente um dos mais acatados Institutos Históricos do Brasil. Recentemente, esposou e apoiou, sem restrições, a nossa orientação de reservar para a publicação de documentos inéditos, um bom número de páginas da revista do Instituto. Sempre com interesse falava-nos do órgão oficial, do espelho da nossa vida, do registro quotidiano das nossas atividades e realizações. Não há muito, rejubilou-se com o auxílio prestado pela Câmara Municipal a fim de que pudéssemos atualizar as publicações atrasadas. Inúmeras vezes, chamou-nos, trocando idéias, sugerindo providências, ansioso para que fôsse, no mais breve tempo, sanada a lacuna daquele atraso devido às forças dos imponderáveis que sempre acompanharam a maioria das instituições culturais brasileiras, muitas vezes incompreendidas pelos próprios governos e que estariam definitivamente condenadas ao asfixiamento lento e paulatino não fôsem as forças e energias de homens como Tôrres de Oliveira que nos momentos cruciantes e desesperadores das crises extremas, amparam e salvam, graças ao espírito de sacrifício e a uma patriótica abnegação, o destino dêsses barcos a velejarem em mares encapelados pela incompreensão humana. Em várias ocasiões, na existência do Instituto, Tôrres de Oliveira foi o seu único sustentáculo, inclito chefe, a reunir em torno da sua clarividência e do seu vigor, um pugilo de bravos decididos a batalhar em qualquer campo a fim de que, em conquistando novos lauréis, não fôsem perdidos os lauréis já conquistados. Essa característica de conduta rendeu benefícios às letras históricas da nação, preservou e aumentou o patrimônio cultural e moral do Instituto, revigorando e incentivando ânimos já desalentados que, refeitos, somaram-se na obra comunitária de construção, de elevação e de continuação dos nossos gloriosos destinos. E nisso residiu o maior mérito do Tôrres de Oliveira historiador: — garantir a São Paulo a sobrevivência do Instituto Histórico e a continuação do seu marcante papel na vida paulista e brasileira.

Não foi sem razão que assim se manifestou Afonso de E. Taunay ao saudar o nosso Presidente Perpétuo no 40.º aniversário de sua entrada para o Instituto: "A nossa festa de hoje não é só a da

amizade, é sobretudo a da justiça. É a do reconhecimento dos méritos e serviços prestados ao nosso querido Instituto em quatro decênios da sua completa integração na vida e nos destinos da instituição a que, em já largo lapso, deu você o melhor do seu zelo constante, exteriorizado pela linha de inquebrantável dedicação do sócio, do membro da Diretoria e, afinal, do presidente que rege os destinos de nossa estremecida casa, brevemente cinqüentenária. A esta dedicação de simples consócio e membro de comissões, do tesoureiro, do secretário e, afinal, do presidente, soube você com raro tato e extraordinária discreção, apor o cunho de sua inteligência clara, norteada pela experiência do causídico de largo e merecido conceito geral. E soube, sobretudo, infundir-lhe as características do desinteresse, da perfeita avaliação da responsabilidade dos encargos, da respeitabilidade das funções exercidas, da dignidade exigida pelos cargos”.

“Em associações como a nossa, a posse de um conjunto destas qualidades representa a mais preciosa circunstância. A respeitabilidade no cultivo da tradição exige que uma casa edificada para a rememoração dos fatos de que se orgulha uma comunidade, pela conscienciosa indagação da verdade, possa ter à sua testa figura elevada e serena de homem cheio de atributos conquistadores da consideração universal de seus concidadãos. E felizmente é o que ocorre com o nosso Instituto”. E continuava Mestre Taunay, a interpretar os sentimentos da associação pelo seu Presidente: “A sua dedicação pela nossa casa, meu caro Tôrres, vive atenta a todos os setores de nossa existência social. Zela você o nosso patrimônio material e pugna pelo nosso prestígio cultural. Excelentes as muitas iniciativas de diversa modalidade que lhe devemos. Conseguiram algumas delas a mais viva e patriótica repercussão fora do nosso âmbito, em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso país”. Assim se expandia a sinceridade de Mestre Afonso de E. Taunay, ante a força realizadora de Tôrres de Oliveira.

Passemos a observar outra faceta da atividade intelectual do nosso Presidente. Como cronista e memorialista, legou-nos êle a revivescência do Colégio de Itu do seu tempo, fazendo pairar ante os nossos olhos uma visão panorâmica da vida no famoso colégio jesuítico.

Festejava-se, então, o 4.^o centenário da Companhia de Jesus, essa mesma Companhia de Jesus a quem tanto devem o Brasil, São Paulo e a própria civilização cristã. Convidado para pronunciar uma das doze conferências, aceitou, desvanecido, vindo a cumprir, cheio de entusiasmo, vibrante de emoção, o encargo a êle destinado naquela hora evocativa. Começou por sintetizar em breves períodos, a vida de S. Luís Gonzaga, o patrono do colégio. Ao depois,

envolveu a alma e o coração no manto da saudade, fazendo desfilar os velhos mestres aos quais, na fluência da palavra fácil e atraente, fez reviver por momentos, a vagarem pelos corredores, salas e jardins do famoso estabelecimento de ensino. Não se esqueceu dos irmãos auxiliares, dos funcionários subalternos, do grande historiador Padre Galanti de quem fôra discípulo, passando também em revista os colegas de ano e os contemporâneos, alguns dos quais viriam, como êle, a integrar as fileiras do Instituto Histórico.

Já quando estudante, demonstrava o futuro Presidente Perpétuo do Instituto, acentuada inclinação para as letras. Fundara-se no Colégio de Itu a Arcádia Gregoriana, dirigida pelo Padre José Maria Mantero e tendo por objetivo "Formar, conservar e aperfeiçoar nos seus membros o bom gôsto nas letras pátrias, especialmente na eloquência e na poesia". Entre os fundadores encontrava-se o jovem José Carlos Maria Dias Tôrres de Oliveira que, sob o nome de Critilo, se tornou logo dos maiores valores daquela ilustre companhia.

Criado no ambiente cristão do lar paterno, educado pelos jesuítas, adentrado em estudos de filosofia e de religião, conhecedor de doutrinas extremadas e extravagantes, acompanhando o desenvolvimento da ciência, o aperfeiçoamento da cultura e da civilização, Tôrres de Oliveira, quanto mais vivia e aprendia, mais avigorava a sua fé em Deus e em Cristo, mais se aprimorava no exercício das virtudes prêgadas pelo Divino Mestre. Foi exemplo do bom católico, cumpridor inexorável dos seus deveres. Na última quarta-feira de sua vida, já acamado, não lhe impediu a doença receber, na hóstia sacrossanta, o corpo e o sangue de Jesus.

E foi feliz na sua crença. Morreu serenamente. Não sentiu o medo da morte, consciente que estava de ter bem cumprido a missão terrena. A segurança da paz espiritual avassalara-lhe o íntimo de homem piedoso e bom, a vencer as últimas etapas da existência, na tranqüillidade que o dever cumprido oferece aos justos.

A memória de Tôrres de Oliveira, no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, permanecerá pelo tempo afora, como paradigma, exemplo e incentivo às novas gerações que virão fazer empós êle a grandeza desta Casa. Glória, portanto, ao seu nome ilustre e paz ao seu espírito de justo.

Antiquilhas de São Paulo

(Séculos XVII, XVIII e XIX)

Afonso de E. Taunay

AINDA SÔBRE FERNÃO DIAS PAIS

Meu illustre amigo, o Sr. Dr. Salomão de Vasconcelos, expôs, em público, os motivos do tenacíssimo cepticismo que o leva a pôr em dúvida a trasladação, em 1681, dos despojos mortais de Fernão Dias Pais do sertão do Rio das Velhas, vizinhanças de Sabará, ao seu jazigo da abacial beneditina de São Paulo, por êle fundado em 1650.

Tal esta inconcencibilidade que se me afigura até querer, a todo o custo, lhe seja fornecido um conjunto de peças documentais e officiais do gênero das certidões burocráticas de nossos dias, dois e meio séculos após o passamento do bandeirante no mais bruto e ermo dos sertões, qual o do Rio das Velhas, no milésimo longínquo, seiscentista de 1681.

Para quem, como êle, tanto tem rebuscado arquivos e, certamente, encontrado lacunas em barda — e enormes! — na documentação colonial, maltratada, desbaratada e dispersa, causa tanto maior estranheza o acirramento de tal suspeição quando, no entanto, conhece seis depoimentos de irrecusável autoridade, concordantes essencialmente, afirmando que os restos do Governador das Esmeraldas foram trazidos, pelo seu primogênito da distante selva, onde falecera, a se inumarem em seu jazigo de São Paulo.

Dois dêstes documentos são seiscentistas e quatro setecentistas. E o primeiro, note-se bem, data dos dias imediatos ao do sepultamento do sertanista. Enumerêmo-los, pois:

I

O abade do Mosteiro de São Paulo, Frei Francisco da Conceição, a 30 de dezembro de 1681, depondo em juízo e em documento

rubricado por um ouvidor geral referiu-se aos grandes benefícios que a sua abadia recebera do bandeirante, declarando então que ela era "*hoje*" o *perpétuo depósito de seu cadáver e de todos os seus descendentes*" (Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, doc. 2466). "*Hoje*", note-se bem.

Contestando esta asserção formal, expende o Sr. Dr. Vasconcelos que o abade apenas pretendeu afirmar que o bandeirante fôra ("*hoje*" 30 de dezembro de 1681") enterrado *simbolicamente* em sua abadia!

Será admissível que o prelado dissesse que o jazigo era o perpétuo depósito de um cadáver que nêle não se achava? E se prestasse a fazer enterros simbólicos? E isto quando depunha em juízo, num processo de atestação oficial, de serviços requeridos após o traspasse de Fernão Dias? Se tal não se desse diria o abade que se esperava o corpo do benfeitor de sua abadia e não empregaria o advérbio *hoje*.

O fato de se referir aos despojos "*de todos os seus descendentes*" indica que já no jazigo havia enterrados descendentes do bandeirante, em perpétua sepultura, o que não é nada de estranhar visto como em 1681 contava tal depósito mortuário já mais de trinta e um anos de aberto.

E como a referência abacial se reportava a um jazigo perpétuo do seu Mosteiro, nada mais claro do que a alusão do prelado a que naquele túmulo, e com o longo correr dos anos, também encontrariam perpétuo abrigo os despojos de todos os descendentes do sertanista ali acaso inumados.

No momento em que depunha, de sobra sabia o Abade que vivos estavam dois filhos e seis filhas do Governador das Esmeraldas, descendentes imediatos do recém-sepultado, moços todos residentes em São Paulo e a seis léguas, daí, em Parnaíba.

Acaso se abalançaria a afirmar que estas oito pessoas, a começar por Garcia Rodrigues Pais, então em sua presença, já haviam sido enterrados no jazigo paterno? Só se em verdadeiro acesso de demência!

E depois porque diria o Prelado: "*hoje*" (30 de dezembro de 1681) é o jazigo perpétuo depósito dos despojos do bandeirante, quando de sobra sabia que tal sepultura era perpétua desde 17 de janeiro de 1650 — havia quase trinta e dois anos! — em virtude de pública escritura, lacrada pelo tabelião João Dias de Moura, entre partes o Dr. Frei Gregório de Magalhães, Dom Abade Provincial de São Bento no Brasil, assistido pelos sete membros da comunidade beneditina de São Paulo, e o próprio Fernão Dias Pais, em pessoa, acompanhado por quatro testemunhas?

Querer chicanar com tão claras palavras é proporcionar aos leitores a evocação de certo e conhecidíssimo prolóquio referente às tentativas sempre frutuosas, tão frutuosas, do vedamento dos raios solares por intermédio de peneiras.

II

No códice número 27 do Arquivo do Mosteiro de São Paulo a fls. 17 (códice aberto ainda no século XVII) lê-se: "*Na capela mór está hua sepultura de Fernão Dias Pays, fundador e protetor dèste Mosteiro na qual não está letreyro por se não uzar naquelle tempo*".

Num pouco mais adiante, a fls. 18, informa-se que "*abayxo da sepultura de Fernão Dias Pays*" estavam as de diversos monges seiscentistas, entre as quais a do abade Fr. Feliciano de São Thiago, antigo padre — presidente do Mosteiro, em meados do século XVII.

Analisando o valor dessas duas referências tão claras, entende o Sr. Dr. Vasconcelos que nelas "fala mais a tradição que a realidade do fato". A alusão é ao jazigo e não ao enterramento do bandeirante.

Se eu acorresse a processos de chicana poderia alegar-lhe que a frase relativa à ausência da epigرافia tumular significa que os beneditinos em 1681 ainda não usavam assinalar os seus túmulos.

E com efeito, no Rio de Janeiro, no enorme claustro da sua Abadia não existe nenhum epitáfio monástico anterior a 1750, sôbre mais de uma centena de túmulos.

III

No infatigável afã de impor aos seus leitores a verossimilhança de seu *facile credimus quod volumus* ou melhor o seu *hoc volo, sic jubeo* pretende o Sr. Dr. Vasconcelos destruir não uma, mas três asseverações formais, de Pedro Taques, essencialmente concordantes.

Quer que estas três afirmações categóricas não passem de *vaga alusão!*

Afirma o linhagista iniludivelmente que Garcia Rodrigues Pais conduziu os despojos mortais paternos das margens do Rio das Velhas a S. Paulo e os inumou em seu jazigo de São Bento.

A uma delas conta que transportou o "cadáver"; na segunda que se lembrara de para isto fazer "embalsamar o cadáver"; na última que trouxe os ossos do sertanista a São Paulo e a São Bento.

Estas três asseverações tomam nada menos de quarenta linhas das largas páginas das "Revistas" do Instituto Histórico Brasileiro e do Instituto Histórico de São Paulo.

Mas o Sr. Dr. Vasconcelos pretende, em face das declarações formais do linhagista, que êle aludiu *vagamente à levada do corpo para S. Paulo!* (cf. *Bandeirismo*, 45).

.....

Convém antes do mais rememorar que não só é Pedro Taques o único por assim dizer informador das particularidades dos feitos dos bandeirantes como ainda que na qualidade de *sobrinho bisneto* de Fernão Dias Pais cabe singular prestígio ao que avança.

Valerá a pena recordar que entre os seus contemporâneos gozou da maior autoridade, em matéria de história de São Paulo e das Minas Gerais?

Ao compor o *Fundamento Histórico* do seu poema *Vila Rica* a quem consultou o glorioso poeta, o inconfidente, mártir de 1789, Cláudio Manuel da Costa?

A Pedro Taques, a cujos conhecimentos rendeu aliás grata e reverenciosa homenagem.

Desta opinião, ao que vemos, não comparte o Sr. Dr. Vasconcelos, que aos textos da *Nobiliarquia* repudia não severa mas draconicamente.

Houve entretanto alguém que ao linhagista tinha em tal conta que, pretendendo fundar uma sociedade para o estudo da história das bandeiras, abrangendo todo o Brasil, história da penetração e do povoamento do nosso território nacional, escolheu para o nome deste instituto especializado o de *Sociedade Pedro Taques*. Chamava-se *êste alguém* *êste quidam* João Capistrano de Abreu, simplesmente. Escrevendo aos seus íntimos, muito gostava aliás de se assinar *João Ninguém* (cf.) *Gazeta Literária do Rio de Janeiro*, de 1.º de outubro de 1883).

Como amostra do prestígio de que Pedro Taques dispunha entre os seus contemporâneos devo aqui rememorar o que nos revela o cordial contexto de uma carta inédita do linhagista, consultado, ao inconfidente, e grande poeta, consulente. Tive o ensejo de a publicar em abril de 1945 na paulista "Fôlha da Manhã", merecendo, então, do Sr. Dr. Vasconcelos os mais generosos encômios pelo "Diário de Belo Horizonte", a 10 de junho do mesmo ano. Esta mesma carta republicuei-a, a pedido de um erudito mineiro, nas colunas do "Jornal do Comércio", a 12 de junho de 1949.

Comprova êste documento quanto, ao começar a composição do seu poema, achava-se Cláudio Manuel ignorante de cousas muito e muito comensinhas da História das Minas Gerais.

.....

Pois bem, Pedro Taques, fonte única de informações para tantos episódios da conquista do Sertão, relata não uma, mas três vezes que

os despojos do seu grande tio avoengo foram trazidos do Rio das Velhas ao seu jazigo de S. Bento.

Examinemos-lhe porém as abundantes palavras textuais a cujo conjunto, qualifica o Sr. Dr. Vasconcelos de "alusão vaga" (cf. *Bandeirismo*, 45).

A — Primeira asseveração

Na biografia do Governador das Esmeraldas escreveu o genealogista: *Garcia Rodrigues Pais* (o filho ilustre do bandeirante) tendo entregue as esmeraldas a D. Rodrigo de Castelo Branco continuou a marcha de seu regresso para S. Paulo e fez dar sepultura ao cadáver de seu pai no seu jazigo próprio da capela-mor da Igreja do Mosteiro de S. Bento do qual tinha sido fundador, e seu primeiro padroeiro, dito Fernão Dias, etc. (cf. Rev. Inst. Hist. Bras. t. 35 I-129).

Fez dar sepultura... como isto é vago.

B — Segunda asseveração

Na mesma *Nobiliarquia Paulistana*, título Lemes (Rev. Inst. Hist. Bras. T 35, I — p. 116) narra o linhagista:

"Das carneiradas que produzem os rios daquele sertão enfermou o governador Fernão Dias Pais e deu a vida ao Criador em março de 1681 e no sítio do Sumidouro; Garcia Rodrigues Pais, seu filho primogênito, teve a lembrança de fazer embalsamar o cadáver de seu pai para efeito de o vir sepultar no seu jazigo na capela-mor da Igreja do Mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo".)

C — Terceira asseveração

Esta terceira afirmação do genealogista tive a feliz ensanchar de a descobrir, muito recentemente, ao realizar o confronto do texto impresso de sua *Informação sobre as Minas de São Paulo* com um, ainda inédito, apógrafo da obra; apógrafo pertencente à Biblioteca Municipal de São Paulo em virtude da aquisição da jamais bastante louvada brasileira de Félix Pacheco.

Bem pouco fazia que, em público, declarara que, quer na *Informação*, quer na *História da Capitania de São Vicente*, também da lavra do linhagista não havia referência alguma ao caso aqui debatido.

Verifiquei então que o texto da *Informação*, publicado pelo Barão Homem de Melo, é bem menos abundante do que a do manuscrito em boa hora comprado por Félix Pacheco.

Dei-me pressa em trazer a público o meu achado, pelo "Jornal do Comércio" de 5 de junho de 1949. Vejamos porém o que se encontra à página 79 do Códice da Biblioteca Municipal de São Paulo:

Querendo Sua Alteza q. o descobrimento das Esmeraldas conseguido pela constância dos anos q. rezidio no Certão o Governador Fernão Dias Paes tivesse aumento e estabelecimento para seu filho Garcia Roiz Paes lhe mandou passar Provisão de Capitão Mór Governador daquelas Minas datada em 23 de Dezembro de mil seiscentos e oitenta e três.

Porém estas reaes ordens não tiveram efeito porque Garcia Roiz Paes se havia recolhido a S. Paulo conduzindo os ossos de seu defunto Pay q. os fez sepultar no seu jazigo próprio dentro da Capela Mór da Igreja do Mosteiro do Patriarcha S. Bento em São Paulo, que lhe foi concedido para si e seus descendentes, por linha reta e linhas colateraes e seus Irmãos por escritura celebrada com o mesmo Fernão Dias Paes pelo Revm. Dom Abade Provincial Frei Gregório de Magalhães e com o presidente do mesmo Mosteiro o Padre pregador Frei Feliciano de São Thiago a 16 de janeiro de mil seiscentos e cincoenta na nota do Tabelião João Dias de Moura.

Fez sepultar no seu jazigo... como isto é vago!

* * *

Penso que estas três afirmativas, tão categóricas, rebatem o que o meu erudito contraditor assevera (*Bandeirismo*, 45) quando — repitamo-lo — afirma que Pedro Taques aludiu *vagamente* à *levada do corpo para São Paulo. Vagamente?* Sobretudo agora com o recente reforço da *Informação?* Mas então as palavras do nosso vernáculo viraram língua babélica?

Tão surpreso e perturbado ao conhecer esta terceira asseveração de Pedro Taques, ficou o meu douto contraditor que nem sequer procurou analisar, em seu último artigo, as palavras claríssimas do linha-gista. Lançou mão do recurso de dizer que um dos textos de Taques se fala em *embalsamamento* e no outro em *ossos*.

Agora limita-se a declarar que a terceira afirmação, a do apógrafo da *Informação*, “outra’ cousa não fez do que confirmar os pontos capitais de sua dúvida.”!

Mas em vez de a analisar sôbre ela deslizou “leve como a sombra sôbre a água”... Nega peremptoriamente a “mística do embalsamamento” desviando-se por mera questão de palavras da tese essencial de nosso debate: *Os despojos de Fernão Dias Paes, quer embalsamados quer reduzidos a ossada, foram, por seu filho, levados do Ser-tão a enterrar-se no seu jazigo de S. Bento.*

Esta, a verdadeira questão. Tudo o mais não passa de chicana pura.

.....

Mas ainda assim subsistiria uma das três asseverações do linhagista — a que fala apenas em cadáver. Julgo que ninguém porá em dúvida que um cadáver se componha de carnes e ossos...

Um dos argumentos capitais do Sr. Dr. Vasconcelos abaluartar-se na palavra *embalsamamento*. Parece-lhe talvez impossível que alguma cousa do cadáver do sertanista pudesse ter sido, em 1681, transportado "embalsamado" das margens do Rio das Velhas a São Paulo, através de mais de uma centena de léguas de sertão bruto.

Para um homem de seus conhecimentos em matéria do nosso vernáculo, e de sua cultura, habituado à leitura dos nossos velhos autores e documentos freqüentemente tão confusos, tão mal redigidos, tão recheados de expressões hoje obsoletas e de significado tão diverso do atual, sobremodo estranho é que lhe não haja ocorrido quanto o *tempora mutantur* não se aplica só aos homens e sim à mutação de suas falas também.

O *embalsamamento* praticado pelos bandeirantes visava a preservação de qualquer coisa imputrescível do corpo defunto, para fins de transporte a um recinto sagrado. E esta só podia ser a ossada.

Nem recursos teriam elles, na selva bruta, para tentar a conservação das carnes. Procuravam pois a redução do cadáver ao menor volume e ao que fôsse imputrescível. E isto o obtinham pela rápida destruição das carnes graças à ação de grandes fogueiras aumentadas dias a fio sobre as sepulturas.

Tal o caso sucedido aos despojos do illustre sertanista Luís Castanho de Almeida destarte *embalsamado* pelos próprios filhos como, com abundantes pormenores, Taques nos narra (Rev. Hist. Bras. 33, 2, 48). Em vinte dias de fogaréu, conta-nos o linhagista, puderam elles "limpar e lavar os ossos do cadáver, que recolhidos em um limpo lençol, e metidos em um caixote "vieram transportados pelos quatro irmãos a sepultar-se ao pé do altar de Nossa Senhora do Rosário, na igreja matriz de Parnaíba, a 16 de setembro de 1672.

Embalsamados desta maneira vieram do Sertão de Mato Grosso os restos mortais de João Antunes Máciel, a se enterrarem na matriz de Sorocaba, como há pouco se documentou à vista da descoberta realizada pelo emérito conhecedor do passado paulista, o Rev. Cônego Luís Castanho de Almeida.

Embalsamada veio, do sertão de Goiás, a ossada do Pe. Frei Luís de Sant'Ana, capelão da bandeira do Anhangüera, a ser inumada em sua Abadia beneditina de São Paulo, onde uma pedra tumular do claustro assinala os seus despojos.

Já no século XVI haviam os ossos de Gabriel Soares de Sousa sido transportados do alto sertão do Paranaguá para o jazigo que este homem illustre para si escolhera no Mosteiro de S. Bento da cidade do Salvador.

O último testemunho de Pedro Taques, descoberto recentemente, em nada contende com os anteriores. Fala em ossos; o anterior em cadáver simplesmente. O primeiro refere que Garcia Rodrigues Pais tivera a lembrança de fazer *embalsamar* o corpo de seu pai.

Se me dedicasse a processos chicaneiros poderia objetar que ninguém nos afirma que tendo tido tal "lembrança" a haja pôsto em prática. Poderia ter mudado de idéia mandando posteriormente reduzir o corpo a ossada.

O que os três depoimentos do linhagista afirmam concordes e aí não há chicana possível, é que Garcia conduziu os restos mortais do glorioso pai ao seu jazigo de S. Bento.

Entretanto, apregoa o Sr. Dr. Vasconcelos que a tal respeito o autor da *Nobiliarquia Paulistana* "aludiu vagamente à levada do corpo para São Paulo"!

Proporciona a semântica, bem o sabe um homem da cultura do Dr. Vasconcelos, as mais extraordinárias surpresas. E por vêzes as mais engraçadas.

.....

A palavra *criado*, hoje em todo o Brasil depreciativa, senão quase injuriosa, há cinquentá anos atrás de todo não o era. Há quatro séculos corria sobremodo honrosa nas atestações dos serviços régios dos vassallos.

Bandalho pelos anos da restauração de 1640 significava apenas janota, casquilho. *Acidente* para os velhos paulistas era sinônimo de perda de sentidos, síncope, desmaio, tal qual como nos inculcam as velhas crônicas portuguesas. E não o equivalente atual de desastre.

Para êles o nosso atual *hospital de acidentados* causaria estranheza inculcando-lhes que tal estabelecimento se destinava a só receber gente desmaiada. Que pensará o leitor moderno brasileiro ao saber que no decurso do entêrro de seu marido uma viuva teve dois *acidentes*?

Estas variações semiológicas são às vêzes tão consideráveis que levam autores modernos a incríveis interpretações.

Não há muito que um dêles, e em áspero tom, ao analisar certo documento do século XVIII, incidiu no mais extraordinário engano.

Refere-se êste papel à presença em São Paulo de beneditinos, jesuitas, franciscanos e carmelitas e a tal propósito relata o seu autor que na cidade paulistana existiam *quatro religiões*.

Contestou o seu analisador, abespinhado, que na era colonial jamais se soubera houvesse ali existido religião diversa da católica!

Aliás em uma das primeiras edições do seu dicionário, consignou Moraes no verbete *embalsamado* a explicação: *sêco, cadáver amumiado*.

Embalsamar, entre os nossos taxidermistas, é sinônimo de *empa-lhar*, geralmente correntio entre o público. Não só no Brasil mas também em Portugal.

Consagra Cândido de Figueiredo tal acepção no verbete *empa-lhar*: “*Embalsamar* (sic!) animais enchendo-os de palha ou de outra substância”.

A pesquisa dos nossos velhos papéis poderá trazer, a tal propósito, novos esclarecimentos semiológicos. Assunto para novo capítulo de alguma nova edição do tão interessante quanto valioso volume, relativamente recente, de A. Tenório de Albuquerque sobre a vida e a morte das palavras.

Quando, neste nosso enorme Brasil, vemos palavras inocentes no Rio de Janeiro, passarem a obscenas em São Paulo, a tão pequena distância, e vice-versa, e outras, não menos inocentes, na Amazônia, correrem indecorosas no Sul, que há de admirar que Pedro Taques ao escrever *embalsamar* haja empregado um verbo que entre os seus então significava conservar alguma cousa de um cadáver? Verbo, hoje corrente na órbita da taxidermia?

Em todo o caso penso que ninguém, de boa fé, afirmará que as vultosas referências, tripliques, do linhagista, ao enterro de Fernão Dias Pais em São Bento de São Paulo, possam ser qualificadas de *vagas*, como inexplicavelmente pretende o Sr. Dr. Salomão de Vasconcelos.

Quanto podem o *facile credimus?! E o hoc volo sic jubeo?!*

IV

O Cônego Roque de Macedo Pais Leme, da Câmara, *aliás neto de Garcia Pais e portanto bisneto de Fernão Dias Pais*, escrevendo, em 1792, a sua *Nobiliarquia Brasiliense* (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, t. 32, p. 39) reproduz uma tradição de família, entremeada de uma série de inaceitáveis informes sobre o itinerário do enterro do bandeirante. Mas afirma categoricamente que *o seu cadáver embalsamado foi transportado aos ombros de seus parentes e soldados desde a vila de Itu e conduzido até São Paulo ao seu jazigo do Mosteiro de S. Bento e na capela-mor*.

Contradizendo este arrazoado como insubsistente tradição, tratou-o o Sr. Dr. Vasconcelos *dente superbo*.

.....
Interessante é que o meu douto contraditado repudia — e com que energia — tudo quanto acima de tradicional (quando infenso à sua tese é essencial lembrá-lo). Tradição não é documento!

E no entanto com que benevolência — com que indulgência! com que generosidade! — aduz argumentos de contribuição integralmente

tradicional! E mais do que isto até uma contribuição declarada lendária pelo próprio autor. Só porque esta lhe parece trazer reforço de defesa dos seus pontos de vista!

Ao *vagamente* das três asseverações de Pedro Taques opõe-se por exemplo a precisão do seguinte trecho:

"Tanto mais aceitável nos parece a inferência (s. c. de que Fernão Dias se enterrou à margem do Rio das Velhas) quanto a tradição (sic) corrente no Guaicuí, antigo Julgado Barra do Rio das Velhas, é a de que existiu na matriz local um velho túmulo com o nome do bandeirante talhado na lápide (cf. Bandeirismo, 46). Que acolhimento cordial a essa tradição! Mas o que se segue ainda é mais expressivo como testemunho de imparcialidade.

Nós mesmos temos uma vaga (sic!) recordação de que em visita que fizemos àqueles lugares há cerca de vinte anos, vimos, no Guaicuí, um túmulo com uma inscrição bem visível, que muito nos impressionou e que hoje não podemos precisar bem, se de Fernão Dias ou de Borba Gato. Falha-nos a memória neste momento se de um ou outro destes bandeirantes (sic!).

A visita que o meu douto contraditor realizou no Guaicuí ocorreu, portanto, pelas vizinhanças de 1925.

Estranhíssimo que tanto se tenha impressionado com a visita da tão prestigiosa sepultura bandeirante e, no entanto, passados apenas vinte anos só dela haja guardado *vaga recordação!* E pior do que isto (para quem tanto se preocupa com os fastos do bandeirantismo em Minas Gerais) é inexplicável que dêste largo interesse apenas lhe ficasse dúvida sobre o que lera na tal lápide *de inscrição bem visível*, se o nome de Fernão Dias Pais, se o de Manuel de Borba Gato!

Assim pois, irredutível repudiador da tradição quando veiculada por outrem, mostra-se o Sr. Dr. Vasconcelos da mais extraordinária complacência para com as suas impressões fortes, alicerçadas em *vaga recordação*, a ponto de não poder precisar se vira o túmulo do Governador das Esmeraldas ou se o do Tenente General do Mato, as duas figuras ímpares seiscentistas da história das Minas Gerais, que o meu douto contraditor tanto conhece e cultiva apaixonadamente.

A mesma indulgência para com o *facilime credimus quod volumus* levou-o a nova e pública demonstração de imparcialidade integral.

Alega (cf. *Bandeirismo*, 46) como mais um argumento de singular robustez certa noticiuzinha estampada na edição de "O Estado de Minas" de 3 de dezembro de 1943. Trata-se de um telegrama a este órgão oficial, enviado de São Romão, sertão do São Francisco, quase na fronteira baiana, pelo representante da Agência Meridional.

Reza o despacho: "Em declarações feitas à Meridional Frei Bertoldo Van der Mee, e o vigário Frei Miguel, que dirige a pequena comunidade religiosa desta vila sertaneja, onde a lenda diz estar en-

terrado o venerando Fernão Dias Pais Leme, (sic) relataram o acidente ocorrido com um dos frades sob sua direção”, etc.

Tal importância atribui o Sr. Dr. Vasconcelos a êste “documento”, inapreciavelmente valioso, que ao transcrevê-lo grifou “onde a lenda diz estar enterrado o venerando Fernão Dias Pais Leme”. (“Bandeirismo”, 47).

Comentando-o reforça-o:

“E’ pois a tradição que mais uma vez se confirma (sic) pela voz de um antigo vigário da região, ainda vivo e que naturalmente (sic) teve, para isso afirmar, bons fundamentos” (sic!).

A meu turno observo, que da atenta leitura do telegrama se infere que o revelador da lenda não foi o vigário e sim o jornalista.

Conclui o Sr. Dr. Vasconcelos, cada vez mais generoso para com sua recordação vaga, a sua dúvida sobre Fernão Dias (ou Borba Gato) e, agora para com a lenda de São Romão:

“A diferença é apenas do local — São Romão e não o Guaicuí — contudo na mesma região” (sic!) (cf. “Bandeirismo”, 47).

Assim pois o féretro do pobre bandeirante que devia ser levado a São Paulo, em vez de sua jornada para o Sul tomou rumo diametralmente oposto, seguindo para o norte, longínquo!

Avento pois uma hipótese. E’ que primeiro o enterraram em Guaicuí a 600 quilômetros do Sumidouro (que ainda nem devia ser povoado). E depois em S. Romão que lhe fica “pertinho” apenas a mais 150 quilômetros, pelo São Francisco abaixo. Mas êste — quem o ignora? — dá franca navegação.

E feita a exumação foi o seu jazigo do Guaicuí ocupado pelo corpo de Manuel de Borba Gato. Saiu o sogro mas o genro tomou-lhe o lugar. Eram tão amigos! E depois nada mais natural... que um genro herde do sogro até o túmulo.

O que permaneceu *in albis* veio a ser o jazigo de São Paulo malgrado a asseveração formal do Abade de S. Bento (o homem dos enterros simbólicos!) de que êle, sepulcro, “hoje” a 30 de dezembro de 1681, já era “o perpétuo depósito do cadáver do bandeirante e dos de todos os seus descendentes”, os já ali sepultados, naturalmente.

Mas que vale uma afirmação solene feita em juízo ante a “vaga recordação” e a persistente dúvida do meu douto contraditor, reforçada agora pela revelação do jornalista sobre a lenda de S. Romão?

Mais tarde veremos que o Sr. Dr. Vasconcelos também defende a sua tese com a tríplice citação de uma estrofe do poema épico de Diogo Garção Tinoco (ou Domingos Cardoso Coutinho) sobre a vida e os feitos de Fernão Dias Pais.

De tal poema só se conhecem as quatro oitavas divulgadas por Cláudio Manuel da Costa. Nenhuma delas se refere ao naufrágio do

féretro do bandeirante no Rio das Velhas (cf. Rev. Inst. Hist. S. Paulo 441, 121).

Com certeza o Sr. Dr. Vasconcelos vai revelar-nos a existência de mais algum trecho do misterioso e truncadíssimo epos seiscentista.

Assim nos inculque tal oitava anunciada pelo seguinte trecho de sua lavra: "*Alude ao mesmo fato, corroborando-o, o poeta panegirista Diogo Grasson Tinoco, anterior a Cláudio Manuel da Costa (1789) como afirma ter tido o egrégio sertanista "funéreo enterramento onde fôsse dos peixes mantimento* (cf. Rev. Inst. Hist. S. P., 44, 2, 109).

Esta citação êle a abonou mais duas vêzes, como oportunamente veremos.

A notícia de tal descoberta é auspiciosíssima, não só para o aclaramento dos nossos fastos nacionais mas também para a História da literatura brasileira.

Já em público instante pedi ao Dr. Vasconcelos que nos desvendasse o seu achado e êle em seu último artigo, em vez de me responder, argui-me de cousa que não fiz, a saber: acusá-lo de haver cometido uma troca de nomes em relação aos apelidos do poeta Tinoco ou Coutinho.

Por enquanto a afirmativa formal do Sr. Dr. Vasconcelos sobre a existência de tal oitava se nos apresenta incomparavelmente menos vaga do que as suas reminiscências sobre o nome do ocupante do túmulo que viu na igreja de Guaicuí, e também do que aquilo que o jornalista de S. Romão inculcou ao "Diário de Minas" sobre a *lenda* corrente naquêle longínquo rincão mineiro...

V

Para defender a sua tese, destruindo os dois documentos beneditinos seiscentistas e os quatro setecentistas, relativos ao sepultamento de Fernão Dias Pais em São Paulo, que apresenta o Sr. Dr. Salomão de Vasconcelos, meu douto contraditor? Acaso alguma contestação contemporânea ou posterior ao que tais documentos afirmam? Não! Foi êle o primeiro a querer, em 1937, passados dois e meio séculos após a morte e o sepultamento do bandeirante em seu jazigo beneditino de São Paulo, aniquilar a larga documentação colonial tão concordante.

Ou antes, engano-me. Três documentos apresenta como cousa concreta da longa dialética, de sua encarniçada *delenda*...

Já os citei mas convém recordá-los.

1.º) Contestando que o esquife do bandeirante naufragado no Rio das Velhas houvesse sido transportado para São Paulo declara "*que é tradição corrente no Guaicuí, antigo Juizado da Barra do Rio*

das Velhas, que existiu na matriz local um velho túmulo com o nome do bandeirante talhado na lápide". (cf. "Bandeirismo", 46).

Após haver reportado esta tradição interessantíssima, pois faz com que os transportadores de féretro hajam tomado direção oposta (e diametralmente) a São Paulo, pois é a do Norte, ao passo que a cidade paulistana fica para o Sul, escreve o Sr. Dr. Vasconcelos um refôrço de argumentos realmente curiosos. Leiamos porém as suas próprias palavras.

Nós mesmos temos uma vaga recordação (sic!) de que em visita que fizemos àqueles lugares há cerca de vinte anos, vimos no Guaicuí um túmulo com uma inscrição bem visível, que muito nos impressionou.

O que se segue ainda é mais convincente como documento histórico inatacável.

Hoje não podemos precisar bem se de Fernão Dias ou de Borba Gato (sic!). Falha-nos a memória neste momento, se de um ou de outro destes bandeirantes (sic!).

2.º) O segundo fato concreto que encontramos no longo libelo do Sr. Dr. Vasconcelos é também sobremaneira interessante.

Reproduz o meu erudito contraditor uma notícia de "O Estado de Minas", de Belo Horizonte, edição de 3 de dezembro de 1944, certo telegrama expedido de São Romão, no alto sertão do São Francisco, vizinhanças já da Bahia.

"Em declarações feitas à Meridional, frei Bertoldo van der Mee e o vigário Frei Miguel, que dirigiu a pequena comunidade religiosa desta Vila sertaneja, onde a lenda diz estar enterrado o venerável Fernão Dias Pais Leme, relatam o acidente ocorrido com um dos frades sob sua direção, salvo de morte horrível pelo auxílio prestado por um avião do Aero Clube de Pirapora".

Rejubilou o Sr. Dr. Vasconcelos com a leitura deste telegrama. Transcrevendo-o em seu livro (cf. "Bandeirismo", p. 47) sublinhou: *onde a lenda diz estar enterrado o venerando Fernão Dias Pais Leme.*

Os seus comentários são os que não podiam deixar de ser:

"E' pois a tradição que mais uma vez se confirma (sic), pela voz de um antigo vigário da região, ainda vivo, e que naturalmente teve para isto afirmar bons fundamentos".

A diferença é apenas de local — São Romão e não o Guaicuí — contudo na mesma região (!)" (sic!)

Assim, pois, ao passo que o Sr. Dr. Vasconcelos repele inflexível como nada valendo as três asseverações de Taques e a do Cônego Roque Pais Leme, sobrinho bisneto e bisneto do bandeirante, num draconianismo irredutível, acolhe cheio da mais blandiciosa indulgência a contribuição da tradição e até a da lenda. E até a da lenda!

Aliás o telegrama assim como está redigido não nos inculca, de todo, que o informador da lenda seja o vigário. Tal redação demonstra que o inciso sublinhado pelo Sr. Dr. Vasconcelos corre por conta do representante da agência telegráfica.

Facile credimus... Facillime credimus. Tão baldo de documentação se acha o Dr. Vasconcelos que chega a aceitar a hipótese de uma trasladação de despojos de Fernão Dias, da antiga Barra do Rio das Velhas a 600 quilômetros do Sumidouro para São Romão, numa via-genzinha, rio abaixo, de apenas 150 quilômetros, tal a distância desta localidade à da Barra.

Na Barra, em 1925, viu o Sr. Dr. Vasconcelos a lápide tumular de Fernão Dias (ou a de Borba Gato, não se lembra bem). Pois bem em 1944 admite a possibilidade de que o bandeirante tivesse sido sepultado a 25 léguas abaixo em S. Romão.

A lenda em reforço de tradição, e ambas em reforço de uma falha de memória...

Mas se a diferença é apenas do local! se São Romão e Guaicuí estão na mesma região! O que nos parece absolutamente singular é que apaixonado pela história do bandeirantismo em Minas Gerais, episódio que o levou a tão longas, dilatadas e valiosas pesquisas, haja sofrido o Sr. Dr. Vasconcelos uma obliteração de memória tão considerável, de tamanho vulto, em relação à imprecisão da epigrafia da pedra tumular.

E' deplorável que tal amnésia o haja colhido quando exatamente se trata dos dois maiores vultos dos fastos mineiros em seus albores, Fernão Dias Pais e Manuel de Borba Gato! nomes que se antepõem a quaisquer outros do século XVII nas terras mineiras.

Foi esta mesma amnésia que o levou a escrever (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, 44, 2, 109):

"Sobre o acidente de seu naufrágio, o ponto essencial para a interpretação do fato, depôs a Câmara de Parnaíba, bem informada naturalmente, que depois de morto Fernão Dias, ainda o perseguiram as calamidades do Sertão porque o seu cadáver e as esmeraldas padeceram naufrágio no rio das Velhas". E acrescenta o meu douto contraditor:

Alude ao mesmo fato, corroborando-o, o poeta panegirista, Diogo Grasson Tinoco anterior a Cláudio Manuel da Costa, com o afirmar ter tido o egrégio sertanista... "funéreo enterramento, onde fôsse dos peixes mantimento".

Sobremodo surprêso com esta novidade convidei o Sr. Dr. Vasconcelos a dizer-me onde, em qual das quatro únicas estrofes conhecidas do poema de Tinoco se encontra a corroboração do naufrágio do esquife. (cf. Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, 44, 2, 111 e 122).

E como resposta até agora tive o mais completo silêncio. Não apareceu a estrofe que reclamo.

Deslocando inteiramente a questão, o Dr. Vasconcelos quis convencer aos seus leitores do "Jornal do Comércio", de 9 de abril p. p. que apenas se equivocou sobre os nomes do poeta obscuro.

Assim fuge ao instante pedido que lhe fiz de apresentar a estrofe de Tinoco. Assim escreve:

"Por um simples e natural descuido (igual talvez ao do mestre no caso da frase do abade) descuido naturalíssimo por visto andarem no tablado, como panegiristas de Fernão Dias dois épicos da época (Diogo Garção Tinoco e Domingos Coutinho) trocamos involuntariamente os nomes Tinoco em vez de Coutinho".

Mas nunca lhe fiz carga alguma de que haja trocado o nome do poeta. O que lhe pedi instante e categòricamente foi a estrofe do obscuro poema de que êle se valera como refôrço de argumentação!

Não uma e sim três vêzes asseverou o Sr. Dr. Vasconcelos que o poeta tratou do naufrágio do esquife.

Falando por exemplo do depoimento do Abade de S. Bento acha que o prelado depôs "*movido pelo nobre propósito de exaltar por melhor a memória do bandeirante*" fugindo à dúvida de *haverem suas carnes "sido dos peixes mantimento" como asseverou (sic) mais tarde o panegirista.*

Concluindo o meu apêlo escrevi: "Assim esperamos a revelação de pelo menos uma estrofe nova do poema mutiladíssimo de Tinoco.

A êste repto responde o Sr. Dr. Vasconcelos a contar que a contenda versa sobre a confusão dos nomes do poeta! E' cousa para nos trazer à mente o nosso prolóquio em que se fala de sol e de pe-neira.

Passemos porém a outro assunto.

VI

No afã de pretender destruir a documentação comprovante do transporte dos despojos de Fernão Dias Pais a S. Paulo, examinou o Sr. Dr. Vasconcelos, muito *per summe capita*, os papéis de extraordinária valia constituintes de volumoso processo existente em Lisboa no Arquivo de Conselho Ultramarino, e por Capistrano de Abreu mandados copiar.

Ofereceu êste mestre tal cópia ao Arquivo Público Mineiro, em cuja preciosa "Revista" apareceu nos tomos XIX e XX.

Constituem êstes autos a atestação póstuma dos serviços prestados à Coroa por Fernão Dias Pais. Trata-se de processo iniciado pelo irmão do bandeirante, Pe. João Leite da Silva, em princípios de

setembro de 1681, poucos meses após a morte do sertanista, portanto e na ausência de seu ilustre filho então ainda no sertão bruto do Guaicui.

A primeira publicação de tal acervo se deveu ao rígido respeitador dos documentos que era o probo Teófilo Feu de Carvalho, o desfechador de tremendo golpe sôbre as veleidades dos que pretenderam arvorar o escuso aventureiro Felipe dos Santos em precursor da nossa Independência nacional, brilhantíssimo capítulo da História do Brasil, pelo método confuso.

A primeira parte publicada do processo é a que decorreu da iniciativa do primogênito de Fernão Dias Pais. Compreende a petição inicial de Garcia Rodrigues Pais, não datada, mas evidentemente posterior a 1710 e mais as peças de números 2.438 a 2.455. A segunda parte publicada por Mário de Lima encerra os documentos de 2.456 a 2.468, (números êstes da localização arquival no antigo Arquivo da Marinha e Ultramar lisbonense).

Foi esta segunda parte que o Sr. Dr. Vasconcelos em seu "Bandeirismo" analisou pela rama, sem se dar a maior trabalho de confrontar com rigor os diversos depoimentos que leu. Vamos demonstrar quão perfunctória foi a tal inspeção.

Como a sua tese versa essencialmente sôbre o sepultamento do bandeirante, em São Paulo e em São Bento, era natural que, antes de mais nada, examinasse com tóda a atenção o depoimento do personagem mais autorizado como testemunha desta parte do processo. E quem? Aquêle que no momento era justamente o superior da casa abrigadora dos despojos do bandeirante, o próprio Abade do Mosteiro de S. Bento paulistano.

Assim quando respigou os dizeres de vários dos doze depoimentos, em busca de elementos para a sua tese, nem sequer mencionou a existência do testemunho do prelado, datado de 30 de dezembro de 1681!

Por que? Não sei como explicar tão extraordinário lapso...

Estranha, estranhíssima circunstância!

Deveria o meu douto contraditor achar-se sobremaneira distraído ao percorrer as páginas da documentação para saltar assim, com tamanho descaso, por sôbre o documento número 2.466 que começa pelas palavras:

Certifico eu, Frei Francisco da Conceição, Dom Abade do Convento do Patriarca São Bento, nesta Vila de São Paulo que o Governador Fernão Dias Pais que Deus haja em glória, etc...

Funesta distração! Impediu-o de ler algumas linhas abaixo o que o prelado, ao enunciar os motivos de gratidão de sua Ordem, para com o Governador das Esmeraldas, declarou que o seu Mosteiro era

"hoje" o perpétuo depósito de seu cadáver e de todos os seus descendentes.

Naturalmente, referia-se a segunda parte aos corpos já ali enterados, no jazigo perpétuo fundado pelo sertanista, mais de trinta e um anos antes, em 1650, a criatura que Deus houvesse em glória.

Mas deixemos de lado esta inexplicável distração do Sr. Dr. Vasconcelos.

E' de tamanha importância a declaração do prelado que mesmo que o meu erudito contendor a conseguisse anular não deveria, em hipótese alguma, silenciar a propósito da existência dêste depoimento capital para o esclarecimento da questão em aprêço.

Estranhíssima amnésia... acêrca de cuja ocorrência não ousou lançar qualquer hipótese, muito embora a tanto possam incitar-me o caso da existência da estrofe inédita de Diogo Garção Tinoco (ou Domingos Cardoso Coutinho) três vêzes anunciada pelo meu douto contraditor e até agora não documentada máu grado as minhas instantes reclamações.

VII

A bem do nosso debate é indispensável chamar tôda a atenção do leitor para a ordem cronológica dos documentos constantes dos autos do Arquivo de Marinha e Ultramar insertos na "Revista do Arquivo Público Mineiro".

E' a seguinte:

I) — Depoimento dos officiaes da Câmara de São Vicente, cabeça da capitania do mesmo nome, datado de São Vicente, e de 20 de setembro de 1681.

II) — Idem de D. Rodrigo de Castel Blanco, o espanhol administrador e provedor geral das Minas, datado de 8 de outubro de 1681 e do Sertão Del Sumidouro, em plena selva, portanto, à margem do Rio das Velhas.

III) — Idem, de Francisco João da Cunha, apontador da administração geral das Minas, São Paulo, 10 de outubro de 1681.

IV) — Idem, do Pe. Dr. Mateus Nunes de Siqueira, protonotário apostólico, São Paulo, 15 de outubro de 1681.

V) — Idem dos Officiaes da Câmara de Taubaté, datada da vila dêste nome a 21 de outubro de 1681.

VI) — Idem dos Officiaes da Câmara de Santos, a 1.º de novembro de 1681, datado desta vila.

Êstes seis primeiros testemunhos, convém não esquecer, são anteriores à chegada de Garcia Rodrigues Pais, vindo do Sertão, transportando os restos mortais do glorioso Pai e as supostas esmeraldas por êste encontradas.

Não podiam portanto trazer referência alguma a um sepultamento que ainda não se efetuara. Talvez surpreenda aos leitores tal afirmativa.

A documentação paulistana municipal e a ultramarina proporcionam-nos meios de deduzir que estas testemunhas depuseram em juízo antes da chegada de Garcia Rodrigues Pais do sertão do Rio das Velhas.

.....
A mais antiga notícia do falecimento de Fernão Dias Pais até hoje desvendada parece ser um documento de 26 de junho de 1681 (conf. Reg. Ger. da Câmara de S. Paulo, 3.308).

Até agora não se sabe qual tenha sido o dia do transpasse do Bandeirante. Parece ter ocorrido em fins de março ou princípios de abril de 1681, pois existe documento por êle assinado a 27 de março de 1681 (cif. Rev. Arq. Publ. Mineiro, 19, 53). E' Pedro Taques omisso em relação a tal data.

A 8 de outubro seguinte recebia Garcia Rodrigues Pais o atestado de D. Rodrigo de Castel Blanco passado no seu arraial de Paraíbipeva.

Na segunda metade de 1681 como dissemos, promoveu o Pe. João Leite da Silva a abertura dos autos tendentes a pedir a proteção régia para a sua cunhada, viúva e as suas cinco filhas solteiras, que o bandeirante deixara arruinadas a servir a Coroa.

A primeiro de setembro de 1681 comparecia perante os oficiais da Câmara de São Paulo, requerendo-lhe aceitasse um protesto seu contra D. Rodrigo que, segundo lhe constava, pretendia apoderar-se das esmeraldas que Fernão Dias descobrira.

Contou que seu sobrinho Garcia Roiz Pais, impossibilitado, por ter os seus índios doentes e a convalescer, procurara D. Rodrigo pedindo-lhe que comunicasse a descoberta das pedras preciosas ao Príncipe Regente.

Numerosas haviam sido as deserções da bandeira de Fernão Dias Pais, sobretudo de índios que se achavam agora homisiados em São Paulo, mas já aparecera o ajudante Francisco João da Cunha com um primeiro saquinho de pedras destinadas ao Príncipe Regente, saquinho que lhe enviava' D. Rodrigo.

A 26 de junho seguinte fazia Garcia Rodrigues Pais, nos matos de Paraíbipeva e arraial de São Pedro nas pousadas de D. Rodrigo de Castel Blanco, a entrega das supostas esmeraldas (Registro Geral da Câmara de São Paulo, 3.307).

De São Pedro do Paraopeba a Sumidouro a distância é relativamente pequena sobretudo para mateiros insignes como os antigos paulistas. Em linha reta há escassos oitenta quilômetros (Cf. "Bandeir-

rismo", Mapa, a pág. 104) uns seis dias de marcha, calculou um dos depoentes do processo.

Terá Garcia Rodrigues voltado ao Sumidouro a buscar os despojos paternos? E' muito possível mas nada posso dizer a tal respeito. Nada conheço das suas passadas até 2 de dezembro de 1681, quando já em São Paulo compareceu em juízo para assistir à abertura da inquirição de testemunhas destinada a provar que êle, seus pais e avós, figuravam entre as pessoas mais nobres da vila de São Paulo e da Capitania de São Vicente. (A. M. e U., 2455).

A 11 de dezembro mandava a Câmara de São Paulo lavar solene "térmo de manifestação feita por Garcia Roiz Pais, das pedras de esmeraldas descobertas por seu pai Fernão Dias Pais", documento rubricado por todos os oficiais e juiz ordinário, com exercício, os três vereadores (entre os quais o tão prestigioso Pedro Taques de Almeida, avô do linhagista) e o Procurador do Conselho ("Atas" da Câmara de São Paulo VIII, 156). Já então haviam sido tomadas em juízo as declarações da sétima e da oitava testemunhas arroladas.

O sétimo depoimento dos autos de inquirição promovida pelo Pe. João Leite data-se de São Paulo e de 18 de novembro de 1681. E' o do Pe. Domingos Dias, Reitor do Colégio da Companhia em S. Paulo, e tudo me faz crer que é anterior à chegada de Garcia Rodrigues.

Refere-se o Reitor, em longo testemunho, aos grandes serviços de Fernão Dias. À sua atuação como conciliador dos paulistas e jesuítas aos combates travados em Santos com os holandeses, a seu extremado lealismo monárquico, aos benefícios por êle feitos aos beneditinos, etc.

Há neste longo arrazoado um tópico sobremodo comprometedor para a qualificação do cuidado com o qual o Sr. Dr. Vasconcelos examinou os documentos do processo por êle interpretado.

Falando da jornada esmeraldina declarou o Padre Reitor:

E vendo que o hiam dezemparrando logo nos primeiros anos os homens que o acompanhavão de Povoado por não poderem sofrer tanta dilação e ausencia de suas casas lhes disse com notável resolução que ainda que todos se recolhessem ele ali havia de ficar só e com seu filho Garcia Dias Paes que hia em sua companhia. Havia de prosseguir a jornada até morrer e que em seu testamento havia de deixar ordem ao dito seu filho que sob a pena de sua maldissão prosseguisse a jornada, ainda que fosse só com os seus indios e que nem trouxesse nem mandasse seus ossos a enterrar a povoado sem que primeiro descobrisse as esmeraldas e que depois delas descobertas os poderia trazer. (A. M. Ul. 2466).

Assim cogitava sempre o bandeirante que seus ossos (veja-se bem seus ossos) fôssem ter o último repouso em Povoado. E êste

Povoado qual seria? Acaso o arraial do Sumidouro? ou o de Parai-bipeva? De que lhe serviria então tanto haver despendido de sua fortuna para obter sepultura perpétua na Abadia de São Paulo, em sua vila natal?

Este trecho certamente não o leu o Sr. Dr. Vasconcelos que no entanto vinte linhas abaixo encontrou um tópico que analisou e aqui transcrevo:

“Dom Rodrigo de Castel Blanco topou com Garcia Rodrigues que estava curando aos enfermos de peste e entregou ali mesmo as amostras que trazia das esmeraldas, para que por sua via as enviasse a toda pressa a Sua Alteza, visto êle Garcia estar incapaz de poder ir com essa pressa por causa de doença. (“Bandeirismo”, página 44).

E' muito curioso que o Sr. Dr. Vasconcelos haja silenciado por completo a disposição expressa do bandeirante ao filho quanto ao transporte de seus ossos a São Paulo.

O depoimento do Pe. Reitor explica a longa demora da viagem de Garcia Rodrigues, causada pela enfermidade de seus índios a quem estava curando, convalescentes das terríveis carneiradas vitimadoras do glorioso pai.

Nas declarações do Padre Dias não há referência ao sepultamento do bandeirante em S. Bento.

Mas nela se encontra um tópico que nos induz a crer que a inucação ainda não se realizara.

Terminando o depoimento, declarou o Padre Reitor repetir o que sobre as qualidades, virtudes e serviços da Coroa, do bandeirante, ouvia por parte de “pessoas muito fidedignas e totalmente desinteressadas”.

E acrescenta “como quem inquirisse ações para lhes pregar em suas exéquias, para o que fui avisado” (Rev. Arq. Publ. Mineiro 20.189).

As últimas palavras induzem-nos a crer que as exéquias ainda se não haviam realizado. Mais que provávelmente seriam elas feitas por ocasião do entérro, incerto ou em dias a êste contíguos.

Cinco dias após o comparecimento do Padre Domingos Dias à presença de Matias da Costa, “nesta vila de São Paulo vinha igualmente depor Pe. Dr. Francisco Almeida Lara, oitava testemunha arrolada”. Referiu uma série de grandes serviços ao bandeirante, de guerra e de paz, e apenas consagrou muito curta alusão à reconstrução por êle feita da igreja (sic) de S. Bento esquecendo-se de falar no Mosteiro.

A usarmos o cepticismo inconvençível do Sr. Dr. Vasconcelos há aí argumento para duvidar que Fernão Dias haja, além da igreja abacial, construído o Mosteiro de São Bento paulistano.

VIII

Aos bondosos leitores dêste longo arrazoado (em que procuro analisar tôdas as peças, até agora divulgadas, relativas ao destino dos despojos mortais de um dos maiores homens do Brasil colonial) já apresentei a súmula dos oito primeiros depoimentos constantes do processo instaurado pelo Padre João Leite da Silva.

Do nono depoimento, o dos officiaes da Câmara de São Paulo, a 6 de dezembro de 1681 faz o Sr. Dr. Salomão de Vasconcelos o maior alarde. Atribui-lhe quase foros de um dos principais liquidadores do assunto, de acôrdo com os seus pontos de vista, bem entendido. E isto só porque não se refere tal declaração ao sepultamento do bandeirante na Igreja de São Bento, em São Paulo.

Examinarei êste caso detidamente, contestando esta opinião do meu douto refutador a mostrar que eia' lhe proveio da perfunctoriedade do exame de documentação, a que procedeu rapidamente.

.....

O décimo depoimento é o dos officiaes da Câmara de Parnaíba a 20 de dezembro de 1681. Nêle há um tópico que não aparece em nenhum dos outros onze testemunhos. Dêle procurou o Sr. Dr. Vasconcelos tirar grande vantagem que não tem razão de ser como veremos. Decorre apenas também do exame apressado e superficial que de tal documento realizou.

O undécimo depoimento é do Abade de São Bento, Frei Francisco da Conceição, a 30 de dezembro de 1681. Declarou o Prelado, categórico, que a sua abadia "*hoje*" (sic) *era o perpétuo depósito do cadáver* de seu grande benfeitor e dos de todos os seus descendentes. Os já ali enterrados, necessariamente, porque não quizeria o abade pretender sepultar, por exemplo, a modo do enterramento de Alarico, o famoso bárbaro visigodo, a família de seu benfeitor, seus dois filhos varões, suas seis filhas e seus netos filhos de Manuel de Borba Gato.

Hoje, a saber, a 30 de dezembro de 1681, bem sabia o Abade, estavam vivissemos Garcia Rodrigues Pais, que se achava em São Paulo, e o Capitão-mor Pedro Dias Leite; Custódia e Isabel Pais, Catarina Dias Pais, Mariana Pais Leme, Lucrecia Leme da' Silva, donas solteiras. E mais uma filha ainda, Maria Leite, mulher de Manuel de Borba Gato e talvez já as filhas dêste, as futuras mulheres dos três morgados açorianos, parentes, enriquecidos pelo ouro do Rio das Velhas, acumulado pelo illustre sogro.

Convém, entre parêntesis, não esquecer que o imortal bandeirante, ao feitio dos grandes barões feudais, não escondia o que então se chamavam "os delírios da mocidade". Assim, ao receber a doação do seu jazigo, em 1580, declarara, formalmente, autorizar que nêle se enterrassem além de sua mulher legítima, se algum dia a tivesse, sua

mãe, irmãos, irmãs, cunhados e seus descendentes legítimos, assim como os filhos e filhas naturais que éle Fernão Dias Pais já tivesse ou viesse a ter.

Diante de tão categórica declaração que imaginou o Sr. Dr. Vasconcelos dizer? Que o Abade aludiu ao entérro simbólico dos restos de seu benfeitor, que sabia terem servido de repasto aos peixes do Rio das Velhas! ou escapado de sê-lo!

O duodécimo e último depoimento, o do Capitão-mor da Capitania de São Vicente, Diogo Pinto do Rêgo, data-se de Santos e de 22 de janeiro de 1682. E' curto e nêle não existe a menor referência às relações do bandeirante com São Bento. Apenas afirma o capitão-mor que Fernão Dias "sempre se mostrara inclinado ao culto divino".

No Rio de Janeiro, a 12 de março de 1682 encerrou o Ouvidor Geral da Repartição do Sul, Dr. André da Costa Moreira, os autos da inquirição do Padre João Leite, associando-se ao côro de louvores à memória e aos serviços do homérida.

Por tudo quanto sabia achava que sua mulher e filhas eram merecedoras de tôdas as honras e mercês que S. A. o Príncipe Regente Dom Pedro, seu Senhor, fôsse servido fazer-lhes.

IX

Não há homogeneidade nos doze depoimentos obtidos pelo Padre João Leite da Silva quanto às declarações atestadoras dos serviços de guerra e de paz do glorioso sertanista. A única unanimidade nelas notada é a que diz respeito à efetividade da jornada esmeraldina.

Também se tal não existisse... Sete testemunhas referiram-se aos seus combates com os holandeses, em defesa de Santos e São Vicente; o mesmo número reportou-se aos auxílios de homens e dinheiro prestados a Estêvão Ribeirão Baião Parente e a Braz de Arzão, em sua grande expedição punitiva dos índios do alto Paraguaçu, na Bahia.

À atuação do Governador das Esmeraldas, em favor da paz na contenda entre os paulistas e jesuítas, reportaram-se cinco testemunhas e três à de dissídio dos paulistas com o Vigário Albernaz. Sobre a sua contribuição para a pesquisa de minas solicitada por Agostinho Barbalho Bezerra manifestaram-se oito.

Aludiram ao seu entranhado zêlo pelo serviço real quatro; às suas manifestações piedosas três; à exação e generosidade de suas atitudes para com o fisco régio quatro; à mão forte dada aos ouvidores corregedores da comarca a bem da justiça e da ordem apenas uma — a Câmara de São Vicente; à sua atuação durante a guerra civil dos Pires e Camargos dois depoentes.

Aos benefícios feitos aos beneditinos referiram-se o Abade de São Bento, o Reitor do Colégio dos Jesuítas; os Padres Drs. Mateus Nu-

nes de Siqueira (Vigário da Vara de São Paulo) e Francisco de Almeida Lara, as Câmaras de São Vicente e Santos (seis).

Nem uma única palavra a tal respeito entenderam dizer as Câmaras de São Paulo, Taubaté e Parnaíba, o Capitão-mor da Capitania Diogo Pinto do Rêgo e o Apontador da Repartição das Minas, Francisco da Cunha. Não havia motivos para que D. Rodrigo de Castel Blanco se referisse a tal questão, pois como estrangeiro pouco saberia da fé de ofício do sertanista.

De que Fernão Dias morrerá arruinado, tendo dissipado a grande fortuna a bem da Coroa, atestaram dez testemunhas. Um único depoimento, o da Câmara de Parnaíba, referiu-se ao naufrágio do seu esquife no Rio das Velhas.

Que belo manancial aos negativistas irredutíveis oferece este conjunto de depoimentos díspares, se sobre êle se encarniçarem empregando os processos do Sr. Dr. Vasconcelos!

A Câmara de Parnaíba foi a única em falar em naufrágio. Sobre esta catástrofe onze depoentes mantiveram o mais profundo silêncio!

Ergo: *testis unus!* não houve naufrágio!

Desde já tomo a liberdade de a tais incréus fazer uma sugestão. Apliquem às suas conclusões os métodos parlamentares da apuração dos pleitos eleitorais.

Assim poderão afirmar que com efeito se realizou a jornada esmeraldina (doze votos contra zero), que o bandeirante morreu arruinado (9x3), que auxiliou a bandeira de Estêvão Ribeiro Baião (7x5) e combateu os holandeses (7x5), assim como forneceu recursos a Agostinho Barbalho Bezerra (8x4).

Mas não tomem a sério o que se conta da atitude apaziguadora de Fernão Dias em face do conflito paulistas-jesuítas (4 prós e 8 contra) e sobretudo quanto ao dissídio paulista-paroquial (3x9). Desminta-se o seu zelo pelo serviço real (3x9), o interesse pelo fisco régio (4x8). Negue-se-lhe a piedade católica (3x9) e sobretudo a mão forte dada aos ouvidores para cumprimento da justiça (11x1!). Naufrágio é que de todo não houve (11x1!) nem sobretudo sepultamento em São Bento (11x1!).

E há ainda outro caso a dirimir e importantíssimo. Seis depoentes afirmaram que o bandeirante foi grande benfeitor dos beneditinos e os demais seis não "piaram" a tal respeito. Empate portanto! Houve ou não houve benefícios?

Aqui só há um recurso: benèvolamente admitamos que houve... E desempatemos valendo-nos da generosidade do velho voto de Minerva...

Benefícios houve! Não há dúvida! Houve! *Minerva locuta est...*

X

Os doze depoimentos que examinamos distribuem-se em duas categorias distintas. A sete precede um requerimento em forma de questionário redigido pelo propositor do inquérito, o Padre João Leite. Aos cinco demais faltam tais introitos.

A primeira categoria pertencem as declarações das Câmaras de São Paulo, Taubaté, Parnaíba, São Vicente e Santos, do Vigário da Vara de São Paulo (o Protonotário Apostólico Dr. Mateus Nunes de Siqueira) e o do Apontador da Repartição das Minas, Francisco João da Cunha.

Os sete questionários do Padre João Leite não são, contudo, uniformes: ora mais extensos ora menos, compreendem maior e menor número de quesitos.

Por intermédio destes quis o clérigo ficar a par, globalmente, do que sabiam e pensavam os diversos depoentes:

1) da situação social de Fernão Dias Pais e se êle era realmente homem nobre e de qualidade;

2) dos serviços por êle prestados em ação de guerra contra os holandeses no litoral paulista;

3) do auxílio que prestara, em homens e dinheiro, à bandeira de Estêvão Ribeirão Baião Parente na campanha contra os índios do Paraguaçu, na Bahia;

4) da sua contribuição generosa ao governador Agostinho Barbalho Bezerra, quando das malogradas emprêsas sertanistas deste explorador;

5) do auxílio e mão forte que sempre dera aos Ouvidores Gerais Corregedores para tornar efetivas a distribuição da justiça e a manutenção da ordem;

6) de sua caridade para com os religiosos e demonstrações de fé católica;

7) de sua lealdade absoluta como vassalo da coroa portuguesa e interesse pelo aumento desta;

8) e finalmente: de seus esforços em prol do descobrimento da prata e das esmeraldas, sobretudo em sua última jornada, expedição em que perdera a vida, empreendida à custa da sua fortuna pessoal, e na qual se arruinara ao serviço do seu soberano.

.....

Nenhum dos sete questionários encerra qualquer pergunta relativa às relações do sertanista com os beneditinos. Nenhum se refere à circunstância de que Fernão Dias Pais construira a Igreja e o Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

Tão desatentamente leu o Sr. Dr. Vasconcelos os documentos de onde colheu os argumentos estribadores da sua tese que nem sequer reparou na circunstância de serem as respostas do inquérito proposto às Câmaras de São Paulo, Taubaté e Parnaíba — respostas de que faz o maior cabedal — a resposta pura e simples, aos itens dos questionários a elas apresentados.

Como não se lhe deparou nestas contestações a menor alusão ao enterramento do bandeirante em seu jazigo paulistano, proclamou: *ergo!* foi Fernão Dias inumado alhures!

Importância a' mais considerável atribui o Sr. Dr. Vasconcelos ao depoimento da Câmara de São Paulo, em virtude da ausência do pormenor que neste momento nos preocupa.

Pois bem! Examinemos o que o Padre João Leite perguntou aos edis paulistanos. Pediu-lhes:

- 1) um certificado da fidalguia do irmão;
- 2) um atestado de seus serviços de guerra contra os holandeses;
- 3) outro relativo à bandeira de Baião Parente;
- 4) mais outro concernente ao auxílio a Barbalho Bezerra;
- 5) ainda outro sôbre os sacrifícios impostos pela jornada esmeraldina;
- 6) ainda um sexto depoimento sôbre o que sabiam da causa da ruína da fortuna pessoal do Governador das Esmeraldas.

Nada perguntou o Padre João Leite sôbre as relações do Irmão com os beneditinos.

Limitou-se a Câmara de São Paulo a responder, exatamente, aos seis quesitos do questionário. Entendeu que nada lhe havendo sido indagado sôbre São Bento, não lhe cabia responder o que lhe não fôra perguntado. Simplesmente isto...

A Câmara de Taubaté procedeu exatamente como a de São Paulo. Ponto por ponto respondeu aos itens de seu questionário:

Apelou o Sr. Dr. Vasconcelos para o seu depoimento. Houvesse, porém, tido o cuidado de ler o cabeçalho de tal declaração e a reflexão lhe seria de que os camaristas taubateanos não entenderam dever contestar uma pergunta que lhes não fôra formulada. Tal qual como os de São Paulo!

Mais uma vez ressalta a desídia da leitura procedida pelo meu douto contraditor na preciosa documentação dos autos do Padre João Leite.

Propôs êste aos edis da vila de Jacques Félix uma única questão: pediu-lhes narrassem quanto soubessem da jornada esmeraldina. Quanto se demorara o homérica em tal expedição, se realmente fôra

abandonado pelos seus bandeirantes e capelães, restando-lhe apenas a companhia do filho, se não tomara medidas para o assinalamento preciso dos lugares onde descobrira prata e esmeraldas.

Respondeu a Câmara exclusivamente ao que dela fôra indagado. Assim em seu depoimento não aparecem holandeses, nem Barbalho Bezerra. Não se fala de socorros à bandeira de Baião Parente, etc., etc., e ainda menos em beneditinos e Mosteiro de São Bento.

E no entanto estranha o meu erudito contestante que de tal não hajam tratado os oficiais taubateanos (cf. "Bandeirismo", 45).

Terceira comprovação do descuido de sua análise dá o meu douto opositor ao se referir ao depoimento da Câmara de Parnaíba (It. de 45).

Admira-se que nela não haja referência alguma ao entérro do herói em São Bento.

Houvesse tomado a precaução de ler o cabeçalho de tal papel e tomaria conhecimento do questionário proposto pelo Padre João Leite aos oficiais da gloriosa vila tieteana em cujo escudo relembrador do que fizeram seus grandes filhos, como André Fernandes, Domingos Jorge Velho, os dois Anhangüeras, entre tantos mais — inscreve-se justo mote: *Patriam feci magnam*.

Tal questionário muito pouco difere do proposto à Câmara de São Paulo. E' menor por lhe faltar um dos quesitos apresentados à edilidade paulistana.

Responderam os oficiais da Câmara da vila dos terríveis calções de couro, da grei dos Fernandes Ramos e de Suzana Dias, obedecendo ao mesmo critério dos seus vizinhos paulistanos.

Ponto por ponto contestaram o que o Padre João Leite dêles indagara.

Se êle não lhes falara em beneditinos e São Bento, por que haviam de responder ao que se lhes não perguntara?

Foi a contestar o quesito referente aos pormenores da jornada esmeraldina que os camaristas narraram o incidente do naufrágio póstumo de Fernão Dias Pais no Rio das Velhas.

XI

Examinemos, porém, êste caso deveras interessante. O depoimento da Câmara de Parnaíba reflete, ao nosso ver, uma informação do próprio Garcia Rodrigues Pais que, positivamente, foi à gloriosa vila consagrada a Sant'Ana rever sua mãe e cinco irmãs solteiras que lá se achavam residindo, em novembro de 1681 (cf. Rev. Arq. Púb. Min., XIX, 21).

Acredito piamente no caso de tal soçôbro, tanto quanto o Sr. Dr. Vasconcelos, para quem a ocorrência de tal catástrofe é providencial para a sua argumentação, seja dito de passagem.

E' a única peça dos autos que nos fala no naufrágio dos despojos mortais do bandeirante e das amostras das suas pedras verdes nas águas caudalosas do Rio das Velhas.

"O seu cadáver e as amostras padeceram naufrágio no Rio que chamam das Velhas em que se perderam as armas e tudo quanto trazia de seu uso e se afogou gente, porque os índios nadadores se ocuparam em salvar as vidas e acudir às amostras das esmeraldas como em sua vida lhes tinha recomendado o defunto seu Senhor cujo corpo se achou depois de muitos dias a diligências de seu filho Garcia Roiz Pais que o tinha ido a socorrer e chegou até depois de sua morte e naufrágio".

Relata a Câmara de Parnaíba que tendo recuperado os despojos paternos, recolheu-se Garcia ao Sumidouro (Rev. Arq. Púb. Mineiro, 20, 176).

A Câmara de Taubaté (Rev. Arq. Púb. Min., 20, 173) não se refere ao naufrágio mas conta que no Rio das Velhas ao sertanista acometera a peste *"da qual perecera com notável mortalidade dos seus índios, cujas relíquias recolheu seu filho para a feitoria do Sumidouro, aonde estava (êlé Garcia Roiz) convalescendo os poucos que escaparam para continuar sua viagem para povoado"*.

Assim um irredutível negativismo como o pôsto em prática pelo Sr. Dr. Vasconcelos (quando lhe convém) autoriza-o a contestar a ocorrência do naufrágio.

Se nenhum dos demais onze depoentes nêle falou! Portanto: *Testis unus...*

Creio na veracidade do soçôbro porque a primeira notícia dêle existente, data de 20 de dezembro de 1681.

Em segundo lugar, de tal naufrágio existe nova referência positiva na "Nobiliarquia Brasiliense", do Cônego Roque de Macedo Pais Leme, bisneto de Fernão Dias, a referir uma reminiscência de família, embora deturpada pela tradição oral.

Apesar de sua extraordinária exigência em relação ao que contém com o seu *facile credimus*, aceitou o Sr. Dr. Vasconcelos com verdadeira satisfação a referência ao naufrágio. Nêle viu precioso subsidio para a sua tentativa de invalidar as diversas afirmações da documentação colonial. Êste caso de soçôbro permitiu-lhe dar largas ao acirrado intento de desmentir que os despojos do sertanista hajam vindo descansar em sua cidade natal de São Paulo. Foi o que o levou a ver a lápide sepulcral de Guaicui e a invocar a *lenda* de São Romão, veiculada pelo chocho telegramazinho do jornalista local.

E ainda a levar o féretro do bandeirante a 700 quilômetros para o Norte quando o transportaram para 700 quilômetros para o Sul.

Tal a veemência do seu *facilime credimus* que ainda o impeliu a invocar a existência da ignota estância do epos de Diogo Garção Tinoco (ou Domingos Cardoso Coutinho).

XII

Quer me parecer que a questão da jornada mortuária de Garcia Rodrigues Pais está assaz esclarecida com o auxílio da documentação bastante profusa dos autos do Padre João Leite e das "Atas" e do "Registro Geral da Câmara de São Paulo".

Pereceu Fernão Dias Pais quando do Norte mineiro descia para o Sumidouro, base de suas operações, perto do atual Sabará. Vinha dos cerros de Itacambira e Itamarandiba (do reino dos Patachós, particularizou o Apontador da Repartição das Minas Francisco João Cunha).

O filho não o acompanhava nesta marcha. Estava mais que provávelmente no Sumidouro à sua espera.

Caminhara Fernão para o Sul com o fito de se avistar com Dom Rodrigo de Castel Blanco, delegado régio e nesta ocasião vira a sua indiada assolada pela peste das *carneiradas*, que lhe dizimara a escolta. A seu turno, enfermando, sucumbira.

E' de crer que estivesse navegando no Rio das Velhas contra a corrente e já se achasse perto do Sumidouro.

Ocorrera logo depois o naufrágio do seu barco. Garcia Rodrigues que marchava ao encontro do Pai, ainda chegara a tempo de dirigir as buscas, graças às quais conseguira retirar-lhe o corpo do rio e encontrar o saquinho das supostas esmeraldas que o sertanista trazia para o Príncipe Regente de Portugal.

Tal o que se depreende do relato da Câmara de Parnaíba (cf. Rev. Arq. Púb. Mineiro, 20, 176).

Quando se passou tal ocorrência é que não parece possível fixar-se. Certo é que vindo ao encontro de Dom Rodrigo, pôde Garcia Rodrigues, a 26 de junho de 1681, com êle avistar-se em seu arraial de São Pedro da Paraíbipeva, entregar-lhe as pedras verdes paternas e comunicar-lhe que o bandeirante lhe mandara avisá-lo de que punha à sua disposição as grandes roças de milho e de feijão que possuía no Sumidouro.

Para ali voltou Garcia pois tendo muitos de seus índios ainda gravemente enfermos e outros convalescentes, não conseguiu formar escolta para a sua volta a São Paulo.

A 8 de outubro de 1681 recebeu êle das mãos de Dom Rodrigo um atestado datado do "Serton del Sumidouro", papel em que o castelhano declarou haver Fernão Dias falecido a "largas jornadas de este araya".

Ao seu acampamento viera Garcia Rodrigues trazer "a manifestar unas Piedras Berdes transparentes disiendo ser esmeraldas".

Declarou Francisco João da Cunha, Apontador e Administrador Geral das Minas e ajudante de ordens de Dom Rodrigo que indo ao arraial do Sumidouro já então falecera Fernão Dias.

“No ditto sitio achey a Garcia Roiz Paes que estava convalescendo os poucos doentes que escaparão de peste dos quais morrerão três em minha presença” (Rev. do Arq. Púb. Mineiro, 20, 166).

Assim me parece que para meados de outubro de 1681 pôs-se Garcia a caminhar de volta para São Paulo, onde já a 2 de dezembro tinha chegado, assinalada como se acha a sua presença pelos documentos publicados por Feu de Carvalho no tomo XIX da Rev. do Arq. Púb. Mineiro.

A onze de dezembro de 1681 exhibia êle à Câmara quarenta e sete pedras verdes que supunha ser esmeraldas e destinavam-se ao Príncipe Regente.

O exame destas diversas circunstâncias leva-me a crer que o sepultamento dos ossos de Fernão Dias Pais no jazigo de São Paulo haja sido realizado na segunda quinzena de dezembro.

Tempo de sobra tivera o piedoso filho para no Sumidouro realizar o embalsamamento do corpo do grande sertanista, à moda bandeirante e trazer-lhe ao jazigo de São Paulo, os ossos conforme particulariza o terceiro depoimento do Padre Taques na “Informação sôbre as Minas”, apógrafo inédito da Biblioteca Municipal de São Paulo.

XIII

Em resumo, e a apelar para o que nos ensina o célebre aforismo: *onde não há documentos não há história*, estabeleçamos o confronto entre as peças documentais antigas e as que apresenta o Sr. Dr. Vasconcelos a tentar rebatê-las.

A asserção formal de 30 de dezembro de 1681, pelo abade de São Bento, às informações do códice seiscentista do arquivo abacial de São Paulo, às três asseverações formais de Pedro Taques, à referência do Cônego Roque Pais Leme, a estas seis afirmações setecentistas que opõe o meu douto contraditor?

Um desfiar de rugas semânticas de dúvidas e hipóteses, de argumentos meramente dialéticos hauridos do exame rápido e perfunatório de algumas peças documentais seiscentistas respigadas aqui e acolá cujo cotejo não foi feito e de exame tão apressado que até deixou em completo olvido a mais importante de tôdas estas peças, o depoimento do Abade de São Bento, em dezembro de 1681.

As seis asseverações concordantes e dos séculos XVII e XVIII opõe o Sr. Dr. Vasconcelos três peças documentais de 1925, 1944 e 1949. A primeira é a que se refere ao seu encontro com uma pedra tumular na igreja de Guaicuí. Infeliz, mas lealmente, não sabe, porém, informar, em virtude de lapso amnésico, se o epitáfio de tal pedra se referia a Fernão Dias Pais ou a Manuel de Borba Gato! A segunda

pado, mistificação que só merece o qualificativo recém-atribuído de *incrível pilhéria*.

Foi o que recentemente lhe conferiu, com mil carradas de razões, alguém que, entre nós, é dos mais versados sabedores da história da conquista dos ares, ensaísta senhor de estilo tão atraente quanto vivaz, pôsto ao serviço da verdade: Matias Arrudão, pseudônimo popularíssimo em todo o Estado de São Paulo.

Vejamos porém o que vêm a ser os documentos oferecidos pela Exma. Snra. D. Berta Leite.

Copia dela Relazion Volunttria, que de si hizo el Pe. Fray Juan Alvarez de Stta. Maria. Religso. Carmelitta Calzado (Arquivo Nacional da Torre de Tombo, de Lisboa, Inquisição — Processo 15298).

* * *

(fls. 81) Copia dela Genealogia que declaró fr. Juan Alvarez de Sta. Maria religioso Carmelita Calzado corista, sin orden alguño de-tenido sin comunicazion en una celda dei convto. de su orden de esta corte, dilatada espontaneamente. . . . apostata de su religion y de la Cattca. Appca. Romana creyendo la muerta lei de Moyses y otras muchas herezias de diferentes sectas y que la Redempcion del genero humano no estava echa y era destinada para hazerla el Dr. Do. Bartmé. Lorenzo y Guzman, su hermano a este dilatado.

* * *

Fray Juan Alvarez de Santa Maria nat. dela villa de Santos, Provincia de la Bahia, en la tierra de la Conquista de Portugal, de edad de 22 años que cumplio el dia 28 de Marzo deste año, Religiosso professo de Nra. Sra. del Carmen de la antigua observa., alto, delgado, pelo negro y ojos negros, algo humidos, blanco de rostro, nariz proporcionado, poca barba. Y emmedia de ella un hoyo, que tomó el havito de edad de 15 años en el convto. del Carmen de dba villa de Santos siendo Paros fr. Juan de Las Nieves y le embiaron a tener el año del noviciado al Convto. de la ciudad de San Pablo desa Religion distante onze leguas da dicha villa y fué su Maestro en el Noviciado fr. Balthassar del Montecarmelo y Silva siendo Paroco Manuel de la Purifficacion, ante quien professó passado el año, a principios de Diciembre del de 1719 estudiando en otro convto. las artes en el año del noviciado, y las concluyó por Settro. des de 720 tiendo por encestro fr. Manuel Gonzaga de la Madre de Dios y algunos de sus condisci-

desde la villa de los Santos, donde avia estado en el oficio de Sacristan y Regivolero (?) — en compañía de fr. Juan de las Niebes, al convto. de la Trinidad del Rio Janeyro, donde estube hasta el mes de Abril del año de 1722, y por el mes de Settre, del proximo referido año, desde la ciudad de La Bahia, se embarcó en el navio de Nra. Sa. del Buenviage y Sto. Antonio de que era capitan Manuel Hombre, Maestre franco Lerena y Lianpano Juan Breira. Y en otro navio venian muchachas y entre ellas Da. Bargida de Guzman, su hermana y Da. Maria de Seyjas, su sobrina que una y otra tomaron el havito de Religiosas en el convto. de Sta. Clara de la Villa de Santarem I la mente (?) professó la dha Da. Maria de Seyjas quedando se Da. Brigida de Seyjas, y desembarcaron en el Puerto de Lisboa por el mes de diziembre quedando las dhas su hermana y sobriña em cassa del Dr. Don Bartholomé Lorenzo y Guzman passando fr. Juan al collegio de Nra. Señora del carmen en la ciudad de Coimbra, a estudiar Theologia que era el fin de su viage, ademas de acompañar a dhas sus parientas y llegó a 10 y ocho de Henero, del año de 723 a dho convto. de Coimbra de que era Rector el Mre. fr. Manuel de la Esperanza, calificador del Sto. oficio y lectores de theologia a quienes sea fr. Juan Alvarez de Santa Maria, los Padres fr. Jayme de Sampayo, Lector de Prima, fr. Juan Paulino Visperas, fr. Bernardo de San Joseph de Terbia, fr. Manuel de Vencimiento y Silba, de Nona, fr. franco. Valessio Rocaful de completas en controversia y permanezió en dho collegio hasta el mes de marzo de aguel año, que volvió en compañía de fr. Joseph de pereda de Sta. Ana de la misma religion a la Ciudad de Lisboa, de donde fué acompañando a dhas su hermana y sobrina a Santarem pa. que vestisen el havito y tambien las acompañó el dho Dr. Bartholomé Lorenzo y Guzman, y despues de haverlas dexado en el convto. de Sta. Clara se volvieron los dos hermos. Lisboa, anticipando se dos dias el Dr. Barthmé. Lorenzo y permanecieron juntos en aquella Corte en cassa de dho Dr. Don Barthmé. hasta fines settre. de 1723, haciendo dos viages juntos a Santarem a ver a dha su hermana, y sobrina y afines de dha volvió el dho fr. Juan Alvares a dho su collegio de Coimbra, donde permaneció proseguendo en estudiar Theologia hasta el mez de Marzo del año de 1724 que volvió a Lisboa a cassa y compañía del dho Dr. Don Barthmé. su hermano, donde estubo hasta fines de settre. de dho año em cuyo tpo hizo viage a Santarem a asistir a La profesion de dha su sobrina D. Maria Christina, y en dha corte de Lisboa y cassa de su hermano el Dr. Don Barthmé. Lorenzo y Guzman dexó el havito de religiosos sobre la cama en que dormía que estaba en un quarto que havia sido oratorio el tomó vestido de Seglar y dexando el nombre de fr. Juan Alvarez de Sta. Maria tomó el de D. Gabriel Santos, y ambos disfrazados hicieron diligenzia por si encontraban embarcacion, para passar se a Inglaterra y

no la hallando passaron a Castilla tardando a llegar a Codrera primero de la raya en Castilla 18 dias, y siguieron el camño de Toledo con muchos estrabios. Y en la noche de 17 para el 18 de Novre. del año de 1724 murió en el ospital de la Misericordia el dho Dr. D. Barthmé. Lorenzo y Guzman con el nombre de Miguel Santos, sepultando su cuerpo en la Iglesia Parroquial de Sn. Roman de La Ciudad de Toledo, aviendo se confesado y sacramentado... e ressiendo el Ssmo. Viatico el dia antes de su muerte. Y el dho fr. Juan Alvarez de Sta. Maria vino a esta Corte y despues de haver estado en el Hospital General de ella donde lo curaron dos enfermedades se presentó ante el Prior del Convto. del Carmen calzado desta Corte en havito de dha religion apadrinado del secretrio, del Ministro que reside en ella de S. Mage. Portuguesa. Haziendo le resevido el Prior escrevio dho fr. Juan de Sta. Maria una difusa voluntaria delacion de sí dando por principal causa de los muchos errores en que incurrió la persuasion eficaz del dho Dr. Dn. Barthmé. Lorenzo y Guzman, su hermano q. le aseguró y persuadió no estaba echa la Redempcion prometida en las sagradas letras a los Judios y que el dho Dr. D. Barthmé. era el Messias y Redemptor prometido sino entraba en la obra de Redempcion lo pediria Dios esta estrissima (?) quenta y que a el se enderesaban todas las promessas de aquel Quinto Imperio que profetizo Darriel, con otros muchos errores y execrables herezias.

Padres del dho fr. Juan Alvarez franco, Lorenzo, nat. del Lugar de Cabanas Reyno de Portugal, arzobispado de Braga — de oficio Cirujano defunto en dha villa de Santos el año passado de 1720, aviendo vivido en dha villa y exerzizio 45 a y Da. Maria Alvarez nat. da dha villa de Santos donde vive como tambien Des hijas suyas hermanas de fr. Juan que son Da. Domingas Gonzales Pereira, cassada com Antonio de Seyjas. Da. Maria Gomez, cassada en segundas nupcias con fraco. Vizense y Dona Juana Gomez, cassada con D. Antonio Ferrera Gamboa.

No save de abuelos paternos aunquetiene noticias de Pedro Lorenzo hermano de dho su Padre, nat. del mismo Lugar de Cabana's.

Abuelos Maternos

Antonio Alvarez. difunto en La Villa de Santos, habrá 24 as. nat. del Reyno de Portugal, no sabe de que Lugar y Maria Gomez.

Tios hermanos da Madre

el Padre Pasqual Gomez de La Companhia de Jesu, sacerdote residente en su Colegio de La Villa de Santos.

Sebastian Alvares de La misma compañía difunto en su Colegio de la ciudad de S. Pablo de las conquistas de Portugal padrino de Barttmé, del dho fr. Juan Alvarez; Claudio Gomez de la misma Compañia difunto en el Maranon donde passo a hazer mision.

fr. Pasqual de la Encarnación y fr. Cherubin de Sta. Rossa Religiosos capuchinos en el conyto. de S. Antonio de dha villa de Santos donde fué guardian dho fr. Cherubin.

D. Isabel Alvarez viuda de Jacome Varele residente en dha villa de Santos, Bernarda Gomez, difunta fué cassada en primeras nupcias con franco cardosso, al parecer de fr. Juan, y de segda, con Sebastian de la Fonseca y Pinto, vezino de Mujin y natural, a su parazer de Portugal. Vitoria Gomez, difunta, nat. de la Villa de Santos, fué cassada com Marcos de la fonseca y Pinto, vezino de dha villa de Mogin.

Hermanos de este

Simon Alvarez, difunto en el mar, viniendo a la Corte de Lisboa de la Compa. de Jesus.

Dr. Don Barthmé. Lorenzo y Guzman, clarigo Presbytero, graduado en leyes por la Univ. de Coimbra, difunto en la caridad de Toledo a diez y ocho de noviembre de 1724.

fr. Patricio de Sta. Maria, religioso capuchino, que vino en la misma embarcacion que fr. Juan hasta Lisboa adonde estaba algun tpo. y se embarcó a Genova y oy rezide en florenzia en el conyto. de los observtes. de Sn. franco.

Ignacio Rodrigues de la Compañia de Jesus en el Collegio del Rio Janeyro.

Dr. Alejandro de Guzman de edad de 26 a 27 años Doctor Pariente en leys residente en la Corte de Roma con el encargo de algunos negocios del Rey de Portugal.

Da. Paula Maria de Guzman y Dona arcangela de la Concepcion religiosas professas en el convento de Sta. Clara de la villa de Santarem.

Concuerta con su original que queda en la camara del Secreto de la Inquisition. de Corte y en la sumaria q. contra el dho fr. Juan Alvarez de Sta. Maria, de donde la copié y a que me remito y de q. certificado.

(a) Dr. Marcos de Urtecho y san christobal, vig.

* * *

O segundo documento de que D. Berta Leite nos mandou cópia procede, como o primeiro, do processo 15.928 do acervo da Inquisição existente em Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É uma peça interessante pela revelação que nela é contida: a confissão do noviço carmelita, de que apesar da severidade do isolamento rigoroso de sua permanência em cela solitária, e das apreensões do futuro da sua sorte, deixou-se levar à mais perigosa prática religiosa para quem se achava comprometido num processo de apostasia cató-

lica e passagem à lei mosaica. Tentara circuncidar-se “por crer que se não fôsse circunciso não salvaria a alma das penas eternas” prova de quão profunda fôra a catequese em prol da judaização pelo Irmão, realizada.

* * *

A. N. T. T. — 15928 *Inquisição*.

Don Joseph dela Cana Ocheo y selada / Secretario del secreto del santo ofizio dela / Inquisición de Corte etc = /

Zertifico que del Processo y Delación voluntaria de frai Juan Alvares de Santa Maria, Religioso Carmelita calzado, no consta haber declarado ser sus Padres, Abuelos y ordena ascendientes de casta infecta; antes de christianos catholicos // Jassimismo consta queel dicho frai Juan Alvarez de Santa Maria, Abjuro formalmente los errores enque havia incurrido y se havia Delatado voluntariamente, y fué absuelto y reconciliado / enforma en la sala dela Audiencia / del Santo oficio dela Inquisicion de / Corte, apuerta cerrada, presentes los / Ministros del secreto; y al tiempo dela / reconciliacion Declaro haver cometido el delicto enel tiempo que estubo / enlareclusion del convento del / convento del / Carmen calzado de esta corte, de / haverse hecho una cisura enel miembro por donde arroso alguna sangre con animo de que sirviese de circuncission // creyendo quesin ella no se poderia salvar lo que Declaró fué tentado / del Demonio y añadir erros aertos y assi / deste nuebamente cometido como detodos los demas que tenia confesados estava / muy arrepentido y pesaroso —/ assi mismo consta que dicha reconciliación fué executada el dia Ocho de Octubre del año proximo pasado, de mill / setecientos y veinte y cinco, precediendo / la Abjuracion formal del dicho frai / Juan Alvarez de Santa Maria de / quien esta firmada, y refrendada de Don / Manuel Maldonado, secretario del / Secreto deste Santo oficio como todo / mas largamente consta dicho Prozesso, queestá en la Camara deeste Secreto aqueme remito: en el, atreinta / dias del mes de abril, de mill setecientos y veinte y seis aos. (anos) =/

(a) Dn. Joseph de la Cana Ochea y selada! Sec.tro.

* * *

Ao estampar os dois documentos que oferecemos ao público brasileiro seja-nos permitido reiterar à Exma. Sra. Berta Leite os nossos agradecimentos calorosos pela nova demonstração de generosidade de que fomos alvo por parte da ilustre escritora e fervente gusmanóloga, defensora dos direitos inconcussos à prioridade aerostática a que faz jus Bartolomeu Lourenço de Gusmão, primeiro grande inventor nascido no Brasil e no Novo Mundo.

AS PRIMEIRAS PROVÁVEIS POESIAS IMPRESSAS
BASEADAS EM ASSUNTOS PAULISTAS

Todos quantos conhecem a história de São Paulo sabem que a infeliz capitania teve como governador, durante intermináveis sete anos, de 1775 a 1782, um indivíduo desequilibrado e mau, sãdicamente despótico: Martim Lopes Lobo de Saldanha, a cujo nome se associa a memória de inaudito crime judiciário: a execução, na fôrça, do trombeteiro Caetano José da Costa.

Enèrgicamente combatido pelo bispo diocesano, pelo Senado da Câmara de São Paulo e pelo ouvidor geral da comarca, foi o tiranete demitido por D. Maria I.

O Conselho Ultramarino resolveu mandar abrir contra êle processo de residência, fato virgem nos anais paulistanos.

Partira Martim Lopes, como tão expressivamente recorda Nuto Santana, "deixando atrás de si um rasto de recordações tristes e mesmo sinistras".

A 6 de novembro de 1783 expedia-se carta régia ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, mandando que fizesse, quanto antes, seguir para São Paulo o desembargador agravista da Relação do Rio de Janeiro "a fim de proceder a importantes diligências que Sua Majestade houvera por bem determinar".

Deveria levar em sua companhia o escrivão das apelações e agravos da Relação, Manuel da Costa Couto.

Em rápidas palavras, digamos algo sôbre êsse desembargador agravista. Era êle o tão conhecido poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, autor de "Hissope".

Nascido em Lisboa, em 1731, estudou direito na Universidade de Coimbra, foi juiz de Fora em Castelo de Vide, auditor do Regimento de Elvas, sendo em 1776 despachado para o Rio de Janeiro, em companhia de Inácio José de Alvarenga Peixoto, como desembargador da Relação da capital brasileira.

Permaneceu onze anos no Brasil, realizando muitas viagens nas capitâneas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Foi um dos fundadores da célebre Arcádia, em 1757, adotando o nome de *Elpino Nonacriense*.

No Brasil, escreveu muita poesia e ao mesmo tempo fez estudos de mineralogia, ciência de que muito gostava.

Já então escrevera o "Hissope", irreverente poema herói-cômico, que descreve a pendência entre o bispo de Elvas, d. Lourenço de Lencastre, e o deão de seu cabido, João Carlos de Lara.

Êste poemeto célebre permaneceu manuscrito durante muitos anos, mas foi copiado e divulgado, dando grande reputação a seu autor. Só seria impresso em 1802 e aliás póstumamente.

Nomeado desembargador da Casa da Suplicação, o mais alto tribunal da Monarquia, Antônio Diniz voltou a Portugal em 1787, para retornar ao Rio de Janeiro em 1790, como membro da alçada destinada a processar os conjurados da Inconfidência Mineira. Trouxe como colegas, Sebastião de Vasconcelos Coutinho e Antônio Gomes Ribeiro.

Passa por ter sido extraordinariamente severo, se não mesmo cruel, para com os inconfidentes.

No Rio de Janeiro, veio a falecer, em 1799.

A 22 de abril de 1784, achava-se Antônio Diniz em São Paulo, cuja Municipalidade convocou para apresentar as credenciais que trouxera.

Aberta a sessão, ordenou o juiz ordinário presidente, guarda-mor Luís Antônio de Sousa (depois brigadeiro), que o escrivão municipal lesse ao Senado da Câmara os documentos exibidos pelo ilustre visitante.

Nêles, comunicava o vice-rei que uma provisão do Conselho Ultramarino, de 14 de novembro de 1782, provocara a expedição de duas cartas régias, a 6 de novembro de 1783, em virtude das quais êle vice-rei mandara que o agravista da Relação do Rio passasse logo à cidade de São Paulo, sem perda de tempo.

Explicou o emissário da Coroa a que vinha: sua diligência consistia em tomar residência a Martim Lopes Lôbo de Saldanha, do tempo em que fora governador e capitão-general da capitania e outrossim indagar da verdade de algumas queixas que contra o mesmo haviam subido à real presença de Sua Majestade.

Queria que o Senado paulistano lhe reconhecesse a qualidade de sindicante e por isso solicitara que se reunisse.

Unâimes, declararam os senadores "que reconheciam ao mesmo doutor desembargador por sindicante".

Assim, pois, passados dois anos e um mês da demissão de Martim Lopes, falava-se em encetar o famoso processo de residência, em que tanto merecia ser envolvido.

Mas andava tudo tão devagar naqueles bons anos de sob El-Rei Nosso Senhor!

Parece-nos que o processo se fez e quiçá haja Azevedo Marques visto peças a êle pertencentes. Talvez a isto se refiram as alusões que deixou nos "Apontamentos".

Que fim terão levado os autos de tal inquérito? Naturalmente foram ter a Portugal, aos arquivos do Conselho Ultramarino, em cujo acervo talvez se encontrem. Não é crível que ficasse cópia em São Paulo, visto como teria tudo de ser julgado em Lisboa, pelos membros do Conselho Ultramarino, e onde se achava o acusado.

Quanto tempo terá o celebrado autor do "Hissope", o árcade "Elpino Nonacrieuse", residido em São Paulo, a coligir documentos sobre os desvaios do indiciado, a tomar depoimentos de testemunhas de acusação e defesa?

E' o que não sabemos dizer.

Certo é que de tal permanência provieram peças de sua amável lira, que nos parecem representar as mais velhas poesias impressas sobre motivos paulistas.

Três composições consagrou Elpino Nonacrieuse a assuntos de São Paulo, as de número 47, 48 e 49 da terceira centúria de seus sonetos. (Cf. *Poesias de Antônio Diniz da Cruz e Silva*, Lisboa 1807, na Tipografia Lacerdina, tomo I, págs. 247 e 249).

São, supomos, as primeiras peças poéticas inspiradas por coisas de São Paulo, até hoje divulgadas.

Dedica-se a primeira à cidade de São Paulo, a cujas grandes tradições saudava o poeta. Antigo local de banquetes antropofágicos, tósca aldeia jesuítica, passara a ser culta cidade, berço de lusos dilatadores continentais do império, que na parte marítima crescera com as jornadas de África e de Ásia.

Tanto não fizera do Lácio a forte gente!, exclama o vate impan-do de orgulho ao rememorar as proezas de seus compatriotas americanos.

Cremos que pelo estro de Antônio Diniz se fez ouvir a primeira saudação impressa, de admiração à obra do bandeirantismo, pois antecedeu de muito à *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa, que por largo tempo se conservou inédita. E a de Evaristo de Veiga.

Leiamos, porém, os sonetos de Elpino Nonacrieuse.

SÖBRE A CIDADE DE SÃO PAULO

Aqui, onde, com bruta crueldade,
Do selvagem Cacique honrou a mesa
O sangue dos mortais, cuja fereza
Recorda com horror a humanidade;

Hoje goza em feliz tranqüillidade
Ilustre assento a gente portugüesa,
Que, abrindo de agras serras a aspereza,
Tósca aldeia tornou culta cidade.

Que o pouco invicto povo Lusitano,
Depois de abrir as portas do Oriente,
Pisando a espalda de Netuno insano;

Nos vastos ermos Campos do Ocidente
 Novo, às Quinas, império alçou ufano;
 Não fez tanto do Lácio a forte gente!

(Centúria III; sonêto XLVII)

Ao mesmo tempo em que Antônio Diniz celebrava o progresso e as glórias paulistanas, lastimou a decadência de São Vicente, outrora metrópole da capitania do ilustre primeiro povoador do Brasil.

Descreve-a sobremodo arruinada, e, a tal propósito, faz notar quanto tal depressão se prendia a um dos mais deploráveis sentimentos humanos: a atração pelos que prosperam e o aborrecimento a tudo quanto decaí.

Nova modalidade do famoso, do famosíssimo *donec eris felix*, verdade é que mitigada pela rememoração do fenômeno sísmico arrasador da velha povoação martim-afonsina, pretexto de evidente exagero para quem conhece um pouco das cousas paulistas.

.SOBRE A VILA DE SÃO VICENTE, NOUTRO TEMPO CABEÇA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO

Esta que a poucas casas, reduzida,
 Entre ruínas jaz tão pobrememente,
 Rico empório já foi da Lusa gente
 De alto Estado metrópole conhecida.

Mas quando mais se alçava presumida,
 Netuno, sacudindo o grão tridente,
 As areias açoita, e incontinenti
 Em Sirtes sua foz vê convertida.

O povo, então, que aqui feliz crescera,
 Fugindo a reduziu a tal estado,
 Que hoje nem sombra é do que antes era.

Pois é vício nos homens arreigado
 O correrem atrás de quem prospera,
 E deixarem-no ao velo desgraçado.

(Centúria III; sonêto XLVII)

Esta atribuição da decadência vicentina, em fins do século XVIII, ao célebre maremoto de seus primeiros anos, dois e meio séculos antes, bem mostra que o nosso árcade bem pouco se inteirara ainda dos fastos paulistas.

Em todo caso, o assunto deu largas aos seus sentimentos de moralista.

O número 49 da terceira centúria dos sonetos de Antônio Diniz, parece-nos ser a primeira composição poética até hoje conhecida e inspirada pelo rio das Monções, ou, por excelência, o rio paulistano.

Não representa, certamente, nenhum prodígio de inspiração, nem tampouco nenhuma maravilha de métrica, mas, em todo o caso, corrente não deixa de ser conceituoso.

Compara o autor do "Hissope" a situação do caudal das anhu-mas, ao se ver súbitamente interrompido pelas penedias do pôrto do Góis, à de um monarca poderoso e orgulhoso, do posso, quero e mando e, súbitamente, desperto do sonho de vaidade e poderio por estrondosa queda e destronamento. Desaba o colosso de bronze com a ruptura dos pés de argila.

Assim também o grande rio piratiningano, irado e soberbo no avolumamento em que arrasta penedos, pontes, árvores copadas, no fragor espantoso das ondas empoladas, súbitamente sente faltar-lhe o solo sob o leito e abisma-se em estrondosa ruína.

Contraste interessante em sua filosofia modesta e talvez não original.

SÔBRE O GRANDE SALTO QUE FORMA O RIO TIETÊ JUNTO DA VILA DE ITU

Corre, já entre serras escarpadas
Já sôbre largos campos murmurando,
O Tietê, e as águas engrossando
Soberbo alaga as margens levantadas.

Penedos, pontes, árvores copadas,
Quanto topa de cólera escumando
Com fragor espantoso vai rolando
Nos vórtices das ondas empoladas.

Mas quando mais caudal, mais orgulhoso,
As margens rompe, cai precipitado
Voltando ao redor tôda a Campina

O próprio retrato é de um poderoso,
Pois quanto mais sublime é seu estado
Mais estrondosa é sua ruína.

A fatura dêstes quartetos e tercetos induz a crer que Antônio Diniz da Cruz e Silva deve ter estado em Itu, mais que certamente a serviço de sua comissão de juiz sindicante dos desvarios de Martim Lopes Lôbo de Saldanha, o mau e desequilibrado sátropa.

UM POETA PAULISTANO IGNOTO, DO SÉCULO XVIII

Quais foram os primeiros paulistas a poetar, precursores dêsses grandes estros que se chamaram Álvares de Azevedo, Vicente de Carvalho e Amadeu Amaral, entre outros notáveis cultores das Musas, segundo a clássica frase feita?

E' o que até agora não se deslindou, segundo nos parece.

Sôbre assunto estritamente paulista, a era colonial viu surgir dois poemas em oitava rima datados do século XVII, ambos enaltecedores da grande vida de um dos maiores vultos do bandeirantismo, Fernão Dias Pais: o misterioso Diogo Garção Tinoco (ou Grasson), de quem se conhecem as quatro estâncias salvas da destruição por Cláudio Manuel da Costa, e o obscuríssimo Domingos Cardoso Coutinho de quem nos fala Pedro Taques. Êste último era português de Lamego; do outro até agora nada se sabe, mas, mais do que provavelmente, não era filho de São Paulo.

Refere-se Pedro Taques à obra de um poeta setecentista, seu parente próximo, filho de uma sua prima-irmã, o beneditino frei Felisberto Antônio da Conceição Lara e Moraes, de quem diz: "Foi sempre estimado na sua religião em São Paulo pelas qualidades de excelente orador, zêlo em promover os interêsses de seu convento e pelo respeito que todos lhe tributavam. Ê, igualmente, louvado e estimado dos seculares pelos seus talento, civilidade, liberalidade e grandeza de ânimo, e pelas obras poéticas com que mimoseia aos amigos que a isto o obrigam com rogos".

Vivia ainda êste monge poeta em 1783, informa uma nota do erudito Diogo de Toledo Lara e Ordonhes.

Tinha frei Felisberto um irmão também religioso, mas não beneditino e, sim, carmelita calçado, da Província do Rio de Janeiro, frei Reginaldo Otávio Ribeira e Andrade, igualmente nascido em São Paulo. "Excelente orador, virtuoso, com rara habilidade, para tudo, a que unia natural graça com que fazia estimada a sua convivência. Lente de teologia no convento de São Paulo em 1772, passara a residir no Rio de Janeiro de onde, em 1782, se transferira a Lisboa. Ali alcançara do Sumo Pontífice Pio VI o grau de doutor de "tibi quoque". Em 1783 passara a presidente do hospício e procurador-geral de sua provincia em Lisboa, sucedendo ao padre mestre dr. frei Salvador de Santa Rosa Machado, taubateano".

E' o que nos informam Pedro Taques e Diogo Ordonhes.

Mas nem um nem outro se referem à particularidade de que frei Reginaldo também poetava como o irmão.

O acaso das leituras fez-nos encontrar poesias inéditas do beneditino e do carmelita, constantes do acervo de raridades magníficas do sr. J. F. (Yan) de Almeida Prado que, com o habitual serviçalismo e gentileza, nos permitiu copiar as peças que hoje aqui estampamos.

Certamente não valorizam a poesia procedente dos paulistas, mas não deixam de ser curiosas e interessantes para o estudo dos primórdios da história da literatura em terras de São Paulo. Referem-se a uma solenidade em louvor de Sant'Ana.

Aos leitores oferecemos hoje três sonetos de frei Felisberto Antunes (e não Antônio), como se escreveu na "Nobiliarquia Paulistana", provavelmente por erro de cópia.

E, realmente, este Antunes tem toda a razão de ser, pois o pai de ambos era Manuel Antunes Belém de Andrade, português, parente do cardeal Mota e emigrado para São Paulo onde desposou uma filha do opulento capitão-mor José de Góis e Morais.

As partes com que se faz mais ilustre o ilustríssimo e exmo. senhor general dom Luís Antônio de Sousa.

SONETO

"A grande mão do Todo Poderoso
Nobre Luís, convosco tem mostrado
Amante, liberal o seu cuidado
Fazendo-vos em tudo portentoso.

"Nas letras e nas armas mui ditoso
No sangue, nas riquezas invejado
Sempre nos postos bem condecorado
Vosso nome na terra mui famoso.

"Inda não satisfeita a mão divina
Os tesouros do céu vos põe patente
Na aparição de Ana Peregrina.

"Mas se escolhido sois do Onipotente
Gozaí feliz na terra tão benigna
Frutos que aos seus prepara o céu fulgente".

Ao doutíssimo presidente desta tão nobre Academia

SONETO

Tão doutamente, nobre presidente
As grandezas de Ana nos mostraste
Que de pasmos absorto nos deixaste
No vosso estilo sábio, no prudente

Do excelso general, Luís, fulgente
As famosas ações patenteaste
E por isso de todos alcançaste
Uma fama imortal de ser ciente.

“Vosso nome hoje fica eternizado
No padrão indelével da memória
Por prêmio, que bem tendes alcançado

Pois se de Ana mostrais a eterna glória
E de Luís o ser tão sublimado
Perpétuo vos fazeis em tôda a história”.

Foi assunto as famosas ações, partes e virtudes do ilustríssimo e excelentíssimo senhor (Morgado de Mateus).

SONETO

“No moral, no político admirado
Na virtude, no esforço esclarecido
Das partes naturais enriquecido
Sois, senhor, mais que todos sublimado.

Na justiça, inteireza, decantado,
Na prudência, e amor engrandecido
Pelas conquistas sois bem conhecido
De todos pelas tropas respeitado.

Fama imortal vos dão as fortalezas
Pois são dos inimigos respeitadas
Como de vossa mão fatais emprêsas.

Mas se vossas ações famigeradas
Por vossas bem merecem ser ilesas,
Eternamente fiquem decantadas.

Como vemos por esta mostra, bem fraco era o estro das "belas obras poéticas" enaltecidas por Pedro Taques.

ESTADA EM SANTOS DE FAMOSA "GLOBE TROTTER" (1846)

Desejando passar do Atlântico ao Pacífico resolveu Ida Pfeiffer, a famosa *globe trotter* vienense do século XIX, ajustar passagem a bordo do belo veleiro inglês "John Renwick", ancorado na Guanabara, cujo comandante era um capitão por nome Bell.

Anunciou-lhe êste marítimo que o seu navio estaria de verga d'alto ao mais tardar a 25 de novembro de 1846 e cobrou-lhe vinte e cinco libras esterlinas pela passagem do Rio de Janeiro a Valparaíso, primeiro pôrto onde deitaria âncoras. Afiançou-lhe que estava desejosíssimo de partir, pois cada dia de atraso lhe custava sete guinéus.

"Acreditei na promessa pois inclino-me a crer em todos os homens, embora sejam até comandantes de navio", escreve a *globe trotter*. "Pois enganei-me em dois pontos: só a 8 de dezembro fui avisada de que devia embarcar-me à noite, e o Capitão tornou-me ciente de que fundearia em Santos porque ali as provisões eram mais baratas do que no Rio de Janeiro.

Devia desembarcar naquele pôrto um carregamento de carvão de pedra e tomar outro de açúcar.

Esta última circunstância só me anunciou exatamente quando chegamos à barra de Santos, garantindo-me, contudo, que tudo isto só lhe tomaria uns quatro ou cinco dias".

A noite embarcou a viajante de quem se despediram o Conde de Berchtold, Secretário da Legação da Áustria-Hungria, com quem realizara larga excursão pela Província do Rio de Janeiro, pela região de Cantagalo até os aldeamentos dos puris do Rio Pombo, à margem esquerda do rio Paraíba e mais três outros austríacos amigos, residentes na capital brasileira.

A 9 de dezembro singrava o "John Renwick" as águas atlânticas com vento pela proa o que o levou a bordejar o dia todo. Só a 10 é que a terra se perdeu de vista.

Dois italianos seus passageiros, relataram as agruras de sua travessia ao tentarem dobrar o Cabo Horn. Haviam, durante quatro dias, sido repellidos sempre por verdadeiros vendavais.

Em última tentativa tinham logrado êxito mas à custa de que paga?! Imenso vagalhão noturno varrera-lhes o navio destruindo tudo quanto existia no convés, inundando os camarotes e enxotando todo o mundo dos beliches.

Fôra preciso cortar o mastro grande. A barra do leme, a amurada, as chalupas, tudo fôra arrastado pelo mar. Haviam os pilotos sido forçados a virar de bordo e após longa e penosa travessia conseguido voltar ao Rio de Janeiro com o barco meio destruído. Também requintada loucura era pretender tal aventura em meses do inverno patagônico.

“Esta narrativa, escreve a intrépida viajora, “não era de natureza a nos proporcionar bons presságios. Verdade é que a boa estação e a solidez do nosso barco nos desvaneciam os receios.

Era êle, com efeito, excelente sob todos os pontos de vista. Disponha de camarotes grandes e belos, tinha comandante sobremodo serviçal e tratamento capaz de contentar aos mais delicados e exigentes paladares.

“Diariamente serviam-nos frangos assados ou ensopados, patos e gansos, carne fresca de carneiro e de porco, pratos de ovos, *plum-pudding* e massas. Além disto accepipes diversos, presunto, arroz, legumes, batatas. E para a sobremesa frutas sêcas, nozes e amêndoas, queijo, etc. Nunca, um único dia, tivemos falta de pão fresco e bom vinho. Confessamos todos que jamais fôramos tão bem tratados a bordo de qualquer outro veleiro. Assim, sob este ponto de vista podíamos afrontar alegremente os incidentes da viagem.

“Já a 12 de dezembro víamos as montanhas de Santos e às nove da noite chegamos a uma barra que o comandante pensou que fôsse a de Santos. Por diversas vèzes incendiámos archotes levantando-os muito ao alto a fim de chamarmos um piloto costeiro. Mas nenhum apareceu. Vimo-nos obrigados a deitar ferros, a todo risco, à entrada da baía.

No dia 13 pela manhã appareceu a bordo um piloto que nos contou estarmos ancorados em pôrto errado. Dêle saímos com muito trabalho para, somente por volta do meio-dia, entrarmos no de Santos. Começamos por avistar um castelozinho bonito que tomamos por um dos edificios mais avançados da cidade. E assim ficamos encantados por havermos tão depressa atingido o nosso primeiro ponto de escala.

Mas aproximando-nos, não vimos cidade alguma e soubemos que o castelo era um fortim e que Santos se achava situada sôbre segunda baía comunicando com esta por intermédio de estreito braço de mar.

Como infelizmente houvesse o vento amainado, foi-nos forçado ficarmos o dia todo ancorados. Só a 14 de dezembro, por volta da metade do dia, leve brisa permitiu-nos penetrar no pôrto da cidade.

Santos encontra-se em situação encantadora, à entrada de grande vale. Belas colinas, ornadas de capelas, e casas isoladas elevam-se dos dois lados e assaz elevados morros formam vasto hemicyclo em

tórno do vale, ligando-se às colinas. No primeiro plano destaca-se uma ilha encantadora”.

Como vemos, teve a nossa *globe trotter* a melhor impressão da cidade de Brás Cubas. E como o comandante Bell lhe anunciasse que o seu navio ali permaneceria num mínimo de cinco dias, resolveu aproveitar a demora para fazer uma excursão até São Paulo a que chama *Santo Paulo*, “a mais considerável das cidades continentais do Brasil, distando de Santos dez léguas”.

Os dois italianos e mais um passageiro, francês, resolveram acompanhá-la. Alugaram os quatro itinerantes mulas, à razão de cinco mil réis por pessoa e sem perda de tempo puseram-se em marcha.

Partiram pela madrugada de 15 de dezembro todos armados de pistolas de dois canos, carregadas à bala, porque lhes haviam metido muito medo a lhes falarem de quilombolas. Dizia-se que umas centenas destes pretos fujões viviam nas montanhas e ainda se afirmava que sua audácia vinha a ser tão grande que alargavam as correrias até às vizinhanças de Santos.

“As duas primeiras léguas conduziã, através do vale, ao sopé das altas montanhas que deviamos transpor. Era a estrada muito boa e mais freqüentada do que qualquer outra das que eu até então percorrera no Brasil. Encontramos sôbre os rios *Vicente* (sic) e *Cubatas* (sic) belas pontes de madeira, das quais uma até coberta. Também são os transeuntes forçados ao pagamento de assaz elevado pedágio.

Numa das estalagens ou *ventas* estabelecidas no sopé dos morros comemos boa omelete e fizemos uma provisão de canas de açúcar cujo caldo oferece excelente refresco durante os grandes calores.

A seguir começamos a subir a Serra, alta de cêrca de mil metros. Caminho horrível, escarpado, cheio de caldeirões, fendas, atoleiros, nos quais os nossos pobres bichos afundavam freqüentemente acima dos joelhos.

Foi-nos preciso costear gargantas e precipícios no fundo dos quais ouviamos ressoar o fragor de torrentes que jamais avistávamos, pois que espêssas moitas as recobriam.

Assim o caminho nos levou através das florestas primitivas mas longe de serem tão espêssas e tão belas quanto as que eu atravessara na minha viagem à terra dos puris. Delas estavam quase inteiramente ausentes as palmáceas. As que em pequeno número encontramos lembravam-nos, graças às hastes delgadas e a magra copa, que nos encontrávamos em regiões mais frias.

Tivemos da Serra visão admirável: todo o vale com suas matas e campos estendia-se à nossa frente até as baías. Pequenas cabanas disseminadas, aqui e acolá, desapareciam dos nossos olhos. Apenas

descobríamos, muito ao longe, parte da cidade de Santos e alguns mastros de navios.

Não tardou que uma volta do caminho nos furtasse êste quadro encantador. Deixamos a Serra e entramos numa zona de colinas florestadas, cortadas aqui e acolá por vastos campos de verdura, cobertos de moitas baixas e de numerosas casas de cupins, altas de dois pés" (0m,66).

Depois desta descrição do vencimento do Paranapiacaba realizado por escritora de mediócrs recursos evocativos, prossegue Ida Pfeiffer: "Entre Santos e Santo Paulo, a meio caminho acha-se Rio Grande, cujas casas tanto se afastam umas das outras, como aliás é o costume brasileiro, quê nem parecem pertencer ao mesmo lugar.

No Rio Grande reside o proprietário das bêstas ocupadas no trajeto que fizéramos. E' ali que se tem que pagar a condução.

Se o viajante deseja prosseguir imediatamente na viagem troca os animais fatigados por outros frescos. Mas se prefere parar para jantar ou passar a noite, encontrará boa comida e quartos muito limpos pelos quais nada' terá que pagar, pois tudo isto está compreendido nos cinco mil réis.

Fizemos com que nos servissem prontamente qualquer cousa que comêssemos e nos apressamos em partir a fim de vencermos a segunda etapa antes do pôr do sol.

IMPRESSÕES DE SÃO PAULO (1846)

Quanto mais se aproxima o viajante da Cidade (de São Paulo), mais verá a planície dilatar-se. Diminui muito a beleza da paisagem e foi ali que pela primeira vez, desde a partida da Europa, vi campos e colinas areentas, informava Ida Pfeiffer aos seus leitores de 1846.

A Cidade, situada sôbre uma colina, apresenta-se bastante bem. Conta cêrca de vinte e dois mil habitantes e é lugar importante para o comércio interno da região. Entretanto, não dispõe de um único hotel nem mesmo simples estalagem onde os estrangeiros possam alajar-se.

Quando pedimos que nos indicassem uma albergaria, referiram-nos, após muitas perguntas, a existência de um alemão e de um francês estalajadeiros, notificando-nos que ambos recebiam estrangeiros mas por complacência. Começamos pelo alemão mas êste nos despachou ao declarar simplesmente que no momento não dispunha de lugares. Da casa do alemão fomos à do francês que nos encaminhou para a de certo português. Quando chegamos à porta dêste, deu-nos a mesma resposta que o alemão.

Vimo-nos, então, no maior embaraço: a nossa penosa viagem por tal forma esfalfara o francês, nosso companheiro, que êle quase nem mais podia manter-se sôbre o selim.

Nesta situação crítica lembramo-nos da carta de recomendação que o Sr. Geiger do Rio de Janeiro mandara a um alemão estabelecido em "Santo Paulo", o Sr. Loskiel. Era minha intenção entregar-lhe tal carta no dia seguinte, mas, como a necessidade desconhece a lei, fui procurá-lo naquela mesma noite.

Teve a bondade de vivamente interessar-se por nós. Reteve-me em sua casa, assim como a um de meus companheiros de infortúnio. Quanto aos outros dois, alojou-os em casa de um seu vizinho e convidou-os, todos, a jantar.

Soubemos então que em "Santo Paulo" nenhum estalajadeiro era capaz de receber um estrangeiro desprovido de carta de recomendação. Quanto é de se desejar para os viajantes, que semelhante praxe não se generalize pelo Mundo!"

A 16 de dezembro, continua Ida Pfeiffer, inteiramente descansados, da formidável caminhada da véspera, resolveram os itinerantes examinar as curiosidades paulistanas.

"Quando a tal propósito consultamos o nosso amável hospedeiro, deu êle de ombros dizendo-nos que a nenhuma conhecia, a menos que não quiséssemos como tal considerar o Jardim Botânico.

Saimos, assim, depois do almoço para de início vermos a Cidade. Encontramos casas bonitas, em proporção maior do que no Rio de Janeiro.

Mas a tais contruções igualmente faltam o bom gôsto e o estilo. As ruas são assaz largas mas excessivamente desertas e ao silêncio geral nelas reinante, em tôda a cidade, só interrompe o ruído incessante das carroças dos campônios.

Tais veículos repousam sôbre duas rodas, ou para melhor dizer-se, sôbre duas polias de madeira que freqüentemente nem sequer são seguras por um aro de ferro. Os eixos igualmente de madeira nunca são engraxados, o que provoca infernal música!

O clima de São Paulo é muito cálido e um costume assaz estranho impera na região. Todos os homens, com exceção dos escravos, trazem dois grandes mantos de pano que atiram por cima dos ombros. Também vi muitas mulheres envoltas em largos cabeções de pano.

"Santo Paulo" possui uma universidade mas os estudantes que vêm dos campos ou das vilas passam pelo aborrecimento de não encontrarem quem os queira receber. Vêem-se forçados a alugar cômodos, mobiliá-los e ter casa própria.

Visitámos algumas igrejas que nada têm de curiosas, nem interna nem externamente. Acabámos pelo jardim botânico que a não ser uma plantação de chá, nada oferece de interessante.

Tudo isto não nos tomou senão poucas horas e poderíamos no dia seguinte retomar o caminho de Santos. Mas o francês cujo estrompamento impedira de nos acompanhar em nosso passeio, pediu-

nos que atrasássemos a partida da metade de um dia e consentíssemos em passar a noite no Rio Grande. Obtemperámos de bom grado a êste desejo e pusemo-nos a caminho na tarde de 17 de dezembro após havermos cordialmente agradecido ao Sr. Loskiel a amável hospitalidade que houvera por bem dispensar-nos.

No Rio Grande encontramos excelente ceia, quartos muito cômodos e no dia seguinte pela manhã bom almoço.

A 8 de dezembro chegámos a Santos, felizmente, ao meio-dia. E o francês confessou-nos que as dez léguas de viagem a *Santo Paulo* o haviam de tal modo esgotado que receava daí enfermar. Entretanto recuperou as forças ao cabo de alguns dias, mas afirmou-nos que tão cedo não se abalancharia a realizar uma excursão em nossa companhia.

A nossa pergunta ao comandante foi: quando desferraremos o pano? Respondeu-nos muito polidamente que partiria logo que houvesse desembarcado duzentas toneladas de carvão de pedra e embarcado seis mil sacas de açúcar. Foi assim que em Santos permanecemos três semanas que me pareceram uma eternidade.

A única distração dos homens foi a caça, durante todo êste tempo. E a minha passear e apanhar insetos.

Ainda em Santos festejámos o Ano Bom de 1847. Afinal a 2 de janeiro vimo-nos bastante felizes para dizer adeus à Cidade. Mas não fomos muito longe, pois, apenas na primeira baía, o vento nos abandonou e não voltou senão após meia-noite.

Era exatamente domingo e como neste dia um inglês legítimo não desferra o velame, permanecemos ancorados todo o dia 3 e acompanhámos com olhares dolorosos dois navios cujos comandantes, mau grado a santidade do dia, aproveitavam da ligeira brisa e alegremente por nós desfilaram. Naquela mesma noite entrou no pôrto um navio que o nosso comandante declarou ser negreiro. Êste barco manteve-se tão afastado, quanto pôde, do forte e deitou ferros na extremidade da baía.

Como havia bellissimo luar, estivemos a passear até muito tarde no convés e vimos, com efeito, pequenos escaleres carregados de negros aproximarem-se da praia.

Um oficial da fortaleza veio em verdade visitar o navio suspeito mas as explicações do comandante lhe pareceram sem dúvida satisfatórias, pois pouco depois deixou o tumbeiro e o desembarque dos escravos continuou muito tranqüilamente, durante a noite tôda, sem que nenhum obstáculo o estorvasse.

Quando, pela manhã de 4 de janeiro, passámos perto de tal navio ainda vimos no convés muitos dêstes infelizes. O nosso comandante perguntou ao do negreiro quantos escravos tivera a bordo e com surpresa soubemos que o seu número se elevara a seiscentos e setenta.

Já muito se tem falado e escrito, acêrca dêste hediondo tráfico. Todos lhe têm horror considerando-o vergonhosa mácula para o gênero humano. E no entanto continua sempre a existir”.

Definitivamente deixava Ida Pfeiffer o Brasil e para sempre, em sua derrota austral.

Conta-nos que a 9 de janeiro o seu brigue se achava no meio do rio “Rio Grande” e a 11 nas águas do *Rio Plato*, um dos maiores do Brasil (sic!).

Como vemos, é absolutamente insignificante o que a *globe trotter* conta das impressões de São Paulo, visitado em vinte e quatro horas.

Nela nada viu que lhe causasse qualquer movimento de curiosidade, quer como edificações, quer como costumes. Menos de dez anos antes Daniel Parrish Kidder conseguira averbar depoimento interessante e valioso de sua estada na cidade paulistana, observando-lhe os aspectos sociais.

Um quarto de século mais cedo do que ela outras impressões lograria consignar, de tão agradável leitura, o amável e sempre instrutivo Saint’Hilaire. E, um pouco antes, os dois outros homens superiores que foram Carlos Frederico von Martius e João Batista von Spix.

Como, porém, no período dos primeiros anos do reinado pessoal de D. Pedro II não se encontra depoimento algum xenobrasileiro sobre a capital paulista, parece interessante aduzir os insignificantes tópicos de Ida Pfeiffer, da *globe trotter* vienense, autora das *Viagens de uma mulher à volta do Mundo*, livro de tamanha repercussão em seu tempo. Segundo parece foi ela a primeira pessoa do seu sexo a realizar uma viagem circunavegatória, a Fernão de Magalhães feminina, executora de périplo bem mais cômodamente feito — valha a verdade! — do que o do formidável nauta português, desertor do serviço d’El-Rei seu senhor para o da sacra e cesárea majestade católica do Imperador Rei.

UM HISTORIADOR AMERICANO EM SÃO PAULO (1846) — SAMUEL GREENE ARNOLD —

Devo ao amigo Dr. José da Costa e Silva Sobrinho o conhecimento de livro mais que centenário e, ao mesmo tempo, recentíssimo de nossa xenobibliografia, a obra de Samuel Greene Arnold, autor norte-americano de uma: *Viagem pela América do Sul*. Obra traduzida para o espanhol por D. Clara de La Rosa, escritora argentina, foi publicada pelo editorial Amecé de Buenos Aires em 1951.

Não se limita o Dr. Costa e Silva Sobrinho a ser o causidico de tão alta reputação nos auditórios de Santos e de São Paulo que todos conhecemos. E’ um apaixonado de nossas cousas tradicionais, e do passado paulista e especialmente santista; angariou o mais largo ca-

bedal de que se tem utilizado para publicar, na imprensa da terra de Brás Cubas, crônicas interessantíssimas, assentes na probidade de uma documentação tão farta quanto segura. Crônicas que a cada passo lembram-nos as do mestre Vieira Fazenda a revelar o que êste formidável erudito sabia e ressabiava dos fastos cariocas.

Para esteiar as asserções organizou o ilustre advogado um arquivo pessoal, cuja riqueza é simplesmente estonteante.

Verdadeira biblioteca de não sei quantos volumosos códices onde se compendiam os fatos, pessoais, sociais, financeiros e econômicos da grande cidade portuária.

Tive o ensejo de ver tal acervo magnificamente organizado, impecavelmente datilografado, belamente encadernado e a sua contemplação deixou-me não surpreso mas atônito.

Como tentativa de pequena pirraça ao ilustre amigo lembrei-me de averiguar se não haveria lacunas em suas fichas resumidoras de mil e um acontecimentos de tôda a espécie.

Assim lhe perguntei quando teria ocorrido o casamento de uma santista, D. G. F. S. com um primo do meu sogro, Dr. V. S. Q.

A busca resultou infrutífera, quanto aos nomes de F. S. e S. Q. e com verdadeiro pesar vi o prezado amigo sobremodo incomodado tanto mais que lhe afirmara haver ouvido, várias vezes, de D. G. que o seu casamento se realizara em Santos.

Nada descobriu! Súbitamente me lembrei de que da tão saudosa e distintíssima parente também ouvira que em solteira usava o nome materno C...

Recorreu o Dr. Costa e Silva novamente ao seu enorme fichário e voltou triunfante com a ficha de D. G. C. F. a desposar o Dr. V. S. Q.

E isto me lembrou certo episódio ocorrido quando há anos existia no Rio de Janeiro a saudosíssima "Academia Rodolfo Garcia", a *Garciana* como a chamávamos, com as inesquecíveis reuniões, diárias, das cinco da tarde em diante, efetuadas no gabinete do mestre Rodolfo Garcia, em sua sala de diretor da Biblioteca Nacional.

Com a vivacidade admirável que caracterizava aos "garcianos", certa vez transmitiu Afrânio Peixoto a uns cinco ou seis que éramos a impressão de estarecimento que lhe trouxera o contato com o multi-milhorar fichário da Biblioteca do Congresso.

Um dos assistentes da colossal livraria de Washington apresentara-lhe uma infinidade de fichas relativas à obra dêle Afrânio e de não sei mais quantos autores brasileiros, grandes e pequenos, graúdos e miúdos, cujos nomes lhe haviam acudido à memória extraordinária.

— Meus amigos: afirmou-nos o autor *d'A esfinge*. E' impossível imaginar-se cousa mais extraordinária! Não há quem dispunha de fichário mais completo.

— Engana-se Você, retrucou-lhe Artur Neiva. Conheço alguém detentor de melhor fichário, muito mais completo e aperfeiçoado e ao qual não escapa um só nome.

— Quem? Quem? perguntamos surpresos.

— A Morte, meus amigos! Esta sim sabe ter fichário! Nêle não encontraremos lacunas!

De acôrdo com o conceito do sempre lembrado amigo, de tão clara inteligência, servida por espantosa cultura, coloca-se o fichário do Dr. Costa e Silva abaixo, forçosamente, do da "Parca inflexível e impiedosa" do continuo chavão, mas equipara-o *servatis servandis*, ao da Biblioteca do Congresso, dentro do âmbito santista, naturalmente.

I

Incansável percorredor de livrarias coube há pouco ao Dr. Costa e Silva descobrir por mero acaso o livrinho traduzido de Samuel Arnold onde, com a mais grata e grande surpresa, encontrou assaz extensas páginas relativas a impressões de sua querida cidade santense em 1847. Imagine-se a ânsia com que se atirou à leitura de tais novidades.

Enquadrar-se-ia num provérbio, em que figuram gatos, se a aproximação não fôsse deselegante, mau grado tôda a sua exatidão.

Generoso como é não tardou que me assinalasse a existência do precioso livrinho que me fez chegar às mãos sabedor de quanto apreço, como *voyageur en chambre*, acompanhar as passadas dos viajantes às direitas que percorreram êstes nossos Brasis.

Ao texto de Arnold antecede um prólogo de José Luís Busaniche e um prefácio de David James.

Conta-nos o segundo que Samuel Greene Arnold nasceu em Providence, Estado de Rhode Island, a 12 de abril de 1821. Era filho de rico comerciante — descendia de Thomás Arnold, um dos primeiros povoadores do Rhode Island no século XVII. Era norte-americano de duzentos anos, pois.

Estudou na Universidade de Providence mas, como fôsse pessoa de débil saúde, teve de interromper o estágio acadêmico realizando então larga viagem de repouso pela Europa. Terminando o curso em Providence, no ano de 1841, doutorou-se em direito pela Universidade de Harvard, em 1845.

Ainda estudante publicou o seu primeiro livro "The life of Patrick Henry of Virginia", estudo muito apreciado sôbre êste grande prócer da Independência dos Estados Unidos.

De 1845 a 1847 esteve a viajar pela Europa e Ásia indo à Escandinávia, ao Egito e Síria. Em outubro de 1847 partiu para a América do Sul. De sua viagem descobriu-se um diário, de Recife a Valparaíso, só agora dado à luz.

Regressando à terra natal desposou em 1848 a Luísa Gindrat "seu amor de muitos anos" e para quem redigira o "Diário".

Em 1859 imprimiu uma obra monumental sobre o passado colonial do seu Estado do qual foi por três vezes vice-governador e ao qual representou no Senado Federal durante oito anos. Entrementes na grande Guerra de Secessão mostrou-se dos mais devotados colaboradores de Lincoln servindo como coronel-comandante de uma bateria de artilharia de campanha.

Finda a guerra cuidou muito de obras sociais e investigações históricas, em constante preocupação intelectual.

De 1868 a 1880, ano do seu falecimento, presidiu a "Rhode Island, Historical Society", onde leu aos consócios muitas memórias relativas aos fastos coloniais da Nova Inglaterra.

Em sua magnífica propriedade de Lazylawn, em Newport, hospedou a um dos maiores americanos, Domingos Faustino Sarmiento, que, em sua obra "América do Norte e do Sul", refere a acolhida calorosa do erudito americano, senhor de opulenta biblioteca, homem que falava o espanhol correntemente, correria a América Meridional de ponta a ponta, "visitara a República Argentina onde jantara com o tirano Rosas".

Terminando o seu pequeno bosquejo biográfico escreve o prefaciador: foi Samuel Greene Arnold sempre e acima de tudo um cavalheiro "yankee". Acreditava no passado da América, na legalidade da luta colonial contra a orgulhosa e dominadora Inglaterra, tanto quanto no futuro da sua Nação. Na grandeza, baseada na unidade norte-americana e na democracia que tem perdurado, de um século para cá, desde a sua visita à América do Sul. O Senador Arnold possuía esta aristocrática força de caráter que, em qualquer lugar, o fazia achar-se tão a cômodo como na própria casa.

Nêle encontramos o espírito de Sarmiento e de Lincoln, rara mescla de humanismo ideal e prático que agregava o cálido vigor do romanticismo às aspirações de Montesquieu e de Voltaire.

Das sessenta e três páginas do seu "Diário", consagradas ao Brasil, seis se referem à estada no Recife, outras seis à Bahia e quatro ao Rio de Janeiro, quinze a Santos, três e meia a São Paulo e o resto a incidentes da viagem marítima e a jornada de Santos a São Paulo.

II

Em fins de 1847 esteve rapidamente em São Paulo, Samuel Greene Arnold. Vinha do Rio de Janeiro. Havendo chegado a 24 de dezembro de 1847 na cidade de Brás Cubas ali permaneceu assaz longamente, pois só partiu a 19 de janeiro seguinte.

Mal desembarcado resolveu, a 28 de dezembro, visitar São Paulo. Partiu em companhia de dois alemães e de um tocador negro, todos

montados em mulas. Cinco horas gastou em vencer a Serra coberta por uma das mais espessas selvas virgens do Brasil, variadíssima. Nela avistou árvores gigantescas, e moitas cerradíssimas. Ali habitavam revoadas de pássaros canoros, alguns dos quais emitiam notas muito melodiosas, coisa que surpreendeu o nosso itinerante, pois sempre ouvira dizer que não são comuns nos trópicos as aves de vozes melódicas.

Apreciou muito a visão do panorama oferecido sôbre o lagamar santista mas infelizmente pouco lhe durou tal contemplação, pois desabou tremendo aguaceiro que o empapou.

Ficou o caminho convertido em uma série de atoleiros enormes. Num dêles quase se submergiu um dos alemães. Afinal atingiu a caravana uma hospedaria a meio caminho de São Paulo, mantida por um francês, chamado Jean Payot, filho da cidade de Narbonne, amável e eficaz, que aos recém-vindos encharcados forneceu roupas de muda. Felizmente não se molhara o que o "yankee" levava num saco de viagem. A ceia apresentada às nove da noite, achou-a Arnold agradável. As onze puseram-se os três viajantes em boas camas confortáveis e limpas.

Sem maior estôrvo depois de atravessar nas vizinhanças de São Bernardo consideráveis plantações de chá, avistou o viajante, às duas da tarde, a perspectiva afastada da capital paulista.

"A primeira impressão é de muita formosura, com tantas cúpolas e torreões que logo se oferecem à vista".

Trouxera o nosso viajante cartas de apresentação para um inglês, Mr. Fox, pedindo-lhe pousada. Mas como êle estivesse com a mulher enferma, deu-lhe uma recomendação para o seu compatriota Mr. Hopkins que recebeu em casa o jovem americano. "Cansado e moído", pois a sua mula era trotona e a viagem longa. Doze horas gastas de Santos a São Paulo.

No dia imediato, saiu a passeio a cavalo com Hopkins "a ver o que valia a pena na cidade", a saber "o panorama e o Jardim Botânico".

Foram estas as suas impressões gerais:

"A cidade acha-se edificada em declive, dominando pântanos de dois lados. E' um bonito lugar. As casas estão construídas de uma mescla de areia e argila que se endurece como pedra e converte-se em massa sólida muito resistente. Seu exterior apresenta-se rebocado e caiado de branco ou de amarelo.

A parte principal urbana manifesta casas de dois pisos, cobertas de telhas e com postigos ou gelosias verdes. As casas dos subúrbios têm um só piso e formam longos renques.

As ruas são, para o Brasil, largas e pavimentadas por grandes pedras. Existem várias praças.

O palácio, sede do governo, ocupa dois lados da grande praça e a Universidade (sic), anteriormente convento, um lado de outra praça.

Há muitos conventos e igrejas, algumas com cúpulas de telhas vidradas e tôdas com muitos sinos. A Catedral está em consêrto.

O catavento é um galo tão equilibrado que a cauda em lugar da cabeça está sempre a barlavento, êrro que por diversas vêzes criticaram os naturalistas por aqui passados. Como de costume uma cruz encima o conjunto.

Conta São Paulo entre 15 a 20.000 habitantes.

O Jardim Botânico acha-se nos subúrbios. E' grande, mas ainda por acabar, belamente projetado, com um lago grande em forma de Cruz de Malta, ao centro.

Ali vi a planta vulgar do chá da Índia e também a do mate cuja fôlha é quase igual à de ameixeira. O coqueiro é uma palmácea cujos frutos formam grandes racimos como os da tamareira.

E' mais bonito do que esta e do que outras palmeiras (como o coqueiro da Bahia) porque suas fôlhas crescem em redor dos ramos enquanto as outras as têm unicamente em dois lados.

O cafeeiro apresenta fôlhas verde-claro, brilhantes, dentadas, ovaladas e venadas. E' arbustivo e tem grãos presos aos galhos. Em cada grão há duas sementes que são o café do comércio. Há menos de quarenta anos (sic) foi introduzido no Brasil, vindo de Cayena e agora é, como para nós outros o algodão, a principal exportação do país.

O pinheiro próprio do Chile também cresce aqui. E' árvore grande com ramos regulares, desnudos até às pontas onde aparece o grande manajo das fôlhas, que lhe são peculiares: apiladas, curtas, largas e limpas, e as distinguem dos demais pinheiros. E' árvore de elegante aspecto.

Daí, seguimos por terreno plano, cruzamos o rio Tietê numa ponte e, uma milha à frente, subimos um cêrro próximo do convento de Sant'Ana, asilo de meninos enjeitados".

A perspectiva é ampla e formosa, embora a cidade esteja algo distante, a quatro ou cinco milhas, para poder ser bem divisada. As *montanhas do fundo, em todo o caso, mostram-se bem visíveis.*

Observam-se comumente aqui, e no caminho de Santos, mastros implantados em frente a muitas casas. No tôpo arvoram um estandarte branco, dentro de um quadro, onde se vê pintada uma imagem de Santo.

S. João é, entre todos, o favorito. E' o santo patrono da família, foi até onde pôde chegar o meu saber. Renova-se o estandarte anualmente no dia consagrado ao Santo.

Outra forma vulgar de construção, além da que já mencionei, é realizada por meio de ligeira armação de estacas ou paus, verticais e

transversais com os interstícios cheios de argila. A miúdo se fazem os tetos de caniços ou fôlhas de palmeiras”.

Três horas durou o passeio. Voltando à casa de Hopkins escreveu o “yankee” conceitos os mais depreciativos acêrca de seu hospedeiro.

Funileiro de ofício, ordinário e ignorante, demonstrava ser bastante bruto, borracho e cheio de vulgaridade.

Era homem de 65 anos de idade e estivera duas vêzes no Brasil. Havia porém 40 anos que se fixara no país.

Indo visitar os dois alemães companheiros de viagem do seu hóspede, voltou “completamente borracho, demasiado bêbado para saber o que dizia”.

Saiu Arnold a pé e foi ter à “Universidade, antigo Convento”. Desta visita à Academia apenas refere: “No pátio de um dos claustros acha-se o túmulo do professor alemão “Júlio Frank, de 32 anos de idade. E’ singelo obelisco sôbre uma base quadrada, com uma simples inscrição. Rodeia-o um gradil de ferro, com um papagaio, ou coruja dourada em cada esquina. Bonito monumento salvo quanto às corujas”.

Êste homem era um grande amigo de Hopkins que alardeava havê-lo feito beber até matá-lo”.

Ao regressar a casa de Hopkins, seu dipsomaníaco hospedeiro, coube a Arnold assistir a uma cena curiosa e desagradável, embora divertida.

“Estava o velho Hopkins tão bêbado que fez entrar em casa os dois alemães e a outros para ouvirem a sua banda (ou Paneflicker). Chamou seus quatro negros e ao meu também. Um dêles tocava flauta muito bem, outro o triângulo e dois marcavam o compasso com martelinhos sôbre uma barrinha de aço. Tudo estaria muito bem se êle não houvesse mandado a meu negro que batesse numa palangana de lata ou de cobre, o que tudo estropiava.

Antes disto deu, para nos divertir, um sapateado de pretos e enquanto a música prosseguia (havia alinhado os pretos para que tocassem) bailava e fazia tôda a espécie de esgares de desagradável loucura”.

Não apreciou o nosso viajante as caretas, trejeitos e pulos de tal hospedeiro devoto da “divina botelha”.

Nós outros nos sentimos enojados e Deil, o alemão mais moço, e eu saímos a caminhar durante duas horas, concordando que jamais olvidariamos o dia da passagem por São Paulo. Assim resolvemos partir imediatamente”.

Acrescenta Arnold ao seu tão escasso relato interessante pormenor já referido por La Harpe em princípios do século.

Conta que em São Paulo havia uma classe muito rara de galos chamados "musicais" (sic), igual à dos galos comuns salvo quanto ao cacarejo.

Começava êste, como o dos demais, mas logo emitia o galo músico prolongado e indescritível som, mas bem baixo, numa espécie de gorgoleio, algo como o ruído de pequeno moinho em rápido movimento".

Em matéria de fauna Arnold só se avistou com uma cobra côr de coral vivo, de anéis negros e cinzentos no dorso, pertencente a' uma espécie venenosa. Rastejava lentamente pelo leito da estrada justamente sob as patas da mula a que cavalgava' o nosso "yankee".

Outra informação curiosa refere o viajante:

"As vespas negras ou vespões do Brasil são formidáveis, muito maiores que os vespões amarelos e estão armadas de terrível aguilhão.

Contou-lhe Hopkins que anos atrás, passara por sôbre sua casa enorme enxame que parecia uma nuvem de gafanhotos, ao dôbro da altura' do prédio e voando para o Norte. Levava cêrca de três quartos de hora a passar.

Êstes enxames apareciam com intervalos de poucos anos e eram mortíferos quando pousavam sôbre uma tropa de mulas. Em Minas Gerais haviam morrido, por êste motivo, tropas inteiras. "Eis um fato digno de menção".

Esta invasão de cassunungas não lhe teria o bailador Hopkins calculado a extensão pelo prisma da habitual intemperança?

A 31 de dezembro de 1847 resolveu Arnold voltar a Santos comunicando a intenção ao coreógrafo hospedeiro.

"Hopkins disse-me que pensava abandonar a bebida a partir de amanhã. Hoje é o dia das boas intenções e amanhã, ou pelo menos esta semana, as veremos voltar".

Se Hopkins se mostrava devoto amantíssimo de Baco, em todo o caso não o era de Plutus.

"Nada quis receber pela minha estada de dois dias em sua casa nem pela despesa das mulas". Também agradecido comenta o viajante: "E' um tipo amável e muito bom, quando não está borracho".

Tão cordial que resolveu, pelo espaço de uma légua, acompanhar o seu rápido hóspede, cavalgando ao seu lado e ao dos companheiros alemães, a quem acompanhava também o respectivo hospedeiro, e compatriota Henrique (?). Talvez fôsse êste Henrique um empreiteiro alemão ou mestre de obras a quem os documentos municipais chamam ora Henrique Henrichen ora, e mais germânicamente, Henrique Henrichsen.

A frente do pavilhão de D. Pedro I despediram-se, Hopkins e o tal Henrique, dois itinerantes que gastaram cinco horas até chegar à

hospedaria do francês Jean Payot ou à "casa francesa" como era chamada.

Fizeram a caminhada sob pequena chuva, mas proporcionadora de boa molhadela.

Felizmente, puseram-se sob coberta a tempo de se salvarem de aguaceiro com trovões.

Notou Arnold a passagem de tropas carregadas de café e açúcar que marchavam para o litoral levando as cargas em cangalhas de folhas de palmeira (sic), cobertas por couros crus.

Numa tropa normal a mula madrinha levava campainhas e às vezes penacho, entre as orelhas.

A carga padrão para mula era de oito arrobas. Constantemente cruzavam os viajantes com tropas de 10, 50 e até cem bêstas. Disseram-lhe que num mês haviam passado pela ponte do Cubatão, trinta e nove mil dêstes formidáveis solípedes.

Deixando a "Casa Francesa" estranhou Arnold que Jean Payot lhe cobrasse apenas seis mil réis pelas hospedagens, sua e dos companheiros. Assim fez questão de lhe dar mais quatro mil réis. Aceitou-os o narbonês mas, imediata e irmãmente, repartiu êste suplemento com a sua criada.

Falando dêste concidadão de S. Sebastião, expende Arnold: Jean Payot é de Narbona, e o hospedeiro mais amável que jamais conheci".

Descrevendo a viagem serra abaixo informa o nosso "yankee": Há dois caminhos, o antigo está pavimentado e é melhor para esta estação embora muito íngreme. O novo acha-se calçado em certos trechos e em outros macadamizado. E' mais largo e menos empinado; está porém terrivelmente destroçado pelas chuvas. Em certos pontos, e não há muito disto, ficou completamente arrasado. Tivemos de tomar o caminho velho.

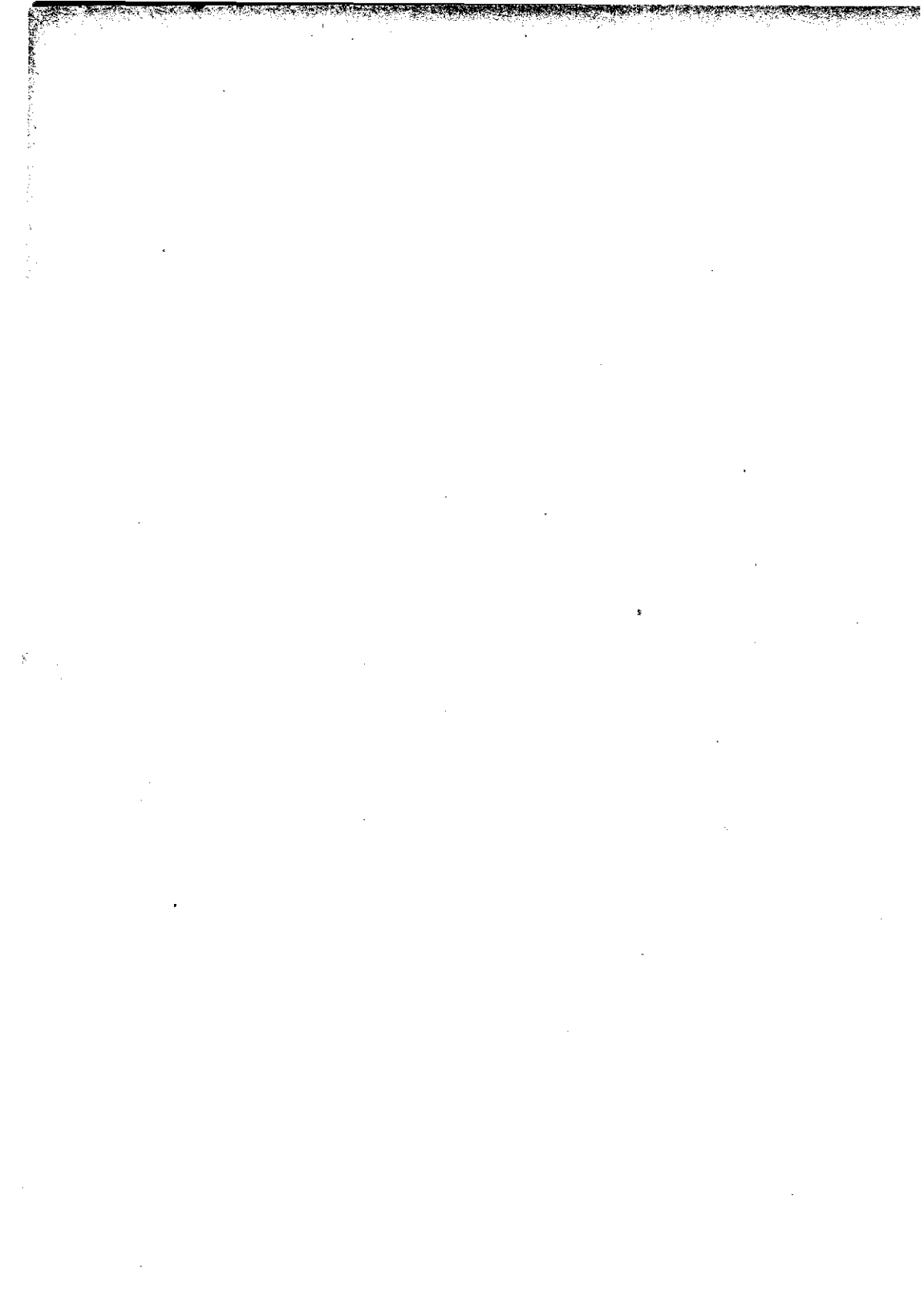
Sôbre a serra onde chovera mais do que alhures, o terraplano se esboroara formando caldeirões.

Em certo lugar, onde tinham sido arrancados os tabuões de uma ponte, achavam-se colocados uns galhos para os substituir. Tivemos de descavalgar. Com algum trabalho fizemos os animais passar e assim atingimos o "Coubatton" (sic)".

A Santos chegaram os viajantes ensopados, com seis e meia horas de marcha, havendo realizado uma excursão de oitenta milhas" (128.720 m.), cálculo muito pouco afastado das distâncias exatas.

Como vemos, o depoimento de Samuel Greene Arnold sôbre São Paulo é desvãlioso.

Nenhuma nota humana, nenhuma observação sôbre os aspectos sociais paulistanos inclui entre os seus apontamentos fundamentalmente egocêntricos.



Necrológio dos Sócios Falecidos em 1950

J. P. Leite Cordeiro

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cumprindo mais uma vez um dever que considera inviolável, vem render seu respeitoso preito àqueles que, embora afastados para sempre do nosso convívio, vivem na saudade de todos nós, provocando recordações que se transformam em poderosos estímulos para os que trabalham no exaustivo campo da História Nacional.

Antes de iniciarmos o elogio dos consócios desaparecidos desde novembro de 1949, impõe-se assinalar, em destaque especial, que o ano de 1950 foi dos mais dolorosos na vida do Instituto. Completase hoje um mês do passamento do nosso inolvidável Presidente Perpétuo, o querido Dr. Tôrres, José Carlos Tôrres Dias de Oliveira, que tanto amou esta Mansão, devotando-lhe o que de melhor possuía na magnanimidade de um coração grandiosamente bom, na força do caráter, nas energias de uma personalidade invulgar, na riqueza de uma brilhante inteligência, e na beleza de raros dotes culturais.

Pelas sete horas e meia da manhã brumosa de 1.º de outubro, estarrecido, atônito, compungido pela dor de perdê-lo, o Instituto paralisou momentaneamente as suas atividades a fim de prestar-lhe tributo e de render-lhe a merecida homenagem. O barco a velejar tranquilamente em águas serenas sentiu, de súbito, a ausência do experiente e fiel timoneiro que, durante duas décadas, o vinha conduzindo na boa rota, sem permitir, ao de leve, fôsse o rumo desviado. Pelo espaço de 20 anos, além de guia e sábio condutor, além de nosso acaçado, respeitado e venerado presidente, fôra também o amigo de tôdas as horas. Comungava conosco nos instantes adversos da vida associativa, nos momentos de tristeza, de infelicidade, dando-nos o seu apoio, amparando-nos com a sua experiência, apontando-nos a verdadeira solução dos problemas que tínhamos a resolver. E era também o companheiro nas horas de alegria, partilhando conosco os lauréis conquistados pelo sodalício. Sua vida resumiu-se em aumentar as

glórias e as tradições desta Casa que nada mais são do que as próprias glórias e tradições de São Paulo e do Brasil.

Embora, com tôda a justiça, já tenhamos dedicado a sessão do dia 21 para homenagear a figura saudosa do nosso Presidente Perpétuo, eu não poderia, amigo seu que fui, admirador irrestrito que sou de sua pessoa, devedor da confiança por êle em mim depositada, fato que tanto me enaltece, não poderia eu, neste singelo necrológio, neste momento evocativo, deixar passar sem referências o golpe rude e cruel que a todos nos atingiu.

A impressão que nos domina desde aquela tarde fria de 1.º de outubro na qual, junto à sepultura, dissemos o derradeiro adeus a Tôrres de Oliveira, é de que a morte não realizou integralmente a sua obra. Irmã do amor e da verdade, na expressão de Antero de Quental, ela apenas veio patentear a verdade do amor dedicado por esta Casa a Tôrres de Oliveira cuja memória aqui permanecerá, afetivamente guardada na frase magistral de Afonso José Carvalho, quando saudou em José Carlos Tôrres de Oliveira "não apenas o nosso Presidente Perpétuo mas, em verdade, a própria alma do Instituto".

* * *

O primeiro a nos deixar foi Mestre Garcia — Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, dos maiores historiadores brasileiros. Ninguém como êle conhecia o período colonial de nossa História. As anotações que fez ao monumental livro do Visconde de Pôrto Seguro, notadamente na chamada 4.ª edição integral, atualizaram admiravelmente a obra maior do ilustre historiador, natural de Sorocaba e constituem obra dúplice, tão valiosa como o original da magnífica "História Geral do Brasil".

De tôda a cultura e vasta erudição de Rodolfo Garcia, destacava-se um traço singular: — tendo cabedal para criar uma interpretação do nosso passado, preferiu os ensaios, as anotações e retificações aos mestres que o haviam antecedido, Varnhagen e Capistrano, ou a textos cujo ineditismo êle mesmo desfazia no seu trabalho investigador. Virgílio Correia Filho e Josué Montelo bem souberam descrever essa característica da personalidade cultural de Garcia, assim definida pelo Padre Serafim Leite: — "Era fonte viva e inesgotável de referências bibliográficas sôbre a História do Brasil".

Quando dirigia a Biblioteca Nacional, fui conhecê-lo pela mão amiga do Embaixador José Carlos de Macedo Soares. A cena dividida guardo-a como das maiores impressões da minha vida intelectual. No Gabinete do Diretor, em redor de Garcia, ouvindo-o atentamente estavam Afrânio Peixoto, Serafim Leite, Aurélio Pôrto, Levi Carneiro e Pedro Calmon. Pareceu-me ter penetrado no Olimpo. Ini-

ciara eu, não havia muito, a peregrinação de historiador. Deslumbrado, integrei-me ao ambiente, sentindo com humildade a minha pequenez mas arrebatado pelas fulgurações das inteligências ali reunidas em torno de Mestre Garcia, atração e centro daquela original instituição tão bem focalizada por Ernesto de Sousa Campos: — Academia Garciana da qual, além dos já citados, faziam parte Afonso de Taunay, Primitivo Moacir, Tasso Fragoso, Viriato Correia, Tarquínio de Sousa, Luís Edmundo, Wanderley Pinho e tantos outros valores, que procuravam o Mestre em busca senão do esclarecimento completo de enigmas da nossa História, ao menos de elementos seguros para a sua aclaração.

De outros valiosos serviços prestados à cultura por Mestre Garcia, destaca-se a Introdução ao "Tratado da Terra e da Gente do Brasil" cuja publicação acompanhou carinhosamente, tendo elaborado a biografia do autor, Fernão Cardim, e relatado as peripécias por que passaram os originais do trabalho. Acurado lingüista, Rodolfo Garcia abrilhantou a edição com a análise de vocábulos indígenas, além de indicar pormenores sobre acontecimentos históricos referentes às personagens cujos nomes constavam do livro. O mesmo fez com a "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador e com os "Diálogos das Grandezas do Brasil". Já ultimava os comentários do livro de Roberto Southey quando a falta de saúde lhe impediu terminar tão importante trabalho. Nesta faceta de sábio comentarista dos textos fundamentais da história nacional, Garcia muito se aproxima de Capistrano de Abreu de quem foi digno continuador. Aliás, Garcia continuou não apenas a obra de Capistrano. Fê-lo também com a de Vieira Fazenda, ocupando, quando êste morreu, o lugar de bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não havia muito, o então moço provinciano viera de Recife, onde a sorte não lhe sorrira. Chegado à Capital da República, dedicou-se devotadamente ao arquivo e à biblioteca da tradicional associação que o acolhia, ali continuando o trabalho de Vieira Fazenda, adentrando-se pouco a pouco na vida intelectual do país, fazendo-se conhecido e respeitado e encontrando o verdadeiro caminho do seu destino benéfico para a vida cultural do país. São dessa época o "Catálogo de livros, folhetos e retratos", apresentado pelo Instituto na Exposição do Centenário da Independência, a "Bibliografia Geográfica Brasileira", além da "História das Explorações Científicas" e a "Etnografia Indígena" que integraram o monumental Dicionário publicado pelo Instituto em 1922. Nessas publicações revelava a envergadura de gigante, patenteada, anos seguidos, na direção do Museu Histórico Nacional e, ao depois, da Biblioteca Nacional cujos Anais enriqueceu e ilustrou com ensaios, monografias e eruditos comentários. Entre outros de seus estudos, destacam-se o "Dicionário de Brasileirismos", o "Ensaio bio-

bibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen", "Os Judeus na História do Brasil", "A Capitania de Pernambuco no Governo de José César de Menezes", "História do Colégio da Capitania de Pernambuco", *sem que nos esqueçamos da "Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil"*, daquelas admiráveis anotações às "Cartas do Brasil", do Padre Manuel da Nóbrega, da documentação sobre o Tratado de Madri, sobre as órfãs da Rainha e sobre a maioridade de D. Pedro II.

Quase no fim da existência, ainda em plena atividade intelectual foi surpreendido com a aposentadoria, pela idade, quando todos os que o conheciam esperavam um decreto do Executivo conservando-o — como a Lei facultava — no posto de trabalho que tão bem ilustrara. Consolou-o na desdita o gesto nobre e amigo do Embaixador Macedo Soares, pondo-lhe à disposição, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma sala privativa a fim de que não se paralisasse o trabalho profícuo de um dos maiores conhecedores de nossas letras históricas.

Amante dos livros, dos arquivos e do torrão que Deus lhe dera por berço, Rodolfo Garcia construiu no saber um pedestal onde a Pátria agradecida, reverentemente, o venera.

* * *

Aos 13 de fevereiro, falecia em Santos, Manuel Hipólito do Rêgo, advogado operoso e titular do Registro Geral e de Hipotecas. Ingressou para o Instituto em outubro de 1934, proposto por Domingos Laurito, Nicolau Duarte e Silva, Marcelo Piza e Antônio Paulino de Almeida.

Jornalista, colaborou na imprensa da cidade litorânea em cujo fóro exerceu as atividades de causídico. Conferencista de muitos recursos, atraía e seduzia os auditórios reunidos para ouvi-lo.

Nascera em S. Sebastião mas o destino levou-o até Santos cuja sociedade ornamentou como dos mais altos valores. Personalidade de escol, moral lídima, desprendido e caridoso, onde se apresentasse, conquistava corações e argamassava sólidas amizades. Seu nome está ligado a inúmeras instituições de caridade da cidade de Brás Cubas.

Atraído pela política e desfrutando o prestígio de uma inteligência viva e de uma alma pura, elegeram-no deputado federal, tendo prestado relevantes serviços à coletividade não só naquele mandato mas também na câmara estadual. Militando no Partido Republicano Paulista, integrou-lhe a Comissão Diretora depois de ter presidido o diretório local. Atitude rara, na atualidade, Hipólito do Rêgo nunca se desligou do partido, permanecendo-lhe fiel durante toda a existência de político.

Num requinte de apurado gôsto artístico, colecionava antiguidades, traço que nos revela o amante do passado e das tradições nacionais. Gozamos pouco do seu convívio pois era dos nossos correspondentes, mas o seu nome prestigiou o Instituto que carinhosamente guarda a sua memória.

* * *

No mês de maio, chegava-nos do Rio de Janeiro a infausta notícia da morte de Antônio Figueira de Almeida, nosso correspondente desde outubro de 1942. Nascera em Barra Mansa aos 30 de agosto de 1892. Filho de Joaquim Leite Ribeiro de Almeida Júnior e de dona Josefina Figueira de Almeida, prendia-se genealôgicamente aos Lopes Figueira, do Facão, que se entroncam nas antigas famílias de Piratininga.

Fez os estudos iniciais e os secundários no Colégio Diocesano de S. José, dirigido pelos Irmãos Maristas, para, posteriormente, diplomar-se pela Faculdade de Direito de Niterói.

Jornalista, historiador e geógrafo, deixou alentada bibliografia reveladora dos dotes de intelectual, e sobretudo de pesquisador. Na seara jornalística, teve o nome estampado como colaborador no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, em "O Estado", periódico da capital fluminense e em vários outros jornais e revistas. No setor histórico foi abundante a sua produção. Basta citarmos a tese intitulada "A idéia da Independência na América", o compêndio de "História Geral", a "História Fluminense", "Os fluminenses na História do Brasil" e finalmente aquela admirável memória comemorativa do primeiro centenário de Barra Mansa, a sua cidade natal, em cuja elaboração dedicou-se carinhosamente. No campo da geografia, ainda permanecem atuais os conceitos de sua tese de concurso editada em 1918 sob o título "Os meios geográficos, sua influência na formação das espécies e sobre as atividades, antecedida de um apanhado histórico da geografia e suas relações com as ciências". É um estudo em que patenteou larga erudição, aplicando conhecimentos não só geográficos mas também históricos, revelando o alto plano cultural em que a inteligência e a aplicação ao trabalho intelectual já o haviam colocado naquela época. O volume "Correntes Filosóficas" também constitui prova da sua cultura que acabou por guindá-lo a uma das cadeiras da Academia Fluminense de Letras e ao prêmio de erudição concedido pela Academia Brasileira de Letras no ano de 1935.

Dedicado aos problemas do ensino em nosso país, especialmente na velha Província e na Capital Federal, abrilhantou o corpo docente do famoso Colégio Pedro II, e desempenhou o cargo de inspetor federal do ensino secundário. Seu falecimento privou o Instituto de um dos mais sólidos esteios fora de São Paulo.

* * *

Dos correspondentes estrangeiros, perdemos Buenaventura Caviglia Hijo, uruguaio de nascimento, mas que trazia o Brasil dentro do coração. Interessava-se vivamente por tudo o que dissesse respeito ao nosso país e, nos últimos tempos, manteve assídua correspondência conosco a respeito de São Paulo. Propuseram-no para o sodalício Plínio Airoso, Tôrres de Oliveira e Carlos da Silveira. Aceitamo-lo em março de 1936, dado o seu valor de poeta, de historiador e de folclorista bem como pelo interesse demonstrado ao Brasil.

Bacharel em direito, honrou a carta profissional. Homem de letras, colaborou em revistas e jornais uruguaiois tais como "Rojo y Blanco", "Pegaso", "Tabaré", "Revista Nacional", "La Mañana" e "El Terruño". Era sócio de número do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade dos Amigos de Arqueologia, e de inúmeras outras associações culturais uruguaiois. Em Buenos Aires, integrava a "Junta Nacional de História e Numismática", e, na Colômbia, a Academia de História. Longa bibliografia faz jus à sua fama de intelectual. Filólogo, interessou-se de tal forma pela etimologia da palavra Montevidéu, que a ela dedicou sete trabalhos. Poeta, publicou "Rapsódia Romântica", e verteu para o castelhano vários poemas de Paul Fort. Amante de arquitetura, legou-nos estudos sobre o forte de São Miguel e o de Santa Teresa, comentando o estilo arquitetônico ao mesmo tempo que devassava a história colonial. Não só o que falava da Espanha nos fastos uruguaiois lhe chamou as atenções. A influência lusa mereceu-lhe também cuidados especiais, continuando-se nas relações entre o Uruguai e o Brasil já independente. Perlustrou também os campos da Numismática e do Folclore.

Data do último período de sua vida a publicação dos resultados de um labor beneditino no estudo sobre a Cantramila, dispositivo usado nas carretas, os famosos carros de boi platinos de tanta importância na formação e na economia da nação vizinha. Mais de dez vezes os seus abalizados conceitos estenderam-se por conferências, artigos e volumes, analisando o assunto abordado não só no Rio da Prata mas também no Rio Grande do Sul. Lembra-nos aquela dedicação paciente de Bernardino José de Sousa no monumental estudo sobre o ciclo do carro de boi na História Universal e particularmente na História do Brasil.

Em 1947, "La Cantramila, Folklore Gaucho Rioplatense", surtia em alentado volume de 252 páginas, entusiasticamente recebido pelos críticos. Um deles, o abalizado Raul Montero Bustamante afirmou que o livro enriquecia "A literatura, a etimologia e o Folklore do Rio da Prata". Após a primeira etapa, vencida no Uruguai, Caviglia Hijo continuou a pesquisa nos países limítrofes. Nós mesmos, através de Álvaro da Veiga Coimbra e do Museu do Ipiranga, tivemos

oportunidade de informá-lo sobre o uso da cantramila nas regiões paulistas.

Sincero amigo do Brasil, Buenaventura Caviglia Hijo aqui esteve em várias missões culturais, alicerçando inúmeras amizades. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Riograndense de Letras. O seu falecimento constitui um golpe rude para a intelectualidade uruguaia, e também para a nossa Pátria que perdeu um dos seus mais sinceros amigos.

* * *

Outro de nossos membros correspondentes desaparecidos este ano e cuja perda se constitui em irreparável lacuna para as letras regionais, foi Mário Sette, pernambucano de origem, e que, no próximo ano, comemoraria o cinquentenário do seu livro de estréia.

A sua vida literária apresenta interessante particularidade: — nunca saiu do estado natal, não se deixando assoberbar pela atração quase irresistível da Capital da República, mas do seu longínquo rincão fez-se respeitar e admirar no meio intelectual do Rio de Janeiro, o que é patente demonstração de elevado mérito.

Professor de História do Brasil na Faculdade de Filosofia de Recife, e de História Geral e do Brasil no Colégio São José, Mário Sette deixou mais de vinte obras donde ressaltam as características regionalistas, os costumes e os aspectos de Pernambuco, a sua história e a sua sociologia. Enclausurado na capital do estado nordestino, assimilou-lhe a vida, integrou-se-lhe totalmente criando uma nova personalidade literária, tôda feita do que é e do que representa Pernambuco dentro do Brasil. Provinciano como Xavier Marques, Rodolfo Teófilo ou Simões Lopes Neto, engalanou e honrou o nome da província natal, elevando-o aos pináculos de Côrte. Não ambicionava grandezas, apenas desejava altear sentimentos, aperfeiçoar o espírito, alcançar a sabedoria, desfrutar o belo, e isso tudo conseguiu na aplicação bem orientada da inteligência posta a serviço do pedaço do Brasil que o vira nascer.

De início no comércio, ao depois funcionário dos Correios em Recife, pelo espaço de trinta anos, muitas vêzes se lhe deparou a oportunidade de remoção para o Rio de Janeiro. Mário Sette, porém, queria muito ao seu glorioso Pernambuco, por nada o abandonaria, e nesse estranhado amor encontramos a explicação de tôda a sua obra literária. Sentia-se bem ao cruzar as pontes do Recife, divisando em suas ruas os fantasmas do passado, que enchiam as lendas da cidade. Engolfado nos arquivos, em meio a documentos, alfarrábios e coleções de jornais e revistas, esquecia-se do mundo contemporâneo. E dêsse vasto manancial ressuscitou hábitos, festas populares, costumes, a vida social d'antanho.

Na crônica, no conto, no romance e últimamente no rádio, reviveu o velho Pernambuco com tôdas as suas glórias e tradições, os seus lampiões bruxoleantes e ruas estreitas, as anquinhas e vestidos de roda das pernambucanas, os fraques, as cartolas e os violões dos moços pernambucanos, os romances de amor entremeados de serenatas, valsas, polcas e mazurcas. Criou um gênero literário próprio de Mário Sette, da região, e de uma particular emoção despertada pelo reviver da sociedade dos séculos passados.

Seus livros possuem várias edições. A livraria Chardron, do Pôrto, fazia questão de editar suas novelas e romances. "Senhora de Engenho" já estava na sexta edição nacional e foi publicada em castelhano pela Editôra Ercila, de Buenos Aires. Em "Clarinha das Rendas", "Seu Candinho da Farmácia", "A Filha de Dona Sinhá", "O Vigia da Casa Grande", "Os Azevedo do Poço", "No Tempo de Nossos Avós", e na "História Pitoresca do Recife", Mário Sette expôs aprofundados conhecimentos da psicologia, da sociologia e da história pernambucana.

Tendo grangeado lugar de destaque nas letras nacionais, sofreu incompreensões, como é regra geral, embora muitos lhe fizessem a justiça que merecia. Foi êle quem iniciou a fixação da vida nos engenhos, a linguagem rural, os quadros típicos da vida social de Pernambuco. Sua produção máxima, no campo da História, o livro "Arruar", elaborado sôbre farta documentação, pintou ao vivo, com alto senso de interpretação psicológica e revelando um grande amor ao passado, a vida do Recife em outras eras.

No conjunto da obra histórico-literária dêsse nosso consócio, sobrepõem-se a originalidade e a sentimentalidade que fazem palpitar junto às melodias do frevo e do maracatu, as tradições pernambucanas, às quais de hoje em diante integra o legado intelectual de Mário Sette.

* * *

Ainda entre os correspondentes cuja morte nos enlutou no primeiro semestre de 1950, encontra-se Vital Brasil Mineiro da Campanha cujo nome na pia batismal já parecia predestinar na vida nacional o destino de quem tanto elevou, no conceito universal da ciência, o berço de origem: brasileiro nascido em Minas Gerais na cidade de Campanha, indicando ao mundo no plano da Federação, do Estado e do Município, o rincão onde viera à luz um sábio, um emérito benfeitor da humanidade.

Na cidade de Caldas, para onde os genitores se transferiram, recebeu Vital Brasil a instrução primária. Em São Paulo fez o curso de humanidades, lutando contra dificuldades financeiras pois lecionava as primeiras letras a fim de arcar com as despesas dos seus pró-

prios estudos. No Rio de Janeiro iniciou o curso de medicina, continuando a lecionar, até que, por concurso, obteve o lugar de preparador na cátedra de Fisiologia.

De há muito vinha provando ao destino a têmpera da personalidade e as forças do ideal que lhe alimentavam a alma de lutador. Não descansava nas férias, uma das quais trabalhou como ajudante de engenheiro na construção da Estrada de Ferro Mogiana, no trecho de S. José do Rio Pardo. Em 1891, galardoava-se com o grau de doutor em medicina. A febre amarela em São Paulo e o "cólera morbus" no Vale do Paraíba, especialmente na zona de Cachoieira, tiveram nele um dos mais sérios opositores. Tentou a clínica em Botucatu mas a formação de higienista e a marcada tendência para a experimentação, impediram-lhe continuar o afã de clínico na cidade do interior paulista. Veio então para a capital do Estado. Trabalhou na Santa Casa de Misericórdia ali fundando o Ambulatório de Ginecologia, mas foi no Instituto Bacteriológico que se lhe abriram as portas do verdadeiro rumo da gloriosa existência. Entre o laboratório e as comissões de que era encarregado na luta contra várias epidemias que assolaram o território paulista, tal como a de peste bubônica em Santos, dividiu as atividades já de cientista acatado em nosso meio médico onde sobressaíam figuras como Adolfo Lutz e Emílio Ribas. Osvaldo Cruz, recém-chegado da Europa, veio inspecionar o trabalho de Vital Brasil realizado em Santos mas nada encontrou para acrescentar.

Enquanto no Rio de Janeiro, o Instituto de Manguinhos, confiado à direção de Osvaldo Cruz, inaugurava uma nova fase na história das pesquisas científicas no Brasil, o mesmo se dava em São Paulo com a criação do Instituto Butantã entregue à direção de Vital Brasil. Não mais dependeríamos do estrangeiro para a obtenção de vacinas e soros. Muito pelo contrário, dentro de pouco tempo, graças à sabedoria de Osvaldo Cruz e de Vital Brasil, iríamos beneficiar a humanidade, seríamos solicitados para colaborar na obra universal dos médicos e das instituições de todos os recantos do globo porfiando na luta contra a morte, e, fato que nos enche de orgulho, até hoje aqueles dois Institutos permanecem fiéis às suas tradições, constituindo dois dos mais altos padrões da ciência universal.

No Instituto Butantã, Vital Brasil assim delineou o seu programa: "Preparar todos os soros e vacinas que se tornem necessários à defesa sanitária do Estado. Estudar tôdas as questões que direta ou indiretamente interessem à higiene pública especialmente as que se relacionem com a soroterapia. Contribuir para a vulgarização científica por meio de cursos e conferências, demonstrações e publicações". Se bem soube programar, melhor soube cumprir e, ainda

hoje, a orientação por êle determinada é seguida pelos sucessores numa efetiva contribuição do Brasil para o bem da humanidade.

Desde Botucatu, passando pelo Instituto Bacteriológico, dedicara-se Vital Brasil ao problema do ofidismo que tantas vidas ceifava por tôda a extensão terrestre. Basta dizer que no Brasil desapareciam anualmente cerca de 4.800 pessoas vítimas do ofidismo. Fazendo paralelo a Roux, Koch, Calmete, Pasteur e Behring, atingiu Vital Brasil, no Butantã, o objetivo havia tanto almejado, ao conseguir em tôda a sua potencialidade o sôro anti-ofídico, não só o polivalente mas os relativos a cada uma das peçonhas.

Em viagem de estudos pela Europa, passando por Lille, Paris, Londres, Bruxelas, Berlim, Berna, Genebra, Milão, Roma e Lisboa, foi recebido mais como quem vinha ensinar do que como quem viesse aprender. O velho mundo nêle reverenciou os benefícios da ciência que o novo mundo espalhava pelo universo.

Anos depois, excursionou pela América do Norte e, em feliz oportunidade, salvou da sepultura um empregado do Jardim Zoológico de Washington, picado por uma cascavel. O sucesso da cura é assim referido por Emílio Ribas: "O efeito moral dêsse tratamento foi enorme e de grande retumbância nos Estados Unidos pois dêle se ocuparam não só os jornais médicos como a imprensa profana".

Deixando em 1919 a direção do Butantã, instituto de pesquisa que aureolara de tanta fama, transferiu-se para Niterói onde fundou o Instituto Vital Brasil, para continuar a sua obra de cientista. O curare, cujo uso na cirurgia veio revolucionar êste ramo da medicina desde que entrou, há poucos anos, na prática hospitalar diária, constituiu também objeto dos estudos de Vital Brasil que novamente, em 1924 e 1927, passou a dirigir o Butantã, do qual, posteriormente, se afastou por motivos de saúde.

Em discurso pronunciado em 1924, sintetizou êle o que é o Instituto Butantã, historiando a sua gênese e a concretização do ideal que êle mesmo, Vital Brasil, almejava e ali conseguira realizar: "Cumprindo êsse preliminar dever, permiti, senhores, que o velho fundador desta casa, que assistiu aos seus primeiros delineamentos, que viu o lançamento de suas bases fundamentais, que testemunhou uma série enorme de lutas, triunfos e decepções até chegar ao ponto em que ora se encontra, que sentiu alegrias e tristezas, que aqui viveu durante vinte anos, tendo aqui passado os melhores dias da sua mocidade, que viu primeiro germinar, na sua imaginação, tôda essa obra que pouco a pouco se transformou em realidade, desde o majestoso e empolgante bosque de araucárias e eucaliptos, que emoldura as construções, até os mínimos e insignificantes detalhes; permiti, senhores, que êsse idealista impenitente, ora se vos apresente cheio de entusiasmo e de fé, para vos afirmar que, ainda hoje, alimenta o mesmo sonho que em

outros tempos afagou, de fazer desta Instituição, não uma simples fábrica de soros e vacinas, mas um centro de pesquisa e estudos de utilidade para este glorioso Estado, e de grandes benefícios para o país e para a humanidade”.

Ao ser homenageado recentemente em 1948, deu vasão aos atributos da modéstia tão característica dos verdadeiros sábios, afirmando não divisar maior prêmio do que “A consciência de ter feito o bem”. No amor à ciência e no acendrado desejo de que o nosso país se destacasse entre as nações civilizadas, resumiu-se a vida desse pioneiro. E para sua felicidade, concretizou o que idealizara. Criou o Butantã, descobriu os soros anti-oftídicos, fazendo o Brasil cooperar acentuadamente na marcha da civilização que aperfeiçoa e ameniza a vida humana. Na glória universal do seu nome está envolta a glória da Pátria: *Vital Brasil Mineiro da Campanha*.

* * *

Durante o primeiro semestre perdemos dois consócios que gozavam o título de efetivos: Félix Soares de Melo e José Ferreira de Melo Nogueira. O primeiro ocupava uma das cadeiras do sodalício desde 1919, proposto por Francisco Morato e João de Cerqueira Mendes. O segundo aqui aportou pelas mãos do Coronel Pedro Dias de Campos e de Ernesto Goulart Penteado. Dedicaram ambos o melhor de seus esforços para o bom nome da Instituição.

Félix Soares de Melo, que em 1922 integrou a nossa Comissão de Artes e Indústrias e, em 1939, a de Contas, foi de assiduidade exemplar, acentuadamente nos últimos tempos, presente em quase todas as sessões para a maioria das quais trazia a sua contribuição. Fez inúmeras comunicações nos últimos dois anos. Era o canto do cisne que nos trouxe não só o agradável desfrutar da sua companhia mas também a argamassa com que solidificamos as atividades desta Casa. Deu-nos idéias, fez-nos sugestões, pranteou mortos ilustres, avivou fatos do passado, lembrou datas centenárias, homenageou vultos históricos, irmanando-se em nosso trabalho, auxiliando-nos e cumprindo os misteres a que esta agremiação se devota.

Funcionário do Tribunal de Justiça de S. Paulo, encontrava tempo para a pesquisa honesta e a interpretação criteriosa. As páginas da nossa revista estampam um interessante estudo de sua autoria sobre o Rio S. Francisco e as suas tradições. Constituiu também objeto de suas cogitações “O metro sob o ponto de vista astronômico”. A heroína Ana Néri mereceu-lhe cuidadosa atenção, tendo feito sobre ela duas palestras, desta mesma tribuna. Preocupavam-no, ultimamente, as comemorações do próximo Centenário de São Paulo sobre cujas festividades várias vezes trocamos idéias.

Embora já entrado em anos, era elemento dos mais úteis à nossa vida associativa e muito ainda viria a produzir não fôsse arrebatado pela morte. A êle tributamos a nossa veneração pelo carinho dedicado às nossas atividades.

O desaparecimento de José Ferreira de Melo Nogueira, jornalista e advogado brilhante, a nós roubado pela fatalidade de um desastre de automóvel, causou profunda consternação. O saudoso consócio possuía raros predicados que o elevaram no conceito e na estima da sociedade paulistana. Fidalgo nas maneiras, jornalista culto, advogado honesto, temperamento combativo, impôs-se não só em nossos meios jornalísticos mas também nos forenses, os dois campos máximos de suas atividades. Presidente da Associação dos Profissionais de Imprensa, imprimiu um cunho todo particular na administração daquela entidade, beneficiando os seus componentes e encaminhando-a no verdadeiro destino para que fôra criada.

Não teve tempo de concluir a história da imprensa paulista, há longos anos pacientemente preparada. Nem chegou a publicar o primeiro artigo da longa série que pretendia iniciar. Fê-lo o jornal "A Gazeta" no trigésimo dia do seu passamento, homenageando um dos mais apreciados colaboradores. Através de três compactas colunas, sob a égide "Homens da imprensa d'antanho", deu-nos "A Gazeta" uma idéia do que é a magistral evocação histórica elaborada por Melo Nogueira e que ainda permanece quase totalmente inédita, trabalho, aliás, de que sentimos a lacuna pois somente esparsos, em jornais ou revistas, em apanhados cronológicos ou em sínteses algumas delas de real valor como a do nosso consócio João Néri Guimarães, encontramos os subsídios para a história da imprensa cidadina. Melo Nogueira fê-la em parte, quase completou-a. Sentimos que o destino nos tenha impedido de desfrutar na totalidade tão valiosa contribuição. Resta a esperança de que a família do morto confie à nossa revista ou à própria "A Gazeta" a revelação do que resta de inédito nesse trabalho de Melo Nogueira, cujo nome, infelizmente, já passou para o nosso livro de saudades.

* * *

Em Laerte Teixeira de Assunção, lamenta São Paulo a perda de um expoente da vida política, de um esteio do seu espírito independente, de um marco das nobres características estaduais. Desde os bancos acadêmicos, Laerte de Assunção demonstrava forte personalidade, aquela mesma personalidade que viria mais tarde projetá-lo no cenário da política nacional. Orador consumado, que disputava com Amarajós Alcântara de Araújo e Armando Prado, a primazia da eloquência nas tradicionais arcadas do Convento Franciscano, Laerte de Assunção, alicerçado em inteligência vivaz e em cultura sólida, já na

Faculdade de Direito de São Paulo deixava divisar os sucessos alcançados na maturidade. O interessante é que tendo o caminho franqueado para bela carreira política, dela se afastou logo após a formatura, preferindo a banca de advogado, as agruras do jornalismo pois militou na imprensa de São Paulo, e as atividades econômicas. Como bom paulista ajudou a engrandecer o Estado que mais pesa na balança das finanças nacionais e foi ainda como bom paulista, sentindo espiçados os brios de piratiningano, que, após a revolução constitucionalista de 1932, ingressou decidido nas pugnas parlamentares. Sentia que, naquela fase histórica, não bastava servir São Paulo no campo econômico já que o Governo da União, aquele malfadado governo em fase pré-ditatorial, não reconhecia os esforços e os méritos de São Paulo. Era necessário descer à liça política, era preciso interessar-se pelos altos destinos da nação. Laerte não tergiversou um só instante. Veio para a luta na qual tomou parte como dos mais eficientes combatentes. Fundou com outros o Partido Constitucionalista. Ocupou-lhe a presidência aplicando, com raro descortino, as forças da inteligência e tão bem se houve que mais parecia um político de largo tirocinio do que um homem até então dedicado à resolução de problemas econômicos.

Deputado estadual, elegeram-no presidente da Câmara, cargo desempenhado com tino e habilidade. Governando o Estado Armando de Sales Oliveira, tornou-se Laerte de Assunção um dos seus mais eficazes colaboradores. Embora a eficiência de sua presidência na Câmara Estadual fôsse marcada pelo idealismo, pela elegância de gestos e atitudes, pela sabedoria no conduzir as questões debatidas, deixou-a após breve permanência, recusando-se novamente a palmilhar por mais tempo a estrada de homem público que, tal qual na adolescência, se lhe mostrava promissora na maturidade. Parecia ter desido à liça apenas para ajudar, para incentivar, para organizar e iniciar a luta. Delineada a vitória, afastava-se modestamente, deixando aos companheiros os louros da conquista.

Inteligente e culto, conversador admirável que entretinha ouvintes durante horas seguidas, nascera em Tietê, entroncando em tradicionais famílias paulistas, e, durante a existência, quer em atividades econômicas quer em atividades políticas, nunca desmentiu as tradições piratininganas, pelo contrário mais engrandeceu-as para maior glória de São Paulo.

* * *

Mal começado o segundo semestre, o Instituto viu afastar-se levado pela morte um membro honorário, José Pires do Rio, nascido em Aparecida, o relicário da fé brasileira. Iniciados os estudos nas cidades vizinhas de Aparecida, frequentou em São Paulo o Curso

Anexo da Academia de Direito, matriculando-se depois, com idade mínima, na Escola de Engenharia de Ouro Preto, pela qual, em 1903, recebia o título de engenheiro civil e de minas.

Exuberante de inteligência, de aplicação ao trabalho e de amor ao estudo, nos últimos anos de acadêmico, ingressou para a Escola de Farmácia por onde também se diplomou sem que êsse duplo esforço na conquista de cartas profissionais lhe impedissem alcançar o prêmio de viagem à Europa concedido pela Escola de Engenharia de Ouro Preto.

No exercício profissional, perlustrou quase todo o Brasil, levando às mais distantes regiões os benefícios do saber. Tiveram-no presente as obras do pórtio do Rio de Janeiro e as dos portos e barra no Estado do Rio Grande do Sul, a cadeira de Hidráulica na Escola Politécnica da Bahia, a Inspetoria de Obras contra as Sêcas onde a sua passagem determinou medidas que, em pouco tempo, solucionaram questões havia longos anos debatidas.

Encarregado de várias comissões no exterior, quer na América do Sul, quer na Europa ou na América do Norte, delas sempre deu cabal desempenho, o mesmo acontecendo com as missões a êle confiadas, dentro do território nacional. De uma delas fez públicos os estudos, as cogitações e as opiniões, o que se tornou obra das mais autorizadas no assunto: "O combustível na economia universal", livro elaborado com perfeito espírito crítico e com a visão real do problema, o que lhe permitiu indicar as soluções mais lógicas para a questão do carvão nacional.

Outro trabalho de larga repercussão foi publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, logo após uma viagem à Amazônia. As estradas de ferro no Brasil, linhas vitais do arcabouço econômico da nação, mereceram-lhe acurado estudo, especialmente a Madeira-Mamoré e a Alcobça-Praia da Rainha sobre as quais deixou instrutivo relatório. Nomeado Inspetor Federal de Estradas de Ferro, na administração Delfim Moreira, tais méritos demonstrou que Epitácio Pessoa, Presidente da República, o convidou para Ministro da Viação e Obras Públicas, cargo que mais lhe consagrou o nome através da campanha por êle efetivada, contra as sêcas do nordeste. Deixando o Ministério, desempenhou por São Paulo o mandato de deputado e depois o cargo de Prefeito Municipal da cidade de Manuel da Nobrega, destacando-se entre outras realizações o início da retificação do Tietê. Após a revolução de 1930, por mais de um lustro afastou-se das atividades públicas, retomadas em 1937, para chefiar a Comissão do Petróleo por insistência de Odilon Braga, então Ministro da Agricultura. Presidia em São Paulo o Clube de Engenharia, e passando-se para a Capital Federal em razão daquela nova investidura, mais

vêzes interferiu diretamente na resolução dos altos problemas econômicos nacionais.

Fazia parte da direção da Companhia de Comércio e Navegação e do "Jornal do Brasil". Como publicista não fez obra de interesse pessoal, de propaganda ou de mero profissional. Combateu pelo Brasil, procurando orientá-lo, apontando-lhe as forças, as possibilidades, a solução de muitos dos problemas básicos para o desenvolvimento econômico.

Em outubro de 1945, debelada a ditadura que afligia o país, foi chamado para ocupar, no Governo Linhares, a pasta da Fazenda. Ali permaneceu pouco tempo, o suficiente, porém, para com sua alta visão elaborar um relatório, onde pintou a verdadeira situação financeira do Brasil, trabalho de vasta repercussão nos meios nacionais e internacionais. Dos seus pareceres, votos, discursos, artigos, conferências e livros, destacam-se "A moeda brasileira e o seu permanente caráter fiduciário", "Realidades econômicas do Brasil", e "O nosso problema siderúrgico".

Engalanando o nosso quadro de sócios honorários, proposto que fôra por Geraldo Rúfelo, Armando de Arruda Pereira e Antônio Paulino de Almeida, estampou no número 27 de nossa revista uma síntese sobre a evolução econômica do Brasil que, embora resumida, precedeu no tempo, cheia também de méritos, à maravilhosa e até agora insuperável História Econômica do Brasil de Roberto Simonsen. Em 1930 passou a ocupar com destaque um lugar na Comissão de História do sodalício.

Conta-nos Menotti del Picchia que Pires do Rio, no desejo de melhor conhecer a realidade histórica do Brasil com a aplicação do conceito ciceroniano de ser a História a mestra da vida e procurando, filosoficamente, descobrir no passado as razões do presente e as possibilidades do futuro, leu e meditou página a página, comentário a comentário, os dez alentados volumes de Rocha Pombo.

Atraído pela Índia misteriosa, encontrou-o a morte em Nova Delhi donde nos chegou a pungente e dolorosa notícia. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pranteia-o não apenas como dos mais ilustres membros honorários mas também como um dos maiores brasileiros dos últimos tempos.

* * *

Entre os consócios efetivos, principiamos, no segundo semestre, a série de infortúnios com Roberto Thut, aquêle precioso Roberto Thut que, ao se adentrar nas salas do Instituto, já deixava transparecer no olhar a modéstia com que encobria as virtudes do filatelista e do heraldista consumados. Era preciso provocá-lo, inquiri-lo para que se abrisse dando vasão ao manancial de conhecimentos acumula-

dos numa vida inteiramente aplicada ao estudo. Borbotavam então claras e pormenorizadas tôdas as informações e explicações que desejávamos. E vinham de maneira sucinta e incisiva, sem dúvidas ou interrogações, estaqueadas na indicação precisa das fontes onde, quotidianamente, êle bebia o saber filatélico ou heráldico.

Afável no trato, rejubilava-se quando era procurado na intimidade do seu apartamento da rua Vitória, aconchego de solitário a correr solícito entre o fogareiro onde preparava delicioso café e os cálices de licor ou os copos de "whisky", em meio dos objetos que pelas mesas, paredes e estantes, assinalavam as suas origens germânico-brasileiras. Várias vêzes busquei sua orientação sempre dada não com o orgulho de profundo conhecedor mas com o prazer de servir amigos, de transmitir e difundir conhecimentos.

Colaborador de Ricardo Gumbleton Daunt, em departamento especializado da Secretaria da Segurança Pública, era exímio na ciência datiloscópica, setor no qual penetrou seguramente, divulgando, através de esplêndidos trabalhos, os conhecimentos e as pesquisas. A Revista do Instituto Heráldico e Genealógico, o "Estado de S. Paulo" e outros jornais e revistas estampam inúmeros de seus trabalhos, todos êles imprescindíveis a quem, entre nós, se interesse ou se dedique à Heráldica ou à Filatelia. Nas publicações do Instituto Genealógico Brasileiro cuja fôrça realizadora é um título de glória dêsse titânico Salvador de Moya, apresentou Thut as instrutivas *Notas Heráldicas*, colaborando com Francisco Assis de Carvalho Franco na elaboração de um Brazonário Paulista, trabalho que, sem favor algum, veio preencher uma lacuna na bibliografia paulista das ciências afins da História.

Recentemente, definiu e explicou, em erudito artigo, os pormenores da bandeira paulista e do brazão de Campinas, a cidade que teve a glória de ser-lhe o berço. Os velhos brazões da gente piratingana foram por êle além de cuidadosamente explicados, muitas vêzes corrigidos dentro dos princípios da heráldica. No campo da Filatelia, elaborou o valioso "Catálogo Thut de selos postais do Brasil", de interesse internacional. Apaixonado pela evolução social da cidade de origem, levantou a história do correio na bela "Princesa do Oeste", trabalho que se entrecruza com a História de S. Paulo e também do Brasil no que diz respeito ao tão importante problema das vias de comunicação. Desde 1939, integrava no sodalício a Comissão de Filatelia e desde 1948 a de Heráldica.

A lembrança de Roberto Thut punge-me o íntimo de campineiro como êle extremoso amante da cidade natal. Quantas vêzes, enlevados nesse afeto e origem comuns, trocamos idéias, evocamos um passado já bem distante, revivendo os fastos da nossa urbe. Neste mo-

mento de saudade, preste-lhe não só a homenagem devida pelo Instituto Histórico mas também a que lhe creditou a nossa amizade e os elos que nos prendem à gloriosa terra de origem.

* * *

No mês de agosto, faleceu em Funchal, Ilha da Madeira, onde residia e de onde era originário, o consócio correspondente João José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira que dividiu as atividades nos campos da História e da Medicina.

Atestam os méritos de historiador inúmeros trabalhos alguns dos quais dizem respeito aos fastos brasileiros como "Identidade de João Fernandes Vieira, o herói pernambucano", "Elucidário resumido do Brasil" e "Ascendência de João Fernandes Vieira". Além destes, outros referentes à História de Portugal, poderíamos citar: "Ascendência provável de Gonçalo Fernandes", e "Origem dos Cunhas até os Gódos".

Aquêle interêsse por personagens e fatos brasileiros guindou-o a vários Institutos Históricos Nacionais como o do Rio Grande do Norte, o do Ceará, o de Pernambuco, o de Minas Gerais e, por fim, o nosso venerando sodalicio. Contavam-no também a honrar e prestigiar os respectivos quadros sociais o Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo e a própria Academia Norte Rio Grandense de Letras. Em Portugal, integrava a Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, e o Instituto de Coimbra.

Na Revista Portuguesa, na imprensa diária do Funchal e nos órgãos de divulgação das sociedades a que pertencia, divulgou pesquisas e conhecimentos, não só históricos mas ainda genealógicos já que também era cultor extremado da Genealogia. Prestou-nos, recentemente, valiosa contribuição, recopiando o Nobiliário da Ilha da Madeira, de autoria de Henrique Henriques de Noronha, que veio elucidar as origens genealógicas de muitas famílias brasileiras prêsas aos vários troncos ilhéus lusitanos.

Na seara médica, Rodrigues de Oliveira, diplomado pela hoje extinta Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, grangeou destaque exercendo as funções de médico do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal e de preparador do Laboratório Clínico da Junta Geral do Distrito de Funchal, após ter conquistado renome na freguesia de S. Gonçalo e na própria capital da Ilha da Madeira.

O seu desaparecimento marca uma lacuna na intelectualidade lusitana e nos sentimentos que unem afetivamente o Brasil ao seu país de origem pois, além de se interessar pela nossa Pátria, contribuiu para manter bem viva a chama da amizade que nos prende ao velho, glorioso e sempre querido Portugal.

* * *

Inácio Manuel de Azevedo Amaral foi dos últimos a desaparecer. Estava conosco desde 1946, proposto por Cândido de Sousa Campos. Na aparência agreste e mesmo agressivo, era no fundo um fidalgo como bem o definiu o Professor Ernesto de Sousa Campos. Possuindo viva inteligência, memória impressionante e soberba cultura, prestou relevantes serviços à Nação, quer como educador e administrador, quer como participante de instituições científicas. Integrou, por longos anos, a Comissão Central da Cidade Universitária como dos membros mais brilhantes. E quando aquela comissão se reduziu no número dos componentes, escolheram-no em companhia de Sousa Campos e de Leitão da Cunha, para desempenhá-la dado o feliz reconhecimento dos seus méritos patenteados desde os tempos da mocidade.

Formado na Escola Naval, galgou, na Marinha de Guerra, o posto de Capitão-Tenente, para mais tarde disputar um concurso de catedrático onde obteve o primeiro posto, passando desde então a honrar o corpo docente daquela escola. Homem de opinião, incompatibilizou-se com superiores e deixou a cátedra, dedicando-se a atividades comerciais, campo onde se sentia a contragosto em consequência da cultura e erudição que possuía. Surgiu-lhe, porém, a oportunidade que veio mais uma vez demonstrar as suas qualidades. Na Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, por onde se diplomara em 1926, em ciências físicas e matemáticas, abriu-se o concurso para a cadeira de Cálculo Diferencial e Integral. Em provas memoráveis, Azevedo Amaral conquistou o lugar. Mais uma vez dedicou-se ao alto magistério, sendo, mau grado a austeridade, queridíssimo dos alunos que nele respeitavam não só o ótimo professor, o mestre acatado mas também o cientista de valor.

Outro fato que bem diz dos méritos de Azevedo Amaral foi o de ter composto por várias vezes, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a banca de concurso para catedrático de Ciências Econômicas, embora não pertencesse ao grupo de professores daquele estabelecimento de ensino.

Dirigiu com acerto a Reitoria da Universidade e ocupou, com proficiência, a cadeira de História e Geografia na Escola Normal do Distrito Federal. Presidente da Academia Brasileira de Ciências, fôra dos seus fundadores. Chefe do Departamento de Ensino de Armamento na Escola Naval, desde a criação desse cargo, nele permaneceu até à sua jubilação, em 1934, na função de catedrático da Escola Naval. Representou a Universidade Técnica do Rio de Janeiro, no Conselho Nacional de Educação, dirigiu a Escola Normal do Distrito Federal e a Escola Nacional de Engenharia e presidiu o Comitê Brasileiro Pró Palestina Hebréia.

Com muita justiça, Peregrino Júnior, em sessão da Academia Brasileira de Letras, qualificou-o "Grande brasileiro que ilustrou com

a sua sabedoria e honrou com os seus serviços todos os encargos públicos que lhe foram confiados”.

Nascera na então capital do Império, no ano de 1883, originário de distintas famílias: pelo pai os Amarais e pela mãe os Álvares de Azevedo, ramo genealógico a que pertenceram o poeta Álvares de Azevedo, os Azevedo Macedo, os Macedo Soares e vários outros troncos ilustres, com largos benefícios prestados ao Brasil. O nosso consócio não lhes desmereceu a fama e as tradições. Pelo contrário, mais enobreceu e enalteceu o nome que ostentava. O seu desaparecimento constitui assinalada perda para a ciência universal, para o país e para nós que com êle contávamos no quadro dos correspondentes.

* * *

Meus prezados consócios.

A lista dos que tombaram êste ano encerra, como vimos, valores de difícil substituição. Tal fato, acrescido pela saudade que todos êles deixaram, obriga-nos a dobrarmos a nossa dedicação ao centro intelectual que nos congregou em vida de tão ilustres consócios.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo espera que cada um de nós, doravante, sustente nos ombros os preciosos fardos de contribuições magníficas até há pouco suportados pelos eminentes companheiros que a Parca desapiadosamente nos levou.

Crédito Rural e para a Comissão do Projeto da Caixa de Amortização Bancária, para a Caixa Reguladora de Emissões, a Associação dos Bancos, a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, o Conselho Federal do Comércio Exterior, dois últimos setores que lhe permitiram agir no âmbito das finanças nacionais.

E' edificante analisarmos a sua obra e a sua trajetória em todos esses departamentos. Foram ambas magníficas, mais salientando cada uma delas a solidez de um caráter, os frutos da operosidade, a orientação feliz no administrar os negócios públicos.

Deputado Federal eleito em 1945, deixou o mandato para exercer, com proficiência, o alto cargo de Ministro da Fazenda na Presidência Gaspar Dutra, repetindo na capital do país a mesma e esplêndida administração de que já se mostrara capaz quando Secretário da Fazenda na interventoria Cardoso de Melo no Estado de São Paulo.

Analisando com tóda a justiça a passagem desse nosso consócio pelo Ministério da Fazenda, assim se pronunciou o Sr. Edmundo de Miranda Jordão, quando em junho de 1948 o Conselho Superior das Caixas Econômicas homenageou Gastão Vidigal: "O conjunto esquemático das medidas por êle propostas mereceu desde logo o apoio do eminente Chefe da Nação, e assim baseado na atuação desse seu dinâmico Ministro da Fazenda, pôde o Governo Federal pôr em prática as seguintes medidas: comprimiu as despesas; suprimiu serviços e cargos; concorreu para o estancamento das emissões; aumentou a receita; estabeleceu novas fórmulas de recursos ao crédito público; forneceu novos meios à Carteira de Redescontos; tendeu para a liberdade cambial, enquanto manteve a situação de disponibilidades no estrangeiro; fez o encontro de suas contas com o Banco do Brasil; limitou a emissão das Obrigações de Guerra e suspendeu a compulsoriedade de sua subscrição; concentrou no Banco do Brasil o depósito de seus recursos como dos das autarquias; defendeu a cotação dos títulos da dívida pública; empreendeu o ajustamento do meio circulante; providenciou no sentido de prevenir ou evitar o entesouramento; modificou o contrato do Tesouro com o Banco do Brasil, de que resultaram notórios benefícios; voltou ao regime da unidade orçamentária; concentrou novamente no Tesouro as funções arrecadadora e pagadora, readquirindo o controle e a fiscalização da despesa; reduziu os encargos de juros devidos ao Banco do Brasil; legislou sobre os bens do Domínio da União; criou a possibilidade financeira para a execução das obras de melhoramentos e reequipamentos dos portos; amparou a produção, pelo financiamento dela, assistindo ao café, ao algodão e aos cereais, em um plano de emergência; atendeu ao problema dos transportes pelo auxílio fi-

nanceiro que prestou ao Loide Brasileiro, à Estrada de Ferro Central do Brasil, à Companhia Vale do Rio Doce, e em geral às estradas de ferro sob a direção do seu Departamento Nacional; contribuiu substancialmente para a conclusão e início da produção da Companhia Siderúrgica Nacional; amparou os bancos e orientou a política bancária, além de muitas outras realizações."

"Quase todos êsses atos se concretizaram em Circulares da Presidência da República e em mais de quarenta decretos-leis."

Estas palavras dizem eloqüentemente da passagem de Gastão Vidigal pelo Ministério da Fazenda.

Entre outras atividades dêsse nosso ilustre companheiro, podemos apontar as passagens pela direção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, da Kosmos Capitalização, da Sociedade Construtora de Imóveis e de outras empresas comerciais ou industriais que constituem verdadeiras expressões do valor financeiro de São Paulo e do Brasil.

Tanto o comércio quanto a indústria nêle tiveram um chefe e orientador destacado cuja falta levará anos para ser inteiramente suprida.

Nos últimos tempos, embora lhe tivessem os médicos impôsto uma limitação de trabalho e de esforços, pouco pensou na saúde, e, desprendido como era, fez arder mais rapidamente a chama da própria vida imolada em favor do bem comum, do desenvolvimento e da grandeza de São Paulo, que hoje ainda chora o desaparecimento do filho corajoso que não temeu, em sã consciência, doar à Pátria uns anos da vida que egoisticamente poderia ter conservado para si e para os seus. Se viveu como um lutador vitorioso nas pugnas que sustentou, morreu como herói, como exemplo digno das páginas imortais dos Ilustres Varões, de Plutarco.

* * *

O segundo a desaparecer, Carlos de Sousa Nazareth, foi também um líder das classes conservadoras em São Paulo. Seu nome permanecerá ligado não apenas às várias entidades representativas do nosso comércio e da nossa indústria, mas também à História de São Paulo naquele período árduo e cheio de glórias que foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Hora difícil, vivida pelos paulistas, encontrou Sousa Nazareth na presidência da Associação Comercial, entidade que serviu a São Paulo tão bem em tempo de guerra quanto já se habituara a bem servi-lo em tempo de paz.

Felizmente para a Terra Piratiningana, aquêle momento histórico veio encontrar o nosso companheiro de sodalício à frente da Associação Comercial, que não só cumpriu o que dela se esperava, mas

ainda superou a expectativa, mantendo bem alta a tradição de benevolência pública, padrão de sua vida que já no Movimento Armado de 1924, ela mesma, sob a orientação de José Carlos de Macedo Soares, provara magnificamente em atuação patriótica e humanitária que espalhou benefícios e amparou a população em momentos dolorosamente aflitivos para a coletividade.

Em 1932, a Associação Comercial, organizando o serviço de guerra na retaguarda, criou cerca de dezoito departamentos entre os quais o da Campanha do Ouro e o famoso e utilíssimo M. M. D. C., cuja estruturação honrou sobremaneira o espírito organizador dos bandeirantes. Carlos de Sousa Nazareth chefieou pessoalmente o Departamento de Abastecimento além de superintender todos os outros serviços que sob a égide da Associação Comercial promoveram a assistência ao voluntariado na frente de combate e na retaguarda, incluindo neste último setor a assistência às famílias dos voluntários.

Terminada a revolução, Sousa Nazareth, prêso e deportado, pagou na Casa de Detenção, na Casa de Correção e no exílio, o amor pela ordem constitucional e os sacrifícios feitos no amparo à coletividade. Em companhia de Altino Arantes, Aureliano Leite, e outros grandes paulistas de nascimento ou de coração, passou dias amargurados em Lisboa onde a saudosa imagem da Pátria distante lhes sustentou o ânimo e mais alto elevou os nobres sentimentos das suas almas patrióticas.

Voltando a São Paulo, após a reconstitucionalização do Brasil, elegeram-no para a Assembléia Estadual Constituinte. Tendo exercido até 1937 o mandato de deputado já então na Assembléia Legislativa Estadual, prestou outros reais serviços ao bem público. Após o golpe ditatorial de 1937, abandonou a política, não deixando, porém, de ser útil a São Paulo e ao Brasil em atividades exclusivamente relacionadas com o comércio e com a indústria. Assim atuou na Companhia de Seguros Equitativa, em empresas de importação e exportação e na Presidência da Bolsa de Mercadorias, onde orientou a expansão de vários de seus departamentos justamente em época na qual o algodão passou a tomar grande importância na economia estadual.

Durante a última guerra, não mediu esforços a fim de que os seus trabalhos e, mais do que estes, a sua experiência, prevenissem as dificuldades com que lutaram a indústria e o comércio do país nas situações criadas pela conflagração mundial.

A vida de Carlos de Sousa Nazareth padronizou-se pelo amor a São Paulo e ao Brasil, pelo devotamento à causa pública, e, como a de Gastão Vidigal, a sua perda, por muito tempo, continuará irreparável.

Lamentamos em terceiro lugar o falecimento de Vítor da Silva Freire, nascido em Lisboa, Portugal, mas filho de pais brasileiros, o Sr. Vítor da Silva Freire e a exma. sra. dona Leopoldina Coimbra Freire.

Vindo ao mundo em 22 de outubro de 1869, Silva Freire cursou, entre 1885 e 1888, a Escola Politécnica na capital lusa e, entre 1889 e 1891, a "École Nationale des Ponts e Chaussées" em Paris. Terminados êsses estudos, exerceu a profissão de engenheiro sucessivamente em Liège, Almeria, Lisboa e Santos. Mais tarde, chefiou o Serviço de Saneamento no Estado de São Paulo, a Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura Municipal, tendo regido uma das cátedras da nossa Escola Politécnica na qual ocupou o cargo de diretor entre 1932 e 1933.

Presidiu a Companhia de Pavimentação e Obras Públicas, a Companhia Anglo-Brasileira de Juta, a Brasil de Seguros Gerais, a do Curtume Franco-Brasileiro, a Sociedade Civil Liceu Franco-Brasileiro e a Associação Mútua de Beneficência dos Engenheiros, além de ter integrado o Conselho Consultor da "City of S. Paulo Improvements". Não bastasse esta exemplificação da alta capacidade de trabalho dêsse consócio, apontaríamos os seus estudos no campo da especialização científica, acervo do qual se destacam o "Plano de Melhoramentos de S. Paulo", datado de 1911, o "Plano do Código de Construção do Estado de São Paulo", datado de 1916, e o "Plano Geral de Calçamento para São Paulo", datado de 1926, trabalhos todos que dizem bem de perto, no seu sentido geral, com os estudos do Instituto Histórico e Geográfico, pois além de refletirem a História do Estado, documentam a evolução, o aformoseamento e a civilização de nossa urbe, a gloriosa Piratininga de Nóbrega, hoje transformada na majestosa metrópole paulopolitana. Entre outros estudos de Vítor da Silva Freire, muitos dos quais publicados no jornal "O Estado de S. Paulo", encontra-se o que elaborou sobre a profissão do engenheiro, colocando bem ao vivo e em grande projeção os problemas que assaltam o exercício da engenharia.

Tantos méritos científicos e culturais não podiam deixar de despertar justas homenagens. Silva Freire, além de membro honorário do Rotary Club de S. Paulo, era Oficial da Legião de Honra da França, bem como da Ordem de Jorge I da Grécia. No estrangeiro, integrou a "Société des Ingenieurs Civiles de France", a "Institution of Civil Engineers", de Nova York, e a Associação de Engenheiros Civis Portugêses.

Diante de tão longa enumeração de atestados de valor, justifica-se plenamente a mágoa do Instituto ao ver no quadro social envolto em crepe o ilustrado nome de Vítor da Silva Freire.

Num sábado triste e melancólico, chegou-nos a dolorosa notícia do falecimento de Dagoberto Sales, pertencente a tradicional família paulista, nascido em Rio Claro no ano de 1884, bacharel pela nossa Faculdade de Direito em 1905, integrando a mesma turma a que pertenceram brasileiros de nomeada e vários de nossos consócios tais como Cardoso de Melo Neto, José Carlos de Macedo Soares, Mamede de Freitas Júnior, Luís Pereira de Campos Vergueiro, Fernando de Almeida Nobre, Djalma Forjaz e outros.

Deixando a Faculdade, exerceu os cargos de Delegado de Polícia em Jaú e promotor público em Itatiba e S. Carlos. Nesta última cidade conquistou por concurso, na Escola Normal, a cadeira de História que, proficientemente, regeu durante largo período. Na mesma cidade, advogou, exerceu a vereança e presidiu a Câmara Municipal donde passou a servir o país nas legislaturas estadual e federal, a primeira de 1925 a 1929 e a segunda de 1935 a 1937.

Do político Dagoberto Sales, traçou Pelágio Lobo, nosso produtivo confrade, acertado perfil que aqui rememoramos: "Durante duas legislaturas exerceu o cargo com desvêlo incansável sem procurar exhibições artificiosas; servia o Partido com eficiência, evitava debates de feição pessoal que, em geral, sacrificam a atuação serena e frutuosa de representantes do povo mas não enjeitava a briga se metido nela. Sua preocupação, nesses anos, foi a instrução pública, empenhando-se em amparar a dignidade dessa "família dos professores" que foi, durante tantos anos, prolongamento da sua família, cujas agruras conhecida de ciência própria e sôbre as quais podia opinar com segurança e "de cadeira". O feito de Dagoberto era o de muitos da sua gente — a retidão nos atos, o denôdo na defesa de princípios e convicções e a bravura no revide, mormente quando os contendores, como é humano — e é bastante "brasileiro" — se excediam nos argumentos e no calor dos debates, freqüentemente convertidos em invectivas ou em doestos. O culto pela probidade e correção nos atos da vida, a integridade pessoal e a bravura cívica sempre caracterizaram os homens dessa nobre estirpe paulista, entroncada na grande árvore dos Maciéis: — não assumiam posição por encomenda de ninguém, mas adotavam-na por deliberação própria, por convicção íntima. E nessa trincheira eram impertérritos".

Tem razão Pelágio Lobo pois, realmente, espírito vivaz e combativo, Dagoberto nunca desmereceu em pugnas parlamentares, ou em qualquer outro campo de luta ou atividade, o nome de família ilustrado quer por seus colaterais quer pelos ascendentes diretos entre os quais sobressaía a figura varonil e enérgica do próprio genitor.

Abandonando a vida política, Dagoberto passou a servir à administração pública, no desempenho dos encargos de serventuário da

Justiça na Capital do Estado. Nesse pôsto colheu-o a morte que privou não só a sociedade paulistana mas também o nosso Instituto de um dos seus mais lídimos valores.

* * *

Tanto São Paulo quanto Petrópolis surpreenderam-se dolorosamente com o falecimento de Nereu Rangel Pestana, paulista de nascimento mas cuja vida operosa se desdobrou entre a nossa cidade, a capital da República e a poética e bela Petrópolis.

Formado em Odontologia no Rio de Janeiro, sua verdadeira vocação eram, porém, as letras jornalísticas das quais nunca descurou qualquer que fôsse o ambiente a que o arrastasse o exercício de uma vida atívisíssima dedicada à administração pública.

Secretariou em Paris, sob a direção de Vieira Souto, a Comissão de Propaganda do Brasil, e, em São Paulo, sob a orientação do invulgar Emílio Ribas, o Serviço Sanitário do Estado. Após breves atividades na Capital do país, radicou-se em Petrópolis onde grangeou largo círculo de amigos e admiradores e a cuja administração municipal serviu com reais méritos oriundos tanto do seu devotamento quanto de seu descortino.

Largos anos viveu querido, honrado e estimado na cidade de D. Pedro II, na qual dirigiu a diretoria da Educação e Cultura do Município durante as administrações de Yedo Fiúza e de Magalhães Basto, tendo realizado vasto plano educacional com a fundação de estabelecimentos escolares.

Nos assuntos relacionados com a História por ocasião do Centenário de Petrópolis, tomou partido, estaqueado em bases documentais que lhe permitiram acertado raciocínio histórico, a fim de que fôsse aceita a data de 16 de março como a da fundação da cidade em cujos periódicos freqüentemente expunha idéias sôbre variadas questões históricas. Eram comuns os pedidos que lhe faziam a respeito de fontes de pesquisas. A todos respondia, demonstrando não só grande boa vontade em transmitir o que sabia mas também um amplo conhecimento bibliográfico.

Independente e altivo, expressava opiniões, justificava-as, mantinha-as, e defendia-as mesmo ante dissabores, amarguras e ameaças ou perseguições políticas.

Além dos jornais de Petrópolis, colaborou em periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, e, em companhia do irmão Acelino Rangel Pestana, fundou "O Combate", vespertino da Paulicéia no qual fez a propaganda e a defesa dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930, imbuído na certeza de que uma transformação governamental melhoraria a situação do país. Sob o pseudônimo de Ivan Subiroff subscreveu êsses artigos, reunidos anos depois no volume in-

titulado "A Oligarquia Paulista". Um de seus livros, "A liberdade de Imprensa", apreendeu-o a polícia do Governo de Artur Bernardes. Outras de suas obras que merecem evocação neste momento em que, fugazmente, rememoramos os traços principais de sua vida, são: "Anais Sanitários", "Clima e salubridade do Estado de São Paulo" e "Repartições Sanitárias do Estado de São Paulo".

Filho de Francisco Rangel Pestana, não escapou Nereu aos imperativos biológicos da hereditariedade. Trazia no sangue o mesmo calor que aquecera as veias e artérias paternas. Tal qual o genitor, honrou e mais ilustrou um nome que já se tornara entre nós padrão do jornalismo limpo, honesto, bem orientado, e aplicado no sentido construtivo que anseia e efetiva em favor quer da cidade, quer do estado, quer da nação, revertendo em messe de benefícios à coletividade. Eram características de Nereu aquela impavidez, aquela coragem, aquêlo entusiasmo desprendido, aquela independência ativa, achas incandescentes das fogueiras, nas quais os jornalistas do seu tipo queimam as comodidades, as facilidades e as vantagens pessoais em prol do bem geral.

No fim da vida, sentindo próxima a última etapa da estrada a palmilhar, recolheu-se ao torrão natal. Abandonou Petrópolis que ainda lá está saudosa do benfeitor e acolheu-se à sombra do mesmo arvoredado que o vira nascer, dando à gloriosa Terra Paulista a ventura de agasalhar para sempre o corpo do filho estremecido.

* * *

Chocou o mundo intelectual de São Paulo, repercutindo conternadoramente no cenário das letras nacionais, a notícia da morte de Otoniel Mota que, no campo da Filologia, alcançara renome invulgar, merecendo referências elogiosas de sábios lingüistas estrangeiros como Jacobson, de Praga, e Meyer Lubke, professor em Iena.

Profundo conhecedor da língua portuguesa, do grego, do latim, deu magníficas lições quer nas várias cátedras por êle ocupadas, quer em livros, artigos de jornal ou revista, quer em simples conversas ou mesmo ligeiras tertúlias algumas das quais desfrutei a ventura de assistir em nossa biblioteca. Desta tribuna donde hoje vos falo, quantos ensinamentos não nos trouxeram as suas conferências e comunicações?! Lembro-me perfeitamente de uma, por mim assistida antes do meu ingresso no sodalício, aquela que elucidou o significado de índio Tapanhuno, expressão freqüente nos inventários quinhentistas e seiscentistas e sôbre cuja interpretação haviam surgido opiniões diferentes.

Na sólida produção didática e literária de Otoniel Mota, podemos apontar "Ensaio Lingüístico", "Lições de Português", "O meu

idioma”, “Comentário aos Lusíadas”, “Comentário às Geórgicas de Virgílio”, “Seleta Moderna”, “Chave da Língua”, “Horas Filológicas”, “O Lirismo Grego”, “O Pronome Se”, “A Evolução do Gerúndio”, além de vários outros volumes abordando temas religiosos como a “Anotação ao Hino dos Apóstolos” e “O Evangelho de São Mateus”.

Grande pela alma e magnânimo pelo coração, concebeu e conseguiu executar através dos esforços de sua inteligência, do valor moral de sua pessoa e do poder de convicção de sua palavra, obras de assistência social como o “Orfanato Betel” e a “Associação Evangélica Beneficente”, que acolhem e assistem a crianças e adultos em belíssima revelação de fraternidade humana. Espírito de lutador indomável que, felizmente até os últimos instantes da vida, não perdeu o vigor da inteligência e a clareza do pensamento, Otoniel Mota pôde manter em plena forma até os últimos dias da existência a produção intelectual, o que constituiu para êle uma grande felicidade. Na véspera do seu passamento, ainda publicava “O Estado de S. Paulo”, periódico em que vinha colaborando assiduamente, um dos muitos artigos que, além de nos encantar com o estilo, nos trazia a palavra sábia e esclarecedora do mestre. Não é de muito o trabalho intitulado “Muares no Planalto” que integrará a obra “São Paulo em Quatro Séculos”, a ser editada pelo Instituto nas futuras comemorações do Centenário de Fundação da cidade.

Nascido em Pôrto Feliz, terminou ali os estudos primários. Em São Paulo cursou os preparatórios à Faculdade de Direito e o Seminário Presbiteriano onde levou a térmo os estudos de Teologia, coroados pela ordenação de Ministro Evangélico. Exerceu com raro brilho o professorado em Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, tendo aqui dirigido a Biblioteca Pública e continuado, através de uma vida sobremaneira exemplificadora, a juntar lauréis para o nome já acatado e respeitado e que êle tanto enobrecera graças a uma conduta retilínea imposta pelo caráter de varão probo, digno e honesto. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, regeu a cátedra de Filologia. Integrava inúmeras associações de cultura às quais deu sempre o apoio das suas luzes e da sua erudição. Dentre elas destacamos a Sociedade de Estudos Filológicos, o nosso querido Instituto Histórico, em cuja revista abrigou várias de suas acuradas pesquisas, e a Academia Paulista de Letras na qual ocupava a cadeira n.º 17, fundada por Sílvio de Almeida e que tem como patrono Júlio Ribeiro.

Merece destaque especial para nós, por situar-se justamente no campo dos estudos históricos, o livro intitulado “Do Rancho ao Palácio”, demonstrativo de uma segura interpretação ante os documentos do passado e de um abalizado espírito de historiógrafo. Nêle

apresentou-nos Otoniel, após demorado estudo de algumas coleções das fontes da História Paulista — como Inventários e Testamentos — um seguro panorama abrangendo desde a vida na heróica Piratininga quinhentista e seiscentista até às variadas atividades dos piratininganos naqueles dois gloriosos primeiros séculos do nosso passado.

A vida de Otoniel Mota, filólogo abalizado e historiador consciencioso, firma-se para nós em exemplo edificante, em suave recordação, e sobretudo em manancial imenso de estudo no qual futuros biógrafos encontrarão os motivos inspiradores para o levantamento de uma obra que expressará à posteridade a quanto nos podem elevar o valor e a beleza da inteligência, do caráter, da alma e do coração humanos.

* * *

Aos 30 de agosto, perdemos Alcebiades Delamare, filho do educador Lamartine Delamare Nogueira da Gama a quem tanto deve a instrução pública do país. Nasceu Alcebiades neste nosso querido São Paulo em outubro de 1888, tendo aqui cursado a Faculdade de Direito em cujas arcadas deixou renome de viva inteligência e onde se bacharelou no ano de 1910. Após exercer nesta mesma cidade a promotoria pública, transferiu-se em 1914 para a Capital Federal e ali, em seqüência a intensa vida jornalística e brilhante exercício da advocacia, ingressou no alto magistério, lecionando Direito Administrativo e Ciência das Finanças na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde, posteriormente, veio a ocupar a cátedra de Economia Política, não escapando assim ao mesmo destino do genitor, ambos dedicando o melhor de suas existências à educação, à orientação e à preparação da mocidade brasileira. Nos últimos tempos não apenas os alunos da Faculdade Nacional de Direito, do Rio de Janeiro, lhe desfrutavam as sábias lições já que professava também na Universidade Católica, e na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula.

Dos dotes oratórios de Alcebiades e do seu enraizado nacionalismo em que extravasava o amor ao Brasil, deu-nos ligeiro esboço um dos seus companheiros de Universidade: "Delamare era a emoção; tudo animava-o daquele fogo crepitante e belo que lhe encadeava as orações em trechos largos e fecundos, apaixonados e arrebatadores. As lágrimas embargavam-lhe a voz mas essa vencida a emoção fácil, embora. Delamare retomava o assunto; a serenidade não era o natural de seu modo de ser, veemente e categórico. Não foi difícil que eu mesmo, em pouco, começasse a perceber que, também como Delamare, deveria remar contra a maré... Seguir-lhe o exemplo corajoso e belo de lutar pelas próprias convicções, de arrostar o ridículo, de honrar os apelidos demolidores, de deixar, enfim, no efêmero da

vida acadêmica alguma coisa de si para o todo do patrimônio de uma época. Lembra-me com requintes de atualidade a manifestação de carinho com que houvermos um dia de homenagear — e pouco antes de sua morte — o conde Afonso Celso, nume tutelar da Faculdade, outro também dos que sofreram resignadamente e purgaram o crime de cultuar a mística da Pátria”.

“Não tenho idéia de ter ouvido melhor nem maior oração que aquela proferida por Alcebiades Delamare. Foi uma voltagem assombrosa que fundiu o pensamento de todos os que se comprimiam no chamado salão nobre de nossa velha Faculdade de então. Estou a ver Alcebiades Delamare, tonitroante e arrebatador, batendo no peito aquelas vigorosas mãos, leais e amigas e agradecendo e considerando como o maior, o mais belo título de sua vida, o quê? Justamente o apelido que lhe davam e que o orador, empolgado, repetia: Pátria amada, Pátria amada!”

Realmente, prezados consócios, o apelido bem condizia com as atitudes e as pregações cívicas por êle tomadas e levadas a efeito. Graças ao seu devotamento pelo Brasil, Alcebiades Delamare antes de ter o nome inscrito no altar da Pátria, já o ouvia, para seu próprio gáudio, na boca dos seus patrícios a apregoarem uma de suas mais altas virtudes: O amor ao Brasil!

Católico pela tradição de família, pela fé e sobretudo pela convicção que lhe deu o estudo aplicado à filosofia e à teologia, tanto nas atitudes pessoais quanto nos ensinamentos e produção literária, defendeu sempre os belos e sagrados princípios da Igreja Católica Apostólica Romana.

Um dos líderes do catolicismo no Brasil, delineou-se em sua residência, no Rio de Janeiro, o plano de se elevar no Corcovado a imagem do Cristo Redentor que hoje impressiona e deslumbra todos aqueles — autóctones ou estrangeiros — que alteiem a vista para a montanha sobranceira à Guanabara.

Possuidor de estilo atraente por ser ao mesmo tempo lógico e incisivo, cativava os leitores de seus livros e de seus artigos em jornais. Da produção histórico-religiosa, no gênero biográfico, embora não possamos mesmo ao de leve analisar — já que a isso não nos permite a brevidade e o caráter sintético dêste necrológio — colocamos, porém, em destaque os volumes intitulados “Marta de Betânia” e “Maria Madalena”, e entre as biografias puramente históricas, o estudo sobre Cristóvão Colombo, junto ao qual se enfileira o ótimo trabalho sobre Vila Rica.

Fiel às gloriosas tradições do nome de família, viveu Alcebiades Delamare Nogueira da Gama que tanto honrou o nosso quadro social desde fevereiro de 1913 e cuja memória êste sodalício perenemente reverenciará.

No mês de setembro, perdemos Clodomiro Pereira da Silva, engenheiro de profissão, contando margem larguíssima de serviços prestados à coletividade. Diplomado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, regeu uma das cátedras da Escola Politécnica de São Paulo.

Quando acadêmico, trabalhara na Diretoria Geral dos Correios. Logo após a formatura, desenvolveu atividades profissionais em Pernambuco na construção de prolongamentos ferroviários que cortaram em várias direções aquela região do nordeste brasileiro. Tão bem se desempenhou desses encargos que logo atingiu a alta posição de Inspetor do Tráfego, função na qual mais uma vez deixou provada a competência, aliás essa proficiência técnica de Clodomiro Pereira da Silva levou-o sucessivamente a dirigir cargos de grande responsabilidade como a chefia da Fiscalização da Rede de Viação de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, a consultoria técnica da Estrada de Ferro Sorocabana, a diretoria da Noroeste, a direção geral dos Correios e Telégrafos na presidência Afonso Pena, a consultoria técnica da Secretaria de Viação e Obras Públicas em São Paulo, além de várias comissões oficiais cujos trabalhos e conclusões sempre trouxeram a marca da orientação e do valor profissional daquele nosso consócio.

Estudioso do problema do transporte no país, Clodomiro, que passou grande parte da existência a cortar o mapa da pátria com as linhas das estradas de ferro, verdadeiros marcos do progresso e da conquista civilizadora, legou-nos famoso trabalho intitulado "Política e Legislação das Estradas de Ferro" no qual patenteia o vasto conhecimento que possuía sobre o assunto.

Dos demais estudos salientam-se os referentes à solução de outro problema nacional que é a seca no nordeste. Ninguém melhor do que ele soube penetrar no âmago da questão e analisá-la de um tal modo que lhe permitiu a proposição de métodos acertados a fim de que fôsse minorado o flagelo que ainda este ano acossou os nordestinos obrigando-os ao abandono de imensa região.

Várias outras memórias, livros e pareceres especializados, constituem a bibliografia de Clodomiro Pereira da Silva, que ingressou no Instituto em outubro de 1905 proposto por Manuel Pereira Guimarães, Antônio de Toledo Piza, Domingos Jaguaribe, e cujo desaparecimento além de ter sido uma das maiores perdas por nós sofrida no último ano social, abriu um claro nas fileiras dos bons servidores da Pátria.

* * *

Durante o mesmo setembro, assaltou-nos a infausta notícia do falecimento de *Ciro Onésimo Maria Mondin*, crítico de arte além de

historiador e geógrafo, e que deixou farto acervo de publicações tôdas elas vasadas nos seus méritos de pesquisador e no seu aguçado e justo espírito de observador.

Filho de Tiburtino Mondin Pestana, um dos fundadores dêste sodalício, palmilhou Ciro Onésimo a mesma senda trilhada pelo genitor ao devotar parte da vida e das atividades para o maior engrandecimento desta Casa que a ambos muito deve.

Em dezembro de 1909, colava grau na Faculdade de Direito de São Paulo. Funcionário da Secretaria da Fazenda, aposentou-se em 1930, e, além do Instituto Histórico, integrou o Instituto Genealógico, na categoria de sócio efetivo, a Sociedade de Ex-Libristas de São Paulo da qual foi fundador e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe onde gozava o título de correspondente.

Sem contarmos longa série de artigos estampados no "Correio Paulistano", na "A Gazeta", no "O Combate" e no "Diário Popular", que diziam respeito à arte e a outros variados assuntos, podemos salientar, na bibliografia de Ciro Mondin, as "Impressões de Viagem de Santos a Pernambuco", publicadas em 1918, e os trabalhos históricos sôbre a "Influência de João Ramalho em Piratininga", "A Descoberta da América e o Mistério de Cristóvão Colombo", êste último uma conferência pronunciada no Instituto Genealógico Brasileiro em outubro de 1942, e finalmente "O Poeta Sta. Rita Durão analisado como homem e como religioso".

Restam uma série de artigos publicados em 1929 no "Diário Nacional", abordando a personalidade do descobridor da América e a admirável interpretação do que representa "O Rio de S. Francisco na Geografia Nacional", análise suficiente para demonstrar os conhecimentos especializados de geografia de que era possuidor êsse nosso prezado companheiro cuja morte é por nós hoje pranteada e que, embora pouco tempo tenha permanecido em nossa companhia, nos encheu a alma de uma sincera admiração pelos dotes e virtudes do seu espírito.

* * *

Ainda no fatídico mês de setembro, perdemos Renato Pais de Barros, ituano de origem, falecido em Roma, e cujo amor à terra paulista ficou patenteado flagrantemente por ocasião do Movimento Constitucionalista de 1932, não se desmentindo assim as tradições de sua família genealógicamente prêsas às mais ilustres estirpes da heróica Piratininga. Na proposta que o trouxe ao Instituto, em abril de 1933, assinalou como sua nacionalidade a "Brasileira-Paulista", atitude sugestiva a patentear-nos um acentuado regionalismo que não lhe impedia entretanto de amar acentuadamente o Brasil através do amor dedicado a São Paulo.

Realizados os estudos primários e secundários nos Colégios Arquidiocesano e Azevedo Soares, ingressara na Faculdade de Direito, ali se bacharelando com apenas vinte anos de idade. Já nos tempos acadêmicos atraíam-no o jornalismo e o magistério. Delegado de Polícia em Sapucaí e em Casa Branca, ocupou na Escola Normal desta última cidade a cátedra de Geografia e História. Não deixou, porém, de exercer a advocacia, grangeando renome de bom causidico em Casa Branca, S. João da Boa Vista e finalmente nesta Capital em cujo fóro militou longos anos.

Autor de muitas publicações na seara do Direito, firmado em brilhantes atuações quando em defesa de seus constituintes, o que demonstrava conhecimento aprofundado das ciências jurídicas, convidou-o o Governo do Estado para a Procuradoria Geral e depois para o Conselho Administrativo. Em ambas as investidas, bem como na presidência da Caixa de Pensões e Aposentadoria dos Ferroviários Estaduais deu sobejas provas de sua capacidade profissional, administrativa e legislativa.

Personalidade culta e realizadora mereceu ingresso em entidades culturais de que são exemplo o Instituto de Direito Social, a Sociedade de Geografia de Lisboa e o nosso Instituto Histórico e Geográfico.

O desaparecimento de Renato Pais de Barros feriu êste sodalício, privando São Paulo de um de seus filhos mais representativos e o Direito de um de seus mais abalizados cultores.

* * *

No dia 6 de outubro, justamente quando estávamos emprazados para uma das sessões regimentais do Instituto, desceu à sepultura, tomando contato com a lousa fria que encerra definitivamente o que há de matéria no ser humano, o corpo de Edmundo Krug, nosso consócio efetivo desde o ano de 1905 e aqui trazido pelas mãos de Carlos Reis, Manuel Pereira Guimarães e Dionísio Caio da Fonseca. Os serviços prestados à agremiação, o valor de geólogo, a seriedade e utilidade de sua produção científica, guindaram-no à categoria de sócio honorário por êle desfrutada até o falecimento.

Presidente da Sociedade Científica a qual após longo período de atividades em prol da ciência nacional viu-se obrigada — por motivos que aqui não nos cabe analisar — a encerrar sua atuação, foi Edmundo Krug novamente eleito seu presidente quando, não há muitos anos, renascia a antiga sociedade, e, como em outros tempos, soube êle então, enquanto lhe permitiu a saúde, imprimir uma segura orientação à entidade.

Do seu interesse pelo que diz respeito à etnografia, à geografia e à geologia do Brasil, dão-nos prova eloqüente os trabalhos insertos em páginas da nossa revista sôbre os "Índios das Margens do Para-

napanema"; sôbre a região de "Xiririca, Ivaporundiba e Iporanga", e finalmente o estudo sôbre "Deus e os Santos na Superstição Brasileira".

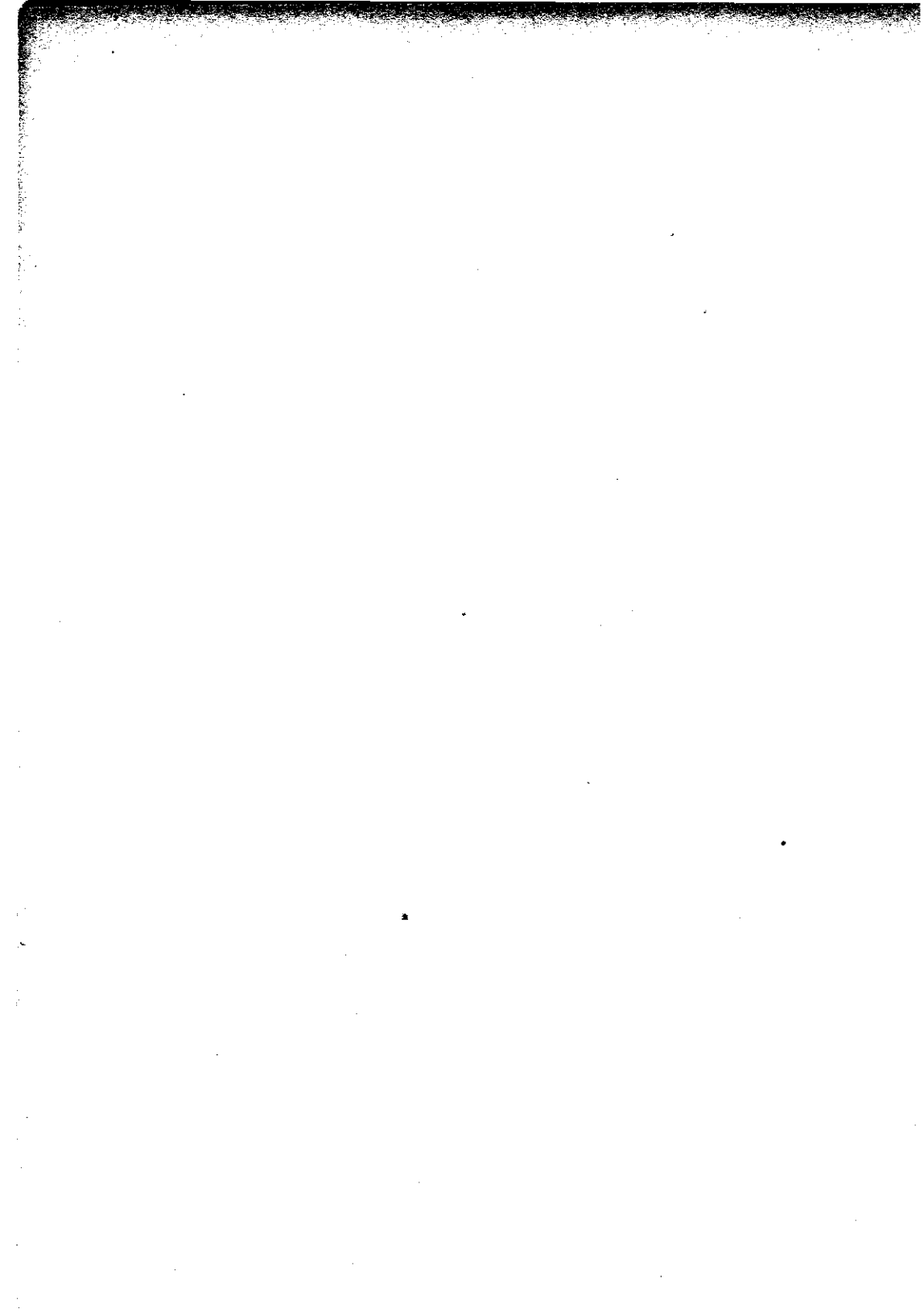
Altamente instrutivo e esclarecedor é o trabalho a respeito das famosas grutas calcáreas situadas em Iporanga e que têm atraído não só exploradores curiosos mas também os estudiosos da ciência geológica. Neste campo de análise, deixou-nos Edmundo Krug um trabalho perfeito ao qual nada se pode acrescentar. Aliás, em tôda a sua produção científica nota-se acentuado espírito de observação e uma interpretação arguta, ao mesmo tempo em que se salientam os seus conhecimentos sôbre os assuntos abordados.

Nos últimos anos, assaltado por tenaz moléstia, viu-se obrigado a quebrar a tradicional assiduidade às nossas tertúlias e sessões. Desapareceu do nosso convívio diário, mas permaneceu e continuará presente às nossas convocações na lembrança perene do amor que dedicou a esta Casa.

* * *

Sras. e Srs.:

A rememoração desses vultos queridos e cuja lembrança se eternizará nos Anais desta Casa, fazêmo-la hoje não só comemorando a data aniversária do sodalício mas também cultuando as figuras sugestivas daqueles consócios que no derradeiro ano social passaram a se enfileirar entre as sombras protetoras de nossas atividades. A êles o nosso último adeus e o culto perene do nosso amor e da nossa gratidão.



Alguns Documentos Sobre Médicos e Medicina do Brasil Seiscentista

CONTRIBUIÇÃO AO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DA MEDICINA

J. P. Leite Cordeiro

A documentação ainda inédita, existente nos arquivos portugueses dizendo respeito ao Brasil, constitui vasto campo de pesquisas aos que se interessam pelo nosso passado.

Em Lisboa, o Sr. Alfredo Mendes de Gouveia, funcionário do Arquivo Histórico Colonial, dispôs-se, a pedido nosso, a copiar peças documentais referentes à História da Medicina no Brasil durante o período colonial. Fê-lo não só no referido arquivo mas também na Biblioteca da Ajuda. É parte dessas cópias que agora apresentamos, certos do seu interesse, pois elas nos mostram como se processavam as nomeações dos médicos de então, os seus serviços na guerra ou na paz, o modo pelo qual exerciam a arte e ciência hipocráticas, as suas agruras e dificuldades, além de outros dados interessantes revelados pela simples leitura desses documentos.

Certos do seu interesse, não podemos, porém, afirmar que sejam todos eles inéditos. Algum talvez já seja conhecido ou já esteja mesmo publicado no Brasil. Em nossas pesquisas, porém, nunca tivemos a oportunidade de com eles deparar. Isso o que nos leva a apresentá-los ao 1.º Congresso Brasileiro de História da Medicina.

* * *

PARECER

Temos sempre uma atitude de respeito, de reverência, e mesmo de admiração quando se nos surge um trabalho de documentação histórica. Mas, não é tão somente porque cometimentos tais sejam de

si mesmos incontestáveis, uma vez que o documento é a verdade e esta, porque história, é uma só. É, também, pelas revelações surpreendentes que as suas fôlhas nos trazem, revelações arrancadas, ou melhor, desempoeiradas das neblinas do passado. No trabalho de pura e exclusiva documentação, com que Leite Cordeiro acaba de apresentar êste Congresso, nada existe a ponderar, se não, ao inverso, a felicitar, pelo alto preço dos documentos inéditos e expressivos que tanta coisa dizem da medicina seiscentista colonial, nomeação de médicos, justificação de seus serviços, maneiras do exercício de suas clínicas, etc., etc.

Trabalhos semelhantes sempre mereceram de quem os relata e aprecia, aprovações e elogios justos, pois, pela sua natureza, são êles, precisamente, os que mais valorizam o conceito da História quer como Ciência, quer como Arte. E, como o presente trabalho de Leite Cordeiro está enquadrado em tão nobre classe, a mais alta da História, somos de parecer que deve ser aprovado e publicado nos Anais dêste Congresso.

Rio de Janeiro, 18-7-51

Alberto Silva (Relator)

Aprovado 19-7-51.

Tasso Vieira de Faria (Presidente)

Arnaldo Amado Ferreira

Nelson Seligman

* * *

Snôr

Bertholameu Coelho fez petição a VMg.^{de} por este Concelho em que diz, que VM.^{de} lhe fes merçe do cargo de Cerurgião mor da Noua Collonia do Sacramento para onde se determina embarcar, nesta occasião; e por que não tem, com que se huiar, assim de ferros como de alguáz cousaz que lhe são nece sariaz pertencentes a sua Arte, por Ser muyto pobre, e ter muytos filhos

P. a VMg.^{de} lhe faça merçe mandar dar hua ajuda de custo, para comprar az couzas refferidas e tambem para se poder aprestar, para a viagem.

Ao Concelho parece, que tendo VMg.^{de} respeito, az resões que allega, o Supp.^{te}, lhe faça Vmg.^{de} merçe de trinta mil rs de ajuda de custo, para que possa comprar com elles, os ferroz que lhe forem neçessarioz p^a a sua Arte; Lix^a 16 de Desembro de 1693"

O Conde de Aluor

João de Sepulveda E Mattos

Joseph de F.^{tas} Serrão —

Despacho real à margem:

Como parece Lx.^a 17 de dez.^{bro} de 693.

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 16 de Dez.^{ro} de 1693.

Do Cons^o Ultramarino

Bertholameu Coelho, que está nomeado por Cerurgião mor da Noua Collonia, pede huma ajuda de custo.

(A. H. C. — Rio de Janeiro, doc. n.^o 1877).

* * *

Sñor.

Por Bertholameu Coelho, hir acabando o tempo porque foi prouido no cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia do Sacramento; offerecerão para elle os seus papeis as pessoas seguintes

Andre de Mendonça, Cerurgião aprouado que consta que sendo provido pella Junta do Comercio, por Cerurgião das Naos de Comboy, se embarcar nos annos de 695; 696; 697 para o Rio de Janeiro, e em 698; e 699 para Pernambuco; hauendosse na cura, e assistencia dos doentes, com grande zello e satisfação, dando mostras de ser muito grande Cerurgião.

Representa a Vmg.^{de} em sua petição ser muito bom Cerurgião, e Latino, e ser casado e ter trez filhos e que faserdolhe Vmg.^{de} merçe de cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia, leuaria para ella a sua familia;

e João gomes que consta ser Cerurgião aprouado, e que hauendo noticia dos mouros quererem çitiar a praça de Masagão, ser mandado por Vmg.^{de} por Cerurgião da gente que foi em seu socorro, aonde chegando em 7 de Junho de 690, faser sua obrigação com todo o cuidado, e com o mesmo assistir aos soldados enfermos dos Hospitaez, e com bom successo aos feridos de ballaz, de dia, e de noite applicandolhe a algũz os seus medicamentos proprios graçiozamente curandoos tãobem de mediçina, e tãobem aos moradorez da praça pello discurso de dous menez que o medico esteue doente, athe o fim de março de 692; e vindo p.^a esta Corte, se embarcar della por Cerurgião da fragata nossa Sra. da Assumpão, hũa daz da armada real que no mesmo anno foi ao estreito de gibaltar; aonde sefes dar a costa, entre Tetuão, e, Centa hũa fragata de Argel; no mesmo anno na dita fragata que sahio de armada a correr a costa, e recolhendosse a este porto com a charrua da Pederneira que leuava hum corsario françeç, tornar a sahir para fora a esperar a frota de Pernambuco que se recolheo a esta cidade;

em 693 por cerurgião da fragata nossa Srã do Pelar que sahio a correr acosta a esperar as frotaz, em 694 na mesma fragata que foi á Ilha da madeira, levar o gou.^{or} e buscar o que lá estava, donde hindo a namora (?), se impedio a entrada e sahida dos nauios de mouros; e no discurso das viagens refferidaz, obrar tudo o que tocava a sua arte, com muito zello, curando alguns feridos e doentes perigosos, com grande assistencia, cuidado, e disvelo; Destes sogeitos se pedio informaçao ao cerurgião mor, o qual deu a incluza que com esta se envia az reaez mãos de Vmg.^{de}

e sendo tudo visto

Pareço ao Conçelho representar a Vmg.^{de} que segundo a noticia que se tomou alem da informaçao que deu o cerurgião mor destes sogeitos, se acha que Andre de Mendonça, conheçidamente excede a João gomes, e sobre concorrer nelle a circumstançia de ser latino, tem demaiz querer levar consigo a sua molher, e filhos para a Nova Collonia, hindo desta maneira como povoador; com que nesta consideraçao, deve Vmg.^{de} hauer por bem, de que se lhe passe provizao para que sirva de çerurgião mor da Nova Collonia do Sacramento por tempo de seis annos, assim como se observou, athé agora com os maiz providos. Lisboa 28 de Settembro de 1699. O Conde de Alvor, Joseph. de F.^{tas} Serrão

Miguel Nunes d'Mq.^{ta} (Mesquita).

à margem: Como parece nomeo a Andre de Mendonça Lx.^a 18 de 8.^{bro} de 699.

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso

28 de Settrº

de 1699

Do Consº Ultrº.

Nomeaçao de pessoaz p.^a o Cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia por tempo de seis annos; e vaj a informaçao que se acuzo 1.^o doc. anexo: A Andre de Mendonca se hade passar Provvizao do Cargo de Cirurgião mor da Nova Colonia da Sacram.^{to} por tempo de seis annos, de que hade vencer o soldo que lhe tocar Lix.^a 29 de Nov.^{to} de 1699.

Manoel Gomes da Sylva.

Não deue novos dir^{tos} por asim o determinar a Junta dos tres estados por despacho de 19 do Corrente Lix.^a 22 de Dezembro de 1699

João Soares

Inosencio Correa de mo (?)

2.º doc. anexo:

S.º

Do livro de resisto a f. 29 consta q̄ sendo Cirurgião mor o D.º Antonio Ferreira foi examinado de Cirurgia João Gomes, filho de João Gomes, natural de Barreiro por Antonio do Prado, e João Rodrigues Mayo, em trinta de Mayo de seiscentos oitenta e dois annos. Do livro do registo a' f. 4 consta q̄ sendo Cirurgião mor o D.º Antonio Alvers Ribeiro foi examinado Andre de Mendocça natural de Pernambuco, por João do Prado Ribeiro, e Domingos de Oliveira em trinta de Julho de seiscentos, noventa e hũ annos; nestes assentos não está cotta de preferencia nos exames, como em alguns se acha; pello q̄ se deve attender aos servisos, e mais annos de experiencia: V. Mgde. mandará o q̄ for servido. Lx.ª e de setembro 25 de 699

O Cirurgião mor

3.º doc. anexo

Senhor?

Diz Andre de Mendocça, q̄ VMg.º se servio faserlhe m.ºe do cargo de Chyrurgiam mor da nova Colomnia de Sacram.ºº atendendo as circumstancias q̄ comcorriam em a sua' pessoa, asim pellaz largaz experiencias q̄ tinha da Chyrurgia, e ser latino, como por leuar sua familia p.ª aquella praça e porq̄ com effeito se hade embarcar nesta' prezente frota q̄ se está aprestando p.ª hir ao rio de janeiro e lhe he preciso faser consideravel gasto tanto na jornada q̄ faz desta Corte p.ª o rio de jan.ºº como na q̄ hade faser do rio de jan.ºº p.ª a nova Colonia e Vmg.º atendendo a estez gastos tem feito m.ºe a todos os q̄ tem occupado este mesmo cargo, de q̄ lhe comeca a correr o soldo desde o dia q̄ partiram desta Corte em diante e o sup.ºe não meresse menos, antez com mais rezam se lhe deue atender pois leua sua mulhe (sic) e trez filhos pello que

P. a Vmgdº lhe faça m.ºe mandar q̄ o soldo q̄ o sup.ºe vay vencer com o cargo de Chyrurgião mor da nova colonia comesse a correr desde o dia q̄ partir desta Corte, como se tem concedido a todos os mais q̄ tem occupado este mesmo Cargo.

ERM.

Despacho do Cons.º Ultr.º: Aiunte o exemplo de q̄ se praticou com seos antecessores. Lxa. 31 de ou.ºº de 699.

(com 3 rubricas)

No verso:

A folhas 251 vº do L.º 3.º de Provisões se acha registada huma, cujo teor he o segºe

Eu ElRei faço saber aos q̄ esta minha Provisão virem q̄ tendo respeito a haver feito m.ºe a Bertholameo Coelho do cargo de Cirurgião mor da nova colonia do Sacram.ºº por tempo de 6 annos com o soldo

de quinze mil reis por mez ficando delles para sua molher se sustentar sete mil e quinhentos reis neste reino; e a me apresentar haver concedido a seo antecessor vencesse o soldo desde o dia q̄ se embarcasse deste reino para aquella Comquista; Hei por bem fazerlhe m.^{os} de q'vença com o dicto cargo de chirugião mor da nova colonia o dicto soldo desde o dia que desta cidade se embarcar para aquella Comquista; descontandose nelle os sete mil e quinhentos reis, que fica vencendo neste reino para sustento de sua molher. Pello q̄ mando ao meo Governador da Capitania do Rio de Janeiro cumpra e guarde esta Provisão, e a faça cumprir e guardar inteiram.^{te} como nella se contem, sem duvida alguma. A qual valerá como carta: sem embargo da ordenação do L.^o 2.^o tt.^o 40 em contrario. Manoel Pinheiro da Fonseca a fez em Lxa. a 19 de Janeiro de 1694. O Secretario Andre Lopes de Lavre a fez escrever. Rei. E não contem maes o registo de dita Provisão: de que se lhe passou a copia presente. Lxa. 10 de novembro de 1699.

Andre lopes de laure

Outro desp^o do Cons^o Ultr^o:

visto o exemplo q̄ apresenta na provisão que se lhe passar deste cargo se faça a declaração de q̄ vencera o seo soldo desde o dia q̄ d'aqui se embarcar. Lxa. 12 de Nour.^o de 699

(com 3 rubricas)

(A. H. C. — Rio de Janeiro — docs. n.^{os} 2239-44)

* * *

S.^{or}

Andre de Mendonça fez peticam a V. Mag.^{de} por este Cons^o em que diz q̄ VMg.^{de} foi servido fazerlhe merce do cargo de cirurgiam mor da nova Colonia do Sacram.^{to} attendendo as circumstancias q̄ concorrião na sua pessoa a assim pla sua experiencia e ser latino, como tambem por levar consigo sua molher, e tres filhos p.^a a dita praça hindo com effeito nes ta' prez.^{te} frota; e porq̄ p.^a se poder preparar lhe he presiso faser consideravel desp.^a e Vmgde. aos q'ocuparão este mezmo cargo, não so os honrou com m.^{ces} maz tambem os favoreceo com largas ajudas de custo, o q̄ elle não desmerece.

P. a VMgde lhe faça m.^{ce} de q̄ selhe dé o Habito de Santiago com vinte mil rs de tença effectivos, e de cem milrs de ajuda de custo para se poder prevenir para a viagem.

Ao Conselho parece que na consideraçam das rezoens que allega Andre de Mendonça, e leuar a sua molher, e filhos p. a Nova Colonia do Sacramento, a que se deue ter attenção; porq̄ presisamente hade

faser mayores despesas; q̄ VMagde a este repeito se sirva de q̄ se lhe dem sincoenta mil rs de ajuda de custo; e no que respeita a' merce que pede, que servindo o tempo de seis annos naquella praça, e segundo mostrar o procedim.^{to} q̄ teue no desempenho da sua obrigação, poderá então ter lugar p.^a poder requerer. Lix.^a 7 de novembro de 1699.

P. Conde de Alvor
Joseph de F.^{tas} Serrão
Miguel Nunes d'Mesq.^{ta}
Fran^{co} P.^{ra} da Silva.

Despacho: Como parece Lx.^a 13 de 9^{bro} de 699
(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 7 de nour^o de 1699

Do Cons^o Ultr^o

Sobre az m.^{ces} que pede Andre de Mendonça que está nomeado por Cirurgião da Nova Colonia do Sacramento

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.^o 2312)

* * *

Senõr

Diz o L.^{do} Francisco Marquez coelho medico que elle foy no socorro que V. Mag^{de} mandou o Anno passado a cidade de São sebastião Rio de janeiro em companhia do sargento mor Dom Antonio ortis de Mendonça cõ duzentos e tantos soldados que forão nas duas naos, nossa sra. da estrela, e nossa' sra. dos Remedios edos ditos soldados adoecerão no mar quaze todos a que elle supp^{te} acudio com muita satisfação e por assi ser mandou VMagde se rreformasem antes de sua partida; e depois de auerem chegado ao Rio de janeiro por assi mesmo auerem caido enfermos os ditos soldados, acudio a suas curas, como de prezente esta curando aos que estão naquele prezidio cõ titulo de medico dele sem por isso lhes leuar couza alguma — e nesta cidade servio a VMgde em vizitar aos enfermos das gales maes de doze Annos continos acodindo a seu cargo com pontualidade; E V. Magde. lhe mandou dar a praça que tem o seu fisico da Armada quando se embarcou e oje se lhe continua no Rio de Janeiro a' elle suppte por ordem do Governador e prouedor da faz.^{da} de V.Mag.^{de} Por ser de muita utilidade pa. o dito prezidio pelo que visto o que allega, e Pa-peis juntos

P. a V. Mag.^{de} lhe faça merce por seus seruissos e pelo que he de utilidade que Recebe o prezidio mandeslhe pase provizão na cõformidade que a tem o medico da Armada cõ o mesmo salareo para que no dito Rio de Jan.^{ro} se lhe pague ERM

Despacho do Secretario de Estado: ordena SA q̄ se veja E cons.^{te} no Cons.^o de faz.^{da}

Lxa. a 27 de julho 637

Mgl de V^{os} e britto

Despacho do Cons.^o da Fazenda: Informe o provedor dos almazeis Lxa. 29 de Julho 1637

(com 4 rubricas)

Parecer, do Prov.^{or} dos armazens: O medico francisco marq̄s Coelho se embarcou por medico pa. o Rio de Janeiro, e se lhe derão as pagas de medico da Armada, pelo q̄ consta dos papeis juntos se mostra o cuidado com q̄ exersitou seu officio, e q̄ o mesmo fas agora em o Presidio, e couza m.^{to} necessaria he a assistencia de medico em toda a parte donde ouver prezidio e asim sera rezão fazerlhe Vmag.^{de} merse Lxa. oye 30 de julho de 637

Luis Cesar

Outro desp.^o do C.^o da Faz.^{da}: Aja vista a pr.^{dor} da faz.^a de Smde. Lxa. 12 de agosto 637.

(com 4 rubricas)

Parecer, do Prov.^{or} da faz.^{da}: Vtas as Certidoens juntas e cer proveitozo ao presidio ter medico, me parecesse ce passe ao supl. provisão da praça de medico da armada, como comessou a vencer quando partio do Reyno Lxa. 7 de Cetembro 637

Vasconcelos

No verso: 1637

O L.^{do} fr.^{co} marqs. Coelho

Consta

P. que asim L.^a 11 de s.^{bro} 637

(com 3 rubricas)

os Cons.^{os} Ant.^d das povoaes e R.^o bott.^o forão votoz

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.^o 1640)

* * *

Rodrigo de miranda enriques caualeiro do abito de santiago Capitão mor E governador da Capitania do Rio de Jan.^{ro} e superentendente nas materias da guerra de todas as mais Da repartião e destrito do sul etc. Certifico q̄ no socorro q̄ sua Mag.^{de} me enviou pera esta praça veyo por ordem sua o leçençado fran.^{co} marques coelho medico o qual no discurso da viagem acudio a seu cargo com as mediçinas necessarias a todos os doentes q̄ forão os mais deles como me constou pelo sargento mor D. Ant.^o ortis De mendonça e mais pesoas fidedignas e por trazer çertidão dos almazês das pagas q̄ lhe derão como medico da armada se lhe mandarão dar qua no prezidio com fiança como consta do despacho do provedor da fasenda de sua Mag.^{de} pelo q̄ visto

ser couza util e neçessaria para o prezidio desta cidade lhe pode sua Mag.^{de} fazer merçe confirmando o na ditta praça e asim o affirmo pelo juramento Dos santos evangelhos e do abito q̄ profeço a qual pasei por min asinada E selada com o selo de minhas armas Rio de Jan.^{ro} 20 de outub.^{ro} 1636 anos

Lugar do
Selo branco

R^o De miranda henriques

Certefiquo Eu miguel Carvalho tabellião do publico judicial e notas nesta sidade de San sebastião do rio de janyro por sua magestade que he verdade que Eu reconheso a lletra do sinall razo posto ao pe da sertião E sinete das armas que he do Capitão mor governador rodrigo de miranda enriques o qual esta autuallmente servindo o dito cargo e por pasar na verdade pasei a prezente sertidão de justifiqação em razo oie aos dias do mes de ianeiro de mill e seis sentos he trinta e cete anos

Miguel Carvalho

(A. H. C. — Rio de Janeiro, papeis avulsos, aliás doc. n.º 165).

* * *

Constantino dalmeida cauabr.^o fidalgo da caza de Sua Magde. Provedor, E constador de sua faz^{da} Juiz dalfandegua desta Cidade de Sam Sebastião Rio de Jan^{ro} Certifico que vindo a esta capitania Dom Antonio Ortiz de mendonça sargento mor do terço darnada de portugal com o socorro de duz^{tos} soldados E moniços Em sua comp^a veo o L^{do} fran^{co} Marçes Coelho medico por ordem de V. Magde Exercitando seu off^o E curando aos ditos soldados no Mar por adoeçerem os mais delles acudindolhe assy cõ sua pessoa como com mtas medicinas como fuy informado de pessoas fidedignas; E ora actualm^{te} em terra esta curando a todo o prezidio desta cidade sem por isso leuar aos soldados pagua algua pella qual Rezão o Capitã Mor E Gor. Rodrigo de Miranda Enriques lhe mandou asentar praça de Medico deste presidio E eu o comfirmei por ser couza util e neçessaria por suas letras E mta^s sufficiencia E cuidado com q̄ assiste aos doentes E ser mui neçessaria sua assistença conuẽ q̄ sua Magde aja por bem de q̄ se lhe de o ordenado q̄ se custuma dar aos medicos da Armada E assy o affirmo pello iuram^{to} dos sanctos Euangelhos E de meu cargo em fee do q̄ lhe mandei pasar a prezete por my assinada E sellada com o sello deste Juizo Rio de Jan.^{ro} 12 dias do mes de agosto de 1636 annos

Constantino dalmeida

Lugar do selo
branco

(segue o reconhecimento incompleto) :

Sertifiquo Eu miguel Carvalho tabalião do publico judisial e notas nesta cidade do rio de janeiro por sua magestade que he verdade que Eu reconheso o sinal razo posto ao pe da Certião que do provedor da fazenda Cōstantino dallmeida o.....

Certificamos nos abaixo asinados q̄ o rreconhesim^{to} do sinal atras he de miguel carualho tabalião publico das notas e judiciãl desta çidade de são sebastião. Rio de jan.^{ro} hoje en dia uza e serve o ditto offiçio E as suas escrituras subscripsões e rreconhesim.^{tos} em publico ou razo sinal por ele se lhe da enteira fe. E credito Rio de Jan.^{ro} adous de dezembro de mil e seissentos e trainta e seis annos.

Dr^{te} Ramiles de lira (?) ferão Rib.^{ro} (?)

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 166).

* * *

O Capp.^{am} dom Antonio ortis de mendonça Comendador do texo da ordem de auis Sarg.^{to} Mor do terço d'Armada de Portugal que com ordem particullar de sua Mg. Sirvo o dito Cargo nesta capitania do Rio de janeiro EMg. Sertefiquo que vindo assestir nesta dita prassa E trasendo em minha Comp.^a E a meu cargo o socorro de duz.^{tos} soldados E artilheria E mais monisões a dita Cap. nas duas naos nossa S.^{ora} da Estrella E nossa S.^{ora} dos Remedios se Embarcou na dita ocasião o L.^{do} fran.^{co} Marques o qual Em todo o descurssõ da viagem veo exçercitando seu offiçio E curando a todos os soldados por os mais delles adoeserem de infirm^{es} contagiossas E o L.^{do} alem de os curar lhes acudio com o neçess^o de muitas medeçinas suas mostrando grande zello do serviço de sua Mg. assy no Mar como ora o faz em terra curando a todo o prezidio desta cide sem leuar paga nenhũa aos soldados por cujo Respeito o Capp.^{am} e g.^{or} Rodrigo de miranda Enriques lhe mandou asentar praça' de Medico deste prezidio E por suas letras e m^{ta} sufficiencia he ser muy necessaria sua assistençia he mereçedor de toda a Merçe que Sua Mge. lhe fizer o que tudo Afirmo pello juram.^{to} dos santos Euangelhos em fee do que lhe mandei passãr a prezente sob meu sinal E sello de minhas Armas dada nesta cidade de São Sebastião Rio de Janr.^o em 3 de julho de 636.

Lugar do selo
branco

Ant^o Ortiz de M^{ca}

(segue um reconhecimento do tabelião Miguel de Carvalho).

Outro reconhecimento: Nos os abaixo asinados Certificamos q̄ o rreconhesimento do sinal asima he de miguel carualho tabalião das

notas E judicial desta cidade de são sebastião Rio de jan.^{ra} e oje
 En dia o uza e serve o ditto ofiçio E as suas escrituras escriptsões
 e rreconhesimentos Em publico ou rrazo sinal por elle se lhe da en-
 teira fe E credito Rio de janeiro a dous de desembro de mil e seis
 sentos E trinta e seis annos. Jorge frz da fôsequa

Po glz dandrade
 Dr^{te} Ramires de lira (,)

(A. H. C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 167).

* * *

treslados dos Papeis do 1.^{do}
 fram^{co} marques coelho

Anno do nascim^{to} de nosso senhor Jhūs xp̄o de mill e seiscentos trinta e seis aos dezanove de mayo da dita hera nesta cidade de são sebastião do Ryo de janeiro por o lesenceado fransisqu marques coelho me foy dada hũa petiça com hũm despacho do provedor da fazenda de sua magestade ao pe dela Requerendome lha autuassee e de..) (...) desse vista ao procurador dellRey o que fiz francisco doliveira escriuão da fazenda a escrevy”.

Petição

Diz o L.^{do} francisco marques coelho que lle veo por hordem de sua Magestade exercitando seu offiçio curando os soldados que vierão de socorro a esta cidade na naueta e no nauio do capitão cosmo Luis com titullo de fizico mor deste prezidio e como tal em Lixboa se lhe mandou dar passagem e mantimento para ele suplicante e tres pessoas mais que em sua companhia trouxe fazendo lhe outrosy pagamento de tres pagas adiantadas na mesma forma que he custume darse ao ffisico mor da armada da costa de portugal como consta da certidão que offeresse do escriuão dos almazens e assim consta por outra certidão que offerese ter de soldo o ffisico mor, da armada que veo a pernãobuco com o socorro doze mill reis por mes e porque elle suplicante veo no mesmo tilollo (?) fazendo o ditto offiçio assi no mar como agora a fas em terra curando os soldados deste prezidio como he notorio pede a V. Sa. o mande matricullar com ho dito soldo e hordenado. e Recebera merçe”

despacho do Governador

O Provedor da fazenda de sua magestade veia esta petião e com seu paresser me torne Ryo de janeiro dezeseis de mayo deseiscentos trinta e seis. Rodrigo de miranda enriques.

despacho do prou^{or} da faz^{da}

Vista ao procurador dellRey "dalmaeyda" e Logo autuada a petição atras dey vista ao procurador, dellRey, francisquo dolliveira a escrevy "vista" (....)

Resposta do prourador delRey

Para se dar ao suplicante o ordenado que pede e de que da exemplo com ha certidão que offeresse se Reque (sic) provizão de sua magestade aos senhores governador e provedor da fazenda farão justiça como lhe paresser Ryo Janeiro vinte e hum de mayo seis centos trinta e seis "Aguiar".

termo

Aos vinte e hum do mes de mayo de seiscentos e trinta e seis nesta cidade de são sebastião do Ryo de Janro pello procurador da fazenda de sua magestade Lluís de aguiar me forão dados estes autos com a Resposta asima de que fis este termo francisco dolliveira o escrevy". e Logos fis estes autos comclusos ao provedor da fazenda' fransisquo dolliveira a escrevy".

treslado do despacho do provedor da fazenda

Visto o despacho da meza da fazenda dizer devia o suplicante tres pagas hadiantadas do modo que hade auer se lhe page o ordenado como se seu ao ffizico que veo com dom Ant.^o de Loquendo pois hade curar o prezidio para ho que sera obrigado ha mandar vir provizão de sua magestade do dito hordenado demtro de hum anno dando fiança depositaria segura e abonada em cazo que demtro do dito anno não mostre a dita provizão tornara a fazemda que dever a sua magestade tudo o que tiber Resebido della Ryo de Janeiro oje vinte e seis de mayo mil seiscentos trinta e seis annos Costantino dallmayda.

Certidão

A folhas sinquoenta do Livro terceiro dos Registos do consullado esta Registado hum despacho do conselho da fazenda de q o treslado se segue "O provedor dos allmazens passa dar passagem e mantimento ao Lesenceado francisco marques coelho medico que vay para o Ryo de janeiro para elle e para tres pessoas que vão em sua companhia dandolhe as pagas para se aviar do mesmo modo que ade auer assy como se deo ao fizico mor da armada desta coroa por assi se Rezollver pello governo Lxa. vinte e quatro de dezembro seis centos trinta e cinco Rublicado por thomas de ybio calldeirão "dom francisco de vallcacer" joão sanches de baena" francisco leitão" e não dis mais o dito despacho a que me Reporto em Lxa. vinte e nove de dezenbro seis centos e trinta e cinco Antonio prego velho".

Petição

Diz o Lesenceado fr^{co} marques Coelho que a elle lhe he necessario huma certidão do Livro da ementa perque conste o que teue de paga o fizico mor da armada em cada húm anno pede a vossa merçe lha mande passar do que constar e Recebera merçe.

despacho

Passe do que constar — Vasco frx. çezar

Certidão

A folhas. simquo do Livro primro da ementa da gente deguerra do socorro do brazill que serve com o tezoureiro dos allmazens Ruy Gonçalves de Sousa (?) em o titollo de diogo pereira que servio de fizico mor em a' armada de pernãobuco em que foy dom Antonio de oquendo consta ter o dito fizico mor de solldo cada mes doze mill reis que em hum anno consta (?) cento corenta e quatro mil reis assi o certefico e ao dito llivro me Reporto Lxa. tres de janeiro mill e seis centos trinta e seis. miguel osorio".

fiquão Registados estes papeis a folhas trinta e sete ate trinta e nove "francisco doliveira" ho cual treslado dezasseis eu fr^{co} doliv^{ra} escriuão da faz^a de sua mag^{de} nesta cidade de são Sebastião do Rio de Jan.^{ro} fis tresladar dos ppios (proprios) q̄ tornei a parte aqui asinou de como os Resebeu (?) he vão na verdade sen coiza q̄ fasa duvida'
..... o official commigo ao diante acinado no Rio de Jan.^{ro} a vinte de Julho de mil he seis sentos he trinta he seis

ffr.^{co} doliveira

E Commigo t.^{am}

Miguel Carvalho

Comsetado pormi escrivão

ffr.^{co} doliveira

(Segue reconhecimento do tabelião Miguel Carvalho aos 28 de Novembro de 1636).

Outro reconhecimento: Nos os abaixo asinados certificamos q̄ o rreconhesim.^{to} da subscripsão asima he de miguel carualho tabalião publico das notas E judicial desta cidade de são Sebastião Rio de Jan.^{ro} E oje En dia o uza e serve o ditto ofiçio E as suas escripturas subscripsões E rreconhesimentos Em publico ou rrazo sinal por elle se lhe da Enteira fe E credito Rio de Jan.^{ro} 2 de dezembro de 1636 annos.

Dr.^{te} Ramires de Lira (?)

Jorge frs da Fôsequa

P^o gla' dandrade

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 168)

Sñor.

A Sra. Príncipea Margarida' remetteo a este Cons^o hua petição de Marçal da Costa, para q se visse e consultasse; em A qual diz Que está actualmente servindo a Vmgde nas partes do Brazil, no cargo de serurgião mor, e se lhe estão deueno quarenta e tres mil quinhentos esetenta e oito rs de soldos vencidos, Que se lhe não pagarão no Almo^x.^{do} da Cap.^{nia} de Pernãobuco, por não hauer nelle rendim.^{to} como se via da Çertidão que presentaua, q se lhe passou para effeito de Vmg^{de} lhe mandar dar satisfação neste Reino; E porq o supp.^{te} tem nesta cidade a sua molher por nome Maria diaz Que vive a concepção, m^{to} pobre, e de tal man.^{ra} que pereçe á mingoa

Pede a Vmgde lhe faça m^{ce} mândar se lhe pague a ditta q.^{tia} para remediar a ditta sua molher.

Com a petição rellatada offereço o supp.^{te} hua certidão de Manuel de V.^{cos} (Vasconcelos) escrivão da faz. de Vmg^{de} e da matricula da Gente de Guerra do exercito de Pernãobuco, perque consta deuersse-lhe a quantia que na ditta petição refere, e se não hauer feito pagam.^{to} della por não hauer rendimento no Almo^x.^{do} da ditta Cap.^{nia}

Pareço ao Cons^o Dizer a Vmgde Que ao supp.^{te} se lhe Deuem quarenta e tres mil e tantos rs pla Çertidão corrente que apresentou; e vendosse neste Cons^o sua petição Que Vmgde plo Governo remeteo a elle, p.^a se ver e consultar o que pareçesse; se offereçe dizer a Vmgde Que justo fora fazersse este pagam.^{to} se houuera dinheiro para elle; porem falta para tantas couzas do seruiço de Vmgde, Que parece se não pode deffirir; além de q Vmgde tem mandado plo Governo, senão pague neste Reino soldos vencidos no Brazil, saluo a quem houver rezão effiaz para se fazer: Vmg.^{de} conforme ao referido, mandara' deffirir ao supp.^{te} como houver por seu seru.^{co} lisboa 28 de Junho 1639. Thomaz de Ybico Calderon acreçenta, Que a gente de Guerra que serve em Pernãobuco, ha sido, e he com os mayores trabalhos e neçesçidades Que jamæs se virão em outra Guerra; e que he muy sabido, Visto, e entendido Que no Brazil se não paga a nenhũ soldado, nem se lhe dá dinhr^o porque o não há, senão algũa roupa muy de tarde em tarde, e a comida tão limitada q se não podem substentar; E que se no Brazil se chega a entender Que se serra a porta' nesta Çidade ao pagam.^{to} do que os soldados vençem naquella Guerra, ficarão de todo ponto destintuidos de remedio, e bem se deixa ver o que disto pode rezultar; e que de aquelle estado vem pouco soldados, porq não se lhes da licença, e que se a' estes não se lhe acode, e fazem (?) o bom gazalhado que merecem não som.^{te} não tornarão, se não Que será exemplo, e justa couza para que todos fujão daquella Guerra q tão trabalhoza he. E para que aos q oje assistem nella' desfaleção e perção os brios, vendosse sen Esperanças de alcançar satisfação do que

servem; E que Convem muito ao serv^{co} de Vmgde. mandar q̄ se reforme, E Emende a hordem q̄ Vmde mandou dar sobre o pagamento dos q̄ vem do Brazil; E que achandosse Marçal da Costa servindo naquella Guerra de serurgião mor, sem maes benefiçio que o de seu soldo, tem elle Thomaz de Ybio Calderon por muy justo, e conveniente servisse Vmgde de mandar Que a sua molher se lhe pague ametade dos quarenta e tres mil quinhentos setenta e oito rs que são devidos a seu marido, para que remedee parte de sua neçessidade, e substentar seus filhos, Que padecem por se achar seu marido servindo a Vmgde. Lxa. p.^o de Julho 639.

Thomaz de ybio
Calderon
Rogo (Rodrigo)
botelho
Antonio das
Pouoas

Despacho real, à margem: Contra as rezolusois de Sm^{de} que costuma tomar con tanta considerasão não comuem fazer citandias (?) e mais quando elle costuma com tão larga mão remunerar os servissos que se lhe fazem no brazil como a todos a experiencia tem mostrado e o que conuem he serarse (cerrarse) a porta a se não deuertir hũ so real de persizo e nessesario a este he o maior cuidado que devem ter os menistros de Smde asy me conformo com o Comselho Lxa. 13 de Julho 639

(Rubrica da Princesa Margarida)

Tem no verso

639

Do Cons^o da faz.^a

Marçal da Costa serurgião mor do terço de Portugal no estado Do Brazil, Pedes se lhe pagem 43\$578 rs q̄ se lhe deuem de seus soldos (rubrica ilegivel).

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.^o 186).

* * *

Snõr

Ao Lecençado francisco marqz Coelho medico do Rey de Jan.^o mandou ElRey dom felippe de Castella (sendoo deste Reyno) declarar (em resposta de hua Cons.^{ta} deste Cons^o) que ouvesse de soldo cada mes com o dito cargo quatro mil rs de que se lhe passou portaria e em vertude della Aluara que Era ydo a asinar pello dito Rey

quando a VMg. lhe foi deuidam.^{te} restituído este Reyno; Pede agora o dito francisco marqz que se lhe passe outro alvara desta merce para VMge o assinar, e Parece Ao Conselho q̄ se lhe deue passar visto estar lhe a merce feita em quatro de outrº do anno passado de 640 (VMge mandara o q̄ for seruido. Lxa. A 7 de Janeiro de 1641

Rodrigo botelho

Antonio das Povoas

Despacho real: Como parece em Lisboa a 12 de Janeiro de 641.

(rubrica do Rei D. João IV)

Tem no verso:

641

Do Consº da faz.^{da}

Sobre se passar ao Lecenceado francisco marquez Coelho seg.^{do} Alvara da m.^{ce} q̄ lhe estaua feita do soldo q̄ hade haver com o Cargo de medico do prezidio do Ryo de Jan.^{ro}

Req.^{to} anexo

Snõr

Diz fran.^{co} marques Coelho d.^{tor} em medesina m.^{or} na Capp^{nia} do Rio de Jan.^{ro} partes do brazil que elle esta seruido autualm^{te} de proprietº do officio de medico do prezidio da dita Capp^{nia} E se lhe tinha nomeado coatro mil rs cada mes de soldo com o dito officio de que era pasado prouizão que era ida asinar a corte de Madr.^e a coal ora ten sesado E lhe he nesestio outra sinada por Vmgde pera poder auer o dito mantim^{to} prois E precalsos ordenados ao dito officio

P^{de} a Vmgde mande q̄ as ditas prouisões se Reformen na forma costumada ERM

Consta

(Despacho do Consº da Fazenda):

Ficaselhe seg.^{da} Portaria Lxa. 5 de Janro 1641.

(com 2 rubricas, sendo a primeira do Consrº Rodrigo Botelho, e a 2.^a de Antonio das Povoas).

(A. H. C. — Rio de Janeiro, docs. nºs 202/3)

* * *

Da imformação q̄ se tormou do reqrim^{to} de Sebastião miz, consta que na capitania do Rio não há Sururgião asalariado, nem para a terra nem para o prizidio, e que quando algũ soldado tem necessidade de cura, obrião a algũ surgião que lhe asista.

e visto e considerado tudo, e que Sebastião miz he bom surgião, e tem servido como se refere e consta de seus papeis, e o prizidio da capitania do Rio de Janeiro hir em crescimento; cada dia, sera mayor a necessidade de surgião; lhe deve Vmgde faser merçe de o prover no lugar que pede, com o ordenado ou soldo que se paga ao provido pello Provedor da fasenda com ordem q̄ logo se auize, de quanto he para se poder restringir, ou acrescentar, qual mais conveniente parecer em lisboa a 9 de Junho de 651.

O Conde de Odemyra
fr^{co} De Vascôcellos da Cunha
João delgado figr^a
D. Ph.^e (Felipe) de Moura
Diogo loço pereira

Despacho real, à margem: Como parece
Alcantara, 20 de junho de 1651
(Rubrica do Rei D. João Iv)

No verso: 9 de Junho 651

Do Cons^o Ultramarino
Sebastião Miz pede o cargo de Sururgião do prisidio do Rio de Janeiro.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 709).

* * *

Sñor

Sebastião Miz Sururgião aprovado, fes petição a Vmgde neste cons^o e com ella offereceo, sinco certidões juradas e justificadas de frey Bento Pais Administrador geral dos ospitales da Provincia de Alentejo de João de Siqueira varejão, e dos capitaes Manoel velho, e Miguel Alves galvão; porque consta sistir em elvas no ano de 645 por surgião do ospital e andar na campanha, curando os soldados emfermos e feridos com grande applicação, embarcando se por surgião nas duas, esquadras q̄nos anos de 646 e 47 forão de socorro a frança, a cargo de dom João de Menezes, e João de Siqueira varejão; no ano de 648 se embarcou por Surgião do nauio São João Baptista, da esquadra que sahio a correr a costa a cargo do mesmo João de Siqueira, e no de 650, se tornar a embarcar por Surgião do mesmo nauio, acodindo pontualmente a sua obrigação, e curando aos emfermos, asy de medicina, como de Surgia.

Pede a Vmgde q̄ tendo consideração a seus seru^{cos} lhe faça merçe do cargo de Surgião do prizidio do Rio de Janeiro, com os soldos costumados e q̄ lhe tocarem.

Aprezenta sua folha corrida, e certidão do Registo das Merções, porque se mostra não lhe ser feito nenhuma pellos ditos serviços ate o presente, e dandose vista ao Dez^{or} Antonio Pereira de Souza, tem seus papeis correntes.

Lugar do selo de 1663

Sello 2VARTODE DEZ REIS

* * *

S.^{or}

Diz o D^{otr} Fran.^{co} da fonseca de Nis q̄ em feu.^{ro} de 654 foi prouido p.^{lo} G.^{or} Dom Luiz de Almeida no cargo de medico do prizidio da Capitania do Rio de Jan.^{ro} que vagou por falecim.^{to} do D.^{tor} Franc^{co} Marquez Coelho o qual cargo elle supp.^{te} tem seruido thé o prez.^{te} com grande satisfação, sem nunca faltar a cura dos soldados enfermos com sua assistença e as medicinas necessarias, sendo obrigado plo dito G.^{or} E officiaez da Camara da d.^a Capitania viesse assistir do d. Prizidio a exercitar o dito Cargo e deixace sua faz.^{da} onde assistia ao Beneficio della porlhe se de maiz utilidade, antepondo mais o serv.^{co} de VMgde q̄ as suas comodidadez como tudo mais largam^{te} consta das Certidões q̄ apresenta dos Governadores daquella praça; E porq̄ há mais de noue annos q̄ serve com satisfação, e hé Pessoa Benemerita

P. a V. Magde. lhe faça m^{ce} mandar lhe passar prouizão de medico do dito prizidio assy como se fes ao dito seu antecessor Franco marquez Coelho. E.R.M.

Despacho do Cons^o Ultr^o: q̄ se lhe passe seu Alvará, na forma em q̄ se fez a seu Antecessor fr^{co} marques cõ quatro mil rs de soldo por mez, Lxa. 17 de Set^{bro} 663.

(PM o Conde de arcos, com mais 6 rubricas)

1.^o *doc. anexo*: Smgde. manda passar provizão ao Doutor fran^{co} da fonseca Denis do cargo de medico do prizidio do Rio de Jan^{ro} com quatro mil rs de soldo cada mes, em Lixa. a 18 de Setr. de 663.

Mel. Barr^{to} de Sãopayo

2.^o *doc. anexo*: Lugar do selo de 1662, Sello quarto de dez rs.

O D.^{or} fran.^{co} da fonca Dinis que pera bem da sua iustiça lhe he necessario o treslado do papeis que offereçe

P. a Vmgde lhe mande dar o dito treslado E qualquer Escriuão lho passe em modo que facão fé ERM.

passse como pede Rio de Jan^{ro} e de novembro 29 662

Sampayo

Traslado do pedido

Senhor o Douctor francisco da fonsequa denis medico do prezidio desta cidade de São Sebastião do Ryo de Janeiro que pera bem de sua justiça e Requermentos que tem com Sua Mag^{de} lhe he nesessario a ffe de officios do tempo que ha que Serve de medico do dito prezidio = Pede a vossa Senhoria mande ao escriuão da matriculla passe do que na verdade constar e Resebera merçe

Desp^o

Passe-selhe Sua Certidão de ffe de officios. Ryo de Janeiro trez de novembro de seis sentos e sessenta he dous — Pero de mello
fee de officios

Marcal da costa escriuão da fasenda Real nesta cidade de São Sebastião Ryo de Janeiro e da matriculla da gente de guerra do prezidio della: Certeffico e dou minha ffe que dos lliuros da dita Matriculla que em meu poder estão e em meu officio seruem, consta ser prouido nofficio de medico do prezidio desta cidade Pello g.^{or} que foi desta praça Dom Luis de almeida por fallessim.^{to} do Douctor francizco marques Coelho com o soldo de dez cruzados cada mes, que he o que uençia o dito asima poruizão de Sua mag.^{de} em dezoito de feureiro de mil e seis sentos e sincoenta e quatro annos o Supp.^{te} o Douctor francisco da fonsequa denis e athe o presente que esta seruindo o dito carrego de medico fazem oito annos e oito mezes e dezasseis dias que Serue a Sua mag.^{de} nesta praça aestindo sempre a' suas obrigaçõis sem ter nota de auzençia nem entrepollação algũa em seu asento e auctualmente fica servindo o dito carrego com a dita praça como tudo e milhor consta de sua matriculla donde passey a presente ao qual me rreporto por mim sob escrita e asinada por bem do desp.^o atras do gouernador desta praça Pero de mello nesta dita cidade do Ryo de Janeiro aos quatro dias do mes de nouembro de mil e seis sentos e sessenta e dous annos e eu Marcal da costa escrivão da fasenda Real a fiz escrever e assiney "Marcal da costa" —

Lugar do sello de 1662 — Sello quarto de des rs.

Certidão de justificação

O Douctor Sebastião cardozo de Sampayo ouvidor geral com alçada no sivel e crime Juiz das justeficassoos auditor da gente de guerra e juiz comseruador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro e em toda esta repartição do Sul por Sua Magestade fasso Saber aos que a presente Certidão de justificação virem que a mim me deu por ffee o escriuão deste juiso que esta sobescreueo

ser a lletra da Sob. escrição e sinal posto ao pê da Certidão de ffee de officios da Capp.^m Marcal da costa escrição da fazenda Real e matriculla da gente de guerra nesta Cidade do Ryo de janeiro que atualmente esta seruindo pello que hey a dita fee de officios por justificado e verdadeira e se lhe deue e pode dar ymteira ffee e credito em juizo e fora delle em ffee do que se pãssou a presente por mim som^{te} assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novembro de mil e seiscentos e sincoenta e dous annos, pasou quarenta Res e de assinar quarenta Res eu gonçallo Ribeiro Barboza a fis escrever e Sob. escrevy Sebastião Cardoso de Sampayo.

Petição

Diz o Douctor fransizco da fonseca denis que pera bem de sua justiça lhe he necessario correr folha pellos escriuais dos auditorios desta cidade pera constar se tem ou não culpas em seus cartorios pello que — Pede avossa m.^{ce} lhe fassa m.^{ce} mandar lhe passar aluara de correr folha e que os ditos escriuais digão a ella na forma costumada a Re-sebera justiça e merçe —

Desp.^o

Passa aluara de folha Ryo de janeiro e de nouembro tres de seis sentos e sessenta e dous. Sampayo.

Aluara de folha

O Douctor Sebastião Cardozo de sampayo ouvidor geral com alssada no siuel e crime Juiz das justificassões auditor da gente de guerra e comseruador da companhia geral nesta cidade de São sebastião Ryo de janeiro e em toda esta Repartição do Sul por Sua Magestade mando a todos os escriuães desta dita cidade que costumão dizer a folha dos culpados digão a esta do supp.^{te} o douctor fr.^{co} da fonseca denis todas e coaisquer culpas que em seu poder e cartorios tiuerem do dito Supp.^{te} porque obrigatorio Seja as justiças cumpram no assy e al não fassão dado nesta cidade sob meu sinal somente aos tres dias do mes de nouembro de mil e seis Sentos e sessenta e dous annos Goncallo Ribeiro Barboza escrição da correição e ouuedoria geral o escrevy "sampayo" —

Do Supp.^{te} o Douctor fransisco da fonseca denis não tenho culpas algũas em meu poder he cartorio the oje tres de nouembro de seis sentos he ssessenta e dous annos "gonçallo Ribeiro barboza,

Do Supp.^{te} o doutor francisquo da fonseca denis nada the oje trez de nouembro de mil e seissentos e sessenta e dous annos" ferreira Lugar do sello de 1662 — Sello quarto de dez rs

Do Supp.^{te} nada "Carualho"

Do Supp.^{te} nada "Serrão —

termo de concluzão

e corrida a dita folha fiz concluzo ao ouvidor geral o doctor Sebastião Cardozo de Sampayo de que fiz este termo gonçallo Ribeiro barboza o escrevy”.

Desp^o

visto que do supp.^{te} não ha culpas pode juzar desta folha como lhe paresser Ryo de janeiro e de nouembro seis de seis sentos e sessenta e dous “Sampayo

Certidão de justeficassão

O Douctor Sebastião Cardoso de Sampayo ouvidor geral com alçada no ssiuel e crime juis das justeficassões auditor da gente de guerra e conseruador da companhia geral nesta cidade do Ryo de janeiro e em toda esta repartição do Sul por Sua Mag.^{de} ffasso saber aos que a prezente certidão de justeficação virem que a mim me deu por ffee o escriuão deste juiso que esta fez serem as lletras e sinais das Respostas desta folha corrida hatras escrita de Antonio fr.^a da Silva Manoel de carualho Soares e Sebastião Serrão freire taballiães do p.^{co} judicial e notas nesta dita cidade e do escrivão que esta fez gonçallo Ribeiro barboza pello que hey por justeficada e verdadeira a dita folha e se lhe deue e pode dar ynteira fee he credito em juiso e fora delle em ffee do que se passou a prezenta por mim somente assinada nesta dita cidade aos vinte e noue dias do mes de nouembro de mil e seis sentos e sessenta e dous annos pagou quarenta Rêz e de assinar quarenta Rêz g.^{ld} Ribeiro barboza escriuão das justeficassões o escrevy “Sebastião cardoso de Sampayo —

Certidão

Dom Luiz de almeida Senhor de auintes (Avintes) comendador da comenda de São martinho da lordoza da hordem de xpo governador desta praça e capitania do Ryo de janeiro.

Certefico que fallesendo nestapraça o Douctor fr.^{co} marques coelho medico do presidio della nomehey por sua morte no mesmo lugar e occupação o Doutor fr.^{co} da fonsequa denis pella muita satisfação que auia de seu tallento expiriência e lletras a cujo Respeito auendo estado Retirado fora da cidade foy pedido e chamado pello povo e camara delle pera hir digo pera vir assistir na praça como em effeito veyo deixando de o fazer em sua fazenda de que lhe Resultou demenuição e perda consideravel pella muita dependência que tem as do Brazil da asistencia de seus proprios donos e sómentes antepondo a suas comodidades as Rezões do seruiço de Deos e de Sua Magestade

e assiste e assistio sempre desde que estou nesta praça que a sinco annos asim auera da ynfantaria como dos moradores com cuidado aserto e dilligencia em todas as ynfirmitades que ouue em deferentes hocaziões com suspeitas e judissios de mal comtagiozo que a hirsse ateando fora grande Damno como já principiaua senão se antissipara a atalhillo com a breuiadade he cuidado perssizo digo possivel, uzando de varios Remedios asim particullares como p.^{cos} para perseruação e curação e contagio dos ares, o que tudo fez com grande zello e caridade sem Reparar no Rizco de sua vida a que se opunha nem no trabalho e desvello de sua pessoa que hera excessiuo por ser unico e Sô o medico que hauia com que se fez m.^{to} affecto a todo o povo e he mereçedor de toda a honrra e m.^{ce} que Sua Mag.^{de} for seruido fazerlhe o que tudo passa na verdade pello juram.^{to} dos Sanctos Evangelhos e por me pedir a presente lha mandey passar por mim assinada e sellada com o sinete de minha armas Ryo de janeiro dez de julho de mil e seis sentos e sincoenta e sete "Dom Luiz de Almeida" Sinete de armas —

Certidão de justeficação

O Douctor Sebastião cardozo de Sampayo ouvidor geral com alssada no ssiuel e crime juiz das justificassões auditor da gente de guerra e juiz comsservador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro e em toda esta Repartição do Sul por Sua Mag.^{de} fasso Saber aos que a presente certidão de justeficação virem que a mim me deu por ffe o escrivão deste juizo que esta sob. escreueo ser o ssinal e sinete posto ao pee da certidão atras escrita do gouernador que foi desta prassa Dom Luis de almeida pello que hey a dita certidão por justeficada e verdadeira e selhe deue e pode dar yntr.^a ffee he Credito em juizo e fora delle em ffee do que se passou a presente por min som.^{te} assinada nesta dita cidade aos vinte e noue de novembro de mil e seis sentos e sessenta he dous annos pagou quarenta Rêz he de assinar quarenta Rês, eu g.^{lo} Ribr.^o barboza a fis escreuer e sob. escreuy" Sebastião cardozo de Sampayo

Certidão

Saluador correa de Sãa e benauidez Comendador das comendas de São Jullião de casia e São Saluador dallagoa da hordem de christo S.^{or} da assequa Alcaide mor da cidade de São Sebastião do Ryo de jan.^{co} gouernador geral da Repartição do Sul dos conselhos de guerra e ultramarino por Sua Mag.^{de}

Certifico que confesso ao douctor fr.^{co} da fonseca denis seruirde medico deste prezidio a m.^{tos} annos athe o presente com gr.^{de} assistencia caridade e zello do seruiço de Deos e de Sua Mag.^{de} e com ho mo (sic)

assiste a todos os doentes que se curão no ospital e casa da Sancta mezericordia Sem nunqua faser falta e he hum dos mais nobres e homrrados moradores desta cidade e que em todas as ocações que nella se offereserão do seruisso Real e bem comum desta Reep.^{ca} (Republica) foy sempre dos pr.^{os} que assistirão assim como a faz.^{da} como com a pessoa naquillo que lhe podia tocar he pella grande satisfação de Sua suficiencia e tallento a obrigação e ellegerão a seruir o cargo de juiz hordinario no qual se ouve com grande prossedim.^{to} e satisfação geral e he merecedor de toda a homrra e m.^{ca} que Sua Mag.^{de} for seruido fazerlhe em ffee do que lhe mandey passar a prezente por mim assinada e sellada com ho ssello de minhas armas e jur o passar na verdade tudo o Referido pello abito de xpo que professo Ryo de Janeiro dezasseis de janeiro de mil e seis sentos he ssesenta e dous annos "Salvador correa de Saá e benavides" Sinete de armas" —

Certidão de justificação

O Douctor Sebastião cardoso de Sampayo ouvidor geral com allssada no sivel e crime Juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e juiz comsservador da comp.^a geral nesta cidade de São Sebastião do Rio de jan.^{ro} e em toda esta Repartição do Sul por Sua Mag.^{de} etc.^a fffasso saber aos que a prezente certidão de justeficassão viremque a mim me deu por ffee o escrivão deste juizo que esta sob.escreveo ser o ssinal e sinete posto ao pee da certidão asima escrita do general Salvador correa de Saa e benavides g.^{or} geral que foy desta cidade e das mais capitánias desta Repartição do Sul pello que hey a dita certidão por justeficada he verdadeira e se lhe deve e pode dar yntr.^a ffee he credito em juizo e fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim somente assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novembro de mil e seissentos e sessenta he dous annos pagou quarenta Rez e de assinar quarenta Res eu G.^{co} Ribr^o barboza a fiz escrever e sob.escrevy" Sebastião cardozo de saopayo.

Certidão

Pero de mello comendador das comendas de São Martinho e de São Pedro das gouveas da hordem de xpo g.^{or} desta praça do Ryo de janeiro por Sua Mag.^{de}

Certifico em como achey servindo nesta prassa de medico deste prezidio ao Douctor fr.^{co} da fonsequa denis por suas m.^{tas} letras, e suficiencia o qual pellas emformassões que thomey e pello que de prezente me consta servio e serve com todo o cuidado e zello do Serviço de Deos e de Sua Mag.^{de} sem yntrepollação nem falta alguma, não só curando os soldados das Companhias e fortallezas no hos/ No hospital mas aynda a toda a cidade com grande assistencia e caridade por

ser o unico medico que nella achey allem do que he hum dos mais nobres e homrrados cidadões da dita cidade dino de toda a honrra e m.^{oe} que Sua mag.^{de} for servido fazerlhe o que tudo passa na verdade pello abito de xpo que professo em ffee do que lhe passey a presente por min asinada e ssellada com ho sello de minhas armas Ryo de janeiro vinte he sete de novembro de mil e seis sentos e sessenta e dous "Pero de mello" Sinete de armas.

Certidão de justificação

O Douctor Sebastião Cardozo de Sampayo ouvidor geral com allssada nó ssivel e crime juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e juiz conservador da comp.^a geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro e em toda esta repartição do Sul por Sua Mag.^{de} fffasso Saber aos que a presente certidão de justificação virem que a mim me deu por ffee o escrivão deste juizo que esta sobescreveo ser o sinal e sinete posto ao pee da certidão atraz escrita do g.^{or} desta prassa pero de mello pello que hey a' dita certidão por justeficada e verdadeira e se lhe deve e pode dar ymteira ffee e credito em Juizo e fora delle em ffee do que se pasou a presente/ A presente por mim som.^{te} assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novembro de mil e seissentos e sessenta e dous annos pagou quarenta Rez, e de ainar quarenta Réz eu g.^{lo} Ribeiro barboza a fiz escrever he sob escreveu. Sebastião cardozo de Sampayo.

Certidão

Os officiais da Camara desta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro que servimos este presente anno de mil e seissentos e sessenta e dous Certificamos que ho douctor fr.^{co} da fonssequa denis foy elleito pella Camara por medico desta cidade "sinall" digo sinallandolhe sellario a' Requerimento universsal de todo este povo por Suas m.^{tas} letras gr.^{de} experiencia e aserto com que exerssita Seu officio a cujo Respeito estando Retirado em sua fazenda que tem fora da cidade foy obrigado pellos offeciais que servirão a anno de sincoenta e sinco a que ser viesse pera a prassa assestir as Curas dos doentes pella grande falta que se padassia com sua auzença e pella muita confiansasa que se tem visto em todo o tempo que exerssita nesta cidade o officio de medico acudindo com gr.^{de} cuidado e delligença a todas as ynfirmitades que ouve em/ em varias ocações com ssuspeitas e yndissios de mal contagiozo epidemial que a hirsse ateando fora grande damno como ja principiava se não se antessipara a atalhillo com a brevidade e cuidado possivel uzandosse de Remedios publicuos e particullares pera perservassão da currupção e comtagio dos arez assistindo a tudo com grande zello e caridade; sem Reparar no Rizco de Sua vida nem no trabalho

e desvello de sua pessoa que hera gr.^{de} por ser o unico medico que avia com o que se fez muito asseito a todo o povo e no que fez a Deos a Elrey e a esta Re.p.^{ca} (Republica) gr.^{de} servisso e assim mais he hum dos principais e homrrados moradores e cidadoes desta cidade e a este respeito foy elleito por Juiz hordinario della servindo o tal cargo com toda a satisfação e zelo do serviço de Sua Mag.^{de} e he merressedor de toda a honrra que o dito Senhor for servido faserlhe, o que tudo juramos passar na verdade pello juramento dos Santos hevangelhos em ffee do que lhe passamos a prezente por nos assinada e sellada' com o ssello que nesta Camara serve Ryo de janeiro vinte de novembro de mil e seis sentos e sessenta e dous eu Jorge de Souza escrivão da Camara nesta dita cidade por Sua Magestade Manoel pimenta de carvalho, fr.^{co} frz da costa, gregorio de /De crasto" sello da camara

Certidão de justificação

O Douctor Sebastião Cardoso de Sampayo ouvidor geral com alsada no ssivel e crime juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e Juiz conservador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Rio de janeiro e em toda esta Repartição do sul por sua Mag.^{de} fffasso saber aos que a prezente certidão de justificação virem que a min me deu por ffee o escrivão deste juizo que esta sob-escreveo ser a lletra' da sob.escrção e sinaes postos ao pe da certidão atras escrita dos officiais da camara desta dita cidade que este prezemte anno de mil e seis sentos e sessenta e dous servem e estão servindo Jorge de Souza escrivão M.^{et} pimenta de carvalho fr.^{co} frz da costa gregorio de Crasto Domingos pr.^a pello que hey a dita certidão por justeficada e verdadeira e se lhe deve e pode dar ymteira ffee e credito em juizo he fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim som.^{te} assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novembro de mil e seis sentos e sessenta e dois annos / Anos pagou quarenta Réz e de assinar quarenta Réz eu gonçallo Ribeiro barboza a fis escrever e sobescrevy. Sebastião cardozo de Sampayo; o qual treslado de papeis e certidois eu Antonio ferr.^a da Silva Tabalião do publico judisial e notas nesta cidade do Rio de janr.^o e seu termo fis treslladar bem e fielmente dos propios originaes q me forão apresentados pello Doutor fran.^{co} da ffon.^{ca} dinis nelles conteudo a quem os torney a entregar e asinou aquy de como os Recebeo, e a elles em todo e por todo me Reporto e o corry consertey com o official abaixo asinado e sobescrevi e asiney de meu sinal Razo e custumado e custumado (sic) em o Rio de Janeiro ao primeiro dia do mes de dezembro de mil e seiscentos sesenta e dous anos

Ant.^o frr.^a da silva.

Comsertado cõ os propios
por min tabalião

Ant.^o frr.^a da silva

e comigo escrivão da Correição e ouvidoria geral
e justificações

G^{lo} Ribeiro Barboza

O doutor Sebastião Cardozo de Sãopayo ouvidor geral cõ alçada no civil e crime Juiz das Justificações auditor da guerra e conservador da companhia geral nesta cidade de sãm sebastião Rio de Janeiro e em toda esta Repartição do sul por Sua Magestade faço saber aos que/ a presente Certidão de justificação virem q̄ a mi me deu por fee o escrivão deste Juizo que esta fes ser a letra do concerto e sinais postos ao pee do treslado atras de Antonio ferreira da Silva tabalião do publico Judicial e notas e o concerto pequeno ser do escrivão q̄ esta fes gonçalo ribeiro Barboza os quais actualmente estão servindo seus officios pello q̄ hei per justificado e verdadeiro o dito treslado e se lhe deue dar enteira fee e credito em Juizo e fora delle em fee do q̄ se pasou a presente por mim somente assinada nesta dita cidade ao primeiro dia do mes de Dezembro de mil e seis centos e sesenta e dous anos pagou-quarenta reis e de asinar quarenta reis eu gonçalo Ribeiro Barboza escrivão das justificacois o escrevi

Sebastião Cardoso de Sampayo

(A.H.C. — Rio de Janeiro, docs. nºs 940 a 947).

* * *

Snõr

O Procurador geral da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fes petição a V.A. neste Conçelho, em que diz, que experimentando seus moradores grandes neçessidades por falta de Medicos, que os curassem, porquanto de dous, que havia, falleço hum, e o outro enfermou de sorte, q̄ estando já sem esperanças de vida, recorre o Senado da Camara da dita Cidade, ao da Bahia, e ao Governador geral do Estado, para que lhe mandassem hũ Medico, plo aperto em que se vião, e com effeito lhes mandarão ao D.^{or} Julio de Marions, o qual chegando ao Rio de Janeiro pediu ordenado certo da Camara para estar de morada naquella Cidade, e se lho não dessem se embarcaria para Angolla, para onde estava embarcado: e por ser conveniência do bem comum, lhe nomeou o Senado sessenta e quatro mil rs de ordenado, por hum anno somente que foy o de 672, como tudo constava da Certidão q̄ offerencia.

Pede a V.A. (vistas as razões allegadas) seja servido haver por bem o que os offiçiaes da Camara determinarão no ordenado que derão ao D.^{or} Julio de Marions, plo anno de 672. somente. E que sendo V.A. servido de que se lhe dé ordenado çerto da Camara por mais tempo, mande, que ou se lhe dé de ordenado a mesma quantia por cada anno, ou a quantia que V.A. for servido mandar.

Da petição referida, e Certidão que cõ ella se appresentou ao Escrivão da Camara do Rio de Janeiro, se deu vista ao Procurador da fazenda, e respondeo, que parece, que V.A. devia ser servido haver por boa a despeza, vista a neçessidade, e justa causa com que se fes: e para daquy adiante houvesse hũ Medico de partido, a quem se daria de ordenado dos bens do Conçelho cincoenta mil rs cada anno.

Ao Conçelho Parece conformarse com o Procurador da fazenda, porem que o pagamento seja dos bens do Conçelho, como he em todas as partes, e não dos que tocão à fazenda real, e pagamento dos soldados.

Salvador Correa deSaa se conforma com o Conçelho, e acrescenta, que a Camara do Rio de Janeiro cobra o subçicio dos vinhos, applicado para o sustento da Infanteria, e fas estes effeitos renda da Camara, e delles despende este novo ordenado, e duzentos e çincoenta mil res, que dá cada anno a hum Frade, que há çinco annos o sustenta nesta Corte, por seu procurador, e outras despesas extraordinarias, por cuja causa sendo que quando largou aquelle governo, chegava este subçidio dos vinhos, e os sobejos dos dizimos, a dar des socorros cada anno à Infanteria, e farda todos os annos, hoje senão dão mais que tres socorros cada anno, havendo ametade da Infanteria menos: e lhe parece, que o que convem ao serviço de V.A., para sustentar o seu prezidio, he que a Camara não tenha outra justificação mais, que sobre os seus bens propios do Conçelho, e todos os mais corrão plos Ministros da fazenda de V.A., a quem se toma conta; e com isto se evitarão as despesas extraordinarias que fas.

O D.^{or} Feliciano Dourado se conforma tambem cõ Salvador Correa de Saa na ultima parte do seu voto.

E ao D.^{or} Pedralvres Seco de Maçedo Parece, que V.A. deve mandar levar em conta a despeza do anno de 672. feita com este Medico, que foy chamado da Bahia, para curar os moradores do Rio de Janeiro: e que V.A. deve conçederlhes terem Medico com partido, como aponta o Procurador da fazenda, com os çincoenta mil rs por anno, porque este povo tem cresçido muyto, e são vassallos de V.A., e não hão de pereçer com a falta do remedio de Medico; e que o mesmo se ve neste Reyno nos partidos, que as Villas fazem aos Medicos, estando hũas chegadas a outras, como Palmella, Aldea Galega, e Al-

chochete, Benavente, Salvaterra, e Coruche, que todas tem Medico de partido. Em Lx.^a 17 de Julho de 674.

Salvador Correa de Súa: henavides
 Ruy Tellez d'Meneses
 P.^o Alveres secco de Ma.^{do}
 Fran^{co} Malheiro
 Feliciano Dourado

Resolução régia, à margem: Os sessenta e quatro mil reis do ano de 672, se levem em conta e p.^a o adiante se dem os sincoenta mil reis dos bens do cons^o na forma q̄ he estillo E sobre o mais q̄ aponta Salvador Correa o Cons^o ouvindo o procurador da faz.^a me cons.^{ta} o q̄ parecer Lx.^a 30 de julho de 674.

(Rubrica do Principe Regente D. Pedro).

No verso: 17 de Julho

674

Rio de Jan.^{ro} Do Conç^o Ultramarino

O Procurador do Rio de Jan.^{ro} pede se leve em conta o ordenado q̄ a Camara deu ao Medico.

anexo: EV o Principe como Regente e governador dos Reynos de Portugal e Algarves, faso saber aos que esta minha provizão virem, que tendo respeito ao que me representarão os officiaes da Camara da Cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro, em resão da grande falta de Medicos que ha naquella Cidade, por cujo respeito, recorrendo ao governador e capitão geral do Brazil, lhes enviou ao Doutor Julio de Marions; ao qual se lhe nomeou de ordenado sessenta e quatro mil rs, pello ano de seiscentos e setenta e dous somente; e visto o q̄ alegão, e o que respondeo o Procurador de minha faz.^a; Hey por bem de aver por boa a despeza que se fes dos ditos sessenta e quatro mil rs com o dito medico, pello que toca ao dito ano de seiscentos e setenta e dous, e para o adiante, se darão de ordenado a hũ medico do partido sincoenta mil rs cada ano, dos bens do Conselho, na forma que he estillo; Pelloque mando aos ministros da Justiça, e fazenda da Cidade do Rio de Janeiro, a q̄ pertenser, cumprão e guardem esta prouizão inteiramente como nella se comtem, a qual valera como carta, sem embargo da ordenação do L.^o 2.^o

(A.H.C. — Rio de Janeiro, docs. n.ºs 1225-26)

Snõr

Joseph Ramires do valle Medico formado pla universidade de Coimbra fez peticam a VMag.^{de} por este Concelho em q̄ diz, que elle assiste na Capitania do Rio de Janeyro ha tres p.^a quatro annos curando os enfermos daquella Cidade com muyta aceitação sciencia, e charidade, e da mesma maneyra a infantr^a do prezidio por impedimento dos achaques, e m^{ta} idade com q̄ se acha o Medico Francisco da Fon.^{ca} Diniz que o he do partido, suprindo a sua falta sem disso levar estipendio algum, hindo tambem as vesitaz dos navios, que vão do Reyno de Angola, em resão de algum contagio, q̄ possão levar em q̄ faz particular serv.^o a VMag.^{de}, obrando tudo com grande cuidado, e zello; e porquanto o ditto Medico Francisco da Foncequa Diniz pella sua impossibilidade renunciou nas maos de VMg.^{de} o ditto cargo de Medico daquelle prezidio p.^a VMg.^{de} o prover na pessoa que lhe parecer.

Pede a VMag.^{de} lhe faça m.^{ce} da nomeação de Medico da Camara e Prezidio da ditta cidade para q̄ nessa forma possa levar o ordenado, proez e percalços q̄ he estillo darselhe.

Pellaz certidoenz q̄ apresentou consta tudo quanto relata em sua petiçam.

Ao Concelho parece q̄ tendo VMag.^{de} consideraçam ao que representa Joseph Ramirez do valle deve ser servido faserlhe a merce que pede, visto a satisfação com q̄ actualmente esta curando na Capitania do Rio de Janeyro pella impossibilidade de seu antecessor Francisco da Fonc.^a Diniz. Lix.^a 18 de Novembro de 686.

Ruy Tellez de Menezes
Ant.^o Paez de Sãnde
Dom Manoel Enriques
Bento Teix.^{ra} de Saldanha

Resolução régia: Como parece Lx.^a 26 de 9^{bro} de 686

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 18 de novembro 686

Do Concelho Ultramarino

Joseph Ramirez do valle pede o cargo de Medico da Camara e Prezidio da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeyro.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.^o 1574).

* * *

Sñor.

Por Antonio Roiz da Costa' ter acabado o tempo de seis annos, em que foy provido por Cirurgião mor, e Medico da nova Colonia do Rio de Janeiro, se pozerão editaes de quinze dias para que as pessoas, que

se quizessem opor ao dito cargo apresentassem os papeis de seu merecimento na mão do secretario deste Concelho, o que fiserão as pessoas seguintes.

Manoel de Oliveira de Sousa que mostra por certidões embarcarse nos annos de 681; até o de 687; em seis naos que vierão do Estado do Brazil para este Reyno, por Cirurgião, e no exercicio da dita arte mostrar grande prestimo, e particularmente, passando em 681; a Bahia com o Capitão Antonio Dias Rego, voltár com elle para o Reyno em 682; e na cura das doenças se haver com muyto cuidado, e zello, e da mesma maneira em duas viagens, que fez cõ o capitão Antonio Frz Ayres; deste porto para a Bahia, e voltou para elle, achandosse naquella Praça em 686; a cura das doenças contagiozas que nella houve, e na nao em que veyo assistindo a grandes curas na viagem, e ultimamente na nao Nossa senhora da Conseição em que se embarcou por sirurgião da Bahia para esta Corte se haver com muyto cuydado não só na cura das doenças, que houve, mas tambem em sangrar por falta de sangrador, assistindo de noute, e de dia por ser quantidade de gente a que adoeceu no mar; e fazer na Bahia particulares curas per-tinentes à sua arte.

Manoel Rozado que allega ser cirurgião aprovado, e concorreram nelle os requzitos necessarios para exercitar o ditto cargo.

Jacinto Pinto Pereira Cirurgião aprovado por carta passada em o anno de 682; consta embarcarse no mesmo anno para o Rio de Janeiro em navio particular, e nelle voltar para o Reyno sempre por Cirurgião, e da mesma maneira em 685; para a Bahia, e no de 686; e assim no discurço das viagēs, como em terra assistir com acerto, e bom successo na cura de varias enfermidades, por falta de Medico, e de feridas de perigo havendosse com grande applicação, e cuydado, e nesta Corte em curas difficultosas com grande expedição.

Bento Dias de Almeyda que consta ser Cirurgião aprovado desde o ano de 682; em q se embarcou para a Bahia em navio particular; e em 684, passar ao Maranhão aonde obrou particulares curas assy da sua arte, como da Medecina por falta de Medico; e no anno de 687; tornar para o mesmo Estado em companhia do governador Artur de Sá, e de volta vir com o seu Antecessor gomes Freyre de Andrada, e na cura dos soldados se haver com muyto trabalho, zello, e acerto assy no mar como em terra, sem soldo da fazienda real, mostrando prestimo em hua, e outra arte.

Francisco Leuassor cirurgião aprovado desde o ano de 686; consta embarcarse no de 687; por cirurgião da nao Capitania que pella junta do Comercio passou ao Rio de Janeiro, e na viagem de ida e volta faser sua obrigação acodindo aos Enfermos com muyto cuydado, e zello.

João Freyre de Andrade Cirurgião aprovado desde o ano de 680; alga (sic) (alega) exercitar a sua arte com aceytação e proveito dos enfermos, e ter servido a VMag^{de} repetidas vezes em cazos accidentaez em falta dos cirurgiões da caza por ser vezinho.

E Thomaz Duarte q̄ alega ser cirurgião aprovado nesta Corte e ter toda a experiencia e pericia necessaria da arte para o poder exercitar com todo o primor e sciencia.

E pedindosse ao Cirurgião mor informação da capacidade dos sojeitos opostos deu a que com esta se envia a VMg^{de}.

E sendo tudo visto

Ao Concelho Parece vottar em primeiro lugar para o ditto cargo de cirurgião da Prassa da Nova Colonia do Sacramento em Manoel de Oliveira de Souza. Em segundo lugar em Manoel Rozado. E em terceiro lugar em Jacinto Pinto Pereira; na mesma forma da Informação do Cirurgião mor; Lx.^a 4 de M.^{co} de 688.

Conde de Val de Reis
Ant^o Paez de Sande
Ruy Tellez de Menezes
Bento Teix.^{ra} d'Saldanha

Resolução régia: Nomeo a M.^{el} de Olivr.^a de Souza Lx.a 5 de m.^{co} de 688

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 4 de março

688

Do Conc^o Ultramarino

Nomeação de sojeitos p.^a cirurgião da Prassa de Nova Colonia de Sacramento.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n^o 1640).

* * *

Entre os Cirurgeaos, q̄ se oppoem a occupar o lugar de Buenos Ayres o mais capaz julgo à M.^{el} Oliveira de Sousa assim por mais antigo, como pella Sua suffiencia.

Em o segundo lugar a M.^{el} Rosado

Em terceiro lugar a Jacinto Pinto P.^{ra}

V. Mag.^{de} mandara o q̄ mais conveniente, e acertado for a seu serviço 28 de Fev.^{ro} de 688.

Ant^o Pe.^{ra} (?)

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n^o 1641).

* * *

Ao Con.^o P. faser prez.^{te} a S Mgde. o q̄ escrevem os off.^{es} da Cam.^{ra} de São Paulo e q̄ este requerim^{to} he iustificado e digno de atenção de S Mgde. que por este meio se poderão conservar aquelles moradores se tiverem quen trate de os curar nas suas enfermidades que por falta de quem lhe possa aplicar os remedios necessarios morren m^{tos} ao desenparo, e q̄ nesta consideração deve S Mgde. haver por bem de q̄ não havendo Medico q̄ queira' hir voluntariam.^{te} p.^a aquella conquista se obrigua a algũ q̄ nesta Corte tenha menos embarço, pois alem do grde. partido q̄ prometem faserlhe aquelles vasallos; tendo meios que com o que grangearen pellas suas curas se poderão sustentar mui largam.^{te} principalm.^{te} em terra onde tudo he tanto acomodado. Lx^a 31 de ou.^{bro} de 698 (com 4 rubricas). (A. H. C., S. Paulo, papeis avulsos, 1698).

No verso: São Paulo — 4 de m^{co} — 1698. Dos offes. da Cam.^a
S^e a gr.^{de} falta q̄ tem de Medico e Boticap^a sicurarem nas suas emfermidades. Cons.^{da}
A carta foi inclusa na Cons.^{ta}

* * *

21 de F.^{bro} de 639

487

Certificamos nos o Doctor fr.^{co} Vãs cabral fisico & Surgião mor em este estado do Brazil, E o L.^{do} Antonio Cordeiro medico em esta Cidade de saluador Bahia de todos os Samctos., que o snor Conde da torre; general de mar & terra; E governador deste estado do Brazil, adoeço em esta Cidade em des de feur.^o de seissentos E trinta' e E nove Annos de humas tercans dobres de que esteue m.^{to} doente sangrado sete ou oito vesses. E purgado duas vesses. E com outros m.^{tos} remedios q̄ se lhes fizeram; E continuou a ditta doença até o fim do ditto mes. E em pr.^o de março se começou a leuantar, conualescente; mas ainda m.^{to} fraco E continuando, com Banhos por cauza de huma destemperança, q̄ lhe ficou do figado; E por ser verdade tudo o asima referido, E se nos pedir a pressente a passamos sub o Juram.^{to} dos Sanctos Euangelhos em 21 de Setembr^o 639.

O L.^{do} An.^{to} Cordr.^o

O d.^{or} fran.^{co} vãs Cabral.

Reconheso os sinais postos o pé da Certidam acima cerē hum delhes do doutor Francisqu vas Cabral e fisico mor deste estado E outra do L.^{do} antonio Cordeiro medicos comteudos na certidam atras eu mathias Cardoso tabalean publicuo de judicial e notas nesta cidade do Saluador

e seus termos por sua mgde e o escrivi e asiney de meu publico synal seguinc.^{te} na baia en os vinte sete (?) setembro seis sentos e trinta nove annos

+

lugar do sinal

(Biblioteca d'Ajuda, cod. 51-VI-9, fl. 487).

* * *

Adoeseo o Conde meu S.^{or} em 4 deste mes de out^{ro} as quatro da tarde, cõ hy frio m^{to} grande e cõ vomitos que pareseo logo ser o seu asidente q̄ lhe custuma dar dos Rins.

Ao dia seguinte q̄ forão sinco lhe lançarão duas ajudas frescas hũa pella manhã E outra a' noite, por ser a sua queixa toda do estomago e vomitar m^{tas} coloras.

Aos seis lhe lançarão outra ajuda, e se foy buscar hũ medico a capitania de portugal por estar doente o nosso, não ordenou nada' este dia. Aos sete lansou doze ventozas secas ao sr. Conde,

E aos outo do dito mes o purgou, cõ hũa pouca de Canafistola do que agora se costuma de polpa' de Canafistola em conserva, e não ha paresido ate agora sangrar o Sr. Conde por serem os achaques de estomago e ver se os pode atalhar, sem as ditas sangrias, E a' noute tomou hũa ajuda cõ a qual fes m^{tos} uerssos; Aos noue foy o Sr. Conde sangrado na vez de todo o corpo, E o sangue era pode e m^{to} Roim, pella manhã E a' sangria da tarde foy com o outro. Aos 10 o sangrarão no braso direito de que sahio m^{to} roim sangue como das mais sangrias E a menhá q̄ são 11 das 4 p^a as sinco da tarde entra o Sr. Conde no seteno, e neste dia as duas oras e m^a depois de meio dia' teue o Sr. Conde hũ cresim^{to} e o frio não foy mais que meter os brastos dentro, e prim^{ro} q̄ viesse o dito cresim^{to} teve hũa quentura nos Rins, E estando cõ o Cresim^{to} lhe deo hũ suor natural cõ q̄ se lhe aliuiou a febre E indo em declinação o tornarão a sangrar, Aos 11 q̄ he o seteno amanheseo sem febre, E a' noite dormio bem, o q̄ não fes as outras; contudo pareceo o sangrasem pella menhá.

Aos doze o sangrarão por segurar o dia, atras do seteno pasou a noite quieto e o dia.

Tem no verso: tocante a doença do Conde meu S.^{or} e curas q. se lhe fizerão.

(Biblioteca d'Ajuda, cód. 51-VI-9, fls. 93).

* * *

Senhor

Recebi a de V. Mag.^{de} em agradecim.^{to} da assistencia, que este Collegio fes aos enfermos desta cidade no tempo, em que padecia os contagios do anno passado. O que este Collegio fez, era divida da Proffissão dos Filhos, que (...) a Companhia, tão obrigada ao serviço de Deos, como ao de V. Mag.^{de}.

E porque agora se offerece materia p.^a o grande zelo de V. Mag.^{de}, a proponho nesta cartaparticular, e os officiaes de Senado desta Cidade a representão por riquirim.^{to} comũ. Sei cõ toda a certeza, que faltando os Pays de algũas Familias desta capitania, o que não será tarde, pelos seus m.^{tos} annos, não se poderão sustentar suas Filhas, se se não cõ o pão das offenças de Deos. E Se V. Mag.^{de} foi servido dispor cõ singular piedade o enterro dos corpos dos negros, que na verdade era escandalozo a falta desse acto = Christão; cõ m.^{to} maior fundam.^{to} se pode esperar de V. Mag.^{de} o reparo de tantas almas, de brancos cõ a licença para hũ Recenssiamento de Donzellas na forma q̄ se propõe a V. Mg.^{de}

Tambem não he materia de menor porte o recurso q̄ faz a VMag.^{de} o Ecclesiastico desta Cidade, para o livrar dos impostos, cõ que os officiaes da Camara tem carregado ao sal, para se tirar, como se diz, o soldo do Governador; porque comprando os Ecclesiasticos nesta forma, fica gravada a sua izenção, e tambem a conçiencia, consentindo em semelhantes contribuições, não menos do que gravados na sua os q̄ as impõe, se ordẽ de V. Mag.^{de} que a não mandaria, sê as condições para isso necessarias

E porq̄ també se teme, q̄ o Governador intentará por semelhante meyo tirar dos Ecclesiasticos parte das despesas necessarias p.^a as Fortificações desta Praça; será também conveniente, q̄ V. Mag.^{de} seja servido evitar hua e outra contribuição na forma, em que melhor o parecer a V. Mag.^{de} Como neste recurso a V. Mag.^{de} se segura a sobredita izenção do Ecclesiastico; não trata elle do uso de outros meynos, e se sogeta no entretanto, q̄ V. Mag.^{de} na Frota, que virá p.^a o anno, não he servido resolver a presente materia, a consentir nas sobreditas imposições por assim lho pedirẽ. Deos g.^{de} a Real Pessoa de V. Mag.^{de} Coll^o Rio de Jn.^{ro} 11 de iunho de 1694.

De V. Mag.^{de}

Himilde (sic) servo, e fiel vassallo

Fr^{co} de Mattos

(à margem, desp^o do Cons^o Ultr^o, quasi ilegivel): Haya m^{ta} a Proc. da Coroa, Lx.^a (....) (com 3 rubricas)

Parecer do Procurador da Corôa: Esta carta fala em dous negocios o prim.^{ro} he do recolhim.^{to} p.^a mulheres honestas e sobre elle responde na carta q̄ (...) tambem escreveu-e (...) o segundo (...) impor-

tando tal (...) e os officiaes da camara dizem (...) no despacho e resposta inclusa q̄ (...) dão conta a Sua Magde e por ventura, q̄ também satisfaça o g.^{or} se deve juntar todas as cartas q̄ houver sobre a mesma materia, e então responderei. Lx.^a 10 de out.^o de 1694.

(Rubrica do Procurador da' Coroa Manuel Oliveiro)

(A. H. C. — Rio de Janeiro, papeis avulsos, 1694).

* * *

Sñor

Viosse neste Cons^o hũa petição de Ayres de miranda enriques em que diz que o Capitão mor do Rio Jan.^{ro} Rodriguo de miranda enriques seu filho lhe pede cõ grande instancia mande hú medico aquellas partes pla grande necessidade, e falta que a terra tem delle por cujo respeito morre m.^{ta} gente sem se lhe aplicar os remedios necessarios para a saude; e porque fazendo elle sup.^{te} deligencia cõ alguns medicos desta cidade não achava nenhõ que se quizesse embarcar sem Vmg.^{de} lhe fazer m.^{ce} de o tomar por seu medico dandolhe pasagem, mantim.^{to} p.^a a jornada, e ajuda de custo cõ que se pudesse aviar; e porque a necessidade era tão urgente, e a que se deve acudir cõ toda a prontidão q̄ elle pede, e hora sendo Vmg.^{de} servido fazer m.^{ce} tem concertado cõ o licenciado fram.^{co} marques coelho o qual depois de auer servido la onze annos de medico da gale Magdanela, estando neste Rio se reformou e assy ira servir a Vmg.^{de} ao ditto Rio de Jan.^{ro} partes do Brazil deixando sua mulher e filhos.

Pede a Vmg.^{de} lhe faça m.^{ce} de o tomar por seu medico dandolhe a ditto ajuda de custo, passagem e mantim.^{to} para elle e seus criados, e hũ lugar p.^a hũa de suas filhas ser freira indo servir ao ditto Rio de Jan.^{ro} como tinha ditto.

Por desp.^o deste Cons^o se ordenou ao Provedor dos almazens informasse do conteudo na petição referida, e se avia registo do que se dava aos medicos que hião p.^a o Rio de Jan.^{ro} ou para outras partes do Brazil.

Informou o ditto Provedor dizendo q̄ não consta dos livros dos almazens que aja ido por elles medico ao Rio de Jan.^{ro} contudo lhe parece m.^{to} conviniente e necessario q̄ va pois oje importa tanto mais tratar-se da concervação do q̄ há naquelle estado e q̄ por aquelles almazens se lhe podia dar embarcação e bastim.^{to} para elle e tres pessoas, e q̄ o fazerlhe m.^{ce} não toca aly, e que bem entende q̄ sera conveniente mas se deve rezolver por donde he custume; e q̄ o supp.^{te} foi medico das gales m.^{tos} annos, e oi esta reformado como os mais officiaes dellas, e q̄ lhe dizem q̄ tem bastante sufficiencia.

fez o supp.^{te} replica dizendo q̄ suposto q̄ não conste dos livros dos almazens aver ido medico ao Rio de Jan.^{ro} ou as p.^{tes} do Brazil contudo, de armada foi medico ao Brazil; e visto o ditto ir servir ao Rio de Jan.^{ro} p.^{tes} do Brazil deixando sua mulher e filhos, e ariscando sua pessoa.

Pede a Vmg.^{de} lhe faça m.^{ce} de lhe deferir a sua petição dandolhe o que se deo ao fisico da armada o L.^{do} Dioguo P.^{ra} que foi a Pernambuco.

Por outro despacho se ordenou ao ditto Provedor dos almazens que sobre a ditta replica que o supp.^{te} fez tornasse a informar: satisfez dizendo que lhe parece q̄ seria justo darenselhe pera se auiar tres pagas do mesmo soldo que se da ao fisicomor da armada.

O que tudo visto neste Cons.^o Pareceo q̄ Vmg.^{de} deve ser servido mandar que ao medico que o supp.^{te} aponta se de passagem, e mantim.^{to} para elle e tres pessoas mais e se lhe dem tres pagas para se aviar, do mesmo soldo q̄ se da ao fisico mor da armada como aponta o Provedor dos almazens. Lx.^a 9 de outubro de 1635.

O Supp.^{te} fez petição a este Cons.^o que elle esta embarcado para ir servir a Vmg.^{de} neste socorro que ora vay ao Rio de Jan.^{ro} e a ditta Consulta era ida a Vmg.^{de} a Corte de Madrid e não he vinda ategora resolução della, e os navios estavam a pirque p.^a partir, mandesse reformar a ditta Conçulta aqual reformou e se invia a Vmg.^{de} para sobre ella tomar a resolução q̄ for servido: Lx.^a 22 dez.^{ro} 1635.

Thomas de ybio	João	Francisco
Calderon	Sanches	Leitão

Resolução régia: Como paresse em L.^{xa} 23 de dz.^{bro} 635.
(Rubrica da Princesa Margarida)

No verso: Do Cons.^o da faz.^a

reformada sobre o Governador do Rio de janeiro que pede medico para aquella Capitania

Pareceo que va o lecenceado fran.^{co} marq.^z Coelho e que se lhe de passagem e mantimento para Elle e tres pessoas maes, e tres pagas para se aviar do mesmo soldo como se dá ao fisico mor darmada

(rubrica do secretário do Conselho da Fazenda, Afonso de Barros Caminha)

(A.H.C. — Rio de Janeiro, p.^a av.^{os}, 1635)

* * *

S.^{or}

Diz Aires de Miranda emriques q̄ o capitão Mor do Rio de janeiro Rodriguo de Miranda emRiques seu f.^o lhe pede com grande instancia

mande hũ Medico a'quelas partes pela grande nesessidade e falta q̃ a terra tem delle por cuiõ rrespeito morre muita gente sem se lhe aplicar os rremedios nessarios p.^a a saude e porq̃ fasemdo elle sup.^{te} dilig.^a com alguns Medicos desta cidade não acha nenhũ q̃ se queira embarcar sem Vmag.^{de} lhe faser M: (mercê) de o tomar por seu medico dandolhe pasaiem Mantim.^{to} p.^a a d. (dita) yornada e ajuda de custo com q̃ se posa aviar, e porq̃ a nesessidade he tam urgente e a q̃ se deve acodir con toda a prontidão q̃ elle pede, e ora semdo Vmag.^{de} sirvido de faser M: tem comsertado com o Ld^o fran.^{co} marques coelho o qual dipois de aver sirvido ha omse annos de medico dagualle Madalena, estante neste Rio se rreformou, e assi ira servir a V. Mag.^{de} no ditto Rio de Jan.^{ro} partes do Brasil deixamdo sua molher e ff.^{os}

P: a Vmag.^{de} lhe faça M: de o tomar por seu medico dandolhe a dita Ajuda (ajuda) de custo, pasaiem, e Mantim.^{to} p.^a elle e seus criados, e hũ luguar p.^a hũa de suas filhas ser freira indo servir ao ditto Rio de jan.^{ro} como esta ditto e R M:

Despacho do Conselho da Fazenda: Informe o provedor dos Almazais do conteudo nesta petisãõ E se ha Registo do que se da aos medigos q̃ fosen p.^a o Ryo de jan.^{ro} ou p.^a outras p.^{tes} do brazil Lx.^a 26 de mayo 1635

(com duas rubricas de ministros do Conselho da Fazenda).

Informação do Provedor dos Armazens: S.^{or} não consta dos livros dos almasens q̃ aja ido por elles medico ao Rio de Jan.^{ro}, comtudo me parece muyto conveniente e necess^o q̃ vaa pois oje importa tanto mais tratarse da conservaçãõ do q̃ ha naquelle estado, por estes almasens se lhe podia dar embarcaçãõ e bastim.^{to} pera elle e tres pessoas, o faserlhe merçe não toca aqui, bem entendo q̃ hera conveniente mas deusses resolver por donde he Costume Vmg.^{de} mandara o q̃ for s.^{do} (servido) o sup.^{te} foy medico das gales m.^{tos} annos oje estaa Reformado como os mais officias della e disem me q̃ tem bastante suficiencia Lx.^a 27 de mayo 635

Ruy Correa lucas

S.^{or}

Diz o supplicante que suposto que nam conste dos livros dos almasens aver ido medico ao Rio de Janeiro, ou as partes do Brazil, contudo o medico da armada foi ao Brazil, e visto o dito ir servir ao Rio de Janeiro parte do Brazil deixando sua molher e filhos e ariscando sua pessoa.

P. a V. Mag.^{de} lhe faça merce de lhe defirir a sua petiçãõ dandolhe o q̃ se deu ao fisico da armada o L.^{do} Diogo pircira q̃ foi a pernambuco e R M.

Novo despacho do Cons^o da Fazenda: com A Repliqua que fas o sup.^{te} torne a informar o provedor dos Almazeis Lx.^a 9 de junho 1635

(Com tres rubricas de ministros do Conselho da Fazenda)

Informação: Pareceme q̄ seria iusto daremselhe pera se aviar tres pagas do mesmo soldo q̄ se daa ao fisico mor da armada Vmg.^{de} mandara o q̄ for s.^{do} Lx. 15 de iunho 635.

Ruy Correa lucas

Outro Desp^o do Cons^o da Fazenda: cons.^{ta} que sim e que se lhe den tres pagas como aponta o provedor dos Almazeis. Lx.^a 3 de 8br 1635

(com tres rubricas de ministros do Cons^o da Fazenda)

Reg.^{da} a f. 4.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, papeis avulsos, 1635)

* * *

Senhor

Por carta de V. Mag.^e de 5 de Nov.^{ro} do anno passado foy V. Mg.^e servido diserme que o informe com o parecer dos Medicos, da' cegueira que padecia Manuel de Macedo velho, capitam da fortaleza do Morro, e faser se exame nelle se aquella achaque era accidental, ou facil de se vencer com os remedios ou se era' incuravel, porque sendo assy, se trataria de prover o posto, e se attentaria a minha proposta, e se responderia ao ditto Capitam, se se houvesse de lhe dar reformação.

Em comprimento do q̄ V. Mag.^e me manda, ordeney ao Físico mor deste Estado Manuel de Mattos de viveiros, q̄ com o Medico Joseph de Sousa de Mendonça, fossem a casa do Capitam Manuel de Macedo velho, e lhe fisesse exame, se a falta que tinha na vista poderia ter algum remedio pellos medicamentos humanos, e q.^e disso passassem suas certidoens. Por ellas verá V Mag.^e o estado em que o ditto capitam fica, de ser irremediavel de curar a vista que perdeo; é assy me parece que está incapas de poder servir V. Mag.^e mandará o q.^e for servido. A R.^l Pessoa de V. Mag.^e g.^{de} N^o Senhor como seus vassallos havemos mister. Bahya 11 de Julho de 1693.

An.^{to} Luis... de Cam.^{ra} Coutt^o

Despacho do Cons.^o Ultr.^o: Ao Cons.^o P. q̄ visto cons.^{ta} q̄ o Capp.^{ão} M.^{el} de Macedo Velho se acha cego e incapas de poder ter melhora^s que V. Mag.^{de} deve ser servido mandar que se ponhão edditas p.^a se prover a sua comp.^a em suieito capas que possa dezempenhar as obrigações deste posto mas porq̄. não he iusto que pois cegou estando ser-

vindo a V. Mg.^{de} fique sem q. tenha com q̄ se possa sustentar que VMg.^{de} deve haver por bem de que vença por enterterim.^{to} o soldo q̄ tinha Lx.^a 30 de Ou.^{tro} de 1693 (Com tres rubricas de Ministros do referido Conselho)

Senhor

Ao Capitam Manuel de Macedo Velho que o he da companhia que assiste no Morro, é governa naquella fortaleza que está aggregada' ao Terço Velho de que he M.^e de Campo Andre Cusaco, lhe deo húa doença de que endoudeceo, e cegou, é supposto que lhe melhorasse da couquisse, está cego ha mais de des meses, que me parece nam tera remedio, é por essa razam lhe dey licença para se vir curar a esta Cidade, donde fica incapaz. p.^a o gov.^o da ditta companhia, e fortaleza. Nella fica governando o Ajudante que ally está de guarnição é havendo V. Mag.^e de reformar o dito Capp.^m pello seu impedimento; proponho a V. Mag.^e esses tres sugeitos todos Ajudantes destes Terços, pellos seus serviços, e merecimentos, que remetty o anno passado a V. Mag.^e na forma que V. Mag.^e manda. E quando nam fará V. Mag.^e o que for servido, pois nam pode estar aquella fortaleza sem cabo de propriedade q̄ governe. G.^{de} Deus a R.^l Pessoa de V. Mag.^e como seus vassallos havemos mister. Bahia 19 de Julho de 1692.

An.^{to} Luis... de Cam.^{ra} Coutt^o

(Despacho do Cons^o Ultr^o):

Escrevasse ao g.^{or} da Bahia que se virão as suas rezões e q̄ p.^a se reforma M.^{el} de Macedo velho deve pr.^o preceder todos os exames necessarios e averiguarsse se este achaque he accidental e não sera facil de (.....) com os remedios porque sendo assim se tratara de proverse este posto em quem melhor (.....) servisse e neste cazo se atenderá a sua proposta e que assim informará neste p.^{ar} com o parecer dos Medicos. Lx.^a 5 de Nov.^a de 1692.

(Com três rubricas de Ministros do referido Conselho)

Snór

Sendo V. Mag.^e servido, que fique vaga a companhia de Infantaria da' Guarniçam da Fortaleza do Morro de S. Paulo, de cujo posto fes V. Mag.^e merçe a Manuel de Macedo Velho, por estar cego, e totalmente incapax de o exercer, como dou conta a V. Mag.^e por outra carta desta via. Proponho a V. Mag.^e para a dita companhia, na forma da ordem que há de V. Mag.^e neste Governo, em pr.^o lugar a Joseph de Moraes Ajudante do numero do Terço do M.^o de campo An-

dre cussaco, de cujo Terço he a mesma companhia. Em seg.^{do} a Manuel Borges Ajudante do numero do Terço do M.^e de campo Pedro Gomes, e em 3.^o a Lazaro Nogueira Ajudante supra numerário do Terço de Andre cussaco: por terem todos, os annos de serviço, é merecimento que os habilita, é constam dos papeis, é proposições, que nas vias do anno passado remety a V. Mag.^e consultando os nas companhias, que entam se achavão nesta praça vagas. E por serem dignos daquella occupação os proponho de novo a V. Mag.^e. A Real Pessoa de V. Mag.^e guarde N.^o Snor, como seus vassallos havemos mister. Bahia, e Julho 14 de 1692.

An.^{to} Luis... de Cam.^{ra} Coutt^o

(Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Docs. Avulsos da Bahia de 1693)

* * *

O Prov.^{or} da fazenda real da Praça de Santos informa na representação da Camr.^a daquella v.^a em q̄ pertende se lhe mande hum Medico p.^a curar aquelles moradores e aos Sold.^{os}

Como parece

Lix.^a occ.^{al}

14 de 8br.^o de

1733. Rey.^o

Os officiaes da Camera da v.^a e Praça de Santos em carta de 12 de Agosto do anno de 1730 expuzerão a V. Mag.^{de} a grande penuria que aquelle Povo tem sem a assistencia de Medico p.^a que possa curar aos enfermos da d.^a villa, e mais circunvezinhas e hum Prezidio q̄. V. Mag.^{de} nella tem e pobres do hospital da Mizericordia, que com a falta delle se augmentão as doenças, e enfermidades que por não haver q.^m aplique remedios ao dezemparo se morre, não havendo mais q̄ hunsurgiões, que não são peritos nem experimentados, e por sua impiricia se padescem callmind.^{es} nas doenças sem remedio, e como a d.^a camera seja pobre, que não tem emmollum.^{tos}; poes os q̄ tinham erão os subcidios das bebidas q̄ v. Mag.^{de} foy servido mandar recolher à fazenda real, por cuja cauza não pode constituir partido, sendo que o curativo da v.^a era mt.^o suficiente p.^a o seo allimento e mais villas vizinhas, e como V. Mag.^{de} na univercid.^e de Coimbra esteja concorrendo p.^a Medicos q̄ se formão com a obrigação de hirem p.^a onde seja necessr.^o, suplicavão este remedio na protecção de V. Mg.^{de}.

E dando se vista ao Procurador da Coroa respondeo que esta v.^a não concorreria como as do Rn.^o para o Limitado partido dos Medi-

cos, que vão estudar â unversid.^o; e não havia razão p.^a obrigar aos que se formão nella a hir curar em parte tão remota, e poderia V. Mag.^{de} sendo servido dos subsidios dar certa porção ao Medico, q̄ for a ella rezidir e curar.

E ordenandose por Provizão de 18 de Julho de 1731 ao Prov.^{or} da faz.^a real da d.^a Praça de Santos informasse com seo parecer declarando que rendim.^{to} tem aquella Camr.^a; e que subsidios se lhe tirarão p.^a a faz.^a real, e a sua importancia, satisfez em carta de sinco de Ag.^o do anno pasado dizendo q. tudo quanto a Camr.^a expunha era verd.^e; e no q̄ respeitava ao subsidio das bebidas fora hũa impozição que se lançara a aquella v.^a para o dotte da Serenissima Snra Raynh.^a da Grão Bertanha que satisfeito o lançam^{to}; ficara a Camera continuando com a sua cobrança, e pella má conta que derão da despeza deste dr.^o; fora V. Mag.^{de} servido mandallo incorporar na faz.^a real, e rende cada anno seiscentos mil rs. com pouca differença.

E dando se vista ao Procurador da fazenda respondeo q̄. lhe parecia o mesmo q̄ ja dicera o Procurador da Coroa.

Ao Conc.^o; parece o mesmo q̄ aos Procuradores da faz. e Coroa p.^a que V Mg.^o seja servido ordenar se dem cem mil rs. de ordenado a hum Medico com obrigação de curar os Sold.^{os} daquella Praça. Lix.^a occid.^a 25 de Ag.^o de 1733, "Abreu, Souza, varges, Galvão.

(A.H.U. — Cód. nº 239 — fl. 47).

* * *

Snor

O Doutor Manoel de Mattos Viveyros fisico mor da cidade da Bahia, fes petição a Vmg.^{de} por este Concelho em que diz que elle se acha hoje veuvo cõ três filhaz, e pellas não criar em sua casa, na consideração de que pellas suas occupações não terião toda aquella educação necessaria, as recolheo por educandas no Convento de Sancta Clara, da ditta Cidade, com tenção de que húa dellas, seja Rellegioza para amparo das outras que são muito crianças, segurando por este meyo os receyos de que lhe puderia faltar, e ficarem sem aquelle comodo neçessario, exprimentando os desabrigos, e ainda outras disgracas que costumão acontecer as que não estão na clauzura, e porque não pode conceguir este seu dezejo a respeito de estar completo o numero das Rellegiozas, que he da lotação de sincoenta, e neste caso Vmg.^{de}, por sua grandeza houve por bem de dispençar com algũas pessoas para que pudessem entrar suas filhas nos lugares que fossem vagando, o que o supp.^{te} não desmereçe, e mayormente estando já sua filha por educanda, e elle tão benemerito no serviço de VMg.^{de} pello grande zello com que se tem havido nas occasiões das doenças que houve na-

quella cidade acudindo incessavelmente a cura de todos, e aos pobres com grande desinteresse, e da mesma maneyra aos Soldados no Hospital, devendosse à sua dilligência çiência, e acerto com que applicava os medicamentos, no conhecimento de graves doenças, evadirem muitos a morte, e para que animado da honra de Vmg.^{de} possa com melhor vontade empregarse na cura de seus vassallos, livrando o do cuidado que lhe ocasiona o de suas filhas.

P. a VMg.^{de} lhe faça merçe mandar passar Provisão para que sua filha Maria de Santa Roza, entre em hum dos lugares que vagarem no mesmo Convento; ou para que possa conçequir melhor o seu intento, que Vmg.^{de} lhe conçeda de que possa, entrar em hum supernumerario.

Com esta petição apresentou documen.^{to} porque consta fazer Vmg.^{de} mercê a gaspar Pacheco e Contreiras, para que tendo Breve sua filha Dona Cosma para ser educanda no Convento da Bahia; se ordenasse ao Arcebispo permitisse q̄ entrasse no Convento, sendo obrigado seu Pay ao seu sustento. Com declaração que a sua intrancia em lugar do numero, havia de ter effeito depois que o tivessem as que tinhão merçes de Vmg.^{de} mais antigas.

Ao Conc.^o parece q̄ na conçideração das resões que representa o Doutor Manoel de Mattos Viveyros, sendo çerto quanto ensinua em sua petição, é de grande prestimo a sua pessoa na B.^a, obrando na cura de seus moradores, com grande oppinião da sua çiência, tendo hua geral açeitação de todos, havendosse com os pobres, e miseraveys com desinteresse, como he notorio, fazendosse por este respeito digno da mayor atenção; euqe Vmg.^{de} deve ser servido, de q̄ tendo sua filha Breve de Nunçio para ser educanda, se ordene ao Arcebispo q̄ a deixe estar no Convento, e entrar em lugar do numero; declarandose que a sua intrancia nelle hade ter effeito depois que o tiverem as que tem merçes de Vmg.^{de} mais antigas e q̄ será obrigada a sustentala; visto os inconvenientes que occorrem, a se conçeder o lugar supernumerario que pede, de que não há exemplo; Lizboa 4 de Março de 1694

O Conde de Alvor
João de Sepulveda E Mattos
Bernardim Freire de Andrada
Joseph. de F.^{tas} Serrão

(Resolução régia):

Como parece Lx.^a 9 de m.^{co} de 694. E o Cons.^o mo não consultara nem tomara pitição em q̄ se pesa suprim.^{to} p.^a lugar supernumerario.

(Rubrica do Rei D. Pedro II).

(Arquivo Histórico Ultramarino — Bahia, papeis avulsos, 1694).

Snor

Diz o Ld^o Gaspar gomez da costa mediquo no Rio de Janr^o que elle fez petição a V.Mag.^{de} p.^a haver por seu serviço q̄ fosse mediquo sem soldo dos soldados do prezidio q̄ estão na d. Cidade sobre q̄ precederão as dilig.^{as} necessarias, E porque constou de sua suficiencia, E dandosse desp^o neste Conselho, plo qual Vmag.^{de} assym o ouve por bem, E que p.^a isso se lhe passasse sua Provizão, dezappareceo o d. desp^o de que está lembrado o Secretario Afonso de Barros de caminho, de cuja secretaria dezappareceo.

P. a Vm.g.^{de} com informação sua lhe fassa mr. mandar lhe Reformar o d. despacho, e na conformidade delle passarlhe Provizão per vias, visto o q̄ allega E R M.

Despacho do Conselho da Fazenda: Informe o fiziquo Mor en Lxa. 7 de 9^{bro} 1637. (Com 4 rubricas de ministros do referido Conselho).

Informação do Físico-mor: Já informei a VMagde sobre o supplicante ser merecedor do que pede em sua petição V. Mag.^{de} mandara o que lhe parecer g^{de} ds Lx^a 17 de Novembro de 634 (sic).

Simão (.....) da Costa

Despacho do Cons^o da Fazenda: Aja' vista o pr^{dor} da fz.^a em Lxa. 18 de 9^{bro} 1637. (Com 4 rubricas de ministros do referido Conselho).

Informação do Procurador da Fazenda: Deve declarar Afonso de Barros caminha o teor da provisão q̄ desapareseo lx.^a 19. n.^{ro} 637.

(Com uma rubrica).

Despacho do Conselho da Fazenda:

Afonso de Barros caminha satisfasa a o que aponta o pr.^{dor} da faz.^a de S Mg.^{de} Lx.^a 27 de Jan^o 638.

(Com 3 rubricas de ministros do referido Conselho).

Informação do Secretário do Conselho da Fazenda:

Fazendo o supp.^{te} petição neste conselho com hua Certidão de sua suficiencia em que pedia lhe fissesse Smg.^e merce do cargo de medico do prezidio do Rio de Janeiro lhe deferio o conselho que se lhe passasse provisão com declaração que curaria sem haver soldo nem ordenado de medico segundo minha lembrança, porem não se chegou a tirar provisão por se não acharem os papeis Lx.^a 4 de fev^{ro} de 638.

Afonso de Barros caminha

Despacho do Conselho da Fazenda

Aja vista do que acreseo o pr.^{dor} da faz.^a de SMg.^{de} Lx.^a 5 de fr. 638. (Com 3 rubricas de ministros do Conselho da Fazenda).

Informação do Procurador da Fazenda:

q̄ se lhe de o mesmo despacho E forma do p.^{ro} q̄ estava dado Lx^a 6 d'fr. 638.

(Com uma rubrica).

Despacho do Conselho da Fazenda

fasese carta p^a informar o g.^{or} do Ryo de jan.^{ro} das p^{tes} suficiencia do supp^{te} Lxa. 6 de fr. 638.

(Com 3 rubricas de ministros do referido Conselho).

Snor

Diz o supp^{te} que a M. q̄ pede hé só Reformação da proviçõ, q̄ VMg^{de} lhe fes merce mandar passsar, que se não chegou a tirar por desaparecê os papeis como tem Informado o secretario a fõngo de bairros Caminha sobre que tornou o fizico mor deste Reino a informar com vistas ao procurador da fazenda, q̄ não teve duvida a q̄ se reformasse na forma do primeiro despacho q̄ se avia dado, com o q̄. parece escuzarsse a informação do Rio de Janeiro acerca da sufficiencia do supp^{te} poys De. sa consta pella informação do dito fizico mor, E Constava também da primeira, q̄ deu, E em o supp^{te} se offerer ser medico do Presidio na dita capitania sem soldo he serviço q̄ faz a V Mag.^{de} com q̄ Espera merecer, faserlhe V Mag.^{de} algũ hora e dilatarssse m.^{to} tempo se se ouver esperar informação do dito governador pellos muitos Riscos, q̄ ha no mar, pello q̄ V Mag.^{de} a deve aver por escuza, mandandolhe reformar o dito primeiro despacho, E passarselhe sua provizão E. R. M.

Despacho do Cons^o da Fazenda: vze do despacho q̄ ten lxa. a 20 de m^{co} 1638.

(Com 3 rubricas de ministros do dito Cons^o)

(A.H.C. — R. Janeiro, papeis avulsos, 1637).

Relatório de 1950

Senhores consócios:

Em cumprimento ao dispositivo constante do artigo 19, letra e dos nossos Estatutos, cabe-nos hoje apresentar aos prezados consócios o relatório dos principais fatos ocorridos no ano social de 1950. Esta exposição do nosso movimento associativo deveria ser feita pelo nosso antecessor, o saudoso presidente perpétuo Dr. José Carlos Maria Tôrres de Oliveira, sob cuja direção, dedicada e competente, se efetuaram os trabalhos referidos, exatamente até um mês antes da terminação das nossas atividades do ano transato.

O Instituto prestou grandes e merecidas homenagens ao Dr. José Carlos Maria Tôrres de Oliveira falecido no dia 1.º de outubro. Presidente perpétuo e sócio emérito, o Dr. Tôrres de Oliveira prestou, durante duas décadas, os mais devotados serviços ao nosso sodalício.

Permanece ainda bem viva a memória da sessão solene de 21 de outubro, em que o nosso orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, pronunciou o elogio fúnebre do presidente Tôrres de Oliveira, pondo em relêvo sua personalidade e os beneméritos serviços prestados à nossa agremiação e ao meio cultural de São Paulo.

No próprio dia 1.º de outubro assumiu a direção da casa o primeiro vice-presidente, Dr. Ernesto de Sousa Campos, tomando as providências que se faziam necessárias naquela ocasião. Convocamos, para esse fim, a diretoria, o que fizemos também em outras oportunidades, a fim de resolver problemas prementes e importantes, não obstante achar-se a instituição em período de férias.

Em 7 de outubro efetuaram-se as eleições para a nova diretoria destinada ao triênio de 25 de janeiro de 1951 até 25 de janeiro de 1954, como é do conhecimento de todos. Foram eleitos os seguintes consócios:

- Presidente — Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos
 1.º Vice-Presidente — Dr. Frederico de Barros Brotero
 2.º Vice-Presidente — Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura
 3.º Vice-Presidente — Dr. Carlos da Silveira
 1.º Secretário — Coronel Luís Tenório de Brito
 2.º Secretário — Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães
 3.º Secretário — Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
 4.º Secretário — Prof. Alfredo Gomes
 1.º Orador — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
 2.º Orador — Dr. Aureliano Leite
 1.º Tesoureiro — Prof. Dácio Pires Correia
 2.º Tesoureiro — Tomás Oscar Marcondes de Sousa

Esta diretoria tomará posse hoje dia 10 de janeiro, data fixada em conformidade com os nossos Estatutos.

Esta é ocasião para agradecermos aos eminentes confrades a honrosa confiança, e também a oportunidade para reafirmar nosso intuito de envidar os maiores esforços no exercício dos cargos.

I — *Triênio de 25 de janeiro de 1948 a 10 de janeiro de 1951.*

A diretoria que termina seu mandato no dia da abertura oficial das nossas atividades, no presente ano de 1951, foi eleita em outubro de 1947 e empossada em 25 de janeiro de 1948.

No triênio decorrido, o funcionamento do Instituto decorreu normalmente como se pode verificar pelas atas redigidas e regularmente aprovadas.

OS TRABALHOS

Numerosos foram os trabalhos com que os consócios ilustraram os mais diversos aspectos da nossa história, esclarecendo e esmiuçando assuntos e questões da maior relevância científica e literária. Honraram, destarte, a instituição que é uma das mais altas expressões da cultura paulista. Em suma, as nossas tertúlias e conferências versaram sobre os seguintes temas:

25 de janeiro: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “Quem fundou São Paulo?”

4 de fevereiro: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “Relíquias de Anchieta”.

4 de março: Major Arrisson de Sousa Ferraz — “Ligeiras informações do Velho Mundo”.

18 de março: D. Miriam Elis — “Senador Alfredo Elis”.

1.º de abril: Dr. José da Costa e Silva Sobrinho — “Alexandre Gusmão e o tratado de Tordesilhas”.

22 de abril: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “Centenário do nascimento de Ezequiel Freire”.

6 de maio: Prof. Tito Lívio Ferreira — “Bernardo de Vasconcelos”.

3 de junho: Dr. José Antero Pereira Júnior — “João Casper Branner”.

5 de agosto: Prof. Afonso de E. Taunay — “Grandjean de Montigny”.

5 de agosto: Alfredo Gomes — “General Cândido Rodrigues”.

12 de agosto: Anselmo Borgonovo — “San Martin”.

19 de agosto: Prof. Ernesto de Sousa Campos — “Prof. Alexandre Rodrigues Ferreira.”

19 de agosto: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “IV Centenário da obra de Hans Staden”.

2 de setembro: Dr. José Ferreira Carrato — “Proposição sobre conjuntura histórico-social brasileira”.

7 de outubro: Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura — “Relatório relativo à data da fundação de São Paulo, à vista do documento encontrado no Convento do Carmo, de Santos, por Frei Timóteo van den Broeck, do qual fazem parte também os consócios José Pedro Leite Cordeiro e Tomás Oscar Marcondes de Sousa”.

7 de outubro: Monsenhor Paulo Florêncio de Camargo — “Padre Júlio Maria”.

7 de outubro: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “Ernesto Guilherme Young”.

7 de outubro: Prof. Ernesto de Sousa Campos — “José Ferraz de Almeida Júnior”.

2 de dezembro: Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota — “Traços sobre a personalidade do Cardeal Arcoverde”.

2 de dezembro: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — “Discurso na Recepção do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota”.

19 de dezembro: Dr. Davi Carneiro — “O Morgado de Mateus e o Paraná”.

AS SESSÕES

Eis a estatística das sessões realizadas :

1 — Ordinárias	9
2 — Extraordinárias	6
3 — Solenes	2
4 — Magna	1
5 — Assembléias gerais extraordinárias	2
6 — Da diretoria	3

A REVISTA

Não obstante as dificuldades financeiras que sempre assoberbaram organizações de gênero puramente espiritual como a nossa, foi publicado o número XLV da Revista, correspondente ao ano de 1945.

Graças aos esforços despendidos pelo nosso consócio, hoje benemérito, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, obteve o Instituto um auxílio da municipalidade de São Paulo, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para edição da Revista.

Tal publicação onde se registam as atividades do Instituto, vem assim vencendo o retardamento em que se achava. E é justo acentuar que a Comissão da Revista se tem desvelado na apresentação dos volumes, que sem ser luxuosa é, entretanto, bem figurada e estética.

MOVIMENTO EXTERNO

Além dessa ajuda financeira, ainda recebeu o Instituto a soma de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), recolhida a seus cofres para despesas de manutenção. Foi auxílio do governo estadual.

Coube ao nosso grêmio, no ano de 1949, promover os meios para representação em dois grandes certames de caráter especializado, durante o Quarto Centenário de fundação da cidade do Salvador, no Estado da Bahia e no Quarto Congresso de História Nacional efetuado, na Capital da República, em 1949.

Neste último Congresso, o Instituto compareceu com excelente e considerável número de trabalhos, tomando os nossos associados acentuada participação no certame em posição de presidência de seção e nos debates seccionais e plenários. Houve, assim, perfeita demonstração da nossa vitalidade social.

NOVA SEDE

Processaram-se, também, os primeiros passos para obtenção de um empréstimo da Caixa Econômica Federal de São Paulo para construção da nova sede, efetuados os estudos primordiais para o projeto do futuro edifício.

OS NOVOS SÓCIOS

São estes os sócios aceitos durante o ano de 1950, distribuídos nas diversas categorias:

Efetivos:

- 1 — Fausto Ribeiro de Barros.
- 2 — René de Oliveira Barbosa.
- 3 — Valdemar Pio dos Santos.
- 4 — Sílvio Correia de Andrade.
- 5 — José Maria Benevides de Rezende.
- 6 — Francisco Teive de Almeida Magalhães.
- 7 — Mário Botelho de Miranda.
- 8 — Arnaldo Arantes.
- 9 — Edmundo Zenhá.
- 10 — Ambrósio Perera.
- 11 — Nícia Vilela Luz.
- 12 — Francisca Neves Lôbo.
- 13 — Gumercindo de Pádua Fleury.
- 14 — Francisco Ruas Santos.
- 15 — Sólon Borges dos Reis.

Correspondentes:

- 1 — Joaquim de Paula Guimarães.
- 2 — Júlio da Silveira Sudário.
- 3 — Jarbas Sertório de Carvalho.
- 4 — Armando Manuel de Lemos de Matos.
- 5 — Nicola Gianatásio (Arcebispo).
- 6 — Artur Napoleão Figueiredo.
- 7 — Jaime Zuzarte Cortesão.
- 8 — Ordival Cassiano Gomes.
- 9 — Ivolino de Vasconcelos.

Beneméritos:

- 1 — Mário Ottobriini Costa.
- 2 — André Nunes Júnior.
- 3 — Cantídio Nogueira Sampaio.
- 4 — José Pedro Leite Cordeiro.
- 5 — Fábio Prado.
- 6 — José de Moura Rezende.

Honorários:

- 1 — Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota — Cardeal-Arcebispo de São Paulo.
- 2 — Edvard Carmilo.
- 3 — Cristóvão Tôrres de Camargo.

Sócios falecidos:

- 1 — Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.
- 2 — Manuel Hipólito do Rêgo.
- 3 — Antônio Figueira de Almeida.
- 4 — Buenaventura Caviglia Hijo.
- 5 — Mário Sete.
- 6 — Vital Brasil Mineiro da Campanha.
- 7 — Félix Soares de Melo.
- 8 — José Ferreira de Melo Nogueira.
- 9 — Laerte Teixeira de Assunção.
- 10 — José Pires do Rio.
- 11 — João José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira.
- 12 — Manuel Inácio Azevedo do Amaral.
- 13 — José Carlos Maria Dias Tôrres de Oliveira.

BIBLIOTECA

O Instituto aceitou a preciosa colaboração do Sr. Coronel Lúcio Rosales, distinto homem de letras, oficial reformado, o qual, em companhia do Sr. Capitão Joaquim Soares, está fichando os livros da biblioteca, para uma definitiva e eficiente catalogação. Esta colaboração é feita a título gratuito.

QUADRO SOCIAL

O nosso quadro social está assim constituído, na hora presente:

Beneméritos	8	
Eméritos	5	
Honorários	30	
Efetivos	177	— 220
Correspondentes {	no Brasil	84
	no estrangeiro....	24

FUNCIONÁRIOS E AUXILIARES

O Sr. Aristides da Silveira Lôbo, culto, inteligente e dedicado chefe dos serviços de secretaria e biblioteca do Instituto, desde 1938, exonerou-se do cargo, em virtude de sua ativa atuação na imprensa paulistana, que lhe ocupa tôda sua atividade.

O Instituto perdeu, assim, um precioso colaborador.

O Sr. Osvaldo de Sousa, contratado para os serviços da biblioteca, também se exonerou, em consequência de se transferir para o Rio de Janeiro.

Teve, entretanto, o Instituto a boa oportunidade de obter a cooperação do Sr. Antônio Gonçalves de Campos Filho, pessoa muito conhecida em nossos meios culturais e dotada do mais amplo tirocínio em trabalhos da natureza dos que lhe foram confiados no Instituto. Continuam em seus postos os outros auxiliares, Sr. Francisco Paulino de Jesus, admitido em 1926, e Atilio Casadei, em 1938.

UTILIDADE PÚBLICA

O Instituto foi declarado de utilidade pública, o que é um acontecimento de alta importância para a nossa associação.

A INTERINIDADE

Em 1.º de outubro, como já foi exposto, assumiu o Prof. Ernesto de Sousa Campos a vice-presidência em exercício. Dispõem os nossos Estatutos que tal interinidade não pode exceder três meses. Todavia a eleição se processou sete dias mais tarde, e a seguir a investidura efetiva nos cargos para o triênio a ser iniciado a 10 de janeiro.

Com a responsabilidade na direção dos destinos da nossa instituição, temos procurado, apesar do período de férias, dar o necessário impulso aos problemas de maior relevância, tais como o da construção da nova sede e os de preparação para as solenidades comemorativas do Quarto Centenário da Fundação de São Paulo.

Em reuniões da diretoria, a que têm comparecido, como convidados, os sócios eleitos para a futura administração, êstes problemas têm sido tratados com empenho.

Com a colaboração do nosso consócio engenheiro Pérsio Mendes, foram revistos os estudos para o projeto com o objetivo de encontrar a melhor solução técnica e econômica para a nova sede.

Ao mesmo tempo, consultamos a praça de São Paulo especializada no comércio e indústria imobiliária, para verificar as vantagens

da venda da atual sede, para compra de um outro prédio mais confortável ou mesmo de um condomínio capaz de abrigar, com mais largueza, o nosso Instituto.

Contemporaneamente, procedeu-se a uma análise rigorosa das responsabilidades que poderia assumir a nossa instituição, em face da construção por sua própria conta, mediante um empréstimo da Caixa Econômica Federal de São Paulo. Assentados êstes pontos, conforme consta de atas da diretoria, envidamos esforços para obtenção do empréstimo, por meio de memoriais dirigidos às altas autoridades federais relacionadas com a referida Caixa Econômica. A documentação entregue está seguindo a tramitação normal, encontrando-se, agora, na seção de engenharia, estipulando-se o valor de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros — Cr\$ 4.500.000,00.

Tôda a documentação jurídica está já preparada, aguardando-se a ocasião em que seja exigida.

Os novos Estatutos do Instituto não tinham sido registrados, o que está feito, no momento presente, para boa regularidade da nossa vida social.

Houve, também, necessidade de melhorar o nosso mobiliário, mediante reparo de muitas peças que se achavam arruinadas.

Empenhada a nova diretoria em dar andamento aos preliminares destinados a proporcionar conveniente participação do Instituto nas comemorações do Quarto Centenário da Fundação de São Paulo, foi sugerido, com aprovação da diretoria, a fatura de uma obra sobre São Paulo, abrangendo os mais diversos aspectos de natureza física, demográfica, econômica, social, cultural, política, administrativa, etc., por meio de temas, distribuídos a especialistas, sistematizados em temário geral e temário especializado.

Cada tema será considerado em síntese, compreendendo sùmula histórica, evolução e estado atual.

Reunidos os trabalhos em volumes, poderá o nosso sodalício concorrer em 1954, com um repositório de alto valor, em que serão registradas as condições do nosso Estado, no passado e no presente. É a melhor contribuição que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo poderá oferecer na data consagrada de 25 de Janeiro de 1954.

Procurando reunir recursos financeiros para edição da obra, tem a diretoria se esforçado junto à administração estadual e municipal.

Eis, em traços gerais, quanto tem ocorrido no extinto ano social, sendo de esperar que, no próximo triênio, tenha o Instituto terminado o seu edifício, ajustado a publicação da sua revista e editado a obra sobre São Paulo, que trará, sem dúvida, um grande benefício ao nosso Estado, como excelente mostra do seu vertiginoso progresso e servirá, ainda, de marco da grandeza a que atingiu o nosso sodalício.

O Instituto foi agraciado pelo Govêrno da União com a medalha Rui Barbosa, entregue pessoalmente pelo Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Assumindo, nesta sessão, os cargos de diretores do nosso sodalicio queremos, agora, tomar o solene compromisso de envidar todos os esforços no sentido de promover o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, instituição do mais alto nível cultural e que ocupa posição do maior relêvo no cenário intelectual do Brasil.

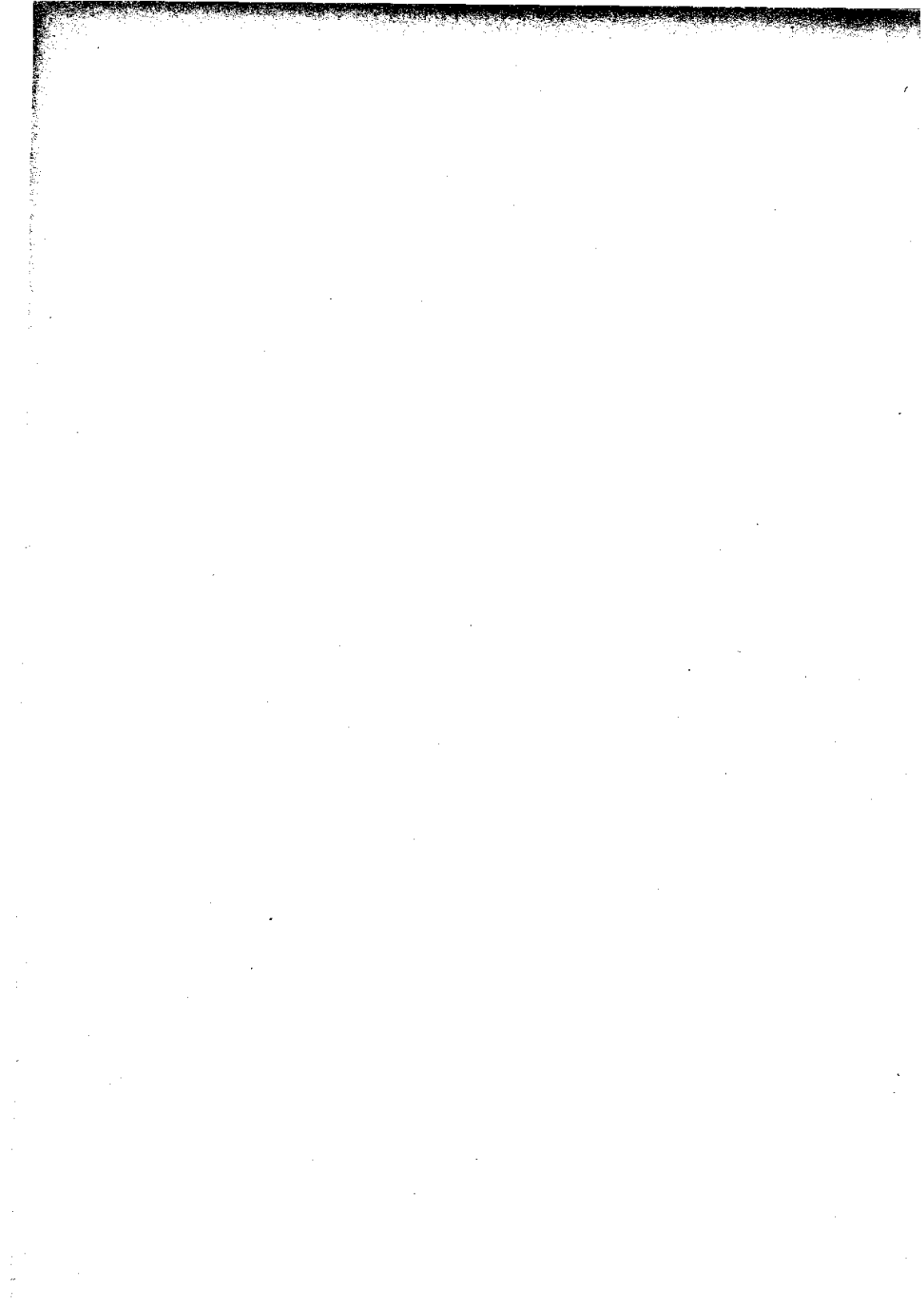
Nossas diretivas mestras serão orientadas para solução de quatro problemas fundamentais: *a construção da nova sede*, a elaboração da *obra sôbre São Paulo*, comemorativa do Quarto Centenário da fundação de São Paulo, *a atualização da Revista* cuja publicação se encontra retardada e *a reforma dos nossos Estatutos*.

Com o auxílio precioso dos nossos egrégios consócios, não temos a menor dúvida sôbre o êxito das realizações que se efetuarão no período administrativo que ora se inicia, sob tão bons auspícios.

Apresentando aos nossos confrades os votos de feliz Ano Novo podemos, sem jactância, dizer como os antigos romanos "albo lapillo notare diem".

São Paulo, 10 de janeiro de 1951.

A DIRETORIA



Relatório de 1951

Exmos. Srs. Consócios:

No cumprimento de disposições estatutárias temos a honra e o prazer de submeter à apreciação dos senhores membros deste venerando sodalício um sucinto relato dos fatos principais ocorridos durante o primeiro ano de gestão da atual Diretoria, empossada, justamente há um ano atrás, isto é, em sessão realizada no dia 25 de janeiro de 1951.

A presidência, entretanto, por força de dispositivo estatutário já vinha desempenhando as funções há mais tempo, pelo motivo do falecimento do nosso preclaro e saudoso presidente perpétuo dr. José Maria Tôrres de Oliveira, situação essa ratificada pela Assembléia de 7 de outubro de 1950, pela qual elegeu a atual Diretoria, assim constituída: Presidente, prof. dr. Ernesto de Sousa Campos; 1.º vice-presidente, dr. Frederico de Barros Brotero; 2.º vice-presidente, dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura; 3.º vice-presidente, dr. Carlos da Silveira; 1.º secretário, Cel. Luís Tenório de Brito; 2.º secretário, dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães; 3.º secretário, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho; 4.º secretário, prof. Alfredo Gomes; 1.º orador, dr. José Pedro Leite Cordeiro; 2.º orador, dr. Aureliano Leite; 1.º tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia e 2.º tesoureiro, prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa. Continua atuando na presidência de honra o grande mestre e sócio emérito professor Afonso de Escragnolle Taunay. O sr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho não tomou posse do cargo.

As atividades desempenhadas pela diretoria, para o cabal desempenho das funções que lhe são atribuídas pela letra do Estatuto social, foram grandes conforme se poderá ajuizar pelo desenvolvimento deste relatório e pela leitura das atas.

MOVIMENTO DA SECRETARIA — O serviço da Secretaria do Instituto vem sendo desempenhado satisfatoriamente pelo sr.

Antônio Gonçalves de Campos Filho, que mereceu, em sessão de 10 do corrente, um voto de louvor, unânimemente aprovado.

O movimento da Secretaria foi o seguinte:

EXPEDIENTE

<i>Recebidos:</i>		<i>Expedidos:</i>	
Ofícios	57	Ofícios	77
Cartas	25	Cartas	55
Memoriais	2	Memoriais	8
Telegramas	2	Telegramas	6
Circulares	8	Circulares	80

BIBLIOTECA — Acha-se investido no cargo de bibliotecário do Instituto o consócio sr. Cel. Lúcio Rosales que vem se empenhando na reforma dos seus catálogos antigos, tendo sido auxiliado na tarefa pela senhorinha Edite Vergueiro e sr. Capitão Joaquim Soares.

Dada, entretanto, a premência da desocupação dos móveis, livros e utensílios que guarneciam a velha sede social, êsse serviço foi interrompido em consequência de transferência para a sede provisória.

Sendo necessária a construção imediata da nova sede social, a diretoria não poupou esforços no sentido de conseguir local para a guarda, sob custódia, dos livros da biblioteca e conseqüente consulta, mas também de alojamento para a diretoria, secretaria, e dependências capazes de facilitar, na medida do possível, a reunião habitual dos consócios.

Graças ao esforço desenvolvido pelo consócio dr. José Pedro Leite Cordeiro, o sr. Prefeito Municipal de São Paulo, também nosso consócio, dr. Armando de Arruda Pereira, por iniciativa do Secretário de Cultura da Prefeitura, dr. Nelson Marcondes do Amaral, facultou excelente abrigo no 9.º pavimento do Edifício São Bento, situado à rua Florêncio de Abreu, 157.

Realizada a mudança ficou õtимальmente instalada a sede provisória nesse local onde já se realizou a primeira sessão do corrente ano.

A medida foi posta em prática por meio de um convênio entre a Prefeitura e o Instituto e mediante contrato bilateral, assinado por ambas as partes. Uma via dêsse documento se encontra em poder da Prefeitura, devidamente registrado no livro competente do Departamento do Expediente e outra via no arquivo do Instituto.

Por êsse instrumento legal obrigou-se a Prefeitura, por intermédio do Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, a receber o acervo de livros pertencentes ao Instituto, alojando-o convenientemente

e organizando devidamente a biblioteca pelos funcionários do Departamento de Cultura, serviço êsse chefiado pela conhecida bibliotecária sra. D. Adelfa Rodrigues de Figueiredo, sem ônus para o Instituto.

Por entendimento verbal havido entre esta presidência e a diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, alguns livros e o estoque das publicações do Instituto foram alojados em dependência do Departamento de Microbiologia daquela Faculdade.

Por acordo havido com o diretor do Museu do Estado, nosso distinto consócio dr. Sérgio Buarque de Holanda, conseguimos guarida, na medida do possível, de parte dos móveis, de propriedade do Instituto.

NOVA SEDE SOCIAL — A aspiração máxima do sodalício tem sido a de construir a nova sede social, terminando-a por ocasião dos festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo.

Na atual diretoria o assunto vem sendo objetivado com perseverança, chegando-se, no momento presente, a uma fase promissora do empreendimento.

Tôdas as "demarches" sôbre o assunto estão minuciosamente esclarecidas nas atas das reuniões da diretoria do Instituto.

Para a realização dêsse empreendimento procurou a Presidência entendimento com a Caixa Econômica Federal em São Paulo, no sentido de obter financiamento para a obra.

É certo que essa entidade federal não fugiu ao nosso reclamo; entretanto, diga-se de passagem, tantos contratemplos burocráticos se nos antolharam que nos desfalece, por vêzes, o ânimo de continuar a tarefa. Mas, todos os obstáculos vão sendo transpostos com coragem e pertinácia. Atualmente o Instituto está no limiar da conclusão das imposições apresentadas pela Caixa Econômica, restando apenas autorizar esta o pagamento das quotas contratuais estabelecidas.

A transação final será, porém, efetuada, depois de aprovadas pela Prefeitura as plantas do novo prédio, o que foi diligenciado pela firma construtora Celbe & Cia. Ltda.

A Assembléa Geral, extraordinária, realizada em 2a. convocação em 5 de maio de 1951, atendendo às exigências da Caixa Econômica Federal de São Paulo a fim de que possa o Instituto realizar o empréstimo de Cr\$ 4.500.000,00 para a construção de sua nova sede social, autorizou amplos poderes ao seu atual presidente, prof. dr. Ernesto de Sousa Campos, para contrair o referido empréstimo, nos termos das condições e exigências daquela instituição federal. Essa ata, depois de devidamente registrada, foi anexada ao processo da Caixa Econômica, referente ao assunto.

Como dissemos, a diretoria do Instituto, depois de auscultar a opinião dos demais sócios, deliberou aceitar o plano apresentado pela

firma Celbe & Cia. Ltda. que reúne as condições favoráveis, não só as de molde estrutural mas também moral e financeira.

Em linhas gerais, é o seguinte o plano apresentado e accito pelo sodalício:

O edifício a ser construído, de acôrdo com o respectivo projeto, compreenderá 8 pavimentos, assim distribuídos: a) sub-solo; b) térreo, destinado a loja e entrada do prédio; c) 1.º andar; andar intermediário e 2.º andar destinados à sede do Instituto; d) pavimentos restantes, destinados à renda.

Obriga-se ainda a firma construtora a executar as fundações e os pilares de estrutura de concreto armado com resistência para suportarem mais pavimentos, até alcançar 11, o máximo permitido no local.

Tais serviços, de acôrdo com este contrato, serão executados pelo preço global de Cr\$ 4.492.500,00.

AUXÍLIOS FINANCEIROS — O Instituto recebeu do Governo do Estado, em abril do ano passado, a importância de Cr\$ 100.000,00, a qual foi depositada em duas parcelas iguais, respectivamente, nas Caixas Econômicas Federal e Estadual. Foram preferidas essas entidades, pelo motivo de proporcionarem maiores juros que os bancos. Esse auxílio consta dos assentamentos dos livros do sr. Tesoureiro, assim também as demais quantias recebidas e pertencentes ao Instituto.

No corrente exercício vem recebendo parceladamente, em duodécimos, a importância de Cr\$ 100.000,00 dotada no Orçamento do Estado, para este exercício.

Existe, igualmente, em andamento na Câmara Municipal de São Paulo um pedido de auxílio de Cr\$ 100.000,00 o qual ainda não foi aprovado, não obstante as “demarches” empreendidas por este sodalício para a solução do caso.

Digno de apreciação e louvor é o gesto do deputado federal e nosso confrade dr. Antônio Silvio da Cunha Bueno (em cooperação com o nosso eminente Presidente de Honra, dr. Afonso d'Escragnolle Taunay) apresentando à Câmara Federal de Deputados uma proposta concedendo um auxílio de Cr\$ 2.500.000,00 ao Instituto, para as comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo.

O sodalício enviou os seus sinceros agradecimentos àquele parlamentar que recomendou à direção do Instituto articular-se junto ao prof. dr. Joaquim Canuto Mendes de Almeida, também ilustre membro deste sodalício, para tratar do assunto ao que o presidente aqui-seceu.

Em sessão de 15 de setembro do ano passado, o plenário aprovou a inserção em ata dos trabalhos de um voto congratulatório ao

senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, nosso consócio dr. André Nunes Júnior, por ter apresentado um projeto à Câmara, no sentido da Edilidade conceder a quantia de Cruzeiros 2.500.000,00, para auxílio da construção do novo prédio da sede social.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — Sôbre a atual situação financeira do Instituto melhor dirá o nosso esforçado tesoureiro, professor Dácio Pires Correia, que vem, em consecutivas reeleições, desempenhando com acêrto e dedicação o cargo.

SESSÕES REALIZADAS — Desde julho último o Instituto vem realizando duas sessões mensais, à vista da volumosa matéria de expediente apresentada, ordinariamente, às sessões estatutárias.

Daí resultou a aprovação, em sessão de 7 de julho, da sugestão apresentada pela Presidência, da realização de uma sessão extraordinária, mensal, que se realizaria na segunda-quinzena do mês, na qual se cogitaria da eleição de sócios e de assuntos administrativos.

As sessões tem concorrido, com interêsse, apreciável número de sócios que discutem, não raras vêzes com entusiasmo, os trabalhos e sugestões submetidos a debates.

Foram as seguintes as reuniões realizadas durante o ano social:

Sessão solene	1
Sessão magna	1
Assembléia Geral Extraordinária	1
Sessões ordinárias	10
Sessões extraordinárias	5

O número de reuniões foi acrescido com outras, realizadas pela Diretoria do Instituto, pela Comissão Organizadora do Livro Comemorativo da Fundação de São Paulo, Comissão Organizadora e Executiva do Congresso de História, também comemorativo do IV Centenário da Fundação de São Paulo.

Discriminando estas reuniões:

a) Reuniões da Diretoria do Instituto	10
b) " " Comissão do Livro Comemorativo..	3
c) " " " Exec. do Cong. de Hist.	3
	16
Total	16

CENTENÁRIOS COMEMORADOS. — NECROLÓGIOS

— Ao preclaro orador oficial do Instituto, nosso consócio dr. José Pedro Leite Cordeiro, é impôsto, pelos Estatutos sociais, fazer uso da palavra nas ocasiões que a isso seja oportuno.

Nessas ocasiões, foi evocada em palavras de saudades e carinho a memória de saudosos confrades falecidos, bem como assinaladas as efemérides centenárias de ilustres personalidades patricias.

Os centenários comemorados pelo Instituto, durante o corrente ano social, foram os seguintes:

Em março, o centenário da personalidade do saudoso patricio e homem de letras, Professor Almeida Nogueira, assim também os de Sílvia Romero e padre Teschauer, ocorridos no mesmo mês.

Em julho, nas comemorações realizadas pelo Instituto Histórico Brasileiro, na comemoração do centenário de Orville Derby foi designado o consócio correspondente do Instituto, no Rio de Janeiro, dr. Virgílio Correia Filho, para representar o sodalício. Igualmente, na sede social foi condignamente reverenciada a memória do ilustre e saudoso cientista, tendo o orador oficial rememorado a sua figura de membro dedicado deste sodalício.

A memória do consócio dr. João Álvares Rubião Júnior foi, igualmente, rememorada pelo orador oficial, que, em outubro, lembrou dois centenários de nascimento: — o do saudoso sócio fundador, Augusto César de Miranda Azevedo e o do escritor patricio Eduardo Prado, também nosso consócio.

NECROLÓGIOS — Durante o ano perdemos vários ilustres consócios, todos merecendo do Instituto o seu preito de saudade. O orador oficial fez o elogio histórico desses nossos companheiros.

Eis a relação cronológica dos sócios desaparecidos: — Gastão Vidigal; Carlos de Sousa Nazareth; Vitor da Silva Freire; Dago-berito Sales; Nereu Rangel Pestana; Otoniel Mota; Alcebiades Delamare Nogueira da Gama; Clodomiro Pereira da Silva; Ciro Onesimo Maria Mondin; Renato Pais de Barros e Edmundo Krug.

ESTATUTOS SOCIAIS — O vigente Estatuto social, reformado e aprovado em Assembléia realizada no dia 5 de abril de 1948, não foi devidamente registrado na ocasião oportuna. Tal medida foi executada na vigência da atual administração, por ocasião das exigências protocolares reclamadas pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, para a concessão do empréstimo necessário à construção da nova sede social.

Esse diploma, entretanto, não satisfaz às aspirações do sodalício, pelo que se cogita de reformá-lo, sob preceitos jurídicos e de acôrdo

com a evolução da nossa vida social, a fim de que possa, na medida do possível, realizar os anseios da agremiação.

Foi então constituída uma comissão formada dos três vice-presidentes drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Américo de Moura e do sócio Amador Bueno Machado Florence, para preparar o ante-projeto.

Este último elaborou amplo ante-projeto, depois reduzido ao essencial exigido por lei, ficando o restante para ulterior composição do Regulamento. Este plano, com pequenas emendas sugeridas em sessão de 10 do corrente, foi mimeografado para ciência dos nossos consócios, antes de ser apresentado aos debates e votação em Assembléia geral que para tal fim será logo convocada.

QUADRO SOCIAL — As diversas categorias do quadro social foram enriquecidas com a eleição de novos sócios de quem o Instituto aguarda a valiosa cooperação, com as luzes dos seus conhecimentos.

A inclusão dos novos socios é a seguinte:

Tomás Oscar Marcondes de Sousa, transferido para a categoria de sócio emérito.

Honorários: — Profs. Manuel Lopes d'Almeida; Maximino Correia; João Pereira Dias; Eduardo Correia (todos de Portugal) e dr. Fernando de Almeida Nobre (São Paulo).

Para a categoria de sócios efetivos foram eleitos: Prof. Fidelino Figueiredo; dr. Edmur de Aguiar Whitaker; dr. Pedro Rodovalho Marcondes Chaves; sr. Eduardo Fernandez y Gonzales; Prof.^a Nice Lecocq Müller; dr. Geraldo Magela Cardoso de Melo; prof. Astor França Azevedo; prof.^a Miriam Elis; dr. Mário Botelho de Miranda; dr. Ulisses Guimarães; dr. Carlos Penteado de Rezende; dr. Hilário Freire; Farmac. Raul Votta; prof. Antônio Rocha Penteado e Cel. Lúcio Rosales.

Para a categoria de sócios correspondentes, ingressaram: — dr. Joaquim Tomás de Paiva, (Rio de Janeiro), dr. Joffre Martins Veiga (Recife), dr. Fortuné Koller (Bruxelas); Príncipe General De Ligny Luxemburgo, (França); prof. Dante Alighieri Vita, (Mogi Mirim) e sr. Gabriel Totti (Uberaba).

Resumindo:

Emérito	1
Honorários	5
Efetivos	15
Correspondentes nacionais ..	4
" estrangeiros	2

CONGRESSO DE HISTÓRIA — Outro cometimento digno de realce nos fastos do nosso sodalício é a sua participação nos festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, a realizar-se nesta Capital em 1954.

Em sessão de 6 de outubro do ano passado o dr. José Pedro Leite Cordeiro comunicou o Planejamento da Comissão Municipal de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, sendo, nessa ocasião, apresentadas as sugestões para a consideração da Comissão Municipal e o programa para as festividades da efeméride. Ressaltou que, um dos seus tópicos providencia a realização de um congresso de História, comemorativo do IV Centenário de São Paulo, sob os auspícios do Instituto Histórico Brasileiro e Instituto Histórico de São Paulo.

Por se tratar de comemoração de caráter técnico e especializado, a subcomissão de História sugeriu se organizassem as Comissões de Honra e Organizadora e Executiva do conclave, o que se fez, e na qual figuram vultos de inegável projeção cultural e social paulista.

Em consecutivas reuniões realizadas, a Comissão Executiva tem já apreciável messe de trabalho executado, tais como a elaboração do Regimento do Congresso e respectivo temário constante de cerca de 130 itens.

A Comissão Organizadora e Executiva do conclave é a seguinte:

Comissão de Honra: — Dr. Washington Luís Pereira de Sousa; Prof. Afonso d'Escagnolle Taunay; Embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares.

Comissão Organizadora e Executiva: Presidente: Prof. dr. Ernesto de Sousa Campos; Dr. Frederico de Barros Brotero; Prof. Américo de Moura; Prof. Carlos da Silveira; Coronel Luís Tenório de Brito; Prof. Tito Lívio Ferreira; Prof. José Pedro Leite Cordeiro; Tomás Oscar Marcondes de Sousa; Prof. Sérgio Buarque de Holanda; Prof. Alfredo Elis Júnior; Dr. Álvaro da Veiga Coimbra.

Essa Comissão realizou, até o presente, várias reuniões, nas quais foram ventilados assuntos de interesse, e já tendo elaborado o regimento e o Temário do conclave cuja denominação será: "Congresso de História Comemorativo do IV Centenário da Fundação de São Paulo".

LIVRO COMEMORATIVO DO IV CENTENÁRIO — Nure o sodalício a esperança de editar, por ocasião dos festejos do IV Centenário de São Paulo, um livro contendo temas sobre a história de São Paulo, e no qual colaborarão, não só membros do Instituto, mas outras individualidades de valor que se não esquivarão de aderir ao patriótico movimento.

Para o cometimento da empresa a Comissão elaborou um programa, no qual estão seriados diversos temas focalizando assuntos sobre vários aspectos, tais como: históricos, geográficos, sociológicos, artísticos, religiosos, etc.

TRABALHOS APRESENTADOS E DISCUTIDOS EM PLENÁRIO — Serão, oportunamente, enfeixados em volume da "Revista" os trabalhos apresentados e discutidos em plenário, durante o ano. Em resumo são os seguintes: Dr. José Pedro Leite Cordeiro — "Onde pairam os restos mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva?"

Ernesto de Sousa Campos — apresentou dois trabalhos, um sobre "Universidades" outro intitulado "Subsídio para a história de Itu e Sorocaba".

Aroldo Azevedo — proferiu uma conferência intitulada "A Cidade de São Luís do Maranhão". No decorrer da explanação fez comentários acerca da topografia da ilha onde assenta a cidade de São Luís do Maranhão e fez paralelos com demais cidades idênticas, particularizando suas características topográficas.

J. Alberto J. Robbe — pronunciou uma palestra sobre o tema "A Bandeira de Nicolau Barreto, 1602-1604". Expõe a tese esposada pelo eminente sábio norte-americano e saudoso consócio Orville Derby, referente à identificação do Paracatu e exploração do antigo território castelhano do Guairá e explorações em terras paraguaias e bolivianas.

Américo Neto do Rêgo Cavalcanti — falou acerca do "Início da era rodoviária no Brasil".

Tito Lívio Ferreira — apresentou uma bem documentada colaboração referente a "Fundadores e povoadores do Jau", por ocasião da comemoração do centenário do nascimento de Joaquim Ferreira do Amaral.

Ernesto de Sousa Campos — Referindo-se à sua viagem empreendida à República do Peru, como representante da Faculdade de Medicina da nossa Universidade nas comemorações da passagem de mais um centenário da Universidade de São Marcos, dissertou salientando o progresso cultural, científico, artístico e social do povo peruano.

José Ribeiro de Araújo Filho — pronunciou uma palestra sobre "A baixada do rio Itanhaém".

Nice Lecocq Müller tomando por tema "Universidade de Oxford" expôs o assunto com exibição de vistas das localidades visitadas.

O dr. Félix Guisard Filho, sócio correspondente, dissertou sobre "Carlos Pedroso da Silveira, protagonista do ouro no Brasil".

O orador ocupou-se da personalidade do grande brasileiro, referiu-se à sua agitada vida no desempenho do cargo de Inspetor do ouro

no Brasil, descrevendo a grande trajetória dos fatos desenrolados, até à ocasião do seu trágico desaparecimento.

O confrade René de Oliveira Barbosa discorreu acêrca do tema "O ensino normal em São Paulo". O autor focalizou o assunto desde os primórdios, tratando da atuação do Padre Feijó, em 1835, para a criação de uma Escola Normal em São Paulo. Citou outras datas, 1843, 1874 e 1876, referindo-se a vultos que muito cooperaram para a organização do ensino normal entre nós.

O prof. João Dias da Silveira pronunciou uma palestra sôbre o tema "Discussão do conceito de clima tropical" ilustrando-a com a projeção de esquemas sôbre o assunto.

O consócio Dr. J. Alberto J. Robbe falou acêrca de "Santos Dumont. A propósito do prêmio Deustsch". O A. descreveu a vida do grande cientista patricio, ilustrando a palestra com projeções. O orador dividiu o trabalho em duas partes sendo a segunda parte apresentada no dia em que se comemorava o cinquentenário dos feitos do genial inventor. Em homenagem à data o dr. Robbe organizou, no andar térreo do prédio do Instituto, uma exposição iconográfica, na qual, em várias estampas e fotografias seriadas cronologicamente, ilustrou o tema.

REPRESENTAÇÕES — Seguindo praxes protocolares estabelecidas, o Instituto não se descuidou do dever de se fazer representar por ocasião de cerimônias de posse de autoridades federais, estaduais ou municipais, assim também nos enterros de pessoas que foram ligadas ao Instituto.

HOMENAGEM — O sodalício desejando associar-se às homenagens prestadas à veneranda consócia D. Maria Pais de Barros, por ocasião da passagem do seu 100.º natalício, registrou em ata a efeméride e designou uma comissão para visitar a ilustre aniversariante.

A convite da Prefeitura de São Paulo o nosso emérito presidente de honra, dr. Afonso de Taunay, aceitou a incumbência de continuar a obra da sua iniciativa sôbre "História de São Paulo", no período da Independência aos primeiros anos da República".

O Instituto recebeu comunicação da "Tertúlia Acadêmica" sôbre a visita de uma Embaixada da Universidade de Coimbra, sob a presidência do seu Magnífico Reitor, prof. Maximino Correia e integrada por professores e alunos daquela instituição cultural. A presidência tomou parte em quase tôdas as homenagens que foram prestadas à nobre comitiva; o Presidente do Instituto nesse propósito entreteve em um jantar íntimo alguns membros da missão cultural — reitor, professores e discentes. O sodalício realizou uma sessão ex-

traordinária a fim de homenagear os eminentes visitantes. O Instituto nessa ocasião recebeu na categoria de sócios honorários, os senhores Maximino Correia, Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra e os prof. Manuel d'Almeida, professor de História e diretor da Faculdade de Letras da referida Universidade; Eduardo Correia, catedrático da Faculdade de Direito e João Pereira Dias, da Faculdade de Ciências.

Convém salientar ser a primeira vez que se verifica nos fastos da Universidade de Coimbra uma Embaixada presidida pelo seu Magnífico Reitor deixar a lusa terra em visita aos seus irmãos de idioma d'além mar, em missão de estreitamento de relações culturais. Para perpetuar, na vida da cidade nobreguense, a passagem de tão dignos representantes da Universidade de Coimbra foi aprovada em plenário uma proposta conjugada entre o Instituto Histórico e a direção do Plano de Construção da Cidade Universitária no sentido de sugerir à nossa edilidade a denominação de "Praça Universidade de Coimbra" a um logradouro da cidade.

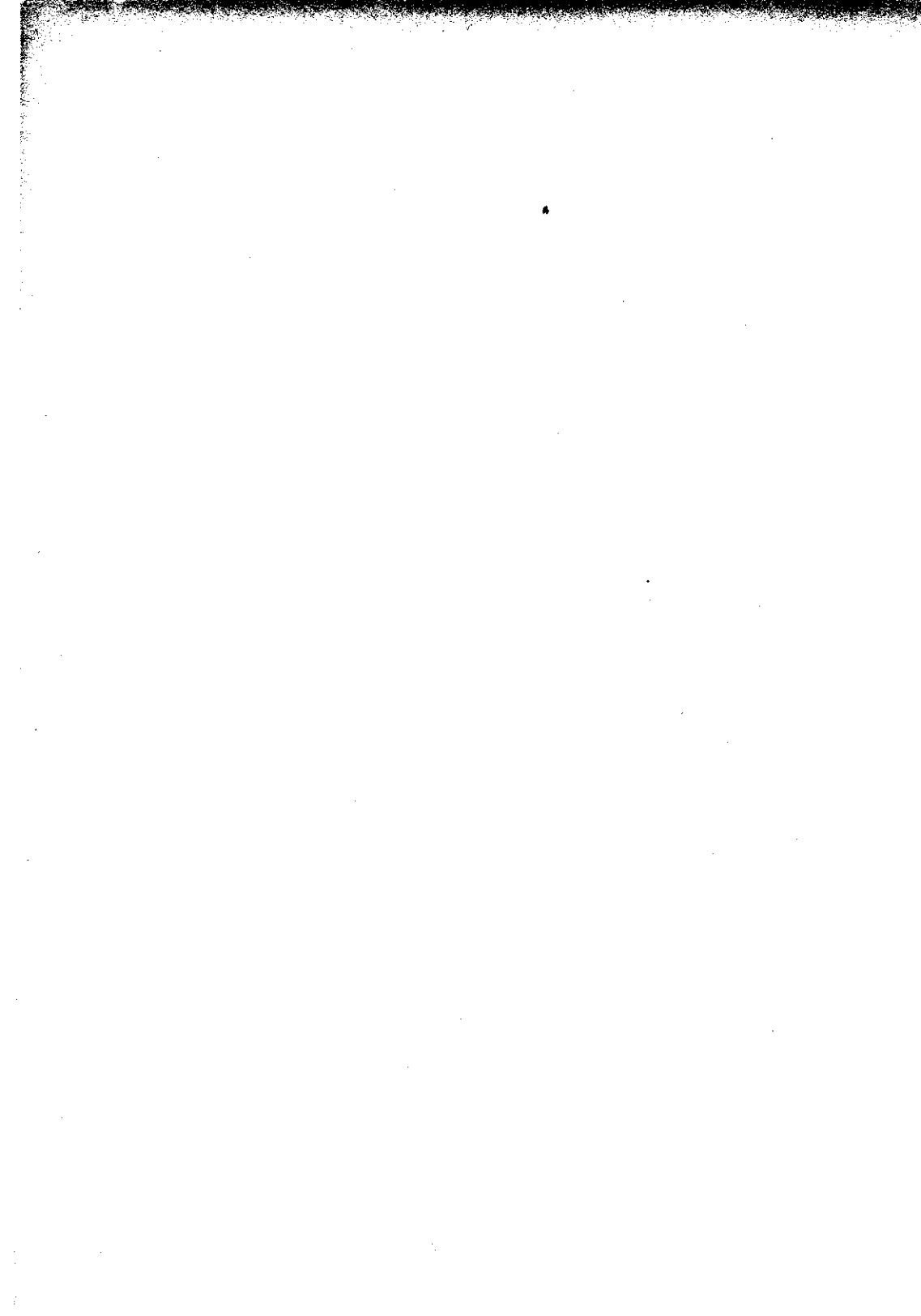
Eis pois, senhores consócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, num rápido escôrço, o que foi a atuação da Diretoria ao término da primeira etapa da nossa gestão social.

É ocasião para mais uma vez apresentar aos digníssimos consócios a nossa imensa gratidão pelo apoio unânime que têm concedido à Diretoria do Instituto e à Presidência principalmente na ocasião em que corajosamente encetamos uma nova fase na vida do nosso prestigioso sodalício. DEO GRATIAS. Rendamos graças a Deus pelas oportunidades que se apresentam felizes e promissoras na alvorada de 1952 e pela salutar harmonia reinante em nossa agremiação.

E vão aqui os nossos melhores votos pelo ano entrante.

São Paulo, 10 de janeiro de 1952.

A DIRETORIA



DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1950

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
De saldo do ano de 1949	456.672,30	A Secretaria	2.271,00
De joias, anuidades, mensalidades e re- missão de sócios	13.460,00	A Biblioteca	6.412,00
De diplomas, carteira e distintivos de sócios	1.620,00	A Tesouraria	1.369,00
De publicações	20,00	A Publicações	26.688,40
De aluguel de uma sala	1.200,00	A Ordenados e Gratificações	47.760,00
De juros de apólices e de banco	26.526,00	A Despesas Gerais	11.942,40
De donativos do Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos	1.100,00	Saldo para 1951	504.155,50
De auxílio da Câmara Municipal de São Paulo	100.000,00		
	600.598,30		600.598,30

São Paulo, 31 de dezembro de 1950
(a) DÁCIO PIRES CORREIA, 1.º Tesoureiro

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1951

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
De saldo do ano de 1950	504.155,50	A Secretaria	11.430,60
De joias, diplomas, anuidades e mensa- lidades de sócios	17.820,00	A Biblioteca	3.912,00
De publicações	120,00	A Publicações	21.105,30
De donativo	200,00	A Tesouraria	2.755,50
De cessão de uma sala durante o ano de 1951	1.200,00	A nova sede social	22.500,00
De juros	28.321,90	A Despesas Gerais	46.749,30
De subvenção do Govêrno do Estado de São Paulo	141.660,00	A Ordenados e Gratificações	62.210,00
	693.477,40	Saldo para o ano de 1952	522.814,70
			693.477,40

São Paulo, 31 de dezembro de 1951
(a) DÁCIO PIRES CORREIA, 1.º Tesoureiro

Ata da Sessão de Abertura dos Trabalhos Sociais, em 10 de Janeiro de 1950

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de 1950, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão de abertura dos trabalhos sociais, constituindo a mesa os srs. José Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira e Prof. Alfredo Gomes. Compareceram os Drs. José Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira, Álvaro da Veiga Coimbra, Luís Tenório de Brito, Félix Soares de Melo, Américo B. Antunes de Moura, Alfredo Gomes, Plínio de Barros Monteiro, Amador Bueno Machado Florence, José Pedro Leite Cordeiro e Afonso de Escragnolle Taunay. O Sr. Presidente Perpétuo, Dr. Tôrres de Oliveira, antes de mandar proceder à leitura do relatório das atividades desnvolidas pelo sodalício em 1949, propôs e foram aprovados os votos de pesar pelo passamento de Rodolfo Garcia e João Luso, concedendo a palavra ao orador oficial Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que se referiu às perdas para o Brasil representadas pelo desaparecimento de duas excepcionais figuras da cultura, uma brasileira pelo nascimento e pela dedicação aos estudos históricos da terra natal e outra brasileira pelo sentimento, chegando mesmo a adotar legalmente a nacionalidade da terra que o acolheu. Rodolfo Garcia era um dos maiores historiadores, teve o mérito de prosseguir a continuidade de Varnhagen, e Capistrano de Abreu. Deixou ricas informações nas anotações e comentários a textos primitivos e nas ilustrações aos pés de páginas da História de Pôrto Seguro. João Luso radicou-se e amou o Brasil assinalando pela sua atividade na imprensa um marco no jornalismo brasileiro. Procedeu-se, em seguida, à leitura do relatório de 1949 tendo-se pronunciado a respeito do mesmo os srs. Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Prof. Alfredo Gomes. O Cel. Luís Tenório de Brito propôs um voto à atividade da Diretoria pelos excelentes resultados obtidos no ano passado, tendo o Sr. presidente agradecido. Com a palavra o Dr. Carlos da Silveira, congratulou-se com o Instituto pela recente promoção do consócio Sr. Arrison de Sousa Ferraz ao pôsto de Major da Força Pública Estadual, tendo o Sr. Presidente Perpétuo lembrado que

a promoção foi por merecimento. Revelou depois que o consócio Dr. Edvard Carmilo autorizara a comunicar ao sodalício haver consignado no testamento que fizera um legado de Cr\$ 100.000,00 ao Instituto Histórico, propondo ao Dr. Leite Cordeiro se oficiasse ao benemérito consócio, testemunhando o agradecimento pela comunicação dêsse magnânimo gesto. O Dr. Plínio de Barros Monteiro submeteu êsse officio à consideração da casa, sendo aprovado um voto de regozijo pelo promoção a General de Brigada do Cel. Amílcar Salgado dos Santos. O Sr. Presidente comunicou o desligamento do Instituto do Sr. Aristides da Silveira Lôbo que nêle exercia as funções de assistente da Diretoria, em virtude de haver assumido compromissos que o impossibilitavam de continuar no exercício de suas atividades. Teceu longas referências aos merecimentos do Sr. Silveira Lôbo, agradecendo seus valiosos serviços. O orador oficial, Dr. Leite Cordeiro, elogiou os serviços prestados ao Instituto pelo Sr. Aristides da Silveira Lôbo, ressaltando a contribuição do mesmo na organização do volume comemorativo do jubileu do Instituto, além do paciente trabalho de revisão das provas da "Revista" do sodalício, concluindo por propor o registro em ata pela sua dedicação ao Instituto e disse se fizesse comunicação ao homenageado. O Dr. Afonso de Escragnolle Taunay aproveita o ensejo para corroborar as afirmações do Dr. Leite Cordeiro, destacando a eficiência, inteligência e boa vontade dessa cooperação. Foi aprovada a sugestão. O Sr. Presidente passou a expor a necessidade de melhorar as remunerações dos atuais funcionários do Instituto, em face dos preços ascensionais de tôdas as utilidades. O Dr. Leite Cordeiro ventilou a oportunidade de se modificarem os preços da "Revista" do Instituto, pois, no momento o preço de custo corresponde ao preço de venda, tomando-se a sugestão na devida consideração. O Dr. Tôrres de Oliveira comunicou estar em andamento o projeto de construção da nova sede, havendo sido já organizado o anteprojeto pelo arquiteto. Lembrou ainda que a sessão correspondia ao 56.º aniversário da vida do Instituto pelo que se congratulava com o sodalício e desejava que o novo ano corresse para todos cheio de saúde e prosperidade. O orador oficial Dr. Leite Cordeiro em breves palavras recorda a assinatura da lei pelo Sr. Governador, considerando o Instituto de utilidade pública, iniciativa que no legislativo se deve ao consócio, deputado Cunha Bueno, propondo oficialiar-se a este parlamentar agradecendo sua atividade em conseguir o referido diploma. A seguir reportando-se a um artigo publicado pelo Prof. Alfredo Gomes no "Correio Paulistano", propõe que se officie ao sr. Secretário da Educação sugerindo o nome de "Fernão Dias Pais" para o Ginásio Estadual de Pinheiros cuja direção está entregue precisamente a êsse consócio e cujo estabelecimento se situa na Fazenda do Capão pertencente ao sertanista. A propósito da sugestão e do nome do bandeirante falaram os Srs. Drs. Afonso de E. Taunay, Leite Cordeiro, Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira,

Cel. Luís Tenório de Brito, Prof. Alfredo Gomes e Dr. Américo de Moura sendo aprovada por unanimidade a referida sugestão. O Prof. Alfredo Gomes agradeceu as referências que lhe foram feitas e, com a palavra, lembrou a ocorrência no dia 19 de março do centenário de Alfredo Ellis. Resolveu o Instituto realizar sessões comemorativas dos centenários a se registrarem em 1950: O do Tratado de Madrid, Cardeal Arcoverde (1850), Guilherme Young (1850). Dado o adiantado da hora foram suspensos os trabalhos, devendo a próxima sessão realizar-se no próximo dia 25, consagrado à fundação de São Paulo. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

José Torres de Oliveira

Carlos da Silveira

José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho

Ata da sessão solene, em 25 de janeiro de 1950.

Aos vinte cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta, às 16 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, á rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a sessão solene dêste sodalício comemorativo do 396.º aniversário da fundação de São Paulo, tendo comparecido os consócios Srs.: José Tôrres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Tito Lívio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Afonso José de Carvalho, Américo B. Antunes de Moura, João B. de Campos Aguirra, Alfredo Gomes, N. Duarte Silva, Alvaro Martins, José Cassio de Macedo Soares, Arrisson de Sousa Ferraz, Henrique Oscar Wiederspahn, Felix Soares de Melo, Ricardo Gumbleton Daunt, Luís Tenório de Brito e Afonso de E. Taunay. Foram os trabalhos presididos pelo Sr. Presidente Perpétuo, Dr. José Tôrres de Oliveira e secretariados pelos Sr. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Alfredo Gomes. Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente demorou-se, com a erudição que lhe é peculiar, na análise do fato histórico que congregava os membros do sodalício para mais uma festa cívica, tendo ressaltado a necessidade de se encarar a história de maneira objetiva e imparcial, aludindo aos tabus históricos que vêm merecendo severas críticas. Citou a propósito um artigo publicado no "Jornal de São Paulo", de 14/1/950, versando as figuras de Alexandre de Gusmão e Garcia Rodrigues Pais. Abordou, ainda, o tabu "José de Anchieta" que por muito tempo passou por ser o verdadeiro fundador de São Paulo, quando ainda era simples irmão ou noviço e somente 12 anos após a fundação de São Paulo, em 1565 era ordenado, na Bahia, por D. Pedro Leitão, 2.º Bispo do Brasil. Concluiu suas interessantes palavras referindo-se ao orador da sessão, Dr. José Pedro Leite

Cordeiro, orador oficial do Instituto, que cuidaria do assunto, com os grandes méritos que todos lhe reconhecem. Na tribuna o Dr. José Pedro Leite Cordeiro proferiu substancial conferência tomando por tema precisamente: "Quem fundou São Paulo", trabalho êsse que brevemente será publicado na Revista do Instituto. Ao terminar sua eloqüente e erudita oração foi vivamente aplaudido o Dr. José Pedro Leite Cordeiro, tendo o Sr. Presidente se congratulado com o orador pela desenvoltura no trato do assunto e com a casa por haver apreciado um trabalho deveras excelente, encerrando logo a seguir a sessão. Nada mais sendo discutido lavrou-se a presente ata que vai devidamente assinada.

José Torres de Oliveira

Carlos da Silveira

José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho

Ata da 1.^a sessão regimental, em 4 de fevereiro de 1950.

Aos quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta, às 16 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a sessão ordinária do referido sodalício, tendo os trabalhos sido presididos pelo Sr. Dr. Ernesto de Sousa Campos, e secretariados pelos srs. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Alfredo Gomes. Compareceram os consócios srs.: João Neri Guimarães, Frederico de Barros Brotero, Luís Tenório de Brito, Henrique Oscar Wiederspahn, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Ernesto de Sousa Campos, José Pedro Leite Cordeiro, Carlos da Silveira, Francisco Isoldi, Alfredo Gomes, Américo B. Antunes de Moura, Amílcar Salgado dos Santos e Afonso de Escragnolle Taunay. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Sr. Presidente justificou o não comparecimento à referida sessão por haver estado no Rio e em Minas Gerais, tratando dos problemas da Universidade de São Paulo e das Casas de Misericórdia. Manifesta-se solidário com as provas de aprêço ao Sr. Aristides. Lôbo, antigo funcionário do Instituto, pelo modo com que sempre se portou em relação a si, e ao Instituto. O Prof. Alfredo Gomes refer-se a recente ato do Executivo Paulista aceitando a sugestão do Instituto no sentido de ser dada a denominação de "Fernão Dias Pais" ao Ginásio Estadual de Pinheiros, tendo proposto um voto de congratulações pelo fato, a ser comunicado aos Exmos Srs. Governador do Estado, Dr. Ademar de Barros e secretário dos Negócios da Educação, Dr. José de Moura Rezende, o que foi unanimemente aprovado. Ocupa a tribuna o orador oficial Dr. José Pedro Leite Cordeiro, fala sôbre a questão das relíquias de Anchieta, reafirmando declarações anteriores e lê uma carta do Prof. Pereira Forjaz relativa à autenticidade das relíquias.

Sugere o nome do sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para intermediário na intervenção do Governo quanto às providências que se fizerem necessárias a fim de serem removidas para o Brasil as relíquias que se encontram no exterior. Lê também uma carta do ilustre Pe. Serafim Leite alusiva, porém sem afirmar algo de positivo no que se refere à autenticidade das relíquias. Propõe o Dr. Américo de Moura que cabendo ao Instituto interessar-se pela questão, seria conveniente a nomeação de uma comissão a fim de examinar e providenciar, o que foi aprovada a qual ficou assim integrada: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Pe. Serafim Leite e Dr. José Pedro Leite Cordeiro. O orador oficial do Instituto agradece a indicação de seu nome e comunica que S. Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota proferirá conferência comemorativa do centenário do Cardeal Arcoverde. Encerrada a primeira parte da sessão, passa-se à discussão e votação de propostas, iniciando pelas que estão sujeitas ao segundo escrutínio: Francisco Ruas Santos que no 1.º escrutínio obteve 12 votos sim e um não, sendo aceito como sócio por unanimidade no segundo escrutínio (12 votos); Gumerindo de Padua Fleury que obteve votação unânime no 1.º escrutínio (14 votos) também foi aceito no segundo por votação unânime (12 votos); Jaime Zuzarte Cortesão que obteve 13 votos sim e um não no 1.º escrutínio, sendo aceito por votação unânime no 2.º escrutínio (12 votos); Ordival Cassiano Gomes que obteve 13 votos e um não no 1.º escrutínio, sendo aceito por votação unânime (12 votos); Ivolino de Vasconcelos que obteve 13 votos sim e um não no 1.º escrutínio, e aceito por votação unânime no 2.º escrutínio (12 votos). Em primeiro escrutínio registraram-se os seguintes resultados: Arnaldo Arantes: 11 sim e um não; Edmundo Zenha, votação unânime (12 a favor); na categoria de correspondente: Dr. Artur Napoleão de Figueiredo, votação unânime (12 a favor); Ambrosio Perera, quando era iniciada a discussão sobre esta proposta ingressou no recinto o Dr. Afonso de E. Taunay, elevando-se o número de votação para 13 e o Dr. Ambrósio Perera obteve 12 votos sim e um não. Na categoria dos efetivos foram ainda votadas as propostas referentes aos candidatos: D. Nícia Vilela Luz: 10 sim e 3 não; D. Francisca Neves Lôbo 12 sim e um não; Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, na categoria de sócio honorário, votação unânime (13 votos), fazendo-se ouvir na justificativa desta proposta os srs. Presidente Dr. Ernesto de Souza Campos e Dr. Carlos da Silveira enaltecendo os méritos do Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo e o interesse de S. Eminência pela cultura em geral e pela História em particular, e ainda suas ligações à gente de São Paulo pelos seus antepassados. Também se pronunciou a respeito o Dr. José Pedro Leite Cordeiro que destacou os traços biográficos de S. Eminência concluindo por se referir à ilustração histórica de Dom Carmelo. O Major

Arrisson de Souza Ferraz agradece as referências que em sessão passada se lhe fizeram, consignando-se em ata um voto de congratulações pela promoção. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que vai devidamente assinada.

José Torres de Oliveira

Carlos da Silveira

José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho

Ata da sessão ordinária de 4 de março de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Aos quatro dias do mês de Março de 1950, às 16 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a segunda sessão ordinária do corrente ano, tendo os trabalhos sido presididos pelo Dr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo, e secretariados pelo Dr. Carlos da Silveira, 1.º secretário; e Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, 3.º secretário. Compareceram os sócios Srs.: José Tôrres de Oliveira, Álvaro Coimbra, Ernesto de Sousa Campos, Tito Lívio Ferreira, Francisco Isoldi, Tomás Oscar Marcundes de Souza, Igor Dolgorukij, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Américo B. A. de Moura, Luís Tenório de Brito, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Henrique Oscar Wiederspahn, José Pedro Leite Cordeiro, Pe. Hélio Abranches Viotti, Arrisson de Sousa Ferraz, José da Costa e Silva Sobrinho, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Francisco Ruas Santos, Pedro Dias de Campos, José de Oliveira Orlandi, Olga Pantaleão, Alfredo Gomes, e Afonso de E. Taunay. Aberta a sessão, e encontrando-se na ante-sala o sr. Capitão Francisco Ruas Santos, novo membro do Instituto, o Sr. Presidente designou uma comissão constituída pelos srs. Cel. Tenório de Brito, Capitão Wiederspahn e Pe. Hélio Abranches Viotti, para trazê-lo à sala de sessões. Recebido sob palmas, o novo sócio assinou o livro de presença, tendo sido saudado pelo Dr. Bueno de Azevedo Filho. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, pediu a palavra o sr. Ministro Ernesto de Sousa Campos para expor à Casa o andamento dos estudos sobre a nova sede social, tendo elogiado a atuação do Sr. Engenheiro Pérsio Pereira Mendes. O Sr. Presidente agradeceu a comunicação e o sr. Ministro Sousa Campos se retirou do recinto, por ter outros compromissos. A seguir solicitou a palavra o Sr. Dr. Bueno de Azevedo Filho. Levantando-se, disse que, em nome do

Ministro João de Deus Cardoso de Melo, digníssimo Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário de Rui Barbosa em São Paulo, tinha a honra de fazer a entrega da Medalha de Rui Barbosa com que foi o sr. Presidente perpétuo deste Instituto agraciado pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Solicitou que vários dos nossos confrades já haviam recebido a mesma honraria e que isso muito dignava a nossa instituição. Entre êles, citou os nomes dos Srs. Embaixador José Carlos Macedo Soares, Ministro Ernesto de Sousa Campos, Deputado Aureliano Leite e Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, Drs. José de Moura Rezende e José Pedro Leite Cordeiro, Professôres Américo Brasileiro Antunes de Moura, Francisco Cimino e Miguel Franchini Neto, Cel. Pedro Dias de Campos, Capitão Francisco Ruas Santos e dona Lígia Lemos Tôrres. Depois de ter sido feita a entrega da Medalha, debaixo de salva de palmas de todos os presentes o Sr. Presidente agradeceu a homenagem. Pediu a palavra o sr. Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, para solicitar da Mesa informações sôbre os trabalhos da Comissão há tempos nomeada para tratar da comemoração do 4.º centenário da cidade. Tais esclarecimentos foram prestados pelo sr. Dr. Leite Cordeiro que, em continuação, ainda se reportou às palavras do sr. Ministro Sousa Campos pedindo que ficasse constando de ata um voto de louvor aos Srs. Presidente, Ministro Sousa Campos e Engenheiro Pérsio Pereira Mendes e referindo-se, também, à construção da Cidade Universitária. O voto de louvor proposto foi aprovado pela Casa com palmas. O Sr. Alfredo Gomes pediu a palavra para dizer que o Ginásio Estadual de Pinheiros recebera a denominação de "Fernão Dias País", graças à feliz intervenção do Instituto e lembrou a conveniência de que fôsse enviado ao sr. Secretário da Educação um officio de agradecimento. Continuando, pergunta se o Instituto não vai comemorar o centenário do nascimento do Senador Alfredo Ellis, no próximo dia 19, e sugero que seja convidado o Sr. Prof. Alfredo Ellis Júnior para, naquela ocasião, proferir uma conferência sôbre o ilustre paulista. O Sr. Prof. Alfredo Ellis Júnior agradeceu. O Sr. Dr. Leite Cordeiro pediu a palavra, novamente, para discorrer longa e brilhantemente sôbre a personalidade do Senador Alfredo Ellis e propôs que fosse convidada para pronunciar uma conferência no Instituto sôbre o Senador Alfredo Ellis, sua neta a professora Dona Míriam Ellis, tendo, de novo, agradecido o sr. Prof. Alfredo Ellis. Com a palavra o Sr. Presidente, diz que concordaria em que o Instituto enviasse um officio de agradecimento ao Sr. Secretário da Educação, mas que deveria ser também remetido outro no mesmo sentido, ao Sr. Governador do Estado. Disse, ainda, achar aceitável a proposta que o nobre orador oficial do Instituto acabava de fazer, com o que concorda o Sr. Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa. O Sr. Presidente deter-

minou que se passasse, então, à segunda parte da ordem do dia, para que a Casa ouvisse a anunciada conferência do Sr. Major Arrisson de Sousa Ferraz, que foi muito apreciada e aplaudida, tendo o sr. Presidente elogiado o trabalho. Suspensa a sessão por cinco minutos, foi, depois, reaberta, referindo-se à votação, em segundo escrutínio, de diversas propostas que se achavam sôbre a mesa. Assim é que foram eleitos membros do Instituto, na classe dos efetivos, por maioria de votos, o Sr. Arnaldo Arantes e Edmundo Zenha, na de Correspondente, o Sr. Dr. Artur Napoleão Figueiredo (de Belém). Por unanimidade, como efetivo, o Sr. Consul Ambrósio Perera, e por maioria, as senhoras Profs. Nícia Vilela Luz e Francisca Neves Lôbo. Na classe dos honorários, por unanimidade, Sua Eminência o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Antes de encerrar-se a reunião, o Sr. Prof. Alfredo Gomes propôs que na próxima reunião, no dia 18, se procedesse à votação das propostas já preparadas, com o que concordou o Sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão agradecendo a presença de todos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos
Carlos da Silveira
Alexandre D'Alessandro.

Ata da sessão ordinária, em 18 de março de 1950.

Presidente: Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 1950, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant n.º 152, com o comparecimento dos seguintes sócios: — Srs. Carlos da Silveira, Luís Tenório de Brito, Demétrio Justo Seabra, José Vicente Álvares Rubião, Arrisson de Sousa Ferraz, Plínio de Barros Monteiro, Américo B. A. de Moura, Afonso José de Carvalho, Francisco Isoldi, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Igor Dolgorukij, Aureliano Leite, A. Gama Rodrigues, Luís Ribeiro do Vale, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Francisco Ruas Santos, José Pedro Leite Cordeiro, Djalma Forjaz, J. R. de Araújo Filho, Álvaro Martins, Pelágio Lobo, Ari França, Eduardo de Oliveira França, Pedro Moacir Campos, e Alfredo Ellis Júnior. Aberta a sessão, o Sr. Presidente explicou aos presentes que se tratava de uma

sessão comemorativa da passagem do centenário do senador Alfredo Ellis, um dos membros fundadores do Instituto, que ocorrerá amanhã. Foi justificada a ausência do Senhor Presidente Perpétuo. Foram convidados para tomar lugar à mesa o Prof. Alfredo Ellis Júnior representando a Família Ellis, o Vereador João Carlos Fairbanks, representante da Câmara Municipal, o Dr. José Vicente Álvares Rubião, representante da "Sociedade Rural Brasileira" e o representante da "Associação Comercial de São Paulo". Também esteve presente o Sr. Dr. Cesar Lacerda de Vergueiro, Secretário do Estado da Justiça e Negócios do Interior. Dada a palavra à Professora Dona Míriam Ellis, discorreu a conferencista sobre a personalidade do Senador Ellis, seu avô, tendo despertado a geral atenção do auditório. Terminada a bela oração, que foi saudada, com palmas por todos, o Sr. Presidente agradeceu o trabalho apresentado, salientando que o Instituto se irmanava às justas homenagens prestadas à memória do Senador Alfredo Ellis e que, por ocasião do seu falecimento, já fôra proferido, no Instituto, o necrológio do extinto pelo Senhor Dr. José Tôrres de Oliveira. Antes de dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente propôs que fôsse lançado em ata um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do Sr. Félix Soares de Melo, operoso e antigo consócio recentemente falecido, falando sobre sua personalidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos
Carlos da Silveira
Alexandre D'Alessandro.

Ata da 4.^a sessão ordinária em 1.^o de abril de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira
1.^o Secretário: Dr. Carlos da Silveira
2.^o Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Ao 1.^o dia do mês de abril de 1950, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamim Constant n.^o 152, às 16 horas, realizou-se a sessão ordinária do corrente ano. Compareceram os seguintes sócios: — Drs. José Torres de Oliveira, Plínio de Barros Monteiro, Luís Tenorio de Brito, Antonio da Gama Rodrigues, Igor Dolgorukij, Francisco Isoldi, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira, José Pedro Leite Cordeiro, Frederico de Barros Brotero, Américo B. A. de Moura, Amadeu de Queirós, N. Duarte Silva, Álvaro da Veiga Coimbra, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Afonso de E. Taunay, José da Costa e Silva Sobrinho, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo,

Olga Pantaleão, Pedro Dias de Campos, José Ferreira Carrato e Tito-Lívio Ferreira. Aberta a sessão, o Senhor Presidente designou uma comissão constituída pelos Srs. Bueno de Azevedo Filho, Veiga Coimbra e Amadeu de Queirós, para introduzirem na sala de sessões o novo sócio Prof. José Ferreira Carrato. Este foi saudado pelos srs. Bueno de Azevedo-Filho e Tito Lívio Ferreira. A seguir, foi dada a palavra ao Dr. José da Costa e Silva Sobrinho que pronunciou a sua anunciada conferência sobre Alexandre de Gusmão e o tratado de Tordesilhas, sendo muito apreciado e aplaudido. Pediu a palavra o Senhor Dr. Leite Cordeiro que, depois de tecer algumas considerações a respeito da bela conferência que acabava de ser proferida, ofertou ao Instituto, em nome do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, os retratos dos Imperadores Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina. O Senhor Presidente agradeceu, sensibilizado, a valiosa oferta dizendo que permanecerão no Instituto as "imagens d'esses dois grandes brasileiros que tanto honraram o Brasil e a espécie humana". Continuando, o Sr. Leite Cordeiro propôs um voto de congratulações pela passagem do 13.º aniversário do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística transcorrido no dia 24 de março último, elogiando os seus trabalhos. Propôs, ainda, que o Instituto se associasse às comemorações do centenário do insigne pintor paulista José Ferraz de Almeida Júnior, lembrando que fôsse o Sr. Ministro Ernesto de Sousa Campos convidado para ocupar a tribuna do Instituto a fim de discorrer sobre aquêlê notável artista patricio. Finalmente, propôs um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Sett, membro correspondente. O Sr. Presidente considerou aprovadas as propostas, mandando que constasse de ata os votos de congratulações e de pesar e aceitando a sugestão para uma próxima conferência do Sr. Ministro Sousa Campos. O Senhor Prof. Afonso de Taunay fez referências a um projeto do Vereador João Carlos Fairbanks a propósito do 4.º centenário de São Paulo. O Sr. Presidente anunciou que, talvez ainda no mês em curso, teremos uma sessão solene com a posse do Eminentíssimo Cardeal Arcebispo de São Paulo, recentemente eleito membro honorário, convidando a todos para êsse ato. O Sr. Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. Reabrindo-a foram votadas algumas propostas, em 1.º escrutínio. Para correspondente, Monsenhor Nicola Gianatásio. Para efetivos: — Dr. José Inácio Benevides de Rezende, Dr. Mário Botelho de Miranda, Prof. Solon Borges dos Reis e Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães. Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. — E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Souza Campos
Carlos da Silveira
Alexandre D'Alessandro.

Ata da sessão extraordinária, em 22 de abril de 1950.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de 1950, em sua sede, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária em comemoração do centenário do nascimento de Ezequiel Freire. Compareceram os seguintes associados: Carlos da Silveira, Salvador de Moya, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Tenório de Brito, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Plínio de Barros Monteiro, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Pelágio Lobo, Alexandre D'Alessandro, Spencer Vampré, Alvaro da Veiga Coimbra, Alfredo Ellis Junior, Alfredo Gomes, Henrique de Sousa Queirós Meyer, Afonso de Escragnolle Taunay, Sinésio Rangel Pestana, Monsenhor Deusdedit de Araujo, Gama Rodrigues. Aberta a sessão, foi justificada a ausência, por motivo de força maior, do Sr. Presidente Perpétuo. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, 3.º Vice-Presidente e secretariados pelos Srs. Drs. Carlos da Silveira, 1.º Secretário; José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, 3.º secretário, nas funções de 2.º Secretário. O Sr. Presidente convidou os Srs. Drs. Alfredo e Mário Freire, como representantes da família de Ezequiel Freire e Spencer Vampré e Aristeu Seixas, como representantes da Academia Paulista de Letras, para tomarem assento à mesa. Dada a palavra ao orador oficial do Instituto, Sr. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, proferiu êste eloqüente oração em memória do excelso poeta Ezequiel Freire cujo centenário do nascimento se comemora. Sob uma salva de palmas, terminou o orador a sua conferência, tendo o Sr. Presidente agradecido e convidado a Exma. Sra. Dona Altair Freire Minervino, neta do poeta, para recitar algumas das suas poesias. Dando por encerrada a sessão, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. E, para constar, foi lavrada a presente ata.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira

Alexandre D'Alessandro.

Ata da 5.ª sessão ordinária, em 6 de maio de 1950

Aos seis dias do mês de maio de 1950, em sua sede social, à Rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou o Instituto Histórico de São Paulo a quinta sessão ordinária do corrente ano. Compareceram os seguintes associados: José Tôres de Oliveira, José Pedro Leite Cordeiro, Igor Dolgorukij, Tito Lívio Ferreira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, José Antero Pereira Junior, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Plínio de Barros Monteiro, Luís Tenório de Brito, Frederico de Barros Brotero,

Francisca Neves Lobo, Ambrósio Perera, João Néri Guimarães, Afonso de Taunay. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. José Tôrres de Oliveira, Presidente Perpétuo e secretariados pelos Drs. Carlos da Silveira, 1.º secretário, e José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, 3.º secretário, em funções de 2.º secretário. Aberta a sessão, o sr. Presidente designou uma comissão constituída pelos srs. Bueno de Azevedo Filho, Leite Cordeiro e Plínio de Barros Monteiro, para acompanhar os novos sócios recipiendários, que se achavam na ante-sala, Sra. Prof. Francisca Neves Lôbo e Cônsul Ambrósio Perera. Recebidos sob palmas, assinaram o livro de presença dos associados, tendo sido saudados pelo orador oficial sr. Leite Cordeiro. Ambos responderam, agradecendo. O Sr. Cônsul Ambrósio Perera ofertou à biblioteca do Instituto vários volumes referentes à história da Venezuela. ("Historia da Venezuela", de Rafael Maria Baraldi, 3 tomos; "História da Venezuela", por Francisco Javier Yánes, 3 tomos; "Discursos Y Preclamas del Libertador", 1 tomo, e a edição fac-similar do periódico "Correio del Orinoco", que circulou de 1817 a 1820). Em sua eloqüente oração, sugeriu o Sr. Consul Ambrósio Perera que São Paulo se movimentasse no sentido de conseguir a cano-nização do Venerável Padre José de Anchieta, lembrança que foi entu-siásticamente recebida pela Casa. Prontificou-se o orador a empregar nisso todos os seus esforços, no que foi secundado por todos. A seguir, o Sr. Presidente disse que determinaria a inversão da ordem dos trabalhos da sessão, a fim de que pudesse a Casa, sem demora, ouvir o conferencista do dia, mas antes propunha que se consignasse em ata votos de pesar pelos falecimentos do Cel. Bento Pires de Campos e Mi-nistro Morvan Dias de Figueiredo e do nosso prezado Consócio Dr. Laerte Teixeira de Assunção, o que foi aprovado. O Sr. Bueno de Azevedo Filho propõe um voto de congratulações por ter sido dado o nome do nosso saudoso consócio Bento de Abreu ao Colégio Estadual e Escola Normal de Araraquara, devendo ser oficiado, comunicando-se ao nosso eminente Confrade Dr. José de Moura Rezende, Secretário da Educação. Ordenou, ainda, o Sr. Presidente que fôssem lidas atas anteriores, que, sem discussão, foram aprovadas. Do expediente lido pelo Sr. 1.º Secretário constou uma carta do Padre Serafim Leite e um officio do Sr. Antônio Gomes Caseli, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando documentos sôbre a ereção do busto de Rivadávia em São Paulo, como retribuição às homenagens prestadas a Tiradentes em Buenos Aires. Foi, então, dada a palavra ao orador do dia Sr. Tito Lívio Ferreira, que, em comemoração do centenário da morte de Bernardo de Vasconcelos, discorreu a propósito da personalidade desse insigne mineiro, político e jurista de atuação relevante na História do Brasil. Ao terminar, foi o orador muito aplaudido. O Sr. Presidente teceu considerações a respeito

do trabalho que acabava de ser apresentado e suspendeu a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira.

Alexandre D'Alessandro.

Ata da 6.^a sessão ordinária em 3 de junho de 1950

Presidente: Ministro Ernesto de Sousa Campos.

1.^o Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.^o Secretário: Engenheiro Alexandre D'Alessandro.

Aos 3 dias do mês de junho de 1950, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, realizou-se a 6.^a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo Sr. Ministro Ernesto de Sousa Campos, na ausência justificada do seu presidente perpétuo, Dr. José Tôrres de Oliveira. Assinaram o livro de presença os seguintes consócios: Ernesto de Sousa Campos, Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira, J. B. de Campos Aguirra, Alexandre D'Alessandro, Américo B. A. de Moura, Arrisson de Sousa Ferraz, Plínio de Barros Monteiro, N. Duarte Silva, José Antero Pereira Júnior, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Francisco Isoldi, Frederico de Barros Brotero, Luís Tenório de Brito e Afonso d'E. Taunay. Declarando aberta a sessão, o sr. Presidente convida o consócio eng.^o Alexandre D'Alessandro para servir como 2.^o Secretário da mesa, pois o titular efetivo, Dr. Bueno de Azevedo Filho, solicita dispensa dos trabalhos por motivos particulares, o que lhe é concedido. Antes de se retirar, o Dr. Bueno de Azevedo Filho distribui aos presentes e ao próprio Instituto exemplares do Cartograma por êle organizado no Diretório Regional de Geografia referente à divisão administrativa e judiciária do Estado de São Paulo. O Sr. Presidente agradece ao Dr. Bueno de Azevedo Filho a sua oferta e justifica a ausência dos seguintes consócios: Igor Dolgorukij, Jorge Bertolaso Stella, Dr. José Tôrres de Oliveira e Cap. Henrique Oscar Wiederspahn. A seguir, invertendo a ordem dos trabalhos, o Sr. presidente dá a palavra ao consócio, Dr. José Antero Pereira Júnior, inscrito para falar na sessão sobre João Casper Branner. O conferencista tratou brilhantemente o assunto da sua especialidade que foi muito aplaudido pelos presentes, tendo o Sr. Presidente agradecido ao sr. Antero Pereira a sua inestimável contribuição aos altos fins do Instituto Histórico e Geográfico, pedindo-lhe que entregasse à mesa os originais do seu trabalho, que será publicado oportunamente. Pede a palavra, então, o Dr. Leite Cordeiro que saúda vivamente o Sr. Antero Pereira pela sua erudita disser-

tação sobre João Casper Branner, cujo centenário justamente agora se comemora. Passando-se à primeira parte da ordem do dia, o sr. Presidente determinou ao 2.º Secretário que proceda à leitura das atas anteriores, em número de cinco, sendo 3 ordinárias e 2 extraordinárias: 4 e 18 de março, 1 de abril, e 22 de abril, que são aprovadas e a seguir assinadas pela mesa nos termos regimentais. Pede a palavra o consócio Dr. Leite Cordeiro que propõe um voto de profundo pesar do Instituto Histórico e Geográfico pela morte do Dr. Paulo Eleutério Albuquerque Cavalcanti, que não era ainda sócio do Instituto, mas tinha já a sua proposta de admissão ao quadro social. Entretanto, era o ilustre morto muito evotado aos estudos históricos, genealógicos e correlatos, fazendo parte de muitas agremiações culturais, como o Instituto Genealógico Brasileiro. Propõe mais que, nesse sentido, se oficiasse à sua exma. família e ao citado Instituto. O Senhor presidente, declarando associar-se às homenagens propostas, afirma que não há necessidade de submeter-se o assunto à discussão e votação da Casa, considerando, pois, aprovadas as propostas do consócio, Dr. Leite Cordeiro, com o que concordam todos os presentes. Continuando com a palavra o Senhor Presidente lembra, também, à Casa os nomes de três ilustres cidadãos mortos recentemente.: Drs. José Ferreira de Mello Nogueira, Vital Brasil e Buenaventura Caviglia (hijo) para os quais pede um voto de saudade, tendo antes feito o elogio de cada um, situando-os nos lugares de honra, que conquistaram pela sua benemerência e dedicação ao bem estar coletivo. A Casa apoia as palavras do Sr. Presidente aprovando-se assim o voto de pesar. Pede, novamente, a palavra o Sr. Leite Cordeiro para comunicar à casa que, tendo a nossa Câmara Municipal votado e o Sr. Prefeito sancionado um auxílio de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros) para publicação da nossa Revista, que está com um atraso de cinco anos, iria mandar à mesa diversas propostas e indicações destinadas a externar os agradecimentos do Instituto Histórico e Geográfico aos homens que, por tal maneira, o ajudam a realizar os seus fins de preservação e divulgação do nosso valioso patrimônio histórico. Estas propostas são as seguintes: eleger na categoria de "Beneméritos" do Instituto Histórico e Geográfico os Srs. Vereadores que, no plenário da Câmara Municipal, trabalham para efetivação do auxílio; enviar a cada um deles uma coleção da Revista do Instituto, embora esta se apresente atualmente desfalcada de alguns números esgotados; enviar, também, a cada um deles, ao Sr. Prefeito e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um officio de agradecimentos pela atitude que tomaram em favor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A seguir, são entregues à mesa as propostas citadas pelo Dr. Leite Cordeiro. Pede a palavra, então, o Sr. Marcondes de Sousa, e propõe que se estenda ao consócio, Dr. Leite Cordeiro, o diploma de benemerito, pelo muito que êle fez para a obtenção do referido auxílio de Cr\$ 100.000,00, para o que apresenta à mesa uma proposta já assinada

por 22 sócios em condições de o poderem eleger. O Sr. Presidente, recebendo as propostas, declara que a elas lhes falta um requisito de formalidade qual seja o "visto" do sr. Presidente Perpétuo do Instituto, a fim de serem elas submetidas ao plenário. Assim, ouvida a Casa, é adiada a discussão das propostas. O consócio, Dr. Frederico de Barros Brotero, pede a palavra e indaga se o auxílio já tinha sido recebido pelo Instituto, ao que informa o Dr. Leite Cordeiro que a soma concedida está em vias de entrar para os cofres do Instituto. Pede a palavra, a seguir, o Sr. Nicolau Duarte Silva, que fala sobre o infausto desaparecimento da viúva do Dr. Armando de Sales Oliveira e dama paulista de nobres virtudes, propondo à Casa um voto de pesar pela sua morte, dando disso conhecimento por ofício aos Srs. Drs. Julio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita. Essas propostas são aprovadas unanimemente. Passa-se em seguida à discussão e votação de propostas para sócios efetivos e correspondentes, tendo o Sr. 1.º secretário prestado ao plenário os esclarecimentos solicitados à mesa chegando-se ao seguinte resultado para sócio efetivo: Francisco Teive de Almeida Magalhães, em 2.º escrutínio, por unanimidade; Tte. Cel. Sílvio Correia de Andrade em 2.º escrutínio, por unanimidade; Tte. Cel. Valdemar Pio dos Santos, em 2.º escrutínio, por unanimidade; Dr. José Inácio Beneditos de Rezende, em 2.º escrutínio, por unanimidade; Mário Botelho de Miranda, em 2.º escrutínio, por unanimidade; Solon Borges dos Reis, 2.º escrutínio, por unanimidade. E, para sócios correspondentes: Monseñor Nicola Gianatásio, eleito por 13 votos a favor e um em contrário, em 2.º escrutínio; Armando M. Lemos de Matos, também em 2.º escrutínio, eleito por 13 votos contra 1. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

José Tôrres de Oliveira

Carlos da Silveira

José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Ata da 7.ª sessão ordinária, em 5 de agosto de 1950

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Aos 5 dias do mês de agosto de 1950, em sua sede social, à Rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou-se a 7.ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidida pelo sr. Dr. José Tôrres de Oliveira e secretariada pelos Drs. Carlos da Silveira e José

Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, respectivamente presidente perpétuo, 1.º Secretário e 3.º Secretário. Assinaram o livro de presença os seguintes consócios: — José Tôres de Oliveira, Francisco Isoldi, Arrisson de Sousa Ferraz, Carlos da Silveira, Zuínglio Homem de Melo, Frederico de Barros Brotero, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Domingos Laurito, José Antero Pereira Júnior, Ernesto de Sousa Campos, Alexandre D'Alessandro, Tito Lívio Ferreira, Igor Dolgorukij, Afonso D'Escragnolle Taunay, Alfredo Gomes, Djalma Forjaz, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Américo-Brasiliense Antunes de Moura. Aberta a sessão, achando-se na ante-sala o novo consócio Prof. Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães, foi designada uma comissão para introduzi-lo na sala de sessões. O novo associado foi saudado pelo orador oficial do Instituto, Dr. Leite Cordeiro, tendo respondido, agradecendo. Após, foi lida a ata da sessão anterior, sendo aprovada sem discussão. A seguir, o Dr. Bueno de Azevedo Filho fez entrega à Casa de exemplares da nova Carta Geral do Estado de São Paulo, editada pelo Instituto Geográfico e Geológico, gentil oferta do seu Diretor Sr. General Dilermando de Assis. Pedindo a palavra, o Ministro Sousa Campos discorreu sobre as personalidades de Pires do Rio e Ovídio Pires de Campos, recentemente falecidos, solicitando fossem lançados em ata votos de pesar. O Senhor Presidente também falou do eminente paulista Pires do Rio enaltecendo-lhe a memória. O Dr. Américo de Moura pediu outro voto de pesar pelo falecimento do Consócio Prof. Roberto Thut. Tendo o Sr. Presidente determinado a inversão da ordem dos trabalhos do dia, o Prof. Afonso de Taunay pronunciou uma conferência sobre Grandjean de Montigny, terminando por dizer que foi "homem que prestou assinalados serviços à nossa Pátria e à nossa Arte". O Prof. Américo de Moura comunicou que está fazendo uma revisão do seu trabalho sobre os povoadores quinhentistas do planalto, dispondo-se a receber informações que porventura lhe fôsem apresentadas. Falando sobre a sesmaria de Brás Cubas daí decorreu prolongado debate em que tomaram parte os Drs. Leite Cordeiro, Afonso D'E. Taunay e Djalma Forjaz. Depois, o Prof. Alfredo Gomes também proferiu a sua conferência sobre o General Cândido Rodrigues. O Sr. Presidente anunciou a realização de duas sessões extraordinárias a 12 e 19 do corrente, convidando todos os consócios. O Prof. Afonso D'E. Taunay ainda propôs voto de pesar pelo desaparecimento do membro correspondente Dr. Antônio Figueira de Almeida, do Rio de Janeiro, e o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira

Amador Bueno Machado Florence.

Ata da sessão extraordinária, em 12 de agosto de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho.

Aos 12 dias do mês de agosto de 1950, em sua sede social, á Rua Benjamim Constant n.º 152, ás 16 horas, realizou-se uma sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em comemoração ao centenário do falecimento do General Dom José de San Martin. Esta sessão foi presidida pelo Sr. Dr. José Tôrres de Oliveira, Presidente Perpétuo, e secretariada pelos drs. Carlos da Silveira e José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, respectivamente 1.º e 3.º secretários. Assinaram o Livro de Presença os seguintes consócios Srs.: José Tôrres de Oliveira, Ambrosio Perera, Arrisson de Sousa Ferraz, Carlos da Silveira, Armando de Arruda Pereira, Frederico de Barros Brotero, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Domingos Laurito, José Pedro Leite Cordeiro, e José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho. Aberta a sessão, o Sr. Presidente convidou para tomarem lugar à mesa os senhores representantes do Governador do Estado, General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Comandante da 2.ª Região Militar, representante do Tribunal de Justiça, decano do Corpo Consular, Comandante da Divisão do Ministério da Marinha em São Paulo e Coronel Eleutério Brun Ferlich, Comandante Geral da Fôrça Pública. Inicialmente, falou o Sr. Presidente sobre a homenagem que o sodalício prestava à memória do imortal General San Martin, realizando esta sessão extraordinária durante a qual deveria usar da palavra o Sr. Consul Geral da Argentina. Foi depois dada a palavra ao orador oficial do Instituto, Dr. Leite Cordeiro, a fim de saudar o conferencista do dia. Discursou então o Sr. Dom Anselmo Borgonovo, Consul Geral da Argentina, que estudou a atuação brilhante de San Martin em diversas passagens de sua vida, tendo produzido trabalho que, ao terminar, foi muito aplaudido pela numerosa assistência que enchia literalmente o salão nobre da Casa. Agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

José Tôrres de Oliveira,

Carlos da Silveira.

Luís Tenório de Brito.

Ata da sessão extraordinária de 19 de agosto de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Luís Tenório de Brito.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 1950, às 16 horas, na sede social à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária. Os trabalhos foram presididos pelo presidente perpétuo, Dr. Tôrres de Oliveira, tendo como Secretários o Dr. Carlos da Silveira e o Cel. Luís Tenório de Brito que funcionou *ad-hoc*. Compareceram os sócios: Frederico de Barros Brotero, Ernesto de Sousa Campos, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Igor Dolgorukij, Alexandre D'Alessandro, J. Alberto J. Robbe, Dácio Pires Correia, e Afonso d'E. Taunay. Iniciando os trabalhos, explicou o Sr. Presidente que a presente sessão extraordinária foi convocada especialmente para a eleição de novos sócios. Procederam-se em 1.º escrutínio às votações de transferência para a categoria de sócios beneméritos dos srs. Fábio da Silva Prado, José de Moura Rezende, José Pedro Leite Cordeiro e ainda os Srs. Mário Otoberini Costa, André Nunes Junior e Cantídio Nogueira Sampaio; dos srs. Edvard Carmilo e Cristóvão Camargo para a categoria de honorários; para sócios correspondentes: Júlio da Silveira Sudario, Joaquim de Paula Guimarães, Jarbas Sertório de Carvalho; Efetivos: Prof. René Oliveira Barbosa e Fausto Ribeiro de Barros. Em 2.º e último escrutínio foram eleitos e proclamados sócios correspondentes o Dr. Armando Manuel de Lemos de Matos, residente em São João da Foz do D'Ouro, Pôrto, Portugal, e efetivos Tte. Cel. Sílvio Correia de Andrade e Valdemar Pio dos Santos. Antes de encerrar-se a sessão falou o Prof. Sousa Campos sobre o Professor Alexandre Rodrigues Ferreira, em relação à sua grande obra, isto a propósito de projeto de lei que corre na Câmara Federal autorizando a sua reedição. Propôs o orador uma moção de aplausos àquela Casa do Congresso Nacional pelo andamento do referido projeto; sobre financiamento para a construção do novo edifício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo cujo pedido acaba de ser encaminhado à Caixa Econômica Federal, sob os melhores auspícios. Falou o Dr. Carlos da Silveira estranhando a omissão feita do nome de Alexandre de Gusmão no exame que o Boletim "Noticias de Portugal", n.ºs 269/70 faz ao referir personalidades de relêvo do govêrno do rei D. João V. Discorreu em seguida o Dr. Leite Cordeiro sobre o IV Centenário da Obra de Hans Staden, cuja reedição encarece. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada

a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.
Carlos da Silveira
Amador Bueno Machado Florence.

Ata da sessão extraordinária, em 26 de agosto de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira
1.º Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro.
2.º Secretário: Cap. Henrique Oscar Wiederspahn.

Aos 26 dias do mês de agosto de 1950, em sua sede social, na rua Benjamim Constant n.º 152, às 16 horas, realizou-se uma sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, convocada pelo Sr. Presidente Perpétuo para ultimação e votação de diversas propostas para novos socios e transferência de categoria para outros. Assistiram o livro de presença os srs. consócios: José Tôrres de Oliveira, Luís Tenório de Brito, Almeida Magalhães, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Alexandre D'Alessandro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Henrique Oscar Wiederspahn, José Pedro Leite Cordeiro, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, Honório de Silos e Alfredo Gomes. Declarada aberta a sessão o Sr. Presidente convidou os consócios presentes Dr. Plínio de Barros Monteiro para servir *ad-hoc* de 1.º Secretário e Cap. Henrique Oscar Wiederspahn de 2.º secretário no impedimento dos titulares. O sr. Presidente comunica a seguir que deixaram de comparecer a esta sessão, tendo justificado a sua ausência, os sócios Srs. Drs. Afonso José de Carvalho e Carlos da Silveira. Invertendo a ordem dos trabalhos, o Sr. Presidente dá a palavra ao consócio dr. Américo de Moura para comunicar assunto que julga urgente, a respeito de uma entrevista publicada na imprensa diária de Santos e desta Capital, em que o consócio Frei Timóteo van den Broeck renovara uma velha questão de ter sido São Paulo fundada por Brás Cubas antes de 1550, antes da resolução de Nóbrega e Anchieta. Em suas considerações, o orador rebateu os argumentos da citada entrevista e comentou a fotocópia impressa do documento que lhe serviu de base, optando em tratar-se de certidão de alvará ligado a um dos processos de prestação de contas de Brás Cubas por dinheiro entregue na defesa de Santos e sugerindo fôsse nomeada uma comissão para completar o estudo paleográfico do mesmo documento escrito em letra quinhentista. Pedida a palavra pelo consócio Leite Cordeiro, teceu êste novos comentários que reforçaram os argumentos do Dr. Américo de Moura. Aprovada a proposta em questão, o Sr. Pre-

Presidente nomeou uma comissão especial composta dos srs. Américo de Moura, José Pedro Leite Cordeiro e Tomás Oscar Marcondes de Sousa para estudar a documentação em questão e dar parecer sobre a mesma. Passou-se em seguida à discussão e votação de propostas, de transferências de categoria de sócios, após esclarecimentos prestados pela mesa, sendo aprovadas as seguintes transferências, em 2.^a votação: Fábio da Silva Prado, José de Moura Rezende, e José Pedro Leite Cordeiro para a categoria de beneméritos por unanimidade; Edvard Carmilo e Cristóvão Tôrres de Camargo para honorários, este por maioria e aquele por unanimidade. Foram também eleitos em 2.^o escrutínio, os Srs. Mário Otoberini Costa, André Nunes Júnior e Cantídio Nogueira Sampaio na categoria de beneméritos, por unanimidade e René de Oliveira Barbosa e Fausto Ribeiro de Barros na classe de efetivos, por maioria, e na de correspondente os Srs. Jarbas Sertório de Carvalho por unanimidade, Júlio da Silveira Sudário e Joaquim de Paula Guimarães, por maioria. A seguir, foi lida e aprovada a proposta do Sr. Honório de Silos para que se telegrafasse à Câmara Federal, aplaudindo a iniciativa do congressista sr. Plínio Cavalcanti no sentido de ser concedida subvenção de Cr\$ 500.000,00 à "Casa Euclideana" de São José do Rio Pardo. Depois o Sr. Presidente fez ler o ofício enviado pelo Sr. Diretor da Caixa Econômica Federal, relativo à concessão do empréstimo pleiteado pelo Instituto para a construção de sua nova sede, e comunicou já haver recebido e depositado, na forma do costume, do Banco do Comércio e Indústria, o auxílio concedido pela Municipalidade no corrente ano. Pedida a palavra pelo consócio Alfredo Gomes, este propôs que o Instituto enviasse ao Sr. Prefeito da Cidade um ofício manifestando o desprazer que causou ao mesmo Instituto a lei mandando substituir o nome da tradicional Avenida Água Branca, de acôrdo com a lei ainda não sancionada, ao que consta. Após acalorados debates ficou resolvido que o Instituto se manifestasse na defesa da conservação dos nomes tradicionais, sendo preferível dar o nome das pessoas que se tornaram merecedoras de conceito público a praças e ruas novas. Outra proposta do Prof. Alfredo Gomes solicitando que fôsse pedido ao Sr. Presidente para mandar colocar na placa da rua Fernão Dias, sita ao lado do Ginásio "Fernão Dias Pais", o nome por inteiro do grande sertanista, a fim de evitar dúvida e confusões, foi aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira

Amador Bueno Machado Florence.

Ata da 8.ª sessão ordinária, em 2 de setembro de 1950.

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira.

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

2.º Secretário: Dr. Alexandre D'Alessandro.

Aos dois do mês de setembro de 1950, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Rua Benjamim Constant n.º 152, a sua 8.ª sessão ordinária. À hora regimental, havendo numero legal, foi pelo Sr. Presidente Perpétuo, Dr. José Tôrres de Oliveira, declarada aberta a sessão, com a presença dos senhores consócios: Dr. José Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira, Tito Lívio Ferreira, Plínio de Barros Monteiro, Cel. Luís Tenório de Brito, Igor Dolgorukij, Alexandre D'Alessandro, José Ferreira Carrato, Alberto J. Robbe, Fausto Ribeiro de Barros. Justificaram a sua ausência os consócios Drs. José Pedro Leite Cordeiro, e José Bueno de Azevedo Filho. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente comunica à casa que se acha presente, no edifício, o Sr. Prof. Fausto Ribeiro de Barros, sócio recentemente eleito, e nomeia uma comissão composta do Prof. Ernesto de Sousa Campos, Cel. Tenório de Brito e Dr. Tito Lívio Ferreira para o receber e acompanhar até a sala das sessões a fim de que lhe seja dada posse da sua cadeira, o que é feito sob aplausos dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente saúda o novo sócio, que responde agradecendo. Na ausência do senhor 2.º secretário, o Presidente convida o Sr. Alexandre D'Alessandro para desempenhar essas funções, o qual toma assento à mesa. A seguir o Sr. Presidente declara que, por não estarem prontas as atas das últimas sessões, deixa de ordenar a sua leitura, e procede à nomeação de novos membros para as Comissões Permanentes, nas vagas até agora verificadas e que recai nos seguintes consócios: Comissão de Filatelia — Prof. Valdemar Baroni Santos e Cap. Henrique Oscar Wiederspahn e Comissão de Heraldica, Cap. Henrique Oscar Wiederspahn. O Sr. Presidente anuncia que no próximo dia 7 de outubro será realizada a eleição da Diretoria do Instituto para o período de 1951 e 1953 e concita os senhores consócios a comparecerem à mesma, fazendo recair os sufrágios em pessoas que possam realmente cumprir o mandato. Passa-se, então, à segunda parte da ordem do dia, sendo dada a palavra ao Dr. José Ferreira Carrato, consócio a cujo cargo esteve a conferência do dia, o qual discorreu brilhantemente sobre o assunto previamente anunciado: "Proposição sobre a conjuntura histórico-social brasileira. Ao final das suas palavras, o Sr. Presidente agradeceu ao Prof. Carrato a sua notável contribuição para o brilho das sessões do Instituto solicitando os originais da conferência para publicação na nossa revista. Nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente encer.

rada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira

Amador Bueno Machado Florence

Ata da 9.^a sessão ordinária de 7 de outubro de 1950.

Presidente: Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos.

1.^o secretário: Amador Bueno Machado Florence

2.^o secretário: Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta, às treze horas e meia, nesta cidade de São Paulo e sede social, à rua Benjamin Constant 152, obedecendo determinações estatutárias que impõem eleição para renovação da diretoria para o proximo triênio a iniciar-se em 25 de janeiro de 1951, foram instalados os trabalhos da assembléia; presentes os seguintes consócios: Ernesto de Sousa Campos, Alvaro da Veiga Coimbra; Amador Bueno Machado Florence, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, José Carlos de Macedo Soares, Plínio de Barros Monteiro, Alexandre D'Alessandro, Almeida Magalhães, Cândido de Sousa Campos, Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij, Américo B. A. de Moura, Spencer Vampré, René de Oliveira Barbosa, Afonso José de Carvalho, Pedro Dias de Campos, Luís Tenório de Brito, Valdemar Baroni Santos, Dácio Pires Correia, Ligia Lemos Tôrres, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Nicolau Duarte Silva, Francisco Isoldi, Fausto Ribeiro de Barros, Afonso de Escagnolle Taunay, Fausto de Almeida Prado Penteadado, Frederico de Barros Brotero, Arrisson de Sousa Ferraz, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, J. Alberto J. Robbe, José Pedro Leite Cordeiro, Alfredo Gomes e Domingos Laurito. Estes dois últimos deixaram de votar por terem chegado depois da eleição. Abrindo a sessão, o Sr. Presidente declara que a mesma foi convocada, de acôrdo com as disposições regimentais e especialmente para os trabalhos eleitorais, mas desventuradamente era ela a primeira a realizar-se após o brutal golpe sofrido pela instituição com o falecimento de nosso sempre venerado presidente-perpétuo, o ilustre e inesquecível Dr. José Carlos Dias Tôrres de Oliveira que, durante 20 anos, com sabedoria, elevado tato e alta compreensão da investidura, dirigiu os destinos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Tendo o doloroso fato ocorrido a primeiro do corrente, fazia a comunicação oficial e dava ciência ao sodalício das homenagens prestadas pela diretoria ao seu pranteado presidente, inclusive comparecimento imediato à residência do

respeitável extinto, oferecimento do salão nobre para o velório com conseqüente transporte do corpo para a sede social, presença da diretoria e sócios, incorporados nos funerais e missa de 7.º dia, hoje rezada, bem como convocação de sessão extraordinária, solene, para vinte e um do corrente mês, que será inteiramente dedicada às homenagens sociais do Instituto à memória de Tôrres de Oliveira; e, finalmente que, por lembrança do consócio Amador Florence, tendo em consideração a acentuada e sincera convicção religiosa do desaparecido presidente perpetuo, a diretoria promoveria, em sua honra, solenes exéquias por ocasião do trigésimo dia do passamento e, como corolário das homenagens, solicitara aos presentes se pusessem de pé por um minuto, o que foi feito. Em seguida, verificando que se encontravam na sala das sessões os consócios, embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e acadêmico Afonso de Escagnolle Taunay, nosso presidente de honra, a ambos convidou o presidente Sousa Campos para tomarem lugar à mesa, distinção de que declinaram por preferirem permanecer nas bancadas sociais. Não podendo permanecer presente aos trabalhos, por motivo de fôrça maior, o primeiro secretário Dr. Carlos da Silveira, ocupou a primeira secretaria o Sr. Amador Bueno Machado Florence tendo o Sr. Presidente convidado para a segunda o consócio Paulo Florêncio da Silveira Camargo — à vista de estarem ausentes, até o momento, os senhores terceiro e quarto secretários. Encontrando-se na antesala o Sr. Prof. René de Oliveira Barbosa, recentemente eleito membro efetivo e que desejava empossar-se, o Sr. Presidente designou uma comissão especial composta dos Srs. Afonso José de Carvalho, Cândido de Sousa Campos e Tito Lívio Ferreira para introduzi-lo no recinto. Recebido por calorosa salva de palmas e prestado o compromisso regimental, foi o prof. René de Oliveira Barbosa saudado pelo orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, agradecendo, a seguir, o recipiendário. Em seguida, o Sr. Presidente declarou estarem inscritos para falar os confrades Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, José Pedro Leite Cordeiro, Américo de Moura e êle presidente, mas, como alguns consócios não podiam por motivo justo, — como era o caso do Dr. Carlos da Silveira — permanecer presentes durante todo o transcorrer dos trabalhos ia, liminarmente, inverter a ordem e dar início à eleição, declarando, outrossim, que estavam habilitados a exercer o direito de voto os trinta e dois socios signatários do Livro de Presença. Antes de ter início a eleição pediu a palavra, por exceção, o confrade Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa que propôs o lançamento de um voto de pesar, na ata, por motivo do falecimento do historiador português Duarte Leite, há tempos embaixador da sua pátria junto ao nosso Governo e pessoa tão intimamente ligada ao Brasil. Declarando ser de todo justa a proposta, tão justa que não a submetia ao plenário por consi-

derá-la tácitamente aprovada, o Sr. Presidente adiantou que, utilizando-se da circunstância ia, também, fazer consignar em ata idêntico voto pelo desaparecimento do não menos ilustre Prof. Inácio Manuel Azevedo Amaral, verdadeiro luzeiro de nossa intelectualidade, sócio do Instituto e recentemente falecido no Rio de Janeiro. A seguir, procedeu-se à eleição da nova diretoria, sendo convidados para escrutinadores os consócios, Tito Lívio Ferrera e Alexandre D'Alessandro, iniciando a votação os membros da mesa e votando trinta e dois (32) eleitores. Terminada a votação, aberta a urna, nela foram encontradas trinta e duas sobrecartas, verificando-se, em apuração, que receberam sufrágios os seguintes confrades: — para presidente, Ernesto de Sousa Campos, trinta e um (31) votos; Afonso José de Carvalho, um (1) voto; para primeiro vice-presidente, Frederico de Barros Brotero, trinta e um (31) votos; Américo de Moura um (1) voto; para segundo vice-presidente, Américo Brasiliense Antunes de Moura, trinta e um (31) votos; Aureliano Leite, um (1) voto; para terceiro vice-presidente, Carlos da Silveira, trinta e um (31) votos; Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, um (1) voto; para primeiro secretário, Luís Tenório de Brito, trinta (30) votos; José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, (2) votos; para segundo secretário, Francisco Teive de Almeida Magalhães, trinta (30) votos; Alexandre D'Alessandro, um (1) voto; em branco um (1) voto; para terceiro secretário, José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho, trinta e um (31) votos; em branco, um (1) voto; para quarto secretário, Alfredo Gomes, trinta e um (31) votos; em branco, um (1) voto; para primeiro orador, José Pedro Leite Cordeiro, trinta e um (31) votos; Tito Lívio Ferreira, um (1) voto; para segundo orador, Aureliano Leite, trinta e dois (32) votos; para primeiro tesoureiro, Dácio Pires Correia, trinta e um (31) votos; Amador Bueno Machado Florence, um (1) voto; e, finalmente, para segundo tesoureiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, trinta e um votos (31), um em branco. Concluída a apuração, não havendo alegações ou impugnação, o senhor presidente passou a direção dos trabalhos ao primeiro secretário, declarando que o fazia em virtude de, nos termos do expressado pelas urnas, ter interesse no pleito e considerar-se impedido. Assumindo a presidência, o Sr. Amador Florence felicitou-se por esta investidura accidental, eis que ia ter a ventura de proclamar os novos diretores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo eleitos para o triênio de mil novecentos e cinquenta e um a mil novecentos e cinquenta e três e o fazia, à vista das apurações da seguinte forma: — Presidente, Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos; 1.º vice-presidente, Dr. Frederico de Barros Brotero; 2.º vice-presidente, Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura; 3.º vice-presidente, Dr. Carlos da Silveira; 1.º secretário, Coronel Luís Tenório de Brito; 2.º secretário, Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães; 3.º secretário, Dr. José Bueno de Oliveira

de Azevedo Filho; 4.º secretário, Prof. Alfredo Gomes; 1.º orador, Dr. José Pedro Leite Cordeiro; 2.º orador, Dr. Aureliano Leite; 1.º tesoureiro, Prof. Dácio Pires Correia; e, 2.º tesoureiro, Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa. Esta proclamação da nova diretoria, cuja posse será a 25 de janeiro de 1951, mereceu, como confirmação dos sufrágios dados a cada candidato, ser recebida por expressiva salva de palmas. Reassumindo a presidência, o Prof. Ernesto de Sousa Campos usou da palavra para agradecer, no seu e em nome dos companheiros eleitos, a prova de confiança e encorajamento que acabavam de receber e disse não ser o momento adequado para explicar o seu programa de ação e administrativo, sem dúvida vasto e quasi superior às suas fôrças, porém declarava serem pontos principais do mesmo a construção da nova sede social — empreendimento que, pelo vulto, por si só vale por um programa, a revisão, catalogação e ordenação da biblioteca e museu, que devem ser imediatamente postos em condições de prestar serviços eficientemente, não só aos socios como a todos quantos em trabalhos de aculturação, dêles queiram servir-se; revisão, o mais cedo possível, dos estatutos sociais, de forma a modernizá-los, pondo-os em pé de igualdade com o progresso das ciências, das artes e da cultura em geral, tudo de maneira a dar à instituição cunho de maior alcance científico e cultural; finalmente, que iniciaria sua administração imbuído da melhor boa vontade e sempre com o firme propósito de dar justa acolhida à generosa colaboração de todos quantos quisessem ajudá-lo a conduzir o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo aos seus melhores e mais elevados destinos. Tomando a palavra, o sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares declarou, após rápida saudação aos novos diretores, estar encarregado pelo diretor da "Casa de Rui Barbosa" de fazer entrega ao Instituto da medalha comemorativa do Centenário do grande brasileiro, acrescentando que o fazia com a máxima satisfação, principalmente pelo fato de ter sido o emérito patricio, glória da cultura e do saber brasílicos, presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, distinção muito raramente dispensada. O presidente Sousa Campos agradeceu o galardão conferido ao sodalício, declarando que era com especial carinho que o recebia em nome de todos os consócios. Tendo prosseguido os trabalhos, coube a palavra ao consócio Américo Brasileiro Antunes de Moura, um dos membros da Comissão especial encarregada de examinar no Convento do Carmo, em Santos, discutido documento ali encontrado por Frei Timóteo Van den Brock, o qual, possivelmente mal interpretado á vista de encontrar-se pêssimamente conservado, ao ponto de não ser decisiva a leitura processada por quaisquer renomados paleógrafos, poderia alterar a data aceita como a fundação de São Paulo, isto é, 25 de janeiro de 1554. Leu o orador o relatório da referida comissão, aliás documento perfeito por suas conclusões conscienciosas e acer-

tadas e demonstrativo do carinho com que a comissão se desincumbiu da difícil missão de que fôra investida, comissão esta composta dos consócios José Pedro Leite Cordeiro e Tomás Oscar Marcondes de Sousa. O presidente, a seguir, disse do especial agrado com que consignaria em ata a perfeição do trabalho apresentado e, calorosamente, felicitou os membros da comissão referida. A propósito do assunto, o consócio José Pedro Leite Cordeiro se manifesta e diz que, tendo sido convidado ao exame do documento em causa, no convento santista, logo ao primeiro momento verificou a dificuldade de sua leitura paleográfica, ou tradução, como tecnicamente se diz, e, ante as controvérsias surgidas, deliberara solicitar, para o caso, o concurso de técnicos do Arquivo Histórico de Lisboa, de vez que nessa instituição talvez pudesse ser encontrado o original do documento, melhor conservado, ou referências a êle, com o que certamente se solucionaria a questão; que, em complemento dessa sua diligência, acabara de receber carta do Dr. Alberto Iria, diretor do mencionado Arquivo lisboeta, o qual adiantava que buscas iam ser dadas na repartição sob sua superintendência, bem como já estava cuidando de submeter aos paleógrafos portugueses a cópia fac-similar, ou fotocópia, que tivera o cuidado de remeter para a capital portuguesa. Pede a palavra após o Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo que oferece à casa substancioso trabalho do clero, sôbre o mesmo assunto, já publicado na imprensa diária adiantando, a seguir, o autorizado consócio, mestre Afonso de Escragnolle Taunay, não poder haver dúvidas sôbre a data exata da fundação de São Paulo, não só pelo que, documentada e tradicionalmente existe, como em face das conclusões do Padre Serafim Leite, certamente a maior autoridade no assunto. A seguir, fez uso da palavra o Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, que longamente falou sôbre a personalidade do eminente padre Júlio Maria, no transcurso do primeiro centenário do seu nascimento, apresentando substancioso trabalho de pesquisa e análise, aliás francamente aplaudido pela casa. Foi, a seguir, concedida a palavra ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que discorreu sôbre a personalidade de Ernesto Guilherme Young, apresentando farta documentação demonstrativa do seu valor como historiador e amante do litoral paulista. O Sr. Presidente declarou que, em obediência a uma determinação do saudoso presidente perpétuo, Dr. José Carlos Maria Tôrres de Oliveira, cabia-lhe prestar homenagem ao grande pintor paulista José Ferraz de Almeida Júnior cujo centenário de nascimento ocorre no corrente ano de 1950. Faz então um resumo do seu trabalho que constará das páginas da "Revista", não lendo na íntegra todo o conteúdo do que escreveu pelo adiantado da hora. O dr. Afonso de Escragnolle Taunay pedindo a palavra lembrou que o referido trabalho poderá ser apresentado em outra ocasião, na sua

totalidade. O orador acentua a seguir a personalidade de Ernesto Guilherme Young. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira.

Amador Bueno Machado Florence.

Ata da sessão de 21 de outubro de 1950, em homenagem à memória do Presidente Perpétuo, Dr. José Carlos Tôrres de Oliveira.

Presidente: Prof. Ernesto de Sousa Campos

1.º secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º secretário: Amador Bueno Machado Florence.

Aos vinte e um dias de outubro de mil novecentos e cinqüenta, nesta capital de São Paulo, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo n.º 152, às 15,30 horas, o Sr. Presidente declarou instalados os trabalhos da presente sessão extraordinária, solene, dedicada às homenagens à memória do venerando presidente perpétuo, Doutor José Carlos Maria Tôrres de Oliveira, estando presentes, além de membros da família do homenageado e numerosos convidados, os seguintes consócios que assinaram o livro de presença: Ernesto de Sousa Campos, Carlos da Silveira, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Amador Bueno Machado Florence, Álvaro da Veiga Coimbra, Felix Guizard Filho, Tito Lívio Ferreira, Afonso José de Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Almeida Magalhães, Fausto de Almeida Prado Penteadó, Igor Dolgorukij, Spencer Vampré, Frederico de Barros Brotero, Pérsio Pereira Mendes, Luís Tenório de Brito, José Pedro Leite Cordeiro, Padre Hélio Abranches Viotti, Afonso d'E. Taunay, Fausto Ribeiro de Barros, Edvard Carmilo, Dácio Pires Correia, N. Duarte Silva, Alfredo Gomes e João Batista de Campos Aguirre. Deixaram de comparecer, justificando a ausencia, os Srs. Ricardo Gumbleton Daunt e J. Alberto J. Robbe. Em virtude de convite especial da presidência tomaram assento à mesa os Srs. José Torres de Oliveira Junior, representando a família enlutada, Dr. Francisco Faleiros, representando o Sr. Governador do Estado, Capitão João Augusto dos Reis, representante do Sr. General Comandante da 2.ª Região Militar e Dr. Alberto Montaña Garcia de La Lamsa, da Sociedade de Estudios de Historia de La Paz, Bolívia. Compareceram ainda, investidos de representação, os Srs. Dr. Francisco Bittencourt Teyro, em nome do Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado e Dr. Alvaro da Veiga Coimbra pelo Museu Paulista. Dando início aos trabalhos, o presidente Sousa Campos enumerou as diferentes homenagens

prestadas pelo sodalício ao Dr. Tôrres de Oliveira, inclusive a missa de requiem mandada celebrar, hoje, pelo Instituto Histórico na Igreja de Santo Antônio do Patriarca, velho e tradicional templo de Piratininga que tão bem se casou com o espírito heurístico do eminente historiador desaparecido; prosseguindo, declarou que o presidente perpétuo, cuja memória jamais se apagará nesta casa, porque a bem dizer viveu a sua longa vida com inteira dedicação a êste templo de cultura, antes de deixar a existência teve o dedicado, sugestivo e último pensamento voltado para o Instituto Histórico, eis que lhe deixou, como final lembrança, o seu distintivo de ouro, peça para nós de imenso valor e que, daqui por diante, figurará com destaque no museu da Sociedade; finalmente, que êle presidente teve ocasião de prestar pelas colunas da imprensa diária, justa e adequada reverência aos dotes e qualidades excepcionais do grande morto e que essas suas palavras escritas passariam a integrar — êsse o seu desejo — as homenagens do sodalício ao inesquecível Dr. Tôrres de Oliveira. Em seguida, o sr. 1.º secretário passou a ler as mensagens de pesar dirigidas ao Instituto Histórico pelas seguintes pessoas e entidades: Prof. Lineu Prestes, Prefeito Municipal; Centro de Debates de Assuntos Econômicos "Casper Libero"; Consulado de Portugal em São Paulo; Sociedade Numismática Brasileira; Consulado da República Argentina em São Paulo; Dr. Teodoro Bayma; Dr. Afonso de Freitas Júnior; Sebastião Almeida Oliveira; e Dr. Júlio César Faria. O sr. Presidente deu a palavra a seguir ao Sr. Aristides da Silveira Lôbo, que muitos anos ocupou o cargo de chefia da secretaria e biblioteca, tendo êste falado em nome dos funcionários do Instituto. Sua oração, reflexo de mais de uma década de vida diária com Tôrres de Oliveira, muito calou no espírito dos presentes pela sinceridade com que fatos inúmeros do "jour-de-jour" da instituição foram revividos, nêles sempre se destacando a figura boníssima de quem era alvo das homenagens de hoje. Concluído êste discurso, o sr. Presidente declara que o eminente Prof. Afonso de E. Taunay, sem dúvida o maior historiador vivo no Brasil, e nosso presidente de honra, deveria ocupar na mesa o lugar que de direito lhe pertence; no entanto, como tributo de honra ao homenageado preferiu ficar na bancada dos sócios para ali, com melhor propriedade, dar maior exaltação à missão de que nobremente se incumbira de reviver os seus quasi cinqüenta anos de magnífico convívio com o saudoso morto. De fato, mestre Afonso Taunay deu magistral desincumbência a essa missão, para êle de certo modo dolorosa tais eram os laços de grande afeição que o ligavam a Tôrres de Oliveira, e conseguiu trazer prêsa à sua palavra simples e desataviada, mas sincera, a seleta assistência desde o raconto de seus primeiros contactos com o nosso presidente perpétuo nesta casa, isso a começar dos idos primeiros deste século. Finalmente teve a palavra o orador oficial,

Dr. José Pedro Leite Cordeiro, para fazer o necrológio do grande homenageado, e que, com sua palavra brilhante e autorizada, circunspecta e alicerçada na mais respeitável probidade — característica, aliás, de todos os seus trabalhos — o orador prendeu a atenção dos presentes, por espaço de mais de uma hora, por isso que apresentou substancial, positivo e lapidar escôrcço sôbre a vida incomum de José Carlos Tôrres de Oliveira, conseguindo expressar, conseqüentemente, o pendor de cada um dos membros dêste sodalício e, com a maior propriedade, as justas homenagens que todos devemos àquele que durante cêrca de meio século viveu para e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, engrandecendo e elevando a nobilíssima galeria dos varões ilustres que têm sido os guardiães das mais caras e nobres tradições de Piratininga. Seria impossível resumir na ata, a oração do dr. Leite Cordeiro, a qual, para gáudio de todos nós, será, oportunamente, publicada nas colunas da "Revista". Todos os oradores foram calorosamente aplaudidos e pessoalmente cumprimentados pelo sr. Presidente o qual, encerrando a sessão, agradeceu o comparecimento dos confrades, autoridades, membros da família Tôrres de Oliveira e convidados e, ao mesmo tempo, convidou os presentes para a sessão magna de 28 do corrente, sábadô próximo, quando, em virtude de determinação estatutária, o Instituto homenageará a memória de todos os consócios falecidos no transcorrer do ano em curso. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira

Afonso de E. Taunay.

Ata da sessão magna de 28 de outubro de 1950.

Presidente: Ernesto de Sousa Campos

1.º Secretário: Carlos da Silveira

2.º Secretário: Amador Florence.

Aos vinte e oito dias de outubro de mil novecentos e cinqüenta, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, às 15,30 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão magna comemorativa do 56.º aniversário da fundação do sodalício, estando presentes os seguintes consócios, de acôrdo com assinaturas lançadas no Livro de Presença: — Ernesto de Sousa Campos, Frederico de Barros Brotero, Luís Tenório de Brito, Amador Bueno Machado Florence, Carlos da Silveira, Eduardo d'Oliveira França, J. R. de Araújo Filho, Almeida Maga-

Ihães, Henrique Oscar Wiederspahn, Arrisson de Sousa Ferraz, José Pedro Leite Cordeiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Álvaro Coimbra, Afonso de E. Taunay, Dácio Pires Correia, Alfredo Gomes, Cândido de Sousa Campos e Fausto Ribeiro de Barros. Depois de anunciar o objetivo precípua da reunião e de esclarecer que a comemoração dos aniversários do Instituto é feita de acôrdo com o disposto nos estatutos, por meio de elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano social, pede a palavra o consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa e propõe a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, a qual tendo sido publicada e sendo do conhecimento de todos os interessados estava consequentemente em condições de ser aprovada. Submetida a votos, ninguém pedindo a palavra, foi a proposta aprovada, passando a mesa a assinar referida ata. Achando-se na casa o Dr. Alberto Garcia Montaña, presidente da Sociedade de Estudos de História de La Paz, Bolívia, o Sr. Presidente o saúda, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos. Em seguida, o sr. Presidente comunica que o resultado das últimas eleições foi comunicado, por officio, às entidades congêneres, autoridades oficiais e eclesiásticas, imprensa e outras associações com as quais o Instituto mantém relações; adiantou, mais, haver sido recebida uma delicada carta do Prof. Damião Péres, sócio correspondente, comunicando aceitar a honrosa incumbência de ser nosso representante em Lisboa e junto às entidades culturais e científicas de Portugal; deu ciência, ainda, o Sr. Presidente, aos consócios presentes, que a Diretoria resolvera, em sua última reunião, cuidar da reforma dos estatutos sociais, modernizando-os e que, para tanto, encarregara uma comissão especial composta dos três vice-presidentes, e mais o presidente de honra do Instituto, Prof. Afonso d'E. Taunay, a qual já entrara em franca atividade; comunicou, em seguida, em caráter official, haver conseguido a cooperação do competente bibliotecário Sr. Antonio Gonçalves de Campos Filho, cujos serviços de reorganização, catalogação e ordenação das bibliotecas da Faculdade de Medicina, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina, e outras, repercutem, ainda, nos meios culturais de São Paulo e que sua atuação, nesta casa, inclusive na superintendência da secretaria, forçosamente será das mais proveitosas tais são sua competência, dedicação e exata compreensão dos deveres; disse, mais, que o Cel. Lúcio Rosales vinha, a contento geral, fichando e ordenando todos os volumes da biblioteca e organizando o cadastro geral, merecendo êsse seu trabalho francos elogios pela forma acertada por que o conduzia. Em relação à construção da nova sede social, o Sr. Presidente comunicou que continuavam com muito interêsse os necessários estudos nos meios técnicos e financeiros da praça e êsses trabalhos eram conduzidos de forma a mais promissora. Foi, a seguir, dada a palavra ao orador official,

Dr. José Pedro Leite Cordeiro, o qual, antes de entrar pròpriamente na parte do necrológio dos sócios desaparecidos, falou sôbre o aparecimento do undécimo e último volume da "História das Bandeiras", notável trabalho de pesquisa histórica do maior de nossos historiadores, o consagrado mestre Afonso de D'E. Taunay e, em palavras de muito afeto e carinho, saudou a pessoa do emérito heurista boliviano, dr. Alberto Montaña, no momento, hóspede do Instituto. Em continuação, propõe o orador que a venda do precioso livro do saudoso consócio Álvaro de Sales Oliveira "Moedas do Brasil", anteriormente fixado em Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) passasse a ser feito à razão de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) não só pela dificuldade de colocação da obra, que é de real mérito, mas interessando apenas aos especialistas, como porque era êsse o preço que vinha sendo cobrado pela Sociedade de Numismática. Em discussão, o Prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa concorda plenamente com a proposta, mas entende que o Instituto deve reservar pelo menos cinqüenta volumes. Falam sôbre a matéria os Srs. Álvaro da Veiga Coimbra dando as razões por que a Sociedade de Numismática rebaixara o preço de venda e Afonso d'E. Taunay, êste declarando *considerar elevado*, ainda, o preço de Cr\$ 250,00, visto tratar-se do 1.º volume da monumental obra. Finalmente o sr. Amador Florence se declara pela proposta inicial, com o aditivo do sr. Oscar Marcondes, isto é, da reserva de cinqüenta volumes para que não se perca de vista a necessidade de se transformar o magnífico trabalho do Dr. Sales de Oliveira em raridade bibliográfica, devendo, contudo, ter a diretoria poderes elásticos no tocante à venda, ou seja reputando a obra como melhor lhe pareça mas sempre tendo por base o preço mínimo de Cr\$ 250,00. Vencedora esta idéia foi, finalmente, aprovada por unanimidade. O orador oficial, antes de entrar diretamente no assunto principal que o conduziria à tribuna, presta justa e merecida homenagem à memória de Luís Eduardo da Silva Araújo, pioneiro da indústria químico-farmacêutica do Brasil, cujo centenário vinha de ser comemorado. Em seguida tece o necrológio dos confrades falecidos durante o ano social em número de treze e que são os seguintes 1) José Carlos Maria Dias Tôrres de Oliveira; 2) Rodolfo Augusto de Amorim Garcia; 3) Manuel Hipólito do Rêgo; 4) Antônio Figueira de Almeida; 5) Buenaventura Caviglia Hijo; 6) Mario Sette; 7) Vital Brasil Mineiro da Campanha; 8) Felix Soares de Melo; 9) José Ferreira de Melo Nogueira; 10) Laerte Teixeira de Assunção; 11) José Pires do Rio; 12) João José Maria Francisco de Oliveira; e 13) Manuel Inácio Azevedo do Amaral. Em brilhante e substanciosa oração traça a biografia dos saudosos companheiros, enaltecendo-lhes as virtudes, apontando-lhes excepcionais qualidades, exalçando-lhes incontestáveis méritos e dizendo do imenso pesar do Instituto pela perda dêsses treze ilustres confrades. A bela oração

mereceu do seletto auditório calorosa salva de palmas. O Sr. Presidente põe em relêvo o magnífico trabalho apresentado pelo orador official, agradece sua esplêndida cooperação e dá a palavra, em seguida, ao Dr. Alberto Garcia Montaña, historiador boliviano. O distinto visitante começa rendêdo expressiva homenagem ao saudoso presidente perpétuo do sodalício, Dr. José Carlos Tôrres de Oliveira, passa a exaltar o Brasil, esplendorosa terra da liberdade e de cultura, irmã amiga de sua pátria, a Bolívia e, depois de entoar verdadeiro hino de glória ao nosso país entrega ao presidente Sousa Campos o diploma de sócio de honra da Sociedade de Estudos de História de La Paz, Bolívia, da qual foi portador por delegação especial de seus companheiros. O presidente Sousa Campos, em palavras repassadas de sincero agradecimento, saudou calorosamente a grande pátria boliviana. Em seguida, comunicou que tendo transcorrido no dia 21 de outubro mais um aniversário de fundação do centenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, célula-mater das instituições congêneres, delibera se assinalasse o auspicioso fato em ata, para que a efeméride ficasse em nossos anais. Nada mais havendo, para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira

Afonso de E. Taunay.

Ata da sessão extraordinária realizada no dia 2 de dezembro de 1950.

As 15,30 horas, na sede social, à rua Benjamim Constant 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária, sob a presidência do Dr. Ernesto de Sousa Campos. Ao iniciar os trabalhos, o sr. Presidente convidou para tomarem assento à mesa os senhores Afonso de E. Taunay, Carlos da Silveira, Almeida Magalhães, Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, representante de Sua Eminência o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Arruda Camara, o Cap. Milton Marques de Oliveira, representante do Sr. Reitor da Universidade de São Paulo, Dr. Rui Bloem, representante do Sr. Prefeito Municipal e Cap. René da Silva Velho, representante do Sr. Secretário da Educação. Achando-se na ante-sala Sua Eminência o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, o Sr. Presidente nomeia os Srs. Sinésio Rangel Pestana, José Pedro Leite Cordeiro e Afonso José de Carvalho, para introduzi-lo no recinto, onde foi recebido sob calorosa salva de palmas, pela seleta assistência formada de altas autoridades eclesiásticas, militares e

civis, senhoras, cavalheiros e dos seguintes consócios — Ernesto de Sousa Campos, Afonso de Carvalho, Afonso de E. Taunay Américo Brasileiro Antunes de Moura, Luís Tenório de Brito Tito Lívio Ferreira, Almeida Magalhães, Igor Dolgorukij, Fausto Ribeiro de Barros, Francisco Isoldi, Zuínglio Homem de Melo, Sinésio Rangel Pestana, Fausto de Almeida Prado Penteado, Carlos da Silveira, Francisca Neves Lôbo, René de Oliveira Barbosa, Plínio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Arrisson de Sousa Ferraz, José Pedro Leite Cordeiro, Joaquim Vicente Rondon, Henrique Oscar Wiederspahn, Mons. Deusdedit de Araujo, José Carlos de Macedo Soares, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dácio Pires Correia, Álvaro da Veiga Coimbra, Pelágio Lobo, Lígia Lemos Tôrres e Alfredo Gomes. Disse então o Sr. Presidente ter convocado a reunião extraordinária para o fim especial de receber Sua Eminência o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, para posse da cadeira de sócio honorário do Instituto. Esclareceu que o Instituto desde a sua fundação tem contado em seu quadro social com apreciável número de sacerdotes. Agora o Instituto recebe o Cardeal Mota que irá com seu talento prosseguir a rota luminosa traçada pelos antecessores, para o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Disse que o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota ingressou no nosso sodalício justamente na ocasião em que se consolida a idéia da construção da nova sede social, cujos entendimentos já estão bastante adiantados, pelo que, fez convocar uma Assembléa Geral Extraordinária para os dias 6 e 7, para, na forma dos estatutos, receber do conclave a palavra definitiva sobre o palpitante problema que deverá estar solucionado antes de 1954, data essa em que São Paulo festejará o 4.^o centenário de fundação. Continuando o orador disse não desejar alongar-se discorrendo sobre a personalidade do ilustre recipiendário, porquanto sua vida e seus trabalhos são sobejamente conhecidos na sociedade paulistana; deseja, entretanto, realçar a sua valiosa contribuição para a criação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Congratula-se, assim, com a magnífica aquisição feita pelo Instituto, recebendo em seu seio tão eminente personalidade. Dá, a seguir, a palavra ao orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, para receber, em nome do Instituto, Sua Eminência Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Com a palavra, o orador oficial proferiu um eloqüente discurso de boas vindas ao novo consócio, historiando as atividades dos seus antecessores eclesiásticos e rejubilando-se com o ingresso de tão alta personalidade no quadro social do sodalício. Com a palavra, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota agradece as amáveis referências a sua pessoa e focaliza, a seguir, o tema do seu discurso de posse que foi relativo à personalidade do Cardeal

Arcoverde. As últimas palavras do orador foram abafadas por uma salva de palmas. A seguir foi encerrada a sessão.

Ernesto de Sousa Campos

Carlos da Silveira.

Afonso de E. Taunay.

Assembléia Geral extraordinária de 6 de dezembro de 1950, sob a presidência do Dr. Ernesto de Sousa Campos.

A Assembléia Geral extraordinária, convocada para o dia 6 de dezembro de 1950 (1.^a convocação) para tratar da edificação da nova sede do Instituto, conforme edital inserto no "Diário Oficial", de 5 de dezembro de 1950, deixou de se realizar por falta de número legal, ficando transferida para o dia 7 do mesmo mês, conforme o texto do referido edital.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira.

Afonso de E. Taunay.

A. Coimbra.

Ata da Assembléia Geral extraordinária (2.^a convocação), realizada no dia 7 de dezembro de 1950, sob a presidência do Dr. Ernesto de Sousa Campos.

Em segunda convocação e em conformidade com os termos do edital publicado no "Diário Oficial" do Estado de São Paulo, em 5 de dezembro de 1950, realizou-se em 7 do mesmo mês e ano a Assembléia Geral Extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos. Com a presença de número legal de sócios foi aberta a sessão sendo, então, apresentada a indicação que abaixo vai transcrita, delegando poderes especiais ao Presidente do Instituto. Posta em discussão e submetida, depois, à aprovação, foi a proposta aprovada por unanimidade de votos. Eis os termos exatos do que foi aprovado: — **Indicação:** — Fica o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos, autorizado a praticar todos os atos que se fizerem necessários para dotar a instituição de um novo prédio inclusive o de negociar e realizar um empréstimo com a Caixa Econômica de São Paulo, no valor aproximado de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.500.000,00) para o referido objetivo, assim

como providenciar e resolver todos os atos e contratos para a construção conforme projetos e plantas aprovadas pela Diretoria. O Presidente, além dos poderes inerentes ao cargo, fica investido dos poderes especiais necessários para os objetivos mencionados, poderes êsses concedidos pelo Instituto Histórico, como pessoa jurídica. Seguem-se as assinaturas dos sócios. Sala das Sessões 7 de dezembro de 1950". Para maior clareza é reproduzido nesta ata o conteúdo do edital de convocação publicado no "Diário Oficial":

"Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Assembléia Geral Extraordinária. — De ordem do Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos, vice-presidente em exercício, convoco os senhores associados para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 6 do corrente mês, às 15 horas, no Instituto, a fim de tratar da construção da nova sede social. Se não houver número regulamentar na reunião do dia 6, a Assembléia se efetuará no dia 7, às mesmas horas, e no mesmo local, com qualquer número de sócios. São Paulo, 2 de dezembro de 1950 a) Carlos da Silveira, 1.º Secretário. "Antes de ser encerrada a sessão, foi lançado na ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do sócio efetivo Ministro Gastão Vidigal. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. **Em tempo:** — As assinaturas constantes da "Indicação" acima mencionada, concedendo poderes especiais ao Prof. Ernesto de Sousa Campos, são as seguintes: Luís Tenório de Brito, Carlos da Silveira, Afonso de E. Taunay, Zuínglio Homem de Melo, Luís Ribeiro do Vale, Amador Bueno Machado Florence, Dácio Pires Correia, Henrique Oscar Wiederspahn, José Pedro Leite Cordeiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Almeida Magalhães, Plínio de Barros Monteiro, Álvaro Martins, Títo Lívio Ferreira, Afonso José de Carvalho, Álvaro da Veiga Coimbra, João Batista de Campos Aguirra, Américo B. A. de Moura, Manuel Rodrigues Ferreira, Pérsio Pereira Mendes, Luís Correia de Melo, Carlos Alberto Nunes, Enzo Silveira, F. Isoldi, Eurípedes Simões de Paula, Alfredo Ellis, José Antero Pereira Júnior, Jorge Bertolaso Stella, Antônio Paulino de Almeida e Salvador Moya." Em seguida foi encerrada a sessão.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira.

Afonso de E. Taunay.

Álvaro Coimbra.

Ata da sessão extraordinária de 19 de dezembro de 1950.

Presidida pelo Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou, em sua sede social, uma reunião extraordinária aos dezanove de dezembro de mil novecentos e cinqüenta. Ao abrir os trabalhos, o Presidente convidou para secretários da mesa

os consócios Tito Lívio Ferreira e Tomás Oscar Marcondes de Sousa, tomando, ainda, assento à mesa, a convite, o presidente de honra Prof. Dr. Afonso de Escragnoille Taunay, e com a presença dos seguintes consócios: Ernesto de Sousa Campos, Plínio de Barros Monteiro, Enzo Silveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, Américo B. A. de Moura, Afonso Taunay, Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães. O sr. Presidente disse que a reunião foi convocada para o fim especial do Dr. David Carneiro, do Paraná, realizar uma palestra sobre o tema "O Morgado de Mateus e o Paraná". O Prof. Sousa Campos ao apresentar o conferencista disse não pretender fazer o elogio da pessoa do orador porquanto é sobejamente conhecido através de seus trabalhos divulgados sobre História e outros assuntos. Desejava, entretanto, dizer da impressão que recebeu do Paraná, quando de sua excursão por este Estado, sob diversos aspectos. A seguir convida o Dr. Davi Carneiro para pronunciar a sua conferência, cujas primeiras palavras foram referentes aos cultores de letras históricas, Prof. Dr. Afonso de E. Taunay e Américo de Moura, que muito se têm destacado nesse setor da cultura. A seguir focaliza o assunto da sua conferência: — "O Morgado de Mateus e o Paraná", referindo-se à figura de Dom Luís Antonio Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, desde a sua vinda a Santos em março de 1765, expondo a seguir as suas simpatias pelas terras do Paraná, citando os empreendimentos e enumerando as expedições que foram enviadas para a Colonização do Estado: — Domingos Lopes Cascais, Estevão Ribeiro Baião, Francisco Nunes, Bruno da Costa Figueira, Silveira Peixoto, Francisco José Monteiro, Pedro de Xavier, Felipe Santiago, Francisco Martins Lustosa e Afonso Botelho, este no ano de 1771. Nessa ocasião o Morgado de Mateus foi substituído por Martim Lôbo de Saldanha. Disse que dessas expedições, ao seu ver, a que melhores resultados obteve foi a de Afonso Botelho, personalidade essa que merecerá uma palestra, no começo do ano próximo, sob o título "Afonso Botelho e sua vida". Disse, no decorrer da palestra, que, apesar dos incontestáveis empreendimentos realizados por Afonso Botelho, na formação do Paraná, organizando milícias, construindo quartéis, igrejas, semeando cidades, animando a arte, não se encontram em Curitiba vestígios que perpetuem a passagem do grande vulto que tanto trabalhou pela grandeza do Estado do Paraná, pois não existe um monumento e, nem sequer, o nome de uma rua dado ao vulto de Afonso Botelho.

Ernesto de Sousa Campos.

Carlos da Silveira.

Afonso de E. Taunay.

A. Coimbra.

Ata da sessão de 10 de Janeiro de 1951

Aos dez dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua primeira reunião ordinária do ano, presentes os seguintes consócios: — Ernesto de Sousa Campos, Afonso de Carvalho, Luís Tenório de Brito, Tito Lívio Ferreira, Alvaro da Veiga Coimbra, J. Alberto J. Robbe, Igor Dolgorukij, Alexandre D'Alessandro, Plínio de Barros Monteiro, Dácio Pires Correia, Américo B. A. de Moura, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Carlos da Silveira, José da Costa e Silva Sobrinho, José Pedro Leite Cordeiro e J. R. de Araujo Filho. Assumiu a presidência o prof. Sousa Campos, ladeado pelo sr. dr. Carlos da Silveira e, na ausência do secretário efetivo, é convidado para ocupar esse cargo, o consócio dr. Alvaro da Veiga Coimbra. Estando presentes à sessão, os srs. drs. Afonso de E. Taunay, Presidente de Honra do Instituto, José da Costa e Silva Sobrinho, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, e Odilon Nogueira de Matos, Secretário da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, o sr. Presidente convida-os a tomarem assento à mesa da presidência e, em seguida, declara aberta a sessão, pedindo se faça a leitura das atas das sessões anteriores. Com a palavra, o prof. Marcondes de Sousa pede a dispensa da leitura das atas por já terem sido lidas com exceção das atas dos dias 6 e 7 de dezembro de 1950, assembléias que trataram dos entendimentos havidos pelo sr. Presidente para a construção do novo edifício destinado ao Instituto. Postas em votação, são as mesmas aprovadas. O sr. Secretário lê, então, a ata do dia 19 de dezembro de 1950, a qual, posta em discussão, é aprovada sem debates. A seguir, com a palavra, o Coronel Luís Tenório de Brito diz que em vista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ter convidado para tomarem parte nas bancas examinadoras de concurso para catedráticos e livres-docentes e para defesa de teses, os srs. Afonso de E. Taunay, Aureliano Leite, Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Isoldi, José Fernandes de Almeida Prado e José Pedro Leite Cordeiro, todos membros do

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, propõe que seja inserto em ata um voto de congratulações com o Instituto pela honra a ele deferida. O sr. Leite Cordeiro tomando a palavra manifesta o seu inteiro acordo com a proposta e sugere seja oficiado ao prof. Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Filosofia, expressando o Instituto o seu contentamento ao se ver galardoado com a referida distinção, o que é aprovado pela casa. O sr. prof. Odilon Nogueira, secretário da Faculdade de Filosofia, levanta-se e dirige palavras de agradecimento em nome da Faculdade e no seu próprio, pela homenagem prestada pelo Instituto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A seguir, o sr. Presidente inicia a leitura do relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 1950. O dr. Leite Cordeiro em aparte, lembra seja incluída naquele documento a representação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, feita pelo consócio prof. Damião Peres, residente em Lisboa, nas festividades realizadas pela Sociedade de Geografia da mesma cidade, quando essa douta associação comemorou o 75.º aniversário de sua fundação. O sr. Presidente concorda, mandando que se officie ao sr. prof. Damião Peres agradecendo. Finda a leitura do relatório, o sr. presidente comunica que a parte financeira do mesmo deixa de ser lida, porque o sr. Tesoureiro por motivos imprevistos não pôde concluí-la em tempo, apresentando-a em época oportuna, quando será juntada ao relatório e ao exame dos srs. consócios. O prof. Tito Livio Ferreira traz ao conhecimento da casa, ter representado o Instituto Histórico nas comemorações feitas ao Monsenhor Martins Ladeira. O sr. Presidente, a seguir, diz estar empenhado em conhecer o quadro social do Instituto, e, particularmente, a situação de cada sócio perante o sodalício. Para que seja dada posse á nova diretoria do Instituto, eleita para o triênio de 1951 a 1954, o sr. Presidente convida o dr. Taunay para assumir a presidência. Assumindo-a, o Dr. Taunay tem palavras de saudade para o falecido presidente, o dr. Torres de Oliveira, e, depois, referindo-se aos novos membros escolhidos tece palavras elogiosas, esperando, diz, que os mesmos, tendo á frente o sr. Ernesto de Sousa Campos, levem o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a uma fase de grande progresso, como bem o merece a tradicional casa de São Paulo que reúne, em seu seio, a intelectualidade da terra bandeirante. Depois, passa a ler os nomes dos que foram eleitos, declarando-os empossados o que se faz entre uma salva de palmas da assistência. A seguir passa novamente a direção dos trabalhos ao sr. Prof. Sousa Campos que agradece as palavras carinhosas pronunciadas pelo sr. dr. Afonso de E. Taunay. Com a palavra, o dr. Leite Cordeiro lembra o centenário de nascimento dos eminentes cidadãos Alfredo do Vale Cabral e Herman von Ihering, ocorrido em 1950. Ouvido com a máxima atenção analisa a vida de cada um, comentando os seus trabalhos e o muito que fizeram no círculo cultural

de nossa pátria; terminando pede que constasse em ata a homenagem que prestava o Instituto à memória de tão prestativos e cultos cientistas, o que merece aprovação da casa. Ainda sobre a personalidade de Alfredo do Vale Cabral, o dr. Afonso Taunay lembra episódios da sua vida, solidarizando-se com o orador pelas justas homenagens prestadas. Passando-se à votação de novas propostas para sócios do Instituto é apresentada em primeiro lugar a que dá o título de socio emérito ao sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa. O sr. Secretário lê a proposta que traz o parecer dos Profs. Tito Livio Ferreira e Alfredo Elis. Com a palavra, o sr. Presidente faz considerações sôbre a personalidade do apresentado, um dos socios mais assíduos aos trabalhos do Instituto pondo em evidência o seu grau de cultura na especialidade que abraçara, assinalando os seus trabalhos escritos que lhe grangeavam o respeito até de seus adversários. Sôbre a figura do nobre consócio, enaltecendo-o, falam ainda os srs. Leite Cordeiro, Tito Livio Ferreira, Cel. Tenório de Brito e Carlos da Silveira. Posta em votação, é essa proposta aprovada por unanimidade. A segunda proposta apresentada é a do Cel. Lucio Rosales, distinto oficial da Força Pública de São Paulo, amigo incondicional do Instituto, a quem tem prestado forte apoio. Posta em votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, procedeu-se á apresentação da última proposta, esta do sr. prof. Fidelino Figueiredo, ilustre professor da Universidade de Lisboa hoje servindo à Universidade de São Paulo, na sua Faculdade de Filosofia onde é um dos maiores valores como catedrático. Sôbre a personalidade do ilustre mestre, manifestam-se varios consócios, todos unânimes em palavras as mais elogiosas. Posta em votação, é essa proposta aprovada por unanimidade. Perguntando o sr. Presidente se algum dos srs. consócios desejava fazer ainda uso da palavra e ninguém se manifestando, é dada por encerrada a sessão.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenorio de Brito.

Almeida Magalhães.

Ata da sessão solene de 25 de janeiro de 1951, comemorativa da fundação de São Paulo.

A sessão foi presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos consócios Almeida Magalhães e cel. Luís Tenório de Brito, a ela comparecendo o cap. José Rufino Freire Sobrinho, representante do sr. Governador do Estado; dr. André Nunes Junior, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, cap. Mario Timóteo de Oliveira, representante do sr. Secretário da Agricultura; dr. Agenor Prado, representante do sr.

Secretário da Fazenda; prof. Paulo de Toledo Artigas, Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo; Tenente Hildebrando Chagas, representante do sr. Comandante Geral da Força Pública e número legal de socios. O Presidente referiu-se ao empreendimento do Instituto, relativo à publicação de uma enciclopédia sobre São Paulo, da autoria dos socios do Instituto e outros, alheios ao quadro social. A obra, que abrangerá quatro volumes possivelmente em dois idiomas, versará sobre a evolução de São Paulo, durante quatro seculos e focalizará vários aspectos: Geografico, etnográfico; social; político, etc. Espera o sodalicio terminar essa obra por ocasião dos festejos do IV centenário de São Paulo, dizendo o orador que a efeméride de 25 de janeiro do corrente ano marcará o inicio do trabalho em apreço. Na ordem do dia achava-se inscrito o orador oficial dr. José Pedro Leite Cordeiro para pronunciar uma conferência sobre "Onde pairam os restos mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva?" Entretanto, o orador não compareceu por motivo de moléstia, pelo que o trabalho foi lido pelo Cel. Luís Tenório de Brito. O orador teceu comentários acêrca do interessante e bem documentado assunto. Em suma, conclui, dizendo poder assim resumir o parecer do projeto do nobre vereador Mario Ottobrimi Costa: a) Relíquias do Padre Manuel da Nóbrega: — são, infelizmente de impossível localização; b) Relíquias do Padre José de Anchieta: — 2 promissoras possibilidades: 1) o cofre com a jaqueta do apóstolo do Brasil, encontrado em 1949, em uma dependência da Faculdade de Ciências de Lisboa; 2) Reliquia óssea, vinda de Roma, e existente no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro. Resta-nos, porém, averiguar, conclui o orador, a sua autenticidade e, portanto, opinamos que a comissão dos festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo, antes de tomar providências para a trasladação, aguarde o parecer da Comissão, nomeada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que, dentro de pouco tempo, deverá manifestar-se sobre a autenticidade das referidas reliquias; c) — Relíquias do Padre Manuel de Paiva: — são infelizmente de impossível localização. Em seguida foi encerrada a sessão.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenorio de Brito.

Almeida Magalhães.

Ata da sessão de 3 de fevereiro de 1951.

No dia tres (3) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma reunião ordinária sob a presidencia do Dr. Ernesto de Sousa Campos e secretariada

pelo Cel. Luís Tenório de Brito e Prof. Almeida Magalhães e com a presença dos consócios acima nomeados e dos demais: — Tito Livio Ferreira; Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Américo Brasiliense Antunes de Moura; Afonso José de Carvalho, Alfredo Gomes, Arrisson de Sousa Ferraz, José Pedro Leite Cordeiro, Frederico Brotero, Afonso de E. Taunay e Acoldo de Azevedo. O Prof. Oscar Marcondes de Sousa propõe a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, no que é atendido. O presidente comunica que o Instituto se fez representar pelos consócios Tito Livio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro e pelo proprio, na posse do novo prefeito municipal Dr. Armando de Arruda Pereira, na posse do Reitor da Universidade de São Paulo, dr. Ernesto Leme e na homenagem prestada pela União Cultural Brasil-Estados Unidos ao dr. Lucas Nogueira Garcez, Governador eleito de São Paulo. Na ordem do dia o prof. Ernesto de Sousa Campos disse ter assumido com o saudoso Presidente Perpétuo dr. Torres de Oliveira, um compromisso relativo à apresentação de trabalhos da sua autoria, pelo que se inscreveu para apresentar duas comunicações, a primeira versando sobre o tema "Universidade de São Paulo" e a segunda sobre "Subsídios para a historia de Itu e Sorocaba". No primeiro trabalho o orador faz um estudo retrospectivo das universidades disseminadas pelo mundo, para, a seguir, focalizar as do Brasil e, particularmente, as de São Paulo, desde os primórdios até nossos dias, trabalho esse documentado com farto subsídio bibliográfico. No segundo trabalho o orador apresenta bem documentado estudo para história de Itu e Sorocaba. Refere-se ao trabalho da autoria de Nardy Filho e esclarece pontos que muito vêm enriquecer os estudos do assunto que foi cuidadosamente elaborado. Em seguida procedeu-se à eleição, em segundo escrutínio, do parecer relativo à transferência do consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa para a categoria de sócio emérito, sendo o candidato eleito por unanimidade. Proce- deu-se, a seguir, à eleição, também em segundo escrutínio, do cel. Lucio Rosales, candidato a socio efetivo, tendo o prof. Marcondes de Sousa preferido palavras que alicerçavam a idoneidade do candidato que foi eleito por unanimidade, assim também o candidato a socio efetivo, prof. Fidelino de Figueiredo. Em primeiro escrutinio foram eleitos socios correspondentes: — prof. Jofre Martins Veiga, de Tietê, Joaquim Tomás de Paiva, do Rio de Janeiro e Fortuné Koller, de Bruxelas. O prof. Sousa Campos aludindo ao assunto referente à construção da nova sede social disse ter chegado a suas mãos um novo projeto da autoria da firma Duarte e Cia. desta praça, que se propõe construir um edificio de 11 (onze) pavimentos, dos quais 7 (sete) ficarão de propriedade do Instituto, e 4 (quatro) para a venda em condomínio, sem debito algum para o sodalício. Comunica ter recebido da Caixa Econômica noticia discordando do pedido de emprestimo, ao prazo de 20 anos à taxa de 8%, podendo o mesmo ser admitido pelo prazo

de 15 anos, aos juros de 10%. Diz que serão examinados cuidadosamente os dois projetos, o primitivo, referente à construção de 7 (sete) pavimentos e o novo já referido, sendo após ambos submetidos à assembléia, para deliberação. Referindo-se à reforma dos estatutos, apela para a comissão encarregada de elaborar as modificações a ativar o trabalho, de modo a se obter um diploma que satisfaça aos interesses da instituição. Sobre o assunto falou o consócio Américo Brasiliense Antunes de Moura, componente da comissão de reforma dos Estatutos, dizendo que, em dezembro do ano findo, a Comissão iniciou o trabalho, tendo, a seguir, adiado, por saber-se que existe um ante-projeto da autoria do consócio Amador Bueno Machado Florence, também componente da Comissão, pelo que aguarda o seu pronunciamento para estudo do assunto. Disse depois o Presidente que a publicação da revista do Instituto vai sendo regularmente feita. Para a consecução do livro "São Paulo em quatro séculos", foi nomeada uma "comissão do movimento financeiro" constituída dos consócios Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira e Luís Tenório de Brito, para conseguir o levantamento da soma necessária para as despesas. Sobre a nova proposta da construção do prédio para a sede social, o dr. José Pedro Leite Cordeiro teceu comentários, esclarecendo pormenores sobre o assunto. O consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa também falou sobre o assunto, seguido do consócio Igor Dolgorukij. Pelo adiantado da hora pediu a palavra o consócio Afonso de Carvalho, solicitando fosse a discussão sobre a materia adiada para a próxima sessão, o que foi atendido. Antes de encerrar os trabalhos o Presidente comunica ter recebido a inscrição do prof. Aroldo de Azevedo para na proxima reunião falar sobre o tema "A cidade de São Luís do Maranhão". E, para constar, foi lavrada a presente ata, e, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenorio de Brito.

Almeida Magalhães.

Ata da sessão ordinária de 3 de março de 1951.

Aos tres de março de mil novecentos e cinqüenta e um, em sua sede social, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão ordinária sob a presidência do dr. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelo Coronel Luís Tenorio de Brito e Prof. Almeida Magalhães, sentando-se ainda à mesa que presidia os trabalhos o prof. Afonso Taunay, a ela comparecendo os seguintes consócios, além dos acima nomeados: Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Livio Ferreira, Frederico de Barros Brotero,

Carlos da Silveira, Valter Baroni Santos, Antonio da Gama Rodrigues, Fausto Ribeiro de Barros, Igor Dolgorukij, Oliveira França, J. R. de Araujo Filho, Americo de Moura, Odilon Nogueira de Matos, José Carlos de Macedo Soares, Bulcão Sobrinho, José da Costa e Silva Sobrinho, Cândido de Sousa Campos, José Pedro Leite Cordeiro e Dácio Pires Correia. Ao iniciar os trabalhos o sr. Presidente referindo-se ao livro "São Paulo em quatro séculos", diz achar-se o mesmo bastante adiantado tendo alguns colaboradores entregues os respectivos originais; apela para os demais colaboradores inscritos a fim de efetivarem a elaboração dos temas, de modo a não prejudicar o bom andamento do trabalho iniciado. Disse que a "Comissão de Finanças" já iniciou diligencias para a angariação de fundos necessários para as despesas do livro. Teceu, a seguir, comentários acerca do assunto atinente à construção da nova sede social. Com a palavra o consócio Carlos da Silveira leu algumas considerações da sua lavra, a respeito do desbarato em que se encontra atualmente o Arquivo do Estado, concebido nos seguintes termos: — "Sr. Presidente e Srs. Consócios: Em princípios de novembro de 1949, correu pela Cidade uma noticia, infelizmente verdadeira, que o sr. Governador do Estado de São Paulo, mais o Prefeito desta Capital e ainda o Diretor do Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, haviam extinguido esta repartição, mandando operários ao local transportarem, a granel, os vetustos papéis com tanto carinho até então guardados, para dois locais diferentes: algumas salas do prédio do Largo General Osorio, ocupado na época pela Ordem Política e Social, e um armazem de café vazio na rua Borges Figueiredo no sub-distrito da Mooca. Eu não quero analisar aqui a curiosa determinação, que se executou de maneira brutalíssima, e muito rápida. Em tres ou quatro dias, homens acostumados ao transporte de terras, areias e tijolos, jogaram aqueles papéis do Arquivo de qualquer maneira, visando apenas ao acabamento no mais curto prazo. E realizaram êsse intento de rapidez. Não foi só o transporte bruto daquela papelada respeitavel. Também armados de picareta varios brutamontes oficiais quebraram estantes valiosas parecendo que deles queriam fazer bastante lenha para fogões. Poucas vezes se levantaram para verberar tão insólita medida governamental: Tomás Oscar Marcondes de Sousa aqui; e Aureliano Leite na Camara Federal. Mas não adiantava falar. Todas as vezes que se levantassem eram animadas pela paixão partidária... O fato é que um governador paulista, um prefeito sul-riograndense e um diretor mineiro haviam reduzido a dois montões de papel o Arquivo Público do Estado de São Paulo, com o fertilissimo pretexto de alargamento de via pública, de pouco movimento, aliás. Enfim, o que está feito, embora lamentavelmente feito, não está por fazer. A nós daqui do Instituto Histórico e Geográfico, cabe fazer um vibrante apêlo ao novo Governador do Estado, antes que as ratazanas avancem mais na

destruição já iniciada. Governa hoje São Paulo um paulista-paulistano de muito bom quilate. Engenheiro distinto, professor igualmente distinto, é o homem capaz de trazer as normas do justo equilíbrio e do bom senso à administração pública. A esse cidadão de tantos e tão notáveis predicados precisa o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, guarda das melhores tradições paulistas e propugnador de estudos históricos desta circunscrição brasileira, recorrer a fim de que volte logo o Arquivo Público do Estado de São Paulo a ser o que era antes dos nefastos fins de 1949. Ainda mais: está à frente do município desta Capital um ilustre consócio nosso, igualmente paulista e igualmente engenheiro. Que, pois, o novo Governador e novo Prefeito sejam solicitados a reconstruírem o que seus mal inspirados antecessores começaram a destruir. Termina, sem querer alongar esta exposição, pedindo a Vossa Excelência que submeta à casa a proposta que faço — Primeiro, para que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, oficie ou envie uma comissão ao sr. eng. Lucas Nogueira Garcez, muito digno governador do Estado, a fim de que Sua Excelência se dignar até aos locais onde se encontram os papéis do Arquivo Público do Estado de São Paulo, providenciando, depois desta visita, segundo seu alto critério, no qual todos nós confiamos inteiramente, no sentido do restabelecimento rápido da antiga repartição, tão intempestivamente aniquilada; segundo — para que o Instituto se dirija, por ofício ou comissão, ao nosso estimado consócio Engenheiro Armando de Arruda Pereira, muito digno Prefeito Municipal da Cidade de São Paulo, pedindo interfira Sua Excelência, como socio do Instituto e como Prefeito de São Paulo, junto ao sr. Governador, para a obtenção do nosso desiderato, o mais depressa possível. São Paulo, sabado, 3 de março de 1951. a) Carlos da Silveira". A exposição do orador mereceu a atenção do plenário, tendo o sr. Presidente nomeado uma comissão constituída do Dr. Carlos da Silveira, prof. Afonso de Taunay, Frederico de Barros Brotero e Tomás Oscar Marcondes de Sousa para entendimento com as altas autoridades referidas. A seguir foi dada a palavra ao prof. Aroldo de Azevedo, para pronunciar a sua palestra sobre o tema "A cidade de São Luís do Maranhão", tendo antes do início o presidente tecido palavras de elogio ao orador, sobejamente conhecido do auditório. O conferencista diz que iria tratar do tema como professor, que é, da Faculdade de Filosofia da nossa Universidade e não como turista. Fez considerações acerca da topografia da ilha onde assenta a cidade de São Luís do Maranhão e fez paralelos com as conformações geográficas de outras cidades idênticas, particularizando suas características topográficas. Falou acerca do moroso progresso observado, originado pela abolição da escravatura e focalizou varios fatos de natureza geográfica, estatística, política e cultural. A palestra, alicerçada em base científica, foi enriquecida com a projeção de grande cópia de vistas e mapas da

região percorrida pelo orador. Ao terminar a palestra o prof. Sousa Campos, depois de externar a satisfação obtida pela realização da utilíssima preleção, lembrou ao orador um possível entendimento com o prof. Roquete Pinto sobre a elaboração de um filme documentário da situação daquela região brasileira. A seguir o orador oficial do Instituto, dr. José Pedro Leite Cordeiro, saudou o consocio correspondente da Bahia, dr. Bulcão Sobrinho ora nosso hospede, apresentando votos de boas vindas ao ilustre visitante. Ocupou-se também da personalidade do saudoso patricio Almeida Nogueira cujo centenário de nascimento então se comemorava. Focalizada a personalidade do saudoso mestre, enumera diversas fases da sua vida, como professor da Faculdade de Direito de São Paulo, citando suas obras sobre Economia Política, faculdade essa de que era catedrático. Referindo-se a outras publicações citou "Estudantes, estudantadas e estudantões" e "Tradições e Reminiscencias". A seguir, o tesoureiro, sr. Dacio Pires Correia, apresentou o balanço financeiro do ano social de 1950, o qual foi aprovado e lançado em ata dos trabalhos um voto de louvor pelo bom desempenho que vem prestando para a gerência do patrimonio social. A segunda parte dos trabalhos constou da votação, em segundo escrutínio, dos candidatos a socios do sodalicio: 1.º) Jofre Martins Veiga, socio correspondente, nacional; 2.º) Joaquim Tomás de Paiva, sócio correspondente, nacional; 3.º) Fortuné Koller, socio correspondente, estrangeiro. Todos eleitos. Foi a seguir, submetida a primeiro escrutínio a votação do dr. Edmur de Aguiar Whitaker, candidato a socio efetivo, obtendo 16 votos a favor e 3 contra. Antes da votação do candidato, o consócio Tito Livio Ferreira obteve permissão para ler um artigo de sua autoria transcrito no livro da lavra do socio proposto e referente aos "Milagres do Padre de Poá". Falaram, ainda, sobre a proposta referida, os consócios Carlos da Silveira, Leite Cordeiro e Luís Tenorio de Brito. A seguir prosseguiu a votação, em primeiro escrutínio, do candidato a sócio correspondente, Principe de Ligny Luxemburg, sendo a mesma por unanimidade aprovada. A respeito do candidato o consócio José Pedro Leite Cordeiro fez considerações. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenorio de Brito.

Almeida Magalhães.

Ata da sessão ordinária de 7 de abril de 1951.

Aos sete de abril de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, a rua Benjamin Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográ-

fico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária sob a presidência do Prof. Ernesto de Sousa Campos, secretariada pelo Cel. Luís Tenorio de Brito e prof. Almeida Magalhães, a ela comparecendo os seguintes consócios, além dos acima citados: José Pedro Leite Cordeiro, Igor Dolgorukij, Álvaro da Veiga Coimbra, Frederico de Barros Brotero, Francisco Isoldi, Zuínglio Homem de Melo, Plínio de Barros Monteiro, Tomás Oscar Marcundes de Sousa, Tito Livio Ferreira, Fausto Ribeiro de Barros, Domingos Laurito, Carlos da Silveira, Dacio Pires Correia, Fausto de Almeida Prado Penteado, Alexandre D'Alessandro, J. Alberto J. Robbe, e Arrisson de Sousa Ferraz. Ao iniciar os trabalhos o sr. Presidente convidou o sr. Eduardo Batista da Costa, chefe dos Serviços de Patrimônio da União, de São Paulo, e o sr. Ubirajara Dolascio Mendes, diretor substituto do Departamento de Arquivo do Estado, presentes, a tomarem assento à mesa que dirigia os trabalhos. A seguir o sr. Presidente participa ter recebido do Tesouro do Estado a importância de cem mil cruzeiros (100.000,00) relativa ao auxílio ao Instituto, correspondente ao ano de 1948, depositando-a em duas parcelas de cinqüenta mil cruzeiros (50.000,00) cada, respectivamente na Caixa Econômica Federal e na Caixa Econômica Estadual. Comunicou que a proposta de iniciativa do consócio Carlos da Silveira, relativa ao Arquivo Público, foi encaminhada ao Governador do Estado, tendo ainda S. Excia. recebido com simpatia a Comissão nomeada pelo Instituto, para expor o assunto em foco. Disse que o empréstimo a ser efetuado pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, para a construção da nova sede social, vai seguindo os seus trâmites, tendo sido providenciado o depósito de vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros (22.500,00) relativo à metade da comissão de 1% sobre o total do empréstimo, que será de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros (4.500.000,00). Reportando-se ao livro "São Paulo em quatro séculos", disse que já foram apresentados oito trabalhos, os quais, à medida que forem chegando, serão encaminhados à revisão de competente revisor. Com a palavra o sr. Ubirajara Dolascio Mendes manifestou sua satisfação de fazer parte da mesa e, referindo-se ao Arquivo do Estado do qual, presentemente, é seu diretor, disse que a instituição tivera seus dias tristes, tanto isso é verdade que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo assinalou essa passagem, disso resultando a ida de três de seus membros ao sr. Governador do Estado, ignorando que o Arquivo ia ressurgir. Do que acabava de expor está o ilustre dr. Carlos da Silveira inteiramente a par. Declarou estar o Governo em vias de obtenção de um prédio para alojar as coleções do Arquivo. Ao terminar as suas palavras o prof. Sousa Campos sugeriu a oportunidade de ser entabulada com o Governo do Estado a possibilidade do Instituto ceder, sob contrato ou outro negocio, alojamento às coleções do Arquivo, uma vez

que se cogita da construção da nova sede social do Instituto. O dr. Leite Cordeiro, em nome do dr. José Cassio de Macedo Soares, ofertou ao Instituto uma coleção dos jornais "Correio Paulistano", "Estado de São Paulo" e "Correio da Manhã", referentes ás revoluções de 1924, 1930 e 1932. Pede inserção em ata de um voto de congratulações pelos títulos de monsenhores concedidos pela Santa Sé, aos nossos consócios: José de Castro Néri, João Batista de Carvalho, Paulo Aurissol Cavalheiro Freire e Paulo Florêncio da Silveira. Propõe a inserção em ata de um voto de agradecimento ao capitão Joaquim Soares, pelos serviços prestados à Biblioteca do Instituto e que se officiasse comunicando a nossa gratidão pelo seu trabalho desinteressado e valioso. Fazendo o elogio de Francisco José de Oliveira Viana solicita que conste em ata um voto de pesar pelo seu desaparecimento. Em seguida evoca as figuras de Silvio Romero e do Padre Carlos Teschauer, ambos integrantes do Instituto e cujos centenários de nascimento ocorrem, o do primeiro, no dia 21 de abril e o do segundo no dia 10 de abril do corrente ano. E, finalmente, um voto de congratulações com o prof. Sousa Campos, nomeado presidente da Comissão de Planejamento e Construção da Cidade Universitária. Todas as propostas foram aprovadas. A seguir com a palavra o consócio J. Alberto J. Robbe, pronunciou a sua palestra sôbre o tema "A bandeira de Nicolau Barreto, 1602-1604". Começa o orador explicando que a palestra que vai fazer constitui apenas resumo de um opusculo que escreveu sôbre a bandeira de Nicolau Barreto (1602-1604) e que por ora não pode ser publicada. Expõe a tese do eminente sábio norte-americano e saudoso consócio do Instituto, Orville Adalberto Derby, que baseado em cópias dos testamentos e inventarios então ineditos, de dois dos componentes da expedição, identificou o Paracatu, a que se referem os documentos, com o grande rio ainda hoje assim chamado que aflui no São Francisco pela margem esquerda **Guaibihí** como rio mais tarde denominado **Guaicuhí**, isto é, o rio das Velhas, afluente da margem direita do São Francisco. Estuda a opinião contraria, hoje admitida geralmente pelos historiadores, segundo a qual a expedição não explorou territorio mineiro, e sim invadiu o antigo territorio castelhano do Guairá (hoje Estado do Paraná), bem como a hipótese do prolongamento da exploração além do rio Paraná em terras hoje paraguaias e bolivianas. Examinando um por um os documentos invocados contra a opinião de Orville Derby, concluiu que não têm o alcance que se lhes attribuiu. Passa o orador a tratar dos indigenas encontrados pela bandeira e das indicações topográficas dos testamentos e inventários, e, baseado neste e em outros elementos que Derby não teve ao seu alcance, chegou à conclusão de que de fato, como acreditara o cientista norte-americano, a bandeira de Nicolau Barreto explorou o vale de São Francisco e seus afluentes, o rio das Velhas, e o Paracatu, não tendo, pois, nenhum fundamento a tese da

invasão do antigo território guaireno e de outros domínios castelhanos. Depois de rápido resumo do estudo do itinerário seguido pela bandeira e de sua longa permanência em território hoje mineiro, o orador termina prestando homenagem à memória de Orville Derby. Na ordem do dia achava-se também inscrito o consócio Felix Guisard Filho para discorrer sobre o tema — “Centenário de nascimento de Carlos Pedroso da Silveira”, não tendo, entretanto, comparecido à sessão. O consócio Carlos da Silveira, com a palavra, fez algumas considerações a respeito da personalidade de Carlos Pedroso da Silveira dizendo que, compulsando, no arquivo metropolitano, varios papeis, encontrou um, referente a Carlos Pedroso da Silveira, onde consta o registro do seu nascimento em 10 de dezembro de 1664. Antes de ser encerrada a sessão procedeu-se à eleição de candidatos a socios do Instituto, sendo o seguinte o resultado: dr. Edmur de Aguiar Whitaker eleito socio efetivo, em segundo escrutínio; Príncipe General de Ligny Luxemburgo, socio correspondente, eleito em segundo turno. Em primeiro turno foi eleito socio efetivo o sr. Pedro Rodovalho Marcondes Chaves e o candidato também a sócio titular, digo efetivo, Eduardo Fernandes y Gonzales, igualmente foi eleito. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Luis Tenório de Brito.

Alvaro da Veiga Coimbra.

Assembléia Geral Extraordinária, de 4 de maio de 1951.

Ata da Assembléia extraordinária (1.^a convocação), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizada em sua sede social, à rua Benjamin Constant 152, nesta capital, nos termos do edital publicado no “Diário Oficial”, do Estado, de 30 de abril de 1951. A reunião foi presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos srs. cel. Luis Tenório de Brito e Almeida Magalhães, a ela comparecendo os seguintes consócios, incluídos os acima nomeados: — Americo Brasiliense Antunes de Moura, Tito Lívio Ferreira, Lucio Rosales, Afonso de Escragnolle Taunay, Carlos da Silveira, Dacio Pires Correia, Enzo Silveira, Frederico de Barros Brotero e José Pedro Leite Cordeiro. O Presidente disse que a reunião marcada para as 17 horas, de hoje, 4 de maio de 1951, seria para tratar do assunto referente à construção da nova sede social, tendo por objetivo outorgar poderes ao seu presidente para cuidar da questão junto à Caixa Econômica Federal de São Paulo. Entretanto, até às 18 horas não houve numero legal para a realização da assembléia, pelo que o senhor Presidente, nos termos dos Estatutos e baseado no inciso do referido edital, deliberou

fazer segunda convocação da assembléa, para amanhã, sábado, às quinze (15) horas, no mesmo local, a fim de tratar, em definitivo, do assunto, com qualquer número de socios. E, para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada é devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenório de Brito.

Almeida Magalhães.

Assembléa Geral Extraordinária de 5 de maio de 1951.

Ata da Assembléa Geral Extraordinária (2.^a convocação) do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, nesta capital, aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e cinqüenta e um, às 15 horas, conforme edital publicado no "Diário Oficial", de 30 de abril de 1951. A Assembléa foi presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos consócios Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães. O Presidente expôs os motivos da assembléa convocada nos têrmos dos Estatutos e que são referentes à construção da nova sede social, de acôrdo com as exigências da Caixa Econômica Federal de São Paulo, a fim de que se possa realizar o empréstimo de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros, (Cr\$ 4.500.000,00), à taxa imposta de 10% ao ano; prazo 15 anos. Essas exigências legais, solicitadas pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, são, conforme instruções dela recebidas, as seguintes: 1.º — apresentação da ata devidamente registrada e pela qual a Assembléa Geral Extraordinária autoriza a realização do empréstimo de Cr\$ 4.500.000,00, à taxa acima referida. 2.º — delegar poderes ao Presidente, prof. Ernesto de Sousa Campos, para alienação do imóvel. 3.º — Autorizar o mesmo a representar o Instituto e acertar tôdas as condições impostas pela credora, Caixa Econômica Federal de São Paulo. 4.º — Apresentar certidões dos 4 distribuidores da Capital com referência ao período de dez (10) anos. 5.º — Apresentar certidões dos 4 cartórios de protesto, com referência ao período de cinco (5) anos. 6.º — Certidões negativas fiscais, do Estado e do Município. 7.º) Comunicação à Caixa Econômica Federal de São Paulo, relativamente ao imposto sôbre a Renda. 8.º) — Escritura de Compra do terreno do Instituto, em inteiro teor. O sr. Presidente disse que, para adiantar o expediente, já havia providenciado as certidões enumeradas nos itens 4, 5, 6, 7 e 8. As medidas tomadas pelo sr. Presidente foram aprovadas pela Assembléa. A seguir, submete à deliberação e aprovação da casa as demais imposições acima formuladas e contidas nos tópicos 1.º, 2.º e 3.º, exigidas pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, tendo sido todas unanimemente aprova-

das, dando-se assim poderes ao prof. Ernesto de Sousa Campos, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para contrair o empréstimo, alienar o imóvel e estabelecer, de acôrdo com a Caixa Econômica Federal de São Paulo, as condições do mesmo. O sr. Presidente agradece a confiança em si depositada pelos seus pares e promete empregar os melhores esforços para que se consiga a realização do projeto ha tanto acalentado, de se obter, por ocasião dos festejos do quarto centenário da fundação de São Paulo, um edifício digno do progresso da Terra de Piratininga e do que o nosso venerando sodalício representa na cultura paulista e nacional. Nada mais havendo a tratar e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada é assinada pela mesa e demais consócios presentes à Assembléia.

Ernesto de Sousa Campos.
Luís Tenório de Brito.
Almeida Magalhães.
J. Alberto J. Robbe.
Fausto de Almeida Prado Penteado.
F. Isoldi.
Igor Dolgorukij.
Gama Rodrigues.
José Antero Pereira Junior.
Plínio de Barros Monteiro.
Alvaro da Veiga Coimbra.
Tito Lívio Ferreira.
Américo B. A. de Moura
Fausto Ribeiro de Barros.
Américo Neto do Rêgo Cavalcanti.
Dácio Pires Correia.
José Pedro Leite Cordeiro.
Afonso José de Carvalho.
Henrique Oscar Wiederspahn.
José da Costa e Silva Sobrinho.
Afonso de E. Taunay.
Carlos da Silveira.
Enzo Silveira.
Lúcio Rosales.
Frederico de Barros Brotero.

Ata da reunião ordinária de 5 de maio de 1951.

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e cinqüenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, reuniu-se o Instituto

Histórico e Geográfico de São Paulo, em sessão ordinária, sob a presidência do prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelo consócio Luís Tenório de Brito. Na ausência do 2.º secretário, prof. Almeida Magalhães (que chegou atrasado) o sr. Presidente convida o consócio Álvaro da Veiga Coimbra para ocupar o lugar. À sessão compareceram além dos socios retro-nomeados os srs. José Antero Pereira Junior, José Pedro Leite Cordeiro, Américo Neto do Rego Cavalcanti, Plínio de Barros Monteiro, Dacio Pires Correia, J. Alberto J. Robbe, Igor Dolgorukij, Frederico de Barros Brotero, Tito Livio Ferreira, Arrisson de Sousa Ferraz, Americo B. A. de Moura, F. Isoldi, Fausto de Almeida Prado Penteado, Gama Rodrigues, Fausto Ribeiro de Barros, Afonso José de Carvalho, Henrique Oscar Wiederspahn, José da Costa e Silva Sobrinho, Carlos da Silveira, Afonso de E. Taunay, Enzo Silveira e Lucio Rosales. O Presidente abrindo os trabalhos faz uma explanação sôbre o andamento do projeto para a construção da nova sede social e as sugestões recebidas, todas elas de real proveito para os cofres sociais, uma vez que se trata de obra de grande vulto. Ao finalizar, o Sr. Presidente pede para que os senhores associados apresentem idéias que visem a completar o estudo da questão. A seguir é dada a palavra ao prof. Tito Livio Ferreira, uma vez que se iniciava a sessão ordinária do Instituto. O orador aborda o decreto baixado pelo Governo Federal, em 27 de abril pp., referente ao estudo da História do Brasil no curso ginasial. Traz o seu protesto, como professor que é da matéria na Universidade Católica de São Paulo, pelo descaso e revoltante displicência com que é tratada essa disciplina, discorrendo com erudição sôbre vários fatores que têm relegado essa matéria para um plano secundário. Comenta a reforma de 1931, onde a História do Brasil desapareceu; na de história de civilização onde a primeira figurava como simples caudatária da segunda. Refere-se o orador à reforma de 1941, quando o Ministro da Educação houve por bem restabelecer a cadeira de Historia, admitindo-a no convívio de outras disciplinas do currículo. Continuando na sua magnífica exposição, o orador refere-se ao decreto de 27 de abril último, no que tange ao ensino da História do Brasil, no curso ginasial. Ampliando êsse apêlo o orador pede os bons officios do sr. Ministro da Educação para que o ensino da História do Brasil e de Geografia do Brasil seja ministrado nas três primeiras séries do 1.º ciclo do curso médio, pois só assim o exige o bom senso de brasileiros conscientes dos proprios deveres com os destinos da patria comum, integrados como estamos no mesmo sentimento de amor ao solo pátrio. A seguir os profs. Fausto Ribeiro de Barros, José Pedro Leite Cordeiro e Almeida Magalhães secundam, aplaudindo, as palavras proferidas pelo dr. Tito Livio Ferreira. O sr. Presidente diz então que, tratando de um assunto de interesse intimamente ligado à história do Brasil e, portanto, de relevante importância, julga não ser necessário consultar a casa,

nomeando uma comissão composta pelos profs. Tito Livio Ferreira, Fausto Ribeiro de Barros, Almeida Magalhães e José Pedro Leite Cordeiro, que se desincumbirão do proposto, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com a palavra, o sr. Presidente conta algumas passagens quando ocupou o cargo de Ministro da Educação e as dificuldades que se apresentavam todas as vezes que se procurava organizar um programa de História do Brasil; umas sugestões eram interessantes, outras fracas e, daí, os sérios embaraços em que se vê um Ministro. Embora o sr. Presidente pedisse não constasse em ata o que acaba de dizer, não concordaram os presentes e, assim, esta ata assinala o pensamento do sr. Presidente. O consócio Almeida Magalhães secunda as palavras proferidas pelos varios oradores que o antecederam dando o seu integral apoio aos protestos lavrados contra o decreto de 27 de abril último. O sr. Presidente comunica que terá de se ausentar do país pelo espaço de 15 a 20 dias, pois viajará para a República do Peru onde representará a Universidade de São Paulo nas festas comemorativas da passagem de mais um centenário da fundação da Universidade de São Marcos. Comunica também o sr. Presidente haver recebido mais alguns trabalhos para a publicação do livro "São Paulo em quatro séculos" patrocinado pelo sodalício, pedindo aos srs. consócios entregarem suas colaborações dentro de um prazo razoável, adiantando ter convidado o sr. Aristides da Silveira Lôbo, antigo e competente funcionário da casa, para coordenar os trabalhos apresentados. O cel. Tenório de Brito, 1.º secretário, comunica que, no enterro da esposa do sr. Desembargador Afonso José de Carvalho compareceu uma comissão composta dos srs. Ernesto de Sousa Campos, Frederico Brotero, Luís Tenório de Brito, Carlos da Silveira, Lúcio Rosales e Dácio Pires Correia. Nas exéquias do Marechal Carmona, compareceram os srs. Luís Tenório de Brito e Tito Livio Ferreira e, à homenagem ao sr. Cardeal Arcebispo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, o prof. Ernesto de Sousa Campos. O consócio Dácio Pires Correia pede a palavra para fazer o perfil biográfico do deputado Nelson Fernandes, recentemente falecido nesta capital e termina suas palavras pedindo seja lançado em ata dos trabalhos um voto de pesar e se officie à família e à Assembléa Legislativa do Estado, comunicando as homenagens prestadas pelo Instituto ao ilustre extinto. A proposta foi aprovada. A seguir é dada a palavra ao consócio Américo Neto do Rêgo Cavalcanti para falar sobre — "O inicio da era rodoviária no Brasil". — Inicialmente o orador fez notar que a passagem, no dia 1.º de maio, do trigesimo aniversário da inauguração da hoje "velha" rodovia São Paulo-Campinas cria a necessidade de reivindicar para São Paulo o fato de ter sido o nucleo de onde partiram, em reiteradas manifestações de pensamento e de ação, as atividades construtivas planejadas, que determinaram o advento da "Era rodoviária" no país. De-

monstrou que "rodovia" não é o mesmo, sempre, que estrada de rodagem, da qual representa um tipo evoluído, no sentido de motorização. Referiu-se às primeiras viagens de automóvel Rio-São Paulo, esta feita por um esportista francês; às de São Paulo-Santos e São Paulo-Jundiá, respectivamente efetuadas por individualidades paulistas, à fundação do Automovel Clube de São Paulo, à primeira corrida de automóveis da América do Sul, tudo isso verificado em 1908. Lembra que já em 1913 havia sido publicado, em São Paulo, um livro sobre o plano estadual de rodovias e que, pouco depois, tanto no governo da Prefeitura como no do Estado de São Paulo, Washington Luís traçara e realizava normas de ação rodoviárias até então desconhecidas no país. Lembra que em 1913 Artur Rudge Ramos iniciou os trabalhos de restauração do "Caminho do Mar" e que em 1917 e em 1919 se realizaram em São Paulo e em Campinas os 1.º e 2.º congressos paulistas de Estradas de Rodagens. Faz notar que, enquanto isso, nada mais se pensava ou fazia de prático fora do território bandeirante, de onde partiam todos os exemplos e estímulos. Apontou o conferencista o ano de 1921 como o "Ano máximo" do movimento rodoviário brasileiro, sempre tendo São Paulo como meio único de irradiação, quer no tocante às leis, quer no tangente às obras, verdadeiras grandes e únicas inovações para as nossas condições de local e de momento. Concluindo, o dr. Américo Neto assinalou que em 1933 o então Governo não constitucional da República decretou a data de 13 de maio como o "Dia da Estrada (Rodovia) e do Automovel" a ser comemorado em todo o país como a efeméride em que o Automovel Clube do Brasil restaurou, pouco e mal, a velha estrada de rodagem Rio-Petrópolis, com uns 70 quilômetros de extensão. Entretanto, nessa mesma data e ano já o Governo paulista contava com nada menos de 1.226 quilômetros de novas rodovias, todas "planejadas" e construídas em função do tráfego auto-motorizado e fazendo parte de um plano global, lógico. Por isso sugeriu ao Instituto as providências necessárias para que a data de 1.º de maio fosse considerada como o "Início da Era Rodoviária no Brasil", *prontificando-se* a fornecer todos os elementos imprescindíveis para fundamentar mais minuciosamente sua sugestão. As últimas palavras do orador foram recebidas sob uma salva de palmas. O sr. Presidente, dada a hora adiantada, diz que as propostas para a admissão de novos socios serão discutidas em outra sessão, e, como não houvesse mais quem desejasse fazer uso da palavra, dá por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada é devidamente assinada. Em Tempo: — O prof. Ernesto de Sousa Campos pede retificação da ata no sentido de esclarecer que nas comemorações do IV Centenário da Universidade de São Marccs

representou a Faculdade de Medicina da nossa Universidade e não essa instituição, que foi representada pelo Magnífico Reitor Ernesto Leme.

Ernesto de Sousa Campos.

Luís Tenório de Brito.

Almeida Magalhães.

Ata da sessão ordinária de 2 de junho de 1951.

Aos dois dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizou uma sessão ordinária, presidida pelo presidente Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos consócios Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães. A reunião compareceram, além dos sócios acima nomeados, os senhores Tito Lívio Ferreira, Fausto Ribeiro de Barros, Plínio de Barros Monteiro, Igor Dolgorukij, José Ribeiro de Araujo Filho, Carlos da Silveira, José da Costa e Silva Sobrinho, Dácio Pires Correia, Arrisson de Sousa Ferraz, Afonso D'E. Taunay e Lúcio Rosales. — A pedido foi invertida a ordem dos trabalhos, tendo o senhor presidente dado a palavra ao doutor Tito Lívio Ferreira inscrito para falar sobre o tema "Fundadores e povoadores do Jaú". O orador inicia a palestra dizendo que a cidade de Jaú vai comemorar, no dia oito deste mês, o centenário do nascimento do Sr. Joaquim Ferreira do Amaral, ilustre benfeitor daquela cidade, à qual consagrou sua longa existência, quasi centenária, pois ali faleceu, na idade de noventa anos. Nasceu em Campanha outrora Santo Antonio do Vale da Piedade do Rio Verde da Campanha, Minas Gerais, o benemérito cidadão foi levado para a nascente povoação do Jaú, com apenas seis meses de idade, em fins de 1851. Dois anos antes, em fins de 1849 e começos de 1850, já tinham aberto roças e iniciado fazendas nesses longínquos sertões de Brotas, onde se ostentam cafezais jauenses, vindos também de Campanha, os senhores Vicente Ferreira de Campanhã e Manuel Ferreira Campanhã, este casado em primeiras nupcias com D. Maria Teresa do Amaral e, em segundas nupcias, com D. Francisca Pereira de Carvalho, irmã do Coronel Domingos Pereira de Carvalho, casado com D. Ana Marcelina Campanhã, pais do antigo senador doutor Antonio Pereira do Amaral Carvalho, médico de renome e diretor da Maternidade de Jaú. O Coronel Domingos Pereira de Carvalho chegara a Jaú em 1856, e coube-lhe a honra de ser o presidente do primeiro conselho de jurados jauenses, ao ser instalada a comarca, em

28 de novembro de 1868. Iniciativa da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", patrono do referido estabelecimento de educação, cujo terreno onde se ergue esse educandário foi doação do benemérito jauense adotivo. Antes de terminar a palestra o orador lembrou que, como disse, no próximo dia oito de junho, se comemora o centenário de Joaquim Ferreira do Amaral, e, pede, assim, que se consigne em ata a efeméride e que o Instituto se associe às comemorações que se irão realizar no Jaú, pedindo que se officie ao senhor Antonio Pereira do Amaral Carvalho, representante da família Ferreira do Amaral, ao Diretor da Escola Profissional "Joaquim Ferreira do Amaral", ao Snr. Osorio Ribeiro de Barros Neves, prefeito daquela cidade, comunicando a deliberação do sodalício. A proposta foi aprovada, tendo o Snr. Presidente designado os consócios Tito Lívio Ferreira e Fausto Ribeiro de Barros representantes do Instituto, às festividades da data. O prof. Sousa Campos, referindo-se à viagem que empreendeu à República do Peru, como representante da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na comemoração da passagem de mais um centenário da Universidade de São Marcos, disse ser esta a mais antiga instituição do gênero, na América, pois esse estabelecimento de ensino superior foi fundado em 1535. — Falou acêrca da suntuosidade dos festejos que se revestiram de pleno êxito. Disse que as festividades não ficaram no âmbito científico somente, mas a elas se aliaram festejos religiosos, merecendo referência especial os "ballets" folclóricos que foram imensamente apreciados. Mencionou, ainda, a realização do Congresso Médico que atraiu grande número de representantes de vários países, americanos e europeus. Põe em relêvo ter sido encarregado o representante de São Paulo de fazer a oração pelas delegações estrangeiras, na inauguração da estatua de Hipólito Unanue e, que, durante o banquete oficial realizado foi proclamada a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a primeira escola médica da América Latina, e, em homenagem à data comemorativa da fundação de São Paulo, deliberou-se a realização, nesta cidade, em Janeiro de 1954, do próximo congresso médico, sendo o orador encarregado de orientar êste certame. Pede ao Instituto comunicar à União Pan Americana, em Washington, o regozijo alcançado pelo simpático gesto peruano. A proposta foi aprovada. Continuando com a palavra, o prof. Ernesto de Sousa Campos comunicou ter sido o livro, em organização, "São Paulo em quatro séculos" enriquecido com mais dois trabalhos de real valor, da autoria do prof. Afonso d'Escragnolle Taunay, intitulado "Súmula da História paulista colonial" e outro, da autoria do dr. Tito Lívio Ferreira sobre "A sociedade paulistana no século XVI". Comunicou ter convidado o prof. Brigrer, da Escola Agrícola de Piracicaba, nome bastante conhecido no meio cultural, para elaborar um trabalho sobre — O milho — histórico e condições atuais. Abordou, ainda, o assunto refe-

rente à construção do prédio para a nova sede social, historiando o caso relativo à obtenção do empréstimo na Caixa Econômica Federal de São Paulo. A seguir consulta o auditório sobre o melhor modo de realizar a construção do prédio, no concernente às propostas. Disse que o plano da construção do prédio, mediante venda de um certo número de pavimentos, não está correspondendo à primitiva proposta apresentada sem alienar parte do prédio. Historiou, minuciosamente, as propostas apresentadas, pedindo aos senhores sócios meditação sobre o assunto de modo que, na próxima reunião, a realizar-se em Julho, já se obtenha uma solução factível. Consulta, ainda, sobre a possibilidade de abrir-se concorrência pública ou concorrência limitada ou, finalmente, de ser entregue a responsabilidade da construção ao engenheiro Pérsio Mendes, autor de estudos anteriores que serviram ao Instituto para encaminhar sua solicitação de empréstimo. O senhor presidente interrompeu, momentaneamente, os trabalhos a fim de que deixassem o recinto as pessoas estranhas ao quadro social, que não desejassem permanecer até o findar da sessão. A seguir, é reiniciada a sessão, tendo o senhor secretário, Coronel Luís Tenório de Brito, lido um ofício do Instituto Histórico e Geográfico de Santos aderindo à manifestação do sodalício, a respeito do decreto de 27 de abril deste ano, referente ao ensino da História do Brasil e da Geografia do Brasil nos ginásios. O mesmo, referindo-se ao pungente drama da vida do doutor Napoleão Laureano, pede conste em ata um voto de profundo pesar pelo lutuoso acontecimento e que o Instituto officie à família enlutada, comunicando as homenagens prestadas pelo sodalício ao saudoso extinto. A proposta foi aprovada. A seguir procedeu-se à eleição dos seguintes candidatos a sócios efetivos em segundo turno. — Pedro Rodovalho Marcondes Chaves e Eduardo Fernandes Y Gonzales, ambos eleitos por unanimidade. Em primeiro escrutínio procedeu-se à eleição dos seguintes candidatos a sócios efetivos: 1.º — Mafalda P. Zemella, eleita por dez (10) votos; 2.º — Geralda Magela Cardoso de Melo, quatorze (14) votos; 3.º — Nice Lecocq Muller, quatorze (14) votos; e, finalmente 4.º — Fernando de Almeida Nobre para a categoria de sócio honorário, (14) votos. O Snr. Presidente anunciou, antes de encerrar os trabalhos, que na próxima reunião, a realizar-se no dia 7 de julho, o prof. J. R. Araujo Filho pronunciará uma palestra sobre o tema — “A baixada do rio Itanhaem”. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada é assinada.

Frederico de Barros Brotero

Luís Tenório de Brito

Almeida Magalhães.

Ata da sessão ordinária de 7 de julho de 1951.

Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão ordinária sob a presidência do Prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos consócios Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães, a ela comparecendo, além dos sócios acima nomeados os senhores: Américo Brasiliense Antunes de Moura, Carlos da Silveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, J. R. de Araujo Filho, Igor Dolgorukij, João Neri Guimarães, Frederico de Barros Brotero, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Tito Lívio Ferreira, Plínio Barros Monteiro, Fernandez y Gonzáles, Álvaro da Veiga Coimbra, J. Alberto J. Robbe, Dácio Pires Correia e Alfredo Gomes. Achando-se na antesala o novo socio efetivo Eduardo Fernandez y Gonzales o presidente designou os consócios Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo e Carlos da Silveira para introduzi-lo no recinto, onde foi recebido sob palmas. O presidente deu a palavra ao consócio Almeida Magalhães para saudá-lo em nome do sodalício, tendo o recipiendário agradecido. A seguir o presidente congratula-se com o consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa pelo regresso de sua viagem à Europa tendo a oportunidade de representar o Instituto junto a diversas instituições culturais de Portugal. Comunica que o embaixador José Carlos de Macedo Soares deixou o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística onde relevantes serviços prestou, e propõe que o sodalício officie àquele consócio comunicando que o Instituto, aderindo às homenagens que lhe estão sendo prestadas, consignou em ata o fato. A proposta foi aprovada. Disse que o deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno, nosso consócio, em cooperação com o presidente de honra do Instituto, Prof. Afonso D'Escragnonle Taunay, apresentou na Camara Federal uma proposta concedendo um auxílio de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Instituto para as comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. Disse que o Instituto enviou ao referido parlamentar um telegrama congratulatório, tendo recebido a resposta na qual lembrava ao Instituto de articular-se junto ao consócio Prof. Joaquim Canuto Mendes de Almeida para tratar do assunto. Continuando o sr. Sousa Campos com as suas comunicações anunciou ter recebido do diretor do Arquivo do Estado um officio relativo à possibilidade dessa repartição funcionar na nova sede do Instituto, mediante condições a serem resolvidas oportunamente, entre esta Instituição e o Secretário da Educação. Dando ciência da última reunião da Diretoria do Instituto, disse ter-se resolvido pedir a cooperação do consócio Engenheiro Pérsio Pereira Mendes para a construção do novo prédio, em substituição à proposta apresentada pela firma Duarte

& Cia. A seguir o primeiro secretário Luís Tenório de Brito leu o expediente que constou do seguinte: justificação da ausência do consócio José Pedro Leite Cordeiro, que se encontra em viagem, na Bahia, e, que, no Congresso, representará o Instituto junto ao I Congresso Brasileiro da História da Medicina no Rio de Janeiro. Ofício do Prefeito Municipal de Jaú, agradecendo as homenagens prestadas pelo Instituto, nos festejos comemorativos da fundação da cidade e pela delegação representativa do sodalício. Ofício comunicando que, em 23 deste mês, se comemora o centenário de Orville Derby. Sobre o assunto o consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa propõe que o Presidente nomeie o representante do Instituto nas homenagens, junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A proposta foi aprovada, tendo o senhor Presidente designado o consócio Virgílio Correia Filho. Leu, a seguir, uma proposta da autoria do consócio Bertolaso Stella, comunicando que, no próximo dia 9, a sócia do Instituto, a veneranda senhora d. Maria Pais de Barros festejará a passagem do seu 100.^o natalício, tendo o presidente designado os consócios Carlos da Silveira, Almeida Magalhães e Dácio Pires Correia, para, em comissão, saudar a respeitável dama paulista, em nome do Instituto. Ofício emanado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, referente ao estudo de História e Geografia, nos ginásios. Ofício da Assembléia Legislativa do Estado, agradecendo as homenagens prestadas pelo Instituto ao saudoso deputado Nelson Fernandes. Um ofício do general Candido Mariano Rondon, referente às comemorações promovidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, e, finalmente, o recebimento de um trabalho da autoria do consócio Alvaro da Veiga Coimbra e outro de Aureliano Leite, ambos para o livro "São Paulo em quatro séculos". — Esgotada a matéria de expediente, o presidente deu a palavra ao prof. Araujo Filho, para pronunciar sua palestra sobre "A baixada do rio Itanhaem" que foi muito aplaudida. Antes de passar para a segunda parte dos trabalhos o presidente refere-se ao problema relativo à reforma dos estatutos, lamentando a morosidade com que vem sendo tratado o assunto. Sugere que, em caráter provisório, se efetuem duas sessões mensais, em vez de uma, como preceitua o estatuto, visto a massa de assuntos a tratar ser bastante volumosa para ser discutida e aprovada em uma só sessão, como acontece atualmente. Assim, propõe que haja outras sessões que deverão ter lugar dias após a realização da reunião estatutária lembrando a conveniência de se promover, neste mês, uma sessão no dia 21, às 15 horas, para que seja dado andamento a todo o expediente em atraso. A proposta foi aprovada tendo o consócio Alfredo Gomes lembrado que as sessões serão extraordinárias e, termina as suas palavras pedindo se consigne em ata um voto evocativo da epopéia de 1932. A proposta foi aprovada. Em seguida foi encerrada a sessão. E, para constar,

foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada é assinada.

(a) Frederico de Barros Brotero
Luís Tenório de Brito
Almeida Magalhães.

Ata da sessão extraordinária de 21 de julho de 1951.

Aos vinte e um dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e uma, em sua sede social, à rua Benjamim Constant 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária sob a presidência do doutor Frederico de Barros Brotero e secretariada pelos srs. Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães, a ela comparecendo os consócios: Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, Plínio de Barros Monteiro, Lúcio Rosales, Fernandez y Gonzalez, Igor Dolgorukij e J. P. Araujo Filho. Abertos os trabalhos o presidente justificou a ausência do prof. Ernesto de Sousa Campos e do prof. Dácio Pires Correia, tesoureiro. Após leitura e aprovação das atas das sessões anteriores, o senhor primeiro secretário leu a matéria do expediente que constou do seguinte: officio da presidência da Casa de Portugal, convidando o sodalício a comparecer no dia 25 dêste mês para ouvir uma palestra que pronunciará o bispo da Beira, (Moçambique) D. Sebastião Soares. O Presidente designou o consócio Tito Lívio Ferreira, para representar a Instituição; officios, respectivamente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, ambos apoiando a iniciativa do sodalício, a respeito do ensino da História e da Geografia nos ginásios. Esgotada a matéria de expediente, o presidente passou à segunda parte dos trabalhos, destinada à eleição de sócios. Foram eleitos em segundo escrutínio, o doutor Fernando de Almeida Nobre, para sócio honorário, e profa. D. Nice Lecocq Muller e dr. Geraldo Magella Cardoso de Melo, para sócios efetivos, todos por unanimidade: — (10) dez votos. Deveria entrar, igualmente, em votação, em segundo escrutínio, a proposta para sócia efetiva de D. Mafalda Zamella, não tendo, entretanto, sido apresentada em plenário a referida proposta, já julgada na sessão anterior, conforme consta de ata, por possível extrativo; o consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa, com a palavra, solicitou adiamento da mesma para a próxima sessão, no que concordou o senhor Presidente, que irá providenciar uma busca a fim de ser encontrada a citada proposta. Sobre o assunto falaram ainda o dr. Tito Lívio Ferreira e Coronel Luís Tenório de Brito. A seguir procedeu-se à eleição, em primeiro escrutínio, do candidato prof. Antônio Rocha Penteado, que obteve dez (10) votos, para sócio efetivo. Sobre a personalidade do can-

didato o prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa disse algumas palavras. Seguiu-se a eleição da professora Miriam Ellis Austregesilo, em primeiro escrutínio, sendo eleita por unanimidade: (10) dez votos. O doutor Tito Livio Ferreira fez referências acêrca dos predicados culturais da candidata. A seguir, em primeiro escrutínio, foi eleito o prof. Astor França Azevedo, por (8) oito votos a favor e (2) dois contra. Antes de se continuar a eleição houve pequena interrupção com a chegada do consócio Alfredo Gomes, passando, assim, o "quorum" a ser de doze eleitores. Continuando a votação, foram eleitos: sócio correspondente o prof. Dante Alighieri Vitta, com (10) dez votos a favor e (1) um contra; o prof. Alfredo Gomes justificou a proposta, salientando as qualidades do candidato. Prof. Gabriel Totti para sócio correspondente, eleito por (10) dez votos a favor e (1) um contra; dr. Ulisses Guimarães, para sócio efetivo, eleito por (10) dez votos a favor e (1) um contra, tendo o consócio Tito Livio Ferreira externado palavras sôbre os méritos do candidato e, finalmente, procedeu-se à eleição do candidato a sócio efetivo, dr. Carlos Penteado de Rezende, tendo os consócios Frederico de Barros Brotero e Luís Tenório de Brito proferido palavras sôbre o merecimento do candidato, que foi eleito por unanimidade, (11) onze votos. Antes de encerrar-se a sessão, o consócio Almeida Magalhães, referiu-se aos fatos desagradáveis desenrolados recentemente, no Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, narrando-os segundo a leitura dos jornais. Termina a sua oração propondo ao sodalício telegrafe à direção do referido Instituto hipotecando a sua solidariedade no desagradavel incidente. Posta em discussão a proposta, o consócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa alvitra que se deveria primeiramente apurar a veracidade do fato, no que foi secundado pelo prof. Alfredo Gomes, deliberando-se que o Instituto deverá dirigir-se àquela entidade, ou a alguma pessoa que possa fornecer dados sôbre o aspecto da questão, para então depois o sodalício resolver sôbre as medidas a serem tomadas. Em seguida foi encerrada a sessão tendo-se lavrado a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Luís Tenório de Brito

Almeida Magalhães

Plínio de Barros Monteiro.

Ata da sessão ordinária de 4 de agosto de 1951.

Aos quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e um sob a presidência do prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos senhores Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão ordinária, em

sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, nesta Capital, a ela comparecendo os seguintes consócios, além dos acima mencionados: Frederico de Barros Brotero, José Pedro Leite Cordeiro, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Zuinglio Marcondes Homem de Melo, Igor Dolgorukij, Dácio Pires Correia, J. R. de Araujo Filho, Lúcio Rosales, Nice Lecocq Muller, Joaquim Tomás de Paiva, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Fernández y González, Tito Lívio Ferreira, Fausto Ribeiro de Barros, Enzo Silveira, Aureliano Leite, Alvaro da Veiga Coimbra, J. Alberto J. Robbe e Félix Guisard Filho. O presidente explica que a sessão ordinária de hoje é apenas para a apresentação de trabalhos, ficando a sessão extraordinária do terceiro sábado de cada mês reservada para tratar de assuntos administrativos e eleição de sócios. Achando-se na ante-sala os novos sócios professora Nice Lecocq Muller e professor Joaquim Tomás de Paiva, o presidente designa os senhores Araujo Filho, Frederico Brotero e Marcondes de Sousa para introduzi-los no recinto, onde são recebidos sob palmas. A seguir, o orador oficial, dr. José Pedro Leite Cordeiro, saudou os recipiendários, tendo a professora Nice Lecocq Muller agradecido. Novamente com a palavra, a sra. Nice Muller discorreu acerca da "Universidade de Oxford", tratando do assunto com minúcia e precisão, ilustrando a palestra com projeção de vistas das localidades visitadas pela oradora. Sobre o assunto o dr. Leite Cordeiro teceu considerações, solicitando da conferencista os bons officios no sentido da obtenção de um catálogo sobre livros raros referentes ao Brasil e existentes em um dos estabelecimentos citados pela oradora, tendo esta prometido aceder ao pedido formulado. O segundo inscrito para falar na sessão foi o dr. Felix Guisard Filho, que pronunciou uma interessante palestra intitulada "Carlos Pedroso da Silveira, protagonista do ouro no 'Brasil'". Ocupou-se da personalidade do grande brasileiro; referiu-se à sua agitada vida no desempenho do cargo de inspetor do ouro no Brasil, descrevendo a grande trajetória dos fatos desenrolados até a ocasião do seu trágico desaparecimento. Referiu-se, na exposição da palestra, à rica área de xisto betuminoso que se estende desde Taubaté até Jacaré, tendo, nesse ponto, o prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa aparteado o orador para dizer que o xisto betuminoso referido abrange, também, Pindamonhangaba e que, submetido à análise, revelou ser de ótima qualidade. O orador agradece o aparte e refere-se ao livro de sua autoria, já no prelo, oferecendo ao Instituto o manancial documentário do mesmo, constante de grande messe de documentos manuscritos, e termina a palestra dizendo que o livro terá a seguinte dedicatória: "Ao insigne historiador e genealogista patricio, doutor Carlos da Silveira, sexto neto do homenageado". O trabalho mereceu considerações de parte do consócio Dr. Carlos da Silveira que agradeceu à deferência. O presidente concede, a seguir, a palavra ao doutor Leite Cordeiro. O orador disse que iria reme-

morar dois centenários de nascimento: O do dr. João Álvares Rubião Junior, do qual homenageou a sua memória, e outro, o do cientista norte-americano, Orville Adalberto Derby, do qual recordou a operosa existência do saudoso consócio. Depois apresentou dois votos congratulatórios, ambos aprovados, um, ao prof. Afonso de E. Taunay, pelo convite que lhe fizera o sr. Prefeito Municipal de São Paulo, para continuar a obra de sua autoria sobre a Historia de São Paulo, no período da Independência aos primeiros anos da República. Outro voto congratulatório foi ao sócio Tomás Oscar Marcondes de Sousa, vencedor de uma polémica sobre falsificação de suposta obra rara sobre Historia do Brasil existente na Biblioteca Municipal de São Paulo. Comunicou ter comparecido à Assembléia da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, durante a qual o consócio embaixador José Carlos de Macedo Soares foi homenageado, dizendo, ainda, ter representado o sodalício nessa cerimonia. Apresenta o 46.º volume da revista do Instituto, já impressa. Disse ter representado o Instituto junto ao primeiro Congresso Brasileiro de História da Medicina realizado com êxito no Rio de Janeiro. A seguir, o sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa agradece as elogiosas palavras a sua pessoa, proferidas pelo dr. Leite Cordeiro. O prof. Taunay igualmente agradece as referências a sua pessoa e, em comentário à dissertação do dr. Leite Cordeiro, disse que o dr. Orville Adalberto Derby exerceu, também, o cargo de diretor do Museu do Estado, onde relevantes serviços prestou. O presidente solicita ao dr. Leite Cordeiro que elabore um trabalho biográfico do dr. Orville Derby, ao que foi atendido. O sr. secretário disse que na homenagem prestada à veneranda consócia D. Maria Pais de Barros, por motivo do seu centenário natalício, o Instituto esteve representado por uma comissão composta dos srs. Dácio Pires Correia, Carlos da Silveira e Almeida Magalhães. Antes de encerrar a sessão o presidente pede se consigne em ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do consócio dr. Dagoberto Sales. A proposta foi aprovada. Antes de suspender os trabalhos o presidente convoca uma sessão extraordinária, para o dia 18 dêste mês, a fim de tratar de assuntos administrativos e eleição de sócios. Em seguida, foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(a) Ernesto de Sousa Campos
Luís Tenório de Brito
Almeida Magalhães

Ata da sessão extraordinária de 18 de agosto de 1951.

Aos dezoto de agosto de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, à sua Benjamin Constant, 152, nesta Capital, o Instituto Histórico

e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária, a ela comparecendo os seguintes consócios: — Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Plínio de Barros Monteiro, Igor Dolgorukij, Almeida Magalhães, Fernández y González, Dácio Pires Correia, Fausto Ribeiro de Barros, Ernesto de Sousa Campos, Henrique Oscar Wiederspahn, Lúcio Rosales, Enzo Silveira e Carlos da Silveira. Na ausência do Presidente, prof. Ernesto de Sousa Campos, assumiu a diretoria dos trabalhos o Cel. Luís Tenório de Brito, secretariado pelos srs. Almeida Magalhães e Plínio de Barros Monteiro, "ad-hoc". Após leitura e aprovação das atas das sessões anteriores, compareceu o prof. Sousa Campos, depois de explicar o motivo do seu atraso, agradece a atuação do sr. secretário "ad-hoc" e assume a presidência da mesa. O Cel. Tenório de Brito disse ter representado o sodalício junto ao Centro Cultural (Brasil-Suécia, onde teve a oportunidade de ouvir uma conferência proferida pelo prof. Edmundo Vasconcelos. Disse que o Instituto se fez representar por uma comissão composta dos srs. Carlos da Silveira, Luís Tenório de Brito, Tomás Oscar Marcondes de Sousa e Plínio de Barros Monteiro, nos funerais do saudoso consócio Otoniel Mota, tendo o Cel. Luís Tenório de Brito proferido um discurso à beira da sepultura do ilustre extinto. O prof. Sousa Campos evocou com palavras de saudades a personalidade do prof. Otoniel Mota, e o sr. Igor Dolgorukij fundamentou uma proposta, a fim de que se lance em ata um voto de profundo pesar pela irreparável perda. A proposta foi aprovada. A seguir o prof. Sousa Campos referiu-se à construção do novo edifício do Instituto, dizendo que os papéis referentes ao empréstimo pela Caixa Econômica Federal de São Paulo se encontram na secção de datilografia e que, após, irão às mãos do Presidente da Caixa Econômica, dr. Antunes Maciel e, a seguir, ao Conselho, no Rio de Janeiro. Disse que a firma indicada para a construção do prédio é a Construtora Celbe Ltda, da qual faz parte o consócio Eng.º Pérsio Pereira Mendes. Essa firma já apresentou uma minuta de contrato, que mereceu a aprovação de vários consócios do sodalício, por ser de fato a proposta mais vantajosa até agora recebida. O sr. Presidente leu o referido documento que mereceu o beneplácito do plenário. Sobre a matéria falaram os consócios Menezes Drummond e Tomás Oscar Marcondes de Sousa. O assunto foi aprovado em tese. Com referência ao alojamento aos livros, em custódia, da biblioteca do Instituto, disse ter recebido uma minuta de contrato, emanada do Departamento de Cultura da Prefeitura, pelo qual esta, por intermédio do seu Secretário de Educação e Cultura, dr. Nelson Marcondes do Amaral, compromete-se a receber os livros e catalogá-los, pondo-os à disposição dos leitores. Disse que os exemplares da revista, em duplicata, foram enviados para a Faculdade de Medicina e alojados em uma sala do Departamento da sua cátedra. A seguir, procedeu-se à eleição de sócios, tendo sido eleitos os

seguintes sócios efetivos: — Astor França de Azevedo por 13 votos favoráveis e 1 contra. O dr. Carlos da Silveira fez considerações a respeito dos méritos do candidato; Antônio Rocha Penteado, por unanimidade, 14 votos; Miriam Ellis Austregésilo, eleita por unanimidade, 14 votos. O sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, enaltecendo as qualidades da candidata, disse ser ela sobejamente conhecida através de seus trabalhos publicados. A seguir procedeu-se à eleição do socio correspondente Dante Alighieri Vita, que obteve 12 votos favoráveis e 2 contrários. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Luís Tenório de Brito

Alfredo Gomes

Ata da sessão ordinária de 1.º de setembro de 1951.

No dia primeiro de setembro de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão ordinária, sob a presidência do prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos srs. Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães, a ela comparecendo os seguintes socios, além dos acima nomeados: — Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Fernandez y González, Alexandre D'Alessandro, José da Costa e Silva Sobrinho, Plínio de Barros Monteiro, Igor Dolgorukij, René de Oliveira Barbosa, Dácio Pires Correia, Fausto Ribeiro de Barros, Miriam Ellis, Mário Botelho Miranda, Francisca Pereira Rodrigues, Tito Lívio Ferreira, Joaquim Vicente Rondon, Carlos da Silveira, Américo de Moura, Alfredo Ellis Junior e José da Costa e Silva Sobrinho. Iniciados os trabalhos o presidente nomeia os srs. Alfredo Ellis Junior, José da Costa e Silva Sobrinho e Tomás Oscar Marcondes de Sousa para introduzirem no recinto os novos socios efetivos, professora Miriam Ellis e prof. Mario Botelho de Miranda que foram recebidos sob palmas. A seguir, depois de saudá-los, o sr. Presidente convida-os a lerem e assinarem os respectivos compromissos de posse. Os recipiendários agradecem as amáveis palavras de boas vindas proferidas pelo sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, designado para recebê-los em nome do sodalício. Com a palavra, o Presidente pede o interesse dos confrades no constante à construção do novo predio social, cujos trabalhos já estão bem coordenados; refere-se ao convênio estabelecida entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto, a respeito da guarda dos livros, sob custódia, enquanto perdurarem as obras de construção do edificio. Referiu-se à comunicação emanada da presidência

da "Tertúlia acadêmica" de que uma embaixada da Universidade de Coimbra, sob a presidência do Magnífico Reitor, prof. Maximino Correia e de mais três catedráticos permanecerá entre nós, até o dia 17; sugeriu à casa homenageá-los com a realização de uma sessão extraordinária. A proposta foi aprovada. Em seguida o 1.º secretário fez as seguintes comunicações: disse que o novo consócio Joaquim Tomás de Paiva não tendo a oportunidade de ler o seu discurso de posse, encaminha o mesmo divulgado pelo "Jornal do Brasil", do Rio, a fim de ser publicado na "Revista" do Instituto; diz que a instituição foi representada pelo sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, na recepção que o Instituto Italo-Brasileiro ofereceu ao Embaixador da Italia, dr. Mario Augusto Martini; nos funerais da exma. sra. Cândida Bueno Lopes de Oliveira o Instituto foi representado por uma comissão composta dos srs. Carlos da Silveira, Tito Lívio Ferreira e Luís Tenório de Brito; na Escola Técnica de Comércio o sodalício foi representado pelo Cel. Luís Tenório de Brito, constando a solenidade de uma conferência do sr. J. B. Martins Ramos, intitulada "A Amazônia por dentro". Esgotada a matéria de expediente, usou da palavra o Prof. René de Oliveira Barbosa que discorreu acerca do tema "O ensino normal em São Paulo". O orador focalizou o assunto desde os primórdios lembrando a atuação do Padre Diogo Antonio Feijó em 1835, para a criação de uma escola normal em São Paulo. Apontou outras datas, 1843, 1874 e 1876, citando vultos que muito cooperaram para a organização do ensino normal entre nós. Mais tarde, já no regime republicano, evocou a memória de Miss Browne, que orientou o ensino para processos mais modernos. Referiu-se a Oscar Thompson e a uma plêiade ilustre que muito contribuíram para o engrandecimento do ensino normal paulista. Encerra a sua oração, fazendo uma especial referência aos seus antigos mestres Carlos da Silveira, Américo Brasiliense Antunes de Moura e, também, prestou homenagem ao Exmo. Ministro da Educação, ao sr. Presidente do Instituto, prof. Ernesto de Sousa Campos. O presidente agradece, não só a bem coordenada palestra proferida pelo prof. René Oliveira Barbosa, mas também as amáveis referências à sua pessoa quando Ministro da Educação. Ainda sobre o assunto falou o Cel. Luís Tenório de Brito que, fazendo comentários, citou outros vultos que se devotaram aos problemas educacionais em São Paulo, dentre eles, os saudosos educadores Sud Mennucci, Antônio Tenório de Brito e Roldão de Barros, há pouco falecido. Antes de terminar a sessão o sr. presidente convoca outra sessão extraordinária para o dia 15 deste mês, a fim de tratar de assuntos administrativos e eleição de sócios. Em seguida foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Luís Tenório de Brito

Alfredo Gomes

Ata da sessão extraordinária de 15 de setembro de 1951.

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e um, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária sob a presidência do prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos srs. cel. Luís Tenório de Brito e prof. Alfredo Gomes, a ela comparecendo além dos consócios acima citados mais os srs.: — Américo Brasiliense Antunes de Moura, Fausto Ribeiro de Barros, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, René de Oliveira Barbosa, Fernández y González, Carlos da Silveira, Alvaro da Veiga Coimbra, Tito Livio Ferreira, Dácio Pires Correia, José Pedro Leite Cordeiro e Almeida Magalhães. Após leitura e aprovação da ata da sessão anterior, o presidente, antes de dar início aos trabalhos disse desejar que fosse consignado em ata um voto congratulatório ao sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, dr. André Nunes Júnior, nosso consócio, por ter apresentado um projeto à Câmara, concedendo a quantia de Cr\$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para auxílio da construção do novo prédio sede do Instituto. A proposta foi aprovada. Referiu-se à morosidade do andamento do processo referente ao empréstimo pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, o qual se encontra no Gabinete do Chefe da Procuradoria daquela instituição; referiu-se à guarda, sob custódia, dos livros da biblioteca social, aguardando apenas comunicação da Prefeitura para ultimar a mudança. Disse que entrando em entendimento com o diretor do Museu Paulista, obteve permissão para, igualmente, ser confiada à sua guarda três imagens religiosas, antigas, provenientes da Igreja de São Miguel. A seguir, o cel. Luís Tenório de Brito participou à casa o falecimento do consócio Ciro Onésimo Mondim, pedindo seja consignado em ata um voto de pesar pelo lutooso acontecimento. A proposta foi aprovada. O prof. Sousa Campos, referindo-se à embaixada dos professores e estudantes da Universidade de Coimbra, chefiada pelo Magnífico Reitor, prof. Maximino Correia, ora entre nós, disse que vem tomando parte nas homenagens que lhe são prestadas, tendo sempre representado o Instituto nessas manifestações de simpatia, e transmitiu aos confrades a sua intenção de convocar uma sessão extraordinária para receber os ilustres visitantes. Apresenta ao plenário uma proposta considerando o integrante dessa embaixada, prof. Manuel Lopes D'Almeida, professor de História e diretor da Faculdade de Letras da referida Universidade, sócio honorário do Instituto, salientando que, em quatro séculos, é a primeira vez que uma embaixada, chefiada pelo Magnífico Reitor da veneranda Universidade de Coimbra, deixando as terras lusas, vinha em missão de estreitamento de amizade com seus irmãos brasileiros. Desse modo, pede à casa a dispensa do interstício exigido pelos estatutos e, em medida excepcional, eleger o ilustre professor

membro honorário do sodalício. O sr. Américo B. de Moura disse que na qualidade de membro da comissão de sindicância e julgadora dos trabalhos dos candidatos a socios, dá a sua aquiescencia, falando, mesmo, em nome da comissão da qual faz parte. A proposta foi aprovada, tendo sido o prof. Manuel Lopes d'Almeida eleito socio honorário do Instituto. O prof. Alfredo Gomes apresentou uma proposta no sentido de se ampliar a homenagem do Instituto ao Magnifico Reitor da Universidade de Coimbra, prof. Maximino Correia. O dr. Américo de Moura pede que o ato que individualizou o prof. Manuel Lopes d'Almeida, na categoria de sócio honorário, seja extensivo a todos os professores componentes da Embaixada que nos visita, ao que o prof. Alfredo Gomes está de acôrdo. Submetida à aprovação, a proposta foi aceita por unanimidade, declarando-se, assim, eleitos socios honorários do sodalício, os seguintes membros da Embaixada: Profs. Maximino Correia, Manuel Lopes d'Almeida e João Pereira Dias. O presidente, a seguir, designa o dr. Tito Lívio Ferreira para saudar os novos membros do Instituto, dizendo que assim o fazia por dois motivos: um, para não sobrecarregar o orador oficial, dr. José Pedro Leite Cordeiro, convalescente da moléstia que o afastou por algum tempo do nosso convívio e, outro, pelo pendor do consócio Tito Lívio Ferreira pelo povo português. O dr. Tito Lívio Ferreira agradece e aceita o convite que lhe fôra feito. Em seguida procedeu-se à eleição, em 1.º turno, dos candidatos a socios efetivos: 1.º) — Hilário Freire, tendo o sr. Tito Lívio Ferreira externado considerações em tôrno da personalidade do candidato, sobejamente conhecido em São Paulo, onde foi deputado e líder, em 1924, e enumerou diversos trabalhos da sua autoria, achando, assim, que seria interessante o Instituto recebê-lo no seu seio. O candidato foi eleito por 12 votos a favor e 2 contra. 2.º) — o segundo candidato foi o farmaceutico Raul Vetta, ocupando-se da figura do candidato o dr. Leite Cordeiro, que afirmou considerá-lo, igualmente, um elemento de valor para o Instituto. O candidato foi eleito por unanimidade, 14 votos. Tendo o sodalício a satisfação de rever em seu seio o consócio dr. José Pedro Leite Cordeiro, que se achava ausente de São Paulo, por motivo de moléstia, o cef. Luís Tenório de Brito, expandindo manifestação pelo seu regresso, propôs que o Instituto com ele se congratulasse. A proposta foi recebida sob palmas, tendo o homenageado agradecido. A seguir, procedeu-se à eleição, em segundo escrutínio, dos seguintes sócios efetivos: 1.º) Dr. Ulisses Guimarães, 2.º) dr. Carlos Penteado de Rezende, e o sr. Gabriel Totti, para sócio correspondente. Terminando a eleição, o presidente referiu-se ao procedimento de alguns candidatos que, uma vez eleitos, não mais procuram o Instituto desrespeitando, destarte, o expresso nos estatutos. Nessas condições acha que o sodalício deveria empregar medidas corretivas para os sócios displicentes que, considerando apenas uma conquista para o seu

"curriculum", desmerecem, assim, a finalidade que os levou a ingressar no Instituto. O sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa leu o inciso contido no art.º 55 dos Estatutos, propondo a aplicação das penalidades contidas. O assunto mereceu, igualmente, comentários, de parte do Tesoureiro, sr. Dácio Pires Correia. Lembra então o presidente que a secretaria deverá enviar circulares aos sócios faltosos, sem exceção, convidando-os ao cumprimento integral dos Estados, notificando-os que, dentro de 60 dias da data da expedição das circulares deverão normalizar a situação junto ao Instituto. Para êste cometimento far-se-á uma revisão do quadro dos sócios, de modo que se encontre regularizada a vida do sodalício na vigência dos novos Estatutos, em face da reforma. O prof. Sousa Campos, não podendo ficar na direção dos trabalhos por mais tempo, em virtude de compromisso assumido, convida o sr. Américo de Moura a assumir a direção dos trabalhos. Reiniciados êstes, com a palavra o dr. Leite Cordeiro disse que na reforma dos Estatutos os casos ventilados em plenário foram sempre previstos, assim também o número limitado de sócios. O prof. Alfredo Gomes, tecendo comentários sôbre o palpitante assunto, acha que o candidato a sócio do Instituto deverá apresentar trabalho para ingressar no quadro social e comparecer às sessões e interessar-se pela agremiação. O Presidente disse que acatará as sugestões apresentadas e providenciará no sentido da Secretaria cumprir o que foi resolvido em plenário. O dr. Leite Cordeiro, pela ordem, acha que a concessão de anistia para os sócios que se acharem em atraso, cancelando os seus débitos, resolverá a situação atual, propondo que a medida seja aplicada aos sócios em atraso, cancelando os seus débitos para com o Instituto, até junho de 1951. O prof. Dácio Pires Correia concorda com a proposta, em vista do pequeno número de sócios em atraso com os pagamentos das mensalidades. O sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa manifestou-se contrário. O prof. René de Oliveira Barbosa em seu nome e no do sr. Almeida Magalhães diz que no dia 17 p. f. o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, antigo Ginásio do Estado, comemora o 55.º aniversário de sua fundação, pelo que propõe que o sodalício se congratule com aquele estabelecimento de ensino paulistano, pela passagem da efeméride. Posta em discussão a proposta, o prof. Alfredo Gomes pede que a homenagem se amplie ao nome do seu atual diretor, prof. Martin Damy, que muito se tem esforçado pelo engrandecimento do ensino, difundido por aquela instituição. A proposta foi aprovada. Ainda com a palavra o prof. Alfredo Gomes disse que o dr. Eldino da Fonseca Brancante, ilustre homem de letras, acaba de publicar obra de excepcional valor, premiada pela Academia Brasileira de Letras, "O Brasil e a Louça da Índia", tendo destacado os méritos desse trabalho, devendo ser encaminhados ao Instituto alguns exemplares para distribuição entre os consócios, oportunamente. Nada mais havendo a tratar

foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada.

Luis Tenório de Brito
Almeida Magalhães
Alfredo Gomes

Ata da sessão extraordinária de 17 de setembro de 1951.

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e um em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária, presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos srs. Almeida Magalhães e Alfredo Gomes, a ela comparecendo além dos consócios acima citados os srs.: — Álvaro da Veiga Coimbra, Tomás Marcondes de Sousa, Tito Lívio Ferreira, Dácio Pires Correia, Fernández y González, Fausto Ribeiro de Barros, Mons. Paulo Florêncio de Silveira Camargo, Carlos da Silveira e Manuel Lopes d'Almeida. Ao abrir a sessão o Presidente convida os srs. Américo de Moura, Carlos da Silveira e Tito Lívio Ferreira para introduzirem no recinto o novo sócio honorário prof. Lopes d'Almeida, que foi saudado por uma salva de palmas. A seguir o novo sócio lê e assina o compromisso de posse. O presidente diz que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tem o maior prazer em receber em seu seio o eminente professor Manuel Lopes d'Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, notável historiador, integrante da Embaixada da Universidade de Coimbra, ora entre nós, em missão oficial do Governo Português, para estreitar os laços de amizade e de cultura entre as duas pátrias, de idioma lusitana, a fim de receber as credenciais de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Disse que integram a Embaixada, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, prof. Maximino Correia, os catedráticos prof. João Pereira Dias, da Faculdade de Letras e prof. Eduardo Correia, da Faculdade de Direito e estudantes da mesma Universidade. Todos os professores componentes da Embaixada, por deliberação unânime aprovada na última sessão do sodalício, foram homenageados pelo Instituto, que, assim, tem a satisfação de enriquecer o seu quadro social, com os nomes dos ilustres professores da muitas vèzes secular Universidade de Coimbra. Nessas condições não obstante estar presente apenas o prof. Manuel Lopes d'Almeida, não podendo os demais comparecer à sessão por motivo dos compromissos impostos pelas solenidades que se realizam em sua honra, o sr. presidente declara-os empossados no quadro dos socios honorários. Continuando, salientou ser a primeira vez que se verifica nos

fastos da Universidade de Coimbra, uma embaixada, presidida pelo seu Magnífico Reitor, deixar a lusa terra em visita aos seus irmãos de idioma d'além mar, em missão de estreitamento de relações culturais. Assim, continua o prof. Sousa Campos, para perpetuar na vida da cidade nobreguense a passagem de tão dignos representantes da Universidade de Coimbra, desejaria apresentar, para deliberação do plenário, uma proposta conjugada, entre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e a direção do plano de construção da Cidade Universitária de São Paulo, para solicitar da Municipalidade seja dada a uma praça a denominação de "Praça da Universidade de Coimbra". Disse que o local que melhor se presta a essa homenagem é a praça formada pela confluência da Avenida Rebouças, Jockey Club, Avenida Queirós Matoso, Avenida Vital Brasil e Rua Dr. Lemos Monteiro. A proposta foi aprovada por unanimidade. Dá, a seguir, a palavra ao Dr. Tito Lívio Ferreira para saudar o recipiendário em nome do Instituto tendo o orador proferido uma bela oração evocando a vida universitária de Coimbra, seu passado glorioso e seu presente, que não é senão continuidade do esforço e dedicação do nobre povo português para o apuro da cultura. As últimas palavras do orador foram recebidas sob palmas e a sua saudação será publicada, na íntegra, nas páginas da "Revista". Com a palavra o prof. Manuel Lopes d'Almeida comovido, agradeceu as palavras de amizade dirigidas aos seus patrícios e colegas da Universidade e, em nome, principalmente, do Magnífico Reitor, prof. Maximino Correia, tornava extensivas aos demais consócios as suas palavras de sinceros agradecimentos pela acolhida que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo prestava à Embaixada da qual faz parte, integrando-o no seu quadro social. Disse que aceita a grande honra de pertencer a uma instituição já bastante conhecida em Coimbra. O prof. Sousa Campos antes de encerrar a sessão agradece a presença da assistência que concorreu à sessão, à última hora convocada, por premência de tempo e acentuou que é grande a honra e a satisfação do Instituto em receber êsses ilustres visitantes. Evocou em sua oração uma vista retrospectiva da velha Europa, enumerando as primeiras Universidades aí surgidas: — Coimbra, Bolonha, Paris, Sevilha e tendo a primeira se avantajado muito na cultura, sôbre as de outros países europeus. Terminando as suas palavras, disse que a visita da Embaixada de Coimbra representa, assim, uma oportunidade raríssima e que desejava que se repetisse por muitos anos para a permanente amizade cultural, científica e social, entre os dois povos. Em seguida foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada será assinada.

Luís Tenório de Brito

Almeida Magalhães

Alfredo Gomes

Ata da sessão de 6 de outubro de 1951.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e cinqüenta e um, em sua sede social, á rua Benjamin Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão ordinária presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos e secretariada pelos srs. Cel. Luís Tenório de Brito e dr. Almeida Magalhães, a ela comparecendo além dos acima nomeados os consócios: — Amador Florence, Tito Lívio Ferreira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, J. Alberto J. Robbe, Manuel Rodrigues Ferreira, Frederico de Barros Brotero, Fernández y González, Edmur de Aguiar Whitaker, Carlos Penteado de Rezende, Alfredo Gomes, Américo de Moura, José Pedro Leite Cordeiro, Carlos da Silveira, José Ribeiro de Araujo Filho, Gama Rodrigues, João Dias da Silveira e Fausto Ribeiro de Barros. Ao abrir os trabalhos o presidente designa os srs. Tito Lívio Ferreira, Amador Florence e Tomás Oscar Marcondes de Sousa para receberem os novos sócios Edmur de Aguiar Whitaker e Carlos Penteado de Rezende que, depois de lerem e assinarem os respectivos compromissos, foram saudados, em nome do Instituto, pelo cel. Luís Tenório de Brito, tendo ambos agradecido. O presidente refere-se á valiosa atuação do cel. Lúcio Rosales, auxiliado pela senhorinha Inês de Lacerda Vergueiro no trabalho de confecção do catálogo dos livros da biblioteca social que já atingiu a casa dos 3.000 volumes. Aproveita o ensejo para dizer que foi enviado ao sr. Presidente da Câmara Municipal um memorial solicitando a denominação de praça "Universidade de Coimbra" ao logradouro público mencionado na referida moção, que deixa de ler por ser longa mas que se encontra na Secretaria do Instituto, á disposição dos interessados. Lembra o primeiro aniversário do passamento do saudoso presidente perpétuo do Instituto, dr. Tôrres de Oliveira, dizendo que á missa celebrada em sua memória compareceu elevado número de sócios. A seguir dá a palavra ao orador oficial dr. José Pedro Leite Cordeiro que, comunicando á casa o planejamento das Comissões de festejos comemorativos do IV centenário da fundação de São Paulo, leu as sugestões apresentadas para a consideração da Comissão Municipal do programa para as festividades da efeméride. Afirma que em um dos seus tópicos providencia a realização de um Congresso de História Comemorativo do IV Centenário da fundação de São Paulo, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Por se tratar de comemoração de caráter puramente técnico e especializado, a subcomissão de História recomendou se organizassem as Comissões de Honra e Executiva do Congresso. Para a primeira foram lembrados os nomes de Washington Luís Pereira de Sousa, vulto de projecção na História Paulista e Brasileira, o ilustre historiador Afonso D'Escagnolle Taunay, um dos dez maiores historiadores vivos no mundo e o

maior historiador que o Brasil possui e mestre ímpar da História de São Paulo e o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, dos mais insignes historiadores brasileiros e que, além de paulista, vem ocupando com raro brilho a presidência perpétua do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob cujos auspícios, bem como do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, será efetuado o Congresso. Para a Comissão Organizadora Executiva a cargo da qual ficará a elaboração do regimento interno e do temário, foram indicados, como integrantes, os seguintes historiadores: — Presidente da Comissão Executiva: — Prof. Ernesto de Sousa Campos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Vice-Presidentes Prof. Américo de Moura, prof. Carlos da Silveira, e dr. Frederico de Barros Brotero, Vice-Presidentes do Instituto; Secretario Geral, dr. Tito Lívio Ferreira; relator geral, dr. José Pedro Leite Cordeiro; Membros: prof. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, cel. Luís Tenório de Brito, dr. Álvaro da Veiga Coimbra, prof. Sérgio Buarque de Holanda, prof. Alfredo Ellis Junior. Referiu-se, a seguir, à aprovação, pela comissão municipal, da impressão da obra "São Paulo em quatro séculos", de iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ainda com a palavra evocou a memória do saudoso sócio fundador do Instituto, Augusto César Miranda de Azevedo, cujo centenário de nascimento é comemorado; refere-se, também, ao escritor Eduardo Prado, igualmente membro do Instituto a quem prestou reverente homenagem. O cel. Luís Tenório de Brito disse que na conferência pronunciada pelo consócio Enzo Silveira sobre "Contribuição de Portugal na formação do Rio Grande do Sul" o sr. Presidente do Instituto foi representado pelo prof. Almeida Magalhães, comparecendo, ainda, em nome do Instituto os srs. Álvaro da Veiga Coimbra e Tito Lívio Ferreira. O presidente participa que, atendendo ao pedido formulado por interessados, a sessão comemorativa da fundação do Instituto se realizará no dia 27 deste mês, sábado, às 15 horas, quando o orador oficial, prof. José Pedro Leite Cordeiro, prestará homenagem aos sócios falecidos durante o ano social. A seguir, propõe à casa a consignação em ata de um voto congratulatório com a comissão organizadora do Congresso de História comemorativo do IV centenário da fundação de São Paulo pelos esforços e dedicação que vem empreendendo para o êxito do certame. A proposta foi aprovada. Na ordem do dia falou em primeiro lugar o prof. João Dias da Silveira que pronunciou uma palestra sobre o tema "Discussão do conceito de clima tropical" ilustrando-a com a projeção de esquemas sobre o assunto. O presidente realça o valor do estudo que será publicado na "Revista" e agradece ao autor da contribuição. A seguir é dada a palavra ao sr. J. Alberto J. Robbe que falou acerca de "Santos Dumont", a propósito do cinquentenário do premio "Deutsch". O orador prendeu a atenção do auditório, esplanando a vida do grande cientista pátrio, enumerando com minucias a epopéia

do genial inventor e enriquecendo a palestra com a projeção de copiosa documentação mostrando as várias fases das experiências feitas em Paris por Santos Dumont. A segunda parte da palestra terá lugar no dia 20 p.f. e em seguida foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada.

Luís Tenório de Brito

Almeida Magalhães

Alfredo Gomes.

Ata da sessão extraordinária de 20 de outubro de 1951.

Aos vinte dias do mês de Outubro de mil novecentos e cinqüenta e um, em sua sede social à rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária presidida pelo cel. Luís Tenório de Brito e secretariada pelos srs. Almeida Magalhães e Alfredo Gomes, a ela comparecendo, além dos consócios acima citados, os srs. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, René de Oliveira Barbosa, Eduardo Fernández y González, Dácio Pires Correia, J. Alberto J. Robbe, Fausto Ribeiro de Barros, Fausto de Almeida Prado Penteado, Carlos da Silveira e José Pedro Leite Cordeiro. Ao iniciar os trabalhos o presidente explica as razões da ausência do presidente efetivo e demais vice-presidentes, razão pela qual assumia a direção dos trabalhos. Após a aprovação das atas das sessões anteriores, o 2.º secretário leu a matéria de expediente que constou de um convite da XII Semana Paulista de Estudos Policiais a realizar-se brevemente, nesta Capital, e uma comunicação do sr. prof. Ernesto de Sousa Campos dizendo que, por motivo de viagem, deixava de comparecer à sessão. A seguir é dada a palavra ao dr. J. Alberto J. Robbe para proferir a segunda parte da sua palestra sobre o tema "Santos Dumont", a propósito do prêmio "Deutsch", O A. referiu-se ao entusiasmo nas comemorações que se estão realizando, não só nesta Capital, mas também em todo o território nacional. Disse que no andar terreo do sodalício organizou uma exposição iconográfica na qual se encontram cronologicamente dispostas diversas fases das experiências do grande inventor pátrio. Narrou com fidelidade as várias tentativas de Santos Dumont para a conquista dos louros, que, afinal, conseguiu em 19 de outubro de 1901, com o "Santos Dumont n.º 6", obtendo o prêmio "Deutsch" de cem mil francos e outro de Cr\$ 100.000,00 oferecido pelo governo brasileiro, quando presidente da República Campos Sales. Disse que mais tarde Santos Dumont repetiu as suas experiências em Mônaco e enumerou os seus demais aparelhos, entre os quais o biplano "14 bis" e os monoplanos "19" e "20" ("Demoiselle"). Falou depois acêrca do

entusiasmo dos franceses na construção de aparelhos de aeronáutica e também dos norte-americanos irmãos Wright, fazendo comentários sobre o assunto. Ao terminar a conferência, o orador foi calorosamente aplaudido, tendo o presidente agradecido ao dr. J. Robbe, dizendo que o Instituto registra com especial agrado a valiosa contribuição apresentada, solicitando um resumo da palestra a fim de figurar nas páginas da "Revista" do Instituto. O prof. Alfredo Gomes teceu comentários acerca do trabalho do dr. Robbe e fundamentou uma proposta no sentido do Instituto felicitar por ofício ao Comandante da IV Zona Aérea pelo brilho alcançado nas comemorações da "Semana da Asa". A proposta foi aprovada. O dr. Leite Cordeiro disse que os objetivos que reuniram os presentes para a comemoração do 50.º aniversário de vôos do grande patriota, coincidem com o aparecimento do livro "O Tupi na geografia nacional", da autoria de Teodoro Sampaio, pedindo se assinalasse em ata a rememoração dessa parcela dos inúmeros trabalhos do ilustre patriota. A proposta foi aprovada. A seguir procedeu-se à eleição de candidatos a sócios do Instituto, tendo sido eleitos, em 2.º escrutínio, os seguintes socios efetivos: dr. Hilário Freire tendo o prof. Leite Cordeiro exaltado as qualidades do candidato que foi eleito por onze votos a favor e dois contra e Raul Votta, eleito por unanimidade: — treze votos. A seguir procedeu-se à votação, em 1.º escrutínio, dos seguintes candidatos: — 1.º) — José Gomes de Moraes Filho, efetivo, eleito por 12 votos a favor e 1 contra. 2.º) Rolland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, eleito por 11 votos a favor e dois contra. Usaram da palavra para enumerar as qualidades do candidato: os srs. René de Oliveira Barbosa, Leite Cordeiro e Alfredo Gomes. 3.º) Oscar Reinaldo Müller Caravelas, eleito por unanimidade: — 13 votos. Teceram comentários a favor do candidato os srs. Leite Cordeiro e Tito Lívio Ferreira e, finalmente 4.º) Vera de Ataíde Pereira, eleita por 10 votos a favor e 2 contra. Encareceram as qualidades da candidata os srs. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira e René de Oliveira Barbosa. Findos os trabalhos eleitorais, o prof. Alfredo Gomes, com a palavra, refere-se ao modo pelo qual se procedem as eleições de candidatos a sócios, consultando a casa sobre a possibilidade da dispensa do interstício estatutário para os candidatos atuais, em 1.º escrutínio, visto que, realizando-se no dia 27 próximo a sessão de encerramento, somente poderiam ser votados os candidatos no próximo ano. Lembrou a possibilidade de uma sessão extraordinária para a realização do pleito, ou mesmo da dispensa do interstício estatutário, procedendo-se à votação imediatamente, tal como ocorreu recentemente. Submetido à apreciação do plenário, o assunto mereceu calorosa discussão, tendo tomado parte nos debates os srs. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Eduardo Fernández y González, Carlos da Silveira, Fausto Ribeiro de Barros, Almeida Magalhães.

e Luís Tenório de Brito. O assunto ficou devidamente esclarecido, deliberando-se, assim, que as eleições deverão cingir-se às normas estatutárias. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Luís Tenório de Brito

Almeida Magalhães

Ata da sessão magna de 17 de outubro de 1951.

Aos vinte e sete dias do mês de Outubro de mil novecentos e cinquenta e um, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou em sua sede social à rua Benjamim Constant, 152, uma sessão magna comemorativa da fundação do sodalício, presidida pelo prof. Ernesto de Sousa Campos, e secretariada pelos srs. Luís Tenório de Brito e Almeida Magalhães, a ela comparecendo além dos acima citados, os seguintes sócios: Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Frederico Brotero, Carlos da Silveira, Sinésio Rangel Pestana, Tito Lívio Ferreira, J. Alberto J. Robbe, Eduardo Fernández y González, Fausto Ribeiro de Barros, José Pedro Leite Cordeiro, Álvaro da Veiga Coimbra, Alfredo Gomes, Pedro Dias de Campos, José Carlos de Macedo Soares e Lígia Lemos Tôrres. Ao abrir os trabalhos o presidente justifica a ausência dos srs. Afonso de E. Taunay, Igor Dolgorukij, e Álvaro Soares Brandão. A seguir convida o embaixador José Carlos de Macedo Soares e Dr. Sinésio Rangel Pestana a tomarem assento à mesa. O secretário lê a ata da sessão anterior que é aprovada. O presidente em breves palavras referiu-se ao projeto de construção do novo prédio-sede, dizendo que aumentava a esperança de brevemente realizar a remoção dos livros e móveis, a fim de que se inicie a demolição e conseqüente construção do novo prédio. O sr. Eduardo Fernández y González evocou a memória da rainha Isabel, a Católica, pela passagem do quinto centenário do seu nascimento, exaltando as suas qualidades espirituais, dizendo ser ela a rainha que unificou a Espanha e pede que seja a efeméride consignada em ata. O presidente solicita que a homenagem seja extensiva à rainha D. Amélia de Portugal, há pouco falecida. As propostas foram aprovadas. Com a palavra o dr. Leite Cordeiro, orador oficial, produziu o elogio histórico dos sócios que faleceram durante o corrente ano social e que foram os seguintes, na ordem cronológica dos respectivos desaparecimentos: Gastão Vidigal, Carlos de Sousa Nazareth, Vitor da Silva Freire, Dagoberto Sales, Nereu Rangel Pestana, Otoniel Mota, Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, Clodomiro Pereira da Silva, Ciro Onésimo Maria Mondin, Renato Pais de Barros e Edmundo Krug. Antes

de encerrar a sessão o sr. presidente agradece a cooperação dos seus pares, enriquecendo as sessões com trabalhos de real valor e a frequência assídua não só à sede do Instituto, mas também ao interesse pelas sessões que têm sido bastante concorridas, ao ponto de se desdobrarem as sessões, realizando-se, de permcio, sessões extraordinárias a fim de dar escoamento à volumosa produção de atividades o que espera que se verifique no próximo ano social. Agradece, igualmente, aos membros das famílias enlutadas que compareceram à sessão, assim também a presença do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio d'êste sodalício. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada é assinada.

Ernesto de Sousa Campos

Luis Tenório de Brito

Fausto Ribeiro de Barros.

Cadastro Social

1950 e 1951

Presidente Honorário

Afonso de Escragnolle Taunay

Sócios Eméritos

Afonso de E. Taunay
Américo Brasiliense Antunes de Moura
Frederico de Barros Brotero
José Carlos de Macedo Soares
Tomás Oscar Marcondes de Sousa
Washington Luís Pereira de Sousa

Sócios Beneméritos

André Nunes Júnior
Dácio Pires Correia
Cantídio Nogueira Sampaio
Fábio Prado
José de Moura Rezende
José Pedro Leite Cordeiro
Mário Otoberini Costa
Samuel Ribeiro.

Sócios Honorários

Afonso José de Carvalho
Alberto Iria
Altino Arantes
Ambrósio Perera
Ana de Queiroz Teles Tibiriçá
Antonio Colbacchini (Padre)
Arnaldo Arantes

Berta Leite
Cândido Mariano da Silva Rondon
Carlos da Silveira
Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota (Dom)
Carlota Pereira de Queiroz
Cristóvão Tôrres de Camargo
Damião Peres
Deusdedit de Araújo (Mons.)
Eduardo Correia
Edvard Carmilo
Ernesto de Sousa Campos
Eugenio Egas
Fernando de Almeida Nobre
Francisca Pereira Rodrigues
Francisco de Aquino Correia (Dom)
Hipólito Chevelon (Padre)
João Batista de Carvalho (Mons.)
João Lourenço Rodrigues
João Pereira Dias
José Adriano Marrey Junior
José Dante S. J. (Padre)
José de Castro Néri (Mons. Dr.)
Julio César de Faria
Julio de Mesquita Filho
Laudo Ferreira de Camargo
Leopoldo Aires
Luísa da Fonseca
Manuel da Costa Manso
Manuel Lopes de Almeida
Maria Imaculada Xavier da Silveira
Maria Pais de Barros
Maximino Correia
Noemia Nascimento Gama
Paulo de Tarso Campos (Dom)
Pedro d'Orleans e Bragança (Príncipe)
Pedro Dias de Campos
Serafim Leite, S. J. (Padre)
Sinésio Rocha
William Brooks Greenlee

Sócios efetivos

Adriano Campanhole
Afonso Schmidt

Alcindo Muniz de Sousa
Alexandre d'Alessandro
Alfredo Gomes
Alice Piffer Canabrava
Alípio Leme de Oliveira
Alvaro da Veiga Coimbra
Alvaro Martins
Alvaro Soares Brandão
Amadeu de Queiroz
Amador Bueno Machado Florence
Amando Franco Soares Caiubi
Américo Maciel de Castro Junior
Américo Netto do Rego Cavalcanti
Antônio Augusto de Menezes Drummond
Antonio Barreto do Amaral
Antonio Ferreira Cesarino Junior
Antonio Paulino de Almeida
Antônio Rocha Penteado
Ari França
Aristides Gréve (Padre)
Armando de Arruda Pereira
Arnaldo Arantes
Aroldo Edgar de Azevedo
Arrisson de Souza Ferraz
Astor França Azevedo
Astrogildo Rodrigues de Melo
Augusto Gonzaga
Aureliano Leite
Bento Bueno
Cândido de Sousa Campos
Cantídio de Moura Campos
Carlos Alberto Nunes
Carlos Borges Schmidt
Carlos de Morais Andrade
Carlos Penteado de Rezende
Celestino Eusébio Fazzio
Cincinato Braga
Coriolano Roberto Alves
Djalma Forjaz
Domingos Laurito
Eduardo Alcântara de Oliveira
Eduardo de Oliveira França
Edmundo Zenha

Edmur de Aguiar Whitacker
Eduardo Fernández y González
Egon Schaden
Enzo Silveira
Ernesto de Moraes Leme
Eurico Branco Ribeiro
Eurípedes Simões de Paula
Fausto de Almeida Prado Penteado
Fausto Ribeirão de Barros
Fidelino de Figueiredo
Francisca Neves Lôbo
Francisco Cimino
Francisco de Assis Carvalho Franco
Francisco de Assis Iglesia
Francisco Isoldi
Francisco Pires Martins
Francisco Teive de Almeida Magalhães
Gastão Ferreira de Almeida
Geraldo Magela Cardoso de Melo
Gofredo Teixeira da Silva Teles
Gumercindo de Pádua Fleury
Hélio Abranches Viotti, S. J. (Padre)
Henrique Oscar Wiederspahn
Hilário Freire
Honório de Silos
Igor Dolgorukij
Inácio da Costa Ferreira
João Batista de Campos Aguirra
João Cruz Costa
João Dias da Silveira
João Néri Guimarães
João Pedro Cardoso
Joaquim Alfredo da Fonseca
Joaquim Silva
Jorge Bertolaso Stella
José Antero Pereira Júnior
José Ayres Netto
José Augusto Cesar Salgado
José Benedito Silveira Peixoto
José Bueno de Oliveira de Azevedo Filho
José Carlos de Ataliba Nogueira
José Cássio de Macedo Soares
José de Oliveira Orlandi

José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho
José Eugenio de Paula Assis
José Furtado Cavaleanti
José Higino de Campos (Monsenhor)
José Hipolito Trigueirinho
José Maria Whitaker
José Mário Benevides de Rezende
José Nogueira Sampaio
José Querino Ribeiro
José Ribeiro de Araujo Filho
José Ribeiro de Sá Carvalho
Lelio Piza
Lígia Lemos Tórres
Lúcio Rosales
Luís Amaral
Luís Correia de Melo
Luís da Câmara Lopes dos Anjos
Luís Ribeiro do Vale
Luís Sérgio Tomás
Luís Tenório de Brito
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz
Manuel Gândara Mendes
Manuel Rodrigues Ferreira
Maria Andrada Procópio de Carvalho
Maria da Conceição Martins Ribeiro
Maria de Lourdes de Paula Martins
Mário Botelho de Miranda
Mário de Sampaio Ferraz
Martinho da Silva Prado Júnior
Mauricio Benedito Ottoni
Miguel Franchini Neto
Miriam Elis
Nícia Vilela Luz
Nice Lecocq Muller
Nicolau Duarte Silva
Odécio Bueno de Camargo
Odilon Nogueira de Matos
Olga Pantaleão
Paulo Aurissol Cavalheiro Freire (Monsenhor)
Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Monsenhor)
Paulo Ribeiro de Magalhães
Paulo Vergueiro Lopes de Leão
Pedro Moacir Campos
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves

Pelágio Alvares Lobo
Percival de Oliveira
Pérsio Pereira Mendes
Plínio de Barros Monteiro
Plínio Marques da Silva Ayrosa
Rafael Rocha Campos
Raul de Frias Sá Pinto
Raul Romano
Raul Votta
Renato Silveira Mendes
René de Oliveira Barbosa
René Thiollier
Ricardo Gumbleton Daunt
Rivadavia Dias de Barros
Roberto dos Santos Moreira
Roberto Pompílio
Rozendo Sampaio Garcia
Rubens Borba Alves de Morais
Rui Bloem
Rui Calasans de Araújo
Salvador de Moya
Sebastião Pagano
Sérgio Buarque de Holanda
Sílvio Correia de Andrade
Sinésio Rangel Pestana
Sólon Borges dos Reis
Teodomiro Dias
Teodoro Braga
Tito Lívio Ferreira
Ulisses Coutinho
Ulisses Guimarães
Valdemar Panadés
Valdemar Pio dos Santos
Zuinglio Marcondes Homem de Melo

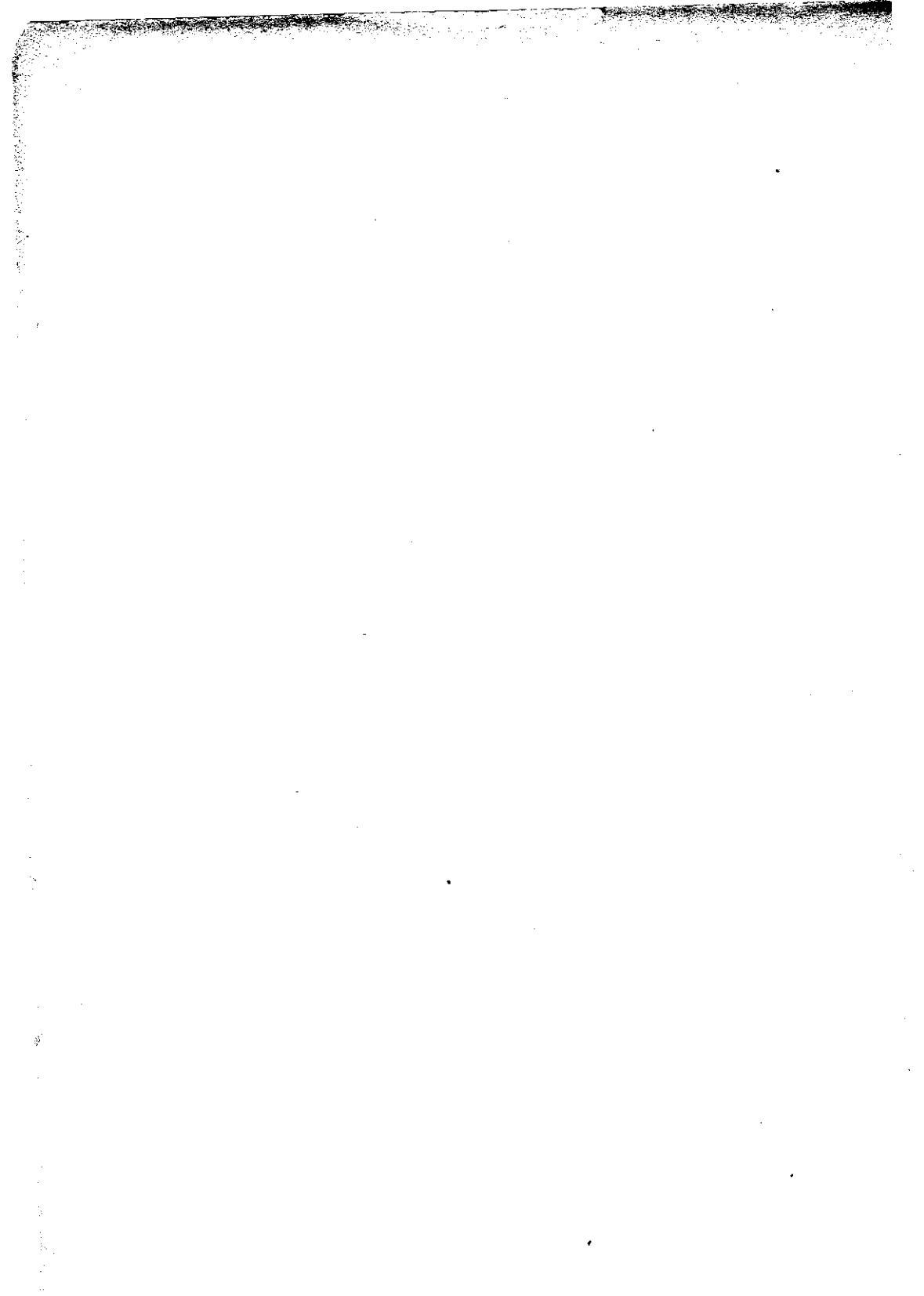
Sócios Correspondentes

Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo
Afonso Antônio de Freitas Junior. — Casa Branca, São Paulo
Almiro Ávila y Martel. — Santiago, Chile
Alberto Frederico de Morais Lamego. — Campos, Rio
Alcindo de Azevedo Sodré — Petrópolis, Rio
Alcionilio Bruzzi Alves da Silva (Padre). — Itália

- Alexandre Nelson de Armond Marchand. — Washington, Estados Unidos
- Alfredo Dias de Molina. — Buenos Aires, Argentina
- Alfredo Vieira de Moura Matoso — Lisboa, Portugal
- Américo Jacobina Lacombe. — Rio de Janeiro
- Amílcar Salgado dos Santos — Rio de Janeiro
- Anibal de Matos. — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Antônio da Gama Rodrigues. — Lorena, São Paulo
- Antônio de Araújo de Aragão Buleão Sobrinho. — Salv., Bahia
- Antônio Gomes da Rocha Madahil — Coimbra, Portugal
- Antônio Maria Barbieri (Dom). — Montevidéu, Uruguai
- Antônio Tavares Pinhão. — Ribeirão Preto, São Paulo
- Ariosto Espinheira. — Rio de Janeiro
- Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niteroi, Rio
- Arlindo Drummond Costa. — Rio de Janeiro
- Armando Manuel Lemos de Matos — Coimbra, Portugal
- Arquimedes Pereira Guimarães. — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Artur Napoleão Figueiredo — Belém, Pará
- Augusto Meira. — Belém, Pará
- Basilio de Magalhães. — Rio de Janeiro
- Benedito Pires de Almeida. — Tietê, São Paulo
- Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro.
- Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo.
- Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul
- Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo
- Dante Alighieri Vita — Mogi Mirim, São Paulo
- Dante Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
- Davi Antônio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná
- Dulcídio do Espírito Santo Cardoso — R. de Janeiro
- Edelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Eduardo d'Araújo Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo
- Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São Paulo
- Elmano Gomes Cardim — Rio de Janeiro
- Emílio José Salim (Monsenhor) — Campinas, São Paulo
- Félix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo
- Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro
- Fernando São Paulo — Salvador, Bahia
- Flávio Maurano — Casa Branca, São Paulo
- Florêncio de Abreu — Rio de Janeiro
- Francisco Campos Abreu — Campinas, São Paulo
- Francisco Ruas Santos
- Fortuné Loller — Bruxelas, Bélgica
- Gabriel Totti — Uberaba, Minas Gerais
- Gaspar de Couto Ribeiro Vilas — Lisboa, Portugal

- Gaston Benedict de Benedictis — Los Angeles, Est. Unidos
Geraldo Dutra de Morais — Belo Horizonte, Minas Gerais
Guilherme Martinez Auler — Recife, Pernambuco
Haroldo Renato Áscoli — Rio de Janeiro
Heitor Muniz — Salvador, Bahia
Hélio Viana — Rio de Janeiro
Henrique de Gandia — Buenos Aires, Argentina
Henrique da Costa Fernandes — S. Luis, Maranhão
Henrique Jorge Hurlay — Belém, Pará
Herculano Teixeira d'Assunção — Belo Horizonte, M. Gerais
Hilton Federici — Campinas, São Paulo
Ivolino de Vasconcelos — Rio de Janeiro
Jaime Zuzarte Cortezão — Rio de Janeiro
Jarbas Sertório de Carvalho — Ponte Nova, Minas Gerais
Jerônimo de Aquino Araújo — Guaratinguetá, São Paulo
Jesus Machado Tambelini — Batatais, São Paulo
João Dornas Filho — Belo Horizonte, Minas Gerais
João Pereira de Oliveira — Lorena, São Paulo
Joaquim de Paula Guimarães — Cruzeiro, São Paulo
Joaquim Tomás de Paiva — Rio de Janeiro
Joaquim Vicente Rondon
Jofre Martins Veiga — Recife, Pernambuco
Jorge Moreira da Rocha — Fortaleza, Ceará
José da Costa e Silva Sobrinho — Santos, São Paulo
José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso
José de Toledo — Planalto, São Paulo
José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro
José Feliciano de Oliveira — Paris, França
José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná
José Maria de Morais — Recife, Pernambuco
José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro
Juan S. Pivel Devoto — Montevidéu, Uruguai.
Julio de Almeida da Gama Lobo Caiola — Lisboa, Portugal
Júlio da Silveira Sudário — Itápolis, São Paulo
Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro
Lísias Augusto Rodrigues — Rio de Janeiro
Louis Wirion — Luxemburgo
Lourenço Luiz Lacombe — Petrópolis, Rio de Janeiro
Luís Alves de Oliveira Belo — R. de Janeiro
Luís Carlos de Morais — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
Luís Castanho de Almeida (Cônego) — Sorocaba, São Paulo
Luís Felipe Castilhos Goicocheia — Rio de Janeiro
Luís Felipe Vieira Souto — Rio de Janeiro
Luís Marques Poliano — Rio de Janeiro

- Manuel da Silveira Soares Cardoso — Washington — U. S. A.
Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres — Piracicaba, São Paulo
Mario Melo — Recife, Pernambuco
Miguel Angel Martinez Galvez — Buenos Aires, Argentina
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro
Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro
Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte
Nicola Gianatásio (Dom) — Roma, Itália
Nicolas Eugénio Navarro — Caracas, Venezuela
Olavo Dantas — Rio de Janeiro
Ordival Cassiano Gomes — Rio de Janeiro
Paul Rivet — Paris, França
Paulo Sílvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo
Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo
Príncipe de Ligny — Paris, França
Rafael Duarte — Campinas, São Paulo
Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro
Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina
Richard Morse — U. S. A.
Roberto da Mota Macedo — Rio de Janeiro
Rudolf Streiff Becker — Zurich, Suíça
Rui Almeida — Rio de Janeiro
Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo
Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro
Timóteo van den Broeck (Frei) — Santos, São Paulo
Tomás Wawerley Palmer Júnior — Connecticut, Estados Unidos
Virgílio Corrêa Filho — Rio de Janeiro
-



ÍNDICE

Onde pairam os restos mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva? — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	9
Centenário Natalício do Padre Júlio Maria — <i>Monsenhor Paulo F. Silveira Camargo</i>	19
Registro Literário — <i>Joaquim Thomaz</i>	29
Subsídio para a História de Itu e Sorocaba — <i>Prof. Ernesto de Sousa Campos</i>	37
O primeiro século de Jaú — <i>Palestra do Dr. Hilário Freire</i> ...	41
John Casper Branner — <i>José Antero Pereira Júnior</i>	61
Fundadores e Povoadores do Jaú — <i>Tito Lívio Ferreira</i>	71
O Cardeal Arcoverde — <i>Paulo Eleutério Filho</i>	79
Saudação aos professôres da Universidade de Coimbra — <i>Prof. Tito Lívio Ferreira</i>	87
José Ferraz de Almeida Júnior — <i>Prof. Ernesto de Sousa Campos</i>	91
Proposição Sôbre a Conjuntura Histórico-Social Brasileira — <i>Prof. José Ferreira Carrato</i>	101
Recepção de Sua Eminência Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	127
No Centenário de Ezequiel Freire — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	135
Parecer da Comissão Nomeada para Examinar no Arquivo do Convento do Carmo de Santos um Documento Sôbre a Fundação de São Paulo	157

José Carlos Tôrres de Oliveira — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	167
Antiquilhas de São Paulo (séculos XVII, XVIII e XIX) — <i>Afonso de E. Taunay</i>	175
Necrológios dos Sócios Falecidos em 1950 e em 1951 — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	235
Alguns Documentos Sôbre Médicos e Medicina do Brasil Seis- centista — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	271
Relatórios de 1950 e 1951	315
Balancetes de 1950 e 1951	337
Atas de 1950 e 1951	415
Cadastro Social	415